



Eloisa Dezen-Kempton

O LUGAR DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Tese apresentada ao Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas
para obtenção do título de Doutor em História

Área de Concentração: Política, Memória e Cidade
Linha de Pesquisa: Cultura, Cidade e Patrimônio

Orientador: Profa. Dra. Cristina Meneguello

Campinas
2011

Revisão:
Maria Regina de Silos Nakamura

Capa:
Fábrica Brasital, Salto, SP. Montagem da autora sobre fotografia de vista aérea do complexo têxtil e parte da cidade em 1949. Fonte: Museu da Cidade de Salto.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB N° 3387

Dezen-Kempter, Eloisa
D534L O lugar do patrimônio industrial / Eloisa Dezen-Kempter.
- - Campinas, SP : [s. n.], 2011.

Orientador: Cristina Meneguello.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Arquitetura industrial. 2. Edifícios industriais.
3. Patrimônio cultural – Proteção. 4. Urbanização. 5.
Indústria – História. I. Cristina Meneguello. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

Título em inglês: The place of industrial heritage

Palavras chaves em inglês (keywords) : Industrial architecture
Industrial buildings
Protection of cultural - Property
Urbanization
Industry – History

Área de Concentração: Política, Memória e Cidade.

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora: Cristina Meneguello, Marly Rodrigues, Silvana Barbosa Rubino, Beatriz Mugayar
Kühl, Maria Cristina da Silva Schicchi

Data da defesa: 28-03-2011

Programa de Pós-Graduação: História

Unidade BCC
T/UNICAMP

Cutter 05341
V. Ed.
Tombo BC 90557
Proc. 16.130-2011
C D X
Preço 281100
Data 26/09/2016
Cód. lit. 187274

ELOISA DEZEN-KEMPTER

O LUGAR DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Cristina Meneguello.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 28/03/2011.

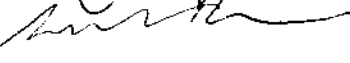
BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristina Menguello (orientadora)
Instituição IFCH/UNICAMP Assinatura 

Profa. Dra. Beatriz Mugayar Kühl (membro)
Instituição FAU/USP Assinatura 

Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi (membro)
Instituição FAU/PUCCAMP Assinatura 

Profa. Dra. Marly Rodrigues (membro)
Instituição IPHAN/SP Assinatura 

Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino (membro)
Instituição IFCH/UNICAMP Assinatura 

Profa. Dra. Ana Maria Reis de Goes Monteiro (suplente)
Instituição FEC/UNICAMP

Profa. Dra. Regina Andrade Tirello (suplente)
Instituição FEC/UNICAMP

Prof. Dr. Gilberto Sarkis Yunes (suplente)
Instituição FAU/UFSC

MARÇO/2011

À minha **FAMÍLIA**, que incentivou, apostou, confiou, induziu, encorajou, ajudou, opinou, esperou, dedicou, acreditou, inspirou, estimulou e compreendeu esta minha empreitada.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido realizado sem a ajuda inestimável de várias pessoas e instituições que gostaria de agradecer, correndo o risco de ao nomeá-las expor esquecimentos condenáveis pelos quais me desculpo antecipadamente.

À orientadora deste trabalho, Profa. Dra. Cristina Meneguello, pelo crédito dado à perspectiva de abordagem adotada, por sua generosidade, confiança e paciência, que, ao longo do percurso, depositou em minha pesquisa, incentivando e estimulando os vários caminhos que esta tese tomou.

Às professoras Dra. Silvana Rubino e Dra. Regina Tirello, agradeço pelas valiosas sugestões feitas no Exame de Qualificação, as quais foram fundamentais para o enriquecimento deste trabalho.

Aos membros da banca de defesa.

Ao Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro, especialmente Hilário Pereira Filho, que muito gentilmente me atendeu fora do horário de expediente, assim como Ivan Sardinha e Raquel Hilfred.

Ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Ao CONDEPHAAT.

À biblioteca da Pública Municipal Prf. Arthur Riedel, na Brasital de São Roque.

À regional do Maranhão do IPHAN.

Ao Museu da Cidade de Salto, em especial ao historiador Elton Frias.

Ao Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos.

Aos colegas da CPROJ-FEC; em especial, à Edilene Donadon e ao Tuco, que me incentivaram de forma muito carinhosa e entenderam a necessidade de minha ausência.

Aos funcionários da biblioteca do IFCH; em especial, à Regiane Alcântara.

Aos Amigos do TICCH, que, em vários encontros, contribuíram para ampliar a discussão abordada nesta tese.

Ao Prof. Dieter Hassepflug, meu orientador da Bauhaus-Weimar, que tive a oportunidade de reencontrar no Brasil, pelas sugestões, ideias e incentivo.

Aos meus alunos do CEUNSP, em Salto, e da UNIP, com os quais também aprendi no avanço desta pesquisa.

Aos meus colegas da Unicamp, de Salto e da UNIP.

À Tuti, pela inestimável colaboração na organização deste trabalho.

Agradeço aos meus queridos irmãos Vânia e Xico, com quem sempre pude contar, pela ajuda constante e calorosa torcida.

Em especial, agradeço ao meu pai Floriano, cujas palavras de incentivo e valorização me deram energias para seguir sempre na busca do meu desenvolvimento pessoal e intelectual; e à minha querida mãe Ofélia, grande incentivadora dos meus projetos de vida.

Ao meu amado marido Hermann, minha eterna gratidão pelo seu companheirismo e pela paciência com que acompanhou minhas angústias.

E aos meus pequenos Isabella, Carolin e Theo, que acompanharam muitas das visitas às fábricas, correram por seus corredores, brincaram em seus salões e, acima de tudo, agradeço por se esforçarem em entender por que a mãe deles precisava estar ausente.

ABSTRACT

KEMPTER, E. D. The Place of Industrial Heritage. 2011. Thesis (Doctorate)
– Institute of Philosophy and Human Sciences, Campinas State University,
Campinas, 2011.

The effects of the deindustrialization and economic restructuring, intensified during the 1990's, reaching large manufacturing complexes established in the XIX and XX centuries, which were the economic drivers and the main attractors of urban development in that location. These industrial sites imprinted, in a unique manner, spatial character and identity, organizing the urban dynamics and the social relations. Its deactivation changes the territory, beforehand occupied with industrial activities, into obsolete and vulnerable to restructuring and incorporation process as a result of new urban activities that demand new spatial presence, putting in danger its existence. Considering then, that the urban environment is transforming rapidly and fundamentally, this thesis intends to, by analysis and comparison of the history of five textile factories in the states of São Paulo and Rio de Janeiro, contribute in unveiling the potential and singularity of the industrial "place" in producing contemporary urban areas. The industrial buildings analyzed were selected due to their technical and architectural importance as well as the element that directed the urban development in that area. In the São Paulo state were analyzed the São Luis Factory (1869) in Itu, the Enrico Dell'Acqua and Co (1892), in São Roque, the Brasital (1875) in Salto, and in the city of Rio de Janeiro, the Cia America Fabril (1878) and the Bangu Factory (1893). In order to do that, it was analyzed the industrial development in the two states, focusing in the role the industrial complexes and its edificial structures in configuring an architectural type and comparing the industrial area preservation strategies part of the cultural landscape, in a process of praising its form, use and scale diversity, as well as a witness and reference of historical, technological and social importance. Based on the analysis of the industrial edifications, focused in recreating the historical context through a myriad of information sources – corporate documents, architectural blueprints, publications, cartography, field visits and review of the process of selection criteria to list a building– it was possible to establish a broad perspective of its complexity. In parallel, it was analyzed the emerging need to value the industrial patrimony in the Brazilian preservationist practice by identifying the listed buildings by IPHAN and by comparing the parameters of selection that purposed the preservation of two factories, aiming at identifying the specific procedures for industrial areas of cultural interest. It was verified that, with the disuse and abandonment, these industrial sites, as material support of cultural and social expressions, were adjusted to the new urban demands, in which the rehabilitation process plays an important role in a practical preservationist, promoting its monumental value and acknowledgment.

Keywords: Industrial heritage, de-industrialization, urban rehabilitation, re-use of industrial buildings

RESUMO

KEMPTER, E. D.. O Lugar do Patrimônio Industrial. 2011. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

Os efeitos do processo de desindustrialização e de reestruturação econômica, intensificados na década de 1990, atingiram grandes complexos fabris estabelecidos nos séculos XIX e XX, os quais foram grandes motores econômicos e os principais indutores da urbanização dos lugares. Esses sítios industriais imprimiram, de modo inconfundível, caráter e identidade espacial, organizando a dinâmica urbana e as relações sociais. Sua desativação torna o território, antes ocupado pelas atividades industriais, obsoleto e vulnerável a um processo de reestruturação e incorporação resultante das novas atividades urbanas que demandam uma nova espacialidade, colocando sua permanência em risco. Considerando-se, assim, que o ambiente urbano encontra-se em rápida e fundamental transformação, esta tese pretende, por meio de análise e comparação da trajetória de cinco indústrias têxteis nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, contribuir para revelar a potencialidade e a singularidade do “lugar” industrial na produção do espaço urbano contemporâneo. As edificações industriais analisadas foram selecionadas em função da sua representatividade técnica e arquitetônica e por se apresentarem como elemento ordenador do espaço urbano. No estado de São Paulo foram analisadas a Fábrica São Luis (1869), em Itu; a Enrico Dell’Acqua e Cia. (1892), em São Roque; a Brasital (1875), em Salto; e na cidade do Rio de Janeiro, a Cia. América Fabril (1878) e a Fábrica Bangu (1893). Procedeu-se para tanto a uma análise do desenvolvimento industrial nesses dois estados, focalizando o papel das edificações e complexos industriais na configuração de um tipo arquitetônico e comparando os encaminhamentos das estratégias de preservação do lugar industrial como parte do patrimônio cultural, em um processo de valoração de sua diversidade formal, de uso e escala, e como testemunho e referência histórica, tecnológica e social. Com base na análise das edificações industriais, pautada em sua reconstituição histórica a partir de fontes documentais diversas - documentos empresariais, o projeto arquitetônico, publicações, cartografia, levantamento de campo e vistas aos processos de tombamento – tornou-se possível uma visão abrangente de sua complexidade. Paralelamente, foi abordada a emergência da valorização do patrimônio industrial nos órgãos de preservação por meio do levantamento dos bens tombados pelo IPHAN e do estudo comparativo do tombamento de duas fábricas, com o intuito de identificar procedimentos específicos para áreas industriais de interesse cultural. Verificou-se que, com o abandono e o desuso, essas edificações industriais, portadoras de expressões culturais e sociais, foram adequadas a novas demandas urbanas, e que o processo de reabilitação constituiu ação importante para o seu reconhecimento e valoração.

Palavras-chave: Patrimônio industrial. Desindustrialização. Reabilitação urbana. Reuso de edificações industriais.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de fábricas de algodão do Império do Brasil em 1º de dezembro de 1875	41
Tabela 2	Fábricas de tecidos de algodão estabelecidas no Brasil antes de 1905	42
Tabela 3	Evolução da população urbana nas capitais brasileiras	44
Tabela 4	Fábricas de Fiação e Tecelagem de algodão em 1905	53
Tabela 5	Participação da indústria têxtil no produto e no emprego do estado e do país, em São Paulo e no Rio de Janeiro – 1920 e 1940	58
Tabela 6	Número de Fábricas de Tecido na capital e interior de São Paulo entre 1875-1930	61
Tabela 7	Fábricas de fiação e tecelagem de algodão em São Paulo, em 1905	62
Tabela 8	Taxa de Crescimento do Número de Trabalhadores da Indústria (1989-2002)	72
Tabela 9	Distribuição dos bens tombados entre 1930 e 1969 conforme tipologia	121
Tabela 10	Bens tombados entre 1938 e 2009, por estados	122
Tabela 11	Estatísticas da indústria têxtil de algodão - 1927	220

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Patrimônio Industrial protegido pela UNESCO	131
Quadro 2	Patrimônio Industrial protegido pelo IPHAN	135

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Distribuição das fábricas estudadas no estado de São Paulo.	29
Mapa 2	Distribuição das fábricas estudadas na cidade do Rio de Janeiro.	29
Mapa 3	Localização das fábricas no Estado do Rio de Janeiro em 1905.	49
Mapa 4	Localização das fábricas na cidade do Rio de Janeiro em 1905, com destaque para a área da Fábrica Bangu.	55
Mapa 5	Localização das fábricas no Estado de São Paulo em 1905.	59
Mapa 6	Localização das fábricas de tecidos na cidade de São Paulo em 1914	65
Mapa 7	Área do Zoneamento Histórico da Cidade de Itu. Em destaque a localização da Fábrica São Luiz.	166
Mapa 8	Localização da Fábrica São Luiz no tecido urbano de Itu, em 1925.	169
Mapa 9	Tecido Urbano parcial da cidade de São Roque, em destaque a área da Fábrica Enrico Dell'Acqua e Cia.	178
Mapa 10	Localização da Fábrica Brasital no tecido urbano de Salto.	194
Mapa 11	Mapa Geral de Bangu, incluindo os limites das terras da Cia..	226
Mapa 12	Implantação atual da Fábrica Bangu.	226

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Moinho Fluminense, Bom Retiro – São Paulo	18
Figura 02	Planta de Situação do projeto Saarterrassen, Saarbrücken, Alemanha.	20
Figura 03	Vista do Burbacher Hütte a partir do Rio Saar.	21
Figura 04	Vista aérea do projeto Saarterrassen (Burbacher Hütte) - a antiga fábrica à direita, próxima à margem do Rio Saar	21
Figura 05	Fachada e detalhe da E-Werk, Saarbrücken, Alemanha.	21
Figura 06	Vista interna da Sala de concertos da E-Werk, Saarbrücken, Alemanha.	21
Figura 07	Símbolo da mudança estrutural: Zollverein em Essen, Patrimônio da Humanidade.	22
Figura 08	Área de intervenção do Projeto IBA-Emscher Park.	22
Figura 09	Kokerei Hansa. Foto: Manfred Vollmer.	22
Figura 10	Can Gili Vell – Antiga fábrica de farinhas em Poble Nou, Barcelona: (a) manifestação de uma resistência popular contra o projeto; (b) estado da edificação antes de sua reabilitação; (c) panorama futuro da proposta de reabilitação do espaço da fábrica para Lofts.	23
Figura 11	Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, Tatuí. Detalhe da Torre do Relógio.	24
Figura 12	Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, Tatuí. Vista do Conjunto.	24
Figura 13	Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, Tatuí. Vista da entrada principal.	24
Figura 14	Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, Tatuí. Residências operárias.	24
Figura 15	Diagrama do agenciamento das implantações, imagens e informações sumárias das Fábricas estudadas no estado de São Paulo.	29
Figura 16	Diagrama do agenciamento das implantações, imagens e informações sumárias das Fábricas estudadas na cidade do Rio de Janeiro.	33
Figura 17	Portão de acesso à Cia. Progresso Industrial do Brasil, Fábrica Bangu, Rio de Janeiro.	34
Figura 18	Real Fábrica de Ferro de Ipanema, séc. XIX, 1884.	38
Figura 19	Real Fábrica de Ferro de Ipanema, Forno alto, construído em 1885 por Mursa (nunca entrou em atividade).	39
Figura 20	Real Fábrica de Ferro de Ipanema, séc. XIX, cerca de 1820 (?).	39
Figura 21	Fachada da Casa das Armas, Real Fábrica de Ferro de Ipanema.	39
Figura 22	Interior da Casa das Armas, Real Fábrica de Ferro de Ipanema.	39
Figura 23	Localização das fábricas de tecidos de algodão até 1875.	43
Figura 24	Localização das fábricas de tecidos de algodão até 1905.	43
Figura 25	Fábrica Santo Aleixo.	52
Figura 26	Fábrica Santo Aleixo, Chale do proprietário.	52
Figura 27	Vista aérea parcial do bairro de Bangu, com a Companhia Progresso Industrial do Brasil (Fábrica Bangu), 1957.	56
Figura 28	Prédio do Cotonifício, atingido por um violento bombardeio aéreo das forças legalistas federais, durante a Revolução de 1924	66
Figura 29	Companhia Nacional de Tecidos de Juta (Fábrica Santana) em 1918.	66
Figura 30	Vila Maria Zélia atualmente.	67
Figura 31	Cia. Nacional de Tecidos de Juta. Capela de São José. Foto de 1919.	67
Figura 32	Cia. Nacional de Tecidos de Juta. Vila Maria Zélia. Foto de 1919.	67
Figura 33	Escola de Meninas, Vila Maria Zélia. Foto década de 1970.	67
Figura 34	Vista geral do complexo fabril e da moradia operária da Cia. Nacional de Tecidos de Juta. Foto década de 1970.	67
Figura 35	Escola de meninas, Vila Maria Zélia, interior; estado atual.	68
Figura 36	Escola de Meninas, Vila Maria Zélia, fachada, estado atual	68
Figura 37	Ilustrações de Jörg Müller; Die Welt ist kein Märchen (O mundo não é um conto de fadas)	75
Figura 38	Uma cidade católica em 1440. Fonte: Pugin (1836, p. 126).	76
Figura 39	A mesma cidade em 1840. Fonte: Pugin (1836, p. 126).	76
Figura 40	Ponte de ferro sobre o Rio Severn, 1775-1779.	79
Figura 41	Fábrica pré-fabricada de William Fairbairn, para a Turquia, Fonte: KÜHL, 1998, p. 69.	81
Figura 42	Fábricas de turbinas, fachada e corte. Fonte: www.stadtentwicklung.berlin.de/denkmal.	83
Figura 43	Fábrica de turbinas (Turbinenhalle) em 1909.	83
Figura 44	Detalhe da junção da estrutura metálica com a alvenaria da base.	83
Figura 45	AEG, Berlim. Detalhe da fachada da Apparatefabrik.	84
Figura 46	AEG - Pórtico de acesso à fábrica (1896/1897), projetado em 1888/1897 por Franz Schwechten e Paul Tropp.	84
Figura 47	AEG - Apparatefabrik (1888/1890), projetado por Franz Schwechten e Paul Tropp.	84
Figura 48	Peter Behrens, Hennigsdorf. Vista para a Rathenaustraße, década de 1910.	85
Figura 49	Vista para a Rathenaustraße, em 2002.	85
Figura 50	Peter Behrens, Fábrica de Verniz (Lackfabrik), 1912, Hennigsdorf.	85
Figura 51	Peter Behrens, Fábrica de Isolantes (Öltuchfabrik), 1912, Hennigsdorf.	85
Figura 52	Peter Behrens, Fábrica de Porcelana (Porzellanfabrik), 1912, Hennigsdorf.	85
Figura 53	Walter Gropius, Adolf Meyer, Fábrica Fagus, Alfeld.	86
Figura 54	Selos comemorativos dos 750 anos da cidade de Berlim.	87
Figura 55	Detalhe do selo de 60 centavos de marco, com a imagem da fábrica de turbinas da AEG, projetada por Peter Behrens em 1909.	88
Figura 56	Fiat Lingotto, Turim, Itália; saída dos operários, 1931.	95
Figura 57	Fiat Lingotto, Turim, Itália; vista aérea do conjunto em 1928.	95

Figura 58	Fábrica Fiat Lingotto, estado antes da reconversão.	96
Figura 59	A antiga fábrica Fiat Lingotto readequada.	96
Figura 60	Lingotto Bolla e Heliporto; (b) Acesso ao setor de exposição, shopping, universidade e hotel; (c) Pinacoteca Agnelli.	96
Figura 61	Lingotto Fiere. À direita, o escritório central da Fiat.	96
Figura 62	Ruínas de Detroit. Foto de Yves Marchand e Romain Meffre.	100
Figura 63	Moinho Central/Fluminense. Em primeiro plano os cilos.	101
Figura 64	Moinho Central/Fluminense.	101
Figura 65	Casa das Caldeiras. Projeto Kinotrem, parte da exposição Arte/Cidade 1997.	102
Figura 66	Casa das Caldeiras.	102
Figura 67	Casa das Caldeiras. Foto de Pedro Kok. Disponível	102
Figura 68	Complexo industrial da Mina Zollverien em Essen, Vale do Ruhr, Alemanha.	106
Figura 69	Gasômetro de Oberhausen, Vale do Ruhr, Alemanha. Este foi o maior depósito de gás da Europa.	106
Figura 70	Évora, Portugal.	111
Figura 71	Sprague Electric Company,	111
Figura 72	Mass MoCA.	111
Figura 73	Complexo Siderúrgico de Völklingen.	112
Figura 74	Complexo Siderúrgico Völklingen - Vista das Fornalhas.	112
Figura 75	Complexo Siderúrgico Völklingen - elevador inclinado que acessa a plataforma de carregamento a 30 metros de altura, onde o combustível e os minérios eram pulverizados para dentro das fornalhas.	112
Figura 76	Gasômetro, Oberhausen, Vale do Ruhr, Alemanha. Vista interna da exposição "Sternstunden – Wunder des Sonnensystems", parte do projeto de celebração do Vale do Ruhr como Capital Cultural da Europa em 2010.	113
Figura 77	Gasômetro, Oberhausen, Vale do Ruhr, Alemanha. Vista externa.	113
Figura 78	Conjunto Industrial KKKK, Registro, São Paulo.	114
Figura 79	Número de bens tombados por estado: (a) até 1967; (b) até 2009. Elaboração da autora com base em dados do IPHAN.	127
Figura 80	Praça Victor Civita, antigo incinerador de lixo hospitalar.	
Figura 81	Os 44 bens listados pela UNESCO, considerados Patrimônio Industrial pela APPI.	144
Figura 82	Cotonifício Cândido Ribeiro - Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Vista dos Fundos, Chaminé.	144
Figura 83	Cotonifício Cândido Ribeiro - Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Vista dos Fundos, divisa com a Fonte das Pedras.	144
Figura 84	Cotonifício Cândido Ribeiro - Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Vista da Fachada para a Rua das Crioulas, detalhe do painel de azulejos.	144
Figura 85	Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Detalhe Porta.	146
Figura 86	Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Fachada. Detalhe: beiral	146
Figura 87	Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Interior: Detalhe: estruturas metálicas.	146
Figura 88	Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Interior:	147
Figura 89	Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Detalhes do gradil de ferro da sacada (a), escada e guarda-corpo de ferro (b) e portão de ferro da porta principal (c).	148
Figura 90	Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Acesso ao pátio externo (a) e (b); escada de madeira (c) e (d); escada de ferro (e).	150
Figura 91	Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Fachada lateral para a Rua da Inveja.	152
Figura 92	Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Fachada lateral para a Rua do Mocambo.	152
Figura 93	Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Fachada Frontal para a Rua das Crioulas.	152
Figura 94	Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Detalhe dos azulejos da Fachada Principal.	152
Figura 95	Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Levantamento Gráfico. Implantação.	152
Figura 96	Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Levantamento Gráfico: Fachada Rua das Crioulas (a); Fachada Rua do Mocambo (b); Corte Transversal (c); Corte logitudinal sobre o corpo principal (d).	152
Figura 97	Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Levantamento Gráfico. Corte transversal sobre o corpo principal.	152
Figura 98	Fachada Fábrica de Vinho Tito e Silva, 1985.	153
Figura 99	Fachada da Fábrica restaurada.	153
Figura 100	Processamento do pedúnculo.	154
Figura 101	Tonéis e bombas de recalque, depósito de mosto.	154
Figura 102	Máquina de cortar caju, inventada pelo fundador da indústria. À esquerda prensa manual.	154
Figura 103	Detalhe da rotulagem. Funcionário corando a tampinha.	154
Figura 104	Primeiro plano padiolas para o transporte de frutas. Segundo plano: toneis para acondicionar o mosto.	154
Figura 105	Vista do setor de rotulagem.	154
Figura 106	Fábrica de Vinho Tito e Silva. Bloco Principal, Saguão de acesso.	155
Figura 107	Detalhe do Balcão de recepção e venda	155
Figura 108	Máquina Rotuladeira	157
Figura 109	Máquina de arrolhar.	157
Figura 110	Máquina de lavar garrafas., rotativa, com capacidade de 2000 garrafas por hora	157
Figura 111	Máquina de engarrafar de 12 bicos. Marca Welba	157
Figura 112	Vista do setor de Embalagem e Rotulagem.	158
Figura 113	Vista dos toneis para acondicionamento do mosto.	158
Figura 114	Local para o processamento do pedúnculo	158

Figura 115	Planta dos Pavimentos com a distribuição das diferentes funções espacialmente	158
Figura 116	Corte longitudinal da edificação.	158
Figura 117	Foto da Fachada Principal à época do estudo de tombamento.	158
Figura 118	Levantamento gráfico da fachada para a Rua da Areia	158
Figura 119	Brasital, Salto - SP.	161
Figura 120	Croquis de autoria de Paulo Sgarbi, indicando o primeiro edifício da Fábrica São Luiz.	164
Figura 121	Croquis indicando a tipologia e ritmo das envasaduras do primeiro edifício da Fábrica São Luiz.	164
Figura 122	Croquis indicando o segundo edifício da Fábrica São Luiz.	164
Figura 123	Croquis indicando a tipologia, ritmo e ornamentação das envasaduras do segundo edifício da Fábrica São Luiz.	164
Figura 124	Implantação da Fábrica na quadra.	166
Figura 125	Corte do Eixo Histórico da Cidade (Rua Paula Souza e Barão de Itaim.). Em destaque os edifícios tombados.	166
Figura 126	Primeiro prédio da Fábrica São Luiz.	168
Figura 127	Levantamento do maquinário existente na fábrica na época do estudo de tombamento. Fotos de Hugo Segawa.	173
Figura 128	Levantamento da Fachada da fábrica para a Rua Paula Souza.	174
Figura 129	Levantamento da Fachada da fábrica para a Praça D. Pedro I.	174
Figura 130	Fachada da fábrica para a Rua Paula Souza.	175
Figura 131	Vista da fábrica a partir da Praça D. Pedro I.	175
Figura 132	Janelas tipo. (a) Prédio de 1869; (b) Prédio de 1897.	175
Figura 133	Porta Principal da Fábrica, entrada do "Espaço Fábrica São Luiz".	175
Figura 134	Imagens internas do segundo pavimento da Fábrica São Luiz. Note algumas máquinas remanescentes, e o estado precário do piso de assoalho de madeira. Fotos: Paulo Ricardo Zemella Miguel.	176
Figura 135	Planta do Pav.Térreo da Fábrica São Luiz. Elaboração da autora sobre documentação do processo de tombamento da Fábrica.	176
Figura 136	Imagens internas do segundo pavimento da Fábrica São Luiz. Note algumas máquinas remanescentes, e o estado precário do piso de assoalho de madeira. Fotos: Paulo Ricardo Zemella Miguel.	177
Figura 137	Planta do Pav. Superior da Fábrica São Luiz. Elaboração da autora sobre documentação do processo de tombamento da Fábrica.	177
Figura 138	Implantação da Fabrica Brasital São Roque na Gleba.	178
Figura 139	Em detalhe, Logo da Empresa	178
Figura 140	Reprodução da circular e questionário a ser distribuída aos vendedores de tecidos pelas agências de correios.	180
Figura 141	Fábrica em construção. Enrico Dell'Acqua está no grupo central de pessoas, à esquerda, sem chapéu	181
Figura 142	Vista panorâmica da Fábrica na década de 1940 do século XX.	182
Figura 143	Vista panorâmica da Fábrica na década de 1930.	183
Figura 144	Vista panorâmica da cidade de São Roque na década de 1940. Note-se ao fundo e à esquerda a chaminé da fábrica e a mata.	183
Figura 145	Vista panorâmica da cidade de São Roque no início do século XX.	184
Figura 146	Sistema de Vigas e colunas metálicas que sustentam a laje do andar superior: Hoje funciona no pavimento inferior a Biblioteca Municipal de São Roque	184
Figura 147	Sistema de Vigas metálicas que sustentam a laje do andar superior: Hoje funciona no pavimento inferior a Biblioteca Municipal de São Roque	184
Figura 148	Pavilhão Principal da Fábrica. Hoje funciona ali o salão de eventos	184
Figura 149	Detalhe das vigas e colunas metálicas que sustentam a cobertura do Pavilhão principal.	184
Figura 150	Detalhe da Cobertura e Shed do Pavilhão Principal.	184
Figura 151	Fábrica Enrico Dell'Acqua em Buenos Aires, Argentina. Esquina entre a Calle Darwin e a Castillo.	186
Figura 152	Fábrica Enrico Dell'Acqua em Buenos Aires, Argentina. Esquina entre a Calle Loyolla e a via férrea	186
Figura 153	Fábrica Enrico Dell'Acqua em Buenos Aires, Argentina. Esquina entre a Calle Darwin e a Loyolla.	186
Figura 154	Fábrica Enrico Dell'Acqua em Buenos Aires, Argentina. Esquina entre a Calle Darwin e a Loyolla, ao fundo a linha férrea.	186
Figura 155	Detalhe do Acesso aos apartamentos. Fachada para a Calle Darwin.	186
Figura 156	Fábrica Enrico Dell'Acqua em Buenos Aires, Argentina. Esquina entre a Calle Loyolla e a linha férrea. Imagem do início do século XX.	186
Figura 157	Foto da Brasital ilustra o primeiro exemplar do Catálogo Turístico da Cidade, logo depois de sua aquisição pela prefeitura da cidade.	189
Figura 158	Vista do Conjunto de Edificações a partir da Via Estrutural.	191
Figura 159	Exposição do calendário de atividades do Centro Cultural Brasital.	191
Figura 160	Workshops do calendário de atividades do Centro Cultural Brasital.	191
Figura 161	Panorama da Fachada Principal da primeira edificação da Empresa de Enrico Dell'Acqua.	191
Figura 162	Imagens internas do Pavilhão Principal, no segundo pavimento da Fábrica. (a)-(b) Grande Salão (c) Sala das turbinas.	192
Figura 163	Planta do Pav. Superior do Pavilhão Principal da Fábrica da Brasital em São Roque.	192
Figura 164	Imagens da Brinquedoteca (d); Corredor de União entre o edifício principal (primeiro prédio construído) e a ampliação (e); Hall de distribuição das salas de cursos e atividades (f).	192
Figura 165	Cortes longitudinais da Fábrica. (a) Pavilhão original; (b) ampliação..	193
Figura 166	Planta do Pav.Térreo do Pavilhão Principal da Fábrica da Brasital em São Roque.	193
Figura 167	Imagens do Bazar que comercializa os trabalhos dos alunos e voluntários.	193
Figura 168	Imagens do Bazar que comercializa os trabalhos dos alunos e voluntários.	193
Figura 169	Vista do Pátio de acesso à Biblioteca, hoje denominado Praça Enrico Dell'Acqua.	193

Figura 170	Implantação da Fábrica Brasital na quadra urbana	194
Figura 171	Fábrica Júpiter.	196
Figura 172	Fábrica Júpiter	196
Figura 173	Fábrica Fortuna. (1903)	198
Figura 174	Fábricas Fortuna, e Júpiter vista a partir do Rio Tietê.	199
Figura 175	Moradias Operárias da Fábrica Fortuna	199
Figura 176	Praça da Igreja Matriz (1903).	199
Figura 177	Construção do Novo prédio da Fiação, denominado pela população local como "Castelinho" (década de 1920).	200
Figura 178	Obras de construção do canal da usina Porto Góes (1924).	200
Figura 179	Teleférico que fazia a interligação de mercadorias e maquinários entre as fábricas de Papel e de Tecidos.	200
Figura 180	Vista dos chalés e do Prédio da Fiação concluído. (1929).	201
Figura 181	A presença do espaço público é somente o pano de fundo para as atividades fabris.	201
Figura 182	Planta do pavimento térreo da nova fiação.	201
Figura 183	Planta do 1. pavimento da nova fiação.	202
Figura 184	Planta do 2. pavimento da nova fiação.	202
Figura 185	Localização das Fábricas de Papel e Tecidos, e das quadras das moradias operárias	203
Figura 186	Planta cadastral das quatro quadras denominadas "quintalão".	203
Figura 187	Moradia operária típica dos quintalões.	203
Figura 188	Remanescentes das tubulações de água para acionamento da turbina geradora de energia.	204
Figura 189	Esquema de funcionamento da casa das turbinas e dos equipamentos geradores de energia.	204
Figura 190	Equipamentos da firma inglesa Matter Platte.	204
Figura 191	Vista Panorâmica do conjunto da fábrica em sua cota mais baixa.	206
Figura 192	Prédio das Passadeiras e Bancos da Jupiter e Fortuna.	208
Figura 193	Prédio dos descaroadores (1930).	208
Figura 194	Prédio da Tecelagem.	208
Figura 195	Prédio da Tinturaria.	208
Figura 196	Diagrama das Edificações que formam o conjunto da Brasital.	210
Figura 197	Diagrama das Edificações que formam o conjunto da Brasital.	211
Figura 198	Localização da Fábrica Nova América no bairro de Del Castilho.	212
Figura 199	Vista Panorâmica da Fábrica e Fazenda Pau Grande (1911).	213
Figura 200	Panorama da Fábrica Cruzeiro no bairro de Andaraí (1911)	214
Figura 201	Planta indicando a localização da Fábrica Cruzeiro.	215
Figura 202	Fachada da Fábrica Bonfim (1921).	216
Figura 203	Entrada para a Fábrica Carioca.	216
Figura 204	Vista Geral das duas Fábricas da Carioca (1921)	216
Figura 205	Loteamento dos terrenos pertencentes à Fábrica Carioc	217
Figura 206	Fábrica Cruzeiro, prédio do almoxarifado.	218
Figura 207	Fábrica Mavilis.	218
Figura 208	Fábrica Cruzeiro. Desmonte e demolição na década de 1960.	218
Figura 209	Fábrica Cruzeiro. Desmonte e demolição na década de 1960.	218
Figura 210	Cia Nova América, acesso principal.	221
Figura 211	Cia Nova América, acesso principal.	221
Figura 212	Cia Nova América, Corredor denominado "Rua do Rio	222
Figura 213	Cia Nova América, Corredor denominado "Rua do Rio	222
Figura 214	Cia Nova América, Corredor denominado "Rua do Rio	222
Figura 215	Cia Nova América, "Rua do Rio", Cartaz das atividades do carnaval 2010,	222
Figura 216	Cia Nova América, acesso lateral ao boulevard "Rua do Rio", e também à Universidade.	223
Figura 217	Cia Nova América, acesso lateral ao boulevard "Rua do Rio", e também à Universidade.	223
Figura 218	Cia Nova América, acesso secundário à Universidade Estácio de Sá.	224
Figura 219	Cia Nova América, fachada para o acesso viário principal.	224
Figura 220	Cia Nova América, detalhe das Janelas.	225
Figura 221	Cia Nova América, detalhes dos espaços internos.	225
Figura 222	Fazenda do Bangu.	227
Figura 223	Planta da Fábrica e Vila Bangu.	229
Figura 224	Planta dos ramais férreos de Bangu.	231
Figura 225	Em primeiro plano a Rua da Fábrica, que dava acesso ao portão principal da empresa. Saída para o almoço (1907).	232
Figura 226	Saída para o almoço na década de 1940	232
Figura 227	Vista da Fábrica no início do século XX. Em primeiro plano à direita, o primeiro conjunto de casas operários ("casinhas")	232
Figura 228	Escola Rodrigues Alves (início do século XX). (a) Sala das meninas (b) Sala dos meninos.	233
Figura 229	Antigo Campo do Bangu Athletic Club nos jardins da fábrica.	234

Figura 230	Fábrica Bangu na Exposição Nacional de 1908 - Morro da Urca. Seção de Gravura.	235
Figura 231	Fábrica Bangu casa dos motores (1906).	235
Figura 232	Fábrica Bangu, sala de dobração (1906).	235
Figura 233	Fábrica Bangu, sala de estampa (1906).	235
Figura 234	Fábrica Bangu, sala dos teares (1906).	235
Figura 235	Fábrica Bangu, oficina de gravura e tipografia (1906).	235
Figura 236	Pavilhões tombados.	237
Figura 237	Propaganda do Vestibular da UniSuam, que tem Campus dentro do Shopping Bangu.	238
Figura 238	Logomarca do Shopping aludindo ao caráter fabril do local.	238
Figura 239	Vistas da Fachada, e seus detalhes, da Fábrica Bangu junto à Rua da Feira.	238
Figura 240	Espaços internos mantêm o caráter fabril do local.	239
Figura 241	Fachada para o antigo jardim interno da fábrica (Av. Santa Cruz	239
Figura 242	Corredor de acesso principal à Fábrica Bangu	239
Figura 243	Detalhes de elementos do corredor de acesso principal à Fábrica Bangu	239
Figura 244	Espaços internos do Shopping, onde observam-se as colunas metálicas, shed e cobertura da Fábrica Bangu.	240
Figura 245	Diferentes acessos ao Shopping. (a) antiga Travessa da Fábrica, (b) Rua da Feira e (c) Rua Santa Cruz.	240
Figura 246	Cobertura metálica como elemento conector das duas alas da antiga fábrica, acessado pelo corredor onde encontram-se a Chaminé e a torre do relógio	240
Figura 247	(a) Logomarca evidencia os elementos tipológicos característicos da Fábrica Bangu (Chaminé, Torre do relógio e ritmo da fenestração). (b) este logo é reproduzido em todo o mobiliário urbano, detalhes, entradas, propaganda do Shopping	240
Figura 248	Ícones da Fábrica Bangu (a) Torre do relógio e (b) Chaminé.	241
Figura 249	Fábrica Brasital em Salto, SP	243
Figura 250	Minerdora Zollverein	246
Figura 251	Minerdora Zollverein	246
Figura 252	Fábrica Brasital, Salto, SP, vista a partir da margem oposta do Rio Tietê.	248
Figura 253	Fábrica São Luiz, Itu, SP.	249
Figura 254	Fábrica Brasital, São Roque, SP.	249
Figura 255	Fábrica Bangu, Rio de Janeiro.	250
Figura 256	Fábrica Nova América, Rio de Janeiro.	251
Figura 257	Funcionárias da Brasital São Roque.	267
Figura 258	Fábrica Santana. Modelo de sequência do processo produtivo de fiação e tecelagem. (1911)	268
Figura 259	Fábrica Mavilis. Seção de batedores. (1911).	270
Figura 260	Fábrica Mavilis. Máquinas cardadeiras vistas de costas, com o rolo de pasta de algodão.	270
Figura 261	Fábrica Mavilis. Máquina reunideiras.	271
Figura 262	Fábrica Mavilis. Seção das penteadeiras. (1911)	272
Figura 263	Distribuição, localização por estado e identificação dos bens tombados pelo IPHAN considerados patrimônio industrial no Brasil.	277
Figura 264	Distribuição dos bens tombados pelo IPHAN no Brasil, por estados. Em destaque os estados com maior acervo de bens culturais tombados	279

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AGCRJ - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

ANS - Arquivo Noronha Santos

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo

COPEDOC - Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa

GIU mbH - Gesellschaft für Innovation und Unternehmensförderung

GLJMV - Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

STCR - Serviço Técnico de Conservação e Restauro

TICCIH – The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

Introdução	19
Parte I A Dinâmica Industrial Brasileira	33
Capítulo 1 O prelúdio da indústria têxtil brasileira – uma visão concisa	35
Capítulo 2 A indústria têxtil no Rio de Janeiro	49
Capítulo 3 A indústria têxtil em São Paulo	59
Capítulo 4 Desindustrialização e reestruturação espacial	71
Parte 2 Um Novo Paradigma Urbano	75
Capítulo 5 A indústria como imagem urbana	77
Capítulo 6 Em busca de uma nova identidade urbana	89
Parte 3 A Questão Patrimonial	105
Capítulo 7 Patrimônio contemporâneo: diversidade complexa	107
Capítulo 8 A construção do patrimônio cultural brasileiro	117
Capítulo 9 O lugar da indústria no patrimônio cultural	129
Capítulo 10 Patrimônio industrial: espaço da memória ou memória do espaço?	141
10.1. A Fábrica de Tecidos Santa Amélia - São Luís, Maranhão	144
10.2. A Fábrica de Vinho Tito Silva - João Pessoa, Paraíba	153
10.3. Acerca de Algumas fábricas e seus tombamentos	159
Parte 4 O Processo de Reabilitação de Antigos Espaços Industriais	161
Capítulo 11 Relações convergentes e divergentes: análise das potencialidades de uso do patrimônio industrial	163
Capítulo 12 A Fábrica São Luiz	165
Capítulo 13 A Brasital de São Roque – Enrico Dell'Acqua e Cia.	179
Capítulo 14 A Brasital de Salto	195
Capítulo 15 A Companhia América Fabril e a Companhia Nacional de Tecidos Nova América: trajetórias entrecruzadas	213
Capítulo 16 A Fábrica Bangu	227
Considerações finais	243
Referências Bibliográficas	253
Anexos	267
Anexo I - Por dentro de uma fábrica de tecidos: do fio ao pano	269
Anexo II - Bens tombados pelo IPHAN	277



▲ FIG. 1. MOINHO FLUMINENSE, BOM RETIRO — SÃO PAULO
Foto: Douglas Nascimento

Quem não sente ainda grande emoção ao passear por áreas industriais abandonadas, fábricas desocupadas, ou portos onde gruas enferrujam, ou por estações desativadas? Uma emoção estranha, uma vez que não está necessariamente relacionada, como freqüentemente se acredita, à nostalgia de uma outra época. Nossa “boa” consciência, por outro lado, nos coloca em estado de alerta: como podemos sentir saudade de um tempo que nossos antepassados eram condenados a horas de trabalho intensivo, em condições sanitárias difíceis? O silêncio desses territórios abandonados, dessas construções desmoronadas, nos coloca, contudo, em um estado de alucinação, uma vez que podemos ver os corpos, escutar vozes e gritos, ter a sensação de uma atmosfera de vida comum que a literatura e o cinema nos sugerem o tempo todo. Um estado visionário, retrospectivo, que nos incomoda [...] (JEUDY, 2005, p.25)

INTRODUÇÃO

A (re)significação das áreas preteritamente industriais representa um grande desafio, que, embora de formas diferenciadas, vem preocupando arquitetos e urbanistas, historiadores, geógrafos, antropólogos e gestores urbanos no tocante ao encaminhamento das estratégias e das soluções que envolvem a preservação e a gestão do patrimônio material e imaterial relacionado com a indústria, em um ambiente que se encontra em rápida e fundamental transformação.

A oportunidade de conhecer, analisar e refletir sobre o patrimônio industrial permite valorizar as marcas da industrialização passada, hoje territórios funcionalmente obsoletos, que guardam um amplo e complexo conjunto de bens patrimoniais vinculados à história do trabalho e ao desenvolvimento urbano e tecnológico. É inegável que as cidades contemporâneas passam por uma considerável adaptação aos novos processos econômicos e tecnológicos, e que esses processos têm profundo impacto sobre o ambiente construído, em especial, sobre o tecido urbano constituído pelas estruturas produtivas e consolidado ao longo do século XX. Tais estruturas representam uma porção significativa do espaço urbanizado em cidades industriais, encontrando-se, atualmente, em sua maioria, desativadas e abandonadas.

Ao mesmo tempo em que a atividade industrial entra em declínio nos grandes centros, observamos a expansão dos serviços, particularmente, daqueles altamente especializados, ligados ao consumo, à cultura, às finanças e à saúde, que requerem novas estruturas físicas e que mantêm, dentro do espaço urbano, relações espaciais diversas daquelas de seus precursores, com grande descompasso entre forma e lugar. Ou seja, frente à construção da cidade contemporânea, as relíquias dos chamados monumentos industriais (lugares, territórios ou edifícios) tendem a ficar descontextualizadas, pois, ao mesmo tempo em que representam o vazio, o improdutivo, o obsoleto, têm a condição de indefinido, à espera de reaproveitamento, com seu horizonte em aberto.

A compreensão desse novo ambiente urbano implica ter presente um conjunto de alterações estruturais na economia e na sociedade e o desenvolvimento de novas competências e lógicas empresariais, atendendo às transformações decorrentes da crise no modelo de produção fordista¹ e à emergência de novas formas de produção e de articulação das empresas e dos territórios.

¹ Harvey (1993) define 1914 como o momento simbólico do início do fordismo. Nesse ano, Henry Ford introduziu, na linha de montagem de sua fábrica de automóveis, a jornada de trabalho de oito horas e cinco dólares como recompensa. Para o autor, “[...] o que havia de especial em Ford era sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (p. 121). Harvey (1993) afirma ainda que “Ford acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada do poder corporativo. O propósito [...] só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa” (p. 122).

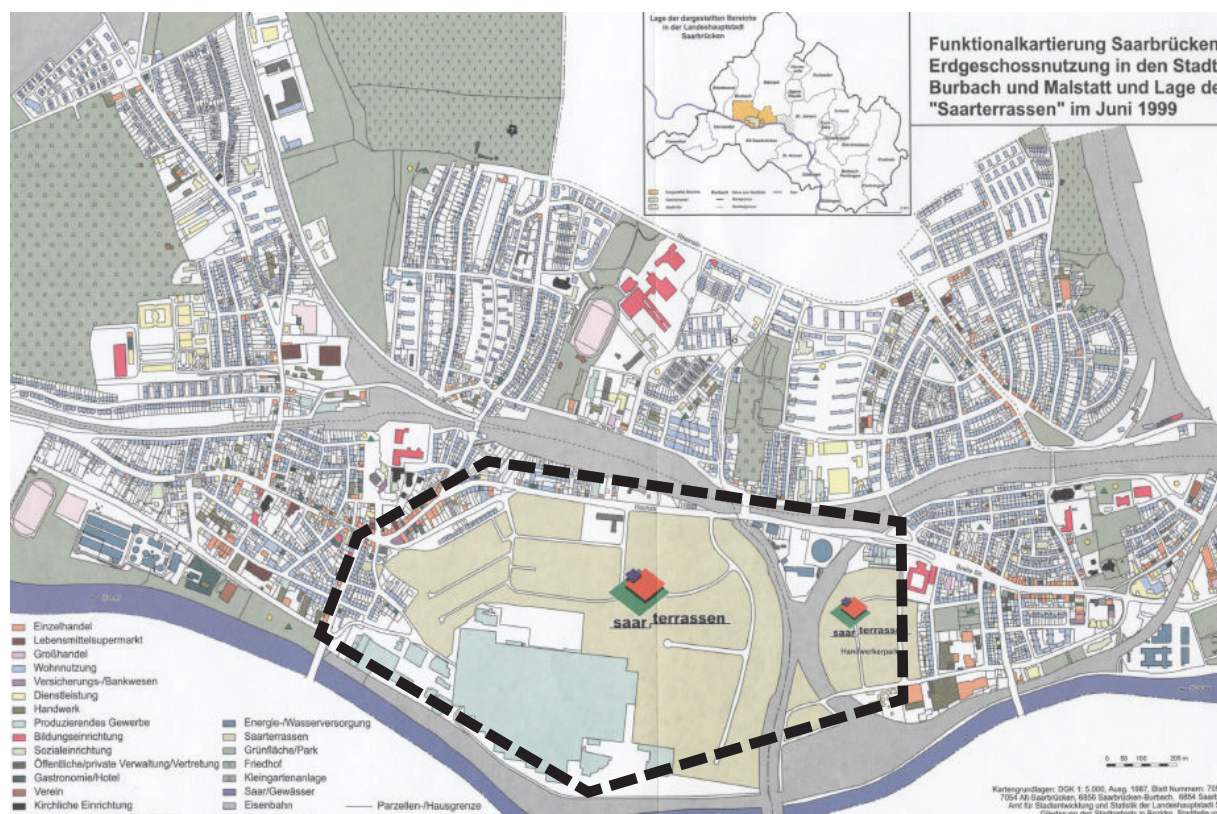
É fundamental considerar as condições e as causas da evolução de algumas atividades predominantes hoje nas cidades, bem como as dos territórios por elas construídos ou reconstruídos, para podermos entender a representatividade - qualitativa e quantitativa - que os sítios industriais alcançam, ampliando sua participação entre os bens considerados patrimônio cultural brasileiro, apesar dos grandes desafios que se colocam; em especial, quanto à sua conservação.

O interesse sobre o tema patrimônio industrial nasceu a partir da minha experiência como pesquisadora no programa de Mestrado da Bauhaus-Universität Weimar, junto à Empresa GIU mbH (Gesellschaft für Innovation und Unternehmensförderung - Sociedade para inovação e fomento empresarial), em um estudo para a implantação de projetos de planejamento regional denominado Saarterrassen AVI, em Saarbrücken, sul da Alemanha, na divisa com a França.

Os projetos implementados nesse plano de reabilitação da antiga área da usina siderúrgica procuraram trabalhar o significado das edificações como elementos da memória do espaço construído, dando-lhes um uso contemporâneo à sociedade atual, como foi o caso da antiga instalação da central de energia, que se transformou em sala de concertos.

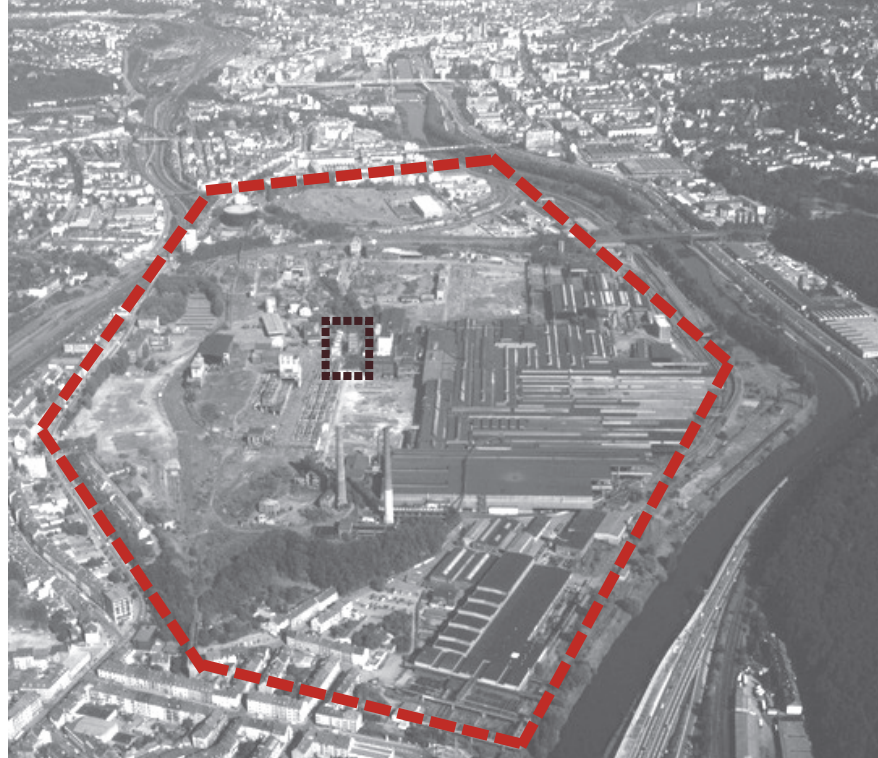
Os demais edifícios industriais da usina foram transformados em escritórios e estabelecimentos de comércio, compondo com as novas edificações residenciais o perfil atual da região.

▼ Fig. 2. Planta de Situação do projeto "Saarterrassen, Saarbrücken, Alemanha. Fonte: GIU mbH.





▲ Fig. 3. Vista do Burbacher Hütte a partir do Rio Saar. Fonte: Landesbildstelle des Saarlandes im LPM. Disponível em: <<http://www.industriekultur-ansichten.com/orte/deutschland/91-saarbruecken-burbach>>. Acesso em: 4 set. 2010.



► Fig. 4. Vista aérea do projeto Saarterrassen (Burbacher Hütte) - a antiga fábrica à direita, próxima à margem do Rio Saar [em destaque a área de intervenção e a localização do E-Werk]. Disponível em: <http://www.iks.saarbruecken.de/de/ueber_uns/domizil>. Acesso em: 3 maio 2008.

² O Projeto denominado Internationale Bauausstellung (Exposição Internacional de Construção), conhecido por IBA-Emscher Park, foi estabelecido na região do Ruhrgebiet, no Estado da Nordrhein-Westfalen, a partir de 1989, com duração pré-estabelecida e encerramento fixo marcado para 1999.

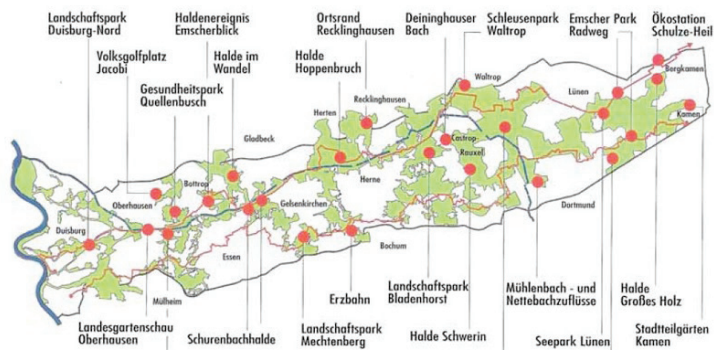
Esse projeto, seguindo a mesma diretriz implementada pelo IBA-Emscher Park², tinha por objetivo incentivar novas ideias e projetos nas áreas de desenvolvimento urbano, social, cultural e ecológico, consideradas como setores básicos para impulsionar e direcionar as mudanças em uma antiga região industrial em processo de transformação.

As indústrias, como elementos estruturantes dos territórios e da sociedade, formam um complexo sistema de colaborações entre atores e atividades que imprime uma imagem única nas cidades. Devido a uma nova dinâmica socioeconômica, a cidade, construída de modo efetivo e também simbólico, constitui um território onde novos atores e novas atividades irão formalizar e imprimir outra natureza à configuração de lugares existentes, e a presença de antigas instalações industriais acaba transformando-se em espaços passíveis de novas interpretações e interações, o que tem acontecido em regiões preteritamente industriais,

▼ Fig. 5. Fachada e detalhe da E-Werk, Saarbrücken, Alemanha. Disponível em: <<http://www.ewerk-sb.de/index.php?nav=281>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

▼▼ Fig. 6. Vista interna da Sala de concertos da E-Werk, Saarbrücken, Alemanha. Disponível em: <<http://www.ewerk-sb.de/index.php?nav=281>>. Acesso em: 10 ago. 2009.





como é o caso dos projetos 22@³, em Barcelona, e o IBA-Emscher Park, na Alemanha.

Contudo a introdução de novos elementos construtivos somente poderá ser considerada positiva se estiver associada à preservação da integridade do patrimônio existente, para não correr o risco de romper laços de pertencimento e alterar a legibilidade do espaço. E, especificamente no caso de antigas áreas industriais e de residência operária, deve-se levar em conta a possibilidade de uso e apropriação social desses novos equipamentos por parte dos primeiros habitantes.

Sobre o projeto 22@, Ester Limonad (2005) coloca que o desejo dos movimentos sociais populares de preservar áreas históricas como signo de um passado de lutas defronta-se com a intenção de renovação urbana dos planejadores, arquitetos e técnicos da prefeitura, somada à cobiça dos especuladores imobiliários. Considera ainda que os esforços de preservação do patrimônio histórico e cultural industrial catalão impulsionam os movimentos populares em razão das descaracterizações do conjunto existente operadas em nome de uma modernização e integração urbana, as quais constituem propostas da prefeitura de Barcelona no plano 22@.

As áreas industriais desativadas representam para os empreendedores imobiliários, por sua dimensão e localização, espaços de

▲▲ Fig. 7. Símbolo da mudança estrutural: Zollverein em Essen, Patrimônio da Humanidade. Foto: Thomas Willemssen, Zollverein Database.

▲ Fig. 8. Área de intervenção do Projeto IBA-Emscher Park. Disponível em: <<http://4.bp.blogspot.com>>. Acesso em: 14 out. 2010.

◀ Fig. 9. Kokerei Hansa. Foto: Manfred Vollmer. Disponível em: <<http://www.lwl.org/pressemitteilungen/daten/bilder/19220.jpg>>. Acesso em 26 jan. 2011.

³ O Projeto 22@ visa transformar 200 hectares de solo industrial de Barcelona em “[...] um inovador distrito produtivo, dotado de excelentes infra-estruturas, que oferece mais de três milhões de m² de novos espaços no centro da cidade para atividades intensivas de conhecimento”, conforme discurso dos planejadores catalães. Como plano urbanístico, o Projeto 22@ prevê a renovação de Poblenou por meio de um novo modelo de cidade mista, compacta e sustentável, que favoreça o desenvolvimento de talento e a coesão social. E como estratégia econômica, transforma o principal pulmão industrial da Catalunha em importante polo científico, tecnológico e cultural. Esse projeto gerou uma série de manifestações e indagações sobre sua validade, como podemos perceber na posição de Horacio Capel: “Otro aspecto que merece debate es el de la atención al tejido industrial existente. Se tiene la impresión de que ha primado la conversión en oficinas y viviendas, sin prestar atención a las necesidades de la diversificación del espacio, y de la importancia de mantener algunas actividades y talleres industriales en el barrio, así como la localización de equipamientos. A ello se une



▲► Fig. 10. Can Gili Vell – Antiga fábrica de farinhas em Poble Nou, Barcelona: (a) manifestação de uma resistência popular contra o projeto; (b) estado da edificação antes de sua reabilitação; (c) panorama futuro da proposta de reabilitação do espaço da fábrica para Lofts. Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/info_poblenou/>. Acesso em: 4 set. 2010.

la falta de sensibilidad por el patrimonio histórico. En especial, ha faltado un plan del patrimonio bien elaborado, y apoyado en criterios sólidos y transparentes, que debería haber existido antes de tomar decisiones de derribo de edificios concretos. Los ciudadanos, y en particular los del Poblenou, tuvieron confianza en el Ayuntamiento. Sin duda se fueron inquietando cada vez más por el crecimiento de los precios de las viviendas y la falta de voluntad para construir vivienda social, así como por la tardanza en la llegada de equipamientos prometidos. Y finalmente se exaltaron al ver lo que ocurría con Extractos Tánicos, un edificio que fue derribado por la propiedad un sábado, a pesar de las promesas que había hecho el Ayuntamiento para conservarlo". Ver: CAPEL, H. De nuevo el modelo Barcelona y el debate sobre el urbanismo barcelonés. In: Bibio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Univ. de Barcelona, 25 jan. 2006, vol. XI, nº 629. Sem paginação. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-629.htm>>. Acesso em: 4 set. 2010.



oportunidades, cujo valor simbólico e arquitetônico pode simplesmente ser desprezado.

As mudanças nas relações espaço-tempo estabelecidas com a contemporaneidade - destacando-se a velocidade das transformações intrínsecas à revolução da informática e da economia, que permeia todas as atividades humanas - podem restringir drasticamente o tempo de maturação necessário para a salvaguarda do patrimônio da industrialização e, em especial, para serem definidas as possibilidades de intervenção. Não havendo essa presteza, todo o processo voltado à sua permanência física pode tornar-se ineficaz.

Tratando-se de medidas de proteção do patrimônio industrial, a exigência de maior agilidade em todo o processo encontra dificuldades no que se refere à implantação e à implementação dos meios necessários para tanto, pois o tempo real de elaboração de inventários, de tramitação dos instrumentos de proteção e de sua promulgação supera muitas vezes a destreza das operações especulativas do mercado imobiliário e da própria dinâmica urbana, criando contradições para todo o trajeto de conservação da identidade e do caráter que a indústria imprimiu de maneira inconfundível em determinadas áreas, cidades e regiões.

O tempo de maturação das intervenções para valoração e reabilitação do patrimônio industrial é ainda muito mais extenso do que o que se apresenta nos processos tecnológicos econômicos atuais. Para se ter ideia da dimensão desse processo, tomemos, por exemplo, o tombamento estadual das fábricas Santa Adélia e São Martinho, em Tatuí. O pedido de tombamento no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT - é feito em abril de 1989, e, em 1994, o órgão decide dividir o processo, especificando o caso de cada uma das fábricas. O conselheiro dá parecer favorável em setembro de 2006, e os bens são inscritos no livro do Tombo Histórico em 12 de março de 2008. Entre a abertura do processo e a inscrição no livro do tombo, decorreram quase dezenove anos.



Caso semelhante aconteceu com o tombamento da Fábrica São Luiz, em Itu, também no Estado de São Paulo. O pedido do tombamento data de 1969, ano em que a fábrica completa seu centenário. Dez anos depois, o processo é arquivado a pedido do arquiteto Carlos Lemos, diretor técnico do Serviço Técnico de Conservação e Restauro - STCR, que alega o seguinte motivo: “[...] em face da política do CONDEPHAAT para as chamadas cidades históricas, estarem os tombamentos pontuais e isolados fora de cogitação” (CONDEPHAAT, Processo nº 09888/1969, p. 22). O pedido de reabertura do processo foi feito em 1982, data de encerramento das atividades da fábrica, pelo diretor do Museu Republicano de Itu, Jonas Soares de Souza, que temia pela vulnerabilidade do imóvel, sem atividade, frente a uma possível destruição. Entre o pedido inicial de tombamento da fábrica, seu encerramento, reabertura e, finalmente, sua inscrição no livro do tombo, em dezembro de 1983, decorreram quatorze anos.

Não obstante essa característica de morosidade inerente aos órgãos de defesa do patrimônio cultural brasileiro, sublinha-se a importância que desempenham na sua construção e preservação, apesar de a base da amostragem estar centrada em determinadas épocas e limitada a elas (colonial, barroco etc.), e de o patrimônio da industrialização, devido à sua complexidade, ainda causar certa perplexidade a esses órgãos, como poderemos constatar na terceira parte desta tese.

A análise da permanência de estruturas industriais centrada somente na esfera patrimonial revelou-se uma redução de sua importância. Essa redução vicia a compreensão do que seria tal patrimônio, uma vez que os órgãos de defesa forçosamente trabalham para a formação de uma amostra significativa de cada categoria patrimonial, o que resulta em não poder cobrir o extenso repertório de exemplares da arquitetura industrial presentes na maioria das cidades brasileiras.

Assim, parece oportuna a avaliação da experiência de intervenções urbanas em áreas preteritamente industriais ocorridas nos últimos vinte

◀ Fig. 11. Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, Tatuí. Detalhe da Torre do Relógio. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/1916410>> Acesso em: 20 jan. 2011.

▲ Fig. 12. Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, Tatuí. Vista do Conjunto. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/1916501>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

▼ Fig. 13. Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, Tatuí. Vista da entrada principal. Disponível em: <http://i.trekearth.com/photos/37107/sao_martinho.jpg>. Acesso em: 20 jan. 2011.

▼▼ Fig. 14. Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, Tatuí. Residências operárias. Disponível em: <<http://static2.bareka.com/photos/medium/1483690.jpg>>. Acesso em: 20 jan. 2011.



anos - para efeito deste trabalho, especificamente, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo -, apresentando um panorama que possibilite visualizar quais seriam as posturas relacionadas à preservação do patrimônio cultural arquitetônico da industrialização como parte ativa e importante da cidade em sua totalidade, consideradas em sua forma espontânea, sem a pressão exercida pelos órgãos de preservação.

Para abordar essas questões, a investigação buscou, primeiramente, entender as transformações ocorridas no território a partir do desenvolvimento industrial nas cidades onde se processou a origem da indústria moderna brasileira e a expressão espacial desse processo, tendo por foco a indústria têxtil, que, como veremos, foi o setor industrial mais expressivo, deixando um legado construído bastante significativo. Em atenção a esse recorte, foram analisadas as reconstruções do território industrial com base em dois pontos de vista: a sua salvaguarda patrimonial oficial e a sua preservação como ato de reapropriação espacial.

Não é mérito desta tese discutir critérios teóricos de restauro. Importa-nos discutir os impactos que a preservação das reminiscências das estruturas produtivas - como herança cultural da indústria, portadora de elementos simbólicos e identitários que foram expressão de uma sociedade emergente e progressista - produzem no ambiente construído.

Esta pesquisa está centrada em dois eixos. No primeiro eixo, foi realizada a revisão bibliográfica, mediante a qual emergiram alguns escritos que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. No que tange o desenvolvimento da indústria e sua dimensão econômica, social e urbana, não poderiam deixar de ser revistos os trabalhos de Warren Dean, Stanley Stein, Wilson Cano, Wilson Suzigan, Flávio Versiani. Na área do patrimônio industrial e sua preservação, há os clássicos trabalhos de Kenneth Hudson e Angus Buchanan, além dos estudos de Cristina Meneguello, Phillip Gunn, Telma de Barros Correia, Silvana Rubino, José Manuel Lopes Cordeiro, Marly Rodrigues, Beatriz Kühl, Jorge Tartarini, Jaime Migone Rettig, Eusebi Casanelles, Ulpiano Bezerra de Meneses, Rui Gama, Ademir Pereira dos Santos, somente para citar alguns. Outra fonte de consulta importante foram os Anais dos encontros do TICCIH⁴, tanto nacionais como internacionais, e as dissertações e teses de Helena Saia, Gabriela Campagnol, Danielle Couto Moreira, Manoela Rufinoni, Anicleide Zechini, Ludmila Pauleto, Cláudia dos Reis Cunha, Mary Helle Moda Balleiras, entre outras.

O segundo eixo centra-se na consulta às fontes documentais dos inventários constantes dos processos de tombamento dos órgãos de proteção do patrimônio cultural nas esferas municipal, estadual e federal, assim como a consulta aos documentos das empresas, mantidos hoje em arquivos privados, como os das fábricas Brasital, de Salto e de São Roque, que atualmente estão guardados no Centro de Memória

⁴ TICCIH, The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage, criado em 1978, é vinculado à UNESCO e visa à salvaguarda do patrimônio industrial. O Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial é representação oficial do TICCIH desde 1998.

da Fundação Bunge; e a documentos governamentais, como os da Companhia América Fabril, mantidos pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Para entender a lógica de reapropriação dos espaços ocupados por atividades industriais e responder à questão central desta tese – qual é o lugar do patrimônio industrial, com suas tipologias específicas e caráter próprio, nas estratégias de produção do espaço urbano contemporâneo – partimos de duas hipóteses:

Nos projetos e estratégias de reabilitação de áreas preteritamente industriais, categorias como tipo e caráter das fábricas são propriedades enfatizadas, a ponto de se transformarem em testemunhos eloquentes para a valorização histórica, social e cultural de espaços industriais abandonados e estigmatizados, decorrendo disso que a sua reintegração à dinâmica urbana provoca desdobramentos na melhoria da qualidade de vida e incremento dos aspectos econômicos da comunidade, que antes dependia das atividades industriais.

Esses processos de reabilitação criam atratividade para áreas até então degradadas, produzindo um progressivo desenvolvimento que induz a uma nova interpretação do local e levando a um distanciamento de seu passado, ligado a um momento histórico específico. Ao perder sua importância econômica, os símbolos arquitetônicos mantidos não são suficientes para narrar fatos que deveriam ser preservados no processo de patrimonialização.

Com base nessas hipóteses, no estabelecimento do mapeamento do território da tese, descrito a seguir, e na sistematização do campo de pesquisa, o trabalho estrutura-se em quatro partes.

A primeira parte visa descrever o processo de industrialização nascente no Brasil, no período definido pela história econômica como primeira fase do desenvolvimento da atividade industrial (até o final da década de 1920), evidenciando a organização urbana resultante desse processo e, posteriormente, a reestruturação produtiva, que impõe mudanças e rupturas em relação aos espaços onde a indústria se concentrou.

A segunda parte avalia a transformação do paradigma urbano, buscando identificar a mudança do significado do urbano frente à transformação do ambiente construído, resultante do processo de industrialização e, posteriormente, da globalização econômica, intensificada pela crescente informatização de relações e comunicações, a qual compromete a relação espaço-tempo, tornando incertos os paradigmas vigentes de produção do espaço construído no que se refere à arquitetura, ao urbanismo e à organização territorial.

A terceira parte procura apresentar os conceitos ligados à problemática patrimonial, em especial, com relação ao patrimônio da industrialização frente ao processo de renovação e requalificação

do ambiente construído. Procura avaliar a ação governamental como instrumento de preservação, buscando evidenciar as características estruturais dos instrumentos legais de proteção patrimonial, considerando sua eficácia formal para a preservação do patrimônio industrial como símbolo e espaço de apropriação para as novas demandas espaciais que se delineiam nas cidades.

A quarta parte, tendo em vista a compreensão do atual quadro de reabilitação do patrimônio material arquitetônico industrial, pauta-se em estudos pontuais que se alinham ao conteúdo traçado nas partes anteriores. Visa estabelecer uma análise crítica dos elementos simbólicos do patrimônio industrial edificado e do desempenho de instrumentos utilizados em intervenções que resultaram na reintegração do espaço físico e da herança cultural de espaços preteritamente fabris, considerando os casos de preservação originados em processos ligados a cinco fábricas, as quais apresentam características distintas: unidades tipicamente urbanas, como a Fábrica de Tecidos São Luiz, em Itu, Estado de São Paulo; unidades que foram implantadas nas bordas da área urbanizada, como a Brasital, no município paulista de São Roque; unidades que se originaram de fusões de outras fábricas, transformando-se em grandes complexos, como a Brasital, no município paulista de Salto, e a Cia. América Fabril, no município do Rio de Janeiro; e, finalmente, aquelas instaladas em zona rural, como a Fábrica Bangu, também no município do Rio de Janeiro. A abordagem está circunscrita aos instrumentos usados em sua preservação, considerando as formas de valorização do passado, como tempo da memória, e às evidências de concretização das hipóteses delineadas nesta tese. A análise enfatiza os aspectos relativos aos elementos tipológicos da arquitetura industrial a serem preservados, sua forma de preservação e reintegração, bem como os relativos aos elementos simbólicos do passado evidenciados e valorizados nessa reabilitação.

Dentro dessa estrutura, os capítulos se desenvolvem da seguinte forma:

Na primeira parte, o capítulo I apresenta uma visão geral do desenvolvimento industrial brasileiro, de meados do século XIX até fins dos anos 1920. Os dois capítulos seguintes aprofundam a análise nos dois estados brasileiros elencados, primeiramente no Rio de Janeiro e depois em São Paulo - onde a indústria têxtil teve primazia no recorte temporal especificado -, relatando os impactos na formação do território urbano e os aspectos remanescentes desse processo. O último capítulo dessa parte aborda fatores determinantes no processo de desindustrialização, em que a indústria perde terreno para outras atividades econômicas ou simplesmente deixa de existir.

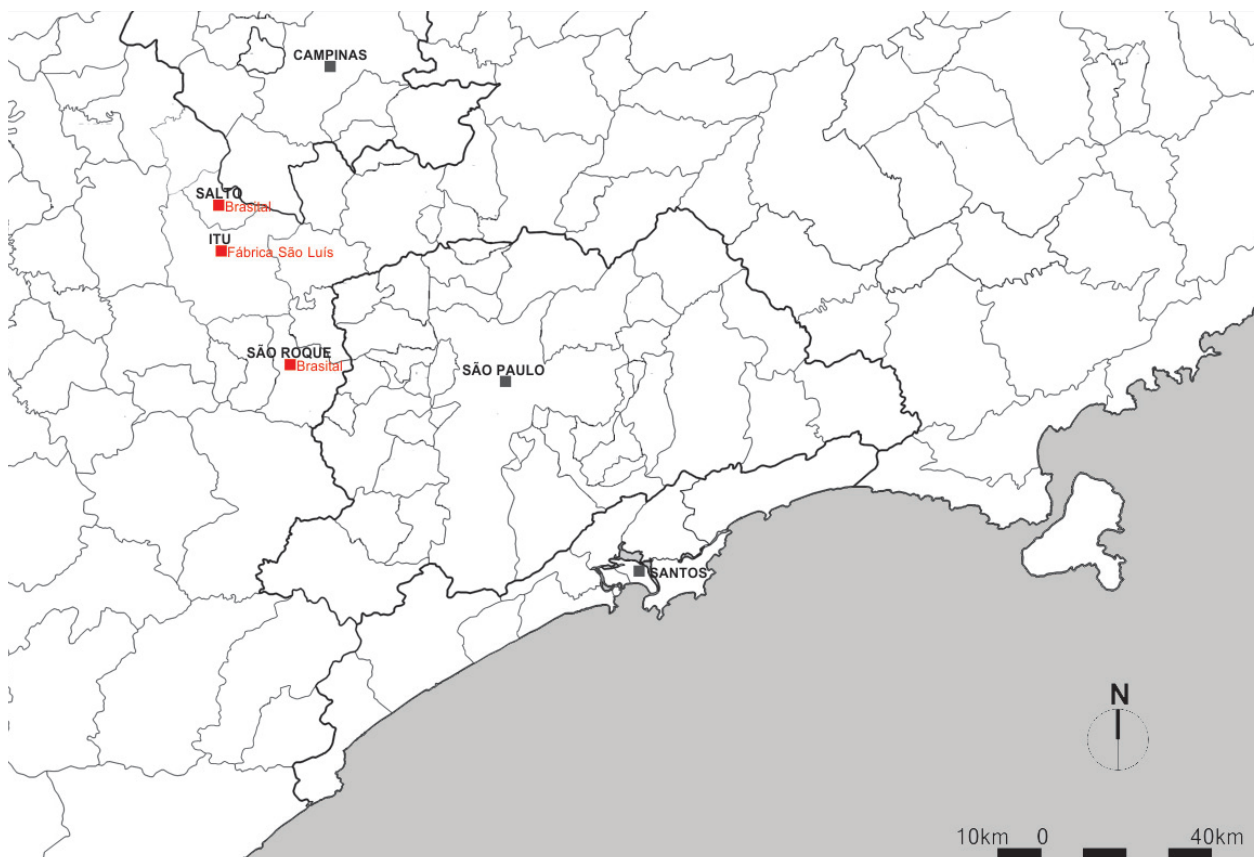
A segunda parte é estruturada em dois capítulos. No primeiro, são apresentadas as características de configuração do espaço urbano no período fordista e o papel que a indústria desempenhou na criação

da imagem da cidade. O segundo capítulo aborda as perspectivas que se colocam para a cidade pós-fordista, buscando identificar novos símbolos urbanos, cujo conteúdo sintetize o espaço no tempo. Estuda-se também a relação entre novos paradigmas socioeconômicos e sua implicação na relação espacial do tempo presente.

Na terceira parte, o primeiro capítulo parte da análise do papel dos organismos de preservação na salvaguarda do patrimônio cultural, congregando o papel histórico do IPHAN e a evolução do quadro de bens tombados desde a sua fundação até os dias atuais. O segundo capítulo aborda a indústria como campo do patrimônio cultural. Assim, é apresentada uma perspectiva histórica da preservação do legado da indústria. O terceiro capítulo volta-se a uma análise da valorização do patrimônio industrial brasileiro sob a óptica dos organismos oficiais de preservação por meio da análise do tombamento da Fábrica Santa Amélia, no Maranhão, e da Fábrica de Vinho Tito e Silva, na Paraíba.

A quarta e última parte desenvolve-se em seis capítulos. O primeiro trata da organização interna das fábricas têxteis, objetivando destacar a importância do processo produtivo na definição física do espaço industrial. Os cinco capítulos seguintes reinterpretem os territórios industriais, analisando as características históricas e tipológicas das fábricas selecionadas, tanto no sentido de preservação do edifício como símbolo, quanto no tocante às potencialidades desses espaços de oportunidade no processo de requalificação urbana das cidades. Os relatos dos casos de reabilitação do patrimônio da industrialização identificam tipologias de intervenção e formas de abordagem e avaliam as novas políticas de atuação do poder público e da sociedade em relação à proteção dos bens culturais da industrialização. Nesses capítulos, são estudadas as fábricas América Fabril e Bangu, do Rio de Janeiro, e de São Paulo, as fábricas Brasital (municípios de Salto e São Roque), além da São Luiz.

Por fim, os elementos analisados no decurso desta investigação levam a uma consideração final sobre as relações que se estabelecem no atual estágio da sociedade entre a dinâmica espacial vigente e a abordagem qualitativa na reabilitação do patrimônio arquitetônico da industrialização.



▲ Mapa 1. Distribuição das fábricas estudadas no estado de São Paulo.

► Fig. 15. (pag.30) Diagrama do agenciamento das implantações, imagens e informações sumárias das Fábricas estudadas no estado de São Paulo.

▼ Mapa 2. Distribuição das fábricas estudadas na cidade do Rio de Janeiro.

► Fig. 16. (pag.31) Diagrama do agenciamento das implantações, imagens e informações sumárias das Fábricas estudadas na cidade do Rio de Janeiro.





FABRICA SÃO LUÍS

Av. dos Andradas Centro Itu	LOCALIZAÇÃO
1869 (fundação) 1982 (encerramento)	PERÍODO
Fábrica de Tecidos Atual: Espaço Cultural	FUNÇÃO
Tombamento Estadual Tombamento Federal	PROTEÇÃO



BRASITAL

Largo da Matriz Centro Salto	LOCALIZAÇÃO
1875 (fundação) 1995 (encerramento)	PERÍODO
Fábrica de Tecidos Atual: Centro Universitário	FUNÇÃO
Tombamento Estadual	PROTEÇÃO



ENRICO DELL'ACQUA

Via Estrutural Vila Aguiar São Roque	LOCALIZAÇÃO
1892 (fundação) 1970 (encerramento)	PERÍODO
Fábrica de Tecidos Atual: Centro Educacional e Cultural	FUNÇÃO
Tombamento Estadual	PROTEÇÃO





Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB) - Fábrica Bangu

Rua Fonseca, 240 Bangu Rio de Janeiro	LOCALIZAÇÃO
1893 (inauguração) 2005 (encerramento)	PERÍODO
Fábrica de Tecidos Atual: Shopping Bangu	FUNÇÃO
Tombamento Municipal Lei N° 3086 02/08/2000	PROTEÇÃO

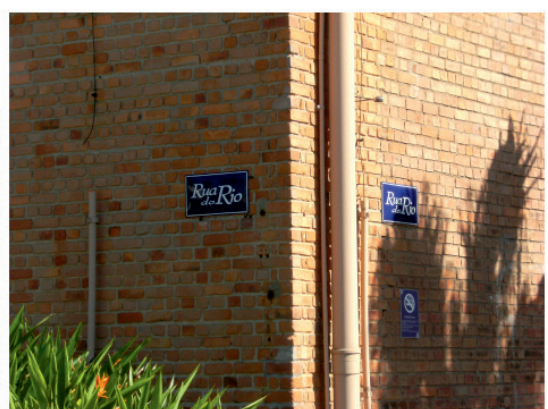


31



Companhia Nacional de Tecidos Nova América

Av. Pastor Martin Luthr King Jr Del Castilho	LOCALIZAÇÃO
1924 (criação) 1991 (encerramento)	PERÍODO
Fábrica de Tecidos Atual: Shopping Nova América	FUNÇÃO
Proteção Municipal Decr. N° 20048 11/06/2001	PROTEÇÃO





PARTE I

A DINÂMICA INDUSTRIAL BRASILEIRA

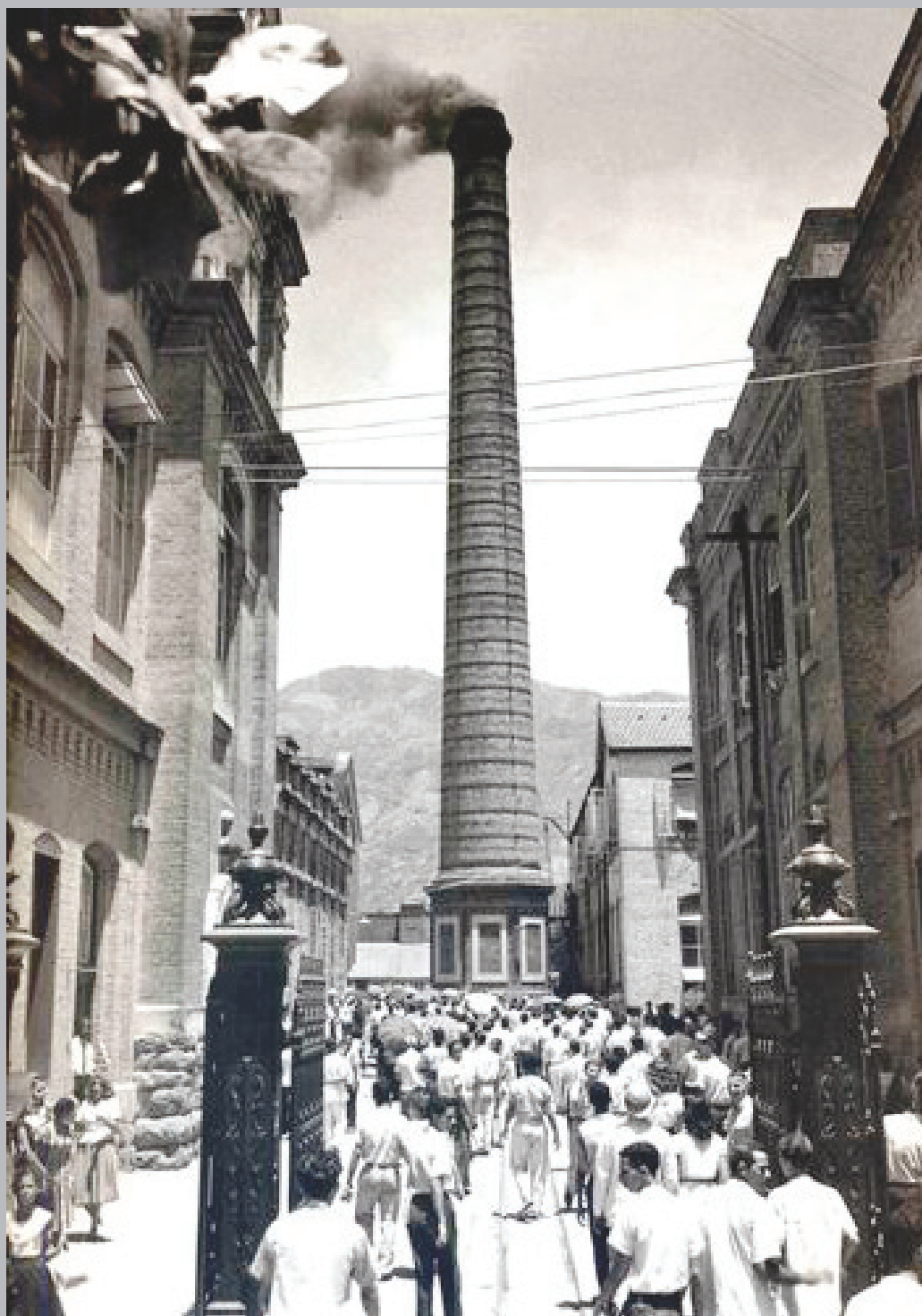
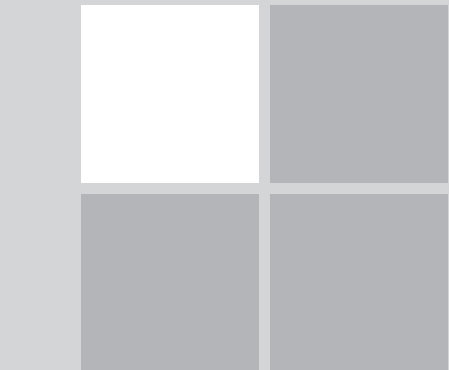


Fig. 17. Portão de Acesso à Cia. Progresso Industrial do Brasil, Fábrica Bangu, Rio de Janeiro. Fonte: Gracilda A. de A. Silva, 1989

Não dificultem com ameaças periódicas a sua marcha natural, e mantenham-lhe, como é de justiça comesinha, as condições em que foi creada e tem evolvido até hoje, e esta indústria nacional, tão nossa, atingirá, fatalmente, pelas condições especiaes da sua existencia, importancia igual ou maior á de que se desvanecem e orgulha, com predilecção notoria, nações essencialmente industriaes.

Cunha Vasco (sobre a indústria de fiação e tecelagem brasileira em 1905).



I. O PRELÚDIO DA INDÚSTRIA TÊXTIL BRASILEIRA

— UMA VISÃO CONCISA

O território deve ser entendido não apenas como o repositório de um conjunto de condições e recursos disponíveis (infra-estruturas físicas ou tecnológicas, existência de mão-de-obra qualificada, empresas, empreendedores, ou outros), mas como algo dinâmico, em permanente construção e constante diálogo com os agentes e actores aí localizados.

Rui Jorge Gama Fernandes

O crescimento econômico e o desenvolvimento das sociedades no século XIX, e no Brasil, em particular, no século XX, estão fundamentados nas modificações inovadoras introduzidas pelo sistema produtivo.

O desenvolvimento da atividade industrial no Brasil, a partir do último quartel do século XIX, é dividido em alguns trabalhos de história econômica, como o de Suzigan (1975, p. 433), em três fases. A primeira fase compreende todo o período que se estende até o final dos anos 1920 e se caracteriza pela predominância da defesa dos interesses dos setores comercial e agrícola, particularmente dos cafeicultores, por meio de programas de valorização do café, com pouco ou nenhum interesse em promover a industrialização do país. A segunda fase abrange o período entre os anos 1930 e meados dos anos 1950, quando a política econômica passou a comportar medidas esparsas de apoio ao crescimento da produção industrial, ainda que prioritariamente ocupada com o suporte ao setor agrícola, que estava em crise, em especial, o café. Finalmente, a terceira fase compreende o período iniciado em 1957, quando o desenvolvimento industrial passou a ser prioritariamente promovido por uma política deliberada de industrialização.

Este capítulo centra-se na primeira fase do desenvolvimento industrial brasileiro, de meados do século XIX até fins dos anos 1920, fase esta em que a indústria, embora ainda não tendo atingido sua maturidade, irá intensificar o processo de urbanização, desencadeado pela economia cafeeira.

Até o final do século XIX, o Brasil era um país eminentemente rural, voltado para a monocultura de exportação, organizado com base nas economias regionais, apresentando escassas relações mercantis entre elas e inserido dentro do plano internacional como fornecedor de borracha produzida na região amazônica; açúcar, algodão, fumo e cacau produzidos no Norte e Nordeste; mate, couros e peles produzidos no Sul; e, a partir do último quartel do século XIX, especialmente o café

produzido no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. Os recursos auferidos no mercado externo subsidiavam, sobretudo, a administração pública e a importação de manufaturados.

Suzigan (1975, p. 434) defende que, até fins da década de 1920, o crescimento da produção industrial estava atrelado ao desempenho do setor agrícola exportador, de cuja renda dependia o mercado interno de produtos manufaturados, e o desenvolvimento se dava pelo que pode ser chamado de “surto espontâneo”, nos quais o papel da política econômica governamental explícita foi pouco significativo. O autor afirma ainda que, a partir da Primeira Guerra Mundial, o Estado começou a estimular o desenvolvimento de algumas indústrias específicas por meio de subsídios e incentivos para empresas individuais, sem caráter sistemático. Foi somente a partir da década de 1930 que a ação do Estado em defesa do setor agrícola-exportador em crise (café) acabou ajudando o desenvolvimento industrial, ainda que indiretamente.

Portanto o chamado “primeiro surto” ou “primeira fase” da indústria brasileira, ocorrida no século XIX, teve sua atuação voltada para o mercado interno e estabeleceu a base de nossa indústria moderna. Cabe recordar a dificuldade enfrentada desde o início para a constituição desse novo mundo industrial, em especial, a partir do alvará de 1785, de D. Maria I, que abolia e proibia o funcionamento de fábricas e manufaturas no Brasil:

[...] o grande número de fábricas e manufaturas que de alguns anos por esta parte se têm difundido em diferentes capitanias do Brasil, com grave prejuízo da cultura, e da lavoura, e da exploração de terras minerais daquele vasto continente; porque havendo nele uma grande, e conhecida, falta de população, é evidente que, quanto mais se multiplicar o número dos fabricantes, mais diminuirá o dos cultivadores; e menos braços haverá que se possam empregar no descobrimento, e rompimento de uma grande parte daqueles extensos domínios que ainda se acha inculta, e desconhecida. Nem as sesmarias, que formam outra considerável parte desses mesmos domínios, poderão prosperar; nem florescer; por falta do benefício da cultura, não obstante ser esta a essencialíssima condição com que foram dadas aos proprietários delas. E até nas terras minerais ficará cessando de todo, como já tem consideravelmente diminuído, a extração de ouro, e diamantes, tudo procedido da falta de braços, que devendo-se empregar nestes úteis e vantajosos trabalhos, ao contrário os deixam, e abandonam, ocupando-se de outros totalmente diferentes, como são as referidas fábricas e manufaturas. E consistindo a verdadeira e sólida riqueza nos frutos e produções da terra, os quais somente se conseguem por meio de colonos e cultivadores, e não de artistas e fabricantes. E sendo, além disso, as produções do Brasil as que fazem todo fundo e base, não só das permutações mercantis, mas da navegação e comércio entre meus leais vassallos habitantes destes reinos, e daqueles domínios, que devo animar, sustentar em benefício comum de uns e outros, removendo na sua origem os obstáculos que lhes são prejudiciais e nocivos. Em consideração de todo o referido, hei por bem ordenar que todas as fábricas, manufaturas ou teares [...]; excetuando-se tão somente aqueles ditos teares ou manufaturas em que se tecem,

ou manufacturam, fazendas grossas de algodão, que servem para o uso e vestuário de negros, para enfiar, para empacotar, e para outros ministérios semelhantes; todas as mais sejam extintas e abolidas por qualquer parte em que se acharem em meus domínios do Brasil [...] (CARTAS, PROVISÕES E ALVARÁS, 1785).

A proibição das manufaturas no Brasil pode ser interpretada como uma tentativa de estabelecer e firmar uma indústria manufatureira portuguesa que pudesse substituir em parte as onerosas importações da Inglaterra, que, depois da Revolução Industrial, detinha o controle do mercado de exportação de gêneros industriais. Para Portugal, o Brasil Colônia representava um importante mercado consumidor para a sobrevivência de suas manufaturas nascentes.

Depois da Revolução Industrial, há uma crescente necessidade, por parte da Inglaterra, de mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas para sua mais importante indústria, a têxtil; em destaque, a necessidade do algodão, produto de regiões e climas tropicais. Portugal representava, nessa complexa teia de relações, um importante papel de aliado, importador dos produtos ingleses, os quais seriam repassados às suas colônias junto com seus próprios gêneros manufaturados. O Brasil, consecutivamente, cresce de importância não somente para sua metrópole, tornando-se a mais valorosa colônia do Império português, mas também despertando crescente interesse de outras nações, atraídas pelo potencial lucrativo de um território tão vasto e fértil, apesar da enorme população destituída de meios de compra - os escravos. Durante as guerras de independência das treze colônias, o Maranhão tornou-se um importante fornecedor de algodão para a indústria têxtil inglesa, que retornava manufaturado, posteriormente, por intermédio de Portugal (HEYNEMANN, 2007).

Em 1808, o príncipe regente recém-chegado promove várias mudanças no âmbito cultural, político e econômico. O alvará de 1º de abril de 1808 (The CÓDIGO BRASILIENSE, Index or Law, 1808, L05)⁵, que revoga a proibição de 1785, será o primeiro incentivo para o desenvolvimento industrial do século XIX, apesar do acordo que a Coroa estabelece com a Inglaterra, abrindo os portos brasileiros aos produtos ingleses em troca de apoio na transmigração da Corte e da burocracia do Estado para o Brasil. O segundo incentivo será estabelecido por meio do Alvará de 28 de abril de 1809 (The CÓDIGO BRASILIENSE, Index of Law, 1809, L13)⁶, no qual foram adotadas diversas medidas voltadas para o desenvolvimento industrial, tais como: a isenção de direitos à importação de matérias-primas, a isenção de direitos à exportação de produtos manufaturados e a concessão de privilégios aos inventores e introdutores de novas máquinas, que teriam o direito exclusivo de explorar a invenção por 14 anos. Para isso, havia sido criado um órgão para avaliar os planos de invenção, a Real Junta do Comércio, que foi dotada de recursos para conferir prêmios e incentivar as invenções:

Sendo o meio mais conveniente para promover a indústria

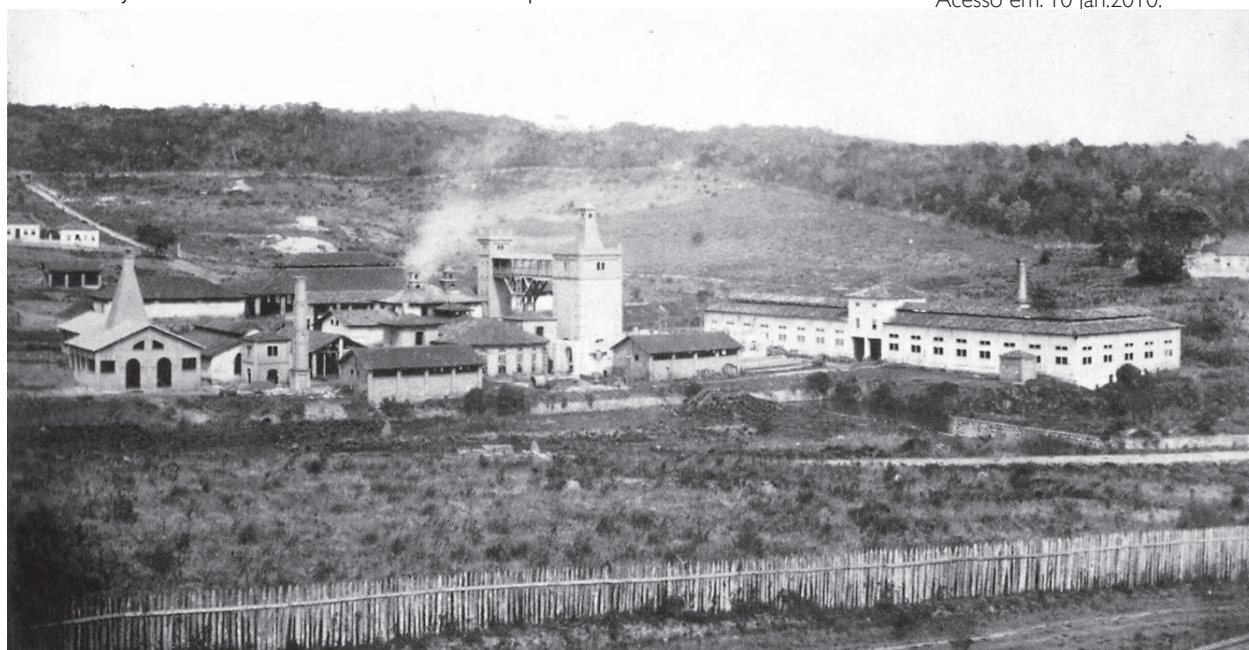
⁵ Trata-se do Alvará de 1808, cujo teor expressa o seguinte: “[...] revogando toda a proibição que havia de Fabricas e Manufacturas no Estado do Brazil, e Dominios Ultramarinos, registrado em doze de abril de 1808, à Folha cinco do Livro primeiro de Leis, Alvarás e Cartas Régias da Secretaria de Estado dos Negócios do Brazil”.

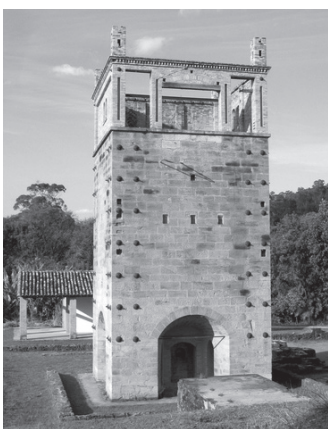
⁶ “Alvará que izenta de Direitos as materias primeiras que servirem de baze a quaesquer Manufacturas Nacionaes; e conferir como dom gratuito a quantia de sessenta mil cruzados ás Fabricas, que mais necessitarem destes socorros, ordenando outras providencias a favor dos Fabricantes, e da Navegação Nacional”. Registrado na Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil no Livro primeiro de Leis, Alvarás, e Cartas Régias a folhas 100 vers. Rio de Janeiro em três de maio de mil oitocentos e nove.

de qualquer ramo nascente, e que vai tomando maior augmento pela introdução de novas machinas dispendiosas, porém utilíssimas, o conferir-se-lhe algum cabedal que anima o capitalista que emprehe promover semelhante fábrica, vindo a ser esta concessão um Dom gratuito que lhe faz o Estado: sou servido ordenar, que da Loteria Nacional do Estado, que anualmente quero se estabeleça, se tire em cada anno uma soma de sessenta mil cruzados [...] a favor daquellas manufacturas e artes, particularmente das de lãs, algodão, seda e fábricas de ferro e aço. E as que receberem [...] não terão obrigação de o restituir sendo muito conveniente que os inventores e introductores de alguma nova machina, e invenção nas artes, gozem do privilégio exclusivo além do direito que possam ter ao favor pecuniário, que sou servido estabelecer em benefício da indústria e das artes; ordeno que todas as pessoas que estiverem neste caso apresentem o plano de seu novo invento à Real Junta do Commercio; e que esta, reconhecendo a verdade, e fundamento delle, lhes conceda o privilégio exclusivo por quatorze annos, ficando obrigados a publica-lo depois, para que no fim desse prazo, toda a Nação goze do fructo dessa invenção[...] (The CÓDIGO BRASILIENSE, 1809, L13, p2-3).

Gunn e Correia (2005, p. 24) ressaltam que esses incentivos e concessões reais levaram à fundação de diversas fundições, como é o caso da Real Usina de Ferro do Morro do Pilar, em Conceição (MG), na Serra do Espinhaço, perto de Timóteo, em 1812; a Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em Iperó (SP), próxima a Sorocaba, iniciada em 1811 sob a supervisão do engenheiro militar germânico major Varnhagen; a Fábrica de Ferro do Prata, também conhecida como Usina Patriótica, próxima a Itabirito (MG), sob a supervisão de Eschwege, outro engenheiro militar, que deu início à operação em 1812; a Saint John D'El Rey Mining Company, iniciada em 1834, na vila de Morro Velho, hoje cidade de Nova Lima, situada próxima a Belo Horizonte.

▼ Fig. 18. Real Fábrica de Ferro de Ipanema, séc. XIX, 1884. Fonte: Pedro Correa do Lago. Coleção Princesa Isabel: Fotografia do século XIX. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b6/F%C3%A1brica_ferro_Sorocaba_1884.jpg>. Acesso em: 10 jan.2010.





▲ Fig. 19. Real Fábrica de Ferro de Ipanema, Forno alto, construído em 1885 por Mursa (nunca entrou em atividade). Disponível em: <<http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/10674612.jpg>>. Acesso em: 10 jan.2010.



► Fig. 20. Real Fábrica de Ferro de Ipanema, séc. XIX, cerca de 1820 (?). Fonte: ABAP. Disponível em: <<http://www.abpfp.com.br/ferrovias/ferrovias34.htm>>. Acesso em: 10 jan.2010.

▼ Fig. 21. Fachada da Casa das Armas, Real Fábrica de Ferro de Ipanema. Fonte: Ricardo Koracsorny. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/2728744>>. Acesso em: 10 jan.2010.

▼▼ Fig. 22. Interior da Casa das Armas, Real Fábrica de Ferro de Ipanema. Fonte: Andre Bonacin. Disponível em: <<http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/10695174.jpg>>. Acesso em: 10 jan.2010.



Apesar dos fracassos na viabilização desses empreendimentos, houve outras tentativas de produção ainda no século XIX, como a fundição Usina Esperança, inaugurada em 1888, que, nas décadas seguintes, se tornou um dos maiores estabelecimentos de fundição de ferro do país.

A Usina Esperança também é citada por Suzigan (2000) como exemplo de investimentos realizados na área industrial no final da década de 1880:

[...] durante o encilhamento, foram estabelecidas grandes fábricas de tecidos de algodão no Nordeste (particularmente na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão), em São Paulo e na própria área do Rio de Janeiro. Foram também realizados substanciais investimentos em outras indústrias, tais como sacaria de juta, tecidos de lã, moinho de trigo, cervejarias, fábricas de fósforo, e indústrias metal-mecânica. Também data do período a construção do auto-forno de Miguel Burnier (Minas Gerais) operado pela Usina Esperança, única companhia a produzir ferro-gusa em escala industrial antes da década de 1920 (p. 51).

Stein (1979, p. 22) afirma que a expansão do comércio internacional, sobretudo com a Grã-Bretanha, favorecida por acordos preferenciais até 1843, prejudicou muito a indústria artesanal e manufatureira do Brasil. O autor considera de pouca importância o desenvolvimento de algumas pequenas empresas prematuras nas três primeiras décadas do século XIX, pois, em primeiro lugar, elas foram favorecidas por certo apoio governamental e pela ausência momentânea da concorrência estrangeira após 1808, e, em segundo lugar, a maioria sucumbiria por volta de 1830 devido ao influxo de manufaturados importados.

A análise de Stein (1979, p. 23) sobre o período revela que todo o protecionismo teve caráter acidental. O autor afirma ainda que os investimentos privados no período anterior a 1850 eram direcionados especialmente a empreendimentos em que os empresários comerciais já tivessem experiência, o que excluía a indústria, considerada, no período mencionado, um investimento arriscado. Fato notável nas décadas de 1850 e 1860 foi a aplicação de grande volume de capital na fundação de bancos de desconto e depósito, assim como os investimentos realizados

em companhias de construção de estradas, linhas de carruagem, navegação costeira e estradas de ferro projetadas para facilitar o escoamento dos produtos agrícolas de exportação.

O pioneiro banco de investimento Mauá, McGregor & Cia., de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, exemplifica essa fase, assim como a implantação da primeira estrada de ferro, da Raiz da Serra à cidade de Petrópolis (RJ), em 1854, e o trecho inicial da União e Indústria, primeira rodovia pavimentada do país, entre Petrópolis e Juiz de Fora (MG), também em 1854. Em sociedade com capitalistas ingleses e cafeicultores paulistas, participou da construção da Recife and São Francisco Railway Company, da ferrovia Dom Pedro II, atual Central do Brasil, e da São Paulo Railway.

A saga do Barão de Mauá pode ser considerada uma exceção, pois, entre seus empreendimentos em vários setores, destacavam-se os da indústria.

As suas fundições foram responsáveis por boa parte do material empregado na urbanização da cidade do Rio de Janeiro promovida pela Corte Imperial, e seu Estaleiro da Ponta da Areia chegou a montar 72 navios na primeira década de sua existência, fornecendo parte dos navios que a Marinha de Guerra brasileira usou na Guerra da Tríplice Aliança. Em 1851, fundou uma companhia de gás, a Fábrica do Aterrado, para a iluminação pública do Rio de Janeiro. A falta de apoio da política econômica levou Mauá à falência em meados da década de 1870 (GANNS, 1998).

Dois fatos ocorridos antes de 1850 foram decisivos para o progresso da indústria têxtil: a promulgação da tarifa protecionista em 1844, conhecida por “Alves Branco” - que estipulava taxas de 30% para a maior parte dos produtos manufaturados estrangeiros, incluindo os tecidos de algodão - e a suspensão das taxas alfandegárias que incidiam sobre as máquinas e matérias-primas, em 1846 e 1847. Essas ações estimularam a fundação de fábricas de fiação e tecelagem de algodão, duas das quais – a de Santo Aleixo (Rio de Janeiro, 1848) e a de Todos os Santos (Bahia, 1844) - deram aspecto verdadeiramente industrial à manufatura têxtil de algodão nos anos 1840. A maior parte das nove fábricas de tecidos de algodão, inscritas em exposições nacionais vinte anos depois⁷, foi fundada nesse período, sobretudo as da Bahia, o primeiro centro manufatureiro têxtil de algodão do país.

Tabela 1 - Número de fábricas de algodão do Império do Brasil em 1º de dezembro de 1875

Província / Estado	Nº de fábricas
Bahia	11
São Paulo	6
Minas Gerais	5
Rio de Janeiro	5
Alagoas	1
Maranhão	1
Pernambuco	1
TOTAL	30

Fonte: Arquivo da Exposição da Indústria Nacional (apud CARONE, 2001, pp. 200-201).

⁷ Exposições nacionais de 1861 e 1866. Na 1ª Exposição Nacional de Produtos Naturais e Industriais, em 1861, promovida pelo governo imperial no Rio de Janeiro para mostrar aos estrangeiros que o Brasil não produzia só açúcar, café, algodão, cacau, couros e carnes salgadas, foi exibida boa variedade de produtos manufaturados.

Dean (1971) aposta no lado positivo do período de consolidação da indústria têxtil, representado pela infraestrutura ferroviária instalada para o café, a mão-de-obra abundante e a existência de pessoal capacitado.

As primeiras fábricas também se viram incalculavelmente beneficiadas pela transformação social já operada pelo café, em particular pela presença não só de uma mão-de-obra, assim imigrante como nativa, afeita à necessidade do trabalho constante, mas também de um quadro de técnicos e contramestres contratados na Europa para superintender as plantações ou construir estradas de ferro, ou treinados nos novos institutos de educação superior de São Paulo. Além da escola de Direito, fundada em 1830, novas escolas de Engenharia, comércio, Medicina e Biologia se criaram antes da Primeira Guerra Mundial (DEAN, 1971, p. 15)

Sobre a implantação da infraestrutura ferroviária após 1860, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais, Stein (1979, p.38) reforça a importância de sua contribuição para o deslocamento da supremacia têxtil da Bahia para a região Centro-Sul do Brasil. A ferrovia contribuiu também para o processo de interiorização da localização industrial em São Paulo e Rio de Janeiro, como pode ser observado pela implantação das indústrias têxteis nos municípios paulistas Sorocaba, Salto, Itu e Tatuí, que, além de serem servidas por linhas férreas, contavam com a proximidade da matéria-prima e a força hidráulica necessária para acionar suas turbinas.

Stein (1979, p. 23) enfatiza a dificuldade de financiamento enfrentada pelas empresas industriais nascentes, que, sem raízes na economia nacional e ofuscadas pelas sociedades mercantis urbanas, eram as primeiras a sofrer com a falta de crédito em qualquer crise. Em 1875, os diretores da Companhia Têxtil Brasil Industrial, localizada nas proximidades do Rio de Janeiro (distrito de Macacos, atual Paracambi), queixavam-se da desconfiança com que os bancos tratavam os empreendimentos industriais durante a depressão da década de 1870. Por ocasião da crise bancária e da contratação geral do crédito nessa época, declaravam que os empréstimos eram obtidos apenas sob garantias cuidadosamente definidas, as quais os industriais não tinham condições de oferecer. Afirmavam que não podiam aumentar seu capital por meio da emissão de ações, pois o mercado financeiro estava dominado por uma reação contra a empresa industrial. Já outros ponderavam que o malogro das poucas indústrias existentes apenas demonstrava que o país não estava preparado para uma industrialização em larga escala, e que o capital investido nesses empreendimentos inevitavelmente se perderia. Na década de 1880, raros eram os que contestavam a noção de que o maior obstáculo para a manufatura têxtil de algodão era a escassez de fundos, pois o capital encontrava no comércio um emprego seguro e lucrativo, ao contrário das manufaturas, sobre cujas operações os capitalistas não podiam ter uma ideia clara à primeira vista, nem podiam estimar rapidamente os lucros.

Suzigan (2000, p. 50) afirma que, embora existam divergências

entre autores a respeito das origens do desenvolvimento industrial brasileiro⁸, no período conhecido como Encilhamento (1890-1891), houve um pico no investimento industrial, confirmado pelo aumento das exportações de maquinaria industrial para o Brasil, de 30% em 1890 e mais de 70% em 1891.

Nos dados abordados por Suzigan (2000), relacionados com o estabelecimento de fábricas de tecidos de algodão antes de 1905, confirma-se o estabelecimento de grandes empresas industriais no Nordeste, em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, conforme demonstra a Tabela 2:

Tabela 2 - Fábricas de tecidos de algodão estabelecidas no Brasil antes de 1905

PROVÍNCIA/ESTADO	Nº DE FÁBRICAS
Minas Gerais	31
Rio de Janeiro	28
São Paulo	26
Bahia	11
Maranhão	10
Pernambuco	8
Alagoas	5
Ceará	4
Rio Grande do Sul	2
Sergipe	2
Paraíba	1
Rio Grande do Norte	1
TOTAL	129

Fonte: Elaboração da autora com base em SUZIGAN (2000).

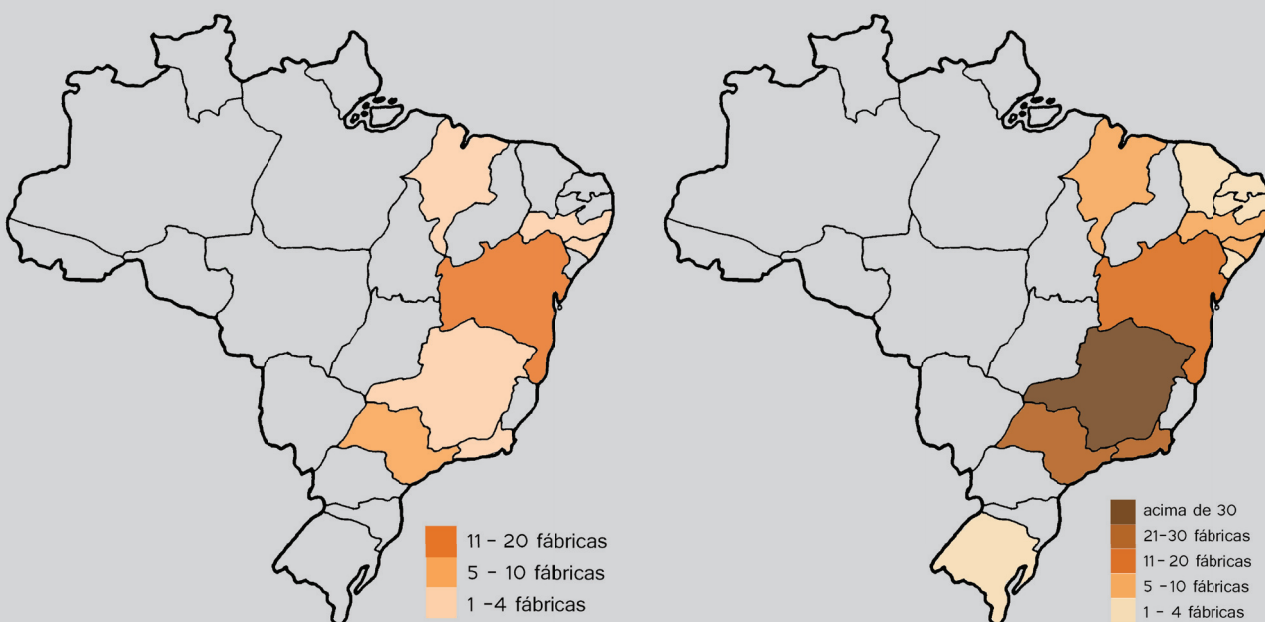
Estamos assim na presença de comportamentos espaciais diferenciados, que nos levam a refletir sobre a natureza do processo de concentração industrial no Brasil, ocorrido a partir do último quartel do século XIX.

Importa, na sequência desta análise, contextualizar o processo de industrialização com base nos dados apresentados em 1875 e 1905. Podemos, nessa perspectiva, elaborar um mapa quantitativo da evolução das indústrias têxteis do Brasil (figuras 23 e 24), avaliando números e localização geográfica em dois períodos importantes: o Brasil Imperial, às vésperas da República, e o início do século XX.

A análise das figuras revela a existência de uma forte identidade geográfica entre os espaços industriais com três estruturas de funcionamento da economia brasileira no período: o espaço das articulações entre agricultura e indústria, como é o caso da Bahia e, em parte, o de São Paulo; o espaço da concentração urbana, como são os casos, particularmente, do Rio de Janeiro e posteriormente de São Paulo; e o espaço do interior, que apresenta como destaque Minas Gerais.

O fato de a Bahia, no primeiro período analisado, concentrar o maior número de fábricas de tecidos é explicado por Stein (1979, p. 35) com base em algumas observações. A região dispunha de suprimentos

⁸ Autores como Mello (1975), Silva (1976), Cano (1998) e Aureliano (1981) afirmam que a gênese do capital industrial ocorreu no período da crise do Encilhamento (momento de intensa especulação financeira no início do período republicano), durante o ciclo de expansão das exportações de café. Dean (1976) estabelece uma relação direta entre a expansão das exportações de café e o desenvolvimento industrial no Estado de São Paulo. Salienta ainda que os cafeicultores investiram em bancos, estradas de ferro, promoção de imigração e, em menor escala, na indústria de transformação, e que coube aos importadores e imigrantes o papel mais importante no processo de desenvolvimento industrial brasileiro.



▲ Fig. 23. Localização das fábricas de tecidos de algodão até 1875. Elaboração da autora.

► Fig. 24. Localização das fábricas de tecidos de algodão até 1905. Elaboração da autora.

de matéria-prima. Desde o final do século XVIII, a Bahia exportava algodão bruto, cultivado no interior do estado; possuía um excelente sistema portuário e fluvial que facilitava o transporte de maquinaria e mercadorias; tinha grande demanda para tecidos grossos, composta pela necessidade de vestimenta para escravos e trabalhadores livres; havia investidores potenciais, senhores de engenho e exportadores de açúcar, prontos a aproveitar novas oportunidades de investimentos.

A Fábrica de Todos os Santos, instalada na década de 1840 em Valença, foi, durante muito tempo, a maior tecelagem de algodão do país, com 176 teares, 4.160 fusos e duzentos operários (SUZIGAN, 2000, p. 134).

No segundo período analisado, a participação relativa da Bahia no total das fábricas brasileiras caiu, evidenciando o crescimento das fábricas de algodão no eixo Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, o que pode ser explicado pela importância política e econômica que a região Centro-Sul do país conquista, promovida especialmente pelo café. Segundo Suzigan (2000, p. 17), o crescimento da renda a partir das exportações de café estimulou investimentos em atividades como: beneficiamento de café, fabricação de máquinas, implementos agrícolas e de sacaria de juta para ensacar o produto para exportação, construção de estradas de ferro e portos, assim como investimentos em fábricas de tecidos de algodão para vestir a força de trabalho.

O fato de São Paulo e, em especial, o Rio de Janeiro terem uma concentração urbana significativa reforça a tese da concentração geográfica de indústrias nessas cidades, no período mencionado, como demonstra a Tabela 3. O fato de Minas Gerais concentrar uma população relativamente pequena na capital pode ser explicado pelo histórico de Belo Horizonte, uma cidade nova, projetada pelo engenheiro Aarão Reis entre 1894 e 1897. A alta taxa de evolução da população urbana em

Belo Horizonte, no período de 1900 a 1930, a maior entre as outras capitais das cidades brasileiras, justifica tal histórico.

Tabela 3 - Evolução da população urbana nas capitais brasileiras

CAPITAIS	1900	1910	1920	1930	evolução 1900/1930 (%)
Distrito Federal	691.565	905.013	1.157.873	1.505.595	217,8
São Paulo	239.820	375.439	587.072	887.810	370,2
Salvador	205.813	242.176	284.963	335.309	162,9
Belo Horizonte	13.472	33.245	56.914	116.981	868,3
São Luís	36.768	44.268	53.256	64.069	174,3
Recife	113.106	193.429	241.888	390.942	345,6
Maceió	36.427	61.281	75.065	107.756	295,8
Fortaleza	48.369	65.816	79.184	126.666	261,9
Porto Alegre	73.764	115.791	181.985	256.550	347,8
Aracaju	21.132	28.264	37.805	50.564	239,3
João Pessoa	28.793	36.398	53.629	84.623	293,9
Natal	16.056	22.322	31.035	43.149	268,7

Fonte: Elaboração da autora sobre Memória Urbana (2001, v. 2 Estatística, p. 25).

A região de Minas aparece, assim, como um caso de espaço interior; até mesmo pela própria geografia de localização de suas fábricas têxteis, as quais, a grosso modo, no século XIX, situavam-se na região central da Província, assim como as siderúrgicas.

Paula (2001, p. 65) esclarece que há, contudo, uma grande diferença entre as indústrias têxteis e as siderúrgicas no que tange o emprego da mão-de-obra. Enquanto a siderurgia tinha no escravo sua principal mão-de-obra, a indústria têxtil se constituiu como o único ramo industrial no século XIX a se caracterizar pelo emprego quase que exclusivo do trabalho livre, o que, no período em que se dá o surto industrial têxtil em Minas, foi um dos fatores de estímulo a essa indústria. O setor têxtil mineiro contava também com a tradição dos colonizadores em confeccionar seus próprios tecidos, razão pela qual foi impulsionado o desenvolvimento desse tipo de indústria.

Apesar de Minas Gerais ocupar o primeiro lugar em número de fábricas, o número médio de teares de suas empresas, de 76,5, encontrava-se muito aquém da média nacional, de 224,4, denotando o pequeno porte de suas indústrias no setor têxtil, como explica Oliveira (2002⁹ apud MOREIRA, 2007, p. 24).

Cano (1998, p. 215) afirma ainda que predominaram, em Minas Gerais, a pequena e a média empresa em seu mercado interiorizado, pois quanto mais interiorizadas fossem as cidades, maiores condições surgiram para que a implantação industrial se desse de forma nitidamente espraçada.

A localização dessas fábricas não se relacionava com nenhuma área particular de influência dos produtos básicos da província, como ocorria na Bahia e em São Paulo, pois a matéria-prima principal era cultivada ao redor das fábricas, e a produção (em especial, a de sacaria e de tecidos) era voltada para atender, em primeiro lugar, aquele mercado

⁹ OLIVEIRA, M. T. R. Indústria Têxtil Mineira do Século XIX. In: SILVA, S. S.; SZMRECSÁNYI, T. (orgs.). História Econômica da Primeira República. São Paulo: EDUSP, 2002.

local, em substituição à produção caseira de panos.

Das 13 fábricas instaladas em Minas Gerais antes de 1885, 12 operavam um total de 530 teares, número relativamente pequeno se comparado com a Cia. Brasil Industrial, do Rio de Janeiro, que, sozinha, operava 400 teares.

No período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, houve um movimento de expansão das fábricas têxteis, como vimos anteriormente, o que gerou um excesso da capacidade de produção industrial instalada, como observa Mello (1975¹⁰ apud SUZIGAN, 2000, p. 53).

A expansão da indústria têxtil no início do século XX “[...]” foi interrompida por uma recessão que se iniciou em 1913, agravando-se com a eclosão da Primeira Guerra Mundial” (STEIN, 1979, p. 115). A intervenção governamental por meio de emissão de papel-moeda e facilitação do crédito levou os industriais a superarem a crise e a ingressarem em um período de prosperidade, que se prolongaria até o final da década de 1920.

O período da Primeira Guerra (1914-1918) acelerou o processo de diversificação industrial, em um processo de industrialização substitutiva de importações que resultou no monopólio do mercado interno pelas fábricas de tecidos brasileiros.

O excedente da indústria têxtil criou um precedente para tentar conquistar os mercados exteriores. Essa foi uma preocupação de economistas de São Paulo e do Rio de Janeiro na conferência algodoeira, que teve lugar no Rio de Janeiro, em 1916, conforme relato de Isaltino Costa (1920) a respeito da exposição de tecidos brasileiros nas repúblicas do Prata, realizada em 1918¹¹, entre maio e junho, na Argentina e no Uruguai.

Nestes ultimos quinze annos tivemos bem acentuadas duas crises nas manufacturas de algodão, sendo que a ultima não trouxe consequencias mais funestas porque foi solucionada pela guerra européia. Numerosas eram as fabricas, quer ao norte quer ao sul do paiz, que estavam total ou parcialmente paradas antes de agosto de 1914, porque o excesso da produção sobre o consumo tinha abarrotado os mercados nacionaes, de tal fórma que os preços de venda, por vezes, chegaram a ser inferiores aos preços de fabricação. Em S.Paulo e nas circumscripções em que a industria tinha uma organização mais intelligente e contava com recursos para uma maior resistencia á crise determinada pela super-produção, as fabricas trabalhavam sómente com um terço ou a metade de suas machinas, ou então apenas tres vezes por semana (COSTA, 1920, p. 9).

Essas crises trouxeram algumas consequências para o setor industrial têxtil. Em primeiro lugar, levaram as indústrias de pequeno porte ao fechamento; em segundo, a busca da estabilidade por meio de soluções rápidas e oportunas levou à incorporação de fábricas menores pelas indústrias de maior porte, criando grandes conglomerados; e em

¹⁰ MELLO, J.M.C.. O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Tese (Doutorado em Economia e Planejamento Econômico) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1975.

¹¹ Em nenhum momento o autor se refere à data da exposição. Por meio de referências de seu texto à exposição municipal de São Paulo, que teria ocorrido em “setembro do anno passado” (COSTA, 1920, p. 10), chega-se ao ano de 1918, pois em 30 de setembro de 1917, ainda inacabado, o Palácio das Indústrias abrigou a I Exposição Industrial da Cidade de São Paulo, com a participação das principais indústrias do município, as quais tiveram grande desenvolvimento no período da Primeira Guerra Mundial. Essa exposição nasce de um projeto apresentado à Câmara Municipal em junho do mesmo ano, que estabelecia a realização de eventos desse tipo anualmente na cidade. Ela foi a realização material de um projeto há muito acalentado, de valorizar diante da população o crescimento do setor industrial de São Paulo naquele período. Ver a análise dessa exposição em: PICCAROLO, Antonio; FINOCCHI, Lino. O Desenvolvimento Industrial de São Paulo – Através da Primeira Exposição Municipal. São Paulo: Pocai & Comp, 1918.

terceiro lugar, as empresas buscaram a diversificação da produção com a fabricação de produtos de melhor qualidade, que “[...] esbarraram com a concorrência dos produtos ingleses de qualidade comparável, despejados em grande quantidade no mercado” (STEIN, 1979, p. 123), o que levou os industriais a exigir do governo a adoção de barreiras mais elevadas e eficazes.

Portanto a conquista de mercado externo para a indústria têxtil foi quase um fator de sobrevivência, tanto para as indústrias que ainda conseguiam enfrentar a baixa de preços, como também para aquelas recém-ampliadas.

A ideia de inserir os produtos nacionais na região do Rio da Prata surgiu com a grande repercussão nacional da exposição municipal de São Paulo, em 1917. Segundo Costa (1920, p. 10), alguns comerciantes platinos, de passagem por São Paulo durante o evento, acabaram adquirindo grande quantidade de tecidos de duas fábricas paulistas, o que chamou a atenção da imprensa paulista e do presidente do Brasil, que encarregou o Centro Industrial do Brasil de realizar uma “exposição-mostruário” da indústria nacional.

A exposição, assim como está representado em seu catálogo, foi dividida em três departamentos industriais: zona norte, zona centro e zona sul. O Estado de São Paulo “[...] pelos seus vastos e variados mostruários teve ainda nova subdivisão em indústrias da capital e do interior” (COSTA, 1920, p. 20).

A exposição de tecidos brasileiros na Argentina foi inaugurada em 10 de maio de 1918, e o destaque foi a vitrine-mostruário do Liceu de Artes e Ofícios para a Companhia de Indústrias Têxteis (Bromberg, Hacker & Cia.), de São Paulo.

Na exposição em Montevideu, inaugurada um mês depois, foi proferido um discurso pelo ministro das Indústrias do Uruguai, que elogia o evento:

Vossa exposição de tecidos não é a formula rigorosa de vosso estado industrial, completo e surpreendente; é antes a expressão dos aperfeiçoamentos technicos alcançados por todas vossas industrias fabris essenciaes e de uma feliz orientação no aproveitamento da matéria prima nacional; é demonstração objectiva do mais velho e persistente esforço industrial brasileiro, que parte dos dias escuros da colonia, atravessa o céu historico do Imperio para chegar, renovado e fortalecido, até estes dias da mais ampla democracia sob governos liberaes e progressistas (apud COSTA, 1920, p. 49).

Costa (1920, p. 24) afirma que o “[...] Estado do Rio e o Distrito Federal reunidos, são, depois de São Paulo, a região onde a indústria presentemente mais prosperou e onde apresenta uma maior variedade de produção”

Stein (1979, p. 119) avalia o período de 1921 a 1923, que se seguiu a essa exposição, como positivo para a indústria têxtil, pois “[...] as grandes fábricas dos centros urbanos tiveram ainda a oportunidade de

¹² STEIN, S. J. *The Brazilian Cotton Manufacture> Textile Enterprise in a Underdeveloped Area, 1850-1920*. Cambridge: Harvard University Press, 1957, p. 98.

expandir as suas exportações para a região do Prata, devido à queda no valor do mil-réis e à ausência momentânea da concorrência das fábricas européias e norte-americanas”.

O período até 1923 é chamado por Stein (1957¹² apud VERSIANI, 1972, p. 23) de a “idade de ouro” da indústria têxtil brasileira em razão da alta taxa média de crescimento da produção (acima de 5% ao ano) entre 1905 e 1923 e da respeitável barreira alfandegária em vigor desde as últimas décadas do século XIX. A produção interna, em 1907, correspondia a cerca de dois terços do consumo de tecidos do país e em 1915 já atingia os 95%. A Primeira Guerra Mundial favoreceu a indústria pela redução drástica de importações; a queda do valor externo do mil-réis surtiu o mesmo efeito e chegou a estimular um volume não desprezível de exportações (VERSIANI, 1972, p. 23).

Essa visão concisa sobre a origem e o desenvolvimento da indústria têxtil brasileira em sua primeira fase, de 1850 a 1920, indicou sua importância no desenvolvimento urbano, bem como sua contribuição para formação da imagem que a cidade adquire no início do século e que perdura até o declínio da atividade industrial.

Com relação à reconstrução do território industrial, a leitura que esta tese propõe evidencia a participação majoritária de dois estados brasileiros - Rio de Janeiro e São Paulo -, cada um deles com sua diversidade. A caracterização territorial da indústria têxtil nesses dois estados será abordada nos capítulos seguintes.

2. A INDÚSTRIA TÊXTIL NO RIO DE JANEIRO



▲ Mapa 3. Localização das fábricas no Estado do Rio de Janeiro em 1905. Fonte: Ilustração da autora sobre Mapa de Divisão Municipal do Estado do Rio de Janeiro.

O final do século XIX e o início do século XX constituíram um período de transição na história do Brasil, marcado por transformações de ordem econômica, social, política e cultural, com repercussões no espaço urbano, arquitetônico e habitacional das cidades.

No último quartel do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, passou a ser o principal centro comercial e financeiro do país, o que contribuiu para que a província do Rio de Janeiro se transformasse em um importante centro de empreendimentos industriais.

Porém o desenvolvimento da indústria de transformação local só se tornou possível por meio da proteção em relação à concorrência estrangeira, visto que o porto do Rio de Janeiro era o mais importante centro de importação do país.

Suzigan (2000, p. 142) afirma que a substituição da Bahia pelo Rio de Janeiro como principal centro da indústria manufatureira de algodão pode ser atribuída aos efeitos da expansão do cultivo e exportação do café, que se tornou predominante na área do Rio de Janeiro, no período

de 1840 a 1883.

As primeiras fábricas foram instaladas na cidade e província do Rio de Janeiro a partir da década de 1840. A primeira foi a Andaraí Pequeno, que operava com 900 fusos e produzia fios de algodão para pavios de vela e tecidos grosseiros, de qualidade inferior. Ao ser desmontada em 1865, sua maquinaria foi usada em outra fábrica, a Santa Tereza, em Parati, que ainda estava em operação em 1882 segundo o relatório da Comissão de Inquérito Industrial do mesmo ano.

A suspensão das taxas alfandegárias incidentes sobre máquinas e matérias-primas, em 1846 e 1847, colaborou para o surgimento de fábricas maiores. A primeira foi a Fábrica Hartley, “[...] que em 1852 foi equipada com 76 teares e um máquina a vapor de 30 H.P.” (SUZIGAN, 2000, p. 141). De acordo com a Comissão de Inquérito Industrial de 1882, na década de 1850, ela já operava com uma pequena proporção de seus teares e acumulava estoques, sendo fechada em seguida. A segunda foi a Fábrica Santo Aleixo, no distrito de mesmo nome, em Magé, que entra em funcionamento em 1849, equipada com cinquenta teares, 2.012 fusos e 50 H.P. de energia hidráulica.

As primeiras fábricas têxteis de algodão se desenvolveram como unidades industriais completas, situadas nas proximidades das fontes de energia elétrica, integrando fiação, tecelagem e processo de acabamento em um mesmo lugar. Esse foi o caso da Fábrica Santo Aleixo, que começa sua construção em 1847, trabalhando nas obras colonos oriundos da Alemanha e trabalhadores brasileiros. Na ocasião, já haviam sido construídos canais e um açude de 500 braças (1.100 metros) para conduzir as águas do Rio Roncador, com a função de mover as máquinas. Em 1850, um engenheiro provinciano afirma que a fábrica já estava concluída e encontrava-se em funcionamento, inicialmente em um prédio simples, porém de construção elegante, com cinquenta teares, dos quais 22 estavam em funcionamento naquele momento, fabricando diariamente entre 1.200 e 1.400 varas (1.320 e 1.540 metros) de tecido e empregando 116 trabalhadores de ambos os sexos (STEIN, 1979, p. 54).

O relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro¹³, conselheiro Luiz Antonio Barboza, indica que, em 1855, a Fábrica Santo Aleixo funcionava

[...] com uma roda de ferro de 115 palmos de diametro e 16 de bocca, tocada por agua, fazendo mover simultaneamente, ou conforme as necessidades, 2 moinhos onde se prepara farinha para sustento dos operarios; uma serra circular; 1 engenho de descarçar algodão; duas machinas de o limpar; 16 cardas; 4 spuders; 4 puchadores; 2 tornos; 2012 fusos; 6 machinas de fazer novellos; 50 theares (trabalhando actualmente 28); 4 machinas de urdir e uma de desdobrar. Empregam-se constantemente nesta fabrica de 125 a 150 operários livres de ambos os sexos, e pela maior parte mulheres e menores. Consome por mez, approximadamente, 30.000 libras de algodão [...]. Estes productos consistem em pavios para vellas, barbante para costuras, panos grosso de diversas larguras para vestuario de trabalhadores, saccaria, etc, que no mercado encontram vantajosa extracção (p. 47).

¹³ Relatório apresentado ao vice-presidente da província do Rio de Janeiro, Sr. Dr. Joé Ricardo de Sá Rego, pelo presidente, o conselheiro Luiz Antonio Barboza. Por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província. 1855. Disponível em: <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u831/000049.html>>. Acesso em: 12 set. 2010.

O relatório da Segunda Exposição Nacional, de 1866, descreve assim o edifício principal:

[...] construído sobre uma fundação de pedra, três andares de madeira e escoras de ferro, uma torre alta em frente, onde dois sinos convocam diariamente os operários ao trabalho ou para celebrar feriados religiosos da colônia de trabalhadores implantada nesse lugar remoto [...] além do prédio principal, havia outros situados simetricamente de cada lado da sede da fábrica, formando um ampla área dominada, ao centro, pela torre. Nas proximidades ficava o chalé ou a residência do proprietário da fábrica, um grupo de árvores, de um lado, e um maravilhoso jardim no outro – tudo isso rodeado pelos contrafortes da Serra dos Orgãos. O contraste bucólico com a indústria deixava uma impressão duradoura: quem entra no prédio principal da Santo Aleixo fica muito surpreendido ao se deparar com o movimento constante dos 52 teares no primeiro andar e com os fusos, em plena atividade, arrumados na sala principal do segundo andar em dez filas (132 fusos) para cada armação, formando um total de vinte armações ou 2640 fusos. No terceiro andar, estavam as cardadoras, as maçoqueiras e aparelhos de separar mechas para início da fiação. Havia também oficinas de reparos (ferraria, carpintaria e marcenaria, ferramentas para trabalhar metais e serraria), salas para os equipamentos de descaroçar e outras para engomar e tingir os fios (BORJA CASTRO, 1866¹⁴ apud STEIN, 1979, pp. 54-55).

Apesar de entrar em funcionamento antes da abolição da escravidão, na Fábrica Santo Aleixo não havia mão-de-obra escrava; ela empregava trabalhadores estrangeiros, contratados por período determinado, com a finalidade de aprimorar a qualidade da massa de operários brasileiros não especializados. Stein (1979, p. 64) afirma que, em 1851, a Santo Aleixo era uma “fábrica cosmopolita”, que empregava operários de ambos os sexos, todos livres e de diferentes nações: havia 17 brasileiros (15 homens e duas mulheres), cinco italianos (três homens e duas mulheres), dois ingleses, dois americanos e 83 alemães (43 homens e quarenta mulheres).

Stein (1979, p. 38) considera que o movimento progressivo da indústria foi constante graças ao tipo de tecido produzido pelas primeiras indústrias têxteis e que a fabricação de tecidos grossos de algodão serviu como aprendizado, bem como para vestir escravos, colonos e para ensacamento. De fato, em 1885, a Fábrica Santo Aleixo produzia pavios de algodão, linhas e fazendas grossas de vários tamanhos para o vestuário dos trabalhadores e o ensacamento de mercadorias.

Os proprietários da Fábrica Santo Aleixo eram de uma companhia norte-americana que tinha como diretor Luis S. Moran¹⁵. A companhia americana teve a posse da fábrica por pouco tempo. O Almanak Laemert refere-se à mesma como propriedade de José Antônio de Araújo Filgueiras, em 1878. A fábrica teve diferentes donos ao longo dos anos, passando do Comendador Filgueiras a Serafim Chaves, depois à Cia. Agrícola Magalhães e desta a Othon Lynch Bezerra de Mello, sendo então denominada Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello. A fábrica encerrou suas atividades em 1978 e atualmente funciona como lavanderia da Rede Othon de Hotéis¹⁶ (PEREIRA, 2006).

Foi somente a partir de 1870 que a indústria têxtil de algodão desenvolveu-se na cidade e província do Rio de Janeiro. Como vimos no

¹⁴ BORJA CASTRO, A.V. Relatório do segundo grupo. In: REGO, A. J. S. **Relatório da segunda exposição nacional de 1866**. Rio de Janeiro, 1869.

¹⁵ Segundo KIDDER e FLETCHER tanto o chalé quanto a fábrica foram fabricados nos Estados Unidos e montados no Brasil: “The proprietor’s house stands at a short distance from the factory, and both were actually framed in the United States, brought out in pieces, and put together in Brazil” (1857, p. 275).

¹⁶ Othon Bezerra de Mello criou a Companhia Brasileira de Novos Hotéis, cuja razão social foi depois alterada para Hotéis Othon S. A. Desse modo, as instalações da fábrica adquiridas por Bezerra de Mello em 1941 pertencem ainda à mesma empresa, mas abrigam outras atividades.

capítulo anterior; os principais propulsores para o surgimento de novas fábricas têxteis foram a proteção tarifária nos últimos anos do Império e a facilidade de crédito aos industriais no início da República. De fato, a consolidação da atividade têxtil carioca ocorre principalmente na década de 1880..

Por volta de 1884, dez fábricas haviam sido instaladas; o número de fusos operados por oito delas era de 42.648, ao passo que o número de teares (em nove fábricas) era de 990 e o número de empregados (em sete fábricas) era de 1.260 (SUZIGAN, 2000, p. 141).

Em 31 de julho de 1905, o jornalista Cunha Vasco (1905) divulga uma relação das fábricas de fiação e tecelagem de algodão existentes no Brasil (Tabela 4). Os dados recolhidos pelo jornalista mostram que as 19 fábricas instaladas até aquele ano operavam quase 325 mil fusos, um pouco mais de 11 mil teares e empregavam 14.440 pessoas.

É impressionante o desenvolvimento da indústria têxtil no período de vinte anos: o número de fusos ampliou em mais de sete vezes; os teares, assim como os empregados, em mais de 11 vezes. Essas 19 fábricas mencionadas eram movidas por um total de 15749 H.P. (11669 H.P. de origem a vapor e 4080 H.P. de origem hidráulica). As da província eram comumente movidas por energia hidráulica - em função de sua implantação fora da malha urbana estabelecida e na proximidade de quedas de água -, e as da cidade eram movidas a vapor.

Comparando os dados do Rio de Janeiro com os de São Paulo no mesmo período (ver Tabela 7, capítulo 3), fica evidente a importância da indústria têxtil no Rio de Janeiro e o quanto essa indústria contribuiu para transformar o Rio de Janeiro no grande centro industrial do país no início do século XX.

Em 1907, quando da efetivação do primeiro levantamento geral sobre a indústria brasileira, a região do Rio de Janeiro, incluindo o antigo Distrito Federal, respondia por 37,8%, o que lhe conferia a condição de mais importante centro industrial, com a mais diversificada estrutura produtiva (NEGRI, 1996, p. 24).

◀ Fig. 25. Fábrica Santo Aleixo. Fonte: Kidder, D. P.; Fletcher, J. C.. **Brazil and the Brazilians, portrayed in historical and descriptive sketches**. Philadelphia: Childs & Peterson, 1857, p. 274.

▼ Fig. 26. Fábrica Santo Aleixo, Chale do proprietário. Fonte: Kidder, D. P.; Fletcher, J. C (1857, p. 276).

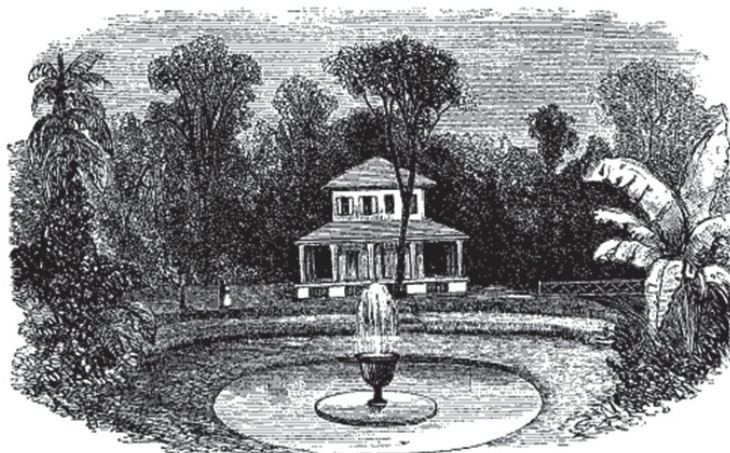
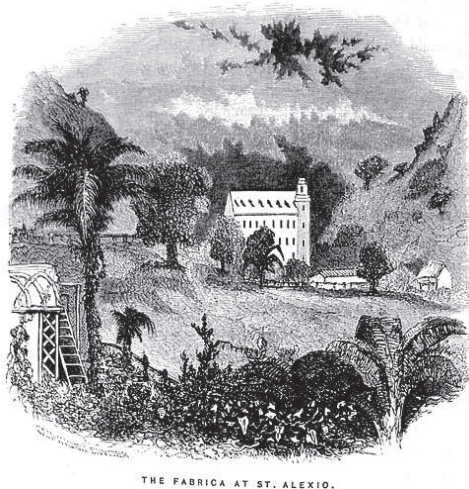


Tabela 4 - Fábricas de Fiação e Tecelagem de algodão em 1905

LOCAL	FUND.	NOME	FUSOS	TEARES	FORÇA MOTRIZ (HP)		OPERÁ- RIOS	PRODUÇÃO ANUAL EM METROS
					VAPOR	HIDR.		
Jd. Botânico	1889	Fábrica Corcovado	18.000	806	1.406	--	786	10.000.000
Jd. Botânico	1884	Fábrica Carioca	32.000	1.067	1.243	--	1.163	14.000.000
Laranjeiras	1880	Fábrica Aliança	56.390	1.336	2.000	--	1.637	12.599.908
Villa Isabel	1885	Fábrica Confiança Industrial	37.800	1.500	1.650	--	1.280	17.000.000
Andarahy Grande	1875, 1890, 1878	Fábrica Cruzeiro, Bomfim e Pau Grande (Cia. América Fabril)	27.670	1.100	800	250	1.320	10.000.000
São Cristovão	1900	Fábrica Santa Maria	(1)	64	150	--	150	600.000
Bangú	1889	Fábrica de Fiação e Tecelagem Bangú (Cia. Progreso Industrial do Brasil)	37.340	1.247	1.900	--	1.600	11.000.000
Sapopemba	1906	Fabrica de Tecidos de Linho e Algodão (Cia. Nacional de Tecidos de Linho) (2)	(1)	240	350	--	280	--
Campos	1884	Industrial Campista (Santos, Moreira & Cia.)	2.800	92	160	--	250	800.000
Niterói	1893	Fabrica Manufactora Fluminense	12.840	318	500	--	1.050	7.800.000
Niterói	1893	Fábrica São Joaquim	8.000	230	500	--	400	1.000.000
Paracambi	1871	Fábrica Brasil Industrial	31.884	958	--	1.500	1.050	12.000.000
Magé	1891	Fábrica de Fiação e Tecidos Mageense	6.568	160	400	--	450	2.800.000
Andorinhas (S. Aleixo-Magé)	1890	Fáb.de Fiação e Tecidos Andorinhas	7.208	270	--	450	460	3.000.000
Petrópolis	1874	Fáb. de Tecidos S. Pedro de Alcantara	4.620	164	200	50	290	1.850.000
Petrópolis	1892	Fáb. de Fiação e Tecidos Dona Izabel	3.200	108	140	--	200	2.000.000
Petrópolis	1874	Fáb. de Fiação e Tecidos Petropoliana	26.500	1.000	--	1.380	1.104	8.000.000
Petrópolis	--	Fábrica de Fiação e Tecidos Cometa	8.740	386	300	300	450	4.550.000
S. Aleixo (Magé)	1849	Fáb. de Fiação e Tecidos Santo Aleixo	3.200	140	--	150	320	1.200.000
TOTAL			324.760	11.186	11.669	4.080	14.240	120.199.908

Obs.: (1) não tem fiação; (2) em liquidação forçada. Fonte: Cunha Vasco (1905, p. 14).

O Rio de Janeiro concentrava, em 1907, mais de um terço (34,5%) do operariado industrial então recenseado e cerca de 40% do valor da produção (VERSIANI, 1993, p. 78).

O contexto do Rio de Janeiro como capital acabou por levar com que ali se experimentassem, em primeira mão, as medidas de modernização de sua estrutura urbana, o que também pode ser considerado um fator decisivo para implantação e consolidação das indústrias na capital, como sugere Vaz (2002, p. 24):

A modernização da cidade se traduziu no acelerado crescimento urbano, no surgimento de manufaturas e fábricas e dos modernos serviços públicos - sistemas de iluminação à gás (1854), transporte coletivo de trens (1861), esgotos (1862), bondes (1868), abastecimento d'água (1880), telefone (1881), energia elétrica (1908). Grandes e pequenos capitais foram investidos nestes setores e na produção da cidade, através do loteamento de novas áreas [...].

Weid (1994, p. 4) aponta que, na década de 1880, intensificou-se o estabelecimento de indústrias na zona sul da cidade, sobretudo têxteis, como a Fábrica Aliança, em Laranjeiras; as companhias Carioca e Corcovado, no Jardim Botânico; a Fábrica São Félix, na Gávea; e pequenas fábricas de produção diversificada, especialmente em Botafogo. Por se tratarem de arrabaldes distantes do centro, a instalação das indústrias levou à formação, nas suas proximidades, de núcleos de população operária, a qual habitava vilas construídas pelas próprias empresas ou cortiços, geralmente locais improvisados para servirem como segunda fonte de renda pelos imigrantes portugueses, donos de armazéns.

Esse crescimento continuou no início do século XX, como apontam Gunn e Correia (2005, p. 28):

[...] no início do século XX, mais duas fábricas foram construídas na Ponta do Caju: a "Fábrica do Bonfim", em 1903, e a "Fábrica Mavilis", em 1909. Em Andaraí, a "Fábrica de Tecidos Botafogo" iniciou suas operações em 1911. A "Teceragem Carioca" foi construída no Jardim Botânico. Nos arredores da cidade em expansão, a "Fábrica de Tecidos América Fabril" foi construída em Deodoro, em 1927, erguendo uma vila operária com mais de trezentas casas. Outras plantas industriais têxteis no Rio de Janeiro com moradias foram: a "Cia. Fábrica de Tecidos São João" e a "Cia. de Tecidos São Lázaro".

A composição fábrica e vila operária passou a ser característica do desenvolvimento industrial no Estado do Rio de Janeiro, como ocorreu com as fábricas Esther e Andorinhas, em Santo Aleixo, e o Cotonifício Levy Gasparian, estabelecido em Três Rios. A Fábrica de Tecidos e Fiação Pau Grande, fundada em Magé, em 1878, gerou um importante núcleo fabril – Pau Grande. A Companhia América Fabril foi proprietária de várias fábricas no Estado do Rio de Janeiro, todas fornecendo casas para seus operários. Além de Pau Grande, contava com outras fábricas com moradias: a Fábrica Cruzeiro tinha uma vila com 150 moradias; as fábricas Bonfim e Marvilis tinham, até 1930, 128 casas; e a Fábrica Carioca, 145 moradias. A Companhia Deodoro Industrial, incorporada pela Companhia América Fabril em 1968, também tinha uma vila operária. No final da década de 1920, essa companhia possuía um total de 643 casas, número que se elevaria nas décadas seguintes (GUNN; CORREIA, 2005, p. 29).

Muitas indústrias criaram verdadeiros núcleos urbanos em áreas rurais, como é o caso da Companhia Têxtil Brasil Industrial, fundada em 1871, na Fazenda Macacos (atual Paracambi, a 72 km do Rio de Janeiro), que obtinha energia elétrica para sua produção por meio de uma cachoeira. Foi destruída por um incêndio em 1883 e reinaugurada em 1885. Em 1886, operava com cerca de 750 operários, dos quais 368 eram homens, 168 mulheres e 272 crianças. Em conjunto com as suas instalações, a empresa ergueu um núcleo fabril, que, na ocasião, contava com enfermaria, escola, capela e cerca de oitenta casas (O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL¹⁷ apud CORREIA, 2006, p. 33).

Outra fábrica implantada na zona rural do antigo Distrito Federal

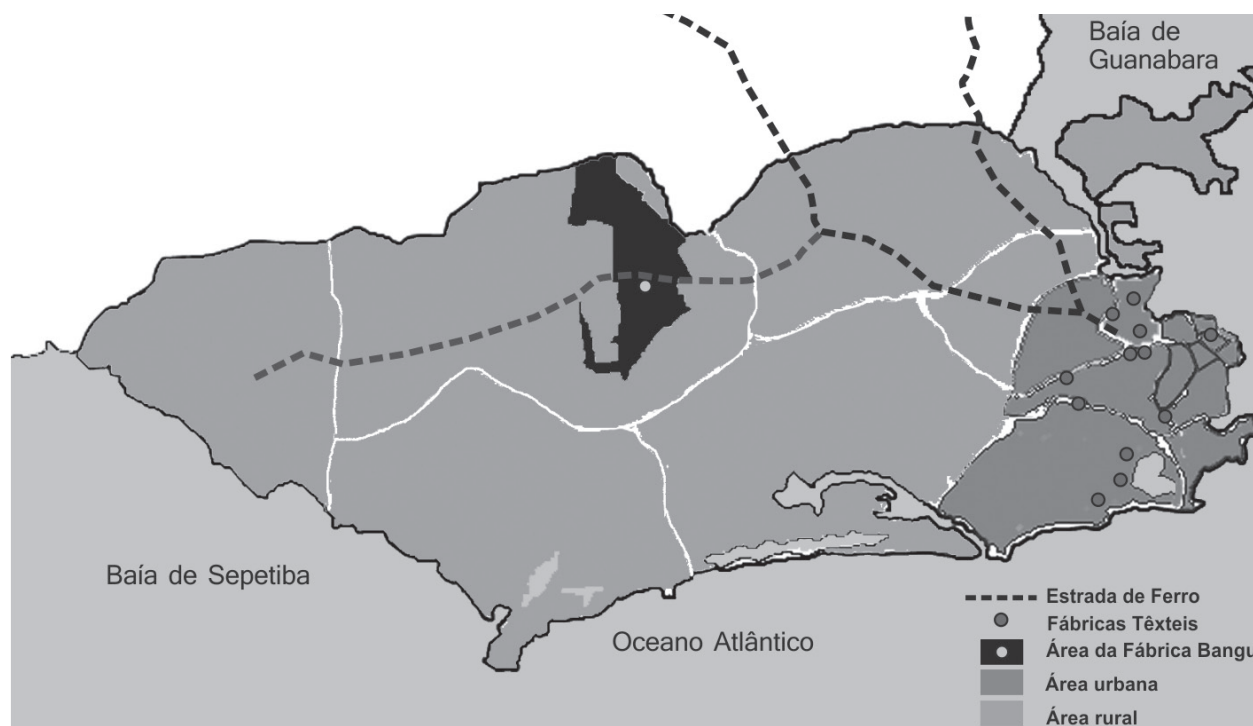
¹⁷ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Rio de Janeiro, janeiro de 1886, p. 17.

foi a Companhia Progresso Industrial do Brasil (Figura 27), consagrada posteriormente como Fábrica Bangu, nome dado em razão do lugar de sua instalação. O engenheiro brasileiro, descendente de ingleses, Henrique Morgan Snell, membro da firma De Morgan Snell & Co, sediada em Londres, adquirira propriedades fora dos limites urbanos da cidade em cerca de 3.600 acres de terras pertencentes às fazendas do Bangu e do Retiro e aos sítios do Agostinho e dos Amaraes. Por ser área rural, existia na região apenas uma rua, aberta séculos antes pelos jesuítas. Essa região ficava à margem da Estrada de Ferro Central do Brasil, distante cerca de uma hora do centro do Rio.

Segundo a análise de Oliveira (2006), como indústria têxtil localizada em área rural, a Fábrica Bangu não pôde contar com o mercado de força de trabalho da cidade do Rio de Janeiro e teve de criar o seu próprio mercado em nível local, o que significou imobilizar a força de trabalho não apenas pelo incremento da moradia em vilas operárias, o que já era comum nas áreas urbanas, mas também pelo controle dos meios de produção e reprodução, considerando a condição de serem grandes proprietários de terras, estimulando a fixação de população por meio da produção agrária em sistema de parcerias e arrendamento.

Nesse caso, a atividade rural foi colocada, de uma forma bem utilitária, a serviço da dinâmica fabril e de sua rentabilidade capitalista, isto é, subordinando o modo de vida rural e suas práticas à mais-valia fabril. A diferença entre a Fábrica Bangu e as outras fábricas localizadas em área rural na região é que ela surgiu no contexto de um surto mais moderno, dominado pela tecnologia a vapor, e foi organizada nos moldes de uma empresa capitalista avançada, em forma de sociedade anônima (OLIVEIRA, 2006, s. p.).

▼ Mapa 4. Localização das fábricas na cidade do Rio de Janeiro em 1905, com destaque para a área da Fábrica Bangu. Fonte: Ilustração da autora sobre Mapa de Divisão das Freguesias do Distrito Federal.





A alienação patrimonial de terras de propriedade da Companhia Progresso Industrial, ocorrida a partir da década de 1930, fez surgir o bairro Bangu. Oliveira (2006, s. p.) relata que “[...] a própria empresa criaria, no início da década de 1930, um Departamento Territorial, que elaboraria projetos de loteamentos e promoveria a venda dos terrenos aos arrendatários através de pagamento a prazo”. Os operários da fábrica tinham as prestações dos terrenos descontadas diretamente dos seus salários. Entre 1936 e 1948, foram aprovados 61 projetos de loteamentos.

Na década de 1960, a área da empresa ainda não loteada foi vendida para a Companhia Estadual de Habitação (CEHAB), que empreendeu a construção de alguns conjuntos habitacionais em Bangu, como Vila Aliança (1962), Vila Kennedy (1964) e D. Jaime Câmara (1968), totalizando 14.237 novas unidades habitacionais para a região.

A fábrica encerra suas atividades em fevereiro de 2004, e o complexo fabril é transformado no Shopping Bangu¹⁸.

Outras tipologias que se destacaram no Rio de Janeiro foram fábricas que acabaram transformando-se em grandes conglomerados, como é o caso da América Fabril, cuja gênese foi a criação da Companhia de Tecidos Pau Grande em Raiz da Serra, região serrana do Estado do Rio de Janeiro. A fábrica - idealizada por engenheiros ingleses sob as ordens de empresários brasileiros - foi implantada em uma localidade

▲ Fig. 27. Vista aérea parcial do bairro de Bangu, com a Companhia Progresso Industrial do Brasil (Fábrica Bangu), 1957. Fonte: Oliveira (2006).

¹⁸ Este trabalho analisa as características tipológicas e a reabilitação do espaço da Fábrica Bangu no Capítulo 16, Parte 4.

¹⁹ O espaço da Cia. América Fabril e o da Nova América e seu processo de reabilitação serão focados no Capítulo 15 da Parte 4.

favorável, com potencial de recursos energéticos, e iniciou suas atividades em 1875. Em 1891, a empresa começou a implementar sua expansão, englobando a Fábrica Cruzeiro (em Andaraí), a qual, após reforma, entra em atividade em 1895. Ao incorporar a nova unidade, sua razão social muda para Companhia América Fabril, e a indústria inicial passa a ser Fábrica Pau Grande. Em 1889, é inaugurada, com a Fábrica Pau Grande, a Fábrica Rio Grande, voltada para a fabricação de tecidos de meia. Seguiram-se outras incorporações: Fábrica Bonfim (1903), Fábrica Mavilis (1911), Fábrica Carioca (1920) e Sant'Anna (1950).

Outras ainda deveram sua criação à iniciativa de funcionários de outras fábricas têxteis, como a Companhia Nova América, cuja fundação deveu-se à ação de um grupo de diretores e acionistas demissionários da antiga América Fabril, em 1924. A então "Nova" América não tardou em ocupar um lugar entre as companhias têxteis de maior expressão no Rio de Janeiro, até sua falência na década de 1980 e sua completa desativação em 1991, permanecendo com suas portas fechadas e seus teares desligados durante os anos seguintes, para, posteriormente, transformar-se em um shopping center, o Nova América.

A América Fabril entrou em um processo de falência que se iniciou nos anos 1960. A primeira fábrica a ser desativada foi a Carioca, em 1962. Sua desativação foi seguida rapidamente pela corrida do mercado imobiliário, que procurou apagar rapidamente seus vestígios quase por completo. Logo depois, foi a vez da Cruzeiro, entre os anos 1968 e 1969, que remanejou parte de seus operários para as que restaram, como Bonfim e Mavilis, Pau Grande e Deodoro. Em seu terreno, quase tudo foi demolido e dividido entre estatais, que trataram de instaurar uma nova ordem e função naqueles locais. Hoje, parte de sua área é ocupada pelo Banco do Brasil, pela Caixa Econômica Federal e por um condomínio residencial de prédios, cuja construção se deu anos depois, por meio de financiamento do BNH.

Os anos que se seguiram após a desativação dessas duas primeiras fábricas não foram diferentes daquele de 1971, quando a fábrica de Pau Grande e as duas do Caju foram desativadas, e de 1983, ano em que, finalmente, fecharam a Santana e a Deodoro¹⁹.

Um núcleo significativo de fábricas têxteis foi implantado em Petrópolis, onde também foi adotada a tipologia fábricas com moradias para operários. A companhia têxtil Companhia Petropolitana, a partir de 1874, criou o núcleo fabril de Cascatinha, com cerca de trezentas casas e equipamentos de uso coletivo. Em 1873, entrou em funcionamento a Fábrica São Pedro de Alcântara. No meio da serra, uma fábrica foi construída em 1890, sendo seguida por uma segunda fábrica, em Petrópolis, por volta de 1903 – ambas de propriedade da Companhia Fiação Cometa. Outra fábrica têxtil, organizada pela Companhia de Tecidos Dona Isabel, teve suas operações iniciadas em 1889 (GUNN; CORREIA, 2005, p. 30).

Nas duas primeiras décadas do século XX, o núcleo da emergente atividade industrial no país, até então localizado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, deslocou-se para São Paulo. No período da Primeira Guerra Mundial, ocorre uma concentração maior de investimentos industriais nesse estado, quando a indústria do Rio de Janeiro cresce pouco ou se estagna, verificando um distanciamento relativo da produção paulista em relação à carioca (VERSIANI, 1993, p. 91).

O quadro abaixo sublinha a importância que São Paulo adquire a partir de 1920, ocupando o lugar do Rio de Janeiro como mais importante centro industrial do país.

Tabela 5 - Participação da indústria têxtil no produto e no emprego do estado e do país, em São Paulo e no Rio de Janeiro – 1920 e 1940

a) Produto e emprego no setor têxtil e na indústria manufatureira total de São Paulo e do Rio de Janeiro como percentagem do produto e do emprego no setor têxtil e na indústria do País.

Regiões	Indústria Têxtil (%)				Indústria Manufatureira (%)			
	1920		1940		1920		1940	
	produto	emprego	produto	emprego	produto	emprego	produto	emprego
São Paulo	37	31	61	43	33	30	45	37
Rio de Janeiro	17	17	8	10	22	20	17	14

b) Participação do setor têxtil no produto e no emprego da indústria manufatureira em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Regiões	Indústria Têxtil (%)			
	1920		1940	
	produto	emprego	produto	emprego
São Paulo	31	38	31	33
Rio de Janeiro	21	31	11	20

Fonte: BARROS, J. R. M.; GRAHAM, D. H. (1981, p. 84).

Os elementos analisados sublinham a importância das características de diversificação de organização do tecido industrial do Rio de Janeiro. Essas características foram determinantes no estabelecimento de novas dinâmicas de usos para as áreas obsoletas, deixadas pelas indústrias em função de sua desativação. Esta tese dedica a Parte 4 ao estudo de alguns casos de reabilitação do patrimônio da industrialização na cidade do Rio de Janeiro, no intuito de identificar tipologias de intervenção e formas de abordagem.

3. A INDÚSTRIA TÊXTIL EM SÃO PAULO



▲ Mapa 5. Localização das fábricas no Estado de São Paulo em 1905. Fonte: Ilustração da autora sobre Mapa de Divisão das Unidades Regionais do Estado de São Paulo.

Como foi sublinhado no capítulo anterior, a indústria têxtil paulista é ascendente e contínua, superando a do Rio de Janeiro a partir do período da Primeira Guerra Mundial.

O desenvolvimento da indústria têxtil de algodão na província de São Paulo consolidou-se a partir do fim da década de 1860, quando foram instaladas 16 fábricas, a maioria durante e imediatamente após o primeiro boom do café, como relata Suzigan (2000, pp. 145-146):

[...] não há dúvida de que o estímulo mais forte veio do boom do café na província durante esse período. A expansão do cultivo do café, com transição antecipada para a mão-de-obra livre, estimulou o crescimento econômico geral e uma demanda crescente por tecido grosseiro de algodão para ensacar café, açúcar, cereais, etc, e para vestir os escravos trabalhadores. Mas o que é provavelmente mais importante é que os cafeicultores começaram cedo a diversificar sua carteira de investimentos, aplicando lucros em ações de ferrovias, empresas de serviços públicos e bancos e instalando fábricas têxteis de algodão.

Diferentemente do ocorrido no Rio de Janeiro e em Minas Gerais,

os fazendeiros de café de São Paulo fizeram investimentos diretos na indústria de transformação, em especial, na têxtil. De fato, muitas fábricas de tecido em São Paulo foram fundadas por cafeicultores ou tiveram a sua participação, como é o caso da Fábrica São Luis, em Itu (de Luiz Antônio Anhaia, Família Paes de Barros, Antônio Proost Rodovalho, Francisco Emygdio de Fonseca Pacheco); da Anhaia Fabril (de Luiz Antônio Anhaia, Família Paes de Barros, Antônio Proost Rodovalho); da Companhia Industrial de São Paulo (Gabriel Dias da Silva); da Fábrica Carioba e da Fábrica de Piracicaba (família Souza Queirós); da Fábrica Monte Serrat, em Salto, das famílias Correia Pacheco, Pereira Mendes e Elias Pacheco Chaves (SUZIGAN, 2000, p. 138).

Suzigan (2000, p. 147) enfatiza que a diferença foi o papel mais dinâmico exercido pelo café no desenvolvimento industrial de São Paulo, comparado com sua influência no Rio de Janeiro e Minas Gerais e com a influência de outros produtos básicos, como o açúcar e o algodão no Nordeste e a borracha no Norte, cujos lucros eram apropriados, na sua maior parte, pelos intermediários.

Stein (1979, p. 107) aponta que o interesse pela atividade industrial, marcadamente nas décadas de 1880 e 1890, justamente quando se encerrava o primeiro ciclo cafeeiro, coincidiu com a incerteza que pairava sobre o futuro da agricultura dessa cultura no Brasil. O segundo grande boom do ciclo cafeeiro, ocorrido no final dos anos 1880 e, sobretudo, nos anos de 1890 - quando os cafezais voltaram a se expandir pelas terras paulistas, e o café continuou a reinar na economia brasileira, como acontecia desde 1830 -, provavelmente retardou o crescimento industrial. No entanto houve aspectos negavelmente positivos para São Paulo: acelerou a formação de capital de investimento; atraiu espontaneamente ou subvencionou a vinda de mais de um milhão de imigrantes, de um total de 1.894.004 que ingressaram no Brasil nos primeiros 25 anos do século XX; estimulou a construção de estradas e ferrovias; provocou a urbanização de São Paulo e deu origem a novos mercados. Proporcionou, acima de tudo, condições particularmente favoráveis para o empreendimento de iniciativas e experiências em novos campos de atividade econômica.

Por essa razão, o período de 1885 a 1895, quando a indústria têxtil teve grande desenvolvimento no Brasil, não foi significativo para São Paulo, exceto pela implantação da Fábrica Votorantim, sendo equipada com 14 mil fusos e 624 teares. Foi no período de 1895 a 1905 que a capacidade produtiva de São Paulo elevou-se substancialmente. Nesse período, as novas fábricas têxteis foram instaladas por imigrantes, como a Fábrica Mooca (Regoli, Crespi & Cia.) e a Fábrica Mariângela (Francisco Matarazzo); esta especificamente, embora concebida como investimento complementar para fornecer sacaria ao moinho de trigo Matarazzo, tornou-se a maior tecelagem de algodão do país por volta de 1910, como afirma Stein (1979, p. 114).

O quadro da evolução do número de indústrias têxteis na capital e no interior da província de São Paulo entre 1875 e 1930 elaborado por Carone (2001) demonstra a ascensão da indústria têxtil paulista.

Tabela 6 - Número de Fábricas de Tecido na capital e interior de São Paulo entre 1875-1930

Ano	Capital	Interior
1875-1881	1	6
1910	8	16
1911	9	23
1925	30	34
1930	58	61

Fonte: CARONE (2001, p. 96).

A predominância do interior do estado na localização das indústrias têxteis paulista de modo significativo até a Primeira Guerra Mundial é a primeira característica que confere uma distinção com relação à indústria têxtil carioca. Como pudemos conferir no capítulo anterior, das 21 fábricas instaladas no Rio de Janeiro em 1905, dez estavam estabelecidas no antigo Distrito Federal, e as outras 11, no interior, sendo que cinco entre estas se encontravam em um raio de 35 km do centro do Rio de Janeiro (duas em Niterói e três em Magé).

Carone (2001, pp. 96-97) afirma que, apesar de a cidade de São Paulo estar “[...] na liderança na questão de povoamento”, a vantagem numérica do interior “[...] é superada pelo tamanho e pela importância das fábricas instaladas na capital”, como podemos verificar na estatística elaborada por Cunha Vasco em 1905 (Tabela 7). Essa foi uma das primeiras estatísticas sistemáticas, embora não oficial e contando com dados incompletos.

O período de 1907 a 1913 marcou outra revolução operada na indústria têxtil: a mudança da energia a vapor para elétrica, substituindo o carvão, que, por ser importado, era mais caro e, com a guerra, disponível em quantidade bastante limitada, como alerta Suzigan (2000, p. 156): “[...] em São Paulo, em 1913, a capacidade de energia elétrica instalada nas fábricas têxteis de algodão alcançava a 8072 H.P., contra 4110 H.P. a vapor e 2345 H.P. de energia hidráulica”.

A questão energética era decisiva para a localização das indústrias, portanto a Light desempenhou um papel fundamental ao ampliar a potência de suas usinas, liberando a implantação das indústrias da necessidade de encontrar quedas d’água ou locais onde os rios pudessem ser canalizados.

Sobre esse assunto, Stein (1979, p. 108) também centra sua atenção:

As usinas hidrelétricas estabelecidas por empresas estrangeiras nos grandes centros urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo, nos primeiros anos do século XX, sobretudo após 1905, ofereceram às fábricas de tecidos uma alternativa energética muito mais barata e segura que o uso direto da água e as dispendiosas máquinas a vapor utilizando carvão. A substituição do carvão pela

eletricidade não obrigou as fábricas a se deslocarem: as escarpas litorâneas do sudeste do Brasil ofereciam locais convenientes para a instalação de usinas que iriam fornecer energia aos estabelecimentos industriais do Rio e São Paulo.

Com relação ao interior, Negri (1996, p. 43) chama a atenção para a concentração industrial em Sorocaba, que se tornou o segundo maior centro produtor têxtil estadual. As empresas de Sorocaba, Salto e Itu contavam com suprimento de energia elétrica da usina da Fábrica Votorantim, da Empresa Elétrica de Sorocaba, adquirida pela Light em 1911, e da Companhia Ituana de Força e Luz, organizada em 1903, o que as desonerava da aplicação de recursos na geração de energia elétrica.

Além da energia, a matéria-prima também era um fator preocupante para o Estado de São Paulo. A unidade de produção dominante no período inicial da indústria têxtil algodoeira do Brasil era a fábrica integrada, que reunia todas as operações, da fiação ao acabamento.

Tabela 7 - Fábricas de fiação e tecelagem de algodão em São Paulo, em 1905

Local	Fund.	Nome	fusos	teares	Força motriz (HP)		Operários	Produção anual em metros
					Vapor	Hidr.		
Piracicaba	1875	Fábrica de Tecidos Arethusina (Santa Francisca)	4.392	120	--	250	300	1.876.000
Sorocaba	1900	Fábrica de F. e T. Sorocaba (Sta Rosália)	14.720	425	650	--	504	5.600.000
Sorocaba	1865	Fábrica de Fiação e Tecidos Santa Maria	2.830	112	250	--	200	1.800.000
Sorocaba	1881	Fábrica N.S. da Ponte	--	160	--	--	210	--
Sorocaba	1892	Fábrica Votorantim	36.000	625	--	600	530	6.000.000
Estação de S. Bernardo	1895	Fábrica de F. e T. São Bernardo	7.800	200	250	--	450	1.600.000
Estação de S. Bernardo	1900	Fábrica Bergmann	1.566	100	--	--	150	--
Villa Americana	1875	Fábrica de F. e T. Carioba	2.300	116	--	150	200	1.500.000
Itu	1872	Fábrica de F. e T. S. Luiz	1.680	60	80	--	130	360.000
Salto de Itu	1882	Fábrica de F. e T. Monte Serrat	2.800	133	120	--	175	1.350.000
Salto de Itu	1880	Fábrica Júpiter	10.000	400	--	--	620	6.000.000
São Roque	1879	Fábrica São Roque	--	250	--	150	400	(1)
Tatuí	1881	Fábrica de F. e T. S. Martinho	5.654	245	300	--	820	1.800.000
Jundiaí	1874	Fábrica de F. e T. de S. Bento (Cia Jundiahyana de Tecidos e Cultura)	3.404	100	400	--	180	1.960.000
São Paulo	1884	Fábrica de F. e T. Anhaia	3.800	200	200	--	400	3.300.000
São Paulo	1897	Fábrica de F. e T. Móoca	6.000	200	300 (2)	--	500	--
São Paulo	1877	Fábrica da Companhia Industrial	--	210	300 (2)	--	400	3.500.000
São Paulo	1904	Fábrica Mariangela	8.000	250	250	--	600	--
TOTAL			110.946	3.906	3.100	1.150	6.769	36.646.000

Fonte: VASCO (1905, p. 16). Notas: (1) Os dados da produção referem-se às duas fábricas da S.I. da Esportazione E. Dell'Acqua (Fábricas São Roque em São Roque e Júpiter em Salto). (2) Movida a energia elétrica.

A fábrica integrada, contudo, dependia do algodão em rama, que, apesar das plantações existentes no país e, posteriormente, no próprio Estado de São Paulo, não era suficiente para todo o consumo industrial. Além disso, a fábrica integrada usava a maior parte dos fios em seus próprios teares, e como não havia na década de 1890 nenhuma fábrica especializada em fiação no Brasil, as tecelagens dependiam do fio importado, o qual tinha espessura mais fina e permitia a confecção de um produto de melhor acabamento.

Dessa forma, a proteção tarifária sobre os fios, que eram importados da Inglaterra e Itália, favorecia particularmente as fábricas de tecelagem, e não as fábricas integradas. A Dell'Acqua & Cia. de Milão, com cinco fábricas na América Latina, trazia fios de suas fábricas de fiação situadas no Piemonte para alimentar os teares da fábrica de São Roque, fundada no Estado de São Paulo em 1879 (STEIN, 1979, p. 54). Somente a partir de 1930, as fábricas de fiação nacionais conseguem colocar no mercado interno um suprimento mais adequado de fios.

A plantação de algodão em São Paulo, no entanto, é beneficiada em 1918 pela geada que abateu os cafezais, o que incentivou os fazendeiros a plantar algodão entre as filas de cafeeiros para cobrir as suas despesas até que as mudas de café alcançassem a idade da primeira colheita.

Foi nessa época que o governo do estado iniciou um programa de pesquisa com o intuito de melhorar a qualidade e aumentar a quantidade de algodão produzida. Essa iniciativa estimulou ainda mais a concentração regional da indústria têxtil de algodão na década de 1920, em São Paulo, tornando-o “[...] o principal centro da indústria na esteira do progresso econômico do estado proporcionado pela cultura do café para exportação” (SUZIGAN, 2000, p. 161).

Assim, o aumento da produtividade do algodão cultivado em São Paulo, o clima geral de prosperidade reinante no começo dos anos 1920 e a retomada das importações de máquinas estimularam outra vez a expansão da indústria têxtil, abrindo inúmeras oportunidades novas para os brasileiros, tanto os nativos como os imigrantes (STEIN, 1979, p. 117).

Dentro desse quadro, o imigrante italiano Francisco Matarazzo teve um papel fundamental na geografia e na história industrial da cidade de São Paulo desde o início do século XX.

Gunn e Correia (2005, p. 33) afirmam que a fundação do grupo industrial Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) teve início no distrito do Brás, em 1900, quando da abertura do moinho de cereais, o Moinho Matarazzo²⁰. Quatro anos depois, a oficina para ensacamento de cereais do moinho foi separada e tornou-se a base para uma nova fábrica têxtil, a Fábrica de Tecelagem Mariângela. Ao lado da Fábrica Mariângela, Matarazzo fixou o escritório central de seu grupo no ano de 1904. Em 1919, o grupo fundou a fábrica Metalúrgica Matarazzo no

²⁰ O Moinho é inaugurado em março de 1900, na Rua Monsenhor Andrade, no bairro do Pari.

distrito do Brás. Ainda no mesmo distrito, em 1935, comprou uma firma de tecelagem de seda, que foi renomeada como Tecelagem Brasileira de Seda. A firma original, a Tecelagem Ítalo-Brasileira de Sedas, foi fundada no Brás pelos empresários imigrantes italianos Crespi e Puglisi, em 1907.

Carone (2001, p.106) conclui que na indústria têxtil, em São Paulo, a atividade é basicamente dominada pelos italianos. No recenseamento de 1920 sobre as atividades industriais, constavam 2.119 estabelecimentos industriais pertencentes a italianos no Brasil, 1446 localizados em São Paulo.

Das fábricas têxteis pertencentes a italianos em São Paulo, destacam-se o Cotonifício Rodolfo Crespi, o Cotonifício Scarpa, as fábricas Mariângela e Belenzinho, o Cotonifício Gamba, o Cotonifício Jorgi, a Fábrica de Toalhas e Estopa de Angelo Lívio, o Cotonifício Itália, a Fábrica Brasilissa (em Bragança Paulista), a Trevissoli (em Jundiaí), a Patrocínio (em Araras) e a Sociedade Scarpa (em Sorocaba) (STEIN, 1979, p. 66).

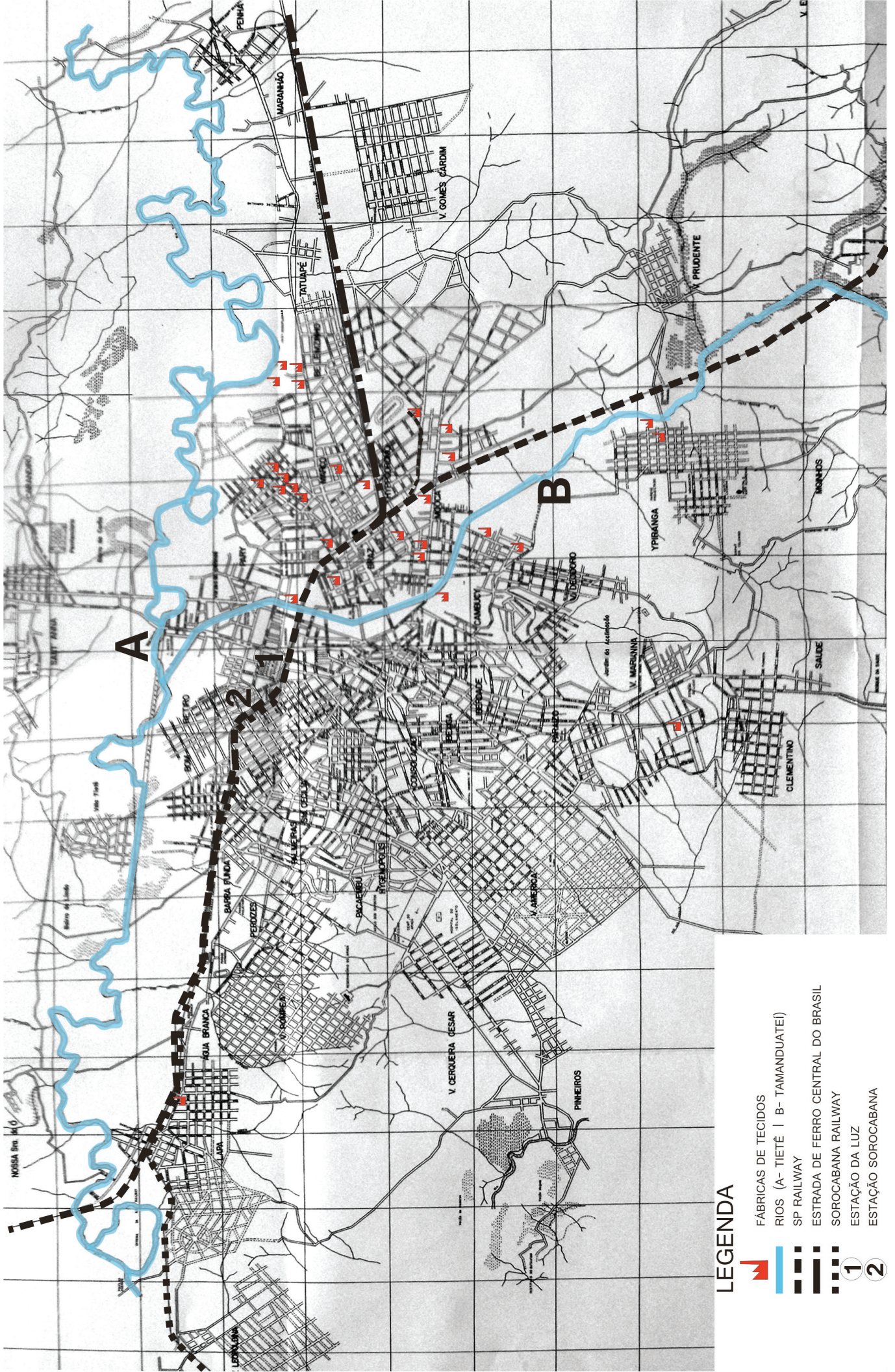
Além desses estabelecimentos, podemos citar também as empresas têxteis de Enrico Dell'Acqua, com fábricas em Salto, São Roque e Osasco.

Com relação à localização das indústrias têxteis, a construção da rede de estradas de ferro ligando o Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais após a década de 1860 definiu vetores de crescimento urbano e foi fator determinante na geografia de implantação do sistema de fábricas.

Os bairros Brás, Mooca, Belenzinho, o leste do Ipiranga e o sudeste do antigo centro da cidade, através do vale do Tamanduateí e seguindo a linha das estradas de ferro Central do Brasil e SP Railway, tornaram-se as principais localidades para as novas indústrias no final do século XIX, como apontam Gunn e Correia (2005, p. 31):

A "Fábrica Santana" foi uma das fábricas têxteis iniciais na parte leste da cidade, na Mooca, criada pelo conde Antônio Álvares Penteado, em 1889, para produção de sacos para café e açúcar e, subseqüentemente, estendida para a produção de cobertores. Sua produção inicial começou com cerca de seiscentos operários, e dez anos mais tarde esse número cresceu para 1.300. Em 1908, a empresa foi transformada em uma Companhia Limitada, com o nome de "Companhia Nacional de Tecidos de Juta", e vendida para o engenheiro e empresário industrial Jorge Street. Desde o início do século, a "Fábrica Santana" "fornecia alojamentos para operários, cujo aumento nos preços dos aluguéis foi causa de conflito em 1911. No ano seguinte, supõe-se que Jorge Street tenha adicionado as cerca de cem casas da vila operária da "Fábrica Santana". Em 1912, esse mesmo empresário construiu a "Fábrica Maria Zélia", situada entre os trilhos da Estrada de Ferro da Central do Brasil e o Rio Tietê, em Belenzinho, e em 1916 inaugurou sua vila operária – a Vila Maria Zélia –, com cerca de duzentas casas e instalações sociais. Depois de 1923, Street vendeu a companhia, e ela foi deixada nas mãos de Arnaldo Guinle e Numa de Oliveira, que estavam associados à companhia "Docas de Santos".

► Mapa 6. Localização das fábricas de tecidos na cidade de São Paulo em 1914. Fonte: Elaboração da autora sobre Planta Geral da Cidade de São Paulo com Indicações Diversas. Comissão Geográfica e Geológica, eng. chefe João Pedro Cardoso, 1914, sem escala. (Memória Urbana).



O distrito da Mooca se consolida como área industrial e operária. A maioria das empresas que lá se estabelecem constroem vilas para seus operários, como é o caso da Fábrica de Tecidos Labor e da Cia. Paulista de Aniagem, da Fábrica de Tecidos de Lã, Algodão e Meias, criada em 1897 pela firma Regoli, Crespi & Cia., que se transformaria, nove anos depois, em um empreendimento industrial de produção em larga escala: o Cotonifício Rodolfo Crespi.

Seguindo a linha da SP Railway ao sul, no bairro do Ipiranga, foram instaladas mais algumas fábricas com vilas operárias: a Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet, em 1893, e a Fábrica Corrente, da firma escocesa J. B. Coats (Machine Cotton), em 1907, com cinquenta casas.

A escolha dos arredores da cidade para a implantação industrial não era gratuita; deveu-se, primeiramente, ao valor dos terrenos, como esclarece a propaganda do loteamento Nova Manchester, situado então no Belenzinho, veiculada em fevereiro de 1925, na primeira página do jornal O Estado de São Paulo:

[...] como perfeitamente compreendeis, a base do sucesso de todas as indústrias é o aumento constante da produção. Para isso, como fazem os grandes industriais europeus e norte-americanos, deveis diminuir o capital imobiliário e aumentar o capital produtos, e isso só podereis fazer transferindo vossas indústrias, do centro para os arredores da cidade. Porque assim aplicareis, a diferença enorme do valor dos terrenos, em aquisição de aperfeiçoados maquinismos, que vos proporcionarão aumento considerável da renda e produção. E além de tudo, suprimireis [...] inúmeras circunstâncias imprevistas para o insucesso das indústrias: greve, má vontade dos operários, revoluções, motins, incêndios, etc. A 'Nova Manchester', a grande cidade do trabalho, com terrenos apropriadíssimos para indústrias, sita no próspero bairro do Belenzinho, o maior centro operário desta capital, vos garantirá todos os meios precisos para o êxito de vossas indústrias porque aí tereis terrenos magníficos para as vossas instalações e vilas operárias, por preço 20 vezes menor e ainda com o prazo de 5 anos sem juros (apud SEGAWA, 2000, p. 127).



◀ Fig. 28. Prédio do Cotonifício Rodolfo Crespi, atingido por um violento bombardeio aéreo das forças legalistas federais, durante a Revolução de 1924. Fonte: Schiavinatto, I.L. Séries fotográficas narram um evento: 1924/ São Paulo. In: Revista STUDIUM, nº 8. Disponível em: <<http://www.studium.iarunicamp.br/oito/5.htm>>. Acesso em: 14 nov.2009.

▼ Fig. 29. Companhia Nacional de Tecidos de Juta (Fábrica Santana) em 1918. Fonte: Acervo Iconográfico, Pioneiros & Empreendedores, FEA - USP.



²¹ RAGO, L. M. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



▲ Fig. 30. Vila Maria Zélia atualmente. Disponível em: <http://www.jornaldeteatro.com.br/imagem/stories/2009/junho/impressa/imp2/mariazelia_02_danilobraga_jt.jpg>. Acesso em 06 fev.2011.

▼ Fig. 31. Cia. Nacional de Tecidos de Juta. Capela de São José. Foto de 1919. Fonte: Acervo Iconográfico, Pioneiros & Empreendedores, FEA - USP.

► Fig. 32. Cia. Nacional de Tecidos de Juta. Vila Maria Zélia. Foto de 1919. Fonte: Acervo Iconográfico, Pioneiros & Empreendedores, FEA - USP.

▼▼ Fig. 33. Escola de Meninas, Vila Maria Zélia. Foto década de 1970. Fonte: Acervo Iconográfico, Pioneiros & Empreendedores, FEA - USP.

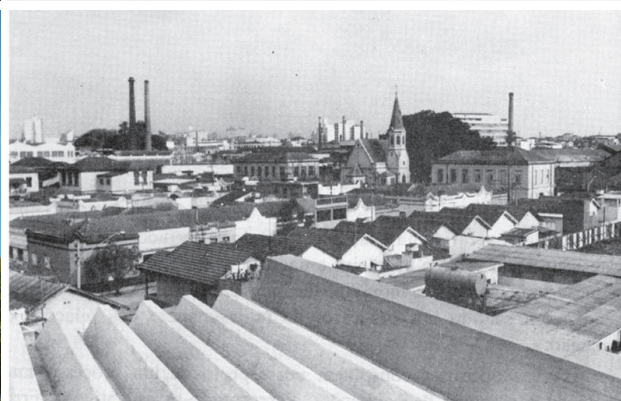
►► Fig. 34. Vista geral do complexo fabril e da moradia operária da Cia. Nacional de Tecidos de Juta. Foto década de 1970. Fonte: Acervo Iconográfico, Pioneiros & Empreendedores, FEA - USP.

Em segundo lugar, as posturas legais para ordenação do espaço da cidade - desde o Padrão Municipal de 1886, seguido pelo Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894 e pela lei 498 de 1900, que estabelecia “prescrições para construção de casa de habitação operária” - determinavam sua construção fora do perímetro demarcado por lei (também denominado “aglomeração urbana” e “perímetro do comércio”); ou seja, era estabelecida uma segregação espacial por meio de uma periferização compulsória (SEGAWA, 2000, p. 161).

Apesar dessa segregação, Rago (1985²¹ apud BONDUKI, 1994) afirma que, durante a República Velha, as vilas operárias eram consideradas pelo Estado e pela elite dominante uma iniciativa modelar a ser incentivada, pois garantiam condições dignas de moradia, superando a insalubridade dos cortiços sem exigir a intervenção do poder público, e ainda proporcionavam a possibilidade de controle ideológico, político e moral dos trabalhadores diante da sempre temida revolta operária.

Assim, as vilas operárias eram concebidas como extensão da fábrica, indicando a tutela do empresariado sobre o operariado. Era muito comum também o estabelecimento de escolas, creches, igrejas, mercados, salão de recreação, como na Vila Maria Zélia, permitindo um controle absoluto do tempo livre dos operários e de suas famílias.

Stein (1979, p. 66) considera que “[...] os empresários tinham a visão, amplamente difundida, de que os pobres eram uma classe dada à indolência se não fosse coagida a trabalhar”. Essa visão era compartilhada por outros segmentos da sociedade:





[...] foi com grande satisfação que os editores de um jornal de uma província de São Paulo saudaram a fundação da fábrica São Luís, em 1869, que empregava 'crianças e mulheres nas máquinas, as primeiras transformando o tempo desperdiçado no ócio em trabalho útil e as mulheres empregando o seu tempo de modo mais vantajoso'. Esperava-se que os filhos e filhas das famílias pobres que habitavam as vizinhanças das fábricas de tecido encontrassem no trabalho fabril uma ocupação apropriada e satisfizessem todas as suas necessidades de vida. [...] as fábricas forneciam teto, roupas, alimentação e instrução para treinar artesãos, mecânicos e operários, formando cidadãos 'bons, inteligentes e habilidosos' (STEIN, 1979, p. 66).

Sobre as mulheres, Canabrava (1984) afirma que estas representavam a mão-de-obra majoritária nas fábricas de tecidos desde a sua fundação. Em 1872, a força de trabalho da indústria têxtil era constituída por um contingente de 10.256 operários, dos quais 9.514 eram mulheres.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a indústria têxtil brasileira começa a apresentar sinais de obsolescência, em especial, com relação ao maquinário, o que, considerada a proibição de importação na década de 1930, tornou impossível tirar vantagem de qualquer avanço tecnológico de origem estrangeira.

Além disso, a partir da metade dos anos 1950, a indústria brasileira entra em um processo acelerado de desenvolvimento, investindo em setores mais dinâmicos e não tradicionais, como a indústria automobilística.

O movimento de estímulo ao transporte rodoviário pelos governos estadual e federal na década de 1940 favoreceu a construção, em 1947, da Rodovia Anchieta, ligando São Paulo - o principal mercado



▲▲ Fig. 35. Escola de meninas, Vila Maria Zélia, interior, estado atual. Foto: Marco Gomes. Disponível em: < http://farm4.static.flickr.com/3369/3279721523_ae262e7434_z.jpg>. Acesso em 06.fev.2011.

▲ Fig. 36. Escola de Meninas, Vila Maria Zélia, fachada, estado atual. Disponível em: < http://farm4.static.flickr.com/3560/3772825490_edef82a465.jpg>. Acesso em 06.fev.2011.

²² A General Motors já operava em São Caetano do Sul desde 1927. Seguiram-se a Varam Motores; depois a Volkswagen Caminhões, em 1948; a Brás Motor (montadora dos Fuscas), em 1951; a Willys Overland, em 1953 e a Mercedes Benz, em 1956. Ver: MARICATO, E. A proletarização do espaço sob a grande indústria São Paulo: o caso de São Bernardo do Campo na Região Metropolitana de São Paulo. 1977. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - FAU Universidade de São Paulo, 1977, trabalho citado por Sakata (2006).

²³ Singer (1968, p. 53) alerta que a política industrial per se privilegia a maior eficiência produtiva e competitividade entre as firmas, o que tenderia a reforçar as localidades com maiores externalidades positivas, que era o caso da capital. Externalidades positivas é um conceito elaborado no começo do século XX pelo economista Alfred Marshall, o qual expressa que, se o progresso tecnológico é internalizado por um determinado número de empresas, a concentração espacial favorece uma rápida difusão desse conhecimento para a região como um todo. Contudo as economias de aglomeração se transformaram, com a saturação das instalações industriais, em problemas como: degradação ambiental, encarecimento da mão-de-obra, precariedade do sistema de transportes de massas e sobreutilização dos sistemas de transportes de bens, elevação do custo do solo para fins residenciais e, consequentemente, aluguéis dispendiosos. Tudo isso elevava o valor da produção e da força de trabalho da capital em comparação com as cidades menores, que não apresentavam ainda tais problemas.

consumidor do país - ao porto de Santos - o principal porto do Brasil. A rodovia, assim como a ferrovia 80 anos antes, além dos incentivos fiscais, foi decisiva para a instalação de várias indústrias ao longo do seu percurso, particularmente as montadoras de automóveis²².

O setor têxtil também foi afetado pelo desenvolvimento industrial sistêmico da época e começou a passar por grandes transformações. A partir de 1970, incentivos fiscais e financeiros governamentais possibilitaram a modernização e a ampliação da indústria têxtil com o objetivo, sobretudo, de aumentar as exportações brasileiras de produtos têxteis.

Contudo a abertura do mercado interno aos fornecedores externos iniciada em 1990, a eliminação de entraves burocráticos às importações e a redução das tarifas aduaneiras conduziram à regressão das exportações e, consequentemente, a uma grande competição com os produtos importados, de melhor qualidade e mais baratos, o que acabou induzindo ao fechamento de muitas empresas e obrigando aquelas que sobreviveram a investir fortemente na sua modernização.

Essa modernização e a redução de custos de produção estavam alinhadas a outro movimento importante ocorrido anteriormente - a desconcentração industrial do núcleo da metrópole, em função das deseconomias de aglomeração²³ na capital em direção ao interior e aos municípios vizinhos, particularmente Santo André e São Bernardo, o que levou a maioria das indústrias da Mooca, Belenzinho, Pari e Brás a abandonarem suas plantas industriais, deixando um legado construído à mercê da especulação do setor imobiliário.

O perfil industrial da cidade se molda a uma nova dinâmica pós-industrial, e os signos identitários impressos nos vestígios das edificações industriais funcionam como códigos a serem decifrados sobre essa singularidade cultural e social promovida durante décadas pela indústria.

4. DESINDUSTRIALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL

Como vimos nos capítulos anteriores, a atividade industrial constituiu um importante fator de estruturação espacial. A indústria produziu em São Paulo e no Rio de Janeiro a sua espacialidade, organizando o cotidiano, promovendo atividades sociais, implantando novas infraestruturas; enfim, induzindo a formação de um território específico.

A revolução tecnológica associada à difusão da microeletrônica, característica do atual paradigma técnico-econômico, proporciona grandes economias de escala, aumentando o volume de produção por fábrica e levando ao fechamento de empresas tradicionais que não se adaptam as novas exigências do mercado²⁴.

Os efeitos desse processo de reestruturação produtiva, intensificado na década de 1990, atingiram grandes complexos fabris estabelecidos nos séculos XIX e XX, que foram grandes motores econômicos e os principais indutores da urbanização.

As mudanças que ocorreram no Brasil a partir da década de 1990 - de um lado, a abertura comercial promovida pelo governo nesse período, forçando as empresas a se modernizarem para enfrentar a competição com bens importados e aumentar suas exportações, e, de outro lado, o aumento do consumo per capita interno associado à estabilização da economia - induziram a novas estratégias competitivas das empresas do setor têxtil.

O setor têxtil, considerado o berço da revolução industrial por ter protagonizado o processo original de automação da manufatura, procurou reduzir o hiato tecnológico em relação a outros setores industriais por meio da difusão de práticas de produção enxuta e de avançados sistemas de automação e permaneceu relativamente intensivo em mão-de-obra até fins do século XX.

A adoção de equipamentos com base na microeletrônica torna-se essencial para aumentar a competitividade das empresas, em especial, no cenário de competição global progressivamente mais intensa, na qual a sobrevivência da fábrica depende da capacidade de resposta rápida às demandas do mercado, cada vez mais exigente no quesito qualidade, o que resulta na introdução contínua de inovação, particularmente nos segmentos intensivos em capital, como fiação, tecelagem e malharia.

La Rovere, Tigre e Alexim (2006, p. 400) chamam a atenção para o grande investimento, concentrado entre 1994 e 1997, em máquinas do complexo têxtil, em função das expectativas favoráveis

²⁴ A desativação de espaços industriais, ou desindustrialização, é definida por Bruyelle "[...] em uma primeira aproximação, como o recuo ou a desaparecimento do fato industrial em um espaço dado. Este recuo se manifesta de diversas maneiras que têm, cada uma, significações diferentes. Ele pode se manifestar em termos de empregos, em termos de diminuição da produção, em termos de redução do número dos estabelecimentos industriais podendo ir até a desaparecimento total". Em: BRUYELLE, Pierre. Désindustrialisation, mutations technologiques et transformations internes des entreprises. *Revue Belge de géographie*, 116^{ème} année, 1992, Fascicules I a 4, p.77 (apud PADUA, 2007, p. 30; tradução de Rafael Faleiros de Padua).

dos empresários com relação ao crescimento do mercado brasileiro, ao crédito do governo, à queda dos preços dos bens de capital devida ao câmbio sobrevalorizado a partir do Plano Real e à necessidade de modernização do parque fabril instalado.

Os processos de concentração da produção e de modernização tecnológica levaram a uma significativa redução dos postos de trabalho no complexo têxtil na década de 1990. Conforme estudo sobre o perfil e dimensões do setor têxtil no Brasil do Instituto de Estudos e Marketing Industrial - IEMI, o complexo têxtil, que empregava 2,58 milhões de trabalhadores em 1990, passou a empregar 1,54 milhões em 2000, tendo, desse modo, uma perda de mais de um milhão de empregos acumulada na década, ou seja, uma redução de 40,1% no total (IEMI, 2001²⁵ apud LA ROVERE; TIGRE; ALEXIM, 2006, p. 401).

O setor têxtil constitui, assim, um exemplo de grande visibilidade do processo de redução do número de trabalhadores na produção, que, aliado ao lento crescimento da economia nacional e à abertura das importações, oferece uma explicação de caráter conjuntural para o fechamento de muitas fábricas desse setor e para o deslocamento de outras (LA ROVERE; TIGRE; ALEXIM, 2006, p. 404).

Sandra Lencioni (2006), ao analisar o período compreendido entre 1989 e 2002, justamente o período em que a reestruturação produtiva transformou profundamente a atividade industrial, avalia que:

[...] em primeiro lugar, há uma diminuição no número de trabalhadores, de cerca de um milhão de empregos. Em segundo lugar, podemos observar que nas principais metrópoles do país o decréscimo no número de trabalhadores, não só é geral, mas muito intenso, destacando-se a metrópole de São Paulo e do Rio de Janeiro com uma diminuição maior que 50% (LENCIONI, 2006, p. 110).

Tabela 8 - Taxa de Crescimento do Número de Trabalhadores da Indústria (1989-2002)

Estados com crescimento positivo e metrópoles com decréscimo		Estados e Metrópoles com decréscimo	
Ceará	+ 47,0	Rio de Janeiro	- 47,7
Fortaleza	- 13,4	Rio de Janeiro	- 57,7
Paraná	+ 39,4	Pernambuco	- 39,9
Curitiba	- 16,1	Recife	- 13,4
Pará	+ 20,1	São Paulo	- 34,0
Belém	- 40,3	São Paulo	- 55,3
Minas Gerais	+ 6,4	Rio Grande do Sul	- 4,8
Belo Horizonte	- 23,6		
Bahia	+ 2,9		
Salvador	- 31,9	Porto Alegre	- 44,1

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego. RAIS: 1989 e 2002 (apud LENCIONI, 2006, p. 111).

Esses dados demonstram que, nos estados de tradição industrial como São Paulo e Rio de Janeiro, houve maior perda no emprego industrial, afetando não só o centro metropolitano como a média estadual. Isso se pode verificar pelos dados referentes à industrialização

²⁵ IEMI - INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL. Perfil e dimensões do setor têxtil no Brasil. São Paulo, 2001.

francamente regressiva no estado e na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Segundo Lencioni (2006, p. 108), as indústrias têxteis e de calçado, que operam com mão-de-obra intensiva e têm expressiva presença do capital nacional, sofreram um movimento de desconcentração industrial em direção ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, enquanto aquelas indústrias intensivas em tecnologia e com predomínio de capital transnacional tenderam a se concentrar no Sudeste, particularmente no Estado de São Paulo, privilegiando assim a cidade de São Paulo e sua região metropolitana expandida.

Reforça-se e consolida-se, com isso, na região metropolitana de São Paulo, a concentração das indústrias intensivas em tecnologias e das indústrias de alta tecnologia, que encontram aí a infraestrutura necessária à sua reprodução, como, por exemplo, a presença de aeroportos internacionais, de universidades e núcleos de pesquisa, de trabalhadores altamente qualificados, de eficientes redes de comunicações e de uma extensa rede de fibra ótica.

Isso não quer dizer que essas novas indústrias se instalem nas áreas industriais tradicionais localizadas na cidade de São Paulo. O que existe de fato é uma outra dimensão de trabalho na indústria, que tem outras necessidades espaciais e de articulação, elegendo novas localizações industriais, como os parques tecnológicos.

73

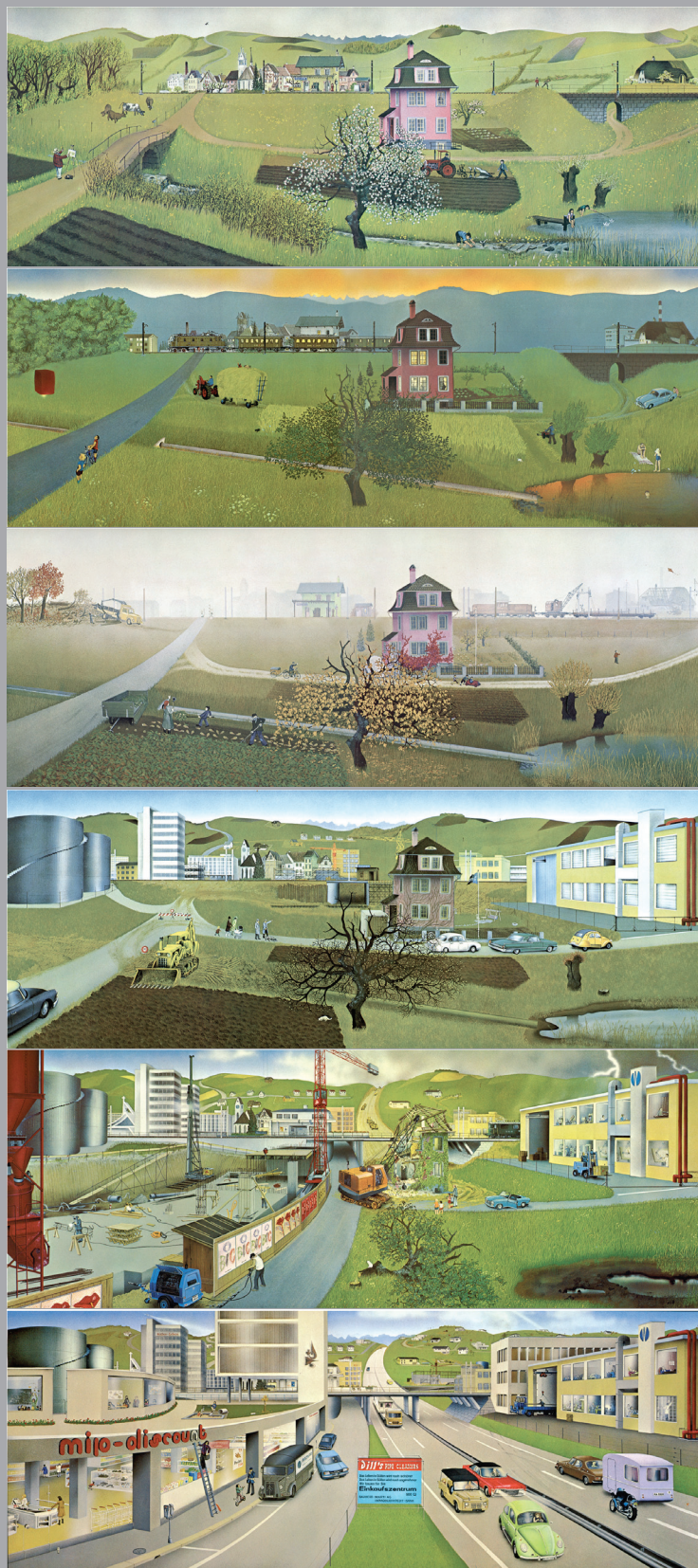
Portanto ocorre um processo de desindustrialização em áreas específicas na cidade, onde a indústria era a atividade predominante, passando a perder importância para outras atividades econômicas, como as relacionadas ao setor terciário, ou a atividade industrial deixa simplesmente de existir.

A desindustrialização nem sempre acontece de forma generalizada no caso da região Sudeste, como observa Lencioni (2006, p. 108). Apesar de haver uma diminuição geral no número de postos de trabalho industrial ao lado de um rearranjo na distribuição territorial da indústria, ela continua ainda muito concentrada, particularmente no Estado de São Paulo.

São Paulo, que passou por um processo bastante acentuado de perda do emprego industrial, continua sendo, de longe, a maior cidade industrial do país.

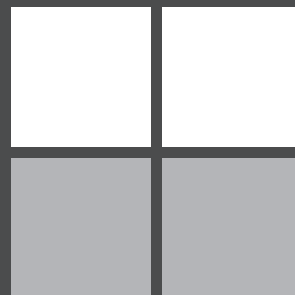
Como podemos observar, a reestruturação econômica conduziu determinados setores das cidades a um esvaziamento das atividades industriais. Nas regiões tradicionalmente industriais - ABCD, Brás, Mooca, Belenzinho, Tatuapé, Ipiranga, Santo Amaro - é nítido esse esvaziamento das plantas industriais. Atividades econômicas são redistribuídas, surgem novas funções e usos em detrimento dos antigos usos industriais e antigas estruturas produtivas transformam-se em espaços vazios e ruínas – espaços urbanos à espera de recomposição. A primeira impressão

que se tem desses locais é a de abandono e deterioração. Contudo são espaços privilegiados, cujo valor reside em serem fiéis depositários das memórias dos seres humanos, de seu trabalho, de sua cultura, de sua história, de um processo produtivo, constituindo espaços com elevada carga simbólica, que podem ser preservados, transformados e adquirirem novos usos e novas significações.



PARTE 2

UM NOVO PARADIGMA URBANO





THE SAME TOWN IN 1840.

1. Michael's Tower, rebuilt in 1750. 2. New Parsonage House & Pleasure Grounds. 3. The New Jail. 4. Gas Works. 5. Lunatic Asylum. 6. Iron Works & Engine Works. 7. St. Mary's Abbey. 8. St. Mary's Chapel. 9. Baptist Chapel. 10. Unitarian Chapel. 11. New Church. 12. New Town Hall & Concert Room. 13. Wesleyan Centenary Chapel. 14. New Christian Society. 15. Quakers Meeting. 16. Socialist Hall of Science.

◀ Fig. 37. (pg. 75) Ilustrações de Jörg Müller, *Die Welt ist kein Märchen* (O mundo não é um conto de fadas)

▲▲ Fig. 38. Uma cidade católica em 1440. Fonte: Pugin (1836, p. 126).

▲ Fig. 39. A mesma cidade em 1840. Fonte: Pugin (1836, p. 126).

5.A INDÚSTRIA COMO IMAGEM URBANA

It will be readily admitted that the great test of Architectural beauty is the fitness of the design to the purpose for which it is intended, and that the style of a building should so correspond with its use that the spectator may at once perceive the purpose for which it was erected.

Augustus Welby Pugin

Em 1836, o arquiteto inglês Augustus Welby Pugin (1812-1852) publica o livro *Contrastes* ou um paralelo entre edifícios nobres dos séculos XIV e XV, e edifícios similares do presente, no qual faz um contraponto entre a arquitetura britânica do início do século XIX e a arquitetura medieval. Nesse trabalho, ele apresenta imagens comparando uma mesma cidade cristã em 1440 e em 1840, chamando a atenção para a substituição das torres das igrejas pelas chaminés das fábricas e por todo o aparato edificado que dá subsídio à atividade industrial. Pugin era um defensor do gótico²⁶ e, nesse livro, acusa a indústria de ter contaminado tanto a paisagem urbana, com suas instalações desmesuradas, quanto o ambiente doméstico, com seus produtos vulgares.

A imagem da cidade industrial em contraste com a da cidade medieval deixa clara a ideia de que a indústria passou a desempenhar a função de ator principal da cena urbana, o que, no início do século XIX, como os desenhos de Pugin expressam, causava certo temor pela radical e rápida transformação da morfologia da cidade.

Essa mudança não se limitava somente à forma urbana, mas dizia respeito também à sua construção como objeto.

Davis (1977, p. 18) afirma que, às vésperas da Revolução Industrial, a Europa era uma região quase completamente agrária. Embora as cidades medievais tivessem permanecido pequenas, o fato de elas terem se especializado na manufatura e no comércio, além da competição entre as cidades estimularem a especialização e a inovação tecnológica, preparou as condições para a urbanização que se seguiria, potencializada pelo enorme aumento da produtividade decorrente da difusão do uso da máquina.

Assim, a localização das primeiras fábricas, que utilizavam a energia hidráulica como força motriz, aconteceu em zonas rurais próximas aos cursos de água, originando a construção de casas, oficinas, hospedarias, capelas. Foi somente com a invenção da máquina a vapor – em 1712,

²⁶ “Let us now, therefore, examine the pretensions of the present Century to a superiority in architectural skill; let us examine the results –that is, the edifices that have been produced: and, I feel confident, we shall not be long in deciding that, so far from excelling past ages, the architectural works of our time are even below par in the sale of real excellence” (PUGIN, 1836, p. 30).

por Thomas Newcomen, e em 1763, por James Watt -, a qual forneceu uma fonte nova e abundante de energia, que as fábricas passaram a se localizar nas proximidades das cidades, onde era possível contratar os trabalhadores, na maioria das vezes, migrantes rurais.

O advento da industrialização trouxe enorme melhoria nos implementos e técnicas agrícolas, na preservação dos alimentos, no desenvolvimento dos transportes e comunicações e no aperfeiçoamento das infraestruturas de suprimento de água e esgoto, o que permitiu também que mais pessoas se concentrassem nas cidades.

Dessa forma, as atividades industriais foram se localizando com base em diferentes lógicas: próximas aos rios, pela importância dos engenhos hidráulicos, da máquina a vapor ou da necessidade de água para o processo produtivo; a vias férreas e rodovias, por questões de acessibilidade e logística; e ao tecido consolidado, pela disponibilidade de infraestrutura.

Nesse cenário, a aceleração do ritmo de evolução das sociedades urbanizadas²⁷, ligada diretamente ao desenvolvimento das atividades industriais, representou um estágio de evolução social relativamente novo na história da humanidade. Considerando as pesquisas de Davis (1977), antes de 1850, nenhuma sociedade poderia ser descrita como predominantemente urbana; essa condição só foi atingida em 1900 pela Grã-Bretanha, em função do desenvolvimento industrial. O autor, em sua investigação sobre a aceleração da urbanização, afirma que, entre 1850 e 1950, o ritmo de urbanização foi bem superior ao ocorrido entre 1800 e 1850, mas que o ritmo das décadas de 1950 e 1960 superou em duas vezes o dos cinquenta anos precedentes.

A mudança acarretada pelo processo de industrialização e automatização resultou em uma transformação qualitativa da cidade; ela não pode ser considerada uma versão maior da cidade tradicional, mas uma nova e diferente forma de agrupamento humano. A Revolução Industrial promoveu a divisão especializada do trabalho e fez emergir um novo tipo de estrutura ocupacional - a estrutura que depende do conhecimento altamente especializado e que funciona apenas quando as atividades das ocupações componentes estão bem sincronizadas. Essa estrutura tornou necessária a concentração humana em cidades, uma vez que o novo sistema exigia a proximidade de trabalhadores de diversas especialidades e de diversos estabelecimentos, forçados a intercambiar bens e serviços.

A diversidade, a especialização, a localização e a tipologia das indústrias geraram novas hierarquias espaciais e redefiniram o papel das cidades e a sua imagem.

Cabe ressaltar que a arquitetura das fábricas, geralmente grandes edifícios com suas chaminés, além de não apresentar preocupação com o conforto dos numerosos trabalhadores que nelas atuavam - o que se vê, por exemplo, na precariedade da iluminação e da ventilação -, não

²⁷ Foi adotado o termo urbanização seguindo a concepção de Davis (1977), referente à proporção da população concentrada em estabelecimentos urbanos ou ao crescimento dessa proporção (da população urbana sobre a população rural).

► Fig. 40. Ponte de ferro sobre o Rio Severn, 1775-1779. Disponível em: <<http://www.ironbridge.org.uk>> Acesso em: 18 jul. 2009.



possuía um estilo próprio, apesar de a própria indústria ter promovido inovações tecnológicas que resultaram no desenvolvimento de novos materiais e técnicas construtivas.

O historiador Ernest Gombrich (1981) sublinha a falta de um estilo tipicamente industrial por meio das paródias que eram realizadas nas fachadas desses edifícios:

O homem de negócios ou a comissão de planejamento urbano que projetavam a construção de uma fábrica, estação ferroviária, escola ou museu, queriam Arte pelo dinheiro investido. Assim, quando as outras especificações tinham sido preenchidas, encarregava-se o arquiteto de fornecer uma fachada em estilo gótico, de converter o edifício num arremedo de castelo normando, palácio renascentista ou até mesquita oriental (p. 395).

Novos materiais, como o ferro bruto, tiveram sua produção barateada por volta de 1750. No final do século XVIII, a máquina a vapor já se encontrava de tal modo desenvolvida que podia ser aplicada na produção de quantidades cada vez maiores de ferro gusa, fundido ou forjado. Entre 1775 e 1779, a primeira obra de arte usando esse material foi construída na Inglaterra, sobre o Rio Severn, perto de Coalbrookdale (Figura 40).

A leveza e a transparência dos arcos em ferro fundido, de aspecto frágil, faziam um contraponto com os arcos em pedra, o que pode ser também observado nas imagens de Pugin (figuras 38 e 39). A ponte de pedra, de 1440, que fazia conexão entre a cidade aberta e a fortificada, é substituída em 1840 pela ponte de ferro.

O desenvolvimento da indústria suscitou a substituição do trabalho artesanal manual feito nas oficinas pelas novas formas de produção mecânica, o que trouxe a princípio muitas críticas daqueles que, como Pugin, estavam convencidos de que o baixo nível da produção se devia à separação entre a arte e a indústria.

Pugin, ao descrever os objetos produzidos em escala industrial, comenta:

Nem escala, nem forma, nem oportunidade, nem unidade de estilo são jamais levadas em consideração por quem desenha esses horrores. [...] Basta introduzir um ornamento em quatro folhas ou em arco agudo, embora o esquema do artigo seja moderno e vulgar; para que o mesmo logo seja qualificado e vendido como gótico (PUGIN apud BENEVOLO, 1976, p. 188).

O inglês John Ruskin (1819-1900) também atribuía a causa dos problemas da época às más condições de trabalho do sistema industrial, o que o levou a condenar todas as novas formas de vida introduzidas pela Revolução Industrial. Ele explicita em *Las siete lámparas de la Arquitectura* (1956), obra originalmente publicada em 1849, as falsidades contidas na produção arquitetônica da época²⁸. Para Ruskin (1996), o objetivo da produção industrial era enganar o observador por meio de materiais que imitavam outros materiais e de ornamentos executados mecanicamente, no intuito de simular a aparência do trabalho manual, mais demorado e, portanto, mais caro.

A questão da velocidade incomodava Ruskin (1996), não somente com relação à produção mecânica, mas a tudo que dela poderia derivar, como os meios de transportes:

O sistema de estradas ferroviárias é dirigido à gente que tendo pressa é miserável. Ninguém viajaria dessa maneira se tivesse tempo de vaguear sobre as colinas por entre as sebes dos campos ao invés de se transportar através de túneis (leia-se metro) ou entre trilhos. [...] A ferrovia é em todos os seus aspectos uma questão de ganho a ser obtido o mais rapidamente possível e precisa ser eliminada. Ela transforma o homem de viajante em pacotes vivos durante todo o tempo em que ele permanece separado das nobres características da sua humanidade pelo poder de locomoção de dimensões planetárias (RUSKIN, 1996, nota 15, p. 43).

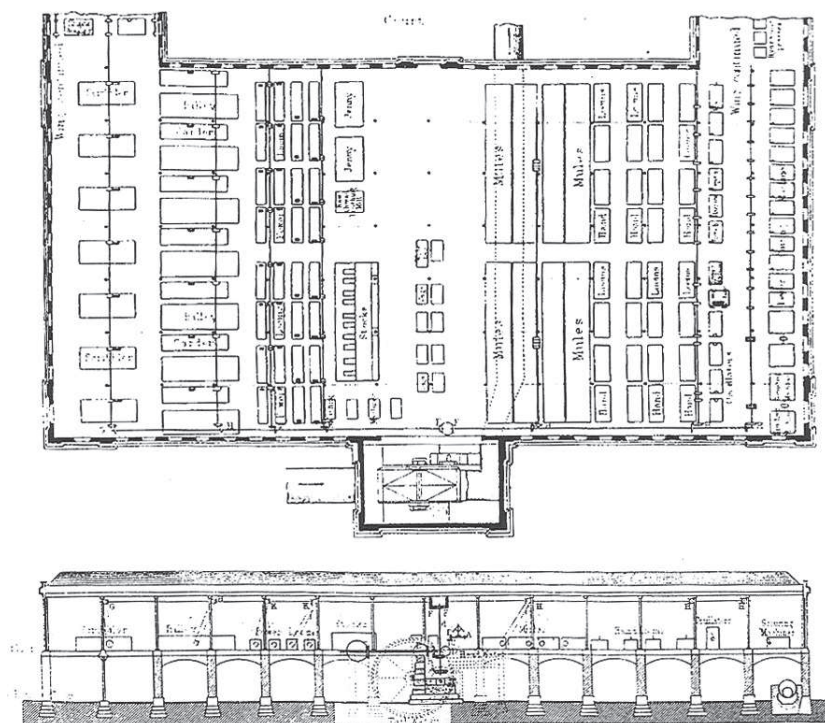
Para Ruskin (1996), a produção industrial é considerada uma falsidade em uma época em que se vive um período de grande desenvolvimento industrial e a fabricação manual é substituída pelas máquinas.

As severas críticas ao trabalho industrial eram dirigidas também à construção industrializada de caráter temporário: “[...] quando construirmos, pensemos que estamos construindo para sempre. E não o façamos para a nossa satisfação de hoje, nem somente para a satisfação do momento (RUSKIN, 1996, p. 16).

O importante é relacionar as críticas de Ruskin ao momento histórico vivido, no qual a construção industrializada toma corpo e é consagrada na pré-fabricação de componentes de edifícios inteiros, como estações ferroviárias, mercados, residências, estufas dos jardins botânicos, pontes, viadutos, estradas de ferro, galerias comerciais, pavilhões expositivos e indústrias.

²⁸ Ruskin admite sete valores que iluminam a arquitetura: o sacrifício, a verdade, a potência, a beleza, a vida, a memória e a obediência. Em *A lâmpada da memória*, Ruskin afirma que podemos sobreviver sem a arquitetura, mas nossa memória não pode prescindir dela. A história ganha vida na edificação se comparada à sensação de apenas ouvi-la: “[...] nós devemos olhar seriamente a arquitetura como o elemento central e abonador desta influência de ordem superior da natureza sobre as obras do homem. Podemos viver sem ela, rezar sem ela, mas sem ela não podemos recordar. Como é fria toda a história, como é sem vida toda a fantasia do homem comparada àquela escrita por um povo cheio de vida sobre a pureza do mármore! Quantas páginas de incertas reconstruções do passado não poderíamos economizar em troca de umas poucas pedras deixadas em pé uma sobre as outras. [...] há dois deveres em relação à arquitetura do nosso país cuja importância é impossível exagerar: o primeiro consiste em conferir uma dimensão histórica à arquitetura de hoje, o segundo, em conservar aquela de épocas passadas como a mais preciosa das heranças”(RUSKIN, 1996, p. 8).

► Fig. 41. Fábrica pré-fabricada de William Fairbairn, para a Turquia, Fonte: KÜHL, 1998, p. 69.



A esse respeito, Beatriz Kühl (1998) relata a experiência da construção do primeiro edifício pré-fabricado de ferro por William Fairbairn, uma indústria feita para a Turquia:

A edificação foi produzida em suas oficinas de Millwall, Londres, que era seu estaleiro. [...] o prédio foi embarcado para Istambul em 1840, tendo sido, anteriormente, montado em Millwall, onde ficou em exposição para o público. A construção tinha três pavimentos com estrutura de ferro fundido e cobertura em chapas de ferro corrugado. Apenas as fundações e uma parede interna, feita para o suporte de maquinário, eram de alvenaria. Para a Turquia mandaria ainda vários edifícios de ferro, entre eles outras indústrias e residências (p. 69).

Para a Primeira Exposição Universal de 1851²⁹, em Londres, Joseph Paxton construiu o Palácio de Cristal, pioneiro na arquitetura de ferro e vidro para a exibição de produtos industriais e notabilizado “[...] pelo uso da modulação e de peças pré-fabricadas para abrigar uma grande superfície” (KÜHL, 1998, p. 42).

O Palácio de Cristal, que foi construído em nove meses, foi desmontado em 1854 e transferido e reconstruído em Sydenham, um dos subúrbios de Londres, para abrigar um museu.

A esse respeito, Ruskin manifesta-se:

Eu li no jornal Times a notícia da abertura do Palácio de Cristal em Sydenham enquanto subia a colina entre Vevey e Châtel St. Denis, e os pensamentos que isso me despertou me perseguiram o resto do dia, à medida que minha estrada avançava pelos verdejantes declives de Simmenthal. Havia um estranho contraste entre a imagem daquele magnífico palácio que, ao se erguer tão alto sobre as colinas em que fora construído, fazia com que parecessem pouco menos do que uma base

²⁹ Heloisa Barbuy chama a atenção para a racionalidade na organização da Exposição Universal, que ultrapassava a racionalidade da concepção arquitetônica e construtiva do edifício como mostra da produção industrial da época: “[...] tal concepção representava uma verdadeira visão de mundo em que este seria racionalmente organizado, de acordo com uma classificação por nações e, dentro destas, por produção industrial ou outras atividades laboriosas, segundo o pensamento filosófico, os ideais e as crenças progressistas da sociedade industrial” (BARBUY, 2006, p. 228).

para sua brilhante imponência, e aquelas rasas raízes de lariço, parcialmente ocultas pela floresta, e espalhadas como pedras cinza ao longo das massas da distante colina. Aqui, o homem lutando contra os poderes da Natureza por sua existência; ali, dominando-os para sua recreação; aqui, um frágil povo aninhado entre as rochas com a cabra selvagem e o coelho, a perpetuar o mesmo quieto pensamento de geração a geração; ali, uma grande multidude triunfante no esplendor da incomensurável habitação, e orgulhosa com a esperança de infinito progresso e irresistível poder. [...] E de todo esse refinamento de pesquisa, desta elevada busca do ideal, desta sutileza de investigação e suntuosidade de prática, o grande resultado, a admirável e longamente esperada conclusão é a de que no centro do século dezenove, supomos haveremos nós mesmos inventado um novo estilo de arquitetura, quando ampliamos uma estufa! (RUSKIN apud KERN, 2009, p. 1675).

A resistência de Ruskin contra a cidade industrial moderna e a criação de objetos e artefatos por meio de novas tecnologias possibilitadas pela máquina era uma luta contra o desaparecimento daquilo que ele julgava como “valioso mundo do trabalho artesanal”, e a arquitetura, como a mais poderosa de todas as artes, era o meio ideal para transmitir a cultura de um povo.

Ruskin delega à arquitetura o poder de sustentar a memória, apoiando-se em dois aspectos: a força da arquitetura reside no fato de ela ser mais pública que as outras artes e também porque tende a ser mais durável.

A durabilidade como atributo da arquitetura outorga-lhe uma substancial indiferença relativamente ao tempo. Essa quase inalterabilidade torna-a adequada a ser fiel depositária das memórias dos seres humanos. Ainda assim, ela não deixa de manifestar uma sutil sensibilidade no transcorrer do tempo – nas leves rugas que carrega sem pretensão de dissimulação –, nisso favorecendo uma íntima emulação da humanidade (ABREU, 2005).

Tal debate terá continuidade com William Morris, responsável por colocar esse ideário no plano prático. Pintor, escritor e socialista militante, Morris tenta combinar as teses de Ruskin às de Marx, na defesa de uma arte feita pelo povo e para o povo. A ideia é que o operário se torne artista e possa conferir valor estético ao trabalho desqualificado da indústria.

A postura de Morris ganha corpo ao fundar o movimento estético e social inglês Arts and Crafts, que reuniu teóricos e artistas na busca pela revalorização do trabalho manual e pela recuperação da dimensão estética dos objetos produzidos industrialmente para uso cotidiano. Com isso, Morris reapropria-se do conceito de guildas medievais, em que o artesão desenha e executa a obra em um ambiente de produção coletiva.

Enquanto, na Inglaterra, o movimento Arts and Crafts defendia o artesanato criativo como alternativa à mecanização e à produção em

³⁰ A Deutsche Werkbund foi uma associação fundada por Friedrich Naumann, Karl Schmidt, Muthesius, Peter Behrens, Theodor Fischer, Josef Hoffmann e J.M.Olbrich, entre outros. Os arquitetos Mies van der Rohe, Walter Gropius, Hans Poelzig e Max Berg ligaram-se prontamente a essa Associação de Artes e Ofícios. Enquanto o movimento inglês Arts and Crafts via uma contradição entre a arte e os métodos industriais de produção da arte, a Werkbund alemã desejava, prioritariamente, criar uma ponte entre a arte e a sua produção industrial.

³¹ No original: "[...] erstens ein Umsetzen künstlerisch geistiger Arbeit in materielle Werte, gerade wie auf dem technischen Gebiete und zweitens das Anbahnen einer allgemeinen Geschmackskultur, indem es möglich würde, nicht nur künstlerisch empfindenden Menschen zu dienen, sondern Kunst und Anstand in die weitesten Schichten der Bevölkerung zu tragen".

massa, na Alemanha, a produção industrial era defendida e estimulada.

Em 1907, com a criação da Deutsche Werkbund (Liga Alemã do Trabalho)³⁰, legitima-se uma nova linguagem morfológica pela coalizão de arquitetos e artistas, políticos, industriais e comerciantes, críticos de arte e todos os demais especialistas envolvidos no processo de criação, desenvolvimento, produção e comercialização de produtos industrializados.

Hermann Muthesius (1861-1927), um dos principais fundadores da Deutsche Werkbund, considerava que apenas os objetos feitos pela máquina, produzidos de acordo com a natureza econômica da época, poderiam conferir prestígio à concepção de um novo estilo. Recomendou que se buscasse, nas construções das novas estações ferroviárias, salões de exposição, pontes, as possibilidades desse novo estilo, sem decoração exterior e com formas totalmente ditadas para os propósitos a que se destinavam.

Muthesius defendia a padronização para a arquitetura e, com ela, para toda a área de atividade da Werkbund. Segundo ele, somente a padronização poderia introduzir um gosto universalmente válido e seguro (PEVSNER, 1981 p. 179).

O trabalho do arquiteto Peter Behrens (1868-1940) para a empresa de produtos elétricos AEG (Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft), fundada em 1883 por Emil Rathenau, concretiza a tendência de padronização dos bens industriais, sejam eles os produtos ou a própria imagem da empresa.

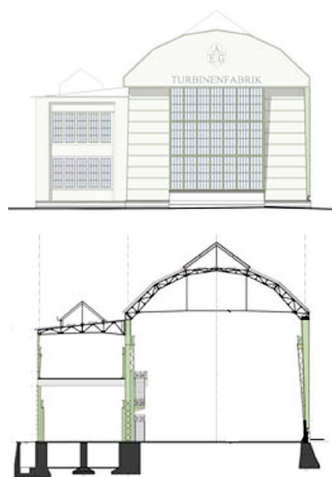
Peter Behrens trabalhou para a AEG de 1907 a 1914 como "consultor artístico" (künstlerischer Berater). O conceito formal de Behrens foi orientado para o desenvolvimento de uma estética plástica industrial nova, que englobava as edificações fabris, as habitações dos operários e os produtos, imprimindo assim uma nova identidade corporativa para a AEG.

Broch (2005, p. 25) afirma que a intenção de Behrens, assim como a da própria empresa, era imprimir, por meio da arquitetura, uma ordem estética para o produto técnico, ou seja, criar um estilo que identificasse o caráter e o rigor técnico que o produto industrial incorpora. Nesse sentido, Behrens via duas vantagens:

▼ Fig. 42. Fábricas de turbinas, fachada e corte. Fonte: www.stadtentwicklung.berlin.de/denkmal.

► Fig. 43. Fábrica de turbinas (Turbinehalle) em 1909. Fonte: www.stadtentwicklung.berlin.de/denkmal.

►► Fig. 44. Detalhe da junção da estrutura metálica com a alvenaria da base. Fonte: www.stadtentwicklung.berlin.de/denkmal.





[...] primeiramente a transformação da obra artística intelectual em valores materiais, diretamente no campo técnico (fábrica), em segundo lugar a preparação de uma cultura geral do gosto, na qual se torna possível atender não somente aquelas pessoas sensíveis à arte, mas também levar arte e dignidade a todas as camadas da população (BEHRENS apud BROCH, 2005, p. 26; tradução da autora).³¹

▲ Fig. 45. AEG, Berlim. Detalhe da fachada da Apparatefabrik. Foto: Georg Slickers.

◀ Fig. 46. AEG - Pórtico de acesso à fábrica (1896/1897), projetado em 1888/1897 por Franz Schwechten e Paul Tropp. Foto: Georg Slickers.

◀◀ Fig. 47. AEG - Apparatefabrik (1888/1890), projetado por Franz Schwechten e Paul Tropp. Foto: Georg Slickers.

A questão técnica industrial é evidenciada em seu primeiro projeto para a fábrica de turbinas (Turbinenhalle) em 1908, ainda na planta da empresa em Berlim-Mobig, onde a AEG havia iniciado suas atividades, pela combinação do concreto armado e da estrutura metálica em uma demonstração da força e da grandeza industrial.

Os projetos seguintes, para a fábrica de pequenos motores (Kleinmotorenfabrik) e de alta tensão (Hochspannungsfabrik), seguem a mesma característica formal.

O emprego do aço e do vidro nesses edifícios e a sua estética contrastam com as demais edificações da empresa, projetadas entre 1888 e 1897 por Franz Schwechten e Paul Tropp.

Em um período de uma década, a estética arquitetônica industrial da firma AEG muda radicalmente: o ornamento de Schwechten e Tropp e a estética industrial vitoriana (Ver Figs. 45, 46 e 47) dão lugar às linhas puras do prédio de Behrens, pregadas pela Deutsche Werkbund e, em seguida, pela Bauhaus.

A necessidade de expansão, a escassez e o alto preço das áreas mais centrais levaram as indústrias a procurar áreas mais periféricas. Nesse processo, no ano de 1910, como parte do plano de expansão da empresa, a AEG adquire uma extensa área em Hennigsdorf, pequeno subúrbio com 2.500 moradores, a noroeste de Berlim. O primeiro projeto que Behrens realizou para a AEG em Hennigsdorf foi a vila operária, um conjunto de 34 habitações. Nesse projeto, a padronização das aberturas e dos caixilhos deixa clara a intenção da reprodutibilidade característica da produção industrial.

As edificações industriais projetadas por Behrens em Hennigsdorf (Porzellanfabrik, Öltuchfabrik e Lack Fabrick) contrastam com a grandiosidade da fábrica de turbinas, situada na região mais central de Berlim.



▲ Fig. 48. Peter Behrens, Hennigsdorf. Vista para a Rathenaustraße, década de 1910. Fonte: Broch (2005).



► Fig. 49. Vista para a Rathenaustraße, em 2002. Fonte: Broch (2005).

A fachada da fábrica de porcelana expressa a racionalidade construtiva da estrutura metálica, enquanto que, nas fábricas de verniz e de isolante, a rigidez formal e o ritmo das aberturas dão força aos planos verticais e horizontais do edifício. Ao contrário do prédio da fábrica de porcelana, os sheds, elementos característicos da construção industrial, não são destacados nas fachadas das fábricas de isolantes e de verniz.

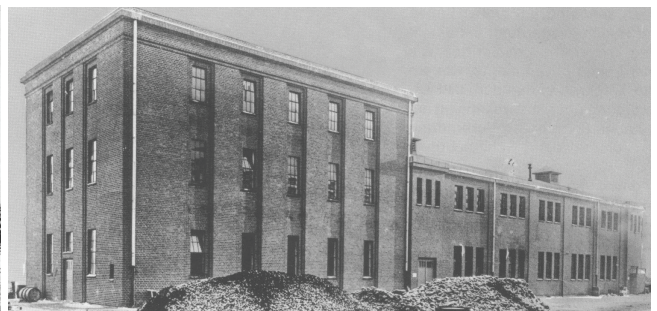
Behrens transformou a planta industrial em um problema arquitetônico, transformando conscientemente a fábrica em um lugar digno para o trabalho. O romantismo da máquina ainda não havia aparecido, e a grande inovação do arquiteto foi introduzir um valor arquitetônico na construção de edificações industriais, o que até então nunca havia sido feito: incorporar os novos programas funcionais da indústria à arquitetura.

Argan (2005) argumenta que as fábricas construídas por Behrens personificam a imagem do pensamento capitalista como vocação religiosa: “[...] na religiosidade do trabalho industrial, finalmente se alcançará o pleno domínio do espírito sobre a matéria” (p. 39).

▼ Fig. 50. Peter Behrens, Fábrica de Verniz (Lackfabrik), 1912, Hennigsdorf. Fonte: Broch (2005).

► Fig. 51. Peter Behrens, Fábrica de Isolantes (Öltuchfabrik), 1912, Hennigsdorf. Fonte: Broch (2005).

►► Fig. 52. Peter Behrens, Fábrica de Porcelana (Porzellanfabrik), 1912, Hennigsdorf. Fonte: Broch (2005).





O autor vai além e questiona as relações espaciais, proporções e simetrias aceitas até então e as novas possibilidades de expressão a que a arquitetura industrial aspira.

▲ Fig. 53. Walter Gropius, Adolf Meyer; Fábrica Fagus, Alfeld. Fonte: www.fagus.de

86

As massas se articulam segundo uma regra imposta pelo trabalho que se desenvolve ali dentro, as formas se plasam num processo que é o próprio processo da matéria bruta que ferve e se purifica nos altos-fornos, precipita-se em correntes incandescentes, circula por condutos tortuosos, escorre sob os laminadores e as filandeiros e finalmente recebe o formato da matéria lúcida, exata, matemática. A fábrica já não é apenas um lugar onde se trabalha, mas um instrumento imenso, uma máquina colossal em cujo interior milhares de homens agem segundo uma disciplina inflexível: é a síntese suprema entre máquina e homem, empenhados no processo racional que subjuga a matéria ao espírito (ARGAN, 2005, pp. 39-40).

Os projetos de Behrens para a AEG inauguram uma nova trajetória para a arquitetura industrial em um momento em que a indústria não é mais considerada o monstro mecânico que destrói o espírito.

Aos edifícios projetados por Behrens seguem-se outros que procuram imprimir à arquitetura industrial a imagem da modernidade, como a Fábrica Fagus, em Alfeld, Alemanha, projetada por Walter Gropius com a colaboração de Adolf Meyer e construída em 1911.

Sobre a Fábrica Fagus, Pevsner (1995, p. 28) comenta:

Seu projeto ultrapassa nitidamente o de Behrens para a AEG. Somente alguns detalhes de janelas mostram a influência de Behrens [...]. Pela primeira vez, a fachada inteira é concebida em vidro. Os elementos portantes reduzem-se a sutis colunas de aço. Nos ângulos não há sustentação alguma, solução que desde então foi

imitada várias vezes [...] O contido equilíbrio de Behrens entre horizontais e verticais foi abandonado; aqui, um movimento horizontal para diante, de enorme eficácia, domina a composição.

Os espaços da Fábrica Fagus são distribuídos conforme as exigências das funções produtivas e apoiam-se nas coordenadas verticais da chaminé e na horizontal correspondente à justaposição dos dois edifícios principais.

Argan (2005) evidencia que a integridade formal do edifício deve-se ao seu processo construtivo, “[...] do mesmo modo como o processo mecânico restitui, concretizada no objeto, a integridade da ideiação original” (p. 92).

Qual é o lugar da indústria no processo evolutivo da cidade?

Da absoluta recusa à industrialização, observadas em Pugin e Ruskin, até a captura da força persuasiva e simbólica da imagem industrial nas fábricas construídas por Behrens e Gropius, a indústria consegue, no decorrer de um século, conquistar lentamente seu lugar na construção identitária da cidade, concretizando espacialmente ideologias sociais, políticas, técnicas e econômicas.

Ruskin (1996, p. 8) afirma que os edifícios públicos e privados que construímos só alcançam a verdadeira perfeição no momento em que se tornam comemorativos ou monumentais, no sentido etimológico.

▼ Fig. 54. Selos comemorativos dos 750 anos da cidade de Berlim. Disponível em: <<http://commons.wikimedia.org>>. Acesso em: 18 jul. 2009.



Dentro desse referencial, a inclusão da fábrica AEG nos selos comemorativos de 750 anos de Berlim fundamenta a importância da indústria e de sua imagem, personificada em sua arquitetura, para um período glorioso da cidade, transformando-a em um monumento da memória, um marco cultural, estampada ao lado da paisagem urbana do século XVII; do Castelo Charlottenburg, de 1830; do prédio da Orquestra Filarmônica e Música de Câmara³², do arquiteto Hans Scharoun, de 1963.

Sem dúvida, os novos materiais e técnicas desenvolvidos até o final do século XIX, associados ao trabalho industrial, provocaram uma polêmica exaltada em torno da forma das edificações e dos objetos, forma esta personificada na própria edificação industrial, que deveria expressar uma nova ideia de espaço - baseada na organização, na coerência e na mecanização do trabalho humano - e traduzir a imagem de uma nova era.

³² O prédio da Filarmônica de Berlim foi inaugurado em 1963. O edifício foi parcialmente destruído em 20 de maio de 2008, em razão de um incêndio.

▼ Fig. 55. Detalhe do selo de 60 centavos de marco, com a imagem da fábrica de turbinas da AEG, projetada por Peter Behrens em 1909. Disponível em: < <http://commons.wikimedia.org>>. Acesso em: 18 jul. 2009.



6. EM BUSCA DE UMA NOVA IMAGEM URBANA

Nas descrições dos urbanistas, sociólogos, antropólogos, etnólogos e economistas foram utilizados termos geralmente dotados de grande amplitude semântica, como fragmento, heterogeneidade, descontinuidade, desordem, caos. Graças ao poder evocativo e construtivo desses termos, a cidade contemporânea parece para muitos como um confuso amálgama de fragmentos heterogêneos, no qual não é possível reconhecer nenhuma regra de ordem, nenhum princípio de racionalidade que a faça inteligível. No entanto, como Henry Miller disse uma vez, confusão é uma palavra inventada para indicar uma ordem que não se compreende.

Bernardo Secchi

³³ Segundo Moisés (1997, p. 119), essa expressão latina designava, no teatro grego, a técnica artificial de precipitar o desenlace das tragédias com o aparecimento súbito de uma divindade em cena, por meio de um mecanismo que a fazia descer do teto, a elevava do solo ou lhe permitia executar movimentos no ar, como se voasse. Aristóteles, em seu tratado *Poética*, censurou expressamente autores que recorriam com frequência ao *Deus ex machina* no desenlace de suas tramas, advertindo que “[...] ao *Deus ex machina*, não se deve recorrer senão em acontecimentos que se dão fora do drama, ou nos do passado, anteriores aos que se desenrolam em cena, ou nos que ao homem é vedado conhecer, ou nos futuros que necessitam ser preditos ou pronunciados, pois que aos deuses atribuímos nós o poder de tudo verem” (ARISTÓTELES apud MOISÉS, 1997, p. 119). O conceito de *Deus ex machina* degenerou-se nas tragédias e comédias clássicas, transformando-se, na Renascença, em linguagem alegórica ou simples ornato, vazio de conteúdo. O sentido que buscamos empregar aqui é o emprestado pela visão grega do mundo, da divindade a quem é dado o poder de tudo resolver.

Na reflexão sobre a noção de patrimônio cultural, e mais especificamente sobre a noção de patrimônio industrial, torna-se necessário questionar as ideias e ideais contemporâneos de urbanidade e cultura e a pertinência do projeto de patrimonialização – conservar sítios, preservar sua autenticidade para as gerações futuras – diante de um objeto que se transforma constantemente, e cujos valores culturais mudam de acordo com as épocas.

Nosso ponto de partida é evidenciar que a intensidade do processo de urbanização produzido pela era da máquina transportou para as cidades, na proporção direta da sua dimensão e aceleração, a aglomeração de vantagens e oportunidades, mas também os principais problemas de polarização – exclusão social, dano ambiental, o aparente caos citado por Bernard Secchi –, criando uma paisagem singular, repleta de novos signos a partir da fábrica, a que, como um *Deus ex machina*³³, era dado o poder de resolver o conflito em cena, pelo seu domínio ou seu discurso de persuasão.

No Brasil, aqueles que vivenciaram a cidade de São Paulo em sua fase de concentração industrial – que estruturou a região metropolitana, tornando-a o polo econômico do país, com suas chaminés, a poluição, a velocidade expressa na imagem da “São Paulo que não pode parar” – dificilmente conseguem dissociar essa construção imagética dos novos conteúdos e formas que brotam na metrópole financeira em sua fase atual: o conteúdo muda, mas a forma se transmite de maneira quase imutável.

O lugar industrial, hoje, remete, ou contém elementos que remetem, a algo externo a ele: valores, ideais, imaginários. A imagem urbana, construída na fase de crescimento das cidades em razão da industrialização, no final do século XVIII e início do XIX, ainda permanece

em sua estrutura, na forma das ruas, nas instituições e no próprio conceito de cidade: a cidade moderna.

Em meio à decomposição de determinados setores da cidade, antes ocupados por estruturas industriais, alguns lugares ficam identificados com marcas. Essas marcas estabelecem uma especificidade espacial ou até mesmo imaterial, por meio de narrativas, lendas, histórias, mitos, imagens, pinturas, filmes que retratam tal lugar e formam um imaginário multifacetado, que nem todos compartilham do mesmo modo e do qual selecionamos fragmentos de relatos, combinando-os em nosso grupo, ou individualmente, para elaborarmos uma visão que nos deixe um pouco mais tranquilos e estabilize nossas experiências urbanas em constante transição (CANCLINI, 2005, p. 93).

O lugar deixado pela indústria apresenta noções de conjunto e qualidades, tais como complexidade, dominância, diferença, que remetem às qualidades de distinção e, por sua vez, à *pregnância*³⁴, não só espacial, mas também relacionada à dimensão imaterial, que, neste período de construção da cidade contemporânea, ainda veicula uma visão urbana muito forte, como vimos em Canclini (2005) no parágrafo anterior:

Para podermos compreender melhor o lugar do patrimônio legado pela indústria na cidade atual precisamos recuar até o momento em que esses espaços perderam a sua importância na dinâmica urbana em função das transformações dos meios de produção e de distribuição de mercadorias, que conduziram ao deslocamento das funções produtivas para outras áreas, promovendo o abandono de grandes setores do tecido urbano consolidado. Ao mesmo tempo, o esvaziamento funcional gerou áreas disponíveis, cheias de expectativas e de forte memória urbana.

Portanto, na análise histórica do desenvolvimento urbano, podemos observar que o processo de crescimento das cidades foi sempre limitado por restrições internas, como a rede de transportes e o limite legal de expansão vertical, o que resultou no preenchimento dos espaços vazios e em uma estrutura bastante adensada, onde habitações, fábricas, lojas e oficinas multiplicavam-se em áreas mais centrais, levando a um incrível aumento no preço da terra.

A competição para aquisição dos limitados e caros terrenos centrais levou a indústria e suas atividades correlatas a se transferir dessas áreas. Isso foi resultado também do crescente volume de produção e da transformação tecnológica, que impuseram a necessidade de áreas maiores, encontradas somente na periferia, ou ainda em outras cidades, como aponta Blumenfeld (1977, p. 63):

Três fatores técnicos estão contribuindo para isso: a crescente mecanização e automatização da produção que exige maior área por trabalhador; a preferência por fábricas com um ao invés de diversos pavimentos; a nova prática de grandes espaços ao redor da fábrica, tanto

³⁴ Uma figura *pregnante* é aquela que exprime uma característica qualquer, forte o suficiente para se destacar, se impor e ser de fácil evocação.

para posterior expansão como para estacionamento e jardins. O efeito combinado desses três fatores aumentou, cerca de 100 vezes, a metragem quadrada per capita nas fábricas modernas.

É justamente nesses locais que os fragmentos industriais são mais vulneráveis, pois o mercado imobiliário é impulsionado pela necessidade de liberação de áreas para novas incorporações.

Além disso, as atividades industriais, envolvidas no processo de globalização econômica, passam por um processo simultâneo de fragmentação, com a especialização cada vez maior dos vários segmentos da produção, além de um processo de coesão funcional, no qual se faz necessária a articulação desses segmentos. Essa tendência reforçou o curso de dispersão industrial e fixou emprego e urbanização fora dos aglomerados tradicionais.

Quando usos de alta intensidade, como no caso das indústrias, transferem-se da área central, suas antigas instalações ou são demolidas, ou permanecem sem uso por um longo período como estoque de terra bem localizada, sujeita à especulação imobiliária, ou ainda são reabilitadas para novos usos. Em meados do século XX, quando esse processo de periferação intensificou-se principalmente nos EUA e na Europa, e, posteriormente, no Brasil, a política de regeneração urbana era mais predadora que a atual, como podemos constatar pela abordagem de Lynch (1977, p. 211):

O que está acontecendo sugere um duplo programa: conservar e reformar antigos centros (ou ajudá-los a morrer graciosamente se for o caso) e encorajar nas áreas periféricas novos centros com uma faixa ampla de atividades. [...] Seria adotada a política de preservação de símbolos históricos, limitando as mudanças de lugar, sem contudo congelar os padrões de uso dentro ou entre os centros. Não precisamos ser atados à estrutura do passado. As transformações dos usos deveriam ser encorajadas, as superfícies deveriam ser marcadas pelos traços do passado e sinais premonitórios.

Lencioni (1998) avalia que, no caso de São Paulo, o processo de dispersão da indústria no interior do estado “[...] reestruturou a aglomeração metropolitana homogeneizando espaços, mas também criou diferenças” (p. 208). Afirma em sua argumentação que a capital e seu entorno se veem, de certa forma, homogeneizados pela expansão da atividade econômica, mas, ao mesmo tempo, a capital distingue-se de seu entorno em função da especialização das atividades terciárias.

Essa característica é evidenciada quando as atividades terciárias ocupam os antigos lugares industriais, como é o caso dos bairros outrora industriais da zona oeste paulistana: Água Branca, Barra Funda, Lapa, como aponta o relatório do DPH:

[...] entre as décadas de 1950 e 1969, a abertura das avenidas marginais dos rios Pinheiros e Tietê, somado à abertura de novas estradas de rodagem, contribuiu para a intensificação da função comercial do bairro da

Lapa, do mesmo modo que a ferrovia tivera participação ativa na implantação de indústrias desde o final do século XIX. [...] Com o processo de saída das indústrias da capital paulista, o mercado imobiliário direcionou seus interesses ao uso das antigas áreas industriais. [...] Nos últimos anos, as instalações da antiga fábrica de Louças Santa Catarina, sucedida pela de Biscoitos Petybon e parte das instalações da Editora Melhoramentos, ambas na Vila Romana, deram lugar a condomínios residenciais de alto padrão. Bairros como Água Branca, Lapa e Barra Funda têm atraído, desde os anos 1990, incorporadoras estimuladas pela Operação Urbana Água Branca e pela presença de rede de trens urbanos e metrô. Também a área de Vila Leopoldina e imediações conheceu um boom imobiliário, estimulado pela Operação Urbana Faria Lima. Investidores estudam o mercado imobiliário e definem estratégias de atuação, com vistas à otimização dos lucros em seus empreendimentos. Desse modo, têm visto nas antigas indústrias da zona Oeste da cidade uma atraente promessa de retorno relativamente rápido do investimento realizado. Trata-se de uma perspectiva mercantil que elide a história e o passado, pois enxerga nessas edificações apenas imóveis velhos e abandonados. Os bens relacionados (quando da abertura do processo de tombamento em 2004) são expressão das características mais marcantes da Lapa e arredores: estações e galpões ferroviários, indústrias que se beneficiavam da proximidade do rio para terem acesso à água, argila e areia, necessárias à fabricação de cerâmica e vidro, além da vizinhança da estrada de ferro, que facilitava o escoamento da produção; instituições assistenciais, culturais, educacionais e religiosas, criadas por operários ou voltadas ao atendimento dessa população; o casario simples; entrepostos de alimentos; local de passagem ou ponto de encontro de caminhos. Patrimônio de características diversas, herdado de um tempo passado, que impõe desafios à sua preservação (OLIVEIRA; ZENHA).³⁵

A questão que se coloca é quais estratégias para preservar a arquitetura e os territórios históricos estão entrelaçadas com estratégias de inovação. Nesse sentido, Zukin (2000) chama a atenção para o fato de o processo de reestruturação urbana criar uma tensão estrutural que altera e dilui o sentido da paisagem ³⁶:

A mudança em larga escala do final do século XX, conhecida como 'desindustrialização' ou como a criação de uma economia de serviços e 'informação', exige que cada paisagem seja reestruturada para refletir sua inserção na nova economia mundial. A cada negociação em torno dessa inserção, modifica-se o equilíbrio de poder entre as instituições locais; algumas delas perdem o controle sobre a paisagem local. Tanto na paisagem simbólica quanto na material, os produtos concretos, tangíveis são substituídos por produtos abstratos do mercado financeiro, da moda e do entretenimento: informação, diversão, liquidação. Dessa forma, enquanto as indústrias da cultura e do consumo dão cada vez mais as cartas no centro da reestruturação urbana, as velhas indústrias de manufatura mudam-se, entram em declínio ou desaparecem (ZUKIN, 2000, p. 108).

Do ponto de vista de organização territorial do tecido urbano atual, o que ocorre é a justaposição de áreas novas a elementos de

³⁵ Trecho do artigo do Mover (Movimento de oposição à verticalização) a respeito do "Tombamento do Patrimônio Histórico da Lapa e a ética com o futuro da cidade e de seus moradores". Nesse artigo, os autores Sidney Scarazzati de Oliveira e Ros Mari Zenha relatam que conseguiram "[...] obter, com muita dificuldade e por meio da Câmara Municipal, os estudos do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), da Secretaria Municipal de Cultura, que subsidiaram as decisões tomadas pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), que, em nenhum momento, disponibilizou estes estudos para a sociedade e sequer se dignou a apresentar e com ela debater os resultados de seu parecer". Disponível em: <http://moverlapa.blogspot.com/2010_01_01_archive.html>. Acesso em: 6 set. 2010.

³⁶ Sharon Zukin (2000, p.106) toma o conceito de paisagem emprestado dos geógrafos e historiadores da arte para expressar "[...] a 'coerência estruturada' entre as forças invisíveis e as formas visíveis das cidades". A paisagem é, assim, "[...] em grande parte, uma construção material, mas também é uma representação simbólica das relações sociais e espaciais". A autora afirma ainda que o que observamos como paisagem - aquilo que é construído, escondido e que resiste - é uma paisagem do poder.

exceção, como as áreas industriais sem atividades, que se destacam pela sua singularidade e escala em relação à tipologia construída do entorno ou pela identidade que ganharam no imaginário coletivo (como as chaminés e a forma dos telhados em shed das fábricas, ou as gruas dos portos), mantendo ou reforçando essa identidade para além de sua função inicial.

Nesse sentido, Pesavento (2007, p. 7) refere-se à arquitetura como uma “[...] espécie de ‘memória do mundo’ ”, de certa forma monumental na medida em que preserva no tempo aquilo que foi um dia – portanto, aquilo que faz a história - e o que continua sendo - ou seja, é memória de si mesma, como edificação que dura no tempo.

A arquitetura constitui o espaço físico da cidade, e é necessário entendê-la em seu desenvolvimento histórico, no qual interagem, no decorrer do tempo, diversos autores. É preciso considerar ainda que ela adquire atributos sociais e culturais diversificados conforme os diferentes períodos.

Cabe observar que, ao contrário do auge da industrialização, no qual a metáfora urbana era basicamente única, associada à máquina e à mecanização, a metáfora urbana atual é multifacetada. Vários autores contribuíram para a leitura e o entendimento da realidade urbana contemporânea: Frederic Jameson e Edward Soja preocupam-se com o predomínio do espaço sobre o tempo; Phil Cooke vincula a reorganização urbana e regional à reestruturação econômica e global associada ao pós-fordismo; David Harvey enfatiza a apropriação cultural como estratégia de fortalecimento do valor econômico. Criaram também múltiplos adjetivos para designar e caracterizar a nova entidade urbana emergente: cidade difusa (F. Indovina), cidade genérica (Rem Koolhaas), cidade global (Saskia Sassen), metapolis³⁷ (François Ascher), e-topia e cidade de bits (William Mitchell), cidade em rede (Dematteis), Zwischenstadt³⁸ (Thomas Sieverts), entre outros.

Se a sociedade fordista caracterizou-se por processos lineares, standardização da produção e do conhecimento e imprimiu uma estética urbana singular, a sociedade pós-fordista reconhece a heterogeneidade, a sobreposições de ideais e a multiplicidade de discursos culturais e trabalha com essa pluralidade para compor a imagem da cidade contemporânea.

Nessa nova construção da imagem da cidade, Anderson (1999) sublinha a força das “imagens de máquinas” (metáforas para as indústrias, a urbanização), características do Modernismo, em contrapartida às “máquinas de imagens” (metáfora para a televisão, o computador, a Internet, os shopping centers) do Pós-modernismo e cita Jameson para descrever o impacto dessa mudança:

[...] essas novas máquinas podem se distinguir dos velhos ícones futuristas de duas formas interligadas: todas são fontes de reprodução e não de ‘produção’ e já não são sólidos esculturais no espaço. O gabinete de um

³⁷ A perspectiva defendida por François Ascher é considerar a cidade como complexa e não só como complicada. Assim, ela funciona tendo na base lógicas e racionalidades múltiplas, eventualmente contraditórias, as quais indicam: que ela forma um sistema aberto; que os seus equilíbrios são instáveis; que variações ligeiras podem engendrar mudanças consideráveis; que as evoluções são geralmente irreversíveis. É traço comum de toda a estrutura social o constante movimento dos seus elementos, ocasionando processos de recomposição incessantes, e, nessa medida, a estrutura urbana não escapa a esse movimento de devir constante.

³⁸ Sieverts denomina a nova forma de cidade, ou a paisagem urbanizada, de “Zwischenstadt” (entre cidade), que sintetiza a discrepância existente entre a realidade urbana emergente e as ideologias que prevalecem a respeito do que a cidade europeia deveria ser.

computador dificilmente incorpora ou manifesta suas energias específicas da mesma maneira que a forma de uma asa ou de uma chaminé (JAMESON³⁹ apud ANDERSON, 1999, p. 105).

³⁹ JAMESON, Fredric. *Signatures of the Visible*. New York: Routledge, Chapman & Hall, 1992, p. 61.

Jameson (1996) acredita que a transformação do espaço construído operada na pós-modernidade ainda não é assimilada subjetivamente, pois houve uma mutação no objeto que não foi, até agora, seguida de uma mutação equivalente no sujeito. Afirma ainda que nossos hábitos perceptivos foram formados em uma lógica cultural anterior, o Alto-modernismo, e não desenvolvemos ainda equipamento perceptivo necessário para darmos conta dessa nova ordem ou desse novo hiperespaço (JAMESON, 1996, p. 64)

Na lógica pós-moderna, conforme Jameson (1996), a transformação do espaço e o surgimento do hiperespaço, composto de uma enorme rede global e multinacional de comunicação, resultaram na perda da capacidade do sujeito de se localizar corporalmente e organizar, por meio da percepção, o espaço que o circunda.

Essa dificuldade é interpretada também por intermédio da valorização dos objetos do passado, como sublinha Jeudy (2005, p. 20):

O sentido mais corrente atribuído à conservação patrimonial é o da manutenção da ordem simbólica das sociedades modernas. A dinâmica de seu objetivo político e social vem de uma resistência que se manifesta pela consagração cultural dos vestígios da História contra os riscos da desestruturação. O processo de reflexividade, que incita toda estratégia patrimonial, consiste em promover a visibilidade pública dos objetos, dos locais, dos relatos fundadores da estrutura simbólica de uma sociedade.

Poderá ser esse o sentido que a valorização das edificações industriais opera na construção da cidade contemporânea?

Se olharmos mais a fundo para o processo de valorização de antigas áreas urbanas industriais desativadas ou subutilizadas e para a significativa representatividade que os projetos para a sua reabilitação assumem no panorama das políticas de desenvolvimento urbano em muitos países e nas mais variadas escalas, como o 22@ em Barcelona e o IBA Emscher Park na região do Ruhr, poderíamos confirmar a tese apresentada por Jeudy (2005).

De acordo com Ghirardo (2002), à medida que a indústria pesada foge das áreas urbanas para locais menos caros, a administração urbana encoraja investidores privados ou a eles se alia para transformar prédios vazios em fontes de renda privada e pública. A autora afirma ainda que essas iniciativas, como parte de um processo mais amplo de revitalização, consistem basicamente na retirada do local de famílias pobres ou operárias das zonas de armazéns, indústrias ou áreas decadentes e na ocupação por profissionais urbanos em ascensão social.

A autora cita o caso da fábrica da Fiat Lingotto, em Turim, edifício

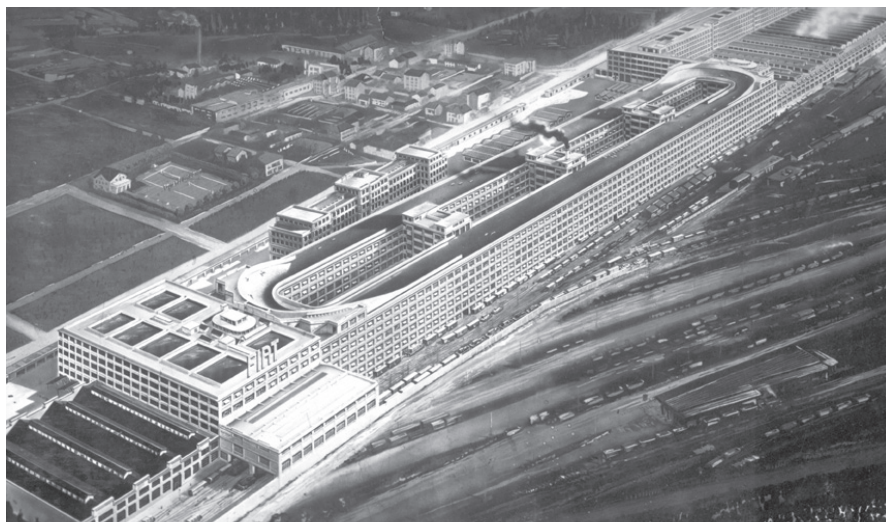
imponente de 250 mil metros quadrados em concreto armado, marco da arquitetura moderna, projetado, em 1919, por Matté Trucco, que, por seu mérito arquitetônico e histórico, levou a municipalidade a conservá-lo em vez de demoli-lo “[...] em favor de arranha-céus de concreto pré-moldado de terceira categoria” (GHIRARDO, 2002, p. 204). Embora a iniciativa seja a princípio louvável, ela comenta que

Mudar a função de uma fábrica de produção industrial para um monstro amplamente dedicado ao consumo de elite cria problemas proporcionalmente mastodônticos para a cidade. De início, quando foi construída, a Lingotto elevava-se em cinzento esplendor solitário na periferia urbana, mas terminou sendo engolida pela expansão da cidade nas décadas subseqüentes. Como aconteceu na maioria das cidades italianas [não só nelas], a administração turinense não conseguiu prever esse crescimento e, assim, ignorou a crescente inadequação da infra-estrutura, das estradas, do transporte público, do estacionamento e de outras necessidades. Como empresa multinacional de dimensões gigantescas, a Fiat beneficiou-se substancialmente de vários tipos de subvenção governamental e de leis favoráveis que lhe concederam vantagens sobre os competidores estrangeiros. Mas a direção empresarial da Fiat assumiu a posição de que a cidade de Turim deveria cobrir um terço das despesas da transformação de Lingotto. Além disso, esperava-se que o governo italiano gastasse somas ainda maiores (embora até então indeterminadas) para revolucionar sistemas de transporte totalmente inadequados no distrito circundante, podendo assim acomodar as multidões previstas pelas várias atividades e eventos agendados para Lingotto (pp. 204-205).

Depreende-se desse relato de Ghirardo (2002) que a relação indústria-cidade sempre foi embasada em critérios objetivos de vantagens mútuas; a cidade se beneficiava dos empregos, dos impostos e da imagem de progresso e modernidade que a indústria trazia consigo e, em contrapartida, ficava com o ônus de sua implantação, desde as subvenções e infraestruturas iniciais até, como no caso da Fiat Lingotto, os aportes para a readequação.

▼ Fig. 56. Fiat Lingotto, Turim, Itália; saída dos operários, 1931. Disponível em: <<http://www.immaginidistoria.it>>. Acesso em: 27 set. 2010.

► Fig. 57 - Fiat Lingotto, Turim, Itália; vista aérea do conjunto em 1928. Disponível em: <<http://it.wikipedia.org>>. Acesso em: 27 set. 2010.





Porém como fica, nessa relação, a classe trabalhadora?

A autora coloca claramente que a colaboração da empresa e do governo sempre foi a favor dos grupos mais ricos, e que nem a cidade nem a Fiat haviam pensado, mesmo que remotamente, em introduzir melhorias para a população fabril, forçada a chegar à fábrica do jeito que fosse possível.

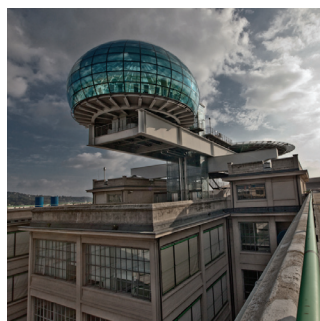
Esse modelo foi repetido em várias cidades mundo afora, e, não obstante as questões econômicas e as estratégias de valorização envolvidas no processo de reabilitação de antigas áreas industriais desocupadas, de grandes dimensões e visivelmente degradadas, no intuito de transformá-las em centros comerciais cenográficos e esteticamente agradáveis, algumas questões têm sido deixadas para trás. Em primeiro lugar, é necessário apontar que parte desses edifícios e sítios industriais deve ser considerada patrimônio cultural, em função dos processos produtivos e dos valores estéticos da produção industrial que merecem ser registrados e fazer parte da memória daquele espaço; e, em segundo lugar, deve-se considerar que o processo de sua conservação e posterior reabilitação implica reconhecer o papel da comunidade que deu vida e operacionalizou tal espaço.

◀ Fig. 58. Fábrica Fiat Lingotto, estado antes da reconversão. Fonte: Revista Domus, n.676, set.86, p. 201.

▲ Fig. 59. A antiga fábrica Fiat Lingotto readequada. Disponível em: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f1/Lingotto.JPG>>. Acesso em: 27 set. 2010.

▼ Fig. 60. (a) Lingotto Bolla e Heliporto; (b) Acesso ao setor de exposição, shopping, universidade e hotel; (c) Pinacoteca Agnelli. Disponível em: <<http://flic.kr/p/3RF3eQ>>. Acesso em: 27 set. 2010.

▼▼ Fig. 61. Lingotto Fiere. À direita, o escritório central da Fiat. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/File:Lingotto-2.jpg>>. Acesso em: 27 set. 2010.



O que podemos concluir com esse exemplo é que, nos projetos de reabilitação de áreas industriais e, de modo geral, na composição dessa nova cidade contemporânea, não tem restado muito além de uma vaga referência à sua função anterior; com a conservação de um ou outro edifício, ou até mesmo somente de elementos simbólicos, como a casa das caldeiras e a chaminé das Indústrias Matarazzo, na Avenida Água Branca, mantidos em nome da memória coletiva.

Pois é justamente nesse ambiente especulativo que o fim da Modernidade, como também o foi para a cidade antiga, transforma-se em um território de obsolescência e desativação, transformação e reutilização.

Secchi (2006, p. 91) afirma que essa sucessão de mescla, diversificação e obsolescência na cidade destrói valores posicionais e continuamente propõe novos problemas culturais, quer digam respeito aos graus de tolerância, compatibilidade e incompatibilidade em relação ao outro, a suas práticas, a seus usos e atividades, aos ruídos e aos odores, quer refiram-se às temporalidades sobrepostas e entrecruzadas.

O resultado dessa transformação espacial é a mescla de linguagens arquitetônicas, culturas, figuras sociais, materiais urbanos e formas espaciais pertencentes a diversos períodos históricos, mescla que constitui a cidade contemporânea e que, para Secchi (2006), forma uma estrutura que nega o tempo linear, no qual é evidente o anacronismo, a “[...] violência do curso do tempo, de sua sucessão cronológica” (p. 90).

Nesse contexto, a cidade contemporânea configura-se cada vez mais como uma estrutura composta de cidades reconhecíveis pela sua história na sucessão de explosões dos limites herdados desde o período industrial até o mais recente.

Essa estrutura é considerada por autores como Ascher (2004) como a base de uma terceira revolução⁴⁰, ou terceira modernização. Nela, assim como nas anteriores, operam-se mudanças profundas na forma de pensar, produzir e gerir os territórios e as cidades.

A terceira modernização refere-se, assim, à sobrecarga das ordens antropológicas do humano pela intensificação dos regimes de tempo e espaço na contemporaneidade, traduzido por Augé (2004) como sobremodernidade. Para o autor, a sobremodernidade é caracterizada pela perda do lugar antropológico por meio de três figuras de excesso: o excesso de signos na superabundância de acontecimentos, o excesso de espaço na aceleração do tempo e o excesso de individualismo na individualização das referências (AUGÉ, 2004, p. 48).

Segundo Augé (2004, p. 24), um lugar pode definir-se como local de identidade, espaço relacional e histórico; um espaço que não se pode definir como espaço de identidade, nem como relacional nem como histórico, definirá um “não lugar”. Essa análise focaliza-se na concepção de que uma cidade não pode ser considerada unicamente como um

⁴⁰ No entendimento de Ascher (2004), a primeira revolução é aquela que se opera no Renascimento, e a segunda é a Revolução Industrial.

conjunto funcional, capaz de gerir e ordenar a sua própria expansão, mas tem de ser assumida como uma estrutura simbólica, portadora de um conjunto de sinais e de referentes que permitam o estabelecimento de relações entre a sociedade e o espaço.

Na atual condição social, cultural e econômica de hipertextualidade e reflexividade, faz-se presente a necessidade de uma nova síntese que opere o restabelecimento de valores na construção de novos modelos de desenvolvimento, totalmente diferentes da lógica da produção industrial.

Nesse sentido, podemos indagar sobre o que fazer com os marcos arquiteturais do período. A fábrica, como elemento referencial de análise da forma de se pensar e entender o espaço, elemento que simboliza a memória do lugar; memória esta que narra a história da população local, descreve a importância do edifício e seu significado?

Diante dessa indagação, deparamo-nos com a interpretação de autores como Jeudy (2005) sobre o fervor contemporâneo pelo culto do passado como um meio de conjurar a ameaça que pesa permanentemente sobre o homem moderno: a possibilidade de perder o sentido de sua própria continuidade. “A conservação se torna uma ‘questão urgente’ e sua aceleração tende a fazer do próprio presente um patrimônio potencial prioritariamente percebido na perspectiva de sua perda” (JEUDY, 2005, p. 22).

O autor vai mais além; ele acredita que a conservação como valor contemporâneo pauta-se em uma necessidade da sociedade atual de poder identificar nos objetos o reflexo de sua história e de seus valores:

As estratégias de conservação caracterizam-se por um processo de reflexividade⁴¹ que lhes dá sentido e finalidade. A significação contemporânea do conceito de patrimônio cultural vem de uma reduplicação museográfica do mundo. Para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja no espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura. É preciso que uma sociedade opere uma reduplicação espetacular que lhe permita fazer de seus objetos e de seus territórios um meio permanente de especulação sobre o futuro (JEUDY, 2005, p. 19).

Com base nessas visões de contemporaneidade, é possível pensar sobre a cidade como um espaço em processo, caracterizado por estratos históricos que formam o que Casco (2007, p. 160) denominou de “espessura da membrana do tempo”. A autora usa esse conceito em referência à Lapa carioca, cuja “[...] espessura da membrana do tempo [...]” pode ser tocada “[...] com os olhos ou com as pontas dos dedos [...]”, para indagar como se constrói um lugar de memória dentro de uma cidade. Nessa busca, ela cita como os historiadores dos *Annales*⁴² trataram esse tema de forma exemplar ao abordar a questão dos

⁴¹ Para Jeudy (2003, p.75), a reflexividade é um modo determinante da preservação da ordem simbólica de uma sociedade; “A reflexividade patrimonial se desenvolve a partir de um certo exibicionismo cultural. Tudo está à mostra, tudo fica visível, até mesmo supervisível, mais particularmente nas cidades. Trata-se, aqui, de impor ao olhar uma visão definida de territórios e lugares, uma visão que não é mais conduzida pela invisibilidade das coisas, por seu enigma. O ato de se colocar em exposição é um princípio de integração e de reprodução da cultura. É o contrário de uma aventura, pois o enquadramento do sentido está definido antes do ato mesmo de expor”. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3234/2352>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

⁴² *Annales* foi uma revista criada na França, em 1929, por Lucien Febvre e Mark Bloch. Sua metodologia, que futuramente se estabeleceu como novo paradigma, consistia em abrir caminho para uma interdisciplinaridade entre a história e as Ciências Sociais, aos poucos estendendo essa conexão com outras disciplinas, como a Geografia, Antropologia e a Psicologia. A segunda geração, que tem como figura dominante Ferdinand Braudel, corresponde ao período em que aparecem mais bem definidos e articulados os novos métodos propostos e as categorias que lhes servem de sustentação: história serial, longa duração e principalmente estrutura e conjuntura. A terceira geração compreende historiadores contemporâneos bastante conhecidos, Duby, Le Goff e Le Roy Ladurie, que abandonam a rigidez dos primeiros tempos e adotam posturas mais abertas em relação às outras correntes historiográficas (BURKE, 2003, passim).

espaços culturalmente moldados pelo homem, fortemente marcados pela presença de objetos urbanos que, por seu caráter histórico, são monumentalizados e reificados em favor de uma memória coletiva da nação.

Nessa perspectiva, a noção de lugar de memória está relacionada de maneira estreita com a ideia de preservação de uma história inscrita nos “arquivos de pedra” de uma cidade, como indica Le Goff (1990, p. 432):

A pedra e o mármore serviam na maioria das vezes de suporte a uma sobrecarga de memória. Os “arquivos de pedra” acrescentavam à função de arquivos propriamente ditos um caráter de publicidade insistente, apostando na ostentação e na durabilidade dessa memória lapidar e marmórea.

Le Goff (1990) refere-se aí ao legado deixado pelos povos antigos, que obrigava o mundo greco-romano a um esforço extraordinário de comemoração e de perpetuação da lembrança.

O tratamento dado a essas “espessuras” na construção patrimonial da memória dos lugares, com a preservação de seus estratos mais recentes - o legado da industrialização -, tem sido abordado de uma forma diversa da transmissão tradicional, como coloca Jeudy (2005, p. 26):

O amor coletivo ao patrimônio, nos anos 1980, foi despertado pelo desmoronamento dos modos de produção industrial [...] a crise provocada pela transformação dos modos de produção era tratada dentro de uma perspectiva de proteção e preservação dos vestígios e da parte ainda viva de toda história social de uma região. Era preciso que os signos monumentais representativos das memórias coletivas persistissem, assegurando a visão comunitária de uma transfiguração possível para o futuro, sem produzir o mínimo repúdio ao que havia sido. O que estava em jogo não era a transmissão patrimonial tradicional, mas uma ‘transmissão em ato’, da qual o conjunto da comunidade deveria participar. Ao invés de ser imposta como uma escritura da história da qual as pessoas estavam excluídas, uma escritura feita sem elas, da qual contudo ainda eram as testemunhas vivas, essa construção da transmissão tornara-se, na época, uma questão de todos. E foi a partir da constituição do patrimônio industrial que uma propensão pela defesa dos “novos” patrimônios propagou-se.

Dada essa disposição de mudança na transmissão patrimonial, evidenciada por Jeudy (2005) a respeito dos novos patrimônios, nos quais o patrimônio industrial está inserido, perguntamo-nos o que pode ser mudado também nas estratégias de sua conservação ou reabilitação. Concluimos que cada sociedade define seus próprios valores com base na reverência e respeito que atribui às especificidades de suas culturas. Assim, a cidade herdada do período industrial incorpora ou manifesta ainda a sua energia em número significativo de elementos construídos; estratificações visíveis que devem ser consideradas como um patrimônio

a conservar ou revitalizar nos seus diferentes componentes – social e cultural, mas também infraestrutural e econômico -, ainda que subsistam divergências sobre os sentidos e usos da sua renovação.

O risco significativo introduzido pelos processos de transformação de áreas industriais dilapidadas, com a instalação de novas infraestruturas, densificações e alterações do perfil das edificações, é a perda progressiva de sua singularidade. Quando a qualidade do novo é consensualmente insignificante - como se manifestou Ghirardo (2002) a respeito da possível demolição da obra de Matté Trucco para a Fábrica da Fiat Lingotto em favor de arranha-céus pré-moldados de terceira categoria -, a cidade nada ganha com as alterações e dilui-se a identidade que tinha.

Por esse motivo, muitas vezes não conseguimos imaginar qualquer forma possível de transformação em algumas instalações industriais abandonadas. Seu estado de obsolescência e ruína⁴³ oferece a imagem perfeita da representação da cidade atual, a transitoriedade.

Qualquer sentimento de estabilidade cede sob a representação da ruína. Nela, o significado da cidade não surge como um monumento à eternidade, mas como aprofundamento da transitoriedade e da sujeição ao perecimento. A imagem da ruína imobiliza o tempo alegoricamente, como salienta Fortuna:

⁴³ Quatremère de Quincy, na definição do verbete Ruína, associa a palavra quase sempre a monumentos antigos: “[...] aconteça o que acontecer com as ruínas modernas, e isso por mais de uma causa, é certo, no entanto, que essas ruínas não têm e não podem ter para as artes, e em geral para o espírito, o mesmo grau de mérito e interesse. Milhares de idéias, milhares de lembranças, milhares de sentimentos ligam-se às ruínas dos monumentos antigos que não poderiam ser produzidos por aquelas de uma data recente. É por isso que as ruínas, à medida que envelhecem, parecem adquirir mais direitos pelo nosso respeito e, por consequência, pela sua conservação” (QUATREMÈRE DE QUINCY apud KÜHL, 2003, p. 113).

▼ Fig. 62.. Ruínas de Detroit. Foto de Yves Marchand e Romain Meffre. Disponível em: <<http://thompson.typepad.com/a/6a00e54fc557a28833011570aa213e970b-pi>>. Acesso em 28 fev. 2010.



⁴⁴ FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades – narrativas, patrimônios e memórias. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 33, ano 12, fev. 1997.

A ruína é, em si, um modo de conhecer o passado. A percepção das relíquias, aparentemente, é tornada mais simples pela clara diferença entre as ruínas e o mundo real, entre seus materiais e modos de representação tão diversos e tão ambicionados pelos atuais. As ruínas habitam simultaneamente dois tempos, o ocorrido e o presente. As ruínas atendem às funções de antiguidade, continuidade, finalismo e seqüência do passado, ou seja, não somente colocam aquele que as admira como herdeiro daquela criação como une aqueles dois momentos, passado e presente, de forma indelével (FORTUNA, 1997⁴⁴, p. 133 apud MENEGUELLO, 2000, p. 93).

As ruínas podem estetizar essa cidade em transformação, como na proposta da Exposição Arte/Cidade em sua terceira edição, ocorrida em 1997. Com o título “A cidade e suas histórias”, a proposta da exposição, segundo seu curador, Nelson Brissac Peixoto, relacionava-se à questão de uma intervenção urbana que tratasse das escalas astronômicas – e metropolitanas – de tempo e espaço e às reflexões sobre a fragmentação do tecido urbano e a difícil apreensão dos espaços contíguos.

Não por acaso os três locais definidos para acolher essa exposição/instalação remetiam ao período fabril de São Paulo, relacionando temporalidades diversas, fazendo novas leituras dos circuitos de transporte e comunicação, desde um percurso expositivo que começava na Estação da Luz, seguindo para o segundo local de intervenção, o Moinho Central. Esse prédio de seis andares, entre os bairros de Campos Elíseos, Barra Funda e Bom Retiro, foi inaugurado em 1949 como propriedade do Moinho Fluminense da Santista S. A. e desativado na década de 1980, passando para o controle da Rede Ferroviária Federal, e permanece atualmente abandonado.

▼ Fig. 63. Moinho Central/Fluminense. Em primeiro plano os cilos. Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/moinho-fluminense/#>>. Acesso em 29 jul.2010.

► Fig. 64. Moinho Central/Fluminense. Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/category/sp-abandonada/zonas/centro/>>. Acesso em 29 jul.2010.



O trajeto cultural terminava quatro quilômetros depois do Moinho Central, no que restou das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, no bairro da Água Branca. Esse complexo fabril, representante do primeiro grande impulso industrial de São Paulo ocorrido na década de 1920, estava abandonado desde os anos 1970, quando foram destruídas quase todas as suas edificações para serem destinadas a outros fins. Na época da realização do Arte/Cidade, o terreno estava completamente abandonado, e a vegetação cobria toda a área.

As ruínas das Indústrias Matarazzo constituem um campo arqueológico em pleno centro da metrópole. Soterrada pelos escombros e o mato, ali jaz uma parte importante da era industrial de São Paulo. Um futuro tornado pretérito⁴⁵.

⁴⁵ Comentário de Nelson Brissac Peixoto, curador do projeto Arte/Cidade, sobre a mostra fotográfica de Arnaldo Pappalardo, que "[...] incrustada nas paredes e no chão dos corredores junto às chaminés, parecem um sítio arqueológico. Como se uma escavação fizesse aflorar o que ali estava enterrado. Fragmentos de objetos e corpos que emergem das ferragens, dos fornos". Disponível em: <http://www4.pucsp.br/artecidade/site97_99/ac3/artist/arnaldo_papalardo.html>. Acesso em: 29 jul. 2010.

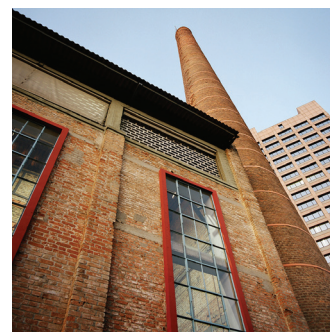
Depois do evento Arte/Cidade, a localização estratégica do bairro, próximo à Marginal Tietê e bem servido pelo transporte, aliada à sua imensa área desocupada, transformou a região em uma das maiores promessas de expansão da cidade e não tardou em chamar a atenção dos especuladores imobiliários, que adquiriram os cem mil metros quadrados da antiga Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo e transformaram o terreno em um megacomplexo empresarial, constituído por quatro torres de vinte andares. A Casa das Caldeiras, como parte desse empreendimento, tornou-se um local de eventos em 1999, cujo marketing empresarial focalizava a recuperação do espaço histórico, aludindo à memória de um dos grandes pioneiros de São Paulo, que sedimentou a capacidade industrial da cidade para capitalizar o investimento empresarial.

Sobre as estratégias de inovação e a preservação, Sorkin (2003) afirma que, para que elas tenham sucesso, precisam estar em simbiose produtiva.

◀ Fig. 65. Casa das Caldeiras. Projeto Kinotrem, parte da exposição Arte/Cidade 1997. Circuito bidirecional de emissão e recepção de vídeo em tempo real entre os bairros Bom Retiro, Água Branca, Freguesia do Ó, Barra Funda, Luz e Lapa. Disponível em: <http://bambozzi.files.wordpress.com/2010/04/14_kino_aerialview.jpg>. Acesso em 28 jun. 2010.

▼ Fig. 66. Casa das Caldeiras. Fotos de Pedro Kok. Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/kuk/3725194456/>>. Acesso em 29 jul. 2010.

▼▼ Fig. 67. Casa das Caldeiras. Foto de Pedro Kok. Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/kuk/3727605405/in/set-72157611302117534/>>. Acesso em 29 jul. 2010.



Se tratarmos a preservação como o antídoto ou a antítese da inovação, nós não estaremos negando a nós mesmos o benefício de novas idéias sobre sustentabilidade, tecnologia, vida social e comunidade. Correremos também o risco de que, perdendo a relevância para a cidade viva, a própria preservação também perca sua capacidade de inspiração e seu poder para abrigar nossas mais preciosas memórias (SORKIN, 2003, p. 17).

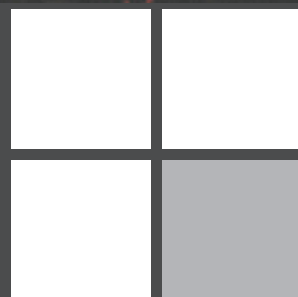
Nossas argumentações pautaram-se nas transformações em larga escala que ainda acompanham a adaptação do ambiente urbano às suas necessidades contemporâneas. Nesse processo histórico e social, corre-se o risco de um crescente distanciamento e alheamento dos indivíduos em relação ao seu passado histórico, às suas raízes, origens e especificidade culturais locais, o que poderá produzir sujeitos descentrados, dificultando a busca de mecanismos e instrumentos de identificação e vinculação locais no novo contexto global.

Cabe a cada um de nós, portanto, propor referências para as nossas memórias: sejam quais forem os objetos de transmissão: chaminés, silos, ruínas, ou outras formas simbólicas que foram construídas dentro e pela história das cidades.



PARTE 3

A QUESTÃO PATRIMONIAL





▲ Fig. 69. Gasômetro de Oberhausen, Vale do Ruhr, Alemanha. Este foi o maior depósito de gás da Europa. Foto: Karola Kohler. Disponível em: <http://www.dlr.de/rd/Portaldata/1/Resouces/portal_news/newsarchiv2007/gasometer_380.jpg>. Acesso em 22 mar. 2010.

◀ Fig. 68. (página 105) Complexo industrial da Mina Zollverien em Essen, Vale do Ruhr, Alemanha. Disponível em: <<http://cdn.fotocommunity.com/Essen/Zollverein/Kokerei-Zollverein-Weltkulturerbe-a19672660.jpg>>. Acesso em 19 fev. 2011.

7. PATRIMÔNIO CONTEMPORÂNEO: DIVERSIDADE COMPLEXA

Se, entretanto, um edifício não nasce um monumento, prontamente pela sua natureza, mas somente mais tarde, no curso de sua história, torna-se um, levanta-se então rápido e urgente a pergunta, quem realmente, quando, com que direito e baseados em quais critérios, determina seu valor monumental.

Norbert Huse⁴⁶

Com o questionamento a respeito da responsabilidade sobre a monumentalização, exposto na epígrafe, Huse (1996) abre o capítulo de seu livro dedicado ao valor monumental (Denkmalwert), analisando a obra de dois grandes historiadores de Arte, Alois Riegl, austríaco, e Georg Dehio, alemão. Na busca do que constitui, realmente, um monumento, esses historiadores procuraram, na virada do século XX, não somente justificar um novo princípio para a necessidade de proteção monumental, mas também encontrar critérios para essa proteção, apropriados ao seu tempo e à sua especificidade.

Essa necessidade de formular critérios e delimitar conceitos apresenta-se de modo conciso nas preocupações de Alois Riegl.

Alois Riegl colocou em evidência, pela primeira vez, uma diferença fundamental entre monumento (cuja criação é deliberada e tem por fim fazer reviver, no presente, um passado engolido no tempo) e monumento histórico (que não foi criado a princípio como tal, mas mantém relação tanto com a memória viva quanto com a duração). Riegl define o monumento histórico pelos valores de que foi investido ao longo da história, organiza um inventário e define uma nomenclatura. Sua análise está estruturada pela oposição entre duas categorias de valor: **valor de rememoração**, ligado ao passado e no qual intervém a memória e valores de antiguidade e histórico, aliado às marcas do tempo, e **valor de contemporaneidade**, pertencente ao presente (CHOAY, 2001, p. 168).

Dessa forma, os monumentos históricos, como artefatos produzidos ou não com a intenção de se tornarem memoráveis, adquirem significação cultural por meio de seus valores históricos, simbólicos, cognitivos ou artísticos.

Georg Dehio é considerado o fundador da abordagem moderna de preservação na Alemanha. Em livro publicado em 1901, *Was wird aus dem Heidelberger Schloss werden?*, o autor repudia a proposta de reconstrução de uma das alas do Castelo de Heidelberg, enfatizando a importância histórica e o valor de suas ruínas, que, segundo sua concepção,

⁴⁶ No original: "Wenn aber ein Bauwerk nicht gleich von Natur und Geburt aus Denkmal ist, sondern erst später, im Laufe seiner Geschichte, zum Denkmal wird, dann stellt sich schnell und drängend die Frage, wer eigentlich, wann, mit welchem Recht und anhand welcher Kriterien Denkmaleigenschaften festlegt" (HUSE, 1996, p. 124).

deveriam ser apenas conservadas, pois somente as ruínas constituíam o autêntico do castelo, o qual havia se tornado monumento pela sua incompletude. Segundo Huse (1996), Dehio opunha-se às restaurações que alteravam a verdade histórica dos monumentos, os quais, para ele, deveriam ser preservados em sua substância original, ou seja, naquilo que os tornou históricos. Sobre a reconstrução de Heidelberg, Dehio (apud HUSE, 1996, p. 108, tradução da autora) afirma:

Perderíamos o autêntico e ganharíamos a imitação; perderíamos o que se tornou histórico e ganharíamos a arbitrariedade atemporal; perderíamos a ruína, que com a sua pátina ainda nos fala tão viva, e ganharíamos uma coisa, que não é nova nem velha, uma abstração acadêmica morta. Entre estas duas deveremos decidir.⁴⁷

Do confronto entre Riegl e Dehio, Huse (1996) procura trabalhar determinadas noções, tão centrais na constituição do patrimônio do ocidente: originalidade, autenticidade, monumento e valor.

Retomando a pergunta de Huse (1996), quanto à escolha sobre em que residem os valores que justificam a monumentalização de determinado bem, podemos responder que tais valores devem ser buscados de modo a constituir um conjunto representativo da multiplicidade de memórias presentes na sociedade, em que a preservação do patrimônio industrial encaixa-se na ampliação da ideia de patrimônio cultural.

A busca da compreensão do significado contemporâneo de monumento e a consequente valorização dos bens reconhecidos pelo poder público como patrimônio nos reportaram a Riegl (2006). Segundo o autor, monumento, “[...] no seu sentido mais antigo e verdadeiramente original [...]” é “[...] uma obra criada pela mão do homem e edificada com o propósito preciso de conservar presente e viva, na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino - ou a combinação de ambos” (p. 43).

Riegl (2006) lança mão de um sistema de classificação dos monumentos - intencionais, históricos e antigos -, que tem orientado a concepção de patrimônio histórico-arquitetônico na prática dos órgãos de preservação.

A classe dos monumentos **intencionais** abrange as obras destinadas, pela vontade de seus criadores, a comemorar um momento preciso ou um evento complexo do passado.

Os monumentos **históricos** compreendem as obras que remetem ainda a um momento particular, mas cuja escolha é determinada por nossas preferências subjetivas.

Os monumentos **antigos** são todas as criações do homem, independentemente de sua significação ou destino original, que testemunham a passagem do tempo.

Riegl (2006) distingue, nos monumentos, três valores de

⁴⁷ No original: “Verlieren würden wir das Echte und gewinnen die Imitation; verlieren das historisch Gewordene und gewinnen das zeitlos Willkürliche; verlieren die Ruine, die altersgraue und doch so lebendig zu uns sprechende, und gewinnen ein Ding, das weder alt noch neu ist, eine tote akademische Abstraktion. Zwischen diesen beiden wird man sich zu entscheiden haben.”

rememoração: valor de antiguidade, valor histórico e rememoração intencional.

O monumento não é mais que um substrato sensível necessário para produzir no espectador uma certa impressão difusa, suscitada no homem moderno pela representação do ciclo necessário do devir e da morte, da emergência do singular fora do geral e de seu progressivo e inelutável retorno ao geral. Essa impressão não implica uma abordagem científica e não parece tributária da cultura histórica. Coloca apenas em jogo sensibilidade e afetividade e não pretende nada além de se endereçar exclusivamente às pessoas cultas, que se interessam pela conservação dos monumentos históricos, e também às massas, a todos os indivíduos, sem distinção de nível cultural (RIEGL, 2006, p. 51).

Essa validade universal do monumento, de maior poder de sensibilização e na qual reside seu valor de rememoração da passagem do tempo, Riegl (2006) denominou “valor de antiguidade” (*Alterswert*).

Referindo-se ao valor de antiguidade, Riegl (2006) tece um comentário sobre as ruínas, às quais, apesar de o efeito de rememoração ser intenso, faltam a multiplicidade e a variedade de traços de antiguidade que lhe confeririam a extensão de sua compreensão (RIEGL, 2006, p. 87).

O valor histórico do monumento, segundo Riegl (2006, p. 51),

[...] reside no fato de que representa para nós um estado particular, de alguma forma única, no desenvolvimento de um domínio humano. Desse ponto de vista, o que no interesse no monumento não são os traços das forças destrutivas da natureza, da forma como são exercidas depois de seu nascimento, mas seu estado inicial como obra humana.

Choay (2001) comenta que o valor de antiguidade de Riegl suscita uma “atenção reverente” para com os monumentos históricos e, nesse aspecto, aproxima-se do valor da reverência de Ruskin, apesar de Riegl ter, em oposição a Ruskin, outro olhar sobre a sociedade industrial: o de historiador. Assim, o valor de antiguidade apresenta-se, para Riegl, como uma realidade de fácil apropriação pelas massas, em razão de sua imediatez, e pela “[...] sedução fácil que ela [a antiguidade] exerce sobre estas deixam entrever que ele [o valor de antiguidade] será o valor preponderante do monumento histórico no século XX” (CHOAY, 2001, p. 169).

O valor de rememoração intencional opõe-se ao valor de antiguidade, “[...] que aprecia o passado em si [...]”; e ao valor histórico, que “[...] tende a isolar um momento do desenvolvimento histórico e apresentá-lo de maneira tão precisa que parece pertencer ao presente [...]”, ao querer para o monumento a “[...] perenidade do estado original” (RIEGL, 2006, pp. 85-86).

Para Riegl (2006), a diferença entre o valor de rememoração - seja de antiguidade ou intencional - e os valores de contemporaneidade

reside no fato de considerarmos o monumento, com base no valor de contemporaneidade, como igual a uma criação moderna recente e exigirmos, portanto, que este apresente um aspecto característico de toda obra humana em sua primeira aparição, ou seja, “[...] que dê a impressão de uma perfeita integridade, não tocado pela ação destrutiva da natureza” (RIEGL, 2006, p. 87).

Choay (2001, p. 170) afirma que a análise de Riegl revela as exigências simultâneas e contraditórias dos valores que o monumento histórico acumula ao longo dos séculos. Aponta ainda que, por ser o valor de antiguidade o último a surgir, acaba excluindo o de novidade e ameaça o de uso e o histórico..

Outra categoria de valores sugerida por Riegl é a da contemporaneidade, na qual se destaca o “valor de uso”, que “[...] é igualmente inerente a todos os monumentos históricos, quer tenham conservado seu papel memorial original e suas funções antigas, quer tenham recebido novos usos, mesmo museográficos” (CHOAY, 2001, p. 169).

Muitas vezes, em função do tipo de uso que abrigam, os monumentos demandam restaurações e adaptações que conflitam com os seus valores históricos e de antiguidade.

Ao lado de outros tipos arquitetônicos, as edificações industriais, relíquias da pujança de um passado marcado por empreendimentos notáveis, figuram na contemporaneidade como monumentos não intencionais de um tempo não muito distante, inspirando uma reinterpretação dos feitos humanos, cuja imagem e cuja identidade do lugar a metamorfose de suas carcaças tenta recuperar. Nesse processo, a percepção dos valores intrínsecos de que estão imbuídos os monumentos industriais, sejam eles históricos, de antiguidade, ou mesmo de uso, precisa levar a iniciativas que assegurem sua permanência, que regenerem a autoestima esmaecida, que façam o espírito do lugar⁴⁸ voltar ao local de onde ameaça afastar-se.

Fortuna (1997) e Zukin (1995) afirmam que o patrimônio tornou-se um dos campos preferenciais das indústrias culturais urbanas, particularmente no plano simbólico, no qual o espírito de lugar e os símbolos que o representam tornaram-se campos privilegiados de transformação das identidades urbanas.

Zukin (1995) enfatiza ainda que, ao contrário dos anos de 1960, quando os preservacionistas reclamavam que as demolições e as renovações urbanas causavam a perda do patrimônio cultural, atualmente, com o ethos preservacionista amplamente aceito, a questão que se coloca é qual patrimônio cultural será preservado e qual cultura controlará sua nomeação⁴⁹.

Fortuna (1997, p. 233) cita as mudanças nas funções das manifestações culturais em Évora, Portugal, naquilo que ele nomeou

⁴⁸ Devemos lembrar que a estrutura de um lugar não é fixa nem eterna. Os lugares mudam e recebem diferentes conteúdos e significados, o que pode levar à perda de seu *genius loci*, ou espírito do lugar, ou seja, sua identidade e orientação. Na relação do homem com o lugar, existe a necessidade de saber onde está (orientar-se) e saber como está em um determinado lugar (identificar-se). Norberg-Schulz (1980, p. 18) afirma que “*Genius Loci* é um conceito Romano. Os romanos antigos acreditavam que existia um espírito do lugar – o *genius loci* (*genius* – espírito, *loci* – lugar), guardião para cada cidade. Cada lugar onde ocorria vida continha seu próprio *genius*, que se manifestava tanto na locação como na configuração espacial e na caracterização da articulação”.

⁴⁹ No original: “In the 1960s, preservationists complained that the physical demolition and urban renewal caused the loss of a cultural heritage. Today, with a preservationist ethos widely accepted, the question is which cultural heritage will be preserved and whose culture will control the designation” (ZUKIN, 1995, p. 128).

► Fig. 70. Évora, Portugal. Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/flissphil/61067575/>>. Acesso em: 19 set. 2010.



destraditionalização da imagem da cidade, em que sua dimensão temporal, nomeadamente os seus recursos patrimoniais, históricos e monumentais, tende a ser usada como elemento estratégico da promoção do local. Esses recursos são voltados ao entretenimento do turista e, em razão disso, sofrem um processo de releitura, na qual a tradição assume um novo código. Uma das teses do autor reside no fato de o patrimônio histórico e monumental local, ele próprio em processo de destraditionalização, desempenhar um papel crucial na reconfiguração da identidade-imagem da cidade de Évora, reconhecida pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade e que tem encontrado, no turismo urbano e cultural, um dos seus recursos mais valiosos, tanto no que diz respeito à redinamização da cultura e da economia locais, quanto no que se refere à sua projeção internacional.

Zukin (1995, pp. 80-81), por sua vez, exemplifica sua afirmativa citando a transformação da antiga cidade industrial de North Adams, em Massachusetts, quando da instalação do MASS MoCA –Museu de Arte Contemporânea de Massachusetts- nas instalações abandonadas da Sprague Electric Company, com a aposta de que esse museu poderia criar uma indústria de turismo em uma área “desorganizada” pelo declínio econômico, transformando arquitetura vernacular em paisagens de consumo.



▲ Fig. 71. Sprague Electric Company, Massachusetts. Disponível em: <<http://berkshirerambblings.blogspot.com>>. Acesso em 19 set. 2010.

► Fig. 72. Mass MoCA. Foto: Kevin Kenefick. Disponível em: <<http://www.massmoca.org>> Acesso em: 19 set. 2010.





◀ Fig. 73. - Complexo Siderúrgico de Völklingen. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:VH_au%C3%9Fen_pano.jpg>. Acesso em: 19 set. 2010.

▼▼ Fig. 74. Complexo Siderúrgico Völklingen - Vista das Fornalhas. Fonte: Unesco Ourplace.

▼ Fig. 75. Complexo Siderúrgico Völklingen - elevador inclinado que acessa a plataforma de carregamento a 30 metros de altura, onde o combustível e os minérios eram pulverizados para dentro das fornalhas. Fonte: UNESCO Ourplace.

Cabe destacar o posicionamento de Zukin a respeito das estratégias de renovação cultural, que

[...] são mais favorecidas em áreas “desorganizadas” devido à decadência econômica ou desastres naturais. E que antigas dinastias econômicas desapareceram sem serem substituídas. O desenvolvimento de economias simbólicas, no mundo pós-anos 1970, onde estratégias culturais trabalhavam na base da visão valorizadora, reabilitaram a arquitetura vernacular e fizeram dela a base de turismo guiados, hotéis e restaurantes, selecionando paisagens de consumo (ZUKIN, 1995, p.80-81; tradução da autora)⁵⁰.

É interessante notar que as antigas edificações industriais são imediatamente reconhecidas pelo seu valor histórico e arquitetônico, como revelado no exemplo de Massachusetts, e poucas vezes pelo seu valor de antiguidade. Ruínas industriais ainda merecem o desprezo consensual daqueles que lhes imputam valor e determinam sua preservação, salvo exceções, como, no caso do Brasil, as ruínas do Sítio do Físico, em São Luís – MA; a Fábrica de Ferro Patriótica, em Ouro Preto – MG e a Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em Iperó - SP, tombadas pelo IPHAN.

Em outros países, como na Alemanha, a pátina temporal e os sinais do tempo de ruínas industriais recebem o tratamento monumental e um reuso simbólico, como é o caso do Complexo Siderúrgico de Völklingen, cuja produção foi encerrada em 1986, e que, apenas oito anos depois, entrou para a lista de Patrimônio da Humanidade como exemplar único, em toda a Europa Ocidental e América do Norte, de um sistema integrado de siderurgia construído e equipado nos séculos XIX e XX e que se mantinha intacto. Foi nomeado, em 1999, como Centro Europeu para a Arte e Patrimônio Industrial⁵¹.

⁵⁰ No original: “Cultural strategies of redevelopment find much support in areas that have been „disorganized“ by economic decline or natural disaster. Old industrial dynasties have disappeared and no new power baron take their place. Wages are low, jobs are scarce, talk is cheap. Because they have grown up with the symbolic economy of the post-1970s world, cultural strategies work on the basis of valorizing vision. They rehabilitate vernacular architecture and make it the base of guided tours, hotels, and restaurants; they selective landscapes of consumption”.

⁵¹ Na época de sua nomeação como Patrimônio da Humanidade, o ICOMOS consultou o Dr. Barrie Trinder, especialista na área, que teceu o seguinte comentário: “[...] este é um lugar espetacular, que certamente preenche os critérios históricos estabelecidos para tornar-se Patrimônio da Humanidade em razão de sua integridade tecnológica. Eu não sei de nenhuma outra área no ocidente onde um auto-forno completo dessa geração ainda esteja de pé com todas as suas plantas subsidiárias”. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/687.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2010.



▲ Fig. 76. Gasômetro, Oberhausen, Vale do Ruhr, Alemanha. Vista interna da exposição "Sternstunden – Wunder des Sonnensystems", parte do projeto de celebração do Vale do Ruhr como Capital Cultural da Europa em 2010. Fonte: www.gasometer.de



► Fig. 77. Gasômetro, Oberhausen, Vale do Ruhr, Alemanha. Vista externa. Disponível em: <http://www.dlr.de/Portaldata/1/Resources/portal_news/newsarchiv2009_2/gasometer_sonne.jpg>. Acesso em 19 jan. 2011.

O que é possível inferir sobre o valor de uso e o patrimônio industrial? O resgate ou a permanência de seu uso original são, na maioria dos casos, improváveis, pois seu estado de abandono e/ou esvaziamento é resultado de um processo técnico e econômico irreversível. Integrar o patrimônio industrial na construção da paisagem e do estilo de vida contemporâneo indica que, ao mesmo tempo em que um novo uso confere ao monumento industrial uma sobrevida, em muitos casos, acaba interferindo na transmissão de uma mensagem subjetiva da cultura industrial, e o monumento permanece somente como um signo em uma paisagem que se torna vazia de marcos orientadores, passando a representar apenas um papel simbólico da presença da atividade industrial que, em algum momento, conferiu identidade a um determinado local.

Podemos usar como exemplo o Gasômetro de Oberhausen, na Alemanha, ícone regional com 117 metros de altura e 67 metros de diâmetro, que, como parte do projeto IBA-Emscher Park, manteve-se como elemento referencial industrial que remete à pujança da região do Rühr, enquanto seu interior foi adaptado para abrigar atividades contemporâneas do universo cultural. O reuso do Gasômetro, assim como de muitos outros monumentos industriais, cumpre uma função conciliadora, que, ao promover a sua reabilitação por meio de novos usos e funções, insere novamente a edificação dentro de uma dinâmica contemporânea, reafirmando seu lugar dentro do contexto atual da sociedade e, ao manter seu aspecto exterior, reafirma sua identidade, respeita sua tipologia e caráter; bem como, de certa forma, apazigua polêmicas sobre a preservação de bens da industrialização.

Voltando-nos para as premissas de valor de Riegl (2006), temos ainda que o valor de arte subdivide-se em duas categorias: o de arte relativa e o de novidade. O primeiro relaciona-se com o tempo, as crenças e os valores da época em que foram realizados. Esse valor é definido pelos critérios de recepção contemporânea da obra, relativos ao juízo pessoal e subjetivo daquele que a observa em seu próprio tempo. Neste ponto entra o conceito do querer artístico, ou vontade de arte (*Kunstwollen*⁵²), na qual o valor de arte relativo satisfaz nossos ideais figurativos do presente. Riegl (2006, p. 111) afirma:

⁵² *Kunstwollen* é um conceito-chave na obra de Riegl e foi traduzido como "desejo de arte" por Choay (2001), "querer artístico" por Peixoto e Vicentini (Cf. RIEGL, 2006, p. 119) e "vontade artística" por Patetta (1997).



[...] uma apreciação positiva do valor de arte relativo requererá, portanto, a conservação do monumento em estado e, por vezes, mesmo uma restauratio in integrum; assim, entrará em conflito com as exigências do valor de antiguidade. [...] O aspecto sempre novo, a modernidade da obra de arte antiga (que apresenta, por sua vez, elementos muito velhos) revela-se um triunfo sobre as marcas de envelhecimento e degradação e sobre as leis todo-poderosas da natureza.

O valor de novidade, em oposição ao valor de antiguidade, deve desembaraçar-se “[...] dos traços de envelhecimento [...]”, e reencontrar, “[...] por meio de restauração completa de sua forma e cores, o caráter de novidade da obra que acaba de nascer” (RIEGL, 2006, p. 97).

A mais popular resposta no tocante à reabilitação de edificações industriais tem sido a reabilitação⁵³ da antiga textura fabril com base nos valores atuais, do novo em oposição ao valor de antiguidade, da pátina do tempo. Esse tipo de abordagem é endossado pela Carta de Burra⁵⁴, cujas recomendações preveem reconstrução, uso compatível, adaptação e conservação⁵⁵. Segundo a definição dessa Carta, “[...] reconstrução será o restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido [...]”, distinguindo-se pela introdução, na substância existente, de materiais diferentes, sejam novos ou antigos. Nela, afirma-se ainda que a “[...] reconstrução não deve ser confundida, nem com a recriação, nem com a reconstituição hipotética, ambas excluídas do domínio regulamentado pelas presentes orientações”⁵⁶.

Como exemplo desse tipo de reabilitação, podemos citar a Companhia Ultramarina de Desenvolvimento KKKK, em Registro, Estado de São Paulo, patrimônio histórico reconhecido por tombamento estadual, cujos vestígios físicos simbolizam a história do município e a origem de grande parte de sua população. A adaptação transformou o espaço no Memorial da Imigração Japonesa e no Centro de Formação Continuada de Gestores da Secretaria de Estado da Educação - CENFORGEST.

Nesse projeto de reabilitação, os profissionais priorizaram a adaptação do conjunto ao novo programa, preservando, porém, muitas das características originais. Explica Marcelo Ferraz:



Fig. 78 Conjunto Industrial KKKK, Registro, São Paulo. Fonte: Caldeira; Fanucci; Ferraz; Santos, 2005. (a) vista noturna; (b) complexo fabril e as adaptações para o novo uso (em vermelho); (c) vista do conjunto fabril, da edificação nova e sua relação com o Rio Ribeira de Iguape num projeto mais amplo, o Parque Beira-Rio.

⁵³ A Carta de Reabilitação Urbana Integrada – Carta de Lisboa (1995) apresenta o conceito de reabilitação como estratégia de gestão urbana, que pretende requalificar a cidade por meio de intervenções que valorizem as potencialidades sociais, econômicas e funcionais, de modo a melhorar a qualidade de vida da sua população, mantendo a sua identidade e prevendo a instalação de equipamentos, infraestruturas e espaços públicos. 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, Lisboa, outubro de 1995. Disponível em: <<http://194.65.130.238/media/uploads/cc/cartadelisboa1995.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

⁵⁴ A carta de Burra foi adotada em 19 de agosto de 1979 pelo ICOMOS Austrália, em Burra, Austrália do Sul, sendo atualizada em 1981, 1988 e 1999. Essa carta provê um guia para a conservação e gestão dos sítios do patrimônio cultural e baseia-se no conhecimento e experiência dos membros do ICOMOS Austrália. Burra Charter, 1999. Disponível em: <<http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

⁵⁵ Carta de Burra, “Art. 6º - as opções a serem feitas na **conservação total ou parcial** de um bem deverão ser previamente definidas com

base na compreensão de sua significação cultural e de sua condição material. Art. 7º - as opções assim efetuadas determinarão as futuras destinações consideradas **compatíveis** para o bem. As destinações compatíveis são as que implicam a **ausência de modificação, modificações reversíveis em seu conjunto** ou, ainda, **modificações cujo impacto sobre as partes da substância que apresentam uma significação cultural seja o menor possível**" (Burra Charter; 1999. Disponível em <<http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>>, acesso em 20 jun.2010, grifos nossos).

⁵⁶ Carta de Burra, 1980, art.1º. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Burra_1980.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2010.

⁵⁷ Choay estabelece, em seu livro *A Alegoria do Patrimônio* (2001), o momento de emergência e as etapas progressivas de instauração do patrimônio histórico edificado. Ela denomina fase de consagração do monumento histórico o período de 1820 a 1960, quando seu reconhecimento, sua coerência e sua estabilidade são resultado de um conjunto de determinações novas e essenciais, relativas à hierarquia dos valores de que o monumento histórico é investido e às suas delimitações espaço-temporais, ao seu estatuto jurídico e ao seu tratamento técnico, que levaram à institucionalização da conservação do monumento histórico.

Respeitamos o antigo, mas não se pode dizer que foi um trabalho de restauro, porque eliminamos alguns elementos, como anexos e outras construções posteriores, que não correspondiam às necessidades atuais (CALDEIRA; FANUCCI, FERRAZ; SANTOS, 2005, p. 43).

A abordagem de Riegl constitui uma valiosa contribuição para a definição moderna do conceito de monumento histórico e para a análise crítica sobre as distintas formas de percepção e recepção desses monumentos pela sociedade, bem como sobre os valores que esta lhes atribui.

A obra de Riegl oferece ao sujeito da preservação um repertório de diferentes tipos de valor que podem ser atribuídos aos monumentos, inaugurando uma fundamentação conceitual para que as escolhas possam ser feitas com base em um juízo crítico.

Segundo Choay (2001), ainda que o relativismo e a pedagogia de Riegl tenham sofrido críticas, e sua obra não tenha orientado as práticas de patrimônio, elementos indicados pelo autor são importantes no que se refere a fornecer fundamentos para a operacionalização de uma política de conservação, servindo de base para o período de consagração de monumento histórico⁵⁷.

É na conferência internacional realizada em Atenas, em 1931, pela Comissão Internacional para Cooperação Intelectual da SDN – Sociedade das Nações –, com a cooperação do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), que a preservação dos monumentos históricos passa a ser discutida em um quadro supranacional. Segundo Choay (apud Riegl, 2006, p. 7), essa conferência debreu-se, particularmente, “[...] sobre o problema das cidades antigas e do tecido menor que constitui o entorno dos monumentos [...]”, dando ensejo a que se levantasse a questão dos monumentos e a cidade. Choay (2001, p. 201) particulariza a comunicação do italiano Giorgio Nicodemi, que desenvolve a dialética do monumento e de seu entorno, defendendo a ampliação da percepção do monumento para sua articulação com os outros elementos da malha urbana, o que ele denomina de “ambiente”.

A Carta de Atenas para a “Restauração dos Monumentos Históricos” centrava-se basicamente nos grandes monumentos e ignorava o restante. Trinta anos depois, a Carta de Veneza ampliava consideravelmente os objetivos, abrangendo a “Conservação e a Restauração dos Monumentos e dos Lugares”. Em seu artigo 1º, a Carta de Veneza dá uma definição muito mais extensa de monumento histórico:

A noção de monumento histórico inclui a criação arquitetural isolada assim como o sítio urbano ou rural que traz o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um evento histórico. Ele se estende não somente às grandes criações, mas também às obras modestas que adquiriram com o

tempo uma significação cultural (Cury, 2004, p. 92).

O preâmbulo da Carta de Veneza acentua fortemente a preservação e introduz a noção de patrimônio comum da humanidade:

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A Humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum, e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade (Cury, 2004, p. 91).

O sentido de monumento evoluiu com o tempo; a consagração de edificações industriais como patrimônio provoca, ao mesmo tempo, encantamento e espanto pela sua proeza técnica e seu tamanho, muitas vezes colossal. Todo o conjunto de operações de valorização do monumento busca revelar seu caráter histórico, artístico e memorial. Nossa responsabilidade é saber reconhecê-los em sua autenticidade, mas, além disso, nossa responsabilidade encontra-se engajada na relação com a sua transmissão às gerações futuras.

Rodrigues (2010, p. 38) afirma que os argumentos de tombamento de bens industriais não têm considerado valores como os do trabalho ou os dos conhecimentos técnicos, que, concernentes às sociedades industriais, estão em rápido processo de transformação na atualidade. E se os valores contidos nas representações materiais da modernização urbano-industrial no Estado de São Paulo fossem realçados, constituiriam um traço cultural, um diferencial na nomeação desses bens como patrimônio a ser preservado.

Cabe ainda ressaltar que existe uma tendência da sociedade de reduzir a complexidade dos ambientes urbano-fabris, que pode ser conferida nas discussões suscitadas pelos tombamentos de edifícios industriais, presentes nas instruções dos processos de tombamento desses imóveis pelos órgãos de preservação do patrimônio⁵⁸. Podemos constatar, com base na análise de alguns desses processos, que a sociedade, na maioria das vezes, resiste à ampliação dos valores atribuídos aos monumentos, como conceituados por Riegl, para estendê-los aos edifícios da era industrial. As transformações socioeconômicas e o desenvolvimento das habilidades técnicas dos seres humanos, valores culturais cristalizados nas edificações industriais, já bastariam para legitimá-los como objetos de culto, na acepção usada por Riegl, no solo desestabilizado de uma sociedade em processo de reestruturação. A percepção de tal complexidade pode impulsionar outros valores e desafios para ampliar a concepção de monumento, como poderemos avaliar no estudo dos casos selecionados, nos capítulos seguintes.

⁵⁸ Sobre a análise e justificativa de preservação de edifícios industriais, foram selecionados nesta tese os tombamentos da Fábrica Santa Amélia, em São Luiz do Maranhão, e da Fábrica de Vinho Tito e Silva, na Paraíba. Essa abordagem foi desenvolvida na parte III, capítulo 10.

8.A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

No desempenho de suas atribuições quanto à defesa do patrimônio cultural do país e na contingência de se definirem os parâmetros que permitissem selecionar os bens móveis e imóveis que, por suas singularidades características, viessem a merecer os cuidados especiais do poder público, o SPHAN terminou por se impor o dever de “constituir” o patrimônio nacional.

Antonio Luiz Dias de Andrade (Janjão)

⁵⁹ Entre as várias referências bibliográficas sobre o assunto, podemos citar Andrade (1993), Rubino (1991), Fonseca (1997) e Chuva (1995).

⁶⁰ BOMENY, Helena. Patrimônios da memória nacional. In: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, Departamento de Promoção, Coordenadoria de Pesquisa e Editoração (org.). Ideólogos do patrimônio (Coletânea de palestras proferidas no seminário Intelectuais do Patrimônio Cultural, realizado de 15 a 17 de maio de 1991, no Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: ED. IBPC, 1991.

⁶¹ Essa lei dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública e cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

“Art. 46. Fica creado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o Paiz e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimonio histórico e artístico nacional.

§ 1.º O Serviço de Patrimonio Histórico e Artístico Nacional terá, além de outros órgãos que se tornarem necessários ao seu funcionamento, o Conselho Consultivo.

§ 2.º O Conselho Consultivo se constituirá do director do Serviço de Patrimonio Histórico e Artístico Nacional, dos directores dos museus nacionaes de coisas históricas ou artísticas e de mais dez membros, nomeados pelo

Muito tem sido escrito nos últimos anos sobre o papel do Estado brasileiro na constituição do patrimônio nacional e o papel de destaque que os bens patrimoniais passaram a ocupar como referenciais no espaço da cidade, em especial, na primeira metade do século XX, em um momento no qual se procurava estimular o sentimento de nacionalidade, amalgamando a nação em torno de suas referências simbólicas: bens que ofereciam identidade cultural à sua população⁵⁹.

A responsabilidade dessa tarefa coube a um organismo responsável pelo patrimônio nacional, criado em 1937, que, como ressalta Chuva (1995, p. 23), já integrava o projeto político-ideológico de nacionalização do Estado nos anos 1930, cuja proposta era estabelecer parâmetros para a construção da nacionalidade por meio de referências simbólicas, as quais deveriam impingir unidade e impedir qualquer feição plural da nação.

Sobre os anos 1930, Helena Bomeny comenta que é desenhada a política institucional em que o Estado ousa reunir intelectuais de todos os matizes, combinando projetos, propostas e ideias mescladas da utopia dos anos 1920. O discurso do governo vai ao encontro dos discursos intelectuais (BOMENY⁶⁰ apud CAVALCANTI, 1995, p. 47).

Faria (1995, p. 34) corrobora essa afirmativa ao afirmar: “[...] a parte mais nobre da intelectualidade paulista, que em 1932 está contra Getúlio Vargas, em 1934 já começa a se aproximar, por causa da Constituinte”.

Nesse momento, surgem inúmeros estudos com a proposta de pensar quem era o “povo” do Brasil, compreendendo suas singularidades, visando contribuir para a orientação de novas diretrizes a serem traçadas, na forma de instituições e normas, para o controle do espaço e das pessoas, algo característico do Estado Novo.

Quanto à institucionalização do patrimônio, a Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937⁶¹ e o Decreto-Lei nº 25 consolidam o debate

sobre o patrimônio do país, que, segundo Rubino (1992) “[...] já tinha maturidade suficiente para deixar de ser projeto”⁶².

No início desse século [XX] houve uma profusão de projetos de lei visando a criação de um órgão público preservacionista. Em comum, eles têm o fato de serem projetos de pouca ou nenhuma eficácia concreta, e o mais importante: eles começam a delinear, seja via conceitos e disciplinas - arte, arqueologia, história -, seja via distribuição geográfica do que se queria preservar, os pontos da política cultural que se implantaria mais tarde (RUBINO, 1992, p. 33).

Rubino (1992, p. 59-61) sinaliza ainda algumas medidas preliminares importantes que antecederam a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN⁶³, como o tombamento de Ouro Preto, em 1933; o decreto federal nº 24.735, de 14 de julho de 1934, que incumbia o Museu Histórico Nacional da proteção, catalogação e fiscalização dos monumentos históricos e obras de arte - muito embora não se conhecesse o acervo de bens a serem preservados, exceto pela iniciativa de alguns estados, como Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e São Paulo⁶⁴ -; e, por último, o artigo 148 da Constituição de 1934, que dispunha, entre outras coisas, sobre a proteção dos objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país.

Soma-se a essas medidas o contexto político e cultural da década de 1930, no qual Gustavo Capanema, à frente do Ministério da Educação e Saúde, e os modernistas Mário de Andrade, Carlos Drummond e Cândido Portinari tiveram “[...] a oportunidade de conferir às suas posições estéticas um caráter prático e efetivo” (RUBINO, 1991, p. 57).

Rubino (1991, p. 57) também sublinha a importância do anteprojeto de Mário de Andrade e, particularmente, de seu conceito de patrimônio “abrangente e múltiplo”, que incluía o negro, o índio, o estrangeiro, o residual e o inusitado, além das formas inacabadas e menores de arquitetura, rompendo com a distinção entre o histórico e o artístico a favor do cultural. Essa visão “profética” de Mário de Andrade criou o que a autora denominou o “SPHAN virtual”, que diverge do “SPHAN real”, que toma corpo e é efetivado sob a direção de Rodrigo M. F. de Andrade, de 1937 a 1967.

O caráter nacional popular é evidenciado no discurso de Rodrigo M. F. de Andrade, tão logo tomou posse do cargo de diretor do SPHAN.

O SPHAN dispõe-se a uma tarefa de interesse indiscutivelmente nacional: a defesa do patrimônio comum a todos os brasileiros. Tudo deve ser feito do princípio visto que a própria noção do interesse geral precisa ser compreendida por todos e não apenas por uma elite. Para um fim comum o esforço deverá ser comum. Este espírito de proteção dos testemunhos da história e da arte merece ser acolhida entre todas as classes (ANDRADE, R. M. F.⁶⁵ apud ANDRADE, A. L. D., 1993, p. 112).

Presidente da República.

§ 3.º O Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Bellas Artes e outros Museus Nacionais de coisas históricas ou artísticas, que forem criados, cooperarão nas atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela forma que for estabelecida em regulamento.

Art. 47. O Museu Histórico Nacional é mantido como estabelecimento destinado à guarda, conservação e exposição das reliquias referentes ao passado do País e pertencentes ao patrimônio federal” (BRASIL, Diário Oficial da União, 15/01/1937, página 1.210, coluna 1).

⁶² Em sua dissertação, Silvana Rubino discorre sobre a proto-história da preservação legal do patrimônio do país por meio da reconstrução das tentativas legais, discursivas e intelectuais anteriores à instituição do SPHAN. Ver: RUBINO, S. B. As fachadas da história: As origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1967. 1991. 206p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

⁶³ O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, foi originariamente denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (1937-1946), passando a constituir uma Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1946-1970), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979-1990), Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC (1990-1994) e novamente IPHAN a partir de 1994, estando vinculado ao Ministério da Cultura.

⁶⁴ Durante a fase sob a administração de Rodrigo M. F. de Andrade, o IPHAN dispunha de seu escritório central no Rio de Janeiro, então capital federal, de onde ele, assessorado, entre outros, por Lucio Costa, Alcides da Rocha Miranda, Edgar Jacinto da Silva e José de Souza Reis, dirigia as quatro delegacias regionais, estrategicamente instaladas nos estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo (MAYUMI, 2005, p. 15).

⁶⁵ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 28.

⁶⁶ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 39.

⁶⁷ A expressão “tombamento” vem do direito português, no qual o verbo “tombar” significava “inventariar” ou “inscrever” nos arquivos do reino, os quais eram guardados na Torre do Tombo. São quatro as categorias de livros de tomo definidas pelo Decreto-lei nº25:

- a) Arqueológico, etnográfico e paisagístico;
- b) Histórico;
- c) Belas-artes;
- d) Artes aplicadas.

Quanto às modalidades de tombamento:

- a) Provisório: decretado no início do processo, com efeitos imediatos ao tombamento definitivo, exceto no tocante ao registro em cartório imobiliário e ao direito de preferência reservado ao Poder Público.
- b) De ofício (ou ex officio): incide sobre bens públicos e efetua-se por determinação do presidente do IPHAN;
- c) Tombamento voluntário;
- d) Tombamento compulsório: uma imposição do poder público, não interessando se há ou não aquiescência do proprietário.

A propósito do período de gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Fonseca (1997, p. 157) distingue, na atuação do órgão, uma ausência de uniformidade. Enquanto as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pelas descobertas, pelas pesquisas do patrimônio que estava em formação e, especialmente, pela atuação dos profissionais que constituíam a vanguarda modernista, as décadas seguintes, 1950 e 1960, teriam sido um período de tecnificação da atividade do órgão, que passou a se concentrar nos tombamentos e nas obras, relegando a segundo plano as atividades de pesquisa e divulgação.

Além disso, o órgão, em sua fase inicial, apresentava carência de profissionais especializados para compor seu quadro de funcionários, como reconhece Antonio Luiz Dias de Andrade:

Uma das principais dificuldades enfrentadas a princípio pelo novo órgão foi a de conseguir montar um quadro de técnicos e profissionais habilitados para as tarefas que se apresentavam indispensáveis. O país não dispunha de experiência anterior a que pudesse recorrer e os poucos interessados no assunto primavam pelo diletantismo, não mantendo inclusive afinidades ideológicas com o projeto que se desejava implementar (ANDRADE, A. L. D., 1993, p. 113).

Saia (1977) distingue, entre as ações prioritárias desenvolvidas no início das atividades do órgão, um empenho no intuito de consolidar, nas rotinas jurídicas do país, as restrições ao direito de propriedade decorrente do ato de tombamento.

A questão do tombamento já fora tratada por Rodrigo M. F. de Andrade, quando relatava que somente um regime discricionário disporia de condições necessárias para homologar a legislação, à qual se antepunham as pressões vigorosas em defesa do pleno exercício do direito de propriedade:

Creio que, se fosse incrementada a idéia de que além, muito além, da propriedade particular existe uma outra, que é a propriedade coletiva da nação, constituída por todos esses elementos que constituem sua cultura, o Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico teria no Brasil a mesma aceitação que encontramos na França, na Itália, na Inglaterra, ou na Grécia (ANDRADE, R. M. F. ⁶⁶ apud ANDRADE, A. L. D., 1993, p. 112)

Rodrigo M. F. de Andrade afirmava ainda caber ao país a obrigação constitucional de zelar pelo conjunto dos bens eleitos para serem inscritos nos livros do tomo ⁶⁷. Mesmo porque esse conjunto teria a função de representar um modelo reduzido do que “[...] seria a marca da cultura e da civilização, oposição e resposta a categorias território, paisagem e natureza”, que dão forma ao caráter nacional do país (RUBINO, 1996, p. 98).

A propósito do tombamento, Rubino (1992) assinala a importância desse instrumento como medida suprema na política de preservação do patrimônio cultural no Brasil, embora esteja basicamente restrito a ações federais desde a criação do IPHAN:

O tombamento é o momento por excelência do processo de preservação. É um discurso, pois diz algo sobre o bem, é instituinte, pois lhe confere história. Confere aos bens esse caráter de prova, cria um corpo de especialistas para guardá-lo e estudá-lo. Como contínuo contar e recontar dos mitos, aproxima diacronia e sincronia (RUBINO, 1992, p. 10)

Apesar de sua importância como instrumento que imputa valor, as limitações do tombamento no tocante ao cunho de proteção do patrimônio residem no fato de que tal instrumento passa a restringir a conservação a um acervo estritamente necessário, como reconhece Rodrigo M. F de Andrade:

Com efeito, nos livros do Tombo não se inscrevem, em rigor, senão as coisas consideradas de valor excepcional. Conseqüentemente, há no país uma vasta quantidade de bens culturais cuja preservação, embora de manifesta convivência pública, escapa à alçada do serviço mantido pela União para cuidar do setor. Massas consideráveis de documentos de interesse histórico existentes em arquivos dos órgãos da administração, nos cartórios judiciais, nos arquivos eclesiásticos, nos das associações civis e em recintos particulares. Remanescentes da pilhagem sistemática operada pelos negociantes do gênero, parcelas apreciáveis do espólio de obras de arte antiga e de artesanato tradicional deixado por nossos antepassados, disperso em muitos lugares. Poucados ainda à especulação imobiliária e aos empreendimentos mal concebidos das municipalidades, sítios urbanos e rurais em que predominam os traços de ancianidade, de pitoresco ou de beleza de paisagem. Disseminados em locais diversos do litoral e do interior em edificações que, conquanto não assumam a importância de monumentos nacionais, são contudo produções genuínas de arquitetura brasileira, popular ou o seu tanto eruditas, merecendo estudo e conservação (ANDRADE, R. M. F.⁶⁸, apud AZEVEDO, 1987, p. 83)

Em tal consideração, pode-se apreender implicitamente que não havia somente a dificuldade de implementar um inventário sistemático que conduziria ao tombamento, mas que os bens tombados deveriam conservar características que o crescimento urbano acelerado e suas transformações ameaçavam destruir. Quanto a isso, podemos nos respaldar na justificativa de Lúcio Costa pelo não tombamento de Sabará (MG)⁶⁹.

O trabalho pioneiro exigia um rigor na escolha dos sítios, a fim de não inviabilizar a instituição do tombamento, que era nova, frágil e ainda incompreendida; a seleção dos sítios precisava revestir-se de um caráter excepcional; era preciso escolher os "inimigos" a combater; não era possível enfrentar a proximidade das grandes cidades, nem a atividade de extração de minério; outras cidades históricas, mais distantes dessas ameaças, garantiriam a identidade nacional, sem expor o novo e frágil decreto lei do tombamento (apud MOTTA, 2000, p. 265).

A fragilidade desse instrumento pode ser percebida pela modesta cifra de tombamentos realizados pelo IPHAN se comparada à de outros países⁷⁰.

⁶⁸ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, pp. 72-73.

⁶⁹ Trecho da entrevista de Lúcio Costa concedida a Márcia Chuva, Lia Motta e Cícero Almeida, em julho de 1997.

⁷⁰ Paulo Ormindo de Azevedo esboçou com nitidez esse panorama ao comparar o número de monumentos tombados no Brasil com o da França: "[...] hoje, meio século após a criação do SPHAN, o número total de tombamentos é da ordem de mil, cifra modesta se comparada com os 12.000 monumentos atualmente 'classificados' na França, país com maior tradição cultural, mas com um território 15 vezes menor que o brasileiro" (AZEVEDO, 1987, p. 83). Na França, segundo o autor, a legislação de 1913 autorizou que à tradicional lista de bens tombados (classés) fosse acrescida a figura do "inventário suplementar", que possibilita que imóveis ou parte deles sejam preservados, obrigando seu proprietário a comunicar qualquer modificação que deseje empreender. A França, com isso, superou a visão estreita de patrimônio cultural e ampliou os imóveis supervisionados pelo Estado de 2.162, em 1900, para mais de 32.000 atualmente, incluindo os tombados e os inscritos no inventário suplementar (p. 84).

A atuação do IPHAN no período de 1930 a 1960 cria um “mapa do Brasil passado”, com lugares e tempos privilegiados, documentados por meio do conjunto de bens tombados, apontando para o “[...] passado que essa geração tinha olhos para ver e, assim, deixar como legado” (RUBINO, 1996, p. 97).

No mapa, disposto na tabela a seguir, identificam-se os seguintes tipos de bens:

Tabela 9 - Distribuição dos bens tombados entre 1930 e 1969 conforme tipologia

TIPOS DE BENS	Nº	%
Bens móveis	2	0.3
Conjuntos	26	3.8
Arquitetura urbana	128	18.6
Arquitetura rural	33	4.8
Arquitetura ligada ao Estado (casas de câmara e cadeia, sede de prefeituras, palácios de governo etc.)	34	4.9
Arquitetura religiosa	343	49.8
Arquitetura militar (fortes etc.)	31	4.5
Parques/áreas naturais	5	0.7
Ruínas/remanescentes	17	2.5
Fontes /chafarizes	24	3.5
Detalhes	8	1.2
Pontes/arcos	6	0.9
Outros	29	4.2
TOTAL	689	100

Fonte: Rubino (1992, p. 130).

Conforme dados coletados por Rubino (1992), o IPHAN inscreveu, de 1938 a 1967, 689 bens nos livros de tombo, sendo que somente no primeiro ano foram inscritos 215 bens. Nas quatro décadas seguintes, de 1968 até 2009, foram inscritos mais 352 bens, totalizando 1.041 bens culturais protegidos na esfera federal, conforme nossos levantamentos nos arquivos do IPHAN (ver Anexo I). Com base nesses dados, elaboramos um quadro evolutivo e um mapa quantitativo da participação dos estados no total dos bens tombados.

Fig. 79. Número de bens tombados por estado: (a▼) até 1967; (b►) até 2009. Elaboração da autora com base em dados do IPHAN.

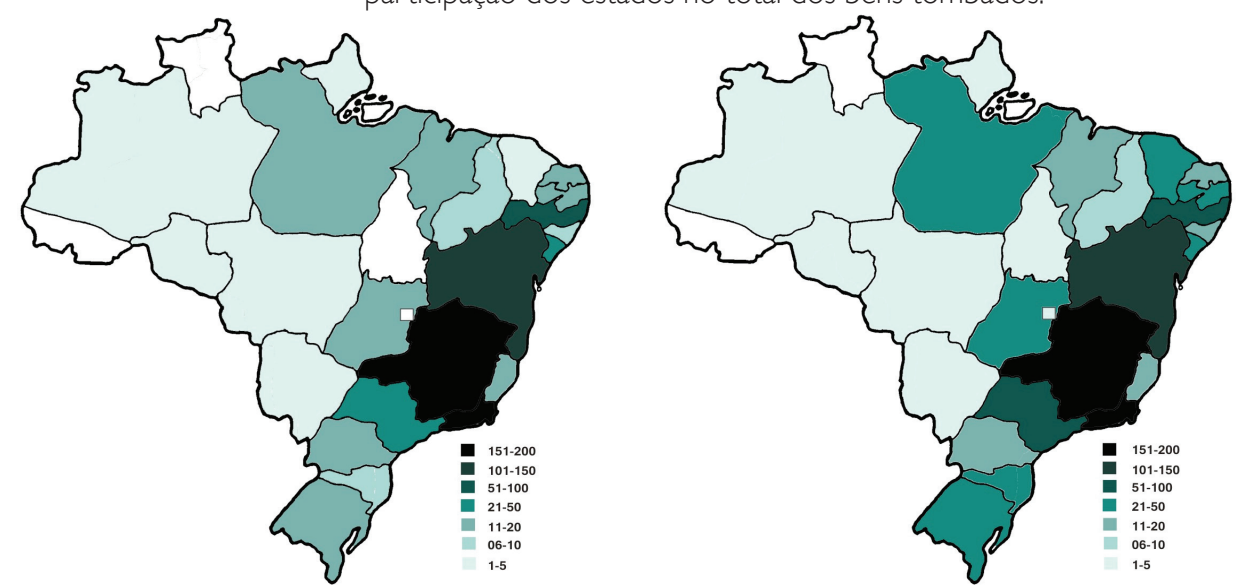


Tabela 10 - Bens tombados entre 1938 e 2009, por estados

ESTADO	1938-1967		1968-2009		Variação entre 1967 e 2009
	nº	%	nº	%	%
Alagoas	7	0,92	11	1,06	57,15
Amazonas	1	0,13	4	0,38	300,00
Amapá	1	0,13	1	0,10	0,00
Bahia	145	19,15	176	16,91	21,40
Ceará	2	0,26	21	2,02	950,00
Distrito Federal	1	0,13	4	0,38	300,00
Espírito Santo	13	1,72	14	1,34	7,69
Goiás	18	2,38	22	2,11	22,22
Maranhão	13	1,72	20	1,92	53,84
Minas Gerais	176	23,25	204	19,60	115,90
Mato Grosso do Sul	0	0,00	4	0,38	
Mato Grosso	1	0,13	5	0,48	400,00
Pará	18	2,38	25	2,40	38,88
Paraíba	19	2,51	22	2,11	15,78
Pernambuco(1)	61	8,06	82	7,88	34,42
Piauí	6	0,79	7	0,67	16,67
Paraná	11	1,45	15	1,44	36,36
Rio de Janeiro	156	20,61	225	21,61	44,23
Rio Grande do Norte	14	1,85	14	1,34	0,00
Rio Grande do Sul	18	2,38	38	3,65	111,11
Rondônia	1	0,13	2	0,19	100,00
Santa Catarina	9	1,19	22	2,11	144,44
Sergipe	24	3,17	25	2,40	4,16
São Paulo	42	5,55	77	7,40	83,33
Tocantins	0	0,00	1	0,10	
TOTAL	757	100,00	1041	100,00	37,52

(1) incluído o bem de Fernando de Noronha

Fonte: Elaboração da autora com base nos arquivos de tombamentos do IPHAN.

A tabela acima revela que, embora a participação de alguns estados tenha crescido consideravelmente, como é o caso do Amazonas, que quadriplinou seu número de bens, do Ceará, que passou de dois para 21 bens tombados, e de Mato Grosso, que teve mais oito bens incorporados ao seu patrimônio entre 1967 e 2009, continua a hegemonia dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, esse último apresentando agora 19,6% dos bens tombados no país contra 23,25% em 1967.

Rubino (1992) argumenta que, apesar de o Rio de Janeiro também ser marcado por igrejas coloniais, ele não apresenta a imagem da cidade histórica, semelhante às cidades mineiras, em função da integração de seu patrimônio ao sentido da cidade contemporânea. A autora exemplifica:

A antiga escola Politécnica permanece um estabelecimento de ensino superior; no solar que Grandjean de Montigny construiu no início do século passado funciona a PUC do Rio de Janeiro. O Jardim Botânico é um parque público e o Palácio da Guanabara é a sede do governo do Estado, e passamos de automóvel sob os arcos da Carioca. A aproximação surpreendente da quantificação do que se preservou em Minas e no Rio se deve a incorporação do patrimônio carioca e fluminense em uma vida urbana

de maior escala, onde o patrimônio se dilui em meio à vida de grande centro e o que fica não é a imagem do lugar passado, como no caso de Minas Gerais (RUBINO, 1992, p. 142).

Sobre a pequena participação de São Paulo no número de bens tombados, a autora justifica essa quase ausência da seguinte forma:

São Paulo começou tarde aos olhos da nação. O século XVI só lhe deixou um conjunto e um forte e o século XVII, algumas igrejas e casas bandeiristas. [...] Curiosamente o século XIX, do café, tem apenas cinco inscrições que o testemunham e, certamente, se não foi apagado, foi, ao menos esmaecido, juntamente com os símbolos da Primeira República. [...] A inexistência do século XX paulista apaga os rastros das massas de imigrantes que substituíram a mão-de-obra escrava nas fazendas de café. O ciclo econômico que prosperou na Primeira República é esquecido e, juntamente com ele, paradoxalmente, a intensa experiência urbano-industrial [...] (RUBINO, 1996, p. 102).

Fonseca (1997, p. 183), ao analisar a fase heroica do IPHAN, chama a atenção para o fato de os processos de decisão quanto à valoração dos bens a serem tombados serem conduzidos, na sua maioria, pelos funcionários do IPHAN e seus colaboradores, em oposição ao período seguinte, denominado pela autora como fase moderna, iniciada em 1970, quando houve um aumento da participação da sociedade civil na política de preservação federal, perceptível pelo número de solicitações de tombamento cuja iniciativa partia de assembleias legislativas e prefeituras - em interesse próprio ou como intermediárias de grupos locais -, de instituições culturais, assim como de arquitetos, artistas, historiadores e intelectuais familiarizados com a questão da preservação.

Podemos indicar essa mudança também como consequência da abertura política, da revisão da história oficial e da tomada de consciência das minorias, sejam étnicas, culturais ou mesmo de categorias profissionais, como os operários fabris, que lutam para preservar sua identidade, sendo cada vez maior a pressão da sociedade pela preservação de vestígios históricos e de categorias culturais menos convencionais que o repertório até então eleito e preservado.

Se o patrimônio cultural representa o conjunto de bens e conhecimentos de uma sociedade, sua dimensão deveria ser, portanto, diretamente proporcional à complexidade dessa sociedade. Desse modo, a valorização patrimonial deveria estar articulada aos valores e dilemas culturais da sociedade atual, na seleção e distinção dos bens dignos de registro e perpetuação.

Aqui poderíamos abrir parênteses para focalizar a preservação do patrimônio industrial, decorrente da própria ampliação do conceito de patrimônio histórico para cultural. Tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, como abordamos na primeira parte desta tese, as fábricas e a ferrovia tiveram papel fundamental ao determinar vetores de expansão

urbana, configurando bairros e setores da cidade. O reconhecimento de antigas estruturas relacionadas à industrialização como bens a serem protegidos e preservados - edifícios e maquinaria; oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação; entrepostos e armazéns; centros de produção, transmissão e utilização de energia; meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas; assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação - complementa a noção de patrimônio cultural. Tais bens se constituem como elementos indispensáveis para a manutenção das características do espaço e do lugar de memória na construção do tempo presente. É com base nessa visão sobre o patrimônio industrial como testemunho de atividades que tiveram e ainda têm profundas consequências históricas e das quais participaram inúmeros segmentos sociais que se justificam as iniciativas de sua proteção.

Muitas vezes, a percepção da importância dos objetos dentro de uma sociedade muda em função de sua representatividade simbólica para reconstruir a vida, a cultura ou mesmo a identidade de determinado grupo humano. Podemos perceber essa mudança na concepção da valorização dos testemunhos passados na própria trajetória de atuação do IPHAN: o que era considerado, a princípio, capaz de preservar a memória e evocar uma manifestação cultural, a partir dos anos de 1960, começou a ser questionado e considerado inadequado aos novos tempos, conforme salienta Lúcia Lippi Oliveira (2008, p. 125): “[...] intelectuais envolvidos na efervescência cultural consideravam o IPHAN elitista, pouco representativo da pluralidade, enfim, alienado em relação aos problemas fundamentais do desenvolvimento”.

Ao lado dessas críticas, encontra-se também a problemática relacionada ao caráter centralizador do órgão, o que, na década de 1970, levou à adoção de uma política de descentralização. A justificativa de Lúcio Costa para a descentralização era, de um lado, a longa formação requerida para os técnicos do patrimônio e, por outro lado, que o modelo de ações prioritárias do IPHAN, estas implementadas desde o início de suas atividades, implicava uma complexidade de tarefas, que abrangiam desde o inventário histórico-artístico do que existia na região, o estudo da documentação recolhida e o tombamento daquilo que devia ser preservado à eleição do que merecia restauro prioritário e a apropriação de verbas destinadas ao restauro, além da escolha de técnicos, o estudo preliminar com base nas investigações históricas e in loco, o registro das fases da obra e, finalmente, a manutenção e o destino do bem recuperado, que também demandavam um longo tempo⁷¹.

Essa nova política do IPHAN levou à concepção de programas que buscavam legitimar e reorganizar a esfera patrimonial, como a criação do Programa de Cidades Históricas (PCH) em 1973, que viabilizou a preservação do patrimônio de cidades nordestinas ligado aos ciclos da cana-de-açúcar, cabendo ao IPHAN aprovar a restauração

⁷¹ Essas considerações estão contidas no discurso de Lúcio Costa, em 1970, quando do encontro de representantes dos estados e municípios, que gerou o Compromisso de Brasília, em que se defende a política de descentralização das atividades de proteção do patrimônio, em razão, primeiramente, da crescente demanda de ações patrimoniais gerada pelo quadro urbano nacional e, em segundo lugar, da carência de recursos do IPHAN, o que impossibilitava uma atuação mais intensiva em todas as regiões do país. A criação de serviços de patrimônio estaduais e municipais adquiriu então sua primeira feição normativa no Compromisso de Brasília, ratificado um ano depois em reunião em Salvador, gerando o Compromisso de Salvador.

e acompanhar os trabalhos técnicos. O PCH inseriu a preservação de bens culturais pela primeira vez dentro de planos de desenvolvimento econômico, ao “[...] transformar antigos presídios, em Recife, Natal e Fortaleza, em casas de cultura, o que fortaleceu o artesanato e o turismo” (OLIVEIRA, L. L., 2008, p. 125).

A criação dos Centros Nacionais de Referência Cultural (CNRC) em 1975 também é citada por Lúcia Lippi Oliveira (2008) como fundamental para a mudança da esfera patrimonial. Esses centros eram responsáveis por mapear, documentar e entender a diversidade cultural do Brasil, referenciando a dinâmica cultural das comunidades em bancos de dados virtuais. Nos quatro primeiros anos de atuação do órgão, foram desenvolvidos projetos em quatro áreas: artesanato, levantamentos socioculturais, história da tecnologia e da ciência no Brasil e levantamentos de documentação sobre o Brasil.

Esses projetos evidenciavam claramente as diferenças entre Rodrigo M. F. de Andrade e Aloísio Magalhães, este à frente na busca da identidade brasileira.

Segundo Gonçalves (2002), Rodrigo M. F. de Andrade valorizava a tradição histórica e artística conferida por objetos e monumentos que apontassem o vínculo entre os brasileiros do presente e os do passado, exercendo, assim, uma política quase que civilizatória:

Essa modalidade de narrativa do patrimônio vai, precisamente, tentar reconstruir esse fio partido da tradição. Esse fio é feito de monumentos, por meio dos quais se pode estabelecer uma relação com o passado. Objetos de arte e arquitetura (igrejas, fortes, palácios, casas de câmara e cadeia, conjuntos arquitetônicos e urbanísticos), o chamado patrimônio de “pedra e cal”, substituto do bronze, material próprio das narrativas épicas, são itens fortemente valorizados (GONÇALVES, 2002, p. 118).

Já Aloísio Magalhães valorizava o cotidiano, levando em consideração as várias tradições e seus correspondentes materiais (monumentos, objetos, espaços), como também seu patrimônio imaterial e intangível: práticas e atividades.

Esse cotidiano, que já aparecia no discurso do anteprojeto de Mário de Andrade, foi fortemente tematizado no espaço público por Aloísio Magalhães, como afirma Gonçalves (2002, p. 119):

Em seu discurso, desloca-se a valorização quase exclusiva dos chamados “bens patrimoniais”, associados ao passado da nação, para o que ele chamava de “bens culturais”, integrantes da vida presente dos diversos segmentos da população. Além disso, como consequência da valorização do presente, esses bens culturais serão pensados como instrumentos de construção de um futuro, na construção do “desenvolvimento”.

Essa abordagem abre espaço para a incorporação de estruturas arquitetônicas, objetos e atividades em uma rede atual e viva de relações entre grupos sociais, na qual se insere o patrimônio industrial.

Fonseca (1997) classifica o período dos anos de 1970 e 1980 para o IPHAN como “momento renovador”, ressaltando as diversas formas de atuação na produção do acervo patrimonial, que ampliam o conceito de patrimônio e introduzem uma noção mais abrangente de memória social:

Mas o fato mais característico desse período é a diversificação dos bens de arquitetura civil, e o tombamento de bens inusitados, como a Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva, proposto pelo programa de Tecnologias Patrimoniais da Área de Referência da Dinâmica Cultural da Fundação Nacional pró-Memória, cuja finalidade não era propriamente a proteção do imóvel e do equipamento, mas desses enquanto suporte de um “fazer intimamente relacionado com as características regionais do processo cultural brasileiro”(FONSECA, 1997, p. 208; aspas no original).

Podemos considerar essa mudança como parte de um processo em que o quadro das pesquisas históricas renovou-se e ampliou-se ao abrir o campo da História para o estudo de atividades humanas até então pouco investigadas, objetivando construir o passado, problematizando-o e recompondo-o na forma de complexos fragmentos que não reconstituem nem a totalidade e nem a complexidade do momento vivido.

Essa diferenciação na abordagem patrimonial é evidenciada também na confrontação entre o texto do artigo 1º do Decreto-Lei nº 25/1937, que determinava ser o patrimônio histórico e artístico nacional “[...] o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, Decreto-Lei nº 25/1937), e o texto constitucional de 1988, que amplia o conceito de patrimônio para o âmbito cultural:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da

⁷² Como verificamos, nos últimos anos, o reconhecimento, a defesa e a gestão do patrimônio expandiram-se rapidamente para além do contexto de mobilização estatal em direção a reivindicações locais, incluindo particulares, organizações, fundações e empresas na defesa do patrimônio cultural, além de firmas de consultoria nacionais e internacionais. Como exemplo desse tipo de parceria, podemos citar o projeto de reabilitação da área e do prédio do antigo incinerador no bairro de Pinheiros, em São Paulo, onde até 1989 eram processados resíduos domiciliares e hospitalares, sendo transformados na Praça Victor Civita. Essa iniciativa foi realizada por meio de parceria público-privada entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Editora Abril, que destinou à praça o nome do fundador da empresa, Victor Civita. Nesse processo de reabilitação, houve a participação de diversos atores, como a empresa alemã GTZ (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit), que, em parceria com a CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), auxiliou nos estudos que levaram à formulação do Termo de Referência para a recuperação de áreas degradadas, o qual guia todo o processo de descontaminação do solo. A GTZ também é responsável pelo registro fotográfico e em vídeo da reabilitação da área, que resultará em uma exposição permanente instalada no interior da construção, o Museu da Reabilitação.

► Fig. 80. Praça Victor Civita, antigo incinerador de lixo hospitalar. Fonte: Portal Vitruvius.



Quanto à atuação pragmática do IPHAN, Cavalcanti (1995) indica como este exerce o controle sobre a produção arquitetônica no exercício da seleção da produção pretérita a ser eternizada, assim como da futura, que figurará, segundo ele, “[...] ao lado desse pantheon contrutivo [...]” (p. 46), respaldada pelo conceito de identidade nacional:

lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (BRASIL. Constituição Federal de 1988).

Essas mudanças verificadas na trajetória do IPHAN no tocante à preservação do patrimônio cultural brasileiro abrem espaço para que novas formas de diálogos entre os atores urbanos envolvidos se estabeleçam e que outras heranças possam ser incluídas em uma política pública patrimonial, por meio de subsídios, de parcerias público-privadas, de divulgação e de ajuda técnica especializada⁷².

Assim, o IPHAN não representa o único caminho para preservar os bens culturais brasileiros. Sua ação é complementada pela atuação dos estados e municípios, que trabalham nas esferas regionais, além das iniciativas particulares, espontâneas ou não.

O Serviço de Patrimônio atua numa escala urbana e com a noção de ambiência, ampla em escala e idéia o bastante para lhe conferir o papel de planejador urbano ao lado dos órgãos da prefeitura. Ao operar mesclando padrões estéticos com conceitos de nacionalidade e

identidade, logra atingir uma inquestionabilidade e um tom ético-emocional que confere certo ar perene e absoluto a regras visuais e noções de memória que, na realidade, foram histórica e socialmente construídos (CAVALCANTI, 1995, p. 46).

Esse esforço de controle na ação de preservação do patrimônio cultural, antes de ser uma atitude meramente técnica, acadêmica e científica, não deve ignorar que o maior patrimônio são as pessoas que (re)produzem e (re)semantizam as suas heranças e recepções culturais de forma dinâmica e contínua.

9. O LUGAR DA INDÚSTRIA NO PATRIMÔNIO CULTURAL

Faz parte do funcionamento da memória e da cultura poder reatualizar qualquer dos objetos que nela figuraram uma vez; a repetição é sempre possível, a repetição com aplicação, transformação.

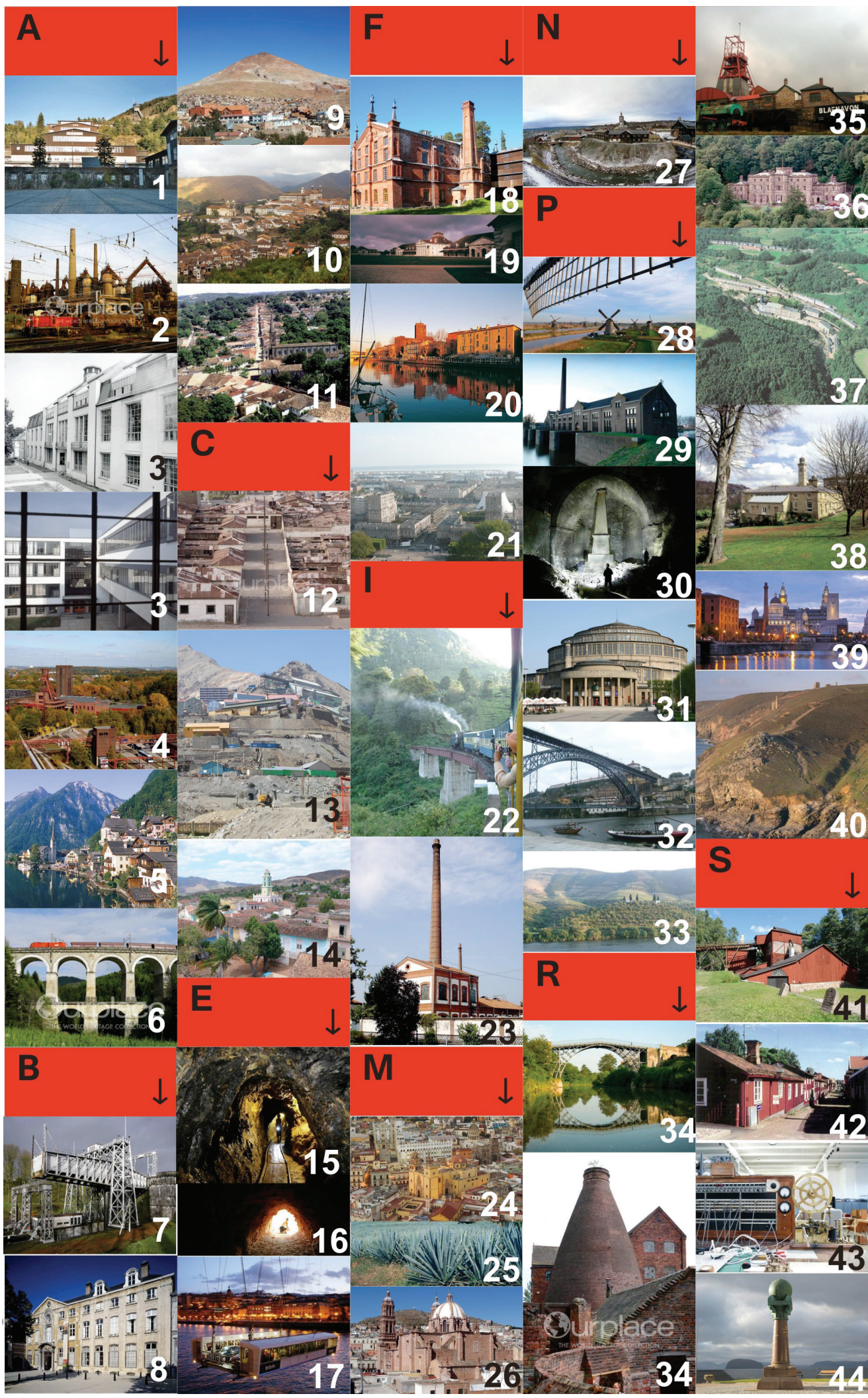
Michel Foucault

Nos últimos cinquenta anos, o reconhecimento, a defesa e a gestão do patrimônio industrial expandiram-se rapidamente do contexto de mobilização local para incluir organizações e fundações de defesa do patrimônio cultural, além de firmas de consultoria nacionais e internacionais.

A nomeação de áreas industriais como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO - entre outras, a Siderurgia de Völklingen e o Complexo da Mina de Carvão Zollverein, ambos na Alemanha; a Vila Mineira de Sewell, no Chile; a Siderúrgica Engelsberg, na Suécia; a paisagem industrial da Siderúrgica de Blaenavon, na Grã Bretanha; New Lanark, na Escócia; Saltaire, na Inglaterra e a cidade de Ouro Preto, no Brasil - reflete o reconhecimento do significado simbólico e social que assinala esses monumentos industriais como patrimônio cultural.

Nas justificativas de inclusão desses monumentos da sociedade industrial, é consenso a citação de reconhecida excepcionalidade, tanto do desenvolvimento técnico associado ao bem, quanto da atividade desenvolvida em um período significativo da história humana, sem esquecer a excepcionalidade arquitetônica. Dos 890 bens de 148 Estados inscritos na lista do patrimônio mundial (689 bens culturais, 176 bens naturais e 25 bens mistos), a Associação Portuguesa para o Patrimônio Industrial (APPI) identifica 44 bens que podem ser considerados patrimônio industrial, listados no Quadro I e visualizados na Figura 81.

Fig. 81. (página 130) Os 44 bens listados pela UNESCO, considerados Patrimônio Industrial pela APPI. Fonte: Elaboração da autora com imagens da UNESCO-Ourplace.



Quadro I - Patrimônio Industrial protegido pela UNESCO

	PAÍS	DATA	BEM PROTEGIDO
1	ALEMANHA	1992	Minas de Rammelsberg e Cidade Histórica de Goslar
2		1994	Complexo Siderúrgico de Völklingen
3		1996	Bauhaus e seus sítios em Weimar e Dessau
4		2001	Complexo Industrial da Mina de Carvão de Zollverein em Essen
5	ÁUSTRIA	1997	Paisagem Cultural de Hallstatt-Dachstein, Salzkammergut
6		1998	Linha do Caminho de Ferro de Semmering
7	BÉLGICA	1998	Quatro Ascensores do Canal du Centre e respectivo Sítio, La Louvière e Le Roeulx (Hainault)
8		2005	Complexo Museológico, Oficinas e Casa de Plantin-Moretus
9	BOLÍVIA	1987	Cidade Mineira de Potosí
10	BRASIL	1980	Cidade Histórica de Ouro Preto
11		2001	Centro Histórico da Cidade de Goiás
12	CHILE	2005	Fábricas de Nitrato do Chile de Humberstone e Santa Laura
13		2006	Cidade mineira de Sewell
14	CUBA	1988	Trinidad e Vale dos Engenhos
15	ESLOVÁQUIA	1993	Cidade Histórica de Banská Štiavnica e os Monumentos Técnicos da sua Vizinhança
16	ESPANHA	1997	Las Medulas
17		2006	Ponte suspensa de Vizcaya
18	FINLÂNDIA	1996	Fábrica de Madeira e de Cartão de Verla
19	FRANÇA	1982	Salinas Reais de Arc-et-Senans
20		1996	Canal do Midi
21		2005	Le Havre, a cidade reconstruída por Auguste Perret
22	ÍNDIA	1999	Caminho-de-Ferro Himalaio de Darjeeling
23	ITÁLIA	1995	Complexo têxtil e operário de Crespi d'Adda (Bergamo)
24	MÉXICO	1988	Cidade Histórica de Guanajuato e Minas Adjacentes
25		1993	Centro Histórico de Zacatecas
26		2006	Paisagem de Agave e Antigas Instalações Industriais de Tequila
27	NORUEGA	1980	Cidade Mineira de Røros
28	PAÍSES BAIXOS	1997	Rede de Moinhos de Kinderdijk-Elshout
29		1998	Ir. D. F. Woudagemaal (Estação Elevatória a Vapor D. F. Wouda)
30	POLÔNIA	1978	Minas de Sal de Wieliczka
31		2006	Salão do Centenário em Wroclaw
32	PORTUGAL	1996	Centro Histórico do Porto
33		2001	Região Vitivinícola do Alto Douro
34	REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE	1986	Garganta de Ironbridge
35		2000	Paisagem Industrial de Blaenavon
36		2001	Fábricas Têxteis do Vale de Derwent
37		2001	New Lanark
38		2001	Saltaire
39		2004	Cidade Mercantil Marítima de Liverpool
40	SUÉCIA	2006	Paisagem Mineira da Cornualha e de Devon Ocidental
41		1993	Fábrica Metalúrgica de Engelsberg
42		2001	Área Mineira da Grande Montanha de Cobre de Falun
43		2004	Estação de Rádio de Varberg
44		2005	Arco Geodésico de Struve

Fonte: APPI. Disponível em: <<http://www.museudaindustriatextil.org/appi/patrimonio-humanidade.php>>. Acesso em 20 fev. 2010.

O patrimônio industrial, por abranger um domínio muito amplo, mobiliza grupos de diferentes campos acadêmicos, como a história, a arquitetura e o urbanismo, a geografia, a antropologia, citando somente alguns, contudo com perspectivas sobrepostas sobre a maneira de refletir sobre o tema. O movimento em prol do reconhecimento, estudo e preservação do patrimônio industrial levou ao desenvolvimento de um campo particular, a arqueologia industrial, e culminou na criação de programas de graduação e especialização na Europa e Estados Unidos voltados ao ensino e pesquisa nesse campo.

Em 1978, foi criada em Estocolmo, Suécia, uma organização internacional, The International Committee for Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), com a finalidade de abordar a história da técnica, a sociedade e a arquitetura industrial como um novo campo do patrimônio cultural. O TICCIH teve origem no First International Congress on the Conservation of Industrial Monuments (FICCIM), acontecido em Ironbridge, Reino Unido, em 1971 (TRINDER, 2000). As quase quatro décadas de discussões sobre o tema, várias reuniões científicas, nacionais e internacionais, e vastas experiências práticas acumuladas resultaram na elaboração de uma Carta para o Patrimônio Industrial – Carta de Nizhny Tagil, em 2003⁷³.

A Carta de Nizhny Tagil define patrimônio industrial como os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico⁷⁴. Ainda segundo a Carta, esses vestígios referem-se não somente aos espaços que dão suporte à produção, armazenagem e infraestrutura industrial, mas também aos espaços das atividades sociais relacionadas com a indústria, como as habitações operárias, os locais de culto ou de educação.

Apesar dessas iniciativas pelo patrimônio industrial e sua preservação, permanecem ainda questões fundamentais sobre como articular eficazmente ações práticas com as dimensões teóricas. Como compatibilizar, por exemplo, interesses como reuso adaptável, reparação ambiental, revitalização de comunidades com temas que exploram o trajeto da inovação tecnológica, os sentidos amplos de cultura material e as transformações sociais intrínsecas à industrialização. Os desafios profissionais enfrentados para analisar e preservar um passado industrial no século XXI apresentam-se cada vez mais complexos em razão das transformações globais, nas quais as antigas “oficinas do mundo” vivenciam histórias de desindustrialização e, com isso, períodos longos do abandono e negligência.

Isso conflui em direção às recentes formulações feitas por Cossons (2007), que evidencia que o conhecimento e a experiência da indústria estão desaparecendo muito rápido, e já não podemos supor que o significado da industrialização permanecerá na consciência pública.

Parece que estamos diante de um embate sobre o que preservar e como, e, para o tratamento do assunto, precisamos entender um

⁷³ A Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial foi redigida durante o XII Congresso Internacional do TICCIH, em 2003, na Rússia, e apresentada à XV Assembléia Geral do ICOMOS, realizada na China, em 2005, a qual, reconhecendo a importância do patrimônio industrial, propôs uma reflexão específica sobre o tema para a XVI Assembléia Geral do ICOMOS, que foi realizada no Canadá, em 2008.

⁷⁴ Carta de Nizhny Tagil, tradução para o português de José Lopes Cordeiro. Disponível em <<http://www.patrimoniointustrial.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

pouco mais sobre os objetos de estudo do patrimônio industrial. Nesse sentido, parece-nos oportuna a definição dos componentes do patrimônio industrial elaborada por Meneses (1988). Para o autor, o patrimônio industrial como coisas físicas integra a cultura material socialmente apropriada pelo homem, dando a tais coisas forma e/ou função e sentido. Na cultura material, os artefatos constituem os produtos e vetores de relações sociais e trazem embutidos em sua materialidade os atributos e propriedades decorrentes da forma como os homens organizam-se em sociedade. Nessa perspectiva, os artefatos que constituem o patrimônio industrial englobam as edificações, as estruturas e os bens móveis (equipamentos e objetos diversos). Além dos artefatos, denominados por Meneses (1988) como monumentos, fazem parte do campo do patrimônio industrial os conhecimentos e as técnicas, assim como os sítios industriais. Esses últimos constituem os espaços resultantes do fenômeno industrial, socialmente produzido como um conjunto de objetos solidariamente inter-relacionados e espacialmente dependentes (MENESES, 1988, p. 68).

Considerando essas concepções, podemos esboçar uma delimitação do campo do patrimônio industrial na esfera da cultura imaterial, presente nos saberes técnicos e nas relações sociais, e na esfera da cultura material, presente nos monumentos e na sua organização espacial como um sistema.

Segundo Kühl (2008), as expressões “patrimônio industrial” e “arqueologia industrial” têm sido usualmente empregadas como sinônimos, apesar de a arqueologia industrial voltar-se ao estudo, análise e registro de todo o legado da industrialização (testemunhos materiais existentes ou já desaparecidos) e à sua preservação, quando reconhecido o interesse como bem cultural, e de o patrimônio industrial tratar de um bem já identificado como possuidor de elementos que interessam à preservação, por meio de estudos multidisciplinares conduzidos pela arqueologia industrial.

Assim, a autora define Arqueologia Industrial como área de interesse das humanidades em geral,

[...] estando ligada à antropologia, à sociologia, à geografia, à história – social, do trabalho, econômica, das ciências, da técnica, da engenharia, da arte, da arquitetura, das cidades etc. Pode ser entendida como o esforço multidisciplinar – de inventários, de registro, de entrevistas, de pesquisas histórico-documentais, iconográficas, de levantamento métrico e análise de artefatos, de edifícios e de conjuntos arquitetônicos (de sua formação no decorrer do tempo, de seus materiais, de suas estruturas, de suas atuais patologias, de sua inserção na cidade ou território), que, sendo reconhecidos como bens materiais, devem dar origem a ações de preservação e projetos de restauração – para estudar as manifestações físicas, sociais e culturais de formas de industrialização do passado, com o intuito de registrá-las, revelá-las e preservá-las (KÜHL, 2008, p. 47).

Os bens de interesse cultural e arquitetônico, portadores

de expressões culturais e sociais, representam também, atualmente, um importante papel dentro da dinâmica urbana. Esses bens podem fornecer uma variedade de benefícios públicos, incluindo educação, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento econômico, recuperação de áreas deprimidas e repovoamento de áreas centrais, melhorando a competitividade entre as cidades, o desenvolvimento cultural e provendo instalações para atividades comunitárias.

A preservação de bens de interesse cultural e arquitetônico sustenta vários projetos de revalorização de áreas deprimidas com o objetivo de promover melhorias na qualidade de vida da população envolvida, reintegrar espaços estigmatizados e fortalecer comunidades locais.

As fábricas e complexos industriais, em função da sua especificidade, têm seu próprio valor intrínseco, e os projetos estratégicos de requalificação urbana e territorial têm o dever de preservar seu significado urbano e seu papel memorial.

Kühl (2010, p. 28) elenca as razões que motivam a preservação de um bem cultural em: razões de cunho cultural, que envolvem os aspectos estéticos, históricos, memoriais e simbólicos dos bens; de cunho científico, pois os bens são portadores de conhecimentos nos vários campos do saber, tanto das humanidades, quanto das ciências naturais; de cunho ético, pois, considerando os bens como testemunhos relevantes de gerações passadas, não temos o direito de apagá-los e privar o presente e o futuro da possibilidade de conhecimento daquilo de que os bens são portadores. Com base nessas razões para a preservação, Kühl (2010) alerta que, apesar de as questões de ordem prática (de uso, econômicas etc.) estarem sempre presentes, deixam de ser únicas e prevalentes e passam a ter caráter indicativo, concomitante, mas não determinante. Essas questões deveriam ser empregadas como meios de preservar, mas não como a finalidade, em si, da ação.

O valor do patrimônio arquitetônico resultante do processo de industrialização tem seu reconhecimento no Brasil ainda de forma bastante incipiente. Poucos são os exemplares de instalações industriais tombadas na esfera federal, como podemos notar no quadro abaixo:

Quadro 2 - Patrimônio Industrial protegido pelo IPHAN

	ESTADO	ANO	BEM CULTURAL MATERIAL TOMBADO
1	Amazonas	1985	Reservatório de Mocó
2		1987	Mercado Municipal
3		1987	Porto de Manaus: conjunto arquitetônico
4	Bahia	1942	Engenho Lagoa: sobrado e capela
5		1943	Engenho Embiara: sobrado
6		1943	Engenho Matoim: sobrado e fábrica de açúcar
7		1943	Engenho Vitória: sobrado, capela, crucifixo, senzala e banheiro
8		1944	Eng.Freguesia: sobrado, fábrica de açúcar e Capela de N.S.da Piedade
9		1944	Engenho São Miguel e Almas: casa e capela
10	Maranhão	1981	Sítio do Físico: ruínas
11		1987	Fábrica Santa Amélia: prédio
12		1998	Engenho Central São Pedro: casa
13	Minas Gerais	1938	Fábrica de Ferro Patriótica: ruínas
14		1989	Complexo ferroviário de São João del Rei
15		2003	Cataguases: conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico
16	Pará	1977	Ver-o-Peso: conjunto arquitetônico e paisagístico
17	Paraíba	1984	Fábrica de Vinho Tito Silva
18	Pernambuco	1962	Engenho Poço Comprido: casa grande e capela
19	Paraná	1985	Engenho do Mate
20	Rio de Janeiro	1938	Jardim Botânico
21		1954	Trecho ferroviário Mauá-Fragoso
22		1967	Palácio de Cristal e Praça da Confluência
23		1985	Avenida Modelo: conjunto de habitação coletiva
24		1998	Base aérea de Santa Cruz: hangar de zepelins
25		2008	Estação Dom Pedro II, também denominada Central do Brasil
26	Rio G. do Norte	1964	Engenho do Cunhau: ruínas da capela
27	Rondônia	2008	Pátio Ferrov. da E. de F. Madeira Mamoré, Bens Móveis e Integrados
28	Rio Gde do Sul	1983	Cais do Porto: pórtico central e armazéns
29	Santa Catarina	1998	Ponte Hercílio Luz
30	São Paulo	1963	Engenho dos Erasmos: ruínas
31		1964	Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema: remanescentes
32		1985	Casarão do Chá
33		1996	Estação da Luz
34		2004	Conjunto de edificações da Companhia Paulista de Estrada de Ferro.
35		2004	Estação Ferroviária de Mayrink.
36		2008	Vila Ferroviária de Paranapiacaba

Fonte: Elaboração da autora baseada em pesquisa nos arquivos do IPHAN.

A Fábrica de Ferro Patriótica de São Julião, em Ouro Preto – MG, fundada pelo Barão de Eschwege em 1812, foi a primeira fábrica tombada em nível federal no Brasil, sendo inscrita no livro do Tombo Histórico sob o nº 72 em 30 de junho de 1938 (nº do processo: 0031-T-38). Após 26 anos dessa iniciativa, o IPHAN faz o tombamento do conjunto formado pelos remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em Iperó - SP.

Outro fato singular em prol do patrimônio industrial é o tombamento pelo IPHAN da Fábrica de Vinho Tito, em João Pessoa - PB. A fábrica, fundada em 1892 por Tito Henrique da Silva, passou por processo de modernização na década de 1930, funcionando normalmente até o início da década de 1980, quando seu patrimônio foi leilado para pagar dívidas junto ao Governo. Seu tombamento representou uma inovação na preservação do patrimônio industrial, pois não só o monumento, a maquinaria e o equipamento foram preservados, mas, sobretudo, a técnica industrial de manufatura de vinho cuja base é o caju. A arquitetura industrial é modesta, constituída por três blocos independentes, interligados por pátios internos. A empresa possui, entre outros objetos raros, vinte tonéis de madeira de lei de 1892, prensas manuais e uma máquina de rotular alemã de 1930.

Os tombamentos isolados de patrimônio industrial pelo IPHAN, como o Engenho de São Jorge dos Erasmos, em 1963, e a Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em 1964, na década em que patrimônio industrial começara a ganhar maior atenção na Europa, são avaliados por Rodrigues (2010, p. 35) como “fatos auspiciosos”, embora não tenham inaugurado uma política sistemática de tombamentos de bens industriais em São Paulo. A autora salienta ainda que, somente quarenta anos após esses tombamentos, outros importantes exemplares de patrimônio industrial seriam tombados: as estações ferroviárias, como o Conjunto de Edificações da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, em Jundiá - SP, e a Estação de Mairinque - SP.

Importante ação com relação ao patrimônio ferroviário foi a promulgação da Lei Federal nº 11.483, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário e designa ao IPHAN a tarefa do inventário de bens ferroviários pertencentes à extinta Rede Ferroviária Federal - RFFSA⁷⁵.

Rodrigues faz um balanço significativo do patrimônio industrial tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT nas três últimas décadas:

A proteção do Condephaat ao patrimônio industrial iniciou-se em 1974, quando foram tombadas ex-officio as ruínas do Engenho dos Erasmos, e decididos os tombamentos das ruínas do Engenho do Rio Quilombo e da Estação de Bananal. Na mesma década foi tombado o conjunto do Horto e Museu Edmundo Navarro (1977), importante peça de sustentação da estrutura de produção de transporte da Companhia Paulista,

⁷⁵ De acordo com a Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, em seu Art. 9º: “Caberá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção.

§ 1º Caso o bem seja classificado como operacional, o IPHAN deverá garantir seu compartilhamento para uso ferroviário.

§ 2º A preservação e a difusão da Memória Ferroviária constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário serão promovidas mediante:

I - construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos;

II - conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços oriundos da extinta RFFSA.

§ 3º As atividades previstas no § 2º deste artigo serão financiadas, dentre outras formas, por meio de recursos captados e canalizados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991” (BRASIL, Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 mai. 2007. Seção I-Edição Extra, pp. 7-8).

uma vez que lá, além do plantio, realizavam-se pesquisas para escolha e adequação de espécies fornecedoras de madeira utilizadas nos dormentes.

No decorrer da década de 1980, outras estações ferroviárias, cerca de dez, foram tombadas. No mesmo período receberam a proteção do poder público estadual, os bens imóveis e móveis da Estrada de Ferro Perus-Pirapora; uma rotunda em Cruzeiro; a Vila de Paranapiacaba, em Santo André; a Ponte Pênsil, em Xavantes; a Ponte Metálica, em São José do Rio Pardo; e as ruínas do Engenho Lagoinha, em Ubatuba.

Na década de 1980 tiveram início os tombamentos de edifícios relacionados à produção propriamente industrial. Os exemplares pioneiros foram a Usina de Corumbataí, em Rio Claro, e o Casarão do Chá, situado em Mogi das Cruzes, no ano de 1982. Seguiram-se os tombamentos dos edifícios da Fábrica de Tecido São Luís, em Itu; da Destilaria Central, em Lençóis Paulista; do KKKK, em Registro. E um conjunto de moradias operárias, a Vila Maria Zélia, da já inexistente fábrica de Jorge Street, no Belenzinho.

Nos anos 1990, foram tombados os edifícios da Manufatura de Tapetes Santa Helena, em Jacareí; das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, em Marília; e elementos da estrutura da antiga Fábrica Olivetti, em Guarulhos, hoje um shopping center cujo edifício nada revela ao cidadão comum sobre a antiga função [...].

Na presente década, o número de tombamentos incluídos na categoria de patrimônio industrial ampliou-se, com a inclusão de unidades fabris. No interior do estado, em 2007, a Fábrica Santa Adélia e as Indústrias Têxteis São Martinho, em Tatuí; e, em Ribeirão Preto, a Cervejaria Paulista; no ano seguinte, a Swift Armour, em São José do Rio Preto. E, desde 2008, a Fábrica Gessy Lever, em Valinhos, está aguardando homologação, do mesmo modo que o Moinho Matarazzo, situado em São Paulo. Em 2009, tombaram-se a Casa das Retortas, os Balões da Companhia de Gás e o antigo Moinho Gamba.

Há ainda alguns bens industriais, com processos já informados pelos técnicos, que aguardam a decisão do Conselho, como é o caso da antiga Fábrica de Seda Ítalo-Brasileira, na Rua Joli, no Brás; da unidade da Brasital e a Vila dos Funcionários, em São Roque; dos Galpões da Fábrica Labor, na Mooca; da Estação Ferroviária de Araraquara; da Estação Ferroviária e os Armazéns de Piratininga; e do Complexo Ferroviário de Bauru, cuja importância é inestimável, pois inclui estações e vila de funcionários das Companhias Noroeste, Sorocabana e Paulista, e oficinas da Noroeste.

Outros aguardam o desenvolvimento ou a conclusão de estudos, como usinas de força e de açúcar; fornos de cal; fábricas, estações e oficinas ferroviárias, para material rodante e demais categorias de bens móveis de ferrovias. (2010, pp. 36-37)

É possível apreender desse balanço a variedade de tipologias que representam as manifestações arquitetônicas e tecnológicas das atividades produtivas (tecelagens, indústrias agroalimentares, químicas, mecânicas, eletrônicas) e a diversidade de locais focalizados nos tombamentos (capital, interior, litoral), todos alinhavados pela ferrovia no desenho de uma paisagem urbano-industrial, com qualidade estética única, estabelecida pelo diálogo entre os imponentes edifícios industriais

com o entorno, com as vilas operárias, com o desenho da cidade e suas aglomerações preexistentes.

O campo de estudo sobre o patrimônio industrial alarga-se com os debates sobre o tema em reuniões científicas. Pioneiro na área de patrimônio industrial foi o I Seminário Nacional de História e Energia, realizado em São Paulo, em outubro de 1986. O seminário apresentava uma sessão temática dedicada ao Patrimônio, Preservação e História da Energia, que fomentou a discussão sobre Patrimônio e Arqueologia Industrial. Essa sessão contou com conferencistas internacionais, como a francesa Fabienne Cardot, que abordou a Preservação da Memória industrial; o português José Manuel Lopes Cordeiro, com o tema Salvaguarda do Patrimônio Industrial; o belga Eddy Stols, que proferiu palestra sobre a História e Arqueologia Industrial da Energia Elétrica; o historiador norte-americano Warren Dean, entre outros. Pesquisadores de relevância nacional, como Ulpiano Bezerra de Meneses, Ruy Gama, Paul Singer e Carlos Lemos, também contribuíram para o debate.

Somente 13 anos após a realização desse primeiro seminário, a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo retoma as discussões sobre o patrimônio industrial ao promover o II Seminário Nacional de História e Energia.

O debate sobre o papel memorial do legado da industrialização foi tema das reuniões dos membros do Grupo de Estudos de História da Técnica – GEHT⁷⁶ em Campinas - SP, em meados de 1997. Com base nas discussões sobre a conservação dos bens culturais ligados aos ofícios, às profissões e às indústrias, designados pelo grupo como “construções e instalações utilitárias”, foi redigida, em 29 de janeiro de 1999, uma declaração em defesa das construções e instalações utilitárias, nomeada Declaração de Campinas⁷⁷. Essa Declaração pode ser considerada uma iniciativa pioneira no Brasil no trato da conservação e tutela de bens vinculados ao processo de industrialização.

A Declaração de Campinas critica os critérios de preferência dos conselhos de tombamento ao afirmar que

O tombamento de bens culturais edificados obedece freqüentemente a critérios estéticos, resultando na conservação de edificações oficiais e particulares, fartamente decoradas e demonstradoras da riqueza de seus construtores. Em contrapartida as construções utilitárias, que aliam a simplicidade e a funcionalidade ao despojamento decorativo, são por isso freqüentemente negligenciadas (GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA TÉCNICA, 1998).

Na mesma Declaração, no capítulo das Recomendações, o Grupo de Estudos de História da Técnica declara a necessidade da mudança na sistemática de avaliação por parte dos órgãos oficiais na seleção de bens culturais a serem tutelados e preservados a fim de garantir a valorização dos bens culturais específicos do processo de industrialização:

⁷⁶ O Grupo de Estudos de História da Técnica (GEHT), de caráter acadêmico e profissional, foi formado em 7 de agosto de 1996 junto ao Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (CMU/UNICAMP), no Estado de São Paulo, com a finalidade de congregar os profissionais dedicados à História da Técnica e da Tecnologia. O GEHT está integrado oficialmente na estrutura do Centro de Memória da UNICAMP, sendo seu coordenador membro efetivo da Coordenadoria de Pesquisas desse Centro.

⁷⁷ Foram signatários da Declaração, entre outros 43 profissionais: Celso Lago Paiva, relator (Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba – IHGP), Ema Elisabete Rodrigues (Centro de Memória UNICAMP), Antonio Henrique Felice Anunziata (Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF), Antonio da Costa Santos (FAU-PUCCAMP, prefeito de Campinas de janeiro a setembro de 2001), José Manuel Lopes Cordeiro, (Universidade do Minho, representante de Portugal no TICCIH), Olga Rodrigues de Moraes von Simson (coordenadora do Centro de Memória UNICAMP – CMU), Simonne Teixeira (UENF, RJ), Thomas F. Glick (Boston University), Lucio Gomes Machado (Conselheiro do ICOMOS, FAU-USP), Jonas Soares de Souza (Museu Paulista-USP) e Cristina Meneguello (IFCH-UNICAMP).

⁷⁸ Primeira carta produzida pelos integrantes do Comitê, até então provisório, para a Preservação do Patrimônio Industrial no Brasil, em São Paulo, no dia 15 de março de 2003. Disponível no sítio do TICCIB-Brasil. Acesso em: 4 set. 2009.

⁷⁹ A primeira linha de pesquisa, Arqueologia Industrial, enfoca os estudos de casos, buscando fundamentar um campo teórico e de pesquisa. No Encontro, constituindo uma seção, foram apresentados estudos sistemáticos de estações ferroviárias, gasômetros, sistemas de abastecimento de água, entre outros. A 2ª seção abordou a Arquitetura e Preservação do Patrimônio Industrial com base na análise das formas de preservação e revalorização das edificações industriais na trama urbana contemporânea. A 3ª seção abordou a face imaterial do patrimônio industrial por meio das dinâmicas do mundo do trabalho, do “saber fazer” e do “poder lembrar” inseridas nas memórias operárias. Na 4ª e última seção, estiveram presentes os temas ligados aos espaços da moradia operária, em que a questão da habitação revela-se indissociável da vida nos novos espaços de trabalho como organizadora também da máxima produtividade (MENEGUELLO; RUBINO, 2004, p. 4).

⁸⁰ No II Encontro, foram selecionados 45 trabalhos e foram ministradas quatro conferências magistrais. Os temas abordados seguiram as mesmas linhas do I Encontro: arqueologia industrial, requalificação do patrimônio construído da industrialização, o patrimônio imaterial relacionado à indústria, os espaços de moradia. Destacaram-se, no segundo, alguns temas que ganharam amplitude nos debates acadêmicos sobre o patrimônio industrial: a questão da Teoria da Restauração, em uma palestra ministrada pela Profa. Dra. Beatriz Kühl, da FAU-USP; a paisagem industrial e sua iconografia, na exposição “Arquitetura Industrial” – gravuras, desenhos e pinturas de George Gutlich; os vazios urbanos e as ruínas industriais, abordados pela Profa. Dra. Cristina Meneguello, do IFCH-UNICAMP.

Os testemunhos materiais das atividades produtivas (máquinas, ferramentas, instalações agrícolas e industriais, edificações pertinentes, oficinas) e respectivos documentos devem obter dos Conselhos de Tombamento, dos arquivos, dos museus e das bibliotecas a mesma atenção normalmente devida a outros bens culturais (como solares, igrejas e fortalezas) (GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA TÉCNICA, 1998).

Em março de 2003, professores universitários, profissionais e instituições reunidos em São Paulo subscreveram uma Carta Manifesto⁷⁸, convocando todos os interessados na preservação do patrimônio industrial no país a se unirem em torno do Comitê Provisório pela Preservação do Patrimônio Industrial no Brasil, fundado nessa data.

A Carta Manifesto alertava para as consequências das mudanças tecnológicas, do processo de desindustrialização de algumas regiões do país e dos impactos do processo de descentralização e desconcentração industrial no âmbito nacional, e para o seu patrimônio edificado, em especial, para “[...] a deterioração das edificações e equipamentos e até mesmo a simples demolição de muitas delas” (CARTA MANIFESTO, 15/03/2003).

Esse texto embrionário, que marca o início do Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial, novamente repercute a postura adotada até então para com a significância do estudo, documentação, salvaguarda e difusão do patrimônio industrial, comparada com a relativa aos outros bens culturais:

Muitas dessas fábricas possuem importante valor arquitetônico, representando diversas fases do desenvolvimento industrial brasileiro, e também profundas relações históricas e culturais com as comunidades que as circundam. No entanto, até mesmo os responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural do país, em seus três níveis de atuação – municipal, estadual e federal, freqüentemente subestimam o patrimônio industrial, considerando-o pouco relevante no conjunto do patrimônio a ser preservado. Além disso, os próprios proprietários encaram esses antigos espaços fabris apenas como fonte de recursos, abrindo espaço para a voracidade da especulação imobiliária (CARTA MANIFESTO, 15/03/2003).

Em 2004, foi organizado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (IFCH-UNICAMP) o I Encontro em Patrimônio Industrial, no qual foi formalizado o Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial. Nesse encontro, foram apresentados 25 trabalhos, divididos em quatro linhas de pesquisa que se sobrepõem no estudo do patrimônio industrial⁷⁹.

Em 2009, foi realizado o II Encontro Nacional sobre Patrimônio Industrial⁸⁰, evento que deu continuidade ao primeiro encontro, realizado cinco anos antes, e que tinha como premissa atualizar o panorama inicial das pesquisas acadêmicas e das iniciativas públicas e privadas relacionadas à preservação do patrimônio industrial e contribuir também para mobilizar os pesquisadores brasileiros para o V Colóquio Latino-

Americano e Internacional sobre Rescate y Preservación del Patrimonio Industrial do TICCIH, previsto para 2010, em Ouro Preto (MG).

Esses encontros evidenciam que os estudos de Arqueologia Industrial intensificaram-se ao longo dos últimos anos no Brasil, abrindo perspectivas mais promissoras para a consolidação do nosso patrimônio industrial.

Kühl (2010) alerta contudo que, apesar de haver ocorrido maior clareza nas definições de patrimônio industrial, não se pode dizer que tenha ocorrido igual avanço no aprofundamento do conhecimento, pois se verifica nas atas das numerosas reuniões científicas dos anos 1990 e 2000 a frequência de “[...] estudos monográficos sobre complexos industriais ou sobre determinadas tipologias (ou conjunto de tipologias) [...]” e a ausência de “[...] estudos interdisciplinares que aprofundem a questão da inserção desses bens no espaço, ao longo do tempo, e suas relações com a estruturação da cidade ou do território, sua articulação com aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos” (p. 27).

A autora insiste na retomada de questões metodológicas que possibilitem o estabelecimento de linhas temáticas que

[...] aprofundem tanto aspectos específicos da questão (arquitetura ferroviária, por exemplo), quanto análises mais abrangentes, envolvendo de maneira articulada campos como a história (econômica, social, da arquitetura etc.), a sociologia, a antropologia e o restauro, de modo que se torne possível uma compreensão mais efetiva dos vários aspectos vinculados ao processo de industrialização e de seu legado de interesse para a preservação. O problema é que a tão decantada interdisciplinaridade não aparece com frequência na produção científica: temos assistido a “monodisciplinaridades”, no plural, e não a verdadeiros estudos interdisciplinares (KÜHL, 2010, p. 27).

Diante desse desafio, partimos para o estudo de casos de tombamento do patrimônio industrial, ambientes construídos pelos homens para o seu trabalho e que guardam, em sua materialidade, a memória das ideias, das práticas sociais, do desenvolvimento tecnológico e dos sistemas de representação dos indivíduos que ali conviveram.

Como em qualquer ação de preservação do patrimônio cultural, o processo de ativação de memória corresponde a programar também o esquecimento, a poder selecionar aquilo que se considera de fato relevante e que, portanto, interessa manter como elemento de rememoração e que, assim sendo, seja depositário de valor cultural: valor testemunhal, singularidade e representatividade tipológica, autenticidade, integridade, além dos valores histórico-sociais, tecnológicos e artístico-arquitetônicos.

10. PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: ESPAÇO DA MEMÓRIA OU MEMÓRIA DO ESPAÇO?

Como vimos no capítulo anterior, a proteção do patrimônio industrial constitui um campo do patrimônio cultural que só recentemente vem sendo objeto de pesquisa historiográfica no Brasil.

Ao lado de outros tipos arquitetônicos selecionados e inventariados pelo IPHAN para fazer parte do patrimônio histórico e artístico nacional, as edificações industriais começam a despontar somente nas últimas décadas como representantes de um ciclo econômico importante, que colocou alguns estados em posição de liderança econômica em relação ao país, como São Paulo e Rio de Janeiro, conforme demonstramos na Parte I desta tese.

É interessante notar que, ao mesmo tempo em que esses estados foram importantes centros de empreendimentos industriais têxteis desde o século XIX, a única indústria têxtil reconhecida como portadora de valor histórico e arquitetônico pelo IPHAN localiza-se no Maranhão: a Fábrica Santa Amélia.

Conforme preceitos da Carta de Nizhny Tagil, dos 77 bens tombados pelo IPHAN em São Paulo⁸¹, poderíamos arrolar somente sete como patrimônio industrial, sendo que quatro deles são estações, oficinas e vilas ferroviárias, dois são ruínas – Engenho dos Erasmos e os remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema - e o último, o Casarão do Chá, embora constitua um espaço construído para abrigar uma fábrica de chá, tem grande visibilidade como edifício representativo da imigração japonesa no Brasil. Em processo de tombamento junto ao IPHAN encontra-se a Fábrica de Tecidos São Luiz, em Itu, já tombada pelo CONDEPHAAT. Rubino (1996) já havia comentado sobre a inexpressiva participação de São Paulo no conjunto de bens tombados brasileiros, na chamada “fase heróica” do IPHAN, sendo que, de 1967 até o presente momento, essa condição mudou relativamente pouco.

O quadro no Rio de Janeiro não difere muito do de São Paulo, embora aquele estado, desde a criação do IPHAN, tenha uma representação expressiva entre os bens patrimoniais do país. Dos 225 bens tombados pelo órgão federal, identificamos seis edificações que caberiam na categoria de patrimônio industrial: Trecho Ferroviário Mauá-Fragoso, primeiro trecho ferroviário do país, com 14 quilômetros; o Hangar de Zepelins, que inclui maquinários e equipamentos; o Palácio de Cristal, construção pré-fabricada; a Estação Central do Brasil; os remanescentes da Real Fábrica de Pólvora, dentro do Jardim Botânico;

⁸¹ Os números aqui citados referem-se ao levantamento da autora junto aos arquivos do IPHAN. Ver Anexo.

e a Avenida Modelo.

Esse conjunto representa, portanto, uma seleção de bens legados por esta particular forma de urbanização, originada da progressiva desativação de áreas industriais em cidades e estados a partir de meados do século XX.

Cabe aqui indagar qual foi a abordagem metodológico-conceitual dos procedimentos técnicos de seleção, análise e tombamento experimentados pelo IPHAN nas últimas décadas, concernentes à proteção dos bens relacionados à industrialização.

Avaliar o processo de proteção da Fábrica Santa Amélia com base nos pareceres dos documentos de trabalho do IPHAN justifica-se pela colocação de Cecília Rodrigues dos Santos (2004, p. 112):

[...] embora os pareceres estejam talvez entre os documentos mais corriqueiros no cotidiano de uma repartição pública, eles acabaram por se tornar também importantes depositários da memória do seu trabalho.

Santos, C. R. dos (2004) enfatiza a aplicabilidade da leitura sistemática das correspondências trocadas entre técnicos do IPHAN, entre estes e seus interlocutores e de pareceres provocados por circunstâncias de trabalho diversas, mesmo que sob a forma de ofícios e memorandos escritos sob o emblema da República para a transparência “[...] dos critérios técnicos adotados para os tombamentos e as discussões que os acompanharam [...]” (p. 133), esclarecendo também “[...] o processo que acabou por delinear, mesmo que de forma não sistematizada, o corpo conceitual que embasou a ação da Instituição e o papel de cada um de seus atores” (p. 133).

Não faremos aqui a descrição de todas as etapas de tombamento da Fábrica Santa Amélia. Interessa-nos entender os critérios adotados pelo IPHAN para esse tombamento, identificando valores atribuídos ao bem e a repercussão entre os diferentes atores sociais envolvidos, na perspectiva do processo de tombamento considerada por Maria Cecília Fonseca como “verdadeiros dossiês” (FONSECA, 1997, p. 181).

Do que foi dito, algumas questões se impõem.

Quais códigos arquitetônicos, programáticos e funcionais associados à atividade industrial são representativos de conceitos como excepcionalidade (artística e histórica) do bem industrial? Seria sua alvenaria de tijolos aparentes, suas estruturas em ferro fundido ou aço, suas coberturas em estruturas metálicas ou em madeira com os sheds, suas platibandas de tijolos trabalhados, seus caixilhos de ferro e vidros, a extensão dos vãos internos dos galpões, o ritmo das envasaduras e das fachadas, a forma e altura de sua chaminé?

Qual tipo representativo de configuração territorial da indústria contribui para a ideia de bem cultural? A variação de escalas arquitetônicas e urbanísticas na ocupação dos lotes, a forma de implantação em blocos independentes ou contínuos, a formação de núcleos urbanos

⁸² Foram consultados os processos referentes ao tombamento da Fábrica Santa Amélia, em São Luiz, MA; da Fábrica de Vinho Tito Silva, PB e Sítio do Físico, MA.

⁸³ O emprego do termo lugar de memória se dá dentro da perspectiva definida por Pierre Nora em *Les France* (1993, vol. I, p. 20), citado por Enders (1993), na qual a um lugar associa-se uma ideia, transformando-o em símbolo. Segundo Nora, lugar de memória é toda “[...] unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer” (NORA apud ENDERS, 1993, p. 134).

conjuntamente com residências operárias ou a conjugação de todos esses elementos, formando uma paisagem peculiar; representativa de valores sociais, tecnológicos, ambientais e afetivos da coletividade?

Ainda que as singularidades morfológicas da atividade industrial suponham essa série de questionamentos, podemos verificar, com base na análise de alguns processos de tombamento⁸², que o reconhecimento desses objetos patrimoniais - podendo ser dito que figuram como espaços de exceção na perspectiva do universo salvaguardado pelo IPHAN - evolui, partindo do conceito de excepcionalidade para a abordagem voltada à sua representatividade como formadores da memória urbana coletiva, de um saber fazer específico, como no caso da Fábrica de Vinho Tito Silva, na Paraíba.

Esse olhar sobre o patrimônio industrial vai sendo incorporado às práticas patrimoniais juntamente com os temas tradicionais predominantes no acervo de bens tombados - igrejas, casas de câmara e cadeias, fortalezas, prédios de intendências e alfândegas, engenhos, palácios reais e imperiais, cidades coloniais, entre outros – como parte de um enfoque proposto na transição do século XX para o XXI, de uma leitura acerca da identificação, documentação, promoção e proteção do patrimônio cultural de forma mais ampla e plural. Assim, as fábricas, com seus modos de ocupação do território, seu saber fazer e as formas impostas de viver, saem da vacuidade de sentido histórico e conquistam seu lugar de memória⁸³.

10.1. A Fábrica de Tecidos Santa Amélia – São Luís, Maranhão

Como apresentamos na Parte I desta tese, o setor têxtil, considerado o berço da revolução industrial, por ter protagonizado o processo original de automação da manufatura, permaneceu relativamente ativo em mão-de-obra até fins do século XX. A revolução tecnológica associada à difusão da microeletrônica, característica do atual paradigma técnico-econômico, teve impacto significativo também nesse setor industrial ao reduzir, nos últimos anos, o hiato tecnológico em relação a outros setores industriais por meio da difusão de práticas de produção enxuta e do emprego de avançados sistemas de automação, o que se por um lado proporcionou grandes economias de escala, aumentando o volume de produção por fábrica, por outro levou ao fechamento de empresas tradicionais que não se adaptaram às novas exigências do mercado.

Assim ocorreu com a Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Suas edificações, a princípio, abrigaram a Companhia de Lanifícios Maranhense, instalada ali em 1892 e que funcionou por dez anos até sua falência. Em 1902, as instalações da fábrica e seu maquinário foram arrematados em leilão pelo empresário Cândido José Ribeiro e, somados à Fábrica São Luís, passaram a constituir o Cotonifício Cândido Ribeiro, que recebeu o nome comercial de Fábrica Santa Amélia. A Fábrica funcionou por 64 anos (de 1902 a 1966) e constituiu marco importante na história das indústrias maranhenses. O nascente parque manufatureiro do Maranhão, no final do século XIX, concentrou-se em São Luís e, em 1895, era composto por 27 fábricas, sendo 14 delas têxteis.

O algodão representou, durante décadas no século XIX, fonte de lucros para a economia do Maranhão, cuja produção encontrou condições altamente propícias para se desenvolver e se capitalizar em função da guerra de independência dos EUA e, logo em seguida, da revolução industrial inglesa, fornecendo matéria-prima para o mercado externo e suprimindo o mercado interno de tecidos (VIVEIROS⁸⁴ apud CAMPOS, 2008, p. 8).

⁸⁴ VIVEIROS, Jerônimo. História do Comércio do Maranhão, 1896-1934. São Luís: Lithograf, 1992.



▲ Fig.82. Cotonifício Cândido Ribeiro - Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Vista dos Fundos, Chaminé. Fonte: IPHAN-Regional Maranhão.

◀ Fig.83. Cotonifício Cândido Ribeiro - Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Vista dos Fundos, divisa com a Fonte das Pedras. Fonte: IPHAN-Regional Maranhão.

▼ Fig.84. Cotonifício Cândido Ribeiro - Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Vista da Fachada para a Rua das Crioulas, detalhe do painel de azulejos. Fonte: IPHAN-Regional Maranhão.



A solicitação de tombamento das edificações da extinta Fábrica Santa Amélia, referente ao processo I 144-T-85 do IPHAN, foi apresentada na 121ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada em 10 de julho de 1987, sendo o tombamento aprovado por unanimidade.

O prédio da Fiação e Tecelagem de Algodão Santa Amélia, conforme instrução do conselheiro Roberto Cavalcanti de Albuquerque, baseada nos pareceres da Arquiteta Dora Alcântara, então coordenadora do setor de tombamento da Diretoria de Tombamento e Conservação - DTC-, trata-se “[...] de exemplar significativo da arquitetura industrial do Maranhão, representando, com fidelidade, a simbiose que muitas construções industriais do Brasil da época revelam, de construção residencial com a industrial” (IPHAN, Processo de Tombamento nº I 144-T-85, p. 64)⁸⁵.

A justificativa de seu valor histórico pauta-se no fato de essa fábrica representar o processo de industrialização maranhense, iniciado em meados do século XIX com a instalação de inúmeras fábricas de tecelagem e fiação, explorando a cultura algodoeira local. A Fábrica Santa Amélia foi responsável por grande parte da produção de tecidos do estado, tanto para o mercado interno quanto para o externo, produzindo uma variedade de cerca de 24 tipos de tecidos, em maquinário totalmente de origem inglesa. A fábrica foi ainda uma grande empregadora, chegando a possuir, em 1941, 300 funcionários, e atuou mais de meio século na fabricação de fios e tecidos de algodão (IPHAN, Processo nº I 144-T-85, p. 17).

Quanto às virtudes estéticas do prédio, o técnico do IPHAN, Eng. Carlos Danúzio de Castro e Lima, dá o seu parecer sobre o imóvel, enfatizando a notável arquitetura industrial maranhense presente no edifício:

Construído em pedra cal e tijolo, apresentando inicialmente partido quadrangular de dois pavimentos, mirante com cobertura de telha de barro tipo canal, e estrutura metálica para vencer grandes vãos, o prédio reproduz os esquemas da arquitetura industrial adotados no período da industrialização no Maranhão.

Ao ser adquirido, por ocasião da instalação da fábrica, teve seu sistema estrutural reforçado com a introdução de elementos metálicos, e seu espaço ampliado com a construção de dois acréscimos laterais térreos, também em estrutura metálica, modulada, importada da Inglaterra, e cobertura em telha de barro tipo Marseille.

A fachada, resultado da construção em várias épocas, guarda, entretanto, uma distribuição harmoniosa, simétrica, tendo o corpo central, como já foi assinalado, dois pavimentos e mirante, recobertos de azulejos portugueses, e terminando em beiral. Quanto aos corpos laterais, têm revestimento em cal, areia e barro, e são terminados em platibanda de elementos vazados.

As janelas e portas possuem verga em arco abatido. No segundo pavimento as janelas são providas de balcões sacados feitos de ferro forjado, sendo que as três centrais têm balcão corrido, e as demais, balcões individuais.

⁸⁵ Ata da 121ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada em 10 de julho de 1987.

Internamente, em sua parte central, o térreo apresenta compartimentos ligados por grandes arcos, piso de cimento, presumivelmente, cobrindo a pedra de cantaria. Próximo à porta principal, notável escada de metal em caracol, de origem inglesa, leva ao segundo pavimento onde o piso é de assoalho e o forro de madeira. O acesso ao mirante é feito através de uma escada de madeira. Este se compõe de duas salas e sótãos laterais. O terreno situado atrás é revestido de paralelepípedos possuindo um grande poço do qual era retirada água que servia ao prédio, e uma chaminé de tijolo refratário de aproximadamente 28 m de altura (IPHAN, Processo nº 1144-T-85, p. 18).

Embora a fábrica tenha sido desativada em 1966, 19 anos antes do início do processo de tombamento, as adaptações que foram realizadas, em função de novas utilizações do imóvel, não resultaram, até aquele momento, em descaracterizações de ordem estrutural ou de sua espacialidade. Segundo indicam os registros documentais, o empenho na preservação do imóvel deve-se ao fato de este não se achar inserido na área de tombamento de São Luís e, portanto, encontrar-se em situação vulnerável no tocante a uma possível descaracterização.

Quanto ao seu valor artístico, a arquiteta Dora Alcântara faz uma comparação do edifício da fábrica com os edifícios industriais construídos na mesma época, valendo-se da descrição de Nestor Goulart Reis Filho (1978)⁸⁶, aludindo ao caráter nacional do fenômeno da construção industrial e às particularidades do gosto arquitetônico regional - no caso da fábrica Santa Amélia, os azulejos portugueses de padrão e colorido comuns aos grandes sobrados de função residencial do Maranhão.

A analogia entre a edificação fabril e as edificações residenciais é novamente apontada pela arquiteta Dora Alcântara, com base em elementos construtivos ou de composição do conjunto arquitetônico da Fábrica Santa Amélia, destacando sempre os comentários do professor Nestor Goulart Reis Filho:

- 1) As vergas das janelas da Fábrica Santa Amélia, em forma de arcos de círculo, desvinculadas das obreiras e com chaves enfáticas nos arcos: “as preocupações arquitetônicas [das fábricas] encaminhavam-se no mesmo sentido que as residências, concentrando-se em detalhes das janelas, de acordo com estilos em voga”;
- 2) O beiral da fábrica ocultar o recorte das múltiplas águas do telhado, e a platibanda vazada nos corpos mais baixos da edificação: “os telhados ocultavam-se sob platibandas avantajadas, de sorte que os conjuntos reduziam-se a retângulos alongados de tijolos por revestir enegrecidos pela fuligem, apenas interrompidos pelas janelas” (Reis Filho, 1978, p. 85).
- 3) Os espaços internos apresentar uma organização que os adequava às funções industriais, com grandes vãos possibilitados pelo uso das estruturas metálicas, que permaneciam ocultas nas fachadas: “ainda que os interiores fossem por vezes montados com estruturas metálicas, as frentes, bem ou mal ocultavam tais soluções, organizando-se de modo que ofereciam às ruas aspecto tradicional” (Reis Filho, 1978, p. 86).

⁸⁶ Nestor Goulart Reis Filho refere-se à similaridade entre as edificações industriais e o ambiente doméstico: “[...] mesmo as indústrias, cujas condições de implantação e dimensões diferiam fundamentalmente de tudo o que então existira, adaptavam-se aos tipos tradicionais de relacionamento com os lotes. Ressentindo-se de compromissos de um passado recente com o ambiente doméstico, quer em sentido espacial quer em sentido social, acomodavam-se em galpões, com feições de residência, edificadas em tijolos, sobre os limites das vias públicas” (Reis Filho, 1978, p. 84).



▲▲▲ Fig.85. Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Detalhe. Porta. Fonte: IPHAN, regional Maranhão.

▲▲▲ Fig. 86. Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Fachada. Detalhe: beiral. Fonte: IPHAN, regional Maranhão.

▲ Fig. 87. Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Interior. Detalhe: estruturas metálicas. Fonte: IPHAN, regional Maranhão.



▲ Fig. 88. Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Interior. Detalhe: varanda. Fonte: IPHAN, regional Maranhão.

4) A varanda doméstica, ventilada através das venezianas e das ripas alternadas do forro, em uma das alas do sobrado da casa (IPHAN, Processo nº 1144-T-85, pp. 21-22).

A instrução do processo de tombamento da Fábrica Santa Amélia, baseada nos pareceres dos técnicos e conselheiros, apresenta uma riqueza de informações relativas aos aspectos arquitetônicos do edifício, acentuando, contudo, que a sua valorização como representante da história industrial deve contemplar também o processo industrial, o que se encontra enfatizado pela arquiteta Dora Alcântara no final da análise do pedido de tombamento:

Chamaríamos a atenção, como objeto de estudo complementar e para eventual processo de tombamento, o acervo desta fábrica (maquinário, arquivo, mostras de tecido, rótulos etc.) que poderão interessar aos pesquisadores da história da indústria no Brasil e, particularmente, a participação maranhense nessa história (IPHAN, Processo de Tombamento nº 1144-T-85, p. 22).

A preocupação do IPHAN com relação ao inventário complementar de um bem arquitetônico ligado à atividade produtiva - construído por meio do estudo histórico, documental, analítico e iconográfico com base no acervo da fábrica para entender a tipologia e o funcionamento de um setor industrial - é precursora do debate e discussões relacionados com a preservação do patrimônio industrial, os quais adquirem profundidade em trabalhos como o de Beatriz Kühl, que enfatiza o papel do inventário sistemático e multidisciplinar:

Para fundamentar essas análises é necessário desenvolver inventários sistemáticos alicerçados em processos cognitivos oferecidos pelas ciências humanas (história, sociologia, antropologia, geografia etc.), pois somente através desses instrumentos é possível ter uma compreensão suficientemente ampla do processo de industrialização para avaliar o interesse de seus remanescentes - histórico, formal, memorial e simbólico para as comunidades - para identificar, de maneira consciente e embasada, os bens considerados merecedores de ser preservados para as gerações futuras (KÜHL, 2008, p. 46).

No que se refere ao processo de tombamento, aceita a indicação do bem a preservar, segue-se a fase de impugnação, na qual o proprietário contesta o tombamento se assim o desejar.

As considerações colocadas pelo proprietário visando impugnar o pretendido tombamento da Fábrica Santa Amélia justificam-se dentro de um quadro singular, em que muito pouco ainda fora preservado no concernente a edificações industriais, em meio à certeza de que havia exemplares arquitetônicos indiscutivelmente mais dignos de tombamento que aquele:

a) São Luiz já tem, tombados, exemplares mais que suficientes de prédios do padrão arquitetônico em questão, não se justificando **obstaculizar o notório surto de desenvolvimento da cidade** [grifo da autora], já carente de área como a ocupada pelo imóvel, com o

dispensável tombamento.

b) Tendo cessado suas atividades industriais **há mais de vinte anos** [grifo no original], já não existem no imóvel qualquer resquício das instalações e maquinaria, que, deteriorada, foi alienada como sucata.

c) Nem possui o Maranhão parque industrial que justifique a preservação de imóvel de **mediocre**, senão nenhum, interesse histórico [grifo da autora].

Pelas razões acima, [...] espera e requer o impugnante que não prospere o malsinado tombamento (IPHAN, Processo de Tombamento nº 1144-T-85, pp. 38-39)⁸⁷.

A essa contestação, encaminhada pela proprietária sem ter vistas do processo devido a erro de localização do prédio no pedido inicial do tombamento, erro este que devolveu à requerente o direito de impugnação, segue uma segunda, desta vez elaborada por seus representantes legais, que distorcem a análise do significado do imóvel elaborada nos pareceres do IPHAN :

I. O atento exame dos elementos e informações constantes do processo, longe de vulnerarem as razões alinhavadas pela Impugnante, na verdade dão-lhe sólido alicerce.

II. Com efeito, nem mesmo o compreensível zelo, no caso excessivo, dos que descreveram o imóvel, conseguiu obnubilar o fato de que o imóvel não passa hoje de um grande galpão, já irremediavelmente desfigurado de suas anteriores características, que, de resto, já à época, não primavam pela pureza de estilo.

III. O tombamento de tal imóvel, sobre ser de total desinteresse cultural e artístico, malferindo portanto, se efetivado, o elevado conceito nacional e internacional que, com inteira justiça goza esse colendo órgão, seria verdadeiro **crime** [grifo no original] praticado contra o surto de sadio progresso que bafeja São Luiz, **carente de áreas livres de tombamentos ou suas ameaças** [grifo da autora], para instalação de modernas indústrias que virão empregar grande número de pessoas, colaborando para solucionar o grande problema social do desemprego.

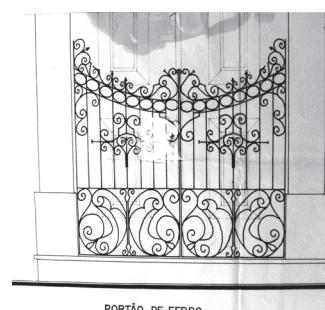
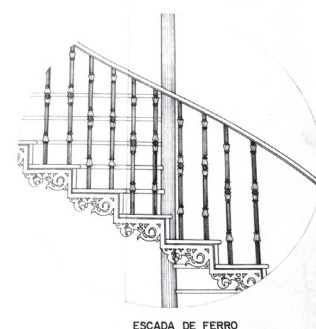
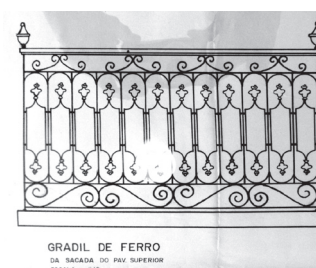
IV. A clarividência e patriotismo dos ilustres homens responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, está certa a impugnante, imporá seja indeferida a malsinada pretensão tombatória (IPHAN, Processo de Tombamento nº 1144-T-85, pp. 49-50)⁸⁸.

É interessante notar que, no questionamento do proprietário e seus representantes legais sobre a legitimidade do processo de atribuição de valor ao bem, o imóvel é citado como “de total desinteresse cultural e artístico”, “mediocre”. Se não é demonstrada a segurança sobre o valor artístico do bem em questão no parecer emitido pelo órgão de preservação, como parece ser o caso quando o processo refere-se ao patrimônio industrial, o questionamento do proprietário acaba por se servir dessa vulnerabilidade.

A questão do incipiente quadro de referências para a preservação de bens não tradicionais é levantada no parecer da arquiteta Dora Alcântara em outro processo de tombamento, anterior ao da Fábrica Santa Amélia. Nas instruções do processo nº 1072-T-82 para o tombamento do Farol de Macuripe, em Fortaleza, Ceará, de 1982, arquivado pelo IPHAN, Dora Alcântara comenta:

⁸⁷ Primeira Carta de Oposição ao tombamento do Cotonifício Cândido Ribeiro Ltda. pelo Impugnante, Sra. Homera Novaes Cavalcanti, que representa o liquidante da empresa, datada de 20 de novembro de 1985.

⁸⁸ Segunda Carta de Oposição ao tombamento do Cotonifício Cândido Ribeiro Ltda pelo Impugnante, Sra. Homera Novaes Cavalcanti, que representa o liquidante da empresa, datada de 3 de março de 1986.



▲ Fig. 89. Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Detalhes do gradil de ferro da sacada (a), escada e guarda-corpo de ferro (b) e portão de ferro da porta principal (c). Fonte: IPHAN, Processo de Tombamento nº 1144-T-85.

⁸⁹ Parecer da Assessoria Jurídica sobre a oposição ao tombamento do Cotonifício Cândido Ribeiro Ltda.

⁹⁰ Parecer do Relator do Processo de Tombamento das Edificações que abrigaram a Fábrica Santa Amélia, Conselheiro Roberto Cavalcanti de Albuquerque.

⁹¹ Sobre o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico em São Luís do Maranhão, Rodrigo M. F. de Andrade, em instrução às divisões técnicas do IPHAN, em 24 de junho de 1955, colocava que, embora Lúcio Costa advertisse “[...] reiteradamente da inconveniência de serem convertidas em monumentos nacionais obras de arquitetura de valor secundário e sítios urbanos de interesse apenas relativo [...] no caso de São Luís, há entretanto a considerar; para ajuizar-se da conveniência de estender à cidade a proteção da lei federal, o seguinte: o número e a feição típica das edificações revestidas de azulejos, em grande parte assobradadas, ali existentes, empresta ao conjunto arquitetônico local aspecto nitidamente diferenciado das demais cidades do país. [...] Finalmente, cumpre ponderar que a especulação imobiliária não se manifestou ainda na capital do Maranhão com tanta intensidade quanto nas outras capitais e, assim, a proteção ao acervo arquitetônico local suscitará menor relutância” (IPHAN, Processo nº 0454-T-51, pp. 2-3).

Sempre que nos é proposta a preservação de um bem tradicional em nossa prática institucional de tombamento - igreja, teatro etc. - não há dificuldade maior, porque já possuímos o necessário quadro de exemplos para referenciá-lo. Se, ao contrário, a proposta refere-se a um objeto não tradicional - caixa d'água, vila operária etc. - temos necessidade de organizar um mínimo quadro de referência para opinar com menor margem de erro (ALCÂNTARA apud FONSECA, 2005, p. 202).

O encaminhamento da contestação do pedido de tombamento, que gerou pareceres jurídicos não consensuais, colocando em discussão o patrimônio representado pela Fábrica Santa Amélia, pode ser entendido somente pelo ângulo da propriedade e de sua imobilização no tempo e no espaço.

A impugnação é da maior importância para compreendermos alguns aspectos ideológicos envolvidos com o tombamento. No caso, em primeiro lugar, a proprietária, preocupada com o fato de a sociedade comercial achar-se dissolvida, opõe-se ao pretendido tombamento, pois parece entender que, se consumado, poderia **obstaculizar a alienação do bem** ao término do processo de dissolução.

Cumpra-nos, no entanto, assinalar que o tombamento consiste, apenas, numa limitação administrativa ao exercício do direito de propriedade, através da qual o que se exige é precipuamente a conservação do bem pelo proprietário, conforme preconiza o artigo 17 do Decreto-lei nº25/37, sem, contudo, impedi-lo de exercer as faculdades inerentes ao seu título e domínio, tais como, alienar, locar, doar, permutar.

É válido acrescentar, ainda, que, se ultimado o tombamento, ao proprietário em caso de alienação compete oferecer o imóvel preferencialmente à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos do disposto no artigo 22 do Decreto-lei nº25/37 (IPHAN, Processo de Tombamento nº 1144-T-85, pp. 51-52)⁸⁹.

No relato que transcrevemos sobre a impugnação do tombamento, fica visível a percepção do proprietário acerca da proteção do imóvel com o instituto do tombamento como obstáculo não ao seu valor de uso, mas ao seu valor de troca.

Tal fato é sublinhado também no parecer do conselheiro Roberto Cavalcanti de Albuquerque, relator responsável pelo processo, ao sugerir que a liquidante não explicita a “[...] razão fundamental de sua impugnação, qual seja, a eventual redução do valor venal do bem, localizado na área central da cidade, em rápida expansão, com acelerada valorização imobiliária” (IPHAN, Processo de Tombamento nº 1144-T-85, p. 60)⁹⁰.

O posicionamento do IPHAN, tanto do setor técnico quanto do setor jurídico, deixa clara a orientação do órgão na iniciativa de tombamento do imóvel da Fábrica Santa Amélia: a preocupação com a salvaguarda dos valores de continuidade histórica e de sua apropriação como recurso cultural, não cambiável em moeda⁹¹. Esse olhar se faz presente na posição da arquiteta Dora Alcântara ao avaliar o pedido de impugnação da proprietária:

O fato de que os núcleos históricos, detentores de documentos urbanos e arquitetônicos de significativo valor, sejam aqueles que passaram por um processo de estagnação econômica parece ter gerado o conceito de que patrimônio urbano/arquitetônico seja o oposto de progresso. Não está claro que a falta de apreço pelos testemunhos históricos seja um outro aspecto da mesma incúria com que foram tratadas nossas cidades, em nome de um progresso que procurou, a esse título, escamotear a falta de capacitação para planejar os espaços urbanos, face ao crescimento e às transformações político econômicas por que passou o Brasil. Pelo menos o caos urbano das cidades, que “progrediram” despersonalizando-se, deveria dar motivo para reflexão aos que ainda defendem tais conceitos de progresso.

São Luiz é, justamente, um exemplo de cidade a que se ofereceu, a tempo, recursos para uma expansão harmoniosa, permitindo a preservação da área histórica e o simultâneo desenvolvimento de outras para funções predominantemente residenciais, ou industriais e portuárias, modernas, por meio da ligação do centro tradicional às margens opostas dos rios Anil e Bacanga, que em grande parte o delimitam. O desenvolvimento dessas novas áreas tem comprovado a validade da solução adotada, oferecendo ainda oportunidade a muitos outros empreendimentos que certamente advirão, à medida em que a situação da crise nacional vá cedendo lugar àquela em que serão sanados os problemas graves com que a presente nos defrontamos, entre eles os sociais de desemprego (IPHAN, Processo de Tombamento nº 1144-T-85, pp. 53-54).

Importante destacar aqui que o debate internacional abre caminho para a apreensão da dimensão cultural de variados artefatos, permitindo a visualização de novos cenários patrimoniais, como na Declaração de Amsterdã (Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, outubro de 1975), que recomenda a conservação integrada, em que o patrimônio é constituído não somente pelos monumentos importantes, mas também pelos conjuntos urbanos (Cf. CURY, 2004, p.199-210). Essa preocupação fica clara no parecer da arquiteta Dora Alcântara, ao enfatizar o papel do planejamento urbano na busca de diálogo entre os diversos atores envolvidos na dinâmica urbana, ponderando sobre a inserção de novos elementos em sintonia com os elementos históricos preexistentes.

O respeito pelas qualidades materiais, espaciais, memoriais, que definem a personalidade de um bem em determinada região, será colocado em pauta nas discussões internacionais uma década depois do tombamento da Fábrica Santa Amélia. Na Conferência de Nara (sobre a autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial, novembro de 1994), promovida pela UNESCO, ICCROM e ICOMOS, buscou-se discutir a problemática relativa à questão da autenticidade como o principal fator de atribuição de valores em um mundo submetido às forças da globalização e da homogeneização. Nesse sentido, a consideração do valor de autenticidade na prática da conservação deveria clarificar e iluminar a memória coletiva da humanidade, evidenciando que a atribuição de valor pode diferir de



▲ Fig. 90. Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Acesso ao pátio externo (a) e (b); escada de madeira (c) e (d); escada de ferro (e). Fonte: IPHAN, regional Maranhão.

cultura para cultura, e mesmo dentro de uma mesma cultura, não sendo possível basear os julgamentos de valor e autenticidade em critérios fixos (Cf. CURY, 2004, p.323-328).

No tocante ao julgamento de valor, ainda no caso da Fábrica Santa Amélia, é interessante ressaltar a resposta da arquiteta Dora Alcântara às considerações sobre o não tombamento interpeladas pelo proprietário, debate que contribui para enfatizar as dificuldades relacionadas com a valorização dos sítios industriais culturalmente representativos e com a incompreensão de suas especificidades:

Em nenhum momento procuramos afirmar, ou sequer buscar, “pureza de estilo” para valorizar o edifício. Perguntamo-nos mesmo que significado poderia ter essa expressão, se referida ao presente objeto de tombamento, um exemplar de época de transição, de adaptação de espaços tradicionais a novas funções. Pensamos que os elementos arquitetônicos apropriados para melhor documentar esse fenômeno seja os que importam; são eles que compõem o autêntico estilo daquele momento.

Podemos, assim, com toda segurança, reafirmar o valor do imóvel proposto para tombamento, **excepcional como documento histórico de uma fase pioneira do movimento industrial brasileiro, no Maranhão**, bem como pelas expressivas qualidades arquitetônicas que o destacam em meio ao conjunto bastante significativo de edificações em São Luís (IPHAN, Processo de Tombamento nº 1144-T-85, pp. 54-55; grifos no original).

151

Outro fator relevante na discussão de valor do patrimônio industrial é como tal bem será inscrito no livro do tombo. Maria Cecília Londres Fonseca (1997) aponta que o critério de inscrição dos bens nos livros do tombo pode conduzir a alguns problemas, pois o tipo de inscrição condiciona não só a leitura do bem, mas também o modo como o bem tombado será conservado, e exemplifica:

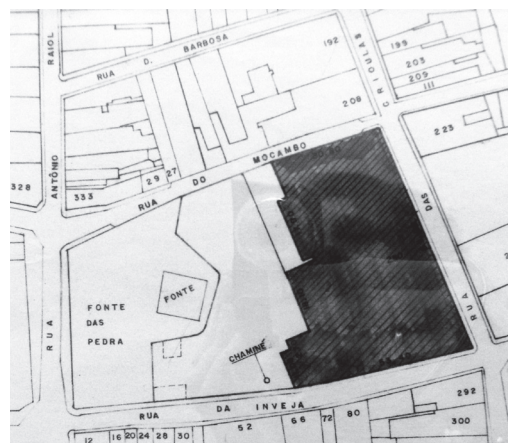
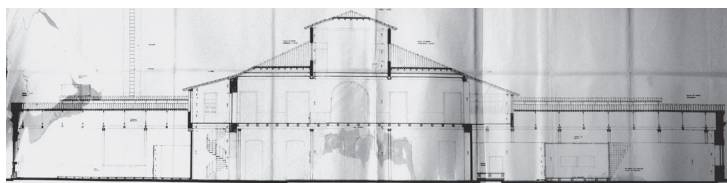
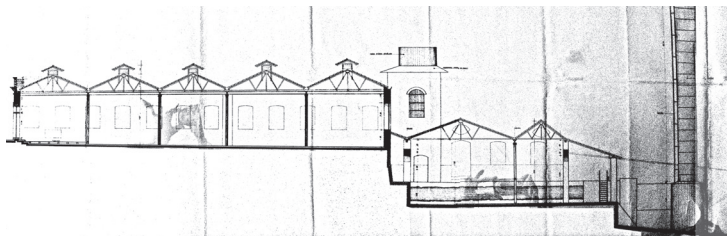
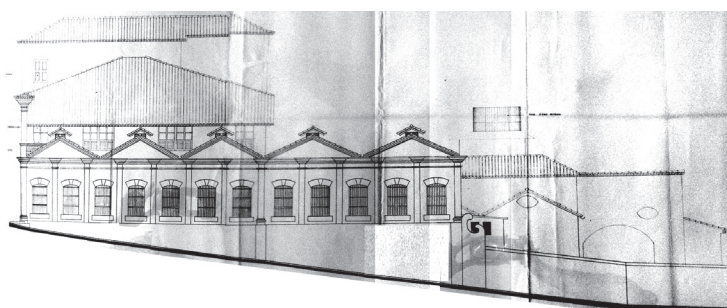
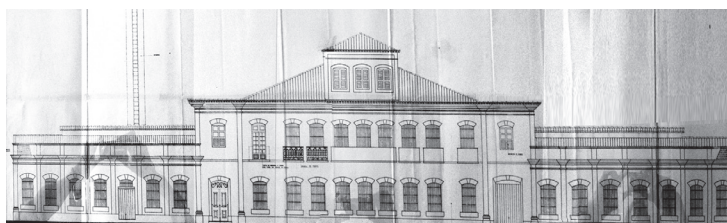
É difícil entender, por exemplo, por que a Caixa d'água de Pelotas, RS, cujo caráter pioneiro é referido por documentos, está inscrita apenas no LBA [Livro do Tombo das Belas-Artes], enquanto o Reservatório de Mocó, Amazonas, mais recente, tem dupla inscrição (LH/LBA) [Livro do Tombo Histórico/Livro do Tombo de Belas-Artes]; por que o Açude do Cedro, CE, que, além de obra notável de arquitetura, foi a 'primeira rede de canais de irrigação levada a efeito no Brasil', não está inscrito também no LH; por que o Porto de Manaus, testemunho incontestado do ciclo da borracha, foi inscrito apenas no LBA e no LAEP [Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico], enquanto o Teatro Amazonas, de inegável valor artístico, havia sido inscrito apenas no LH (FONSECA, 1997, p. 205).

O mesmo se aplica às edificações da antiga Fábrica Santa Amélia, que foi inscrita somente no Livro Histórico, sendo que seu valor como exemplar arquitetônico do período industrial é enfaticamente abordado na análise do tombamento.

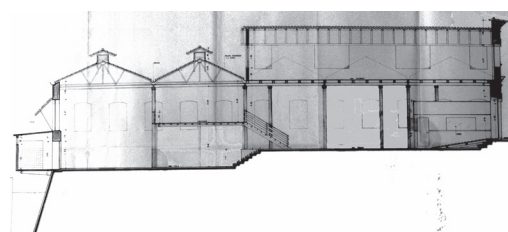
No outro tombamento examinado, a Fábrica de Vinho Tito Silva, abordamos também o contexto do qual emergiu a iniciativa de valorização de um bem industrial.



◀ Fig. 94. Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Detalhe dos azulejos da Fachada Principal. Fonte: IPHAN, regional Maranhão..



▼ Fig. 97. Fábrica de Tecidos Santa Amélia. Levantamento Gráfico. Corte transversal sobre o corpo principal. Fonte: IPHAN, Processo nº 1144-T-85.



10.2. A Fábrica de Vinho Tito e Silva - João Pessoa, Paraíba

Ao contrário do ocorrido no processo de tombamento da Fábrica Santa Amélia, o caso da Fábrica de Vinho de Caju Tito e Silva, fundada em 1892, em João Pessoa, Paraíba, configura-se como um dos únicos exemplares no elenco de bens arquitetônicos selecionados pelo IPHAN para compor o patrimônio brasileiro cujo tombamento inclui o processo tecnológico de produção industrial.

No pedido de tombamento encaminhado ao diretor da Divisão de Conservação e Restauração da SPHAN/SEC, Augusto Silva Telles, em 9 de dezembro de 1981, Clara de Andrade Alvim, coordenadora de projetos da Fundação Nacional Pró-Memória, justifica-se:

Temos a honra de trazer a seu conhecimento uma informação sobre os fundamentos do interesse da Fundação Nacional Pró-Memória na realização de um estudo multidisciplinar do Caju, indicando algumas iniciativas já realizadas nesse sentido. Destacamos nesse contexto, a importância da Fábrica de Vinho Tito e Silva, Cia. Solicitamos um parecer quanto à conveniência do tombamento do prédio da fábrica, de sua maquinaria e equipamentos, tendo em vista um duplo objetivo: por um lado, julgamos importante preservar o testemunho raro de um momento significativo em nossa evolução cultural. Por outro lado, acreditamos que esse tombamento irá corresponder à revitalização e à proteção da continuidade e da evolução de um fazer intimamente relacionado às características regionais do processo cultural brasileiro (SPHAN/DTC, Processo nº 1054-T-82, p. 2).

⁹² Conforme levantamento historiográfico elaborado pela Fundação Nacional Pró-Memória: "No último quartel do século XIX, a pedido do imperador Dom Pedro II, uma missão de técnicos franceses estabeleceu-se em Areias, na Paraíba, para estudar o problema do ouro na Serra do Picuí. Um senhor Tito e Silva, famoso latinista, entrosou-se com os franceses e começou a ter as primeiras noções de enologia, isto é, da ciência do vinho" (SPHAN/DTC, Processo nº 1054-T-82, p. 7).

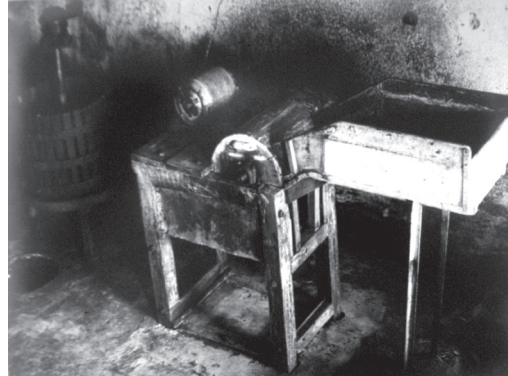
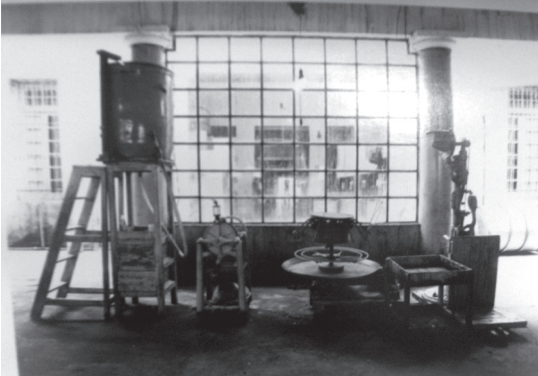
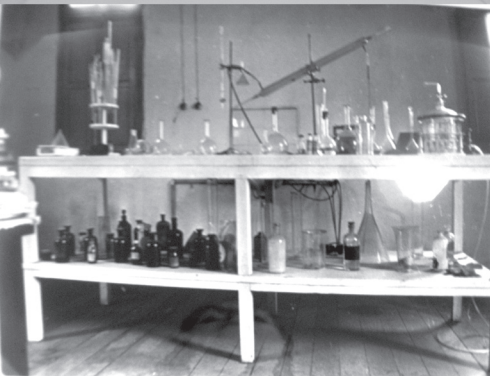
No pedido, comparecem como de interesse no tombamento da fábrica os proprietários, que, apesar de enfrentarem crescentes dificuldades econômicas desde a década de 1970, ainda mantêm a fábrica em funcionamento.

A Fábrica de Vinho Tito e Silva é pioneira na utilização do caju como matéria-prima para fabricação industrial de vinho, aprimorando uma técnica usada por indígenas, na qual o pedúnculo do caju era esmagado e o suco resultante fermentado em potes de barro. Seu fundador, Tito e Silva, aprendeu com os franceses⁹² a técnica de clarificar o caldo extraído do pedúnculo do caju fermentado com açúcar, usando gelatina ou cola de peixe combinada com tanino.

▼ Fig. 98. Fachada Fábrica de Vinho Tito e Silva, 1985. Fonte: Moura Neto.

► Fig. 99. Fachada da Fábrica restaurada. Disponível em: <<http://centroevareadouro-imagens.blogspot.com/2008/04/fabrica-de-vinhos-tito-silva.html>>. Acesso em: 19 set. 2010.





Segundo indicam os registros documentais, a fábrica foi, durante meio século, a única a produzir vinho de caju, a princípio de forma artesanal, e a partir de 1920, em razão da grande demanda de vinho de caju no Nordeste, a empresa adquire características industriais, importa máquinas e chega a prensar cerca de trinta toneladas de caju por dia (SPHAN/DTC, Processo nº 1054-T-82, p. 8).

A fase áurea do processamento de frutas tropicais no Nordeste, ocorrida nas décadas de 1940 e 1950, foi resultado do emprego da técnica industrial nas fábricas, que passaram a contar, a partir de 1938, com a orientação do Laboratório Bromatológico da Paraíba, sob a chefia do Dr. Vicente Trevas Filho, importante químico paraibano. A essa iniciativa privada, seguiu-se a criação do Campo Experimental do Cajueiro, fundado por iniciativa do Ministério da Agricultura e do Governo da Paraíba, que realizava experimentações tecnológicas com as frutas tropicais, visando à transformação da produção artesanal em exploração industrial, considerando as tradições culturais e o imenso proveito econômico e social que essa prática trazia para o Nordeste.

A exploração industrial do caju para outros fins⁹³, as novas orientações econômicas do Ministério da Agricultura e a desativação da estação experimental de João Pessoa são motivos apontados pela Fundação Nacional Pró-Memória para o desaparecimento de grande número de fábricas regionais de doces e vinhos de caju.

Conforme indicado no inventário, a Fábrica Tito e Silva, após duas épocas de franco crescimento, na década de 1920 e entre 1940 e 1950, atingiu uma fase que caracteriza o último estágio do ciclo de vida de uma empresa, com a administração passando da segunda para a terceira geração, encontrando-se prestes a “[...] desaparecer, suas máquinas serem dispersas, a sua experiência e a sua tecnologia esquecidas” (SPHAN/DTC, Processo nº 1054-T-82, p. 9).

◀▲▲ Fig. 100. Processamento do pedúnculo. Fonte: IPHAN, Processo nº 1054-T-82.

◀▲ Fig. 101. Tonéis e bombas de recalque, depósito de mosto. Fonte: IPHAN, Processo nº 1054-T-82.

▲ Fig. 102. Máquina de cortar caju, inventada pelo fundador da indústria. À esquerda prensa manual. Fonte: IPHAN, Processo nº 1054-T-82.

⁹³ O líquido da casca de castanha (LCC) é vendido a alto preço como material estratégico para fins bélicos.

◀▼▼ Fig. 103. Detalhe da rotulagem. Funcionário corando a tampinha. Fonte: IPHAN, Processo nº 1054-T-82.

◀▼ Fig. 104. Primeiro plano: padiolas para o transporte de frutas. Segundo plano: toneis para acondicionar o mosto. Fonte: IPHAN, Processo nº 1054-T-82.

▼ Fig. 105. Vista do setor de rotulagem. Fonte: IPHAN, Processo nº 1054-T-82.



⁹⁴ Em 1975, em Brasília, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural, que teve como idealizadores Aloísio Magalhães, Severo Gomes - Ministro da Indústria e Comércio na época - e Vladimir Murtinho - diplomata e então Secretário de Cultura do Distrito Federal. O objetivo do CNRC era “[...] traçar um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira, tal como é caracterizada na prática das diversas artes, ciências e tecnologias” (MAGALHÃES, 1985, p. 42).

Portanto é nessa conjuntura que os proprietários procuram os pesquisadores da Fundação Nacional Pró-Memória em busca de “[...] apoio para ultrapassarem o impasse em que se encontram” (SPHAN/DTC, Processo nº 1054-T-82, p. 9).

No caso do tombamento da Fábrica Tito e Silva, cujo pedido data de 1981, é interessante notar que o contexto do qual emergiu a iniciativa de seu tombamento coincide com a criação da Secretaria de Cultura do MEC, entregue a Aloísio Magalhães. Dois anos antes, era criada a Fundação Nacional Pró-Memória, que, juntamente com a experiência de trabalho do CNRC⁹⁴, contribuiu para a elaboração do documento “Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC” (BRASIL, 1981) no ano de 1981, fruto do trabalho coletivo das várias instituições que integravam a Secretaria de Cultura do MEC. Nesse documento, assinalava-se a necessidade de um “[...] sistema de ações descentralizadas que compreendessem e beneficiassem a produção do bem cultural e a proteção do bem patrimonial” (BRASIL, 1981). Propunha, assim, a descentralização das atividades da política cultural do MEC por meio de um sistema de comunicação entre os diferentes contextos culturais existentes no Brasil e a parceria entre o Estado e as comunidades pela “[...] articulação dos níveis municipais, estaduais e federal, através de efetiva interação de instituições oficiais, entidades privadas e representantes do fazer e do pensamento das comunidades” (BRASIL, 1981).

Amplia-se, assim, a participação da comunidade na tomada de decisão para definir um consenso sobre o que preservar, com qual finalidade e sob quais condições.

Para Magalhães (1985), na década de 1970, coexistiam no Brasil o mundo avançado da tecnologia e da indústria e o mundo das tradições populares, do fazer artesanal. Em seu projeto, a CNRC pretendia cruzar esses dois mundos, valendo-se do recurso às mais modernas tecnologias para recuperar e proteger as raízes autênticas da nacionalidade.

► Fig. 106. Fábrica de Vinho Tito e Silva. Bloco Principal, Saguão de acesso. Fonte: IPHAN, Processo nº 1054-T-82.

▼ Fig. 107. Detalhe do Balcão de recepção e venda. Fonte: IPHAN, Processo nº 1054-T-82.



O caso da Fábrica Tito e Silva presta-se, portanto, como exemplo de inventário de referências culturais e como base para o estudo de formas de apoio ao patrimônio imaterial.

Convergem, desse modo, os interesses da Fundação Nacional Pró-Memória e do proprietário no intuito de manter viva uma prática específica em uma região definida, por meio da documentação e compreensão dessa atividade para poder fornecer subsídios e incentivos à sua manutenção.

Os interesses da Fundação Nacional Pró-Memória, ao solicitar o tombamento, eram voltados à manutenção da prática tradicional da Fábrica Tito Silva na perspectiva da filosofia proposta pelo Programa Tecnologias Patrimoniais do CNRC - ou seja, orientar um trabalho de preservação baseado na noção de referência cultural, que envolvia a pesquisa sobre a tecnologia, os padrões, os produtos, as diferentes orientações da prática, a história, os contextos em que essas práticas se davam - e à documentação adequada para registrar essas informações.

Para a Fundação Nacional Pró-Memória,

O ato de seu tombamento – incluindo o edifício, sua maquinaria e equipamento – iria, portanto, revestir-se de uma significação extraordinária, na medida em que, ao mesmo tempo, protegeria um testemunho arquitetônico e tecnológico da maior importância do ponto de vista cultural, e constituir-se-ia em um impulso vital para a retomada da trajetória de uma tecnologia patrimonial (SPHAN/DTC, Processo nº 1054-T-82, p. 10).

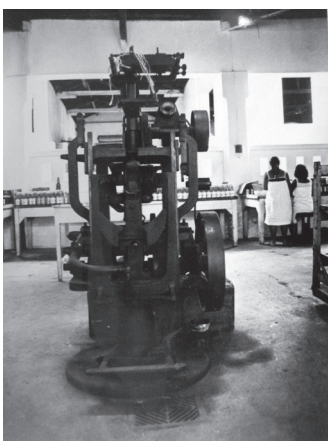
No tocante à descentralização das atividades da política cultural proposta pelo MEC, o tombamento da fábrica também é um marco por envolver outros atores no processo de revitalização da fábrica, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - e a Universidade Federal da Paraíba:

Tanto aquele Conselho como a Universidade concordam com a Pró-Memória quanto à importância de salvar a fábrica e reativá-la, utilizando a iniciativa, inclusive, como um estímulo para a retomada e o desenvolvimento das idéias e da ação da antiga Estação Experimental de João Pessoa (SPHAN/DTC, Processo nº 1054-T-82, p. 10).

Além da ação conjunta do CNPq, da Universidade e do IPHAN, participaram desse processo os proprietários - dos quais partiu a vontade da preservação e que não ofereceram impugnação ao tombamento - e o Estado da Paraíba, que desapropriou o imóvel de forma amigável⁹⁵.

O parecer da Dora Alcântara, arquiteta da DTC, em instrução do processo, reafirma a necessidade da vinculação do tombamento à incorporação da fábrica por alguma entidade que pudesse mantê-la, condição imprescindível, pois “[...] o objeto do tombamento era uma tecnologia, cuja vitalidade se desejava preservar”. Alcântara define ainda três ordens de valor para a seleção de maquinários, equipamentos de laboratório, mobiliário e utensílios da fábrica:

⁹⁵ No Decreto nº 9296, de 17 de dezembro de 1981, o governador do Estado da Paraíba declara de utilidade pública, para fim de desapropriação, o imóvel da Fábrica Tito e Silva, com 1.820 m² edificados em um terreno de 1.800 m², situado entre as ruas da Areia e Padre Antonio Pereira. Acrescenta que esse decreto tem como objeto a preservação do patrimônio histórico e imobiliário da cidade, naquele caso, no Bairro Varadouro, com fins de utilidade pública. A desapropriação se processa em 1 de julho de 1983, no valor de 20 milhões de cruzeiros, sendo 16,5 milhões pelo prédio e 3,5 milhões pelo acervo da firma Tito e Silva S/A.



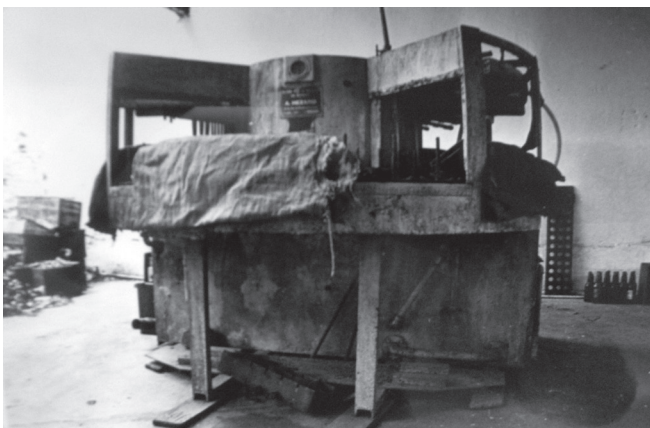
▲▲ Fig. 108. Máquina Rotuladeira
Fonte: IPHAN, Processo nº 1054-T-82.



▲ Fig. 109. Máquina de arrolhar. Fonte:
IPHAN, Processo nº 1054-T-82.

▼ Fig. 110. Máquina de lavar garrafas.,
rotativa, com capacidade de 2000
garrafas por hora. Fonte: IPHAN,
Processo nº 1054-T-82.

▼► Fig. 111. Máquina de engarrafar de
12 bicos. Marca Welba. Fonte: IPHAN,
Processo nº 1054-T-82.



- Importância no processo tradicional de fabrico;

- Importância individual como elementos demonstrativos de tecnologia e dinâmicas industriais da época;

- Importância individual como componentes de um conjunto de inegável relevância para constituição de um eventual e específico Museu do Vinho (SPHAN/DTC, Processo nº 1054-T-82, p.169).

Cinco meses após o parecer favorável da arquiteta Dora Alcântara, o conselheiro José Ephim Mindlin vota a favor do tombamento. Inicialmente, justifica a demora por ter havido a necessidade de sua visita à Fábrica Tito e Silva, além de precisar equacionar com a Universidade da Paraíba e com o governo do Estado o problema do funcionamento da fábrica em caso de tombamento, pois, nas palavras do conselheiro, "[...] sem assegurar o funcionamento, perderia muito seu sentido a idéia de tomar a fábrica" (SPHAN/DTC, Processo nº 1054-T-82, p. 173). Ele acrescenta ainda que:

Trata-se de uma inovação em matéria de tombamento, pois visa a preservação de um processo industrial, e não de um monumento de interesse histórico ou artístico.[...] a fábrica de vinho Tito Silva, fundada no século passado, é uma indústria pioneira no nordeste, e estabeleceu uma importante tradição, que merece ser preservada. Isso não seria possível se a fábrica fosse abandonada ao seu próprio destino, pois veio enfrentando crescentes dificuldades econômicas, que levaram a uma situação financeira insustentável, e, certamente, a uma posição claramente falimentar. A idéia de tombamento ficou ligada a uma desapropriação da fábrica pelo governo do estado da Paraíba, e a um acordo com a Universidade da Paraíba, para que esta assumisse o controle da operação, transformando a empresa numa fábrica escola, onde seria mantido um conhecimento dos processos tradicionais de fabricação, e, eventualmente desenvolvidos novos processos (SPHAN/DTC, Processo nº 1054-T-82, p. 173).

Em 9 de julho de 1984, a então Ministra de Estado da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, homologa o tombamento da Fábrica de Vinho Tito e Silva, sua maquinaria e equipamentos em caráter ex-officio. Os bens são inscritos no Livro do Tombo Histórico sob o número 495, folha 87, em 2 de agosto de 1984.





◀▲▲ Fig. 112. Vista do setor de Embalagem e Rotulagem. Fonte: IPHAN, Processo nº 1054-T-82.

◀▲ Fig. 113. Vista dos toneis para acondicionamento do mosto. Fonte: IPHAN, Processo nº 1054-T-82.

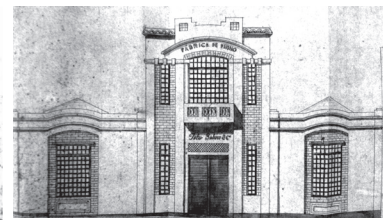
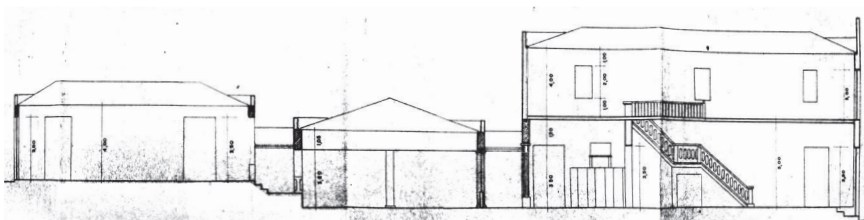
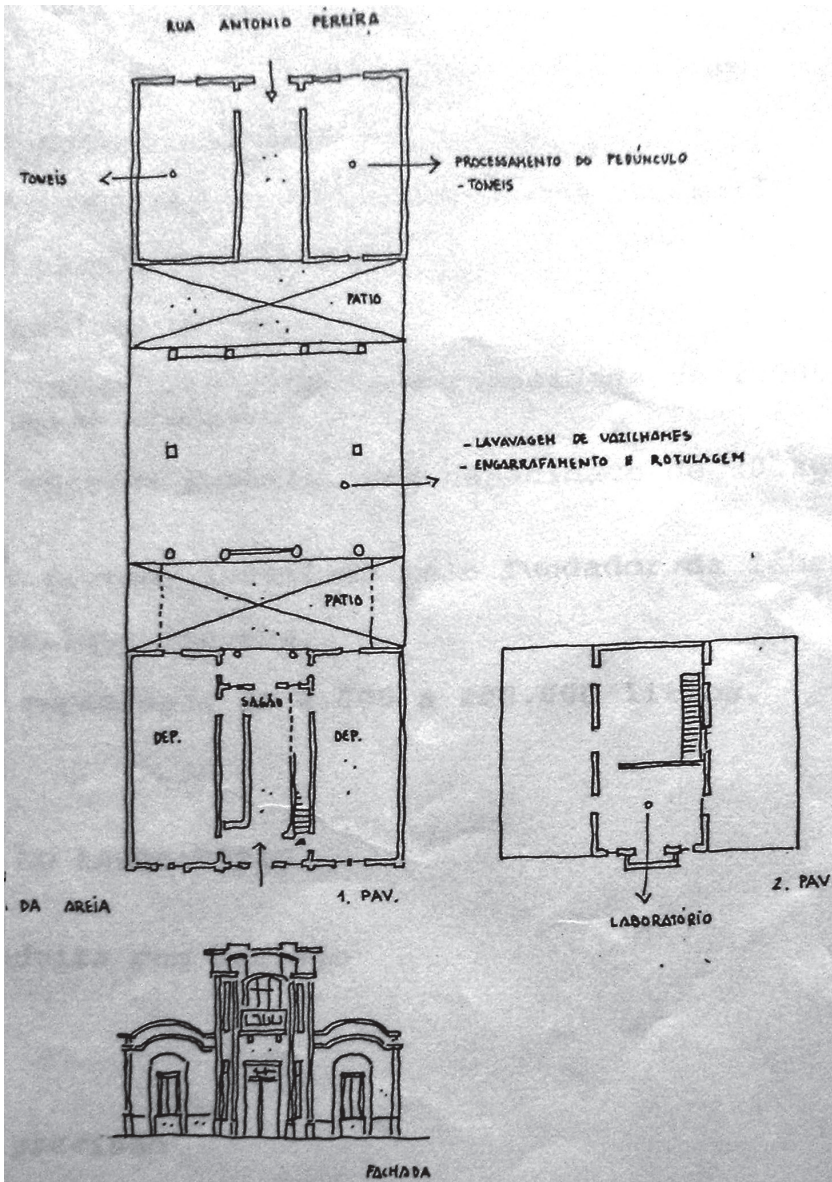
▲ Fig. 114. Local para o procesamento do pedúnculo. Fonte: IPHAN, Processo nº 1054-T-82.

◀ Fig. 115. Planta dos Pavimentos com a distribuição das diferentes funções espacialmente. Fonte: IPHAN, Processo nº 1054-T-82.

◀▼ Fig. 116. Corte longitudinal da edificação. Fonte: IPHAN, Processo nº 1054-T-82.

▼▼ Fig. 117. Foto da Fachada Principal à época do estudo de tombamento. Fonte: IPHAN, Processo nº 1054-T-82.

▼ Fig. 118. Levantamento gráfico da fachada para a Rua da Areia. Fonte: IPHAN, Processo nº 1054-T-82.



10.3. Acerca de algumas fábricas e seus tombamentos

Os tombamentos pioneiros das fábricas Santa Amélia e Tito e Silva podem ser considerados o laboratório de experimentação do IPHAN para a abordagem dos bens culturais da industrialização.

Na documentação de tombamento consultada, verifica-se a presença de questionamentos quanto aos procedimentos a serem adotados e quanto às opções conceituais mais adequadas àquele tipo de bem, que, até aquele momento, tinham como precedentes as ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica (Ouro Preto - MG, 1938), os remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema (Iperó - SP, 1964), vários engenhos, tombados na sua maioria no início dos trabalhos do IPHAN, e algumas estações ferroviárias.

Esses questionamentos marcam a reorientação dos critérios adotados pelo IPHAN a partir da década de 1970, na gestão de Aloísio Magalhães, na qual, segundo Fonseca (2001, p. 112), afirma-se “[...] a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor - seja ele histórico, artístico, nacional etc. - a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de *patrimônios culturais*”.

159

Processos de tombamento como os dessas fábricas conduzem a indagações sobre quem tem legitimidade para selecionar os bens a serem preservados, quais os valores devem ser salvaguardados e quais as expressões culturais devem ser contempladas, especialmente por se referirem a um patrimônio cultural até então não consagrado.

Retomando as questões colocadas no início deste capítulo, acerca da representatividade do bem industrial com base em seus códigos arquitetônicos, programáticos e funcionais, assim como em sua configuração territorial, podemos concluir que a preservação de bens culturais relacionados à indústria, como vimos particularmente no caso do tombamento da Fábrica Tito e Silva, está inserida em práticas culturais, sentidos e valores, os quais estão em constante processo de ressemantização e extrapolam a dimensão da valorização tradicional de excepcionalidade.

Enquanto o caso da Fábrica Santa Amélia segue um modelo convencional de valorização, consolidando com o tombamento a memória do espaço, ou seja, da edificação fabril, pois a sua especificidade cultural e funcional já estava perdida, no caso da Fábrica de Vinho Tito e Silva, os procedimentos de tombamento garantiram a perpetuação do espaço da memória, da preservação das referências culturais que caracterizam a produção do vinho de caju. Nesse último, o espaço da fábrica é simbólico, sua arquitetura funciona como suporte para a atividade, e não o seu fim.

Nos casos que examinaremos a seguir, na Parte 4 desta tese, retomaremos a significação cultural de edificações industriais e as implicações dos sentidos atribuídos a esses bens, tomando por base o exame de cinco exemplares industriais selecionados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.



PARTE 4

O PROCESSO DE REABILITAÇÃO DE ANTIGOS ESPAÇOS INDUSTRIAIS

Para elaborar propostas consistentes de intervenção em bens legados pelo processo de industrialização, portanto, é necessário considerar as obras em seus aspectos materiais, documentais, formais, memoriais e simbólicos, o que implica necessariamente um processo multidisciplinar, tanto no processo de identificação daquilo que é considerado um bem cultural, quanto no processo de intervenção.

[...] É necessário tornar esses critérios operacionais dentro das atuais circunstâncias, fazendo-se, de modo gradativo, experimentações conscienciosas e fundamentadas, para se chegar a uma amadurecida e atualizada unidade de princípios, capaz de enfrentar os problemas em toda a sua complexidade, levando em conta as questões sociais e econômicas envolvidas, mas com a plena consciência de que a matriz que motiva e em que deve ser tratada a questão é a cultural.

O intuito é que esses bens possam continuar a exercer seu papel primordial, a saber, ser documentos fidedignos e, como tal, servir como efetivos suportes do conhecimento, em vários campos do saber, e da memória coletiva. (Kühl, 2010b, p.18-19)

II. O ESPAÇO DAS FÁBRICAS: RELAÇÕES CONVERGENTES E DIVERGENTES SOBRE O USO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Entre todas as artes, estas filhas do prazer e da necessidade, às quais o homem associou-se para ajudá-lo a suportar as agruras da vida e a transmitir sua memória às gerações futuras, não se pode negar que a Arquitetura deve ocupar o lugar mais distinto.

Quatremère de Quincy

⁹⁶ QUATREMÈRE DE QUINCY. "Type". Encyclopédie Méthodique : Architecture. Liège: chez Panckoucke, Tomo III, 1825, p. 543. Disponível em: < <http://visualiseur.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k85720c>>. Acesso em: 29 ago. 2010.

⁹⁷ Ibidem, p. 545. Acesso em: 29 ago. 2010.

⁹⁸ Aqui nos valem os novamente dos verbetes de Quatremère de Quincy. Caráter é o verbete mais longo da Encyclopédie (1832), com cerca de quarenta páginas, em que o autor se dispõe a distinguir as diversas utilizações do termo das suas aplicações específicas no campo da Arquitetura e, dentro desta, as numerosas variações existentes. Em nossa análise, empregamos o caráter para definir, nas edificações industriais, seus caracteres distintivos que permitem sua singularização, dentro do conceito já enunciado de tipo, como expressão da unidade que preside a eleição de elementos, a disposição das massas, a distribuição, a ordenação, a moderação e os contrastes. Quatremère de Quincy atribui o uso da ideia de caráter "[...] a uma determinada espécie ou a um certo número de traços distintivos, ou seja, àqueles que têm eminentemente a propriedade de designar e de distinguir um objeto entre muitos outros objetos semelhantes" (QUATREMÈRE DE QUINCY, 1832 apud PEREIRA, 2008, p.191).

As fábricas de tecidos estudadas neste capítulo representam a configuração de um tipo, considerada a definição de Quatremère de Quincy, no sentido da "[...] ideia por trás da aparência individual do edifício, uma forma ideal, geradora de infinitas possibilidades, da qual muitos edifícios dissimilares podem derivar" (QUATREMÈRE DE QUINCY, 1825⁹⁶ apud PEREIRA, R.B., 2010, p. 66).

Ao analisar o espaço consolidado pelas fábricas selecionadas em São Paulo e Rio de Janeiro do ponto de vista físico e cultural, buscamos entender suas relações convergentes - daí a fundamentação no conceito de tipo - e desvendar suas peculiaridades e divergências regionais.

No anexo I, descrevemos como se dá o processo de produção de tecido, importante para entender o espaço produtivo das fábricas de tecido em seus aspectos formais e documentais.

Sobre o tipo, Quatremère de Quincy refere-se à "aparência individual do edifício", na acepção de que cada um dos principais edifícios deve encontrar em sua destinação fundamental, nos usos que lhe concernem, um tipo que lhe é próprio. A arquitetura deve tender a se conformar, da melhor forma possível, a esse tipo, se quer imprimir a cada edifício uma fisionomia particular (QUATREMÈRE DE QUINCY, 1825⁹⁷ apud PEREIRA, R.B., 2010, p. 68).

Dessa forma, observamos que todas as fábricas selecionadas neste trabalho, apesar da variação em seu produto final (modelo), conservam sempre visível, e de forma sensível ao sentimento e à razão, seu princípio elementar: sua destinação como edifício que abriga o processo de transformação industrial e seus respectivos maquinários.

A "fisionomia particular" desses edifícios, impressa em seus aspectos plásticos e projetuais, é identificada aqui nas técnicas construtivas, no seu sistema estrutural, na escala, na tipologia e tamanho das envasaduras, na sua altura, nos seus sistemas de exaustão e ventilação forçada e na sua relação com o espaço urbano, que lhes conferem caráter⁹⁸, distinguindo-os de outras tipologias arquitetônicas.



▲ Fig. 120. Croquis de autoria de Paulo Sgarbi, indicando o primeiro edifício da Fábrica São Luiz. Fonte: CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, p. 52.

◀ Fig. 121. Croquis indicando a tipologia e ritmo das envasaduras do primeiro edifício da Fábrica São Luiz. Autor: Paulo Sgarbi. Fonte: CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, p. 52

No caso da Fábrica São Luiz, em Itu, a questão do caráter do edifício fica enunciado na descrição da arquitetura do primeiro edifício da fábrica feita pelo arquiteto do CONDEPHAAT, Paulo Roberto Sgarbi: “[...] de **caráter sóbrio e despojado**, o primeiro bloco, inaugurado em 1869, apresenta no tratamento externo das fachadas, um ritmo regular das envasaduras, com janelas de vergas retas e ausência de ornatos” (CONDEPHAAT, Processo N° 22338/82, p. 52; grifos da autora).

Quando o arquiteto Sgarbi refere-se ao segundo edifício da Fábrica São Luiz, inaugurado em 1897, ele volta a usar a qualificação “sóbrio”: “[...] e a novidade é o tratamento plástico das fachadas, com **sóbria** modenatura neoclássica” (CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, p. 54, grifo da autora).

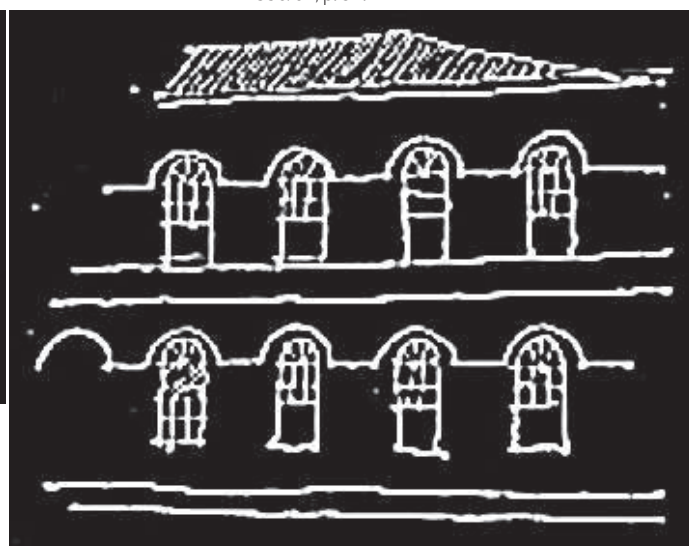
Apesar das diferentes linguagens plásticas, a unidade do conjunto foi obtida através do acabamento da alvenaria de tijolos revestida em todas as paredes dos dois edifícios e do ritmo das envasaduras, que apesar de sua variedade formal resultam em uma composição dinâmica e harmoniosa reforçada pelas variações de altura dos dois volumes, e no discreto uso de elementos ornamentais nas fachadas do edifício mais recente.

Percebemos assim que o caráter identificado pelo arquiteto Sgarbi na Fábrica São Luiz vai ao encontro da terceira acepção do verbete utilizada por Quatremère de Quincy⁹⁹, na qual caráter “[...] consiste na arte de imprimir a cada edifício uma maneira de ser de fato apropriada à sua natureza ou ao seu emprego, de forma que nele se

⁹⁹As três acepções que a palavra caráter pode exprimir, segundo Quatremère de Quincy, seriam: a primeira, relativa à força e à grandeza física colocadas nas obras da arte da construção, em harmonia com o estado das necessidades físicas e morais vigentes na época; a segunda, relativa à originalidade, no concernente à distinção de uma determinada obra, sobretudo nas obras de imitação; e a terceira, relativa à propriedade indicativa do que o edifício é e do que ele deve parecer ser (QUATREMÈRE DE QUINCY, 1832 apud PEREIRA, 2008, p. 193).

▼ Fig. 122. Croquis indicando o segundo edifício da Fábrica São Luiz. Autor: Paulo Sgarbi. Fonte: CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, p. 54

▼ Fig. 123. Croquis indicando a tipologia, ritmo e ornamentação das envasaduras do segundo edifício da Fábrica São Luiz. Autor: Paulo Sgarbi. Fonte: CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, p. 54.



¹⁰⁰ QUATREMÈRE DE QUINCY, A.C. Dictionnaire historique d'architecture. Paris: Librairie d'Adrien Le Clère et C.ie, 1832, tome I, pp. 302-308.

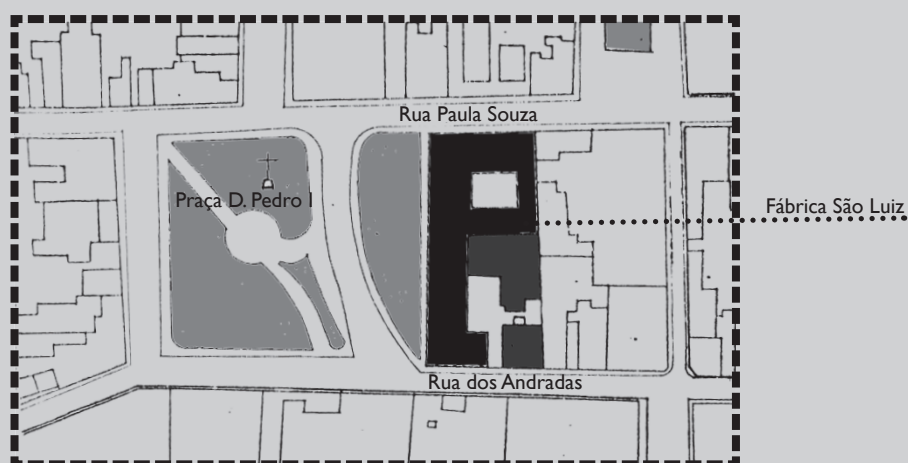
possa ler através de traços bem evidentes o que ele é ou que não é” (QUATREMÈRE DE QUINCY, 1832, p. 306¹⁰⁰ apud PEREIRA, R.B., 2008, p. 203).

Os traços que definem o caráter do edifício, no caso da arquitetura industrial, não se restringem somente à sua planta e elevação, mas conseguimos identificá-los também em sua implantação. A destinação industrial orienta sua implantação próxima a fontes de energia, como os rios, e conectada à linha férrea, principal meio de transporte e elemento essencial para o escoamento da produção e para a alimentação da fábrica com sua matéria-prima.

As características de implantação das fábricas provocaram transformações sensíveis no tecido urbano, promoveram a construção de infraestrutura básica e organizaram bairros inteiros, configurando um cenário urbano peculiar.

Com base nesse quadro, foram analisadas as características espaciais de algumas fábricas, identificando unidades tipicamente urbanas, como a Fábrica de Tecidos São Luiz, em Itu, Estado de São Paulo, implantada na rua principal da cidade, em um lote vizinho ao da Igreja de Bom Jesus; unidades que foram implantadas nas bordas da área urbanizada, como a Brasital, no município paulista de São Roque; unidades que se originaram de fusões de outras fábricas, transformando-se em grandes complexos, como a Brasital, no município paulista de Salto, e a Cia. América Fabril, no município do Rio de Janeiro; e, finalmente, aquelas instaladas em zona rural, como a Fábrica Bangu, também no município do Rio de Janeiro.

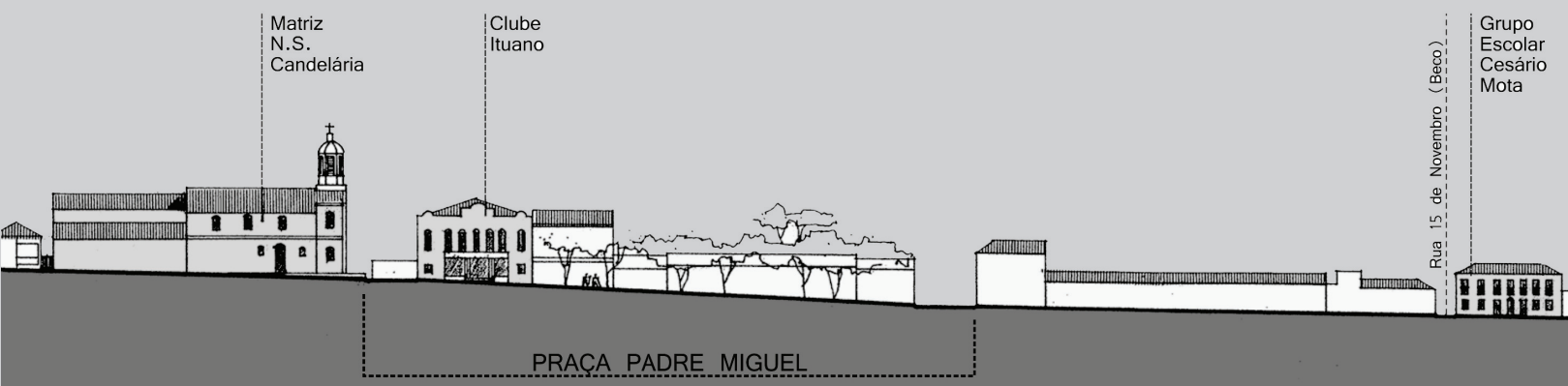
Essa análise se fez necessária, pois identificar o tipo e o caráter dessas edificações, além do intrínseco valor histórico já considerado nos processos de patrimonialização, como vimos no capítulo anterior, pode colaborar para responder às hipóteses desta tese: em que medida, nos processos de reabilitação urbana, categorias como tipo e caráter das fábricas são propriedades enfatizadas a ponto de se transformarem em testemunhos eloquentes para a valorização histórica, social e cultural de espaços preteritamente industriais.



▲ Mapa 7. Área do Zoneamento Histórico da Cidade de Itu. Em destaque a localização da Fábrica São Luiz.

◀ Fig. 124. Implantação da Fábrica na quadra.

▼ Fig. 125. Corte do Eixo Histórico da Cidade (Rua Paula Souza e Barão de Itaim.). Em destaque os edifícios tombados.



II. A FÁBRICA DE TECIDOS SÃO LUIZ

¹⁰¹ A primeira fábrica de tecidos movida a vapor que se fundou em São Paulo, e que, uma vez fundada, passou imediatamente a funcionar e assim, continuando sem interrupção, até os dias presentes, é a Fábrica São Luiz, da cidade de Itu" (NARDY FILHO, 2000, p. 195).

¹⁰² O escritor Elyziario Castanho relata o encontro que teve com o carro de bois que transportava a máquina a vapor, encajado na estrada perto da casa de seu avô: "A certo ponto adiante, à beira de um córrego, achava-se encajado um grande carro de quatro rodas de largas sapatas de ferro, que conduzia um, para aqueles tempos, enorme vapor, que ia servir na cidade para mover a primeira fábrica de fiação e tecidos que na província estava sendo montada. Dias depois, estando eu, com a família já ali (em Itú) instalado, deu entrada na cidade, todo enfeitado, o carro com o vapor, puxado por dez juntas de bois escolhidos, de chifres ornados com largas fitas de seda de cores variegadas sendo recebido festivamente com música, flores, etc. etc." (Cf. NARDY FILHO, 2000, p. 202).

¹⁰³ A Rua Paula Souza, antiga Rua Direita, forma, juntamente com a Rua Barão de Itaim, o eixo histórico de Itu e faz

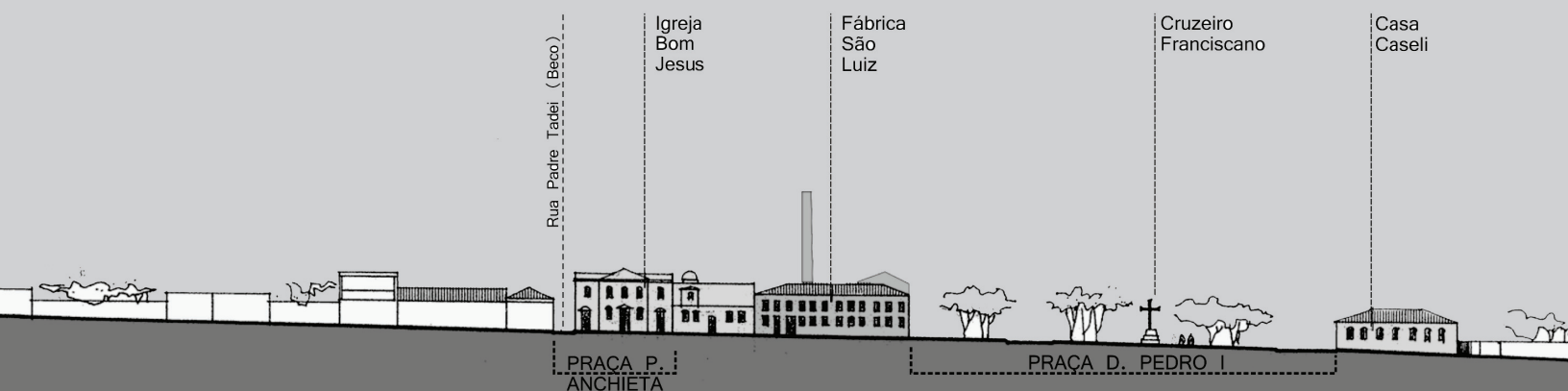
A Fábrica de Tecidos São Luiz, em Itu, município do Estado de São Paulo, distante cerca de noventa quilômetros da capital, funcionou de 1869 a 1982 e pertence à primeira fase da indústria têxtil no país, sendo a primeira fábrica de fiação e tecelagem a utilizar vapor como força motriz no Estado¹⁰¹.

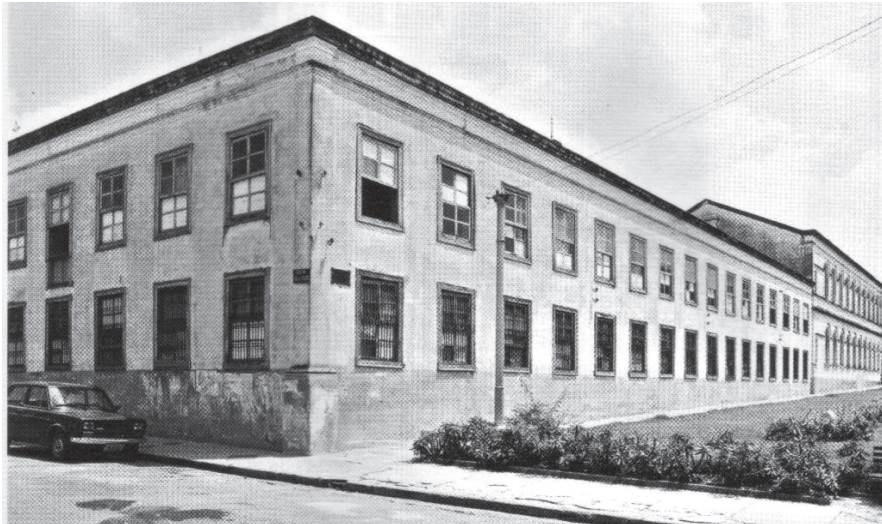
Segundo Nardy Filho (2000), o primeiro edifício, "[...] constituído de dois andares, medindo 24 metros de frente para a rua Direita (hoje Paula Souza) e 31 metros de frente para o Largo São Francisco (atual Praça Pedro I) e com 13 janelas para o largo e 9 janelas para a rua [...]" (p. 200), foi concluído em 1869, começando a trabalhar com "[...] 24 teares, acionados por um vapor de 30 cavalos, contando sua fiação mais de 1000 fusos" (p. 203).

A caldeira havia chegado três anos antes, transportada de São Paulo a Itu por meio de carros de boi¹⁰².

O **caráter**, entendido como sinônimo de propriedade indicativa do que o edifício é e do que ele deve parecer ser, no caso da Fábrica de Tecidos São Luiz, reside na sua arquitetura industrial peculiar. Embora o edifício tenha sido projetado para abrigar a fábrica, o tratamento de suas fachadas diferencia-se de instalações produtivas contemporâneas a ela, nas quais elementos como o tijolo aparente e os lanternins são imperativos. A aspecto exterior da fábrica remete à arquitetura dos solares assobradados existentes na Rua Paula Souza - denominada na cidade como "eixo histórico"¹⁰³ -, onde a fábrica foi implantada, não explicitando sua real atividade, com exceção de sua chaminé, um torreão de seção quadrada construído em tijolos aparentes.

167





parte da estrutura da cidade desde o século XVIII, ligando o Largo do Carmo (atual Praça da Independência) ao Largo de São Francisco (atual Praça D. Pedro I), passando pela Praça Padre Miguel, onde se situa a Igreja Matriz Nossa Senhora da Candelária, e pelo Largo de Bom Jesus (atual praça Padre Anchieta), com a Igreja do Bom Jesus, onde foi construída, em 1610, a capela original dedicada a Nossa Senhora da Candelária. O antigo Largo de São Francisco abriga o Cruzeiro Franciscano.

◀ Fig. 126. Primeiro prédio da Fábrica São Luiz. Foto Julio Abe. Arquivo da família Pacheco.

Outra característica interessante da arquitetura da fábrica é que, apesar do emprego de alvenaria de tijolos, técnica construtiva nova para a época, as espessuras das paredes são ainda aquelas empregadas quando do uso da taipa.

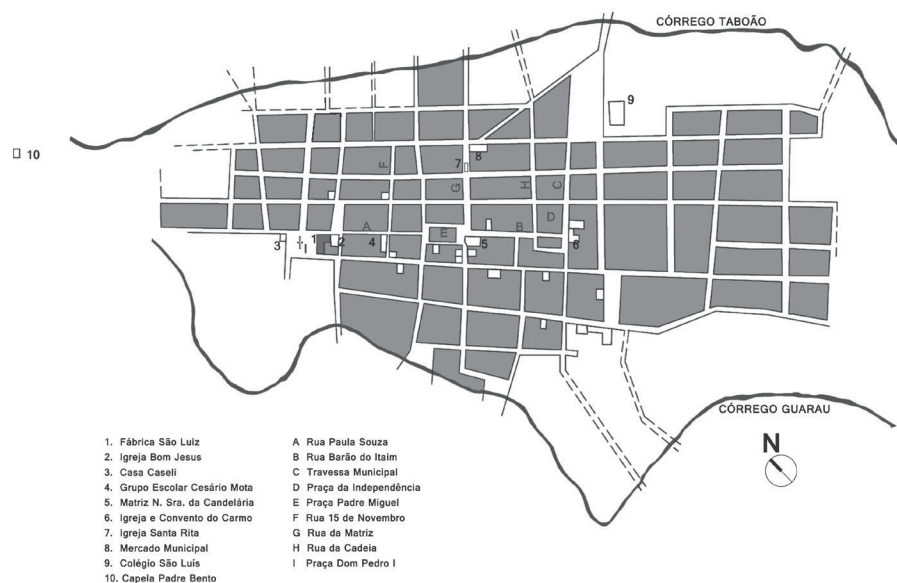
Quanto à sua implantação, o jornal *Correio Paulistano*, em sua edição de 5 de setembro de 1869, publica que havia saído no *Brazilian World*, na mesma época, uma notícia sobre a “[...] importantíssima fábrica de tecer algodão, que agora se está montando na cidade de Itu [...]”, justificando sua implantação e a escolha de seu sistema operacional:

O projecto do estabelecimento de uma fábrica de tecidos de algodão era discutido há tempo pelo Sr. Tenente Coronel Luiz Antonio de Anhaia e outros, sendo primitivamente estudada a possibilidade de fundar no Salto, aproveitando as águas do Tiete como motor permanente; mas o facto dos inconstantes altos e baixos do rio, convenceu da impossibilidade de sustentar uma altura indispensável para mover as machinas. Em consequência resolveram, fundar o estabelecimento na cidade de Itu, empregando o vapor; e para o respectivo edificio escolheram uma excellente localidade formoseando a rua Direita e largo de S. Francisco (apud NARDY FILHO, 2000, vol.VI, p. 203).

O terreno onde a fábrica foi construída pertencia na época aos frades franciscanos e, em 1610, abrigava a capela dedicada à Nossa Senhora da Candelária, tornando-se, em 1669, a primeira Igreja Matriz de Itu. Em 1780, quando foi inaugurada a nova Igreja Matriz, a capela passou a ser dedicada ao Senhor Bom Jesus (NARDY FILHO, 2000, vol.I, pp. 53-54).

Como podemos constatar, a implantação da fábrica deu-se em local privilegiado da cidade, dentro do eixo histórico e em área onde a cidade praticamente iniciou. Considerando aqui a tipologia fabril e as outras fábricas estudadas, o local de implantação da Fábrica São Luiz estabelece também um importante elemento de distinção. Como constata o parecer do conselheiro Antonio Luiz Dias de Andrade:

► Mapa 8. Localização da Fábrica São Luiz no tecido urbano de Itu, em 1925. Elaboração da autora a partir de mapeamento constante no processo de tombamento da Fábrica São Luiz.



[...] mantém o conjunto industrial da Fábrica de Tecidos São Luiz significativas relações com a estrutura urbana na qual se encontra situado, configurando espaço peculiar de suma importância para a manutenção dos valores ambientais que identificam e oferecem personalidade ao centro histórico de Itu (CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, pp. 72-73).

Outro fator importante, ressaltado no parecer do conselheiro Antonio Luiz Dias de Andrade sobre o tombamento da fábrica, é a questão da preservação do conjunto urbano. Esse questionamento vai ao encontro da preocupação levantada por Carlos Lemos em 1969, em seu relatório de viagem a Itu, em que o arquiteto traça considerações a respeito de um possível roteiro histórico dentro da zona urbana, sugerido no plano diretor da cidade, elaborado naquela época pelos arquitetos João Walter Toscano e Julio Roberto Katinsky. Lemos afirma que “[...] o espectador, ou turista, poderá ir apreciando ângulos, dentro do espaço urbanístico, representativos da antiga feição arquitetônica da cidade [...]”, simbolizados por “[...] grupos de construções do sec. XIX – as últimas ainda conservadas, que conseguiram escapar da ação dos reformadores da cidade [...]”, e finaliza aludindo ao fato de que “[...] poucos exemplares arquitetônicos conseguiram chegar a nossos dias [...]” e, portanto, “[...] sendo poucos, deverão ser conservados [...]” (CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, pp. 6-7).

Ele finaliza seu relatório afirmando que “[...] no caso de Itu, o que é importante, com já dissemos, é o ‘clima’, e o conjunto arquitetônico uniforme – talvez o único ainda existente em nossas cidades do interior serra acima” (CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, p. 11).

Depois desse relatório, que data de 1969, o processo de tombamento permaneceu paralisado, sendo retomado dez anos depois, quando Carlos Lemos, na época diretor da STCR, manifesta-se pelo arquivamento, alegando que, diante da nova política do CONDEPHAAT,

referente “[...] às chamadas cidades históricas, principalmente Itu e após o recebimento do trabalho da equipe do arquiteto Toscano, os tombamentos pontuais e isolados estão fora de cogitação” (CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, p. 22).

Podemos inferir aqui, do ponto de vista dos aspectos conceituais abordados nos pareceres de Carlos Lemos, que existe uma preocupação com a nova orientação na política patrimonial praticada pelo CONDEPHAAT. O período de dez anos entre o primeiro parecer de Lemos e o pedido de arquivamento foi um momento em que estava sendo posta em prática a política de descentralização de atividades do IPHAN, que adquiriu sua primeira feição normativa no Compromisso de Brasília, firmado em 1970 e ratificado no ano seguinte, no Compromisso de Salvador. O Compromisso de Brasília recomendava também a criação de cursos com a função de “[...] formar especialistas para o atendimento das unidades dos serviços de proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do país”¹⁰⁴, o que se concretizou no convênio firmado entre o CONDEPHAAT e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP em 1972, sendo ratificado em 1973 com a inclusão do IPHAN. O curso de especialização foi oferecido em 1974, formando 28 especialistas, e “[...] representou um marco na história da preservação do patrimônio no Brasil [...]” colocando pela primeira vez “[...] o problema da conceituação do patrimônio [...]” (MAYUMI, 2005, p. 154)¹⁰⁵.

Carlos Lemos e Antônio Luiz Dias de Andrade, que foram alunos do curso, também relatam que foram uma novidade os conceitos apresentados por Varine-Bohan¹⁰⁶, especialmente no respeitante à abrangência da noção de “patrimônio” (RODRIGUES¹⁰⁷, 2000, p. 73 apud MAYUMI, 2005, p. 150).

O processo é retomado em 29 de setembro de 1982 por Jonas Soares de Souza, diretor do Museu Republicano Convenção de Itu, exatamente quando a Fábrica de Tecidos São Luiz encerra suas atividades:

Temos consciência da impotência do CONDEPHAAT diante da magnitude da tarefa de preservação do patrimônio cultural. Entretanto, alguma medida deverá ser tomada para evitar a possível destruição de tão significativo testemunho dos primórdios do processo de industrialização do país (CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, p. 26).

No encaminhamento do processo, o presidente do Conselho, Aziz Ab Saber, solicita urgência no estudo “[...] com vistas a possível proteção e reutilização cultural da antiga Fábrica de Tecidos São Luiz” (CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, p. 26).

É interessante notar que o fechamento da fábrica suscitou a retomada das discussões, encerradas em 1979, após o processo ficar paralisado por dez anos. E, além disso, atribuiu uma urgência que até então não havia se manifestado. A fábrica foi tombada pouco mais de um ano após o pedido de reabertura do processo, em 15 de dezembro

¹⁰⁴ Conforme artigo 2º do convênio publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 20 de dezembro de 1972 (Cf. MAYUMI, 2005, p. 149).

¹⁰⁵ Sobre o curso, sua organização e conteúdo, ver MAYUMI, L. Taipa, Canela-preta e Concreto - um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo. 2005, 329p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

¹⁰⁶ O museólogo e professor francês Hughes de Varine-Bohan, diretor do Conselho Internacional dos Museus (ICOM) por dez anos, foi professor do Bloco I do curso. “À noção de patrimônio histórico e artístico, Varine-Bohan superpôs o conceito mais abrangente de ‘patrimônio cultural’, cujos elementos constituintes ele definiu a partir do seu agrupamento em três grandes categorias: a dos elementos de origem natural (o meio ambiente do homem); a dos elementos intangíveis criados pelo homem (o conhecimento, a ciência, a técnica, a arte); e a do habitualmente chamado de patrimônio cultural, composto pelos bens móveis e imóveis. [...] de acordo com essa abordagem ampla, adquirem relevo como patrimônios culturais inumeráveis elementos pertencentes ao mundo do homem, mas até então invisíveis ao olhar patrimonial” (MAYUMI, 2005, p. 150).

¹⁰⁷ RODRIGUES, Marly. Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado: CONDEPHAAT: FAPESP, 2000.

¹⁰⁸ Esse olhar pode ser avaliado como um reflexo das abordagens feitas por Varine-Bohan, que defendeu o patrimônio do conhecimento, como o saber fazer e as técnicas, no curso de formação de especialistas de que Antônio Luiz Dias de Andrade tomou parte.

¹⁰⁹ Participaram dessa vistoria os arquitetos Silvia Ferreira Santos Wolff, Maria Cristina Wolff de Carvalho, Walter Pires e Hugo Segawa, do CONDEPHAAT, e Alexandre Luis Rocha, do IPHAN.

¹¹⁰ Conforme minuta de tombamento.

de 1983.

Outro fato curioso é que, no parecer do conselheiro Antônio Luiz Dias de Andrade, existe a preocupação em preservar o edifício juntamente com as “[...] primitivas máquinas e equipamentos remanescentes [...]”¹⁰⁸ (CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, p. 73), que acaba não sendo explicitada na minuta de tombamento.

Entendemos, pela leitura do processo, que a preservação do maquinário ficou condicionada a um levantamento sistemático que avaliaria a pertinência do pedido.

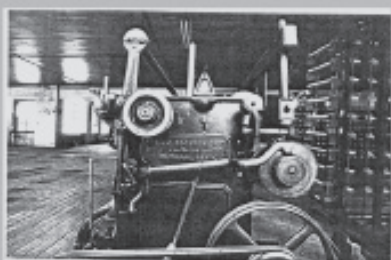
O relatório da vistoria realizada por técnicos do CONDEPHAAT e do IPHAN¹⁰⁹ no edifício já tombado, em fevereiro de 1984, descreve o processo de fabricação de tecidos e a relação do maquinário existente na fábrica, única documentação a inventariar esses equipamentos.

Nessa vistoria, os técnicos questionam a validade do tombamento do maquinário, visto que este já havia sido bastante adaptado, não restando nada do período em que a fábrica funcionava a vapor, a não ser a caldeira:

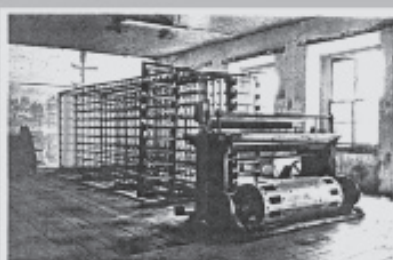
A primeira questão que surge é se haveria sentido em tombar máquinas isoladamente, por um critério de antiguidade ou raridade, vistas como peças de museu isoladas do contexto do processo de fabricação têxtil. No caso da Fábrica de Tecidos São Luiz, convivem, lado a lado, máquinas antigas e outras menos raras e mais modernas. Outra questão, que de certa forma se contrapõe a esta, é se há sentido em tombar todo o maquinário, visto que é numeroso e que nos últimos tempos ocupam todas as instalações fabris, inclusive a parte não tombada (CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, p. 94).

Repete-se assim, com relação ao maquinário, o conflito estabelecido no tombamento do prédio: tombar isoladamente ou como parte integrante de um sistema mais complexo. No caso do prédio, “[...] bem cultural de interesse histórico-arquitetônico [...] marco arquitetônico do pioneirismo na industrialização em nosso Estado em meados do século passado e componente fundamental da paisagem urbana tradicional de Itu” (CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, p. 77), o conjunto foi contemplado¹¹⁰. No caso do maquinário, os técnicos julgaram, ao examiná-lo, que

Talvez o único momento que pode ser preservado como testemunho do processo de fabricação [...] seja o momento da paralisação, incorporadas todas as modificações sofridas. E, na hipótese de que a preservação daquele maquinário seja encaminhado desta forma, há que se levar em consideração a necessidade de um estudo pormenorizado do maquinário necessário e suficiente para uma linha de produção que, ao mesmo tempo que seja representativo (por peças isoladas) dos vários momentos daquela têxtil, viabilize economicamente, embora jamais com caráter competitivo, a produção de tecidos e fios (CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, p. 94).



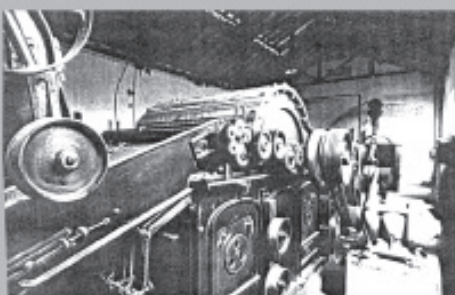
A



B



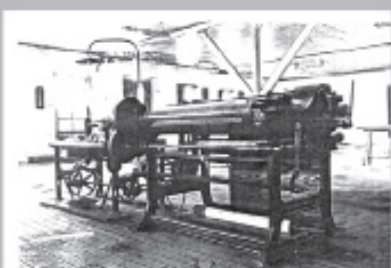
C



D



E



F



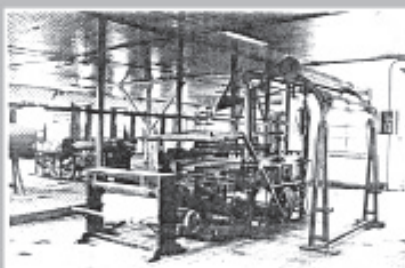
G



H



I



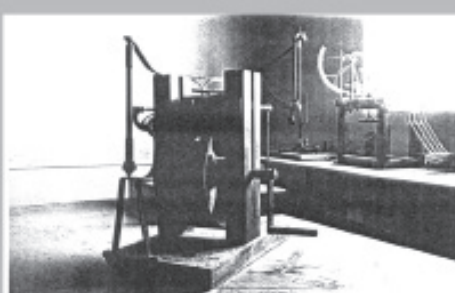
J



K



L



M



N

¹¹¹ Os teares e outros maquinários vieram dos Estados Unidos; os componentes da caldeira vieram da Inglaterra.

De certa forma, na hipótese aventada pelos técnicos para a sua preservação, fica claro que o maquinário só seria importante se pudesse entrar novamente em operação. O problema levantado pelos técnicos seria o de adequar o “[...] espaço disponível e o programa que se pretende implantar” (CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, p. 95), pois os edifícios tombados, construídos em 1869 e 1897, antes da paralisação da fábrica, abrigavam somente a tinturaria, urdume, tecelagem, dobragem e acabamento dos tecidos. As demais etapas da produção aconteciam nos edifícios construídos entre 1930 e 1945, no outro lado da rua, e que não foram objeto do tombamento.

Esse olhar da equipe de técnicos sobre a fábrica, buscando identificar alternativas, possibilidades para a revitalização e valorização do bem tombado e o tratamento do acervo industrial, inclusive com propósitos didáticos de formação e treinamento industrial, serviu para embasar nova solicitação de inclusão do maquinário no livro do tombo pelo conselheiro Antonio Luiz Dias de Andrade:

Parece-nos, portanto, conveniente, especificar nos respectivos livros do tombo, a relação das máquinas arroladas pelo STCR, opinando, outrossim, em atenção às dúvidas colocadas no aludido parecer, devam ser consideradas tombadas aqueles equipamentos encontrados ou em uso no momento do encerramento das atividades da fábrica.

Com efeito, se o tombamento das instalações industriais considerou as várias ampliações e reformas havidas em decorrência das urgências sucessivas, associadas ao desenvolvimento das atividades da indústria, não vemos razões para não considerar incluídos como equipamentos da fábrica, os diversos equipamentos – antigos e modernos – que em seu conjunto permitem a apreensão do processo industrial do qual são parte integrante e importantes testemunhos (CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, pp. 142-143).

173

◀ Fig. 127. Levantamento do maquinário existente na fábrica na época do estudo de tombamento. Fotos de Hugo Segawa.

A - DETALHE DA URDIDEIRA PLATT BROTHERS

B - URDIDEIRA PLATT BROTHERS

C - URDIDEIRA LANCASTER MOORE

D - BATEDOR

E - BATEDOR

F - ENROLADEIRA

G - PRENSA ENFORDADEIRA

H - BATEDOR

I - DOBRADEIRA

J - DOBRADEIRA NAVALHADEIRA

K - ENROLADEIRA

L/M - INSTRUMENTOS DE AFERIÇÃO E VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE DOS FIOS NO LABORATÓRIO

N - MÁQUINA DE FABRICO DE CHINTZ

Apesar desse parecer favorável para a inclusão dos equipamentos como parte integrante do bem tombado isso não ocorreu, e as máquinas acabaram sendo vendidas pelos proprietários da fábrica, restando apenas a caldeira¹¹¹. Assim, o inventário sistemático dos equipamentos elaborado pelos técnicos do CONDEPHAAT constitui a única documentação, visual e descritiva, dos artefatos industriais móveis da Fábrica São Luiz.

Quanto à sua reutilização, além das sugestões apresentadas pelos técnicos da STCR visando à reativação da produção fabril com propósitos didáticos, o arquiteto do CONDEPHAAT, Paulo Sgarbi, em instrução no processo de tombamento da Fábrica de Tecidos São Luiz, alude à perspectiva de utilização cultural como medida de preservação do imóvel.

Tendo sido recentemente desativada, não resta dúvida que sua preservação até nossos dias, se deve às atividades ininterruptas, ali desenvolvidas.

Nesse sentido é imprescindível que uma medida como o tombamento deste imóvel, seja acompanhada por um

projeto de revitalização.

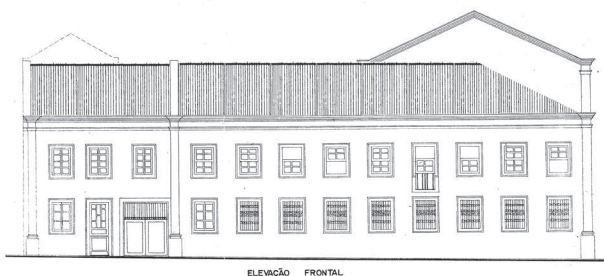
Tendo-se em vista que as funções preferenciais para a reciclagem de edifícios históricos, são as culturais e dada a carência destes espaços no centro histórico de Itu, uma das opções é a implantação de um centro cultural.

No entanto, entendemos que outras alternativas de uso devam ser examinadas, procedendo-se à necessária consulta à comunidade e entidades representativas, já que o êxito de iniciativas desta ordem estão condicionadas à efetiva participação popular (CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, p. 56)

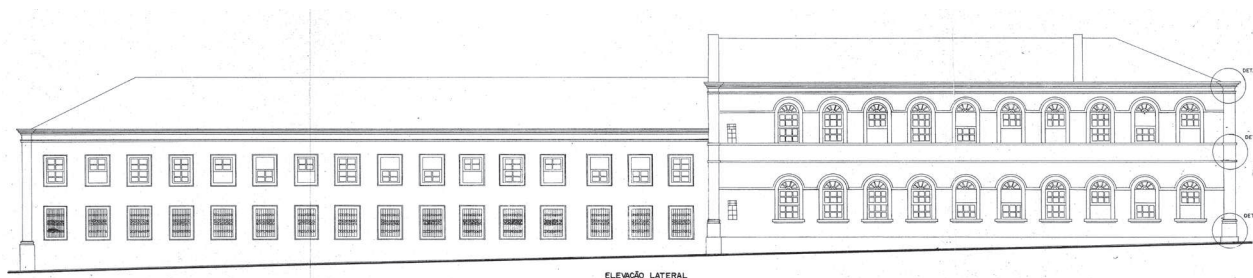
Os proprietários, por sua vez, transformaram as antigas instalações fabris, no início do século XXI, no Espaço Fábrica São Luiz, que abriga eventos, festas, casamentos, exposições, feiras de antiguidades, recitais, peças de teatro, além de receber a visita de grupos de turistas que ouvem as narrativas históricas dos funcionários e do proprietário, Ricardo Pacheco e Silva.

Em recente visita ao imóvel, constatamos que o piso superior mantém-se fechado. O proprietário alega que a estrutura do piso em madeira está comprometida. Muitas janelas encontram-se arruinadas; o piso do salão inferior, originariamente em pedra varvito, foi substituído por tijolos de barro.

Com relação à preservação da Fábrica São Luiz, o seu desmonte não resultou em sua desintegração do tecido urbano, nem em abandono, pois, como parte integrante de um conjunto urbano singular, seu valor histórico e cultural foi conservado, mesmo depois de ter perdido a importância econômica. As atividades mantidas hoje em seu espaço não fazem mais alusão à sua característica industrial, embora reafirmem, por meio das narrativas históricas e do caráter de seu tipo edificado, seu lugar como patrimônio da industrialização.



◀ Fig. 128. Levantamento da Fachada da fábrica para a Rua Paula Souza. Fonte: CONDEPHAAT, Processo de Tombamento.



▼ Fig. 129. Levantamento da Fachada da fábrica para a Praça D. Pedro I. Fonte: CONDEPHAAT, Processo de Tombamento.



▲▲▲ Fig. 130. Fachada da fábrica para a Rua Paula Souza.

▲▲ Fig. 131. Vista da fábrica a partir da Praça D. Pedro I.

▲ Fig. 132. Janelas tipo. (a) Prédio de 1869; (b) Prédio de 1897.

► Fig. 133. Porta Principal da Fábrica, entrada do "Espaço Fábrica São Luiz".



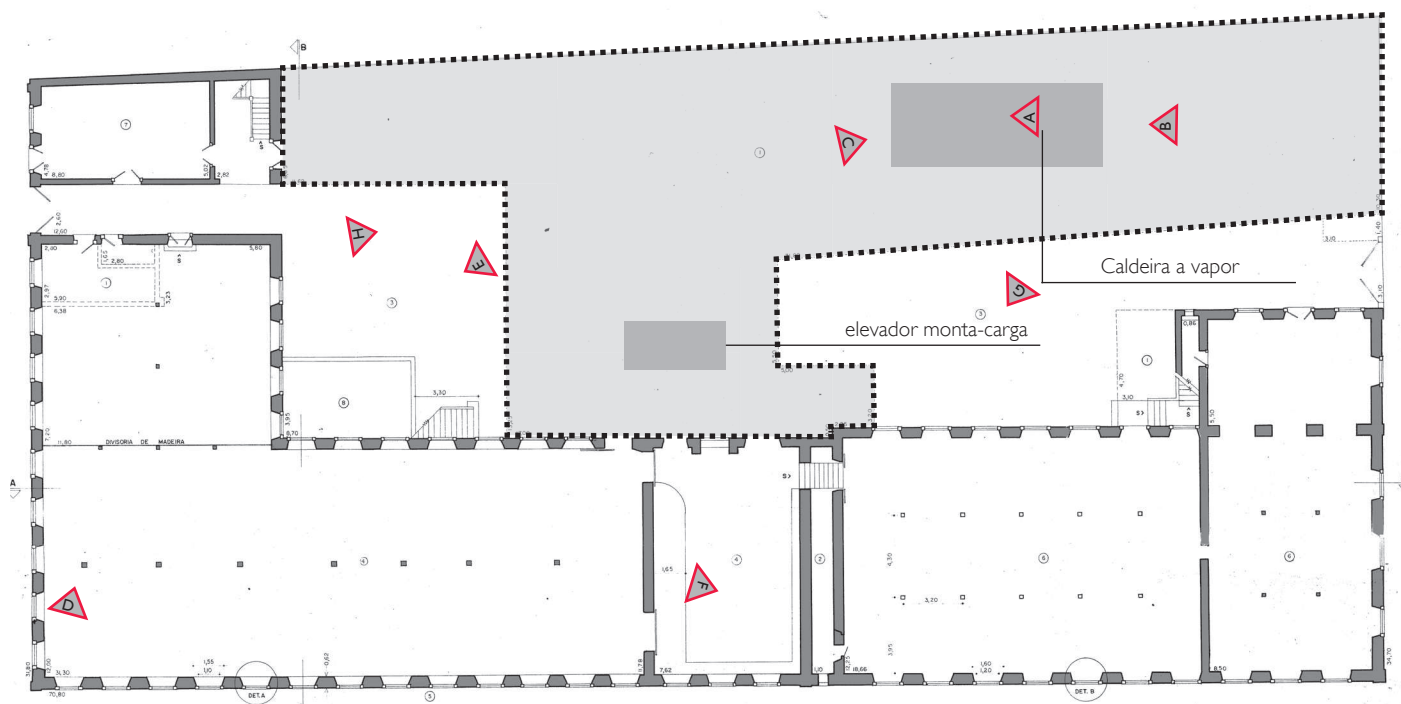
A



B



C



D



E

▲ ▼ Fig. 134. Imagens internas do segundo pavimento da Fábrica São Luiz. Note algumas máquinas remanescentes, e o estado precário do piso de assoalho de madeira. Fotos: Paulo Ricardo Zemella Miguel.

▲ Fig. 135. Planta do Pav. Térreo da Fábrica São Luiz. Elaboração da autora sobre documentação do processo de tombamento da Fábrica São Luiz.



F



G



H



A



B



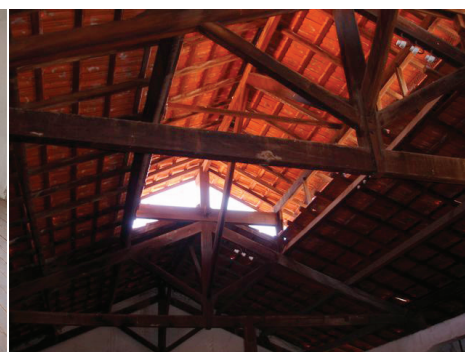
C



D



E



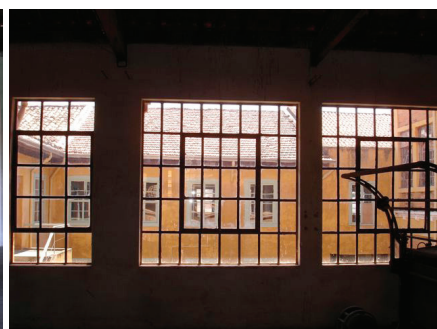
F



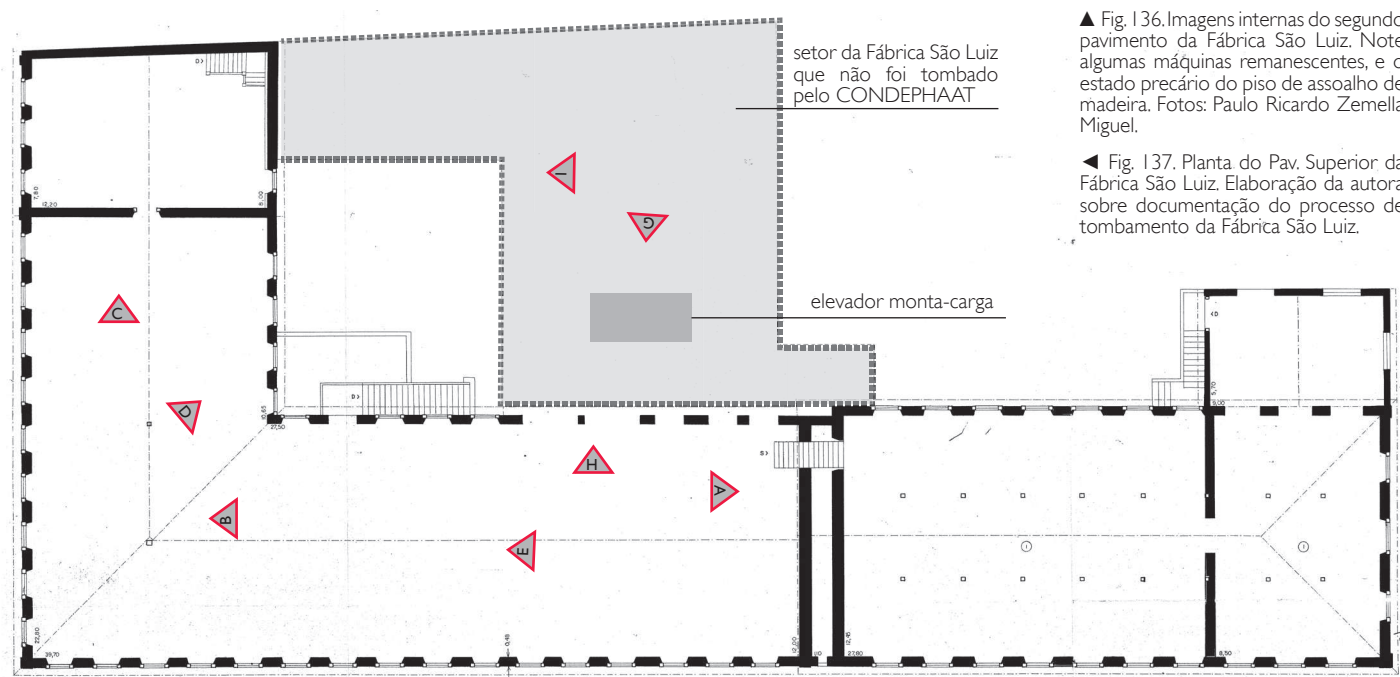
G



H



I



▲ Fig. 136. Imagens internas do segundo pavimento da Fábrica São Luiz. Note algumas máquinas remanescentes, e o estado precário do piso de assoalho de madeira. Fotos: Paulo Ricardo Zemella Miguel.

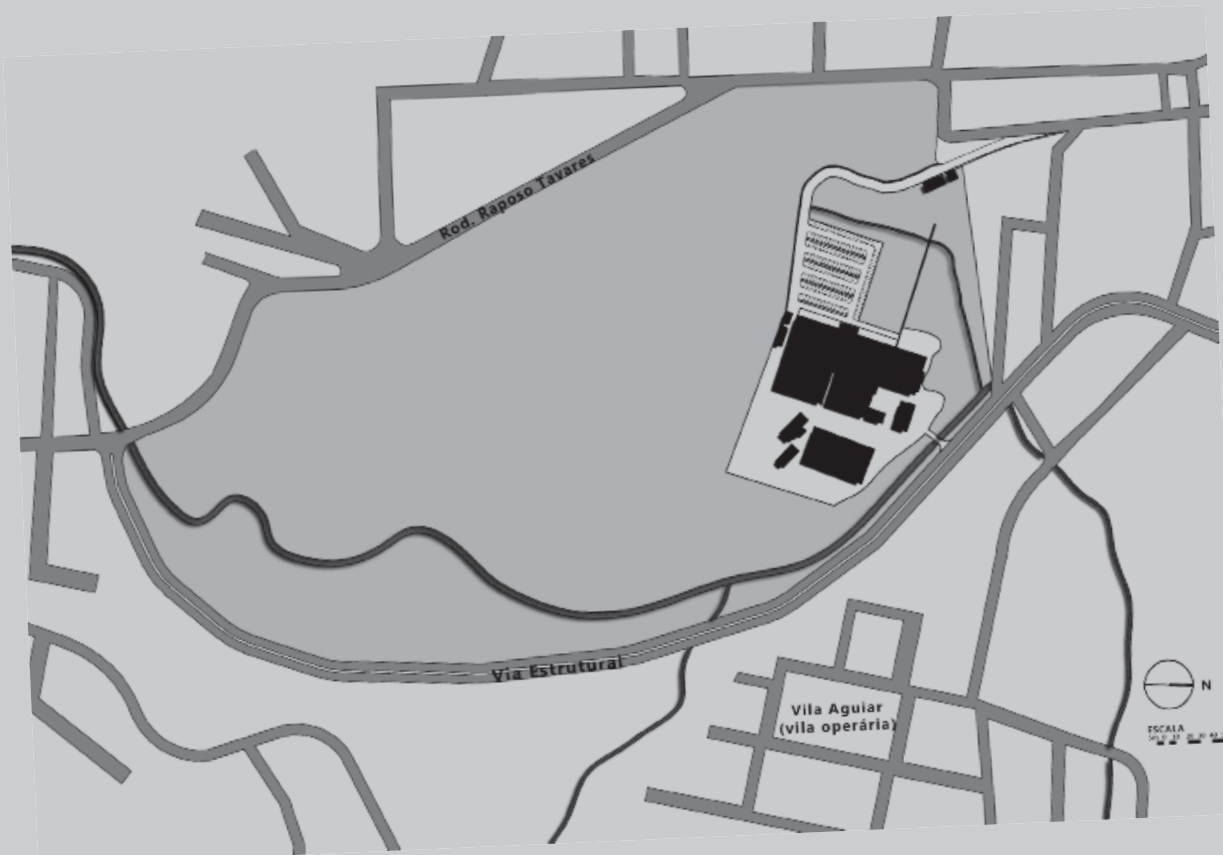
◀ Fig. 137. Planta do Pav. Superior da Fábrica São Luiz. Elaboração da autora sobre documentação do processo de tombamento da Fábrica São Luiz.



“BRASITAL”

SOCIEDADE ANÔNIMA PARA A INDÚSTRIA E O COMÉRCIO

FÁBRICA DE TECIDOS DE SÃO ROQUE



13. A BRASITAL DE SÃO ROQUE – ENRICO DELL'ACQUA E CIA.

Construída pouco mais de uma década depois da Fábrica São Luiz, a Companhia Industrial de São Roque iniciou suas atividades em 1892, sendo idealizada pelo comerciante italiano Enrico Dell'Acqua, nascido em Abbiategrosso, no centro da indústria têxtil da Lombardia, para ser sua primeira fábrica de tecidos de algodão na América do Sul.

Em louvor ao empreendedorismo desse empresário de têxteis, Luigi Einaudi, economista, político e segundo presidente da República italiana, eleito em 1948, escreveu, em 1900, a obra *Un principe mercante: studio sulla espansione coloniale italiana*, na qual descreve a trajetória de Dell'Acqua - segundo ele, um mercador que, com astúcia, perspicácia e paciência, construiu um vasto comércio na Argentina e em toda a América do Sul, aproximando comercialmente o Novo do Velho Mundo.

A família de Enrico Dell'Acqua possuía uma companhia têxtil de algodão na região de Busto Arsizio, que ele assume com a morte do pai. Abre ainda com o irmão uma tecelagem mecânica em Castrezzato, na província de Bréscia.

Depois de tentar explorar sem sucesso os mercados da Espanha, Tunísia e Líbia, elabora um plano que parecia ousado para a época: exportar tecidos para a América do Sul. Em 1886, prepara o terreno para entrar no mercado sul-americano, utilizando um questionário que envia aos chefes dos correios de alguns países - selecionados por ele como potencialmente favoráveis à comercialização de seus produtos e que eram meta de emigração de muitos italianos, como a Argentina e o Brasil -, juntamente com amostras de tecidos de algodão (ver Figura 140). Segundo Einaudi (1900, p. 27),

Nelle circolari si chiedeva il numero degli abitanti della città o borgata, il clima, i prodotti del luogo, il mercato di spaccio, i mezzi di trasporto, il porto più vicino per le comunicazioni con l'Europa, le banche esistenti, il numero dei commercianti di tessuti, di generi alimentari, di prodotti del paese, di grossisti e di rivenditori al minuto, le case esportatrici, e il numero degli Italiani viventi nel paese¹¹².

¹¹² Em nossa tradução: “A circular perguntava sobre o número de habitantes da cidade ou município, o clima, os produtos do lugar, mercado de lojas, os meios de transportes, o porto mais próximo para as comunicações com a Europa, os bancos existentes, o número de comerciantes de têxteis, de gêneros alimentícios, de produtos do país, atacadistas e varejistas, as casas de exportação, bem como o número de italianos que vivem no país”.

◀▲▲ Mapa 9. Tecido Urbano parcial da cidade de São Roque, em destaque a área da Fábrica Enrico Dell'Acqua e Cia.

◀Fig. 138. Implantação da Fábrica Brasital na Gleba.

◀▲ Fig. 139. Em detalhe, Logo da Empresa. Fonte: Biblioteca Municipal de São Roque.



◀Fig. 140 - Reprodução da circular e questionário a ser distribuída aos vendedores de tecidos pelas agências de correios. Fonte: Einaudi, 1900, p. 30

Em 1887, estabelece uma casa de representação de tecidos italianos em Buenos Aires, tornando-se o maior fornecedor dos atacadistas de tecidos da Argentina.

Em 1889, a empresa Enrico Dell'Acqua e Fratello transforma-se em sociedade anônima, a Società Italiana di Esportazione Enrico Dell'Acqua, com sede em Milão e filiais em Buenos Aires e São Paulo, consolidando a exportação de tecidos italianos para a América do Sul.

Devido à crise que se abateu sobre a economia argentina em 1889 e sobre a brasileira em 1890, com o aumento das tarifas alfandegárias de importação, Dell'Acqua decide investir na produção de tecidos na América do Sul, utilizando fio importado da Itália.

Em 1890, Dell'Acqua vem ao Brasil e adquire terras em São Roque, distante cerca de 60 quilômetros de São Paulo, ligada à capital e a Sorocaba pela Estrada de Ferro Sorocabana¹¹³, inaugurada em 1875.

Sobre São Roque, escreve Einaudi (1900, p. 125):

Nel territorio di San Roque, amenissimo villaggio della provincia di San Paolo, posto in posizione saluberrima in una conca in mezzo ad alti monti, aveva notata una grossa cascata d'acqua. La forza idraulica è il solo mezzo che ha l'industria nei paesi privi di carbon fossile per lottare con quelli che ne sono ricchi. Il Dell'Acqua

¹¹³ Sobre o início de operação da Estrada de Ferro Sorocabana, Paulo Ricardo da Silveira Santos comenta: "Entre São Paulo e São Roque havia apenas duas estações: Barueri e São João, e somente a de Piragibu entre São Roque e Sorocaba. Corria apenas uma composição diária, nos dois sentidos, levando 3 horas de São Paulo até aqui (São Roque), e mais duas, de São Roque a Sorocaba (SANTOS, P.R.S., 1957, p. 32).

¹¹⁴ Em nossa tradução: “No território de São Roque, povoado agradabilíssimo da província de São Paulo, posicionado de forma muito saudável em uma depressão no meio de altas montanhas, ele notou uma grande cachoeira. A energia hidráulica é a única maneira que a indústria, nos países carentes de carvão, tem para concorrer com aqueles mais ricos. Dell’Acqua lembrando das prósperas indústrias italianas, implantadas ao longo de cursos d’água, não hesitou em visitá-la; e vendo que era utilizável industrialmente, bem impressionado com a salubridade e a beleza do país e com a cordialidade dos habitantes, empregados na agricultura e na pecuária de pequeno porte, a comprou e pôs-se imediatamente a implantar a fábrica projetada”.

¹¹⁵ A câmara municipal de São Roque, em sessão de 26 de dezembro de 1890, aprova resolução de isentar a indústria de Dell’Acqua de impostos por 10 anos.

memore delle fiorenti industrie italiane, impiantate lungo i corsi d’acqua, non esitò a visitarla; e vistola utilizzabile industrialmente, bene impressionato dalla salubrità e dalla bellezza del paese e dalla cordialità degli abitanti, occupati nell’agricoltura e nell’allevamento del bestiame in piccolo, la comperò e pose subito mano all’impianto della fabbrica progettata¹¹⁴.

A escolha do local partiu de indicação de Quirino Aguiar, comerciante, político republicano e então membro do Conselho Municipal de São Roque, que era amigo do representante da firma Dell’Acqua em São Paulo, Carlos Grassi. Aguiar expôs para a firma Dell’Acqua alguns fatores que viabilizariam a implantação da fábrica de tecidos na cidade: a proximidade com a capital, reforçada pela ligação ferroviária proporcionada pela Sorocabana; os incentivos fiscais e facilidades que a Câmara Municipal concederia¹¹⁵; além do interesse de um “[...] grupo de sanroquenses, dispostos a subscrever ações da empresa que se fundasse” (SANTOS, J. S., 1939, p. 424).

A empresa Dell’Acqua adquiriu a chácara Ranzini em dezembro de 1890, abarcando cerca de 235 mil metros quadrados junto ao Rio Aracaí, que garantiria o fornecimento da água necessária para alimentar a turbina que, em conjunto com o motor a vapor, possibilitaria o movimento dos teares.

Sobre a construção da fábrica de tecidos, escreve Santos, J. S. (1939, p. 425):

Adquirida a chácara Ranzini, entrou logo o novo proprietário a agir energicamente: barragem do rio, canalização, alicerces da fábrica e dependências, tudo foi empreendido simultaneamente. Um formigueiro humano mourejava de sol a sol, no empenho de concluir tudo no mais breve prazo; e mal coberto e assoalhado o prédio, começou a instalação do maquinário, e dentro em breve S. Roque ouvia jubilosos o prolongado e alviçareiro apito chamando os operários para a fábrica.

► Fig.141. Fábrica em construção. Enrico Dell’Acqua está no grupo central de pessoas, à esquerda, sem chapéu. Fonte: Colombo, 1999, pg. 58.



Einaudi (1900, p. 125) relata que, na sociedade firmada para implantar a fábrica de São Roque, coube à Casa Dell'Acqua a aquisição do material e sua montagem, assim como o início da atividade industrial e a venda de seu produto. A implantação e montagem foram dificultadas pelo surto de febre amarela que abatia Santos na época, pela anarquia absoluta do serviço da alfândega e pela desordem completa no transporte. Ninguém queria ir para Santos, e os poucos que haviam sido poupados da terrível doença não eram suficientes para conferir e despachar as mercadorias. Os navios esperavam meses para desembarcar, e não havia nenhum meio de controlar a segurança dos bens, que ficavam expostos ao tempo e sumiam sem deixar rastro. As máquinas chegavam a São Roque arrombadas e parcialmente inservíveis. Nessas condições, foram recebidos os tubos para canalizar a água, a turbina, as vigas, as colunas de ferro, os quadros e componentes para a preparação das máquinas. Tanto pelos enormes custos de desembarque das máquinas em Santos quanto pelas várias pausas, forçando uma resposta das máquinas de referência, pode-se estimar que o custo de implantação da fábrica foi o dobro do normal.

Attraverso questa lliade dei guai, il 12 ottobre 1892 si fece la solenne inaugurazione della fabbrica quando mancava ancora una parte del tetto, non era finito il pavimento e faceva difetto molto macchinario. Era la prima fabbrica moderna di tessuti che sorgeva nell'America del Sud, e nasceva per opera di un italiano, la cui costanza e la cui pertinacia in mezzo alle più intense bufere economiche ed alle avversità materiali e spirituali più svariate, sono veramente meravigliose (EINAUDI, 1900, p. 126)¹¹⁶.

A fábrica de São Roque obtém um desenvolvimento inesperado e passa a pertencer somente à Casa Dell'Acqua. A força motriz era suficiente para mover 100 cavalos; eram 195 teares mecânicos, dos quais 117 simples e 78 duplos, e 10 manuais. O pessoal ocupado era de

¹¹⁶ Em nossa tradução: "Atravessada esta ilíada de problemas, em 12 outubro 1892 se faz a solene inauguração da fábrica quando faltava ainda uma parte do telhado, o piso não estava concluído e faltavam muitas máquinas. Era a primeira fábrica moderna de tecidos que se ergueu na América do sul, e nascia por obra de um italiano, cuja constância e cuja pertinácia em meio às mais intensas tempestades econômicas, às mais variadas adversidades materiais e espirituais, são realmente maravilhosas".

▼ Fig. 142. Vista panorâmica da Fábrica na década de 1940 do século XX. Fonte: Foto Studio Roque Jr.





▲ Fig. 143. Vista panorâmica da Fábrica na década de 1930. Fonte: Foto Studio Roque Jr.



▲► Fig. 144. Vista panorâmica da cidade de São Roque na década de 1940. Note-se ao fundo e à esquerda a chaminé da fábrica e a mata. Fonte: Foto Studio Roque Jr.

cerca de 330 pessoas, na maioria italianos, dos quais 8 eram diretores, 126 tecelões, 11 assistentes e mestres e 184 operários em outras funções. A produção diária era de cerca de 8.000 metros de tecidos de primeira qualidade. A fábrica foi capaz de mudar totalmente o gosto dos consumidores brasileiros, com a rápida propagação de seus tecidos, de excelente qualidade e de muito bom gosto (EINAUDI, 1900, p. 144).

Em 1894, a fábrica de São Roque é ampliada para receber 64 teares mecânicos com o dobro de altura.

Comparada à Fábrica São Luiz, que utilizava um modelo de edificação tradicional para o fim industrial, e à Fábrica Santa Amélia, em São Luiz do Maranhão, que trazia em sua solução arquitetônica traços da arquitetura vernacular maranhense, como vimos na Parte 3 - capítulo 10.1, na fábrica de São Roque, fundada na mesma época em que a Fábrica Santa Amélia, são introduzidas inovações nas soluções construtivas, como o sistema estrutural baseado em perfis metálicos e pilares de ferro fundido, importados da Inglaterra. O uso de elementos padronizados na edificação e a solução padronizada de seus pavilhões possibilitaram a rapidez de execução relatada por Santos, J.S.

Helena Saia, em sua dissertação de mestrado, analisa as fábricas de tecido de algodão existentes em São Paulo no período entre 1869 e 1930 e propõe a classificação e periodização da arquitetura fabril têxtil paulista em quatro tipologias: o modelo industrial camuflado (1869-1881), o modelo do edifício fabril com tipologia específica (1881-1920); o modelo de padronização parcial (1920-1930) e o modelo de edifícios fabris com padronização total (no período após 1930) (SAIA, 1988, p. 131).

A Fábrica São Luiz é citada por Saia (1988) como exemplo da primeira tipologia, que, conforme vimos no capítulo anterior, apresenta características de fachada que não evidenciam seu uso industrial.

Além do aspecto da aparência, as fábricas pioneiras, como a São Luiz, adotavam um programa produtivo simplificado, cujo sistema fabril agregava geralmente em um só edifício as atividades de fiação e tecelagem, similar ao modelo norte-americano (SAIA, 1988, p. 122).



Com um programa produtivo mais complexo, que incluía a fabricação de tecidos finos, colchas, atalhados, guardanapos e adameados, a Fábrica Enrico Dell'Acqua e Cia. encaixa-se no modelo do edifício fabril com tipologia específica, cujas soluções arquitetônicas aproximam-se das encontradas nas fábricas inglesas, e elementos como os sheds já se fazem presentes.

Sua organização espacial e o sistema estrutural adotado permitiram que os ambientes fossem amplos, bem iluminados e ventilados, especialmente pela adoção de aberturas zenitais (*sheds*).

Provavelmente era intenção de Enrico Dell'Acqua, ao investir na fabricação de tecidos na América do Sul, produzir tecidos similares àqueles italianos que ele já representava, razão da ampla variedade dos tecidos produzidos e da procedência do maquinário: Itália, Inglaterra e os teares alemães da Grossenhainer Textilemaschinenbau GmbH, como relata João Bombana, funcionário da Brasital de Salto:

▲ Fig. 145. Vista panorâmica da cidade de São Roque no início do século XX. Fonte: Foto Studio Roque Jr.

◀◀ Fig. 146- 147. Sistema de Vigas e colunas metálicas que sustentam a laje do andar superior. Hoje funciona no pavimento inferior a Biblioteca Municipal de São Roque. Foto: E. D-K.

◀◀ Fig. 148. Pavilhão Principal da Fábrica. Hoje funciona ali o salão de eventos. Foto: E. D-K.

◀ Fig. 149. Detalhe das vigas e colunas metálicas que sustentam a cobertura do Pavilhão principal. Foto: E. D-K.

▼ Fig. 150. Detalhe da Cobertura e Shed do Pavilhão Principal. Foto: E. D-K.





Na Tecelagem de São Roque existem os famosos teares Grosseemhainer, para a fabricação de Colchas Isabel, as quais eram tecidas com tramas próprias produzidas nos sel facigs (miulas – em Salto, exclusivamente para esse artigo). Possuía também os teares Jacquada, de onde saíam os famosos atoalhados e guardanapos. Para estes, como para as colchas, não havia produção que chegasse para o atendimento da freguesia que era selecionada. Existiam teares onde eram fabricadas as faixas para crianças recém-nascidas. Interessante, que nessa fábrica foram introduzidos os princípios italianos daquela época, até há pouco tempo ainda ouviam-se termos daquele país, como Capo Sala para o Mestre de Tecelagem, Maestrinas para as Inspetoras, Espularinas para as Boninadeiras e Ortidoi para as Urdideiras e outros mais (BOMBANA, 1976, p. 5)

185

¹¹⁷ Sobre a Fábrica Dell'Acqua em Buenos Aires, Diego Del Pino escreve: “Esta fábrica estaba ubicada cerca de la actual avenida Córdoba, a orillas del arroyo Maldonado y las vías del ferrocarril, en el anterior BAP Buenos Aires al Pacífico. Ocupaba una manzana, tenía dos pisos altos, hoy está el edificio reciclado, allí estaban las maquinarias para la manufactura del hilo, lana y algodón. Se sostiene que trabajaban alrededor de 1.500 operarios y trabajadores en general. Esta empresa fue fundada por el italiano de Varesse, Enrico Dell'Acqua que llegó en 1887, primero se instaló en el centro y pronto eligió estos terrenos extensos y económicos de los suburbios de la ciudad. El edificio fue proyectado por un hijo de Comastri, Luis Comastri, quien estudiaba en la Real Academia de Bellas Artes de Florencia, Italia. El edificio actual está en las calles Darwin y Loyola” (1997, p. 170).

A força motriz do Rio Aracaí foi, no entanto, superestimada, como podemos constatar no relato de Santos J. S. (1939, p. 424):

Na verdade, bem reduzida era a força motriz que o Aracaí podia produzir; motivo por que não conseguiu a empresa depois ampliar a seção de tecelagem, nem montar as máquinas de fiação, pelo que teve ela depois de adquirir, segundo era corrente, as fábricas de Salto de Itu.

Essa situação levou a fábrica a trabalhar também com o vapor, como relata Bombana (1976, p. 5):

O vapor era produzido por caldeiras a lenha, a qual era retirada das matas adquiridas para essa finalidade e transportada por carroças puxadas por muarese selecionados, pois os locais onde retiravam a lenha eram montanhosos e de difícil acesso. A matéria-prima (fios de algodão), para o abastecimento da Tecelagem, era remetida pela fábrica de Salto, através da Estrada de Ferro Ituana.

Segundo Rocchi (2006, p. 35), a firma de Dell'Acqua investe no ramo industrial também fora do Brasil e abre, em 1894, uma fábrica em Buenos Aires¹¹⁷, que produzia anualmente 1,5 milhões de metros de tecido de algodão, com fio importado da Itália, além de meias e roupas. Rocchi (2006, p. 95) afirma também que a empresa de Dell'Acqua na Argentina quadruplicou seu capital entre 1900 e 1905.



▲ ◀◀ Fig. 151. Fábrica Enrico Dell'Acqua em Buenos Aires, Argentina. Esquina entre a Calle Darwin e a Castillo. Hoje ocupa as antigas instalações industriais um condomínio habitacional. Esta vista corresponde a fachada lateral esquerda da Fig. 156. Foto: E. D-K.

▲ ◀ Fig. 152. Fábrica Enrico Dell'Acqua em Buenos Aires, Argentina. Esquina entre a Calle Loyolla e a via férrea. Foto: E. D-K.

◀◀ Fig. 153. Fábrica Enrico Dell'Acqua em Buenos Aires, Argentina. Esquina entre a Calle Darwin e a Loyolla. Foto: E. D-K.

◀ Fig. 154. Fábrica Enrico Dell'Acqua em Buenos Aires, Argentina. Esquina entre a Calle Darwin e a Loyolla, ao fundo a linha férrea. Foto: E. D-K.

▲▲ Fig. 155. Detalhe do Acesso aos apartamentos. Fachada para a Calle Darwin. Foto: E. D-K.

▲ Fig. 156. Fábrica Enrico Dell'Acqua em Buenos Aires, Argentina. Esquina entre a Calle Loyolla e a linha férrea. Imagem do início do século XX. Fonte: Colombo, 1999, p.49.

A instalação da fábrica em São Roque exerceu influência decisiva sobre a sua estrutura urbana, reforçando novo vetor de expansão urbana, como podemos constatar no depoimento de J. S. Santos (1939, p. 425):

Estou ainda a ver nossa terra no alvoroço daqueles primeiros tempos. Invadiu-a uma febre de construção, alastrando-se não só pelas zonas recentemente abertas como enchendo os claros do centro urbano. As ruas da Liberdade (hoje Henrique Dell'Acqua) e Pedro Vaz, então simples caminhos sem nenhuma habitação; a Dr. Steveaux, onde só havia as pequenas casas do velho Camilo de Lelis, a de Benedito Mirim e uma ou outra em ruína; a hoje Rui Barbosa, que do lado direito de quem sobe, desde a rua Dr. Steveaux, não tinha nenhuma construção sinão (sic) a face lateral do teatro e uma casinha contígua – todos esses pontos foram se povoando quasi simultaneamente.

O comercio acompanhou este movimento geral, tomando nele os italianos assinalado relevo: padarias, barbearias, açougues, fábricas de macarrão e de cerveja, casas comerciais de todos os ramos, oficinas de alfaiates, ferreiros, sapateiros – em todos os gêneros de atividade figuravam eles, e prosperavam. Por uma coincidência curiosa, até a Matriz esteve por esse tempo entregue a um vigário italiano – o padre Pedro Gravina.

Percebe-se nessa fábrica a aplicação de princípios utilitaristas de pequeno porte, agenciando diversos outros programas instalados nos arredores da fábrica, como residências operárias, serviço de saúde, ajuda mútua, além de um grêmio recreativo, o “Clube Familiar”.

Em 1903, Enrico Dell'Acqua confronta-se com o conselho de administração da sociedade e deixa a direção, permanecendo como conselheiro. Em 1904, o empresário demite-se do cargo de conselheiro e funda outra sociedade, a Enrico Dell'Acqua e Cia., reconstituindo seu

império. Na Argentina, em Buenos Aires, funda o Cotonifício Dell'Acqua; no Paraguai, uma malharia; e casas de venda no atacado no Chile, Uruguai e Paraguai (COLOMBO, 1999, p. 27).

As sedes de vendas ficam localizadas em Buenos Aires, Córdoba, Tucumã e Rosário, na Argentina; São Paulo, Bahia e Curitiba, no Brasil; Lima, no Peru. Na Argentina, as filiais vendem os produtos importados e aqueles produzidos na fábrica de Buenos Aires. No Brasil, as filiais vendem também os produtos importados da Itália e os produzidos em São Roque. Com os tecidos da fábrica de São Roque, Enrico Dell'Acqua encontrou uma maneira de dispor de muitos outros tecidos da variedade daqueles importados diretamente da Itália (EINAUDI, 1900, p. 154).

Enrico Dell'Acqua morre subitamente aos 59 anos, em 1910, quando retorna para a Itália a fim de apresentar o primeiro resultado positivo da empresa após a crise econômica de 1907 e 1908 na Argentina.

Com a saída de Dell'Acqua, a fábrica de São Roque passa a pertencer à antiga sociedade fundada por ele, a qual se torna Società per L'Esportazione e per L'Industria Ítalo Americana, que compra também as fábricas de Salto.

Com isso a fábrica de São Roque deixou de estar personificada na figura de seu proprietário, caracterizando-se então pela gestão das sociedades anônimas.

Essa transição não se restringiu à saída de seu fundador, mas a demissões e uma greve que durou cerca de três meses, como relata Paulo da Silveira Santos:

Mas acontecimento que realmente agitou a cidade foi a greve dos operários da Fábrica Dell'Acqua. Os fatos que tiveram uma duração de três meses e nesse lapso de tempo ocuparam as primeiras páginas do "O Sanroquense", podem ser assim resumidos: com a alteração verificada na firma e, conseqüentemente, na alta direção daquela empresa fabril, esta, como medida de ordem econômica fez paralizar a secção de tinturaria, dispensando diversos empregados; em seguida, foram paralizadas as secções de carretéis, teares e outras anexas, com novas dispensas de tecelões. Dentro de pouco tempo cerca de 514 operários se achavam inativos e ninguém sabia informar se mais tarde seriam novamente aproveitados (SANTOS, P. S., 1953a, p. 5).

Nesse mesmo artigo, Paulo da Silveira Santos relata que a sucessão na firma e as reformas administrativas e operacionais que levaram às demissões em massa e ao fechamento da fábrica no período entre novembro de 1904 e janeiro de 1905 conferiram um impacto significativo na cidade, que girava financeira e comercialmente em torno da fábrica de tecidos fundada por Dell'Acqua. Esse fato levou também à saída de muitos operários da cidade, conforme editorial da edição de 15 de janeiro de 1905 do jornal O Sanroquense: "Êxodo – Tem sido elevado o número de famílias operárias que se retiram da cidade por

não terem recursos para esperar a reabertura da fábrica, o que é um grande prejuízo para o comércio em geral” (SANTOS, P. S., 1953a, p.5).

A paralisação das atividades da fábrica levou ao fechamento do grêmio recreativo dos funcionários, que era mantido pela empresa e pelos operários, conforme matéria veiculada pelo jornal O Sanroquense em sua edição de 12 de fevereiro de 1905:

Clube Familiar, esta divertida sociedade, muito bem montada e que viveu brilhantemente pelo espaço de oito anos, extinguiu-se! Foi vendida toda a mobília e mais objetos e pertences que possuía. Como despedida entre os sócios que viveram em tão bela camaradagem, ontem realizou-se um banquete nos seus salões, findo o qual foi declarada extinta a sociedade. A manutenção da mesma tornou-se impossível desde que a fábrica suspendeu seu funcionamento, pois quem criou o clube e o auxiliava a manter-se foi a antiga Diretoria da Fábrica, cujos membros [...] foram despedidos. Também devido à diminuição dos sócios (pois muitos auxiliares da Fábrica já não recebem seus ordenados e tiveram que retirar-se) tornou-se impossível manter o Clube, que tem grandes gastos. Extingui-se pois, a Sociedade e diminuiu nesta cidade mais um centro recreativo, tão útil e necessário para todos! (SANTOS, P. S., 1953b, p. 5).

Nessa mesma edição, O Sanroquense relata a reabertura da fábrica após negociações entre a direção e os operários e sua reorganização, que incluíam mudanças no processo de trabalho¹¹⁸:

Fábrica – depois de alguns meses de suspensão de seus trabalhos, reabriu-se no dia 20 de janeiro ultimo a fábrica de tecidos da “Società Italiana per Sportazione”. De véspera a notícia encheu de contentamento não só a laboriosa classe proletária, como também a cidade inteira. Um frêmito de alegria vojava no espaço, os semblantes se desenrugaram e um sorriso contagioso alegrava o ânimo de todas, até então abatidos. Logo pela manhã, às 5 horas, ouviu-se o silvo habitual da máquina, acordando a população que saltou do leito para assistir de novo a passagem do operariado, soldados do progresso de nossa terra natal, que iam combater pela grandeza da cidade” (SANTOS, P. S., 1953b, p. 5).

Esse momento é significativo na consolidação da identidade da cidade e de seus habitantes associada à fábrica de tecidos.

Em 1919, sua razão social é alterada para Brasital S. A. - Sociedade Anônima para o Desenvolvimento Comercial no Brasil -, em função de mudança de acionistas, continuando contudo a ser formada por acionistas brasileiros e italianos (ZEQUINI, 2004, p. 153).

Aqui cabem parênteses: comparando a Fábrica São Luiz com a Brasital São Roque, percebemos que, embora a edificação constitua um elemento identitário de forte apelo sógnico, particularmente em São Roque, devido à sua dimensão e ao local em que está implantada, a ligação dos empregados com a empresa enfraquece nas sucessivas alterações de propriedade da empresa em São Roque, algo que não ocorre com a Fábrica São Luiz, que permanece na família do fundador até a atualidade.

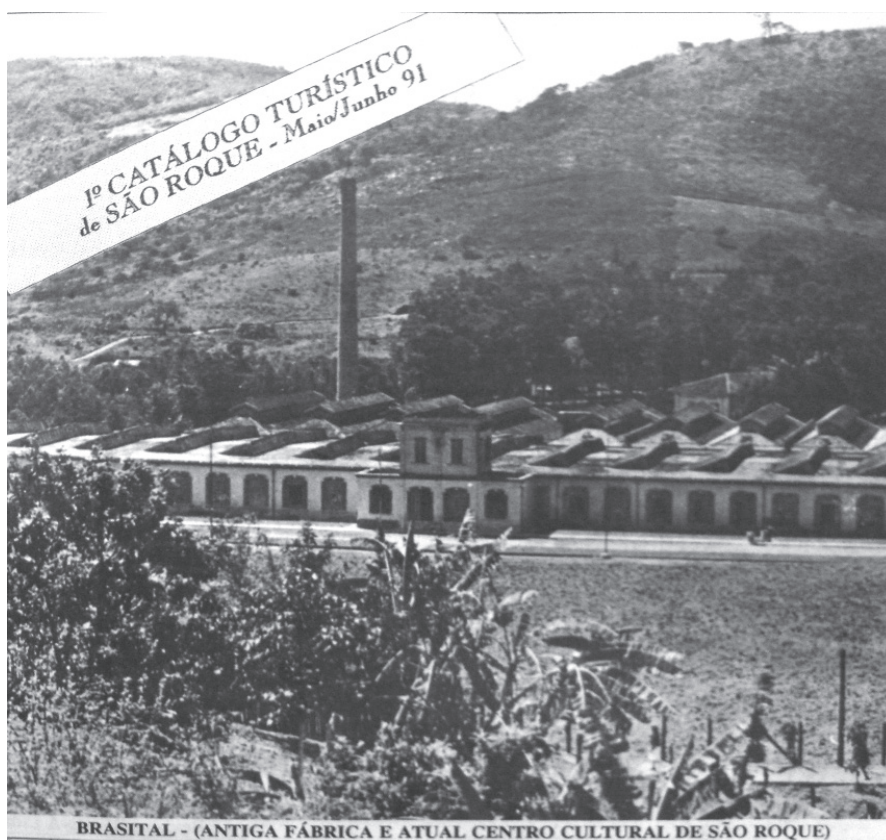
¹¹⁸ Antes de a greve acontecer, Jose Weisssohn, acionista da recém-criada Società, esteve em São Roque, “[...] acompanhado do delegado auxiliar de São Paulo e uma força de dez praças [...]” e recebeu uma comissão de empregados, aos quais comunicou que a “[...] fábrica ficaria fechada por uns 20 dias, para proceder-se à reforma do maquinário. É que havia super-produção dos tecidos até então fabricados, de sorte que após a reforma passariam a fabricar outra qualidade de tecidos; por estes a fábrica pagaria preços menores por metro, mas em compensação os operários poderiam, no mesmo tempo, fabricar maior quantidade” (SANTOS, P. S., 1953a, p. 5).

¹¹⁹ Segundo o ex prefeito Mario Luiz Campos de Oliveira, em entrevista concedida ao repórter Marcelo Roque, o ex-proprietário da Brasital São Roque, empresário Sr. Szymon Feldon, entrou na Prefeitura com projeto de loteamento da área da Brasital, que não foi autorizado pela prefeitura, pois o município tinha interesse na propriedade. O ex-prefeito afirma que, na época, conversou pessoalmente com o Sr. Feldon, detalhando os motivos e informando a vontade da prefeitura em adquirir o imóvel. O Sr. Feldon era do ramo de tecelagem; havia comprado as instalações da Brasital em Salto-SP e já tinha vendido aquela propriedade para a Santista Têxtil. Ele fixou um preço e considerou que a Prefeitura de São Roque não teria dinheiro para a aquisição. A prefeitura pediu um prazo, pois tinha apenas um percentual do valor. Depois de muita negociação, obteve o valor complementar do governo estadual. As condições eram favoráveis para o município; foram dias de expectativa. Campos de Oliveira acompanhou pessoalmente as negociações, até que o negócio foi concluído em 1987, durante a sua segunda gestão como prefeito (Informações disponíveis em <<http://fusaoperfeita.wordpress.com/2010/03/page/3/>>. Acesso em: 1 ago. 2010).

Ainda que Enrico Dell'Acqua, como fundador da fábrica de tecidos, a tenha mantido somente por 12 anos, sua figura ainda é venerada na cidade de São Roque, e a Brasital São Roque personifica sua imagem.

A fábrica, que resistiu a diversas alterações de administrações, não resiste à tecnologia dos tecidos sintéticos (rayon e nylon) e encerra suas atividades em 20 de agosto de 1970. Muitos operários foram absorvidos pela Brasital de Salto, e as antigas instalações da Brasital São Roque permanecem fechadas por 17 anos.

Em 1986, o então prefeito, engenheiro Mário Luis de Oliveira, propôs a aquisição da fábrica desativada com o intuito de dotar a cidade de um equipamento cultural, social e turístico¹¹⁹. A negociação foi efetivada em 16 de março de 1987, em uma iniciativa conjunta da prefeitura e do governo do Estado de São Paulo, cabendo à primeira as antigas instalações da Brasital, com 9.468m², e toda a área que a cercava, equivalente a um terço da propriedade; os outros dois terços couberam ao governo do Estado, mais precisamente à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU, onde estava prevista a construção de casas populares. Essa área, de aproximadamente 150 mil metros quadrados, foi cedida em comodato pelo prazo de noventa anos para a prefeitura da cidade em 1989, pelo então governador do Estado de São Paulo, Orestes Quércia.



► Fig. 157. Foto da Brasital ilustra o primeiro exemplar do Catálogo Turístico da Cidade, logo depois de sua aquisição pela prefeitura da cidade. Fonte: Biblioteca Municipal de São Roque.

O jornal da cidade Estação de Notícias tem seu editorial de maio de 1987 voltado à iniciativa da prefeitura: “Brasital: aquisição absurda ou louvável?”

O 1º de maio na Brasital veio comprovar que a atual administração fez uma das mais significativas aquisições de toda história do Município. Lá estava ela, calada, mas imponente. Seus grandes olhos, em formas de vitraux, guardaram, por dezessete anos, apenas as imagens imóveis e mortais em seu redor: Sua chaminé ainda desafiava os ventos. Seus salões, castigados pelas goteiras, pareciam transmitir o bater ritual dos teares. Na entrada viam-se ex-operários, senhores e senhoras que levavam nos cabelos grisalhos e no falar pausado, uma saudade doce. Toca o velho apito (dado pela Empresa), e um silêncio inicial é rompido por aplausos e choros incontidos. [...] Na saída, uma senhora encontra com uma antiga colega de trabalho. A que descia ansiosa para reencontrar a “sua” Brasital, para e mira sua colega, há anos distante. Um forte abraço faz a vez de um cumprimento formal. Ambas choram. A que estava de saída, dá meia volta, abraça a amiga e caminhando com ela vai dizendo entre lágrimas e sorriso frenéticos: ela é nossa! ela é nossa! ela é nossa! (ESTAÇÃO DE NOTÍCIAS, maio 1987, p. 3).

O apito mencionado pelo jornalista, original da fábrica, em bronze e a vapor, havia sido retirado da Brasital São Roque quando do seu fechamento e permaneceu na Brasital de Salto, que o doou para a prefeitura quando esta comprou a fábrica.

Após essa inauguração simbólica, as edificações passaram por reformas para acolher a biblioteca municipal, o auditório, núcleos culturais, cursos profissionalizantes em parceria com o SENAI, o Projeto Guri, a brinquedoteca e oficinas pedagógicas da Divisão Regional de Ensino do estado. O antigo prédio da administração abriga os departamentos de Educação e a divisão de Cultura da prefeitura. Um dos galpões foi transformado no Museu de Artes Darcy Penteado, artista plástico de importância nacional, natural de São Roque, e abriga centenas de obras do autor, que doou o seu acervo para o Museu.

Esse excepcional exemplar da arquitetura industrial do final do século XIX, ainda não convenientemente estudado, foi salvo de ser destruído e de ter sua área dividida em centenas de lotes, transformando-se em um equipamento urbano cultural de grande relevância para a cidade, que reforça a identidade da sua população e que, com seu conjunto arquitetônico imponente, enobrecer a paisagem de São Roque.

As edificações e a vila operária são objeto de um estudo de tombamento, iniciado pelo CONDEPHAAT e ainda não concluído¹²⁰.

A prefeitura da cidade, em seu plano diretor de 2006, cria a “Área de Especial Interesse Ambiental da Brasital e seu entorno”, com o objetivo de preservação do patrimônio ambiental e cultural.

A mais central destas áreas é a gleba da antiga Fábrica da Brasital, que compreende, além de prédios remanescentes, uma mancha de vegetação exuberante e cursos e quedas d’água. Trata-se de um dos mais significativos patrimônios ambientais e culturais que a

¹²⁰ “De acordo com o que dispõe o artigo 142 do Decreto 13.426, de 16.03.79, notificamos a todos os interessados que o Colegiado do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – , em sua sessão ordinária de 16 de março de 2009, Ata nº 1524 deliberou aprovar o parecer do Conselheiro Relator, favorável à abertura do processo de estudo de tombamento dos seguintes bens, localizados no Município de São Roque: Antiga fábrica têxtil Brasital, localizada na Av. Aracáí nº 250, Antiga vila de operários da Fábrica Brasital, localizada à Av. Santa Rita nºs 148, 164, 168, 184, 188, 206, 226; Rua Jamil Chad nºs 10, 20, 40, 60, 5, 15, 25, 35, 45; Rua Pedro Dante Pieroni nº 10, 20, 30, 40, 50, 60. Nos termos do parágrafo único do já citado artigo 142 e do artigo 146 do mesmo Decreto, a deliberação ordenando o tombamento ou a abertura do processo de tombamento assegura, desde logo, a preservação do bem até decisão final da autoridade competente, ficando, portanto, vedada qualquer intervenção que possa vir a descaracterizar os bens referidos, sujeitando qualquer intervenção à prévia autorização do CONDEPHAAT, além de poder ser punido o descumprimento do acima disposto com as sanções penais” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, Seção I, 16 abr. 2009, p. 60).

cidade possui e os antigos prédios industriais vêm sendo gradualmente transformados num centro de atividades culturais. Um projeto paisagístico adequado permitirá que seja também explorado todo o seu potencial de uso externo para o lazer contemplativo e recreação ativa (SÃO ROQUE, Lei Complementar nº 39, de 8 de novembro de 2006).

A Brasital, como elemento simbólico da cidade, ocupa a mesma posição de outros pontos turísticos do município, como a Casa Grande e a Capela de Santo Antônio, de 1681; a Mata da Câmara, maior reserva ecológica da região, reconhecida pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade; a Pedreira; o Morro do Saboó, ponto mais elevado de São Roque; a Casa Grande e Senzala do Bairro do Carmo; o Morro do Cruzeiro; o Circuito das Adegas e o Recanto da Cascata.

Cabe ressaltar que, no caso de São Roque, a preservação dos edifícios e do sítio industrial significou uma estratégia de interesse cultural para o desenvolvimento urbano. Partiu da cidade a iniciativa de sua preservação, que mantém a história viva e agrega novamente muitos habitantes nas atividades que ali são desenvolvidas.

► Fig. 158. Vista do Conjunto de Edificações a partir da Via Estrutural. Fonte: Foto Studio Roque Jr.

▼►► Fig. 159-160. Exposição e workshops do calendário de atividade do Centro Cultural Brasital. Fonte: Prefeitura do Município de São Roque.

▼▼ Fig. 161. Panorama da Fachada Principal da primeira edificação da Empresa de Enrico Dell'Acqua. Foto: E.D-K.





A



B



C



▲ Fig. 162. Imagens internas do Pavilhão Principal, no segundo pavimento da Fábrica. (a)-(b) Grande Salão (c) Sala das turbinas. Fotos: E,D-K.

◀ Fig. 163. Planta do Pav. Superior do Pavilhão Principal da Fábrica da Brasital em São Roque. Elaboração da autora sobre documentação da prefeitura da cidade.

▼ Fig. 164. Imagens da Brinquedoteca (d); Corredor de União entre o edifício principal (primeiro prédio construído) e a ampliação) (e); Hall de distribuição das salas de cursos e atividades (f). Fotos: E, D-K.



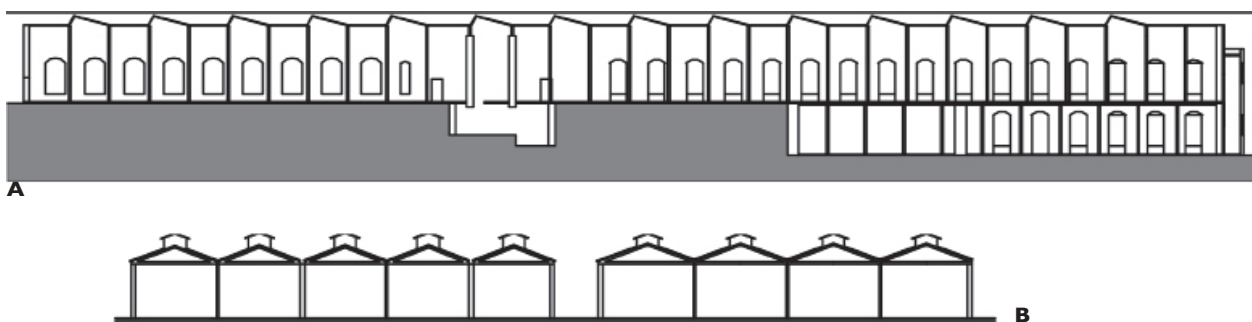
D



E



F

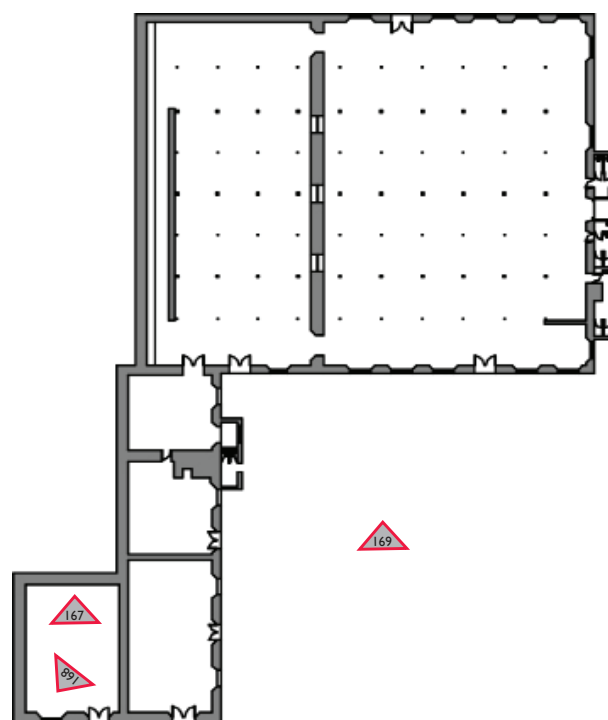


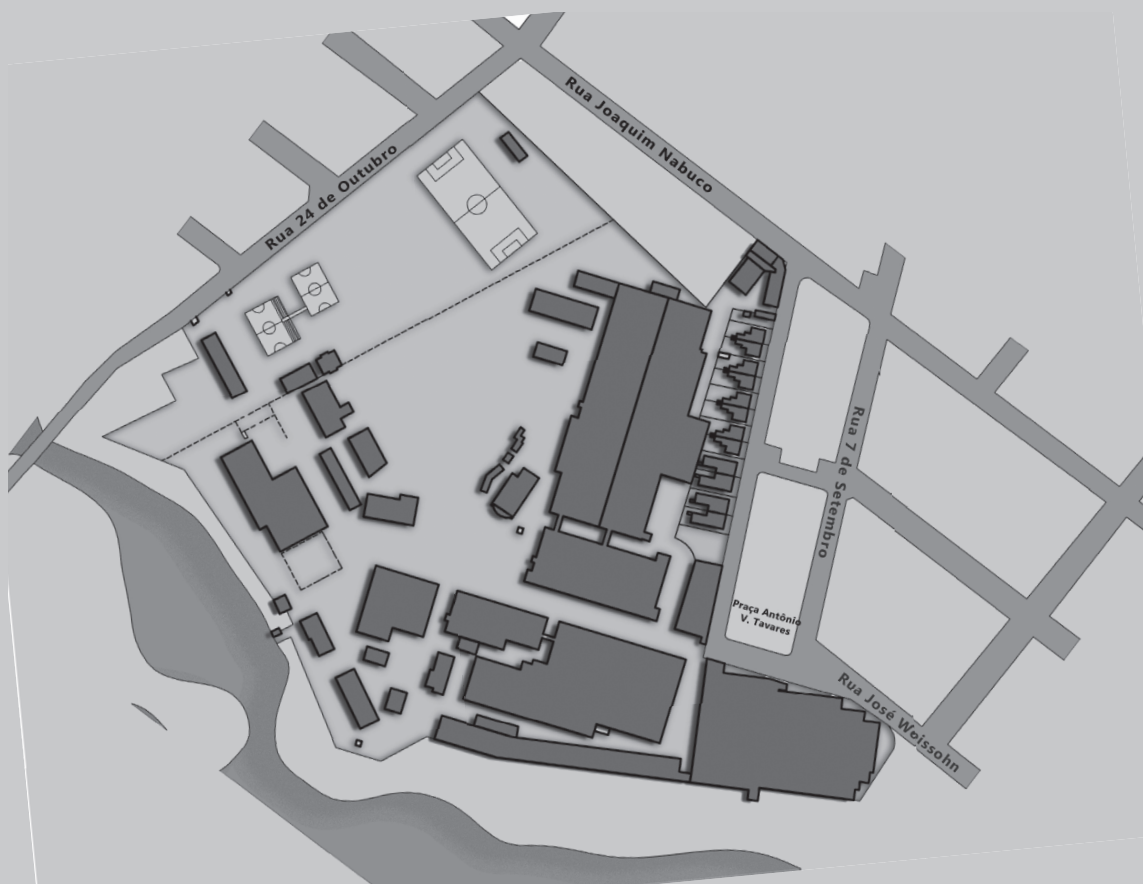
▲ Fig. 165. Cortes longitudinais da Fábrica. (a) Pavilhão original; (b) ampliação. Fonte: Prefeitura da Cidade de São Roque.

► Fig. 166. Planta do Pav.Térreo do Pavilhão Principal da Fábrica da Brasital em São Roque. Elaboração da autora sobre documentação da prefeitura da cidade.

▼▼ Fig. 167- 168. Imagens do Bazar que comercializa os trabalhos dos alunos e voluntários. Fotos: E. D-K.

►▼ Fig. 169. Vista do Pátio de acesso à Biblioteca, hoje denominado Praça Enrico Dell'Acqua. Foto: E.D-K.





I 4. A BRASITAL DE SALTO

A Fábrica Brasital, localizada no município de Salto, distante cerca de 90 km da cidade de São Paulo e vizinha de Itu, originou-se da fusão das primeiras tecelagens instaladas na cidade, entre 1875 e 1882, durante o Império. Essas edificações foram ampliadas pelas empresas que sucederam as instalações industriais pioneiras, tornando-se um grande complexo que orientou o crescimento de Salto, sua história e sua cultura, além de constituir a marca visual mais significativa da paisagem da cidade.

A pequena cidade de Salto é atravessada por dois grandes rios paulistas, o Tietê e o Jundiá, que definiram a navegação fluvial de São Paulo. Santos (2002, p. 78) afirma que o Rio Tietê era a espinha dorsal de uma grande apropriação humana nunca antes vista no território sul-americano, formando a geometria do açúcar paulista, cujo centro era a cidade de São Paulo, organizando uma rede de caminhos secundários, articulada ao percurso bandeirista nas estradas do Viamão e Goyases, que constituiriam a estrutura básica do grande eixo centro-sul de circuitos mercantis internos de acumulação de capital.

O Rio Tietê teve, portanto, um papel duplamente importante para os paulistas: primeiramente, ele representou o início de integração do Brasil no tocante à ampliação do território, indo para além do Tratado de Tordesilhas, que havia sido delimitado nas conquistas ibéricas de Portugal e Espanha; séculos depois, ele foi o eixo principal do desenvolvimento industrial em São Paulo.

Os rios e cachoeiras, que definiram a localização e o nome da cidade, propiciaram também o seu desenvolvimento e a atração de indústrias, cujos maquinários dependiam em grande parte de energia hidráulica. As indústrias que se instalaram na cidade foram responsáveis pelo desvio e represamento dos rios, transformando-os em fonte de energia; ergueram as usinas elétricas e instalaram os serviços de abastecimento (água e energia). As instalações industriais ocuparam áreas de imensa riqueza natural, junto às margens de rios e a quedas d'água, sendo favorecidas também por diversos privilégios, como as isenções fiscais e a doação de terras municipais.

Em 26 de novembro de 1870, a Companhia Ituana de Estrada de Ferro chega a Salto e transforma não só a paisagem, mas toda a vida econômica e social da cidade. Pode-se dizer que a chegada da ferrovia foi tão importante que alavancou a independência político-

◀▲ Mapa 10. Localização da Fábrica Brasital no tecido urbano de Salto. Elaboração da autora sobre carta cadastral da Prefeitura da Estância Turística de Salto.

◀Fig. 170. Implantação da Fábrica Brasital na quadra urbana. Elaboração da autora.

administrativa por meio do desenvolvimento que trouxera para o local (LIBERALESSO, 2000, p. 125).

Mais uma vez, a vocação de entroncamento de caminhos, iniciado em meados do século XVIII com os bandeirantes e as monções, reafirma-se em Salto.

A ferrovia promovia o deslocamento da população, favorecia a implantação das indústrias e a entrada dos imigrantes, estimulava as trocas, alterava a noção de temporalidade ao introduzir a velocidade e facilitava o transporte de mercadorias produzidas, máquinas e matérias-primas, em especial, por sua ligação rápida com o porto de Santos.

Foram essas conjunturas que favoreceram, em 1875, a implantação da primeira fábrica de tecidos na cidade, a Fábrica Júpiter, uma das precursoras da indústria têxtil da província de São Paulo. Seu proprietário, José Galvão de França Pacheco, era filho de produtores de cana-de-açúcar e donos de engenho. Como comerciante de algodão, a principal matéria-prima cultivada na região em 1860, entusiasmado com o êxito da Fábrica de Tecidos São Luiz, de Itu, inaugurada seis anos antes, decidiu investir no mesmo segmento industrial.

A fábrica foi implantada à margem direita do Rio Tietê, abaixo da cachoeira, em um edifício de cerca de 1.240m². Devido à proximidade com o rio, o edifício é construído sobre alicerce de granito bruto, garantindo sua permanência em caso de enchentes. A fábrica contava com tecnologia inovadora: maquinário inglês, movido por energia hidráulica providenciada pela turbina, igualmente inglesa, que, além de ocupar pouco espaço, também reduzia o custo de produção. A fábrica era responsável por todas as etapas de fabricação de panos grossos e finos, desde o desencaroçamento do algodão até a fiação e a tecelagem dos tecidos.

O jornalista A. Marques, na edição de 31 de março de 1875 do jornal A Província de São Paulo, em artigo sobre as fábricas pioneiras da província de São Paulo, descreve a Fábrica Júpiter:



◀ Fig. 171. Fábrica Júpiter. A Rua central é a antiga Rua do Porto, que em 1910 será incorporada pela fábrica que sucedeu a Júpiter, eliminando esta ligação da população com o Rio Tietê. Fonte: Museu da Cidade de Salto.

▼ Fig. 172. A Fábrica Júpiter foi construída junto a queda do Rio Tietê e trouxe para a região uma inovação tecnológica do século XIX, a turbina hidráulica. As máquinas foram adquiridas da Platt Brothers & Co. Limited, de Oldham, Inglaterra. Fonte: Museu da Cidade de Salto.



¹²¹ MARQUES, A. Fábricas Pioneiras. A Província de São Paulo, São Paulo, 31 mar. 1875. Descreve as fábricas pioneiras da província de São Paulo.

[...] o edifício, todo de pedra, e bastante vasto, que comportara 50 teares com suas respectivas fiandeiras e cardadeiras, tem os alicerces assentes sobre imensas rochas de granito que dominam o rio. O pavimento superior, cujo assoalho é construído de grossos pranchões de madeira de lei, está firmado sobre possantes colunas de pedra. É aqui que se está assentado todo o maquinismo que foi construído segundo os mais recentes aperfeiçoamentos em 1873, na Inglaterra, de onde veio um engenheiro especialmente para o assentar. O motor da fábrica é a água do Tietê, levada por um aqueduto aberto na rocha viva. O maquinismo deste motor é aperfeiçoadíssimo e novo na província. Turbina é o seu nome. [...] Turbina é uma machina hidraulica, composta de uma roda horizontal em forma de hélice, que gira debaixo de água, posta em movimento por uma queda d'água, recebida em um grande cilindro de ferro colocado verticalmente. Utiliza a maior parte da força da água – 95 por cento. Diminui muito as engrenagens como na do Sr. José Galvão, em que um grosso eixo adaptado verticalmente à roda horizontal imprime, por meio de uma engrenagem, o movimento a outras engrenagens no pavimento superior de onde partem as correias a imprimir a seu turno o movimento às fiandeiras, cardadeiras e teares.[...] Pode funcionar por ocasião de grandes enchentes, ocupando, de mais a mais, um pequeno espaço como o que vimos que não terá mais que 4 metros quadrados (MARQUES¹²¹, 1875 apud SAIA, 1988, pp. 159-162).

O jornal O Ituano descreve a fábrica na edição de 24 de janeiro de 1875:

Esse edificio apresenta uma área de 1239,04 metros e tem suas fundações no seio de uma grande e massissa rocha granítica, que tendo uma superfície bastante inclinada para o rio faz as paredes d'esse lado tomarem uma altura consideravel que faculta ao edificio dous pavimentos. As paredes do pavimento inferior tem 0,77 metros de espessura e são de alvenaria simples (grandes pedaços de granitos e argamassa), apresentando-a do lado do rio um arco em que tem de funcionar a roda motora, o qual tem 17,6 metros de altura contando da chave do arco pleno, e o lado da fós três grandes portas de arco pleno com 3,5 metros de largura.

Distribuido em cinco ordens e da mesma alvenaria simples, vinte pilares de base quadrada, com 1,32m de face, suportam o pavimento superior: o pavimento superior sendo cercado por paredes de alvenaria-mixta (paramentos de granito e argamassa com recheio de pequenas pedras e argamassa) apresenta sua área e alguns pilares de alvenaria e columnas de madeira suportando o telhado: vinte e oito janellas com ogiva, symetricamente distribuidas pelas quatro paredes, deixam penetrar no imenso salão ar e luz bastantes. Repousando sobre um excellente systema de madeiramento, o telhado é composto de seis vertentes principaes, as quaes tendo as bases parallellas concorrem duas a duas a tres cumeeiras differentes e parallellas; as telhas empregadas são tronco-conicas. [...] É o salão do pavimento superior que tem de receber as importantes e delicadas machinas que constituem uma fabrica de tecidos, já se achando algumas armadas. Jogando com 50 teares, 18 cardas, 5 bancas de fuso, um muller com 1600 fusos, pode esta grande fábrica empregar 100 trabalhadores, e pelo genero de trabalho poderão ahi ter emprego mulheres e menores, o que é de grande alcance para a sociedade

[...]. As diferentes machinas de que fallamos sahiram em 1873 da grande fábrica Platt Brothers e Cia, em Oldham, concebida a idéia de tão grande empresa, não hesitou o Snr. Galvão na execução [...] (O ITUANO, 24/01/1875 apud CASTELLARI, 1971, pp. 137-138).

Saia (1988, p. 161) observa que a Fábrica Júpiter distinguia-se pelo tipo de motor que utilizava, constituindo uma exceção entre as fábricas pioneiras paulistas, também pelo uso de materiais e soluções construtivas diversas das usuais na província de São Paulo, como a alvenaria de pedra e a técnica de assentamento. Além disso, o despojamento do tratamento das fachadas, destituídas de revestimentos, remete aos modelos construtivos ingleses.

Podemos aferir pela descrição do jornal O Ituano que o projeto da fábrica também foi elaborado pela firma Platt Brothers e Co, da qual Galvão havia comprado o maquinário, como pode ser percebido no trecho acima citado: “[...] concebida a idéia de tão grande empresa, não hesitou o Snr. Galvão na execução”.

Além disso, uma das cláusulas do contrato estipulava que, após a chegada dos equipamentos ao Porto de Santos, eles seriam imediatamente conduzidos para o local onde já se achava construído o edifício (ZEQUINI, 2004, p. 61).

Cinco anos depois, uma nova fábrica de tecidos é instalada no povoado. Inaugurada parcialmente em 1882, a fábrica Fortuna, de propriedade do Dr. Francisco Fernando Barros Júnior, também se localizava à margem direita do Rio Tietê, 500 metros abaixo da cachoeira, logo em seguida à fábrica de Galvão. As paredes da fábrica eram constituídas de pedras e tijolos, sendo de pedra todos os alicerces e o primeiro andar do edifício de fiação e de tijolos o restante (FABRICA DE TECIDOS, 1933¹²² apud ZEQUINI, 2004, p.75).

¹²² FABRICA DE TECIDOS. Imprensa Ytuana. Itu, 8 abr. 1933, p. 2.



◀Fig. 173. Fábrica Fortuna. (1903)
Fonte: Museu da Cidade de Salto.

► Fig. 174. Fábricas Fortuna, e Júpiter vista a partir do Rio Tietê. Podem ser identificados, ainda hoje, vestígios das estruturas dessas fábricas, com várias alterações (início do século XX) Fonte: Museu da Cidade de Salto.



Movida também à força hidráulica, a Fábrica Fortuna possuía vários edifícios para abrigar diferentes funções, como ferramentaria, carpintaria e armazéns.

Barros Júnior era engenheiro civil formado pela Universidade de Siracusa, nos EUA. Afeiçoado à política, lutou pela autonomia distrital de Salto, conseguindo, em 22 de abril de 1885, que de Povoado fosse elevado a Freguesia (CORTI, 2004, pp. 28-29).

Zequini (2004, p. 75) afirma que a solução construtiva e energética adotada na fábrica de Barros Júnior era muito parecida às da Fábrica Júpiter, sugerindo que esta poderia ter funcionado como um modelo construtivo e técnico para aquela.

As fábricas de José Galvão e Barros Júnior foram incorporadas a partir da década de 1890 por companhias industriais e sociedades anônimas de maior porte; primeiramente, pela Cia. e Cultura de Tecidos de Algodão Paulista (1891-1894) e em seguida, pela M. Buarque de Macedo e Cia. (1894-1897).

► Fig. 175. Moradias Operárias da Fábrica Fortuna, junto à Fábrica e em frente à Praça da Matriz (1903). Fonte: Museu da Cidade de Salto.



▼ Fig. 176. Praça da Igreja Matriz (1903). Fonte: Museu da Cidade de Salto.



A M. Buarque de Macedo e Cia. passou a funcionar também no período noturno, iluminada com energia elétrica produzida em gerador próprio, em um momento em que nem a vila possuía esse tipo de iluminação. A energia elétrica só chega à cidade de Salto em 1906, com a inauguração da usina da Lavras, pertencente a Cia. Ytuana de Força e Luz.

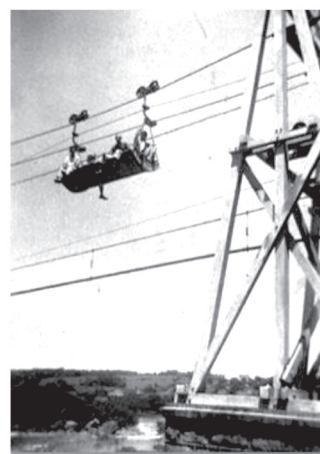
Em 1898, a empresa José Weissshon & Cia. adquire as fábricas unificadas pelas antecessoras, expandindo as fábricas originárias e apropriando-se de terrenos circunvizinhos, incorporados ao patrimônio da empresa (ZEQUINI, 2004, p. 147).

A José Weissshon & Cia. adotou uma política médico-assistencialista e investiu em moradias operárias, construindo uma vila com trinta casas junto à empresa, que, na época, já atingia quatrocentos empregados, dos quais dois terços eram imigrantes italianos (CORTI, 2004, p. 32).

Em 1904, a antiga sociedade de Enrico Dell'Acqua, a Società per l'Esportazione e per l'Industria Italo-Americana, adquire a firma de José Weissshon, que continua como acionista.

A Italo-Americana continua a política de expansão e obtém, junto à Câmara local, concessões de uso perpétuo de terras à beira do Rio Tietê e de algumas ilhotas para a execução de obras com a finalidade de aumento da força hidráulica. A Rua do Porto é incorporada parcialmente pela Italo-Americana em 1910, que, em troca, constrói um mirante e uma ponte pênsil para facilitar a passagem dos moradores. "Essas medidas ocasionaram o desaparecimento das lavadeiras, pescadores e algumas áreas de lazer, aparecendo no seu lugar canais, açudes e, por último, uma hidrelétrica, vendida em 1927 a Light and Power" (ZEQUINI, 2004, p. 148).

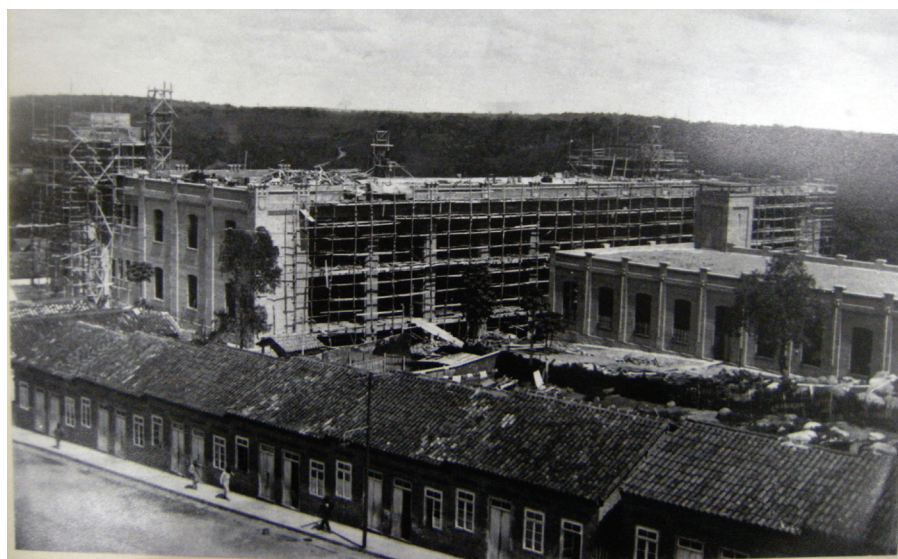
Nesse momento, a fábrica fecha-se em si mesma como uma fortaleza, impondo a reestruturação das ligações e do próprio tecido urbano de Salto.



◀ Fig. 177. Construção do Novo prédio da Fiação, denominado pela população local como "Castelinho" (década de 1920). As moradias operárias construídas por José Weissshon que aparecem em primeiro plano serão substituídas a seguir por casas amplas destinadas aos funcionários mestres e contra-mestres. Fonte: Museu da Cidade de Salto.

▲ Fig. 178. Obras de construção do canal da usina Porto Góes (1924). Fonte: Museu da Cidade de Salto.

▲▲ Fig. 179. Teleférico que fazia a interligação de mercadorias e maquinários entre as fábricas de Papel e de Tecidos, quando ambas pertenciam à Brasital. O transporte de pessoas não era autorizado, embora como a foto registra, acabava acontecendo (1940). Fonte: Museu da Cidade de Salto.



► Fig. 180. Vista dos chalés e do Prédio da Fiação concluído. (1929). Fonte: Museu da Cidade de Salto.

▼ Fig. 181. A presença do espaço público é somente o pano de fundo para as atividades fabris. [a] A praça não possui mobiliário urbano e funciona como extensão do espaço fabril, no momento da troca de turno (1941). [b] A Praça antes de sua requalificação. [c] A praça deixa de ser um local somente de passagem e recebe iluminação e passeio público conquistando o uso de seu espaço como também de permanência e fruição. (1942) Fonte: Museu da Cidade de Salto.



Em 1918, a Societá Ítalo-Americana empregava mil e trezentos operários de um universo populacional de oito mil habitantes (CORTI, 2004, p. 41).

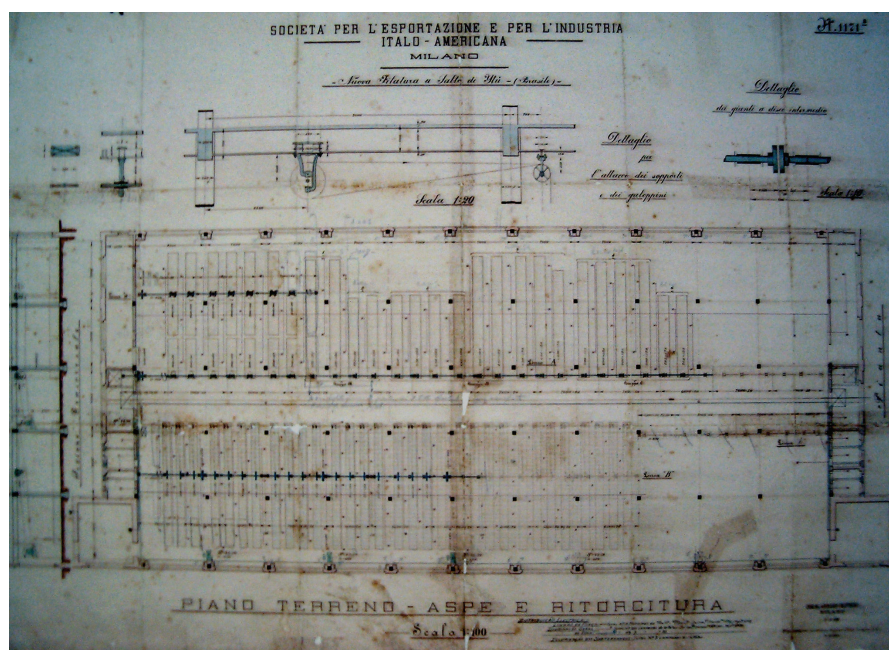
A fusão, em 1919, da Societá per L'esportazione e per L'industria Ítalo Americana com a Belli & Cia. resulta na empresa Brasital - Sociedade Anônima para o Desenvolvimento Industrial e Comercial no Brasil, que chega a uma Salto de quase dez mil habitantes, população que havia dobrado de número entre 1910 e 1920.

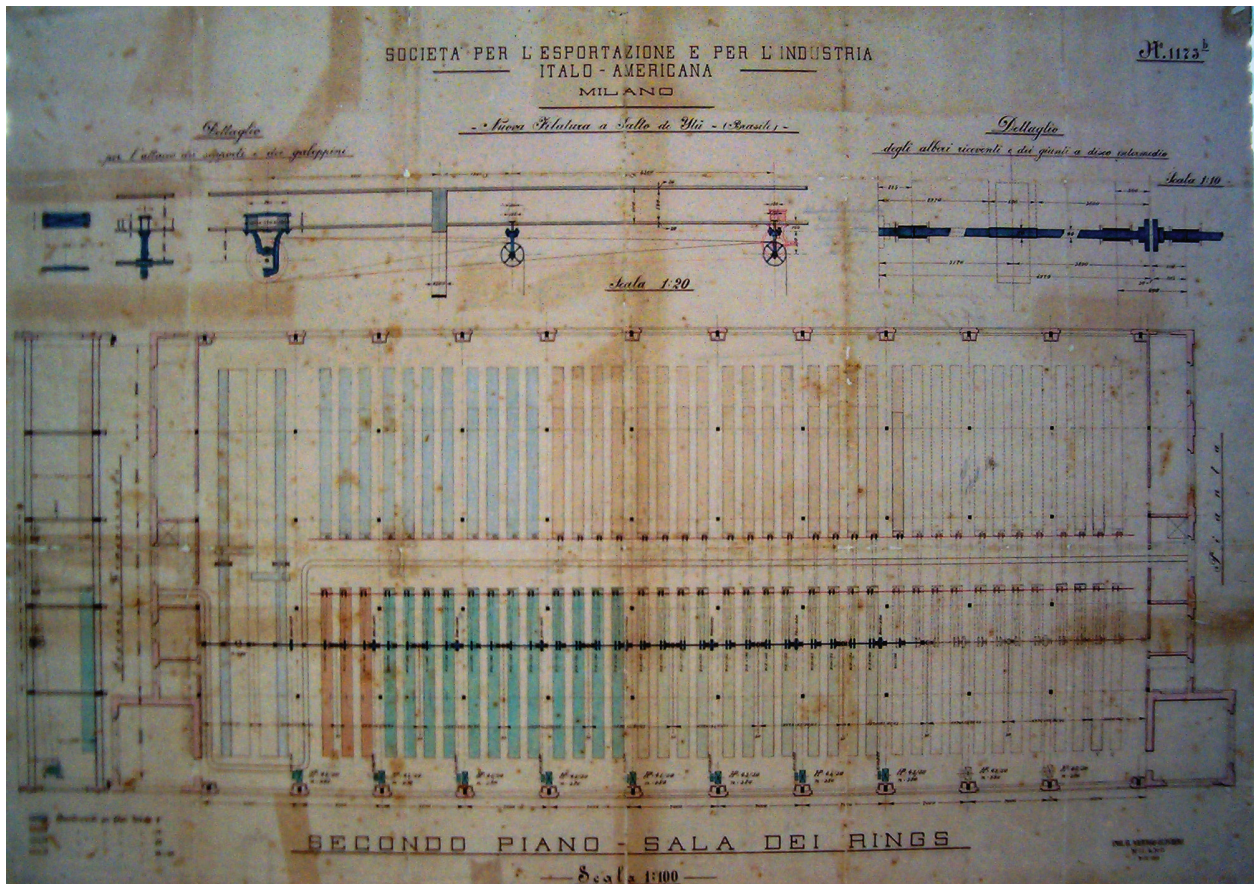
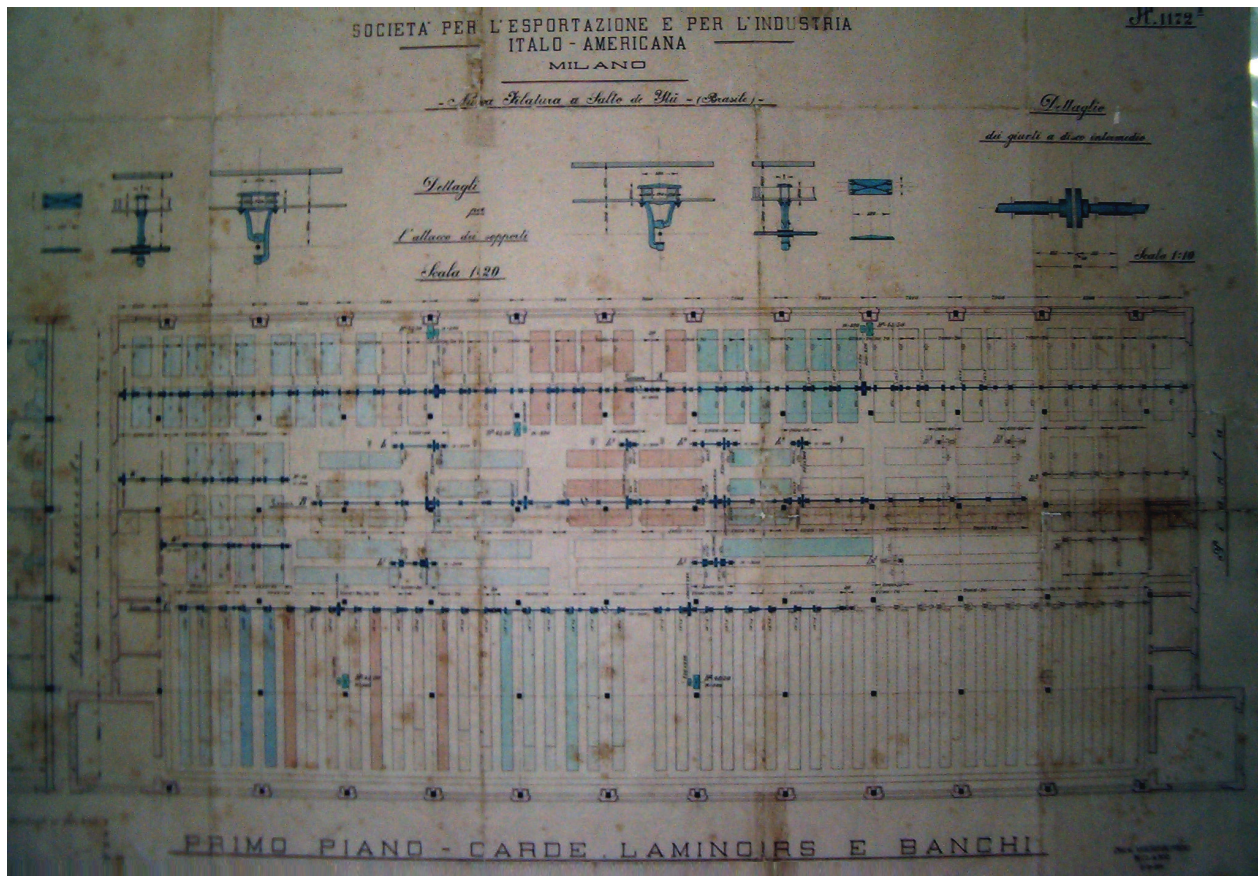
No período em que a fábrica passou a ser dirigida pela Brasital, o parque industrial foi ampliado, com a modernização das instalações e da produção têxtil. Construiu-se uma nova fiação de três andares, com projeto de uma firma inglesa de Manchester, e o conjunto assumiu a aparência que apresenta atualmente.

► Fig. 182. Planta do pavimento térreo da nova fiação. Fonte: Fundação Bunge.

▼ Fig. 183 (pg.202). Planta do 1. pavimento da nova fiação. Fonte: Fundação Bunge.

▼▼ Fig. 184 Planta do 2. pavimento da nova fiação. Fonte: Fundação Bunge.





O processo de modernização do parque industrial da Brasital refletiu-se diretamente no processo de urbanização da cidade. Paralelamente ao desenvolvimento industrial e ao aumento do perímetro da cidade, surgem vários prédios institucionais significativos e também novos equipamentos públicos, como a Cia. Ituana de Força e Luz, na Usina de Lavras (1905); o Matadouro Municipal (1912); a Empresa de Águas e Esgotos de Salto S/A (1912); a Ponte Pênsil (1913); o Grupo Escolar Tancredo Neves (1913); a Cadeia Pública (1913); a Prefeitura Municipal (1922); a Usina Porto Góes (1924) e a Matriz de Nossa Senhora de Monte Serrat (1928).

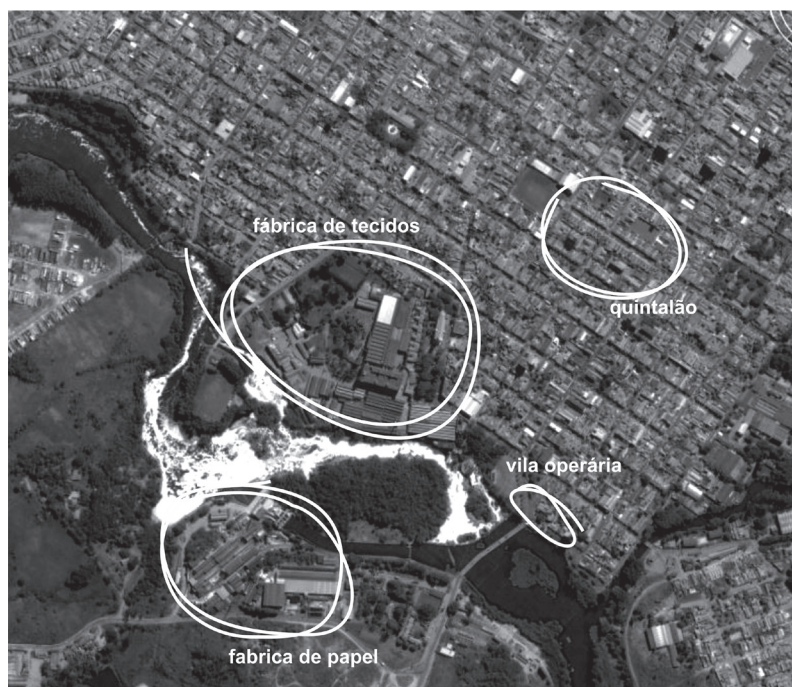
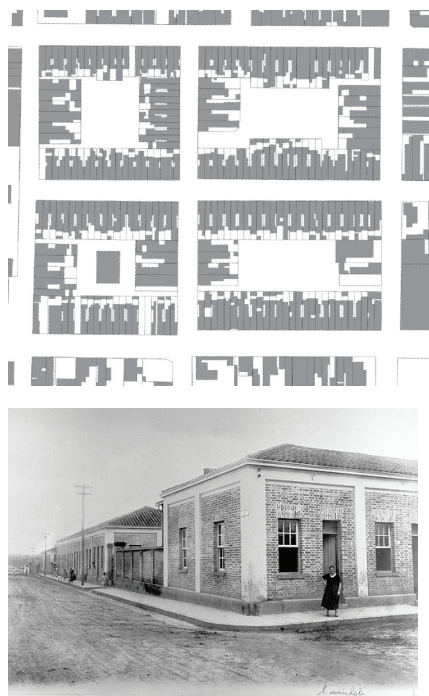
A Sociedade Ítalo-Americana e posteriormente a Brasital foram responsáveis pela melhoria da cidade, com a instalação de diversos equipamentos, como creches, vilas operárias, assistência médico-hospitalar, armazém de emergência, sociedade de socorro mútuo, teatros, cinemas, escolas, entre outros. Na realidade, essas melhorias tinham por objetivo beneficiar a própria empresa, que ficava isenta de impostos de todos os tipos: predial, sobre o produto, importação, exportação etc., além de manter o domínio sobre a mão-de-obra local. Apesar disso, a população ganhava indiretamente, pois os problemas e as dificuldades encontrados pelos moradores eram solucionados sem prejuízo a seus salários nominais, conferindo à empresa força e prestígio perante a população, que se beneficiava com suas obras.

A Brasital construiu 244 casas para os seus funcionários, que pagavam um aluguel simbólico e que, por ocasião da dissolução da empresa, adquiriram as casas por um valor muito inferior ao do mercado, sendo esse valor também amplamente financiado. Entre 1920 e 1924, a Brasital construiu 13 chalés para mestres e contramestres, substituindo as casas operárias geminadas construídas pela José Weissshon e Cia.

► Fig. 185. Localização das Fábricas de Papel e Tecidos, e das quadras das moradias operárias. Fonte: elaboração da autora.

▼ Fig. 186. Planta cadastral das quatro quadras denominadas "quintalão". Fonte: Mapeamento da Prefeitura da Estância Turística de Salto.

▼▼ Fig. 187. Moradia operária típica dos quintalões. Fonte: Museu da Cidade de Salto.



Entre 1924 e 1946, construiu mais dois conjuntos no Porto Góes, de 20 e 8 casas respectivamente, junto à fábrica de papel e na Barra do Tietê.

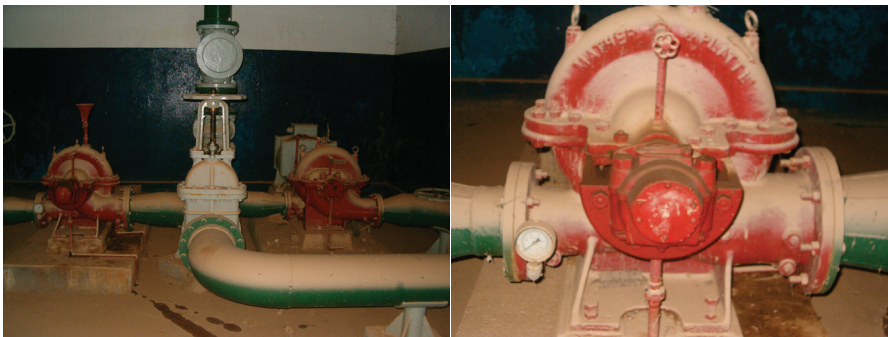
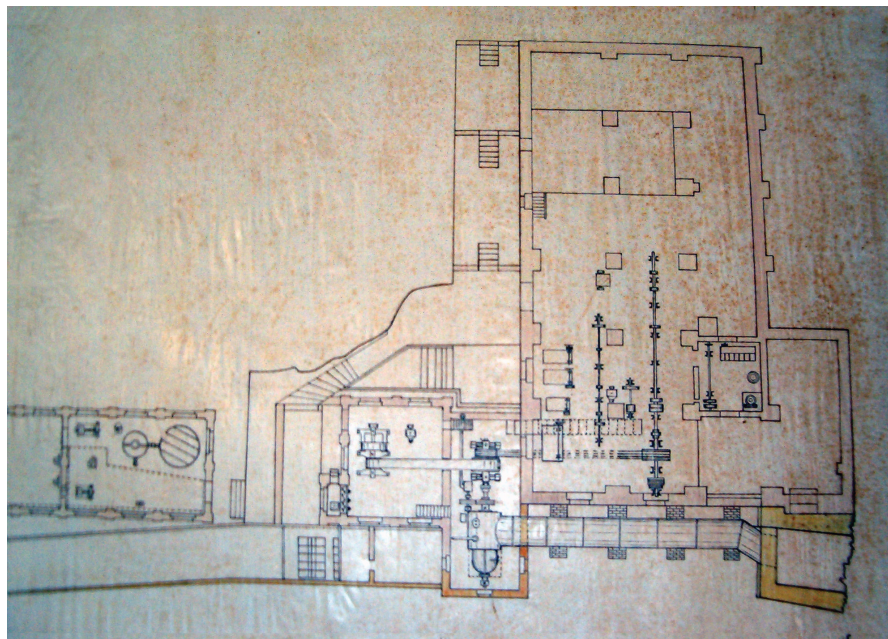
A vila operária, construída em quatro quadras junto à Avenida Dom Pedro II, tem uma característica singular: as quadras são estruturadas em torno de uma área comum – um pátio interno, que é denominado “quintalão”, com cerca de dois mil metros quadrados.

A Brasital encerrou suas atividades em 20 de janeiro de 1970. No ano seguinte, ela é vendida para Dow Orni e Simon Feldon e entra em decadência. Em 1981, é vendida para a Alpargatas Santista Têxtil S/A, que manteve atividades no local até 1995.

O conjunto de imóveis da fábrica foi adquirido em 2000 pelo Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio por meio de uma promessa de compra e venda, com outorga executiva em 10 de junho de 2005.

▼ Fig. 189. Esquema de funcionamento da casa das turbinas e dos equipamentos geradores de energia. Fonte: Centro de Memória da Fundação Bunge.

▼▼ Fig. 190. Equipamentos da firma inglesa Matter Platte. Fotos: E.D-K.



▲ Fig. 188. Remanescentes das tubulações de água para acionamento da turbina geradora de energia. Fotos: E.D-K.

O processo de tombamento

Valderez Antônio da Silva, então secretário da Cultura e Turismo da cidade, pede, em 14 de novembro de 2006, o tombamento das edificações da antiga Brasital e dos chalés dos mestres e contramestres, lindeiros ao agora campus universitário.

Na justificativa para o tombamento, Valderez Silva argumenta:

Por integrarem o processo pioneiro de industrializações de São Paulo, a história dos movimentos operários no Brasil e a memória da imigração italiana, bem como por suas características arquitetônicas, que a comunidade teme ameaçados, pede-se a esse conselho as mais breves providências para o resguardo daqueles bens (CONDEPHAAT, Processo nº 57.118/08, 2006, p. 1).

Na avaliação técnica do pedido de tombamento, a historiadora Marly Rodrigues, técnica do CONDEPHAAT, posiciona-se favoravelmente à abertura do processo de tombamento em 12 de abril de 2007, apresentando o seguinte argumento:

Fábrica e moradia se fundiram compondo um espaço de sociabilidade, no qual o cotidiano refletia a cultura urbana industrial, em especial as formas de relacionamento entre os trabalhadores fabris.

Mais que em outros importantes aspectos – as características arquitetônicas e o papel na orientação do espaço urbano- parece-me que a importância cultural deste complexo se concentra em sua representatividade para a memória da industrialização do estado de São Paulo, o que corresponde à da formação do capitalismo industrial e dos grupos sociais que polarizaram este processo.

O porte e a qualidade estética, a relação deste complexo composto por exemplares de diversos momentos da industrialização com a cidade e, as representações nele contidas recomendam a abertura do estudo de tombamento. Contudo, ao que se pode depreender do material enviado, há também a expectativa de que um possível tombamento venha a solucionar alguns problemas que hoje afetam a harmonia do conjunto, tais como a poluição visual, a falta de conservação e as intervenções desrespeitosas.

[...] seria de todo desejável que o Condephaat, no mais breve tempo possível, entrasse em contato com as autoridades municipais de modo a esclarecê-las quanto a este aspecto e, sobretudo, quanto à necessidade de negociações e acordos para a utilização econômica deste complexo, de modo a garantir suas características materiais fundamentais e a permanência de seu valor de representação cultural para o estado de São Paulo (CONDEPHAAT, Processo nº 57.118/08, 2006, pp. 150-151).

É preciso qualificar o interesse que move o pedido de tombamento encaminhado pela prefeitura. Esta, como representante da sociedade saltense, dentro de um ideário de preservação, acredita que o CONDEPHAAT seja capaz de solucionar problemas urbanos locais, elencados pela historiadora: poluição visual, a falta de conservação e as intervenções desrespeitosas.

Por outro lado, está a população saltense propriamente dita envolvida afetivamente com a fábrica, que foi parte da sua vida, e provavelmente acredita na carga simbólica da idéia de patrimônio, significando reforço das identidades locais, nas quais essa população também se legitima, como operários, construtores do desenvolvimento da cidade. Nesse sentido, o bem físico representa somente o suporte, o signo.

A conselheira do CONDEPHAAT, Maria Cecília França Fonseca, chama a atenção para esse fato no seu parecer:

Para os saltenses, a fábrica objeto de suas lembranças é o espaço configurado pela Brasital no século XX; é este que é objeto do afeto geral e, a seu ver, constitui o testemunho da história local. Nele se estampa a imagem construída de uma cidade industrial, moderna, portadora do progresso (CONDEPHAAT, Processo nº 57.118/08, 2006, pp. 150-151).

Nessa perspectiva, o caráter de permanência e vitalidade do bem é traço de sua história, ou melhor, de seu poder de evocar a lembrança, de ser o porta-voz das memórias dos moradores de Salto, constituindo uma referência espacial e afetiva forte como fator propulsor na constituição da vida da cidade.

Quanto à questão do ato de lembrar, a conselheira Suely Kofes, em seu parecer sobre o tombamento, refere-se à importância do Museu da Cidade de Salto na valoração da fábrica e na manutenção da memória fabril:

Como sabemos, referir-se à memória é também enfrentar o embate contínuo entre lembranças e esquecimentos. No caso da cidade de Salto, como é bem mostrado pela documentação que forma o processo e pelo estudo do UPPH [Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico], estamos diante deste embate. Por um lado o Museu guarda e expõe objetos históricos (subsidiando o conhecimento histórico de todos os interessados e a continuidade das lembranças e do reconhecimento da população local), por outro lado parte desta história, concretizada no conjunto fabril, está submetida a sucessiva perdas de integridade. O que resta do conjunto arquitetônico (que, aliás, forma uma paisagem com o rio Tietê) alimenta-se da documentação do museu, também o inverso é verdadeiro e é esta alimentação mútua que garante a possibilidade narrativa de uma história que é local, mas não é apenas local e que pode provocar conhecimentos e reconhecimentos em diferentes escalas (CONDEPHAAT, Processo nº 57.118/08, 2006, p. 268).

▼ Fig. 191. Vista Panorâmica do conjunto da fábrica em sua cota mais baixa. Foto: E.D-K.



Por fim, encontra-se o proprietário atual, a instituição de Ensino Superior, que utiliza o imóvel e afirma o valor econômico do bem, mas que, sob o olhar da prefeitura, constitui o motivo de ameaça à preservação do imóvel.

A argumentação dos advogados da instituição, contestando o parecer favorável ao tombamento, baseia-se na alegação de que

[...] **espontaneamente** a ora contestante deu andamento às obras de conservação e revitalização do bem, naturalmente adaptando-o para fins de criação de salas de aula e demais instalações universitárias; isso com vistas a que se prestigiassem, a um só tempo e de maneira mais efetiva possível, dois bens culturais de igual envergadura, quais sejam: (i) a preservação de edificação integrante da história do município, evitando-lhes a ruína; (ii) as manifestações culturais, visto que deu destino mais útil, sob o prisma ontológico da formação intelectual, do que a de simples registro da atividade fabril, à medida que lá se instalou um dos maiores e mais bem sucedidos núcleos de ensino superior (CONDEPHAAT, Processo nº 57.118/08, 2006, p. 297; grifo da autora).

Voltamos aqui à mesma situação encontrada no tombamento da Fábrica Santa Amélia, no Maranhão: a leitura que o proprietário faz do ato do tombamento como entrave ao uso pleno do imóvel - no caso da Fábrica Santa Amélia, ao seu valor de troca, e no caso da Brasital, ao seu valor de uso -, como podemos notar na reação manifestada pelos advogados:

Tem-se que [a instituição] preservou o bem cultural, voluntariamente e independentemente da imposição de qualquer gravame ao direito fundamental à propriedade, sob dois ângulos, a saber: (i) evitou-se a ruína de edificação apta ao registro da história do município de Salto, SP; (ii) possibilitou-se amplo acesso a suas instalações, pois abertas ao público em geral, prestando-se nas imediações destas, ainda, relevantes serviços de educação superior; o que faz da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda, destarte, um dos grandes celeiros da cultura no estado de São Paulo.

[...] o tombamento como proposto da integridade do imóvel de propriedade da contestante impõe um congelamento desnaturante do desenvolvimento da atividade a que foi e está destinada (CONDEPHAAT, Processo nº 57.118/08, 2006, p. 305).

As restrições e os limites que o tombamento acarreta ao uso do imóvel costumam ter consequências indesejáveis aos proprietários dos imóveis, evidenciando a natureza conflitante dos interesses em jogo no processo de consagração do valor cultural de um bem.

No caso da Brasital Salto, Marly Rodrigues, em seu parecer, tece considerações sobre a compatibilização entre o ato de preservação do imóvel e o seu uso atual, como podemos apreender na sua argumentação sobre o que o tombamento deve ter em vista:

- o caráter do conjunto fabril, cujo sentido em grande parte reside nas relações espaciais das e entre as unidades independentes;

- a volumetria do conjunto, fator essencial para que este se mantenha como referência na paisagem da cidade;
- as características construtivas e ornamentais de cada unidade;
- a existência de remanescentes das edificações primitivas, ainda identificáveis, em composição com intervenções posteriores em parte das unidades;
- o atendimento de futuras demandas de espaço para expansão das atividades da instituição educacional (CONDEPHAAT, Processo nº 57.118/08, 2006, p. 305).

A preocupação delineada por Marly Rodrigues foi considerada nos critérios de tombamento, que definiu o polígono de tombamento abrangendo o complexo fabril, sua volumetria e fachada, assim como aquelas áreas da residência do gerente, no interior do conjunto, e dos chalés dos mestres e contramestres voltados para a Praça Antônio Vieira Tavares¹²³.

As reformas e adequações realizadas pela instituição de Ensino Superior nas edificações foram avaliadas pela equipe técnica do Centro de Projetos e Obras em Bens Culturais do CONDEPHAAT. A diretora do Centro, a arquiteta Tereza Cristina Pereira, visitou as instalações da antiga Brasital em 3 de julho de 2008 e manifestou-se entusiasmada com a interferência, considerando-a

[...] de grande qualidade e respeito de forma admirável o aspecto do conjunto de edificações em processo de tombamento. Não temos qualquer objeção a fazer em relação ao que pudemos observar durante a vistoria e em relação ao que ainda pretendem fazer (CONDEPHAAT, Processo nº 57.118/08, 2006, p. 180).

¹²³ Minuta de tombamento, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Seção I, em 24 de junho de 2009, nas páginas 48 e 49: "De acordo com o que dispõe o artigo 142 do Decreto 13.426, de 16.03.79, notificamos a todos os interessados que o Colegiado do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado -, em sua sessão ordinária de 08 de junho de 2009, Ata nº 1533, deliberou aprovar o parecer da Conselheira Relatora, favorável ao tombamento das instalações da antiga Fábrica de Tecidos Brasital, no Município de Salto, que incluem a) o polígono formado pela Praça Archimedes Lammoglia, Rua José Weisssoh, Praça Antônio Vieira Tavares, Praça da Bandeira, Rua Joaquim Nabuco, Rua 24 de outubro e a margem direita do Rio Tietê (entre a Praça Archimedes Lammoglia e a Rua 24 de outubro); b) a volumetria e fachadas dos edifícios fabris situados no interior do referido polígono, identificados como Blocos A, B, C, D, E, F, G, I, J, K, N, O, Q, X, Z1; c) volumetria e fachadas da antiga residência do gerente, hoje Chalé da Reitoria, bem como o conjunto residencial formado pelas unidades 153, 165, 175, 187, 199, 209, 219, 229, 239, 251, 261 e 273 da Praça Antônio Vieira Tavares. Nos termos do parágrafo único do já citado artigo 142 e do artigo 146 do mesmo Decreto, a deliberação ordenando o tombamento ou a abertura do processo de tombamento assegura, desde logo, a preservação do bem até decisão final da autoridade competente, ficando, portanto, vedada qualquer intervenção que possa vir a descaracterizar os bens referidos, sujeitando qualquer intervenção à prévia autorização do CONDEPHAAT, além de poder ser punido o descumprimento do acima disposto com as sanções penais



◀▲ Fig. 192. Prédio das Passadeiras e Bancos da Jupiter e Fortuna. Fonte: Museu da Cidade de Salto..

▲ Fig. 193. Prédio dos descaroadores (1930). Fonte: Museu da Cidade de Salto.

◀▼ Fig. 194. Prédio da Tecelagem. Fonte: Museu da Cidade de Salto.

▼ Fig. 195. Prédio da Tinturaria. Fonte: Museu da Cidade de Salto.

previstas no artigo 63 da Lei Federal nº 9605, de 12.12.1998. Estabeleça-se o prazo de 15 dias para apresentação de eventual contestação, conforme disposto no artigo 143 do já citado Decreto Estadual, contados a partir do recebimento da notificação”.

Podemos concluir que a conservação desse patrimônio espetacular da industrialização paulista, sendo ela imposta por tombamento ou realizada de forma voluntária pela instituição desde a sua aquisição, contribui para uma melhor leitura e compreensão dos processos históricos de construção da identidade local e de organização espacial do tecido urbano, moldando o imaginário e a memória coletiva ao celebrar a longevidade do lembrar associado às formas arquitetônicas singulares da fábrica.

O perfil outrora industrial da cidade de Salto ajusta-se a uma nova dinâmica pós-industrial. A elevação da cidade à estância turística e à cidade universitária em 1998 abriu uma nova perspectiva de desenvolvimento futuro, em que as funções terciárias ganham crescente destaque.

A requalificação de prédios históricos vem ao encontro do que Lepetit (2002, p. 142) chama de poder de absorção dos territórios urbanos às modificações de uso e mutações econômicas. Lepetit (2002) menciona a dificuldade de certos territórios urbanos em absorver modificações de uso ou mutações econômicas, o que acaba estabelecendo uma relação de mão única entre as mutações das práticas e as do espaço.

No caso da cidade de Salto, podemos afirmar que as mutações econômicas definiram uma nova direção de desenvolvimento para a cidade, na qual o conjunto da Brasital desempenha um papel fundamental.

▼ Fig. 196 ► Fig. 197. Diagrama das Edificações que formam o conjunto da Brasital. Foto: E.D-K.



BLOCO D (ANTIGA TECELAGEM)
ÁREA = 9.151,57m²



INTERIOR DO BLOCO D



BLOCO E (ANTIGO BENEFICIAMENTO)
ÁREA = 7.884,79m²



BLOCO E (LATERAL)
ÁREA = 7.884,79m²



BLOCO E (ACESSO VIA BLOCO G)



BLOCO E (A ESQ.) - BLOCO G (A DIR.)



CASAS DOS MESTRES



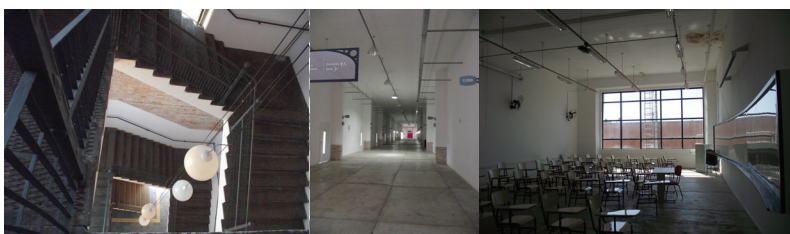
BLOCO E (FUNDOS) A DIREITA O BLOCO G



BLOCO F (ANTIGA TINTURARIA - PREPARAÇÃO)
ÁREA = 3.054,61m²

Os blocos assinalados em vermelho correspondem a localização das edificações existentes no mapemaneto de 1935 dos espaços da Fábrica, elaborado pela empresa de esgotos de Salto, entre a antiga Rua do Porto e o Rio Tietê. Foram posteriormente agregados a outras edificações, sofreram ampliações e adequações às mudanças de maquinário e ao aumento da produção.

O atual Bloco K corresponde à fábrica de Barros Jr. e o Bloco D àquela de José Galvão. Vestígios destes edifícios podem ainda ser identificados em fragmentos de paredes, colunas, estruturas de coberturas, assoalhos. (CONDEPHAAT, Processo nº 57.118/08, 2006, p. 255)



INTERIOR DO BLOCO C



BLOCO G (ANTIGA EXPEDIÇÃO) - 1/2 PAV.
ÁREA = 2.501,78m²



BLOCO C (ANTIGA FIAÇÃO)-3 PAV.
ÁREA = 9.876,10m²



BLOCO B (AO FUNDO)
ÁREA = 3.455,72m²



CORREDOR ENTRE OS BLOCOS B (À FRENTE)
E A (FUNDO) À ESQ E O BLOCO C (À DIR.).
A PASSARELA SUSPensa CONECTA O BLOCO
C AO BLOCO A



PASSARELA SUSPensa DE CONECCAO ENTRE
OS BLOCOS E (À DIREITA) E G (À ESQ.).



BLOCO K (DEPÓSITO DA EXPEDIÇÃO DE FIOS),
VISTA DE FUNDOS, JUNTO AO RIO TIETÊ.
ÁREA = 3.958,03m²



BLOCO G (À ESQ.) BLOCO J (À DIR.)
ÁREA = 2.082,04m²



15. A COMPANHIA AMÉRICA FABRIL E A COMPANHIA NACIONAL DE TECIDOS NOVA AMÉRICA: TRAJETÓRIAS ENTRECruzADAS

A Companhia América Fabril constitui um exemplo de conglomerado industrial têxtil que incorporou várias fábricas para criar um sistema de produção integrada, em uma trajetória de crescimento vertiginoso que a transformou na mais importante empresa têxtil do país.

Elisabeth Von der Weid afirma que a Cia. América Fabril ocupava o primeiro lugar, no final da década de 1920, entre as principais companhias têxteis do Rio de Janeiro e de São Paulo, estado que já havia assumido a liderança do ramo:

Apenas as fábricas têxteis das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, de São Paulo, tinha um valor de produção próximo ao da América Fabril, mas a superavam em metragem, o que indica que os tecidos desta companhia eram mais caros, e portanto mais refinados. A fábrica de Matarazzo, que produzia em maior escala, era especializada em sacaria (WEID, 1986, p. 18).

O núcleo de origem da Companhia América Fabril data de 1878, quando foi fundada a Fábrica Pau Grande em uma fazenda de mesmo nome, em Raiz da Serra de Petrópolis, hoje município de Magé, para produzir tecidos grossos de algodão, aproveitando a energia hidráulica da região e a mão de obra rural. A Fábrica Pau Grande era vizinha da Fábrica Santo Aleixo, a mais antiga do Rio de Janeiro, fundada em 1849, também uma fábrica-fazenda. Sua primeira expansão se faz pela compra de uma fábrica urbana. Weid (2009) analisa essa ação como resultado de uma avaliação de oportunidade,

◀ Fig. 198. Localização da Fábrica Nova América no bairro de Del Castilho. Fonte: elaboração da autora.

▶ Fig. 199. Vista Panorâmica da Fábrica e Fazenda Pau Grande (1911). Fonte: Arquivo da Cia América Fabril - AGCRJ.



[...] efetivada em 1891, momento em que começavam a se fazer sentir os efeitos da especulação desenfreada e as primeiras falências de empresas formadas na euforia inicial do Encilhamento. A Companhia Manufatureira Cruzeiro do Sul era uma dessas empresas: formada em 1890, no auge do ciclo, vendia seu patrimônio um ano depois, antes de instalar as máquinas já compradas. O senso de oportunidade da diretoria da Companhia Pau Grande levou-a a aproveitar os fatores positivos da política oficial, como as facilidades de crédito e empréstimos às indústrias, a baixa do câmbio e isenções de direitos alfandegários, e a beneficiar-se da inflexão do ciclo, adquirindo uma fábrica que não sobrevivera à crise (p.12)

A aquisição da Fábrica Cruzeiro determinou a mudança do nome da firma, até então denominada Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande, para Companhia América Fabril, bem como a real expansão da empresa com a elevação de seu capital.

A incorporação da Fábrica Cruzeiro marca também uma nova orientação na produção de tecidos: a de tecidos finos para concorrer com os artigos estrangeiros, pois a Fábrica Pau Grande voltou-se sempre para a produção de tecidos mais grossos e resistentes, como os crus, brins, colchas e cobertores de algodão. Para isso, a firma passou equipar as fábricas e estruturar seu novo projeto de produção, e, em 1905, com a instalação na fábrica Cruzeiro da primeira seção de beneficiamento do pano - o alvejamento -, ela pode competir com os artigos importados. Na fábrica Cruzeiro estava centralizado, portanto, o beneficiamento dos tecidos de todas as unidades, além das seções de gravação, estamparia, tintura do pano, laboratório químico industrial, gasômetro e fábrica de gelo. A Cruzeiro era também, entre as fábricas da companhia, a que tinha maior produção de tecidos.



◀ Fig. 200. Panorama da Fábrica Cruzeiro no bairro de Andaraí (1911). Fonte: Arquivo da Cia América Fabril - AGCRJ.

▶ Fig. 201. Planta indicando a localização da Fábrica Cruzeiro, com suas funções distribuídas espacialmente e a amplitude de suas propriedades. Fonte: Arquivo da Cia América Fabril - AGCRJ.



¹²⁴ A Fábrica Bonfim, assim como a São João e a São Cristóvão, pertencia a Cia. União Industrial São Sebastião, importante empresa têxtil do Rio de Janeiro que "[...] sobreviveu à crise do Encilhamento, mas não resistiu à crise de 1900" (WEID, 1986, p. 85). Ela foi adquirida em 1898 por Domingos Bebianno, Antonio Ribeiro Seabra e Antonio Mendes Campos, todos acionistas da Cia. América Fabril, por meio de leilão em razão da liquidação forçada da Cia. União Industrial São Sebastião.

Em 1903, a Cia. América Fabril compra a Fábrica Bonfim¹²⁴, pertencente na época a Domingos Bebianno, que gerenciava simultaneamente as duas empresas. A compra da Fábrica Bonfim ampliou a capacidade da América Fabril e elevou Bebianno a segundo maior acionista da empresa. Três anos antes, a América Fabril havia adquirido a São Cristóvão, cujos equipamentos foram distribuídos entre a Cruzeiro e a Pau Grande, ampliando assim sua capacidade de produção.

Todo o processo de modernização da Cia. América Fabril passou a ser orientado pela figura do Diretor Técnico, cargo criado em 1908 e ocupado pelo engenheiro inglês Mark Sutton, encarregado da produção, das obras e das relações com a força de trabalho, implementando um novo sistema de produção na empresa. Segundo Weid (1986, p. 94), em 1910, dando continuidade ao projeto de modernização da empresa,



◀ Fig. 202. Fachada da Fábrica Bonfim (1921). Publicação do Depto. do Trabalho. Fonte: Arquivo da Cia América Fabril - AGCRJ.

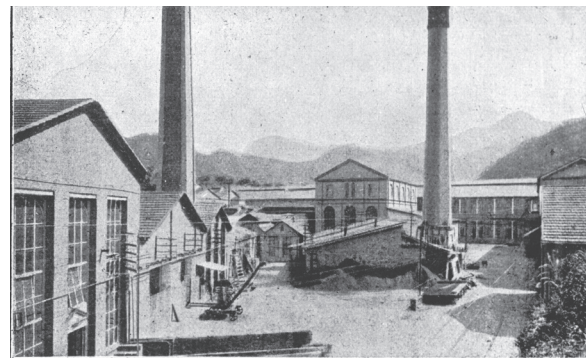
▼ Fig. 203. Entrada para a Fábrica Carioca. Fonte: Arquivo da Cia América Fabril - AGCRJ.

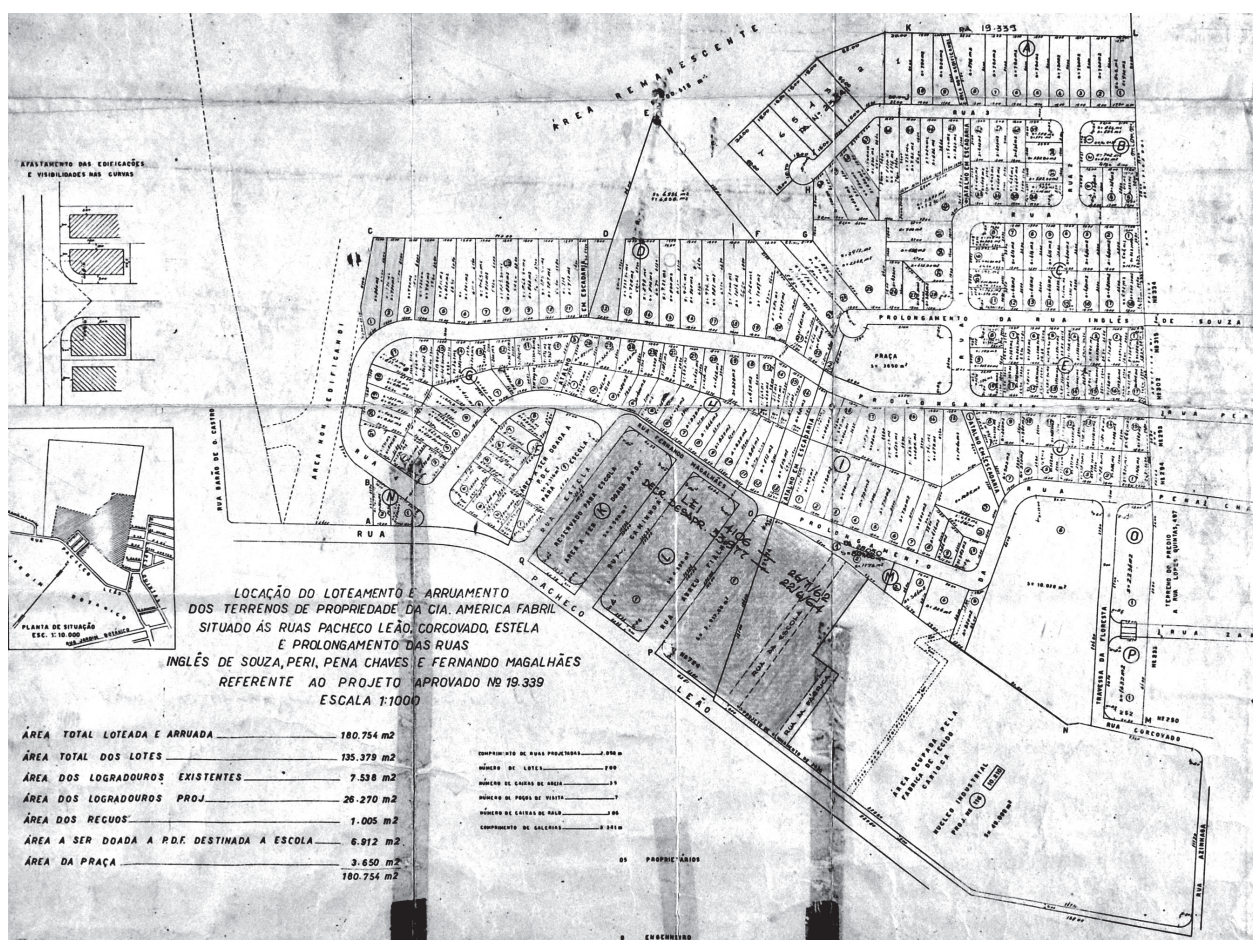
▼► Fig. 204. Vista Geral das duas Fábricas da Carioca (1921). Fonte: Arquivo da Cia América Fabril - AGCRJ.

“[...] Sutton viajou à Inglaterra, de onde trouxe plantas e orçamentos para a construção de uma nova fábrica, deixando todas as máquinas e equipamentos encomendados”. Ainda segundo a autora,

A fábrica Bonfim completava a linha de tecelagem média da empresa. Pau Grande produzia os tecidos mais grossos - brins, riscados, cassinetas e colchas de algodão. É naquele ano foi inaugurada a nova e moderna fábrica Mavilis, construída em dois anos com projeto do Diretor Técnico. Esta unidade tinha sido definida como o pólo decisivo de mudança na linha de produção da companhia, tendo as mais aperfeiçoadas máquinas de fiação, capazes de produzir fios mais finos que qualquer outro produzido no país. Isto permitia a tecelagem de panos sofisticados, leves, que seriam beneficiados e estampados na Cruzeiro. Toda esta organização permitia à empresa fazer face à concorrência estrangeira, e rapidamente a produção da companhia se expandiu. Em 1915, os artigos da América Fabril eram os mais refinados do país (WEID, 2009, pp. 24-25).

Em 1920, a Cia. América Fabril decide ampliar a sua capacidade produtiva e incorpora a Companhia Carioca, cujo patrimônio correspondia a duas fábricas de fiação e tecelagem localizadas no Horto Florestal, com suas respectivas vilas operárias, oficinas de carpintaria e alvejamento. As novas unidades passam a integrar também o sistema de produção da América Fabril, enviando seus tecidos crus ou alvejados para serem beneficiados na Cruzeiro.



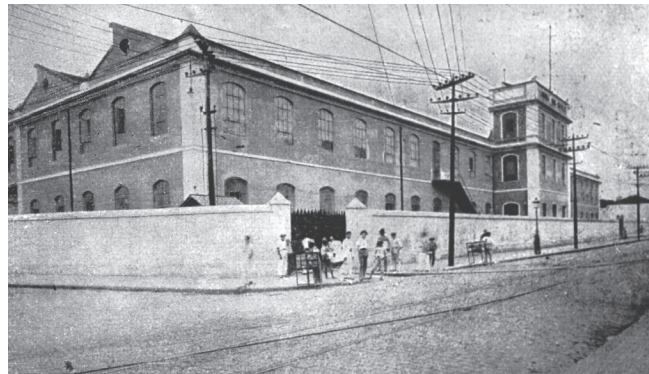
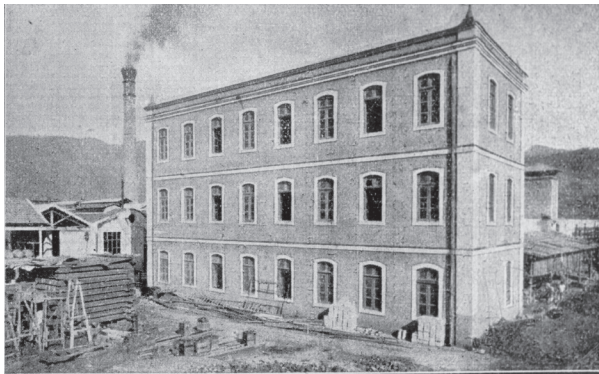


▲ Fig. 205. Loteamento dos terrenos pertencentes à Fábrica Carioca. Fonte: Arquivo da Cia América Fabril - AGCRJ.

Com cinco fábricas urbanas espalhadas pela cidade e uma rural, em Magé, o sistema de comunicação entre elas era crucial. Desde o final do século XIX, o transporte entre as fábricas urbanas da companhia era feito por bondes, e por trens com a Pau Grande.

Uma crise administrativa em 1923, originada em divergências existentes no seio do empresariado - no qual o capital comercial ainda tinha um peso muito forte, restando os avanços e a ousadia do grupo industrial de vanguarda -, levou alguns membros dissidentes, pertencentes ao grupo que representava a mentalidade industrial e liderados por Mark Sutton, a fundar uma nova empresa. Possivelmente foi a mentalidade comercial da equipe administrativa instaurada desde então, conjugada às dificuldades por que passou o ramo industrial têxtil no período, que levou a Companhia América Fabril a perder o posto de liderança na década seguinte (WEID, 2009, p. 33).

A dissidência não ficou restrita ao alto escalão da Cia. América Fabril. Nesse período, a maior parte dos funcionários da Companhia Nacional de Tecidos Nova América era procedente também da América Fabril. Além disso, o movimento constante de crescimento e modernização permanente verificado até a década de 1920 não foi mais retomado (WEID, 1986, p. 115).



A América Fabril iniciou um processo falimentar nos anos de 1960, sendo a Fábrica Carioca, localizada no Jardim Botânico, bairro que valorizou muito com a expansão da cidade, a primeira unidade a ser desativada em 1962 devido às condições precárias de seu maquinário. “Sua desativação foi seguida rapidamente pela corrida do mercado imobiliário, que tratou de apagar rapidamente seus vestígios quase por completo” (PIMENTA, 2007, p. 72). Parte do loteamento da área da antiga Fábrica Carioca foi adquirida pela Rede Globo de Televisão.

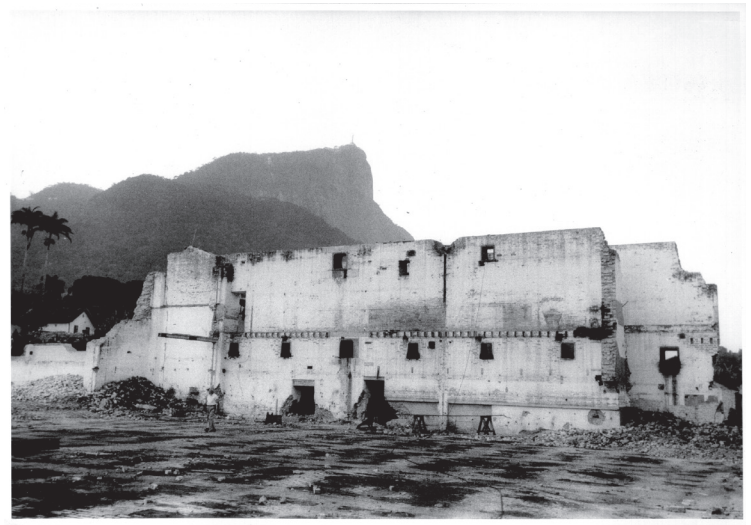
A próxima fábrica a ser desativada foi a Cruzeiro, principal unidade da Companhia América Fabril, localizada, juntamente com suas vilas operárias, em área privilegiada do bairro de Vila Isabel. A fábrica foi desativada em 1968, e parte de seus operários foi remanejada para as outras unidades da América Fabril - Bonfim, Mavilis, Pau Grande e a recém-adquirida Cia. Deodoro Industrial -, na tentativa de recompor seu parque industrial em uma área da cidade menos valorizada.

A área, até então ocupada pela fábrica Cruzeiro, foi dividida pelos credores da Cia. América Fabril, na maioria instituições oficiais, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, e a área que correspondia à fábrica propriamente dita foi cedida ao Banco Nacional de Habitação, que a substituiu por um condomínio residencial vertical, “[...] chamado de ‘tijolinho’ pelos moradores do bairro” (PIMENTA, 2007, p. 72).

◀ Fig. 206. Fábrica Cruzeiro, prédio do almoxarifado. Fonte: Arquivo da Cia América Fabril - AGCRJ.

▲ Fig. 207. Fábrica Mavilis. Fonte: Arquivo da Cia América Fabril - AGCRJ.

▼▶ Fig. 208 - 209. Fábrica Cruzeiro. Desmonte e demolição na década de 1960. Fonte: Arquivo da Cia América Fabril - AGCRJ.



¹²⁵ Ver: BRASIL, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jan. 1924, Seção 1, p. 26. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1777504/dou-secao-1-26-01-1924-pg-46>>. Acesso em: 31 jul. 2010.

A Fábrica Mavilis e sua vizinha Bonfim foram aos poucos desativadas; fecharam as portas em 1971, ano em que a Cia. América Fabril pediu concordata, e seu controle acionário passou à Companhia Progresso do Estado da Guanabara. Em 1978, o Banco Central assume o controle do que resta da Cia. América Fabril, e as fábricas já desativadas vão sendo desaparelhadas e vendidas. A Mavilis e a Bonfim foram completamente demolidas nos anos 1980. Seus terrenos passaram a abrigar os depósitos de containeres da zona portuária. Das antigas fábricas, restam apenas as vilas operárias, as quais convivem agora com o barulho dos guindastes e a paisagem dos containeres coloridos de aço que as cercam.

A Fábrica Pau Grande, origem do conglomerado, foi demolida em 1978. A moderna Fábrica Santana, construída na década de 1950 na fazenda Pau Grande para trabalhar em sintonia com a antiga unidade rural, foi vendida juntamente com a Deodoro, que havia sido adquirida no final da década de 1960 pela Multifábrica Industrial Têxtil S.A.

Os ambientes construídos pela América Fabril, longe de constituírem um objeto físico estático, revelam-se produto de um processo dinâmico, definido pela transformação industrial decorrente de avanços tecnológicos e pela configuração espacial dispersa.

As transformações ocorridas na Cia. América Fabril, com a saída do grupo dissidente e as dificuldades econômicas na década de 1960, significaram seu total desaparecimento após décadas de existência.

Sorte diferente teve a Companhia Nacional de Tecidos Nova América S. A., criada em 26 de janeiro de 1924¹²⁵ por iniciativa do engenheiro mecânico inglês Mark Sutton e de Affonso Alves Bebianno e Leopoldo de Bulhões, membros demissionários da administração da Companhia América Fabril.

A família Bebianno vinha dirigindo a América Fabril desde 1897, e Mark Sutton era genro de Domingos Bebianno e seu principal colaborador. Sutton veio para o Brasil para trabalhar na Fábrica Bangu, na qual ficou pouco tempo; trabalhou na Tecelagem Carioca antes de ingressar, em 1896, na América Fabril, tornando-se sócio em 1899 (WEID, 1986, p. 91).

A Companhia Nacional de Tecidos Nova América foi construída em um modelo arquitetônico caracterizado pela predominância de grandes fachadas em alvenaria de tijolos aparentes, típico do estilo inglês manchesteriano. Assim como o projeto da Mavilis foi trazido por Sutton da Inglaterra, o da Nova América deve ter tido a mesma procedência, visto que ele tinha muitas relações em Manchester, cidade onde havia trabalhado e estudado.

A Companhia adquiriu um vasto terreno ao longo da Avenida Automóvel Clube, atualmente Av. Pastor Martin Luther King, no bairro Del Castilho, subúrbio carioca. Primeiramente, foram instaladas uma

serraria e uma olaria, que serviram de base para a construção da unidade fabril. A maquinaria e tecnologia foram importadas da Inglaterra, Weid (1986, p. 115) afirma que a “[...] Nova América foi montada com a mais moderna aparelhagem da época”, sendo considerada pelos jornais locais como a fábrica mais moderna de que se tinha notícia no Rio de Janeiro.

A fábrica de tecidos ali instalada tornou-se não somente a maior fonte de emprego do bairro, como também o eixo comunitário desde o qual surgiram a vila operária, a escola, o ambulatório, o posto policial, as áreas de lazer etc. Por volta de 1945, a fábrica tinha em torno de três mil funcionários.

A nova empresa nasceu às vésperas da crise de 1926 e conseguiu crescer e estabilizar-se em plena conjuntura restritiva, chegando, em 1927, ao segundo posto do setor têxtil do Distrito Federal no tocante ao valor de capital. Seu valor de produção era, naquele ano, superior ao das empresas do Estado do Rio de Janeiro, posicionando-se em quinto lugar no Distrito Federal, junto com a Companhia Aliança. A Companhia América Fabril continuava sendo a primeira do Brasil, mas já vinha sendo ameaçada de perto pelas fábricas de tecidos Matarazzo e Scarpa, de São Paulo.

Assim como a América Fabril, a Nova América rapidamente participou do quadro das principais empresas têxteis do Brasil, ainda na década de 1920. Nos anos que se seguiram, essas duas companhias estiveram disputando, juntamente com demais indústrias de grande porte na capital, o mercado no Rio de Janeiro (WEID, 2009, p. 20).

Tabela 11: Estatísticas da indústria têxtil de algodão - 1927

Empresa	No Fábricas.	Capital (contos)	Prod. anual (contos)	Prod. anual (1000m)	Teares	Fusos	Operários
Distrito Federal							
América Fabril	6	32.000	60.911	29.227	4.850	287.000	7.000
Nova América	1	15.000	9.600	6.000	970	65.710	1.325
Corcovado	2	13.000	18.000	12.000	1.885	54.232	2.700
Aliança	1	12.000	9.600	7.200	1.534	70.000	1.200
Progresso Industrial do Brasil (Bangu)	1	9.000	12.000	9.523	1.980	56.680	2.500
Confiança Industrial	3	9.000	11.000	10.000	1.514	43.482	1.328
Rio de Janeiro							
Petropolitana	2	7.000	7.500	7.600	1.080	34.176	1.200
Brasil Industrial	1	6.000	7.434	9.200	1.008	32.200	1.050
São Paulo							
Matarazzo	2	-	50.500	36.000	3.600	96.064	4.300
Scarpa S.A.	2	35.000	31.000	18.000	1.584	46.244	2.950
Votorantim	1	20.000	30.000	20.000	1.392	70.000	3.000

Fonte: CIFTA Estatísticas da indústria, comércio e lavoura do algodão relativas ao ano de 1927. Rio de Janeiro, Typ. Do Jornal do Commercio, 1928. Também Relatório. Rio de Janeiro, Typ. Do Jornal do Commercio, 1927. Arquivo do CIFTA. Quadro organizado com base no valor do capital por estado (Cf. WEID, 2009, p. 20)

¹²⁶ O empreendimento é administrado pela Ancar, responsável pela gestão de outros dez shopping centers no Brasil, entre eles o Shopping Eldorado, na cidade de São Paulo (RODRIGUES, 2008, p. 71).

▼▼► Fig. 210 - 211. Cia Nova América, acesso principal. Fotos: E.D-K.



A Nova América, ao contrário da América Fabril, centralizava sua produção em uma única unidade no bairro de Del Castilho, subúrbio carioca. Teve a falência decretada durante a ditadura militar. No governo do general João Baptista Figueiredo, por meio da luta dos trabalhadores, a Companhia passou ao controle do BNDES. Em 1984, a empresa foi reprivatizada, passando a ser propriedade da Multifábrica Industrial Têxtil S. A., a mesma empresa que comprara, anos antes, a América Fabril. A fábrica foi desativada em 1991, e a produção foi transferida para sua nova unidade, denominada Unidade Fonte Limpa, localizada em Santa Cruz da Serra, no município de Duque de Caxias. De 1991 até sua conversão em um Shopping Center¹²⁶ em 1995, ela permaneceu com suas portas fechadas.

O espaço ocupado pela Cia. Nova América era estratégico. A fábrica estava implantada em um dos maiores entroncamentos viários do Rio de Janeiro - Av. Dom Helder Câmara (antiga Av. Suburbana) com Av. Pastor Martin Luther King (antiga Automóvel Clube) -; possuía uma saída direta para a Linha Amarela, relativamente próxima à Linha Vermelha e à Av. Brasil; articulava-se à estação de metrô Del Castilho por uma passarela que levava o pedestre direto ao interior da antiga fábrica, além de haver proximidade com a linha férrea. Tal condição tornava esse espaço uma grande oportunidade para o mercado imobiliário.

Apesar disso, o espaço da antiga indústria resistiu, e o Shopping Nova América manteve a forma fabril como um diferencial, uma questão estratégica do empreendedor na valorização da história e preservação da memória urbana, usando essa característica peculiar do shopping como um atrativo a mais para o consumidor que busca a proximidade com a história do lugar, além de manter a representatividade simbólica

e a identificação que os moradores do bairro possuíam com a fábrica. Isso pode ser evidenciado no site do shopping:

Em 1995, nasce o Shopping Nova América, preservando a arquitetura original da fábrica, toda em tijolinhos, estilo inglês do início do século. Em 2002, o Nova América expandiu e tornou-se um centro integrado de lazer, serviços, negócios, educação e compras, oferecendo ao visitante uma grande variedade de opções, em um só lugar. Hoje, além das 239 lojas, o visitante encontra lojas-âncora de peso, um campus universitário, a Rua do Rio e o Centro Empresarial com 154 salas. O shopping cresceu e mais ainda preserva com orgulho, o patrimônio histórico da cidade. E o nome, Nova América, permanece na memória de seus moradores, como símbolo de um tempo de grandes transformações e prosperidade¹²⁷.

A representação simbólica é evidenciada também no espaço gastronômico e de lazer, situado dentro do Shopping e denominado de "Rua do Rio". Esse local, antes uma via interna que conectava os diversos pavilhões da fábrica, foi coberto e abriga vários bares que reproduzem cenograficamente a "atmosfera" do Rio antigo e boêmio. A publicidade do lugar anuncia: "RUA DO RIO. OS BONS TEMPOS DO RIO ANTIGO ESTÃO DE VOLTA".

Imagine se você pudesse voltar no tempo e caminhar por uma rua do Rio Antigo, cercados por seus casarios, pedras portuguesas e ladrilhos pintados, com o clima típico da cidade. Esse é o espírito da Rua do Rio. Um lugar confortável e descontraído, com capacidade para 2.600 pessoas, repleto de bons restaurantes, bares e atrações ao vivo. Tudo pra que você possa aproveitar grandes momentos em boa companhia, onde a diversão e a badalação são as principais marcas do local¹²⁸.

O Shopping Nova América representa, assim, um caso de reconstrução do território industrial do ponto de vista da reapropriação espacial. As edificações da Cia. Nova América não foram objeto de salvaguarda pelos órgãos públicos de defesa do patrimônio; a iniciativa de mantê-las parte da iniciativa privada. A antiga atividade industrial é usada como atrativo no processo de reabilitação da área, antes abandonada e estigmatizada.

¹²⁷ Disponível em: <<http://www.novaamerica.com.br/site/conteudo/Historico.php>>. Acesso em: 25 jul. 2010.

¹²⁸ Disponível em <<http://www.novaamerica.com.br/ruadorio/>>. Acesso em: 25 jul. 2010.



◀◀ Fig. 212 - 213 - 214. Cia Nova América. Corredor denominado "Rua do Rio". Fotos: E.D-K.

▲ Fig. 215. Cia Nova América, "Rua do Rio". Cartaz das atividades do carnaval 2010, comparando o boulevard do Shopping com o Rio boêmio de Noel Rosa. Foto: E.D-K.





▲► Fig. 216-217. Cia Nova América, acesso lateral ao boulevard "Rua do Rio", e também à Universidade. Fotos: E.D-K.

¹²⁹ Em 1970, durante o processo de expansão da educação superior privada promovido pelo regime militar, a Faculdade Estácio de Sá é criada e começa a funcionar com cerca de oitenta alunos. No final do século XX, em plena nova expansão do setor educacional, agora incentivada pelos governos democraticamente eleitos, na época da gestão de Fernando Collor de Melo, a Universidade Estácio de Sá (UNESA) possuía cerca de 30.000 estudantes, alcançando o segundo lugar em corpo discente, atrás apenas da maior universidade federal brasileira, a UFRJ, com cerca de 42.000 estudantes. Em 2002, a UNESA alcançou 60.000 matrículas, ultrapassando duas das mais tradicionais universidades brasileiras, a USP e a UFRJ, tornando-se a segunda maior universidade brasileira em matrículas. Atualmente, a UNESA é, segundo dados oficiais, a maior instituição de educação superior do Brasil em número de estudantes matriculados (RODRIGUES, 2009, pp. 8-9).

A reabilitação de antigos espaços fabris para um uso contemporâneo à sociedade atual tem sido uma atividade corrente. A Fábrica São Luiz tornou-se um espaço de eventos, a Brasital de Salto abriga um Centro Universitário, a Brasital de São Roque é um Centro Cultural e as antigas instalações da Fábrica Bangu e da Nova América transformaram-se em shopping centers. Ambas abrigam também campus universitário.

Rodrigues (2009, p.2) chama a atenção para a combinação “[...] campus universitário instalado num shopping center; outrora indústria têxtil, cercado por um cinturão de favelas, no caminho para o paraíso da classe média emergente”, observada no caso da antiga Cia. Nova América:

Observada ainda da via expressa Linha Amarela, a chaminé de cerca de 50 metros de altura, típica das construções fabris inglesas do século XIX, mantém inalterada a imagem de Del Castilho, um antigo e tradicional bairro industrial carioca. Aparentemente, a fábrica Nova América continua lá. Trafegamos pela via expressa, ladeada por favelas, que liga a Cidade Universitária, campus modernista da maior universidade federal brasileira, a UFRJ, ao bairro da Barra da Tijuca, considerado por muitos como um simulacro de Miami.

Sobressaindo no imenso estacionamento, a imponente arquitetura da velha fábrica de tecidos apresenta, contudo, grandes pórticos de aço pintados em azul que evidenciam a sua mudança de status: ocupando o lugar dos operários, das máquinas à vapor, dos antigos teares, encontramos, agora, consumidores e novas mercadorias – materiais e imateriais (p.2).

Aqui, Rodrigues (2009) refere-se, respectivamente, às lojas e ao campus da Universidade Estácio de Sá, maior universidade do Brasil em número de estudantes matriculados¹²⁹.

A lógica de reapropriação dos espaços preteritamente industriais, a qual visa à sua recuperação econômica, muitas vezes contempla

desdobramentos locais, como a reintegração de antigos funcionários, o que é evidenciado no caso do Shopping Nova América por Rodrigues (2009, p. 8):

Muitos dos freqüentadores do Shopping Nova América efetivamente têm suas vidas relacionadas à Companhia Nacional de Tecidos Nova América (CNTNA), alguns foram consumidores de seus produtos – já que a unidade fabril fazia venda direta ao consumidor –, outros foram trabalhadores da fábrica. Moradores do entorno que viram a CNTNA fechar, que presenciaram a construção do parque de estacionamento, hoje passeiam pelos corredores do Nova América. Existem mesmo funcionários de lojas que foram empregados da CNTNA, engenheiros que permanecem em atuação imediata com o SNA.

A administração do SNA tem plena consciência dessa situação e busca utilizá-la funcionalmente. De fato, durante meses, a decoração da praça central de alimentação retratou em enormes painéis essa suposta harmônica convivência passado/presente, fábrica/shopping center, trabalho/lazer; estudo/responsabilidade social.

No entanto há também desdobramentos regionais, como o impulso aos fatores econômicos personificados, no caso do Shopping Nova América, na figura da Universidade Estácio de Sá, que atrai dez mil alunos provindos de vários municípios para os cursos de graduação (bacharelado e licenciatura), superiores de tecnologia, de pós-graduação lato sensu e de extensão¹³⁰, movimento muito superior ao número de funcionários que a empresa teve nas décadas de sua existência.

O resgate e a preservação da Cia. Nova América reafirmam o lugar do patrimônio industrial como catalisador de uma série de transformações econômicas, urbano-geográficas, culturais e educacionais pelas quais as cidades e as sociedades capitalistas vêm passando na produção do espaço urbano contemporâneo.

¹³⁰ Cf. Sítio do campus Nova América da Unesa. Disponível em: <http://www.estacio.br/campus/nova_america/>. Acesso em: 25 jul. 2010.

▼ Fig. 218. Cia. Nova América, acesso secundário à Universidade Estácio de Sá. Foto: E.D-K.

▼ ◀ Fig. 219. Cia. Nova América, fachada para o acesso viário principal. Foto: E.D-K.



► Fig. 220. Cia Nova América, detalhe das Janelas. Foto: E.D-K.

►▼▼ Fig. 221. Cia Nova América, detalhes dos espaços internos. (a) shed; (b) alvenaria de tijolo aparente; (c) sistemas elétricos e de iluminação parcialmente aparentes; (d) estrutura aparente; (e) Cenários para caracterização da Rua do Rio; (f) preservação dos espaços originais fragmentados, articulando-os através de passagens abertas, e por vezes cobertas. Fotos: E.D-K.



A



B



C



D



E

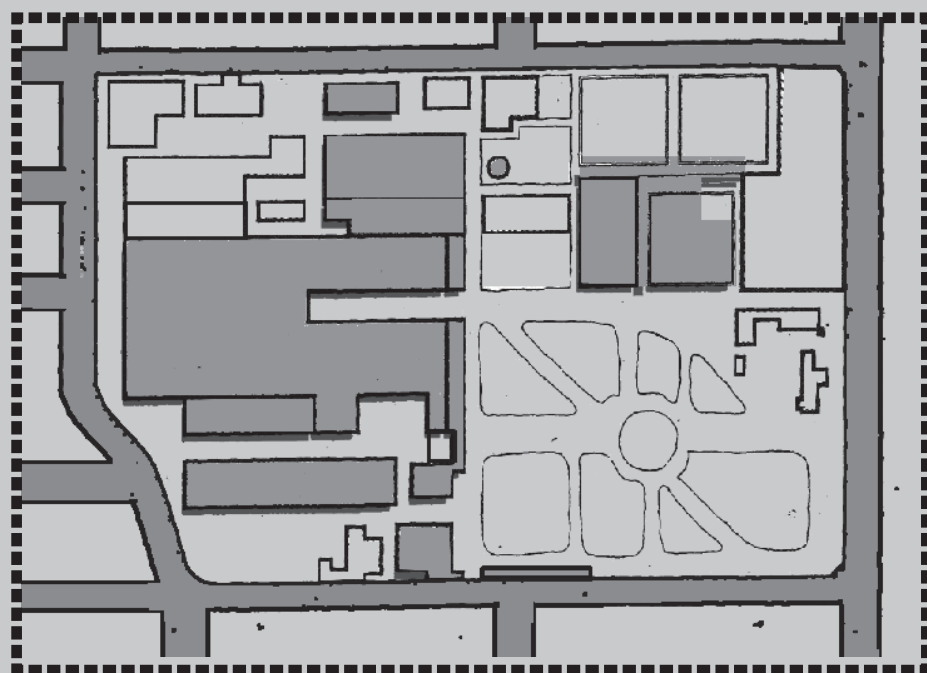


F



▲ Mapa 11 Mapa Geral de Bangu, incluindo os limites das terras da Cia.

▼ Mapa 12 Implantação atual da Fábrica Bangu. Elaboração da autora.



16. A FÁBRICA BANGU

Entre as fábricas examinadas no presente trabalho, a Cia. Progresso Industrial do Brasil, ou simplesmente Fábrica Bangu, fundada em 1889¹³¹, destaca-se por diversas particularidades. Em primeiro lugar, destacam-se os aspectos inusitados de sua implantação em área rural, onde um longo caminho levava até Bangu. A Fábrica foi instalada em uma área pouco urbanizada, na freguesia de Campo Grande, hoje Bangu¹³², distante cerca de 30 km do centro do Rio de Janeiro. A escolha inicial para a implantação da fábrica havia sido o bairro da Tijuca, mas, nos estudos elaborados pela firma londrina De Morgan Snell, responsável pelo projeto da fábrica, constatou-se que o espaço era insuficiente e o fornecimento de água, a cargo do governo, era escasso, o que poderia comprometer a produção, arriscando, portanto, o alto investimento nas instalações fabris. A firma londrina ficou, assim, responsável por encontrar outro local, com mananciais hídricos próprios e que fosse interligado à rede ferroviária. A escolha da firma inglesa “[...] recaiu na freguesia de Campo Grande, onde havia terrenos com cachoeiras que podiam fornecer a água necessária aos trabalhos da Fábrica e que estavam ao lado da linha férrea, próximo à povoação de Realengo” (SILVA, G. A. de A., 1989, p. 21).

¹³¹ A Fábrica Bangu entra em funcionamento em março de 1893. Na solenidade de inauguração, compareceram o então vice-presidente da República Marechal Floriano Peixoto, o prefeito do Distrito Federal e o prefeito do Conselho Municipal, evidenciando a importância desse empreendimento no panorama socioeconômico do Rio de Janeiro e do Brasil.

¹³² Há duas hipóteses sobre a palavra Bangu. Na primeira, o vocábulo seria de étimo tupi, significando anteparo negro, paredão negro, em referência ao conjunto de montanhas que projetam a sombra escura sobre a planície, onde se localizavam as terras da Fazenda Retiro, que originou a fábrica. A segunda hipótese refere-se ao étimo africano, no qual Bangu seria corruptela de banguê, nome dado pelos escravos ao local do engenho onde se guardava o bagaço da cana-de-açúcar, que, depois de moída, servia de alimento para o gado e para alimentar as formalhas (SILVA, G. A. de A., 1989, p. 17).

► Fig. 222. Fazenda do Bangu. Desenho aquarelado de Júlio Sena. Fonte: SILVA, G.A.deA., 1989, p.15



A força motriz era composta de três motores de Buckley & Taylor; de Oldham, com força de 1.900 hp, dividida em três motores, sendo um de 1.100 hp para a fiação, um de 500 hp para tecelagem e um de 300 hp para a seção e estampa. Com o aumento da fábrica, foram substituídos os motores acima por pequenos motores elétricos de pequena força, em número de 149. [...] Destes 149 motores, 110 são dos fabricantes Mather & Platt, e 39 de Brown Boveri & Co. Possui a companhia dois mananciais de água potável, sendo um a 6 quilômetros ao Norte da fábrica e 300 metros de altitude em relação a ela, com 3.000.000 de litros em 24 horas, denominado Rio Guandu do Senna; e outro ao Sul, na mesma distância, tendo 5.500.000 litros, 350 metros acima do nível do mar; e 315 metros acima do nível da fábrica e denominado Rio da Prata (1913, s. p. ¹³³).

No intuito de preservar esses mananciais, a companhia recém-constituída desenvolveu uma política de aquisição de novas terras, incorporando novas fontes de fornecimento de água e ampliando as áreas florestais que cercavam a fábrica. Com isso a área total da companhia chegou a mais de 30 km².

Sobre a Fábrica Bangu, em 1913, Reginald Lloyd escreveu ainda:

A fábrica está construída numa vasta planície com uma área coberta de 30.611 metros quadrados, e os terrenos de propriedade da companhia têm 32.000.000 de metros quadrados. Fica a fábrica a 32 quilômetros de distância da estação inicial da Estrada de Ferro Central do Brasil. Trabalham atualmente na fábrica 2.700 operários efetivos. São consumidos 1.800 fardos de algodão mensalmente, tendo cada fardo o peso mais ou menos de 80 quilos. Todo este algodão provém do Norte do Brasil. O carvão empregado na fábrica é o de Cardiff, mas unicamente para aquecimento de máquinas, calandras, engomadeiras e estufas. Ainda assim, vai o seu consumo a 300 toneladas mensalmente. A produção mensal de fio é de 120.000 quilogramas, mais ou menos. Na fábrica, estão em movimento 5 máquinas de estampar; podendo estampar até 12 cores. Todos os maquinismos são dos fabricantes Platt Brothers & Co. e Mather & Platt, Limited (Inglaterra). A seção de gravura, que vem a ser realmente uma escola onde se ensina o desenho, a fotografia, a gravura em aço, cobre, madeira etc., é que prepara as matrizes e os cilindros de cobre para a estampa. Na mesma seção se imprimem, em tricotomia, as estampas e rótulos para as peças de fazenda (LLOYD et al., 1913, s. p.)

¹³³ A publicação "Impressões do Brasil no Século Vinte", editada em 1913 e impressa na Inglaterra por Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., com 1.080 páginas, é mantida no Arquivo Histórico de Cubatão, em São Paulo. A obra teve como diretor principal Reginald Lloyd, participando os editores ingleses W. Feldwick (Londres) e L. T. Delaney (Rio de Janeiro); o editor brasileiro Joaquim Eulálio e o historiador londrino Arnold Wright. O Arquivo Histórico de Cubatão elaborou uma reedição em versão digital, e com ortografia atualizada, do exemplar que pertenceu à Associação Commercial de Santos, disponível nas páginas da URL Novo Milênio (<<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g00.htm>>). O capítulo que aborda as fábricas cariocas está disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g32b.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

Oliveira (2006) afirma que, para administrar essa enorme propriedade, com 3.660ha, a companhia decide, juntamente com o início da construção da fábrica, dar uma destinação econômica àquelas terras, transformando, em 1890, o antigo canal da Fazenda do Bangu em área de cultura de algodão, no intuito de fornecer a matéria-prima necessária à fábrica têxtil, reduzindo os custos de produção. Contudo a produção de algodão na fazenda mostrou-se, após dois anos de cultivo, sem representatividade diante das necessidades reais fábrica, o que fez com que a Companhia abandonasse essa ideia.

Outras iniciativas foram tomadas para conservar os rebanhos que existiam nas fazendas, os quais representavam para a companhia não somente a guarda das matas, mas sobretudo a manutenção de

um pessoal que, juntamente com suas famílias, poderia ser aproveitado futuramente como mão-de-obra para a fábrica. Assim, a empresa preocupava-se não somente

“[...] em dar uma destinação econômica às suas terras, que complementasse a atividade fabril, mas também com a manutenção dos seus mananciais, fundamentais para a vida da fábrica, assim como o fornecimento de força de trabalho necessária à fábrica” (OLIVEIRA, 2006, s. p.).

Essas iniciativas demonstravam as estratégias tomadas pela Companhia para exercer controle sobre as condições naturais de sua propriedade, necessárias para a produção fabril, como também para “[...] fomentar um mercado de força de trabalho ao redor da fábrica através do uso de suas terras por rendeiros e parceiros” (OLIVEIRA, 2006, s. p.).

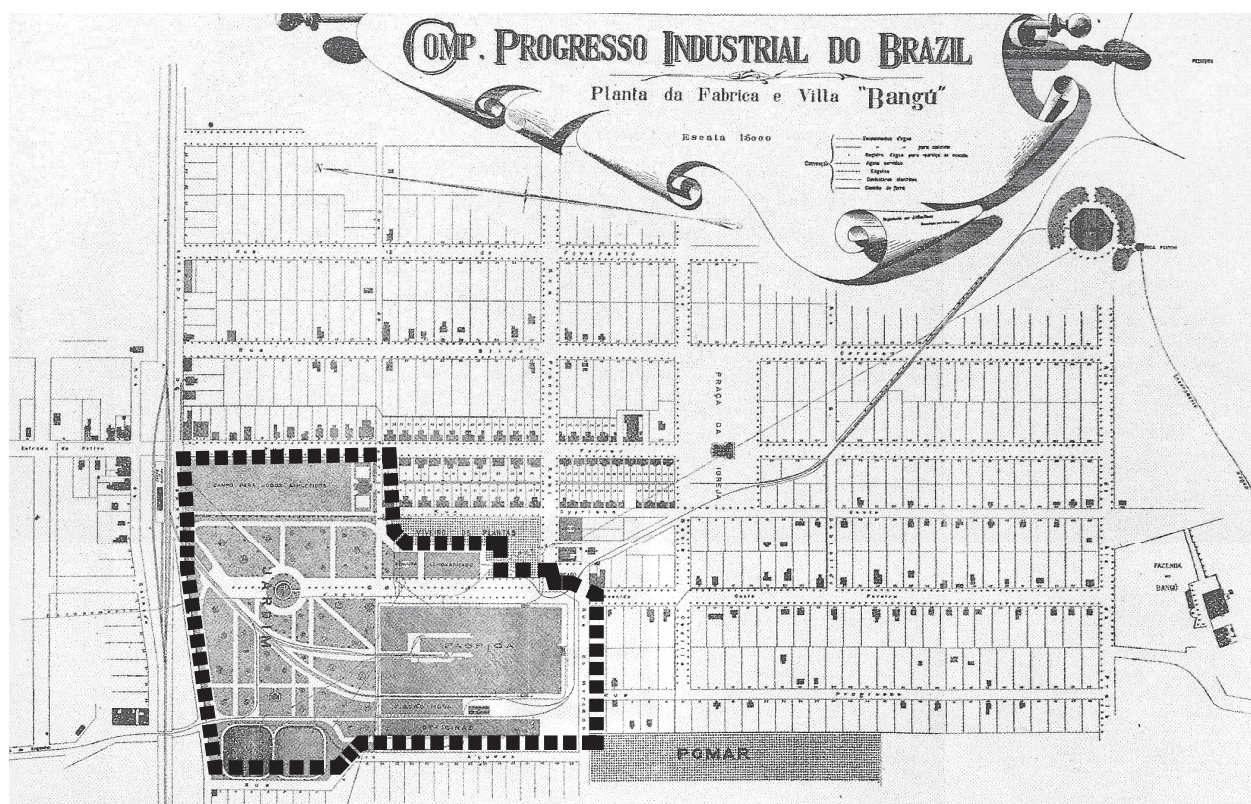
A segunda particularidade decorreu da condição mesma de sua implantação: a fábrica induziu o processo de urbanização naquele setor da cidade, que era até então essencialmente rural. Quando da aquisição da Fazenda Bangu pela Cia. Progresso Industrial do Brasil, existia apenas a Estrada Real de Santa Cruz, antigo Caminho dos Jesuítas, aberto para fazer a comunicação com as sesmarias dos jesuítas, que se estendiam pelo litoral. Com a construção da fábrica, a Companhia abriu duas ruas “[...] que se chamariam Estevão, em homenagem ao primeiro presidente da Companhia, e Fonseca, nome de um diretor”, sendo que as demais eram trilhas para circulação dos carros de bois (SILVA, G. A. de A., 1989, p. 60).

É partindo desse traçado urbano inicial que o ambiente instaurado pela implantação da fábrica começa a tomar características urbanas. Ao mesmo tempo em que se erguia o prédio da fábrica, com as sobras de seu material uma vila operária era construída, sendo denominada como “casinhas” pelos ingleses, fixando os técnicos e os operários próximos ao seu local de trabalho. Essa vila, que foi concluída em 1892, possuía 95 casas, distribuídas por quase três quadras da Rua Estevão e da Rua Fonseca. Segundo Lloyd (1913), as casas para os operários eram iluminadas à luz elétrica e tinham água potável, fornecimentos providos pela fábrica, bem como as vias centrais da vila eram iluminadas à eletricidade.

Ainda a respeito da iluminação, escreve Oliveira (2006, s. p.):

A Companhia iria este ano [1905] criar também o primeiro sistema de iluminação elétrica através de dínamo, que atenderia algumas dependências da fábrica e iluminaria a rua principal da vila-operária [sic] por algumas horas à noite, além das casas cujos moradores realizassem o pagamento de uma mensalidade, que a diretoria dizia ser módica.

A fábrica entrou em funcionamento em 1893 e, ao final de seu primeiro ano de funcionamento, empregava 310 homens, 171 mulheres e 264 menores, sendo 165 meninos e 99 meninas, que faziam funcionar mais de 800 teares (GRÊMIO).



▲ Fig. 223. Planta da Fábrica e Vila Bangu. Fonte Relatório da Cia (1909).

Em 1896, devido ao aumento do número de operários, a fábrica ergueu um novo grupo de casas no local da antiga olaria. Essas casas reproduziam a hierarquia funcional, seguindo três tipologias: sete unidades iguais àquelas da primeira vila operária, as “casinhas”; três menores (com sala, dois quartos, banheiro e cozinha) e quarenta unidades geminadas, de um único cômodo.

Quase uma década depois, em 1904, o número de operários da fábrica era de 1.286 e em 1912 atingia 2.754 funcionários.

A expansão da produção têxtil e a necessidade de aumentar o número de funcionários, como pudemos verificar, induzem a Companhia a outra orientação em relação às suas terras. Manter a lavoura e o engenho exigia um capital de giro constante, que era desviado da produção têxtil, finalidade principal da Companhia, e, além disso, passava a concorrer com a fábrica na demanda de força de trabalho, sobretudo nos períodos de safra. Levando esse quadro em consideração, a fábrica resolveu desfazer-se do empreendimento agrícola, liberando, a partir de 1904, as terras para aqueles que queriam morar em Bangu. Assim, mediante o pagamento de aluguel, foram autorizadas a construção de casas de alvenaria e a disseminação de ranchos ou sítios para aqueles que quisessem cultivar, sendo a produção do engenho uma parceria da fábrica com os rendeiros.

Ao mesmo tempo em que essa nova orientação era tomada, o processo de urbanização se intensificaria. Abriram-se novas ruas paralelas e perpendiculares à fábrica e à vila operária existente, prevendo a expansão do casario da vila operária entre a fábrica, a Estação de

Bangu e a Estrada de Ferro.

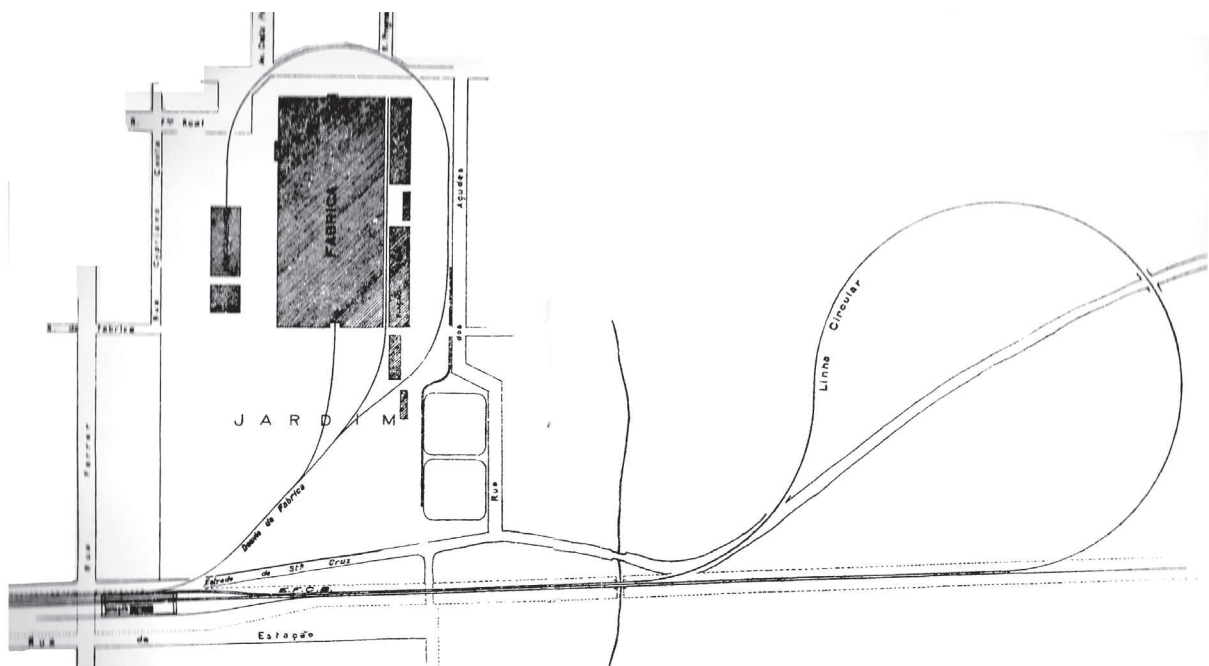
Oliveira (2006) chama a atenção para o surgimento de um novo arranjo espacial, o qual se traduz também na forma de referir-se a Bangu, que de “Arraial” passa a ser, a partir de 1908, “Villa”:

A urbanização seria complementada no ano seguinte [1908], com a conclusão das obras de canalização das águas do Rio da Prata, quando o sistema de iluminação elétrica foi ampliado através da instalação de uma usina de força movida por uma “Roda Pelton”. Este novo sistema permitiu estender a iluminação elétrica a praticamente todas as unidades da fábrica e fornecer luz a um número maior de casas à noite. Foi instalada, também, em 1908, a primeira rede telefônica de Bangu, que funcionava entre a fábrica, a usina e o reservatório do Rio da Prata. Um ano depois, a CPIB resolveria, de maneira mais efetiva, o fornecimento de energia elétrica para Bangu, construindo instalações para colocar os transformadores que receberiam corrente elétrica por meio da “Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company”. Assim, em 1910, a iluminação elétrica passaria a fazer parte do cotidiano operário-fabril de Bangu, quando algumas máquinas começaram a ser movidas por meio de força elétrica, iniciando-se a substituição do sistema de energia a vapor:[...] Foi ampliada a estação férrea e inaugurada a Linha Circular de Bangu, elevando de 10 para 28 o número de trens diários, ligando Bangu ao Centro da cidade do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2006, s. p.).

Percebe-se aqui a influência da fábrica na conformação territorial, induzindo o desenvolvimento local por meio da implantação de infraestrutura urbana, que, aliada à decadência da atividade rural, promoveria um novo vetor de expansão urbana na cidade do Rio de Janeiro.

Até a década de 1930, a fábrica estimulou o arrendamento, ficando os usos da propriedade territorial articulados com a estrutura fabril.

▼ Fig. 224. Planta dos ramais férreos de Bangu. Fonte: SILVA, G.A.deA., 1989, p. 74-75.



Oliveira (2006) informa que, a partir de 1930, a fábrica adota outra estratégia territorial e inicia o processo de alienação patrimonial, incorporando efetivamente seu território à dinâmica urbana do Rio de Janeiro, fazendo surgir o bairro Bangu:

A própria empresa criaria, no início da década de 1930, um Departamento Territorial, que elaboraria projetos de loteamentos e promoveria a venda dos terrenos aos arrendatários através de pagamento a prazo. Quando estes eram operários da fábrica tinham as prestações dos terrenos descontadas diretamente dos seus salários. Entre 1936 e 1948 foram aprovados 61 projetos de loteamentos, número bastante significativo para o período, mesmo se tratando do Distrito Federal, a capital do país à época (s. p.).

É nesse período que acontece um intenso processo de urbanização rumo à constituição da metrópole do Rio de Janeiro, valorizando cada vez mais as terras da companhia e ampliando assim o processo de alienação patrimonial. Portanto a mobilização do capital incorporado ao território fabril tornou-se cada vez mais inconciliável com as tendências do crescimento urbano verificado naquele setor da cidade a partir dos anos de 1960.

Na década de 1960, parte dos terrenos da fábrica ainda não loteada foi adquirida pela Companhia Estadual de Habitação - CEHAB, que empreendeu a construção dos conjuntos habitacionais Vila Aliança (1962), Vila Kennedy (1964) e Dom Jaime Câmara (1968)¹³⁴, o que significou um acréscimo de 14.237 novas unidades habitacionais para a região.

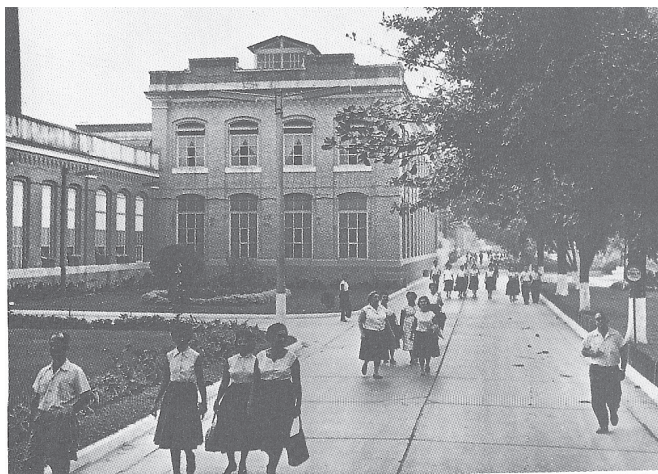
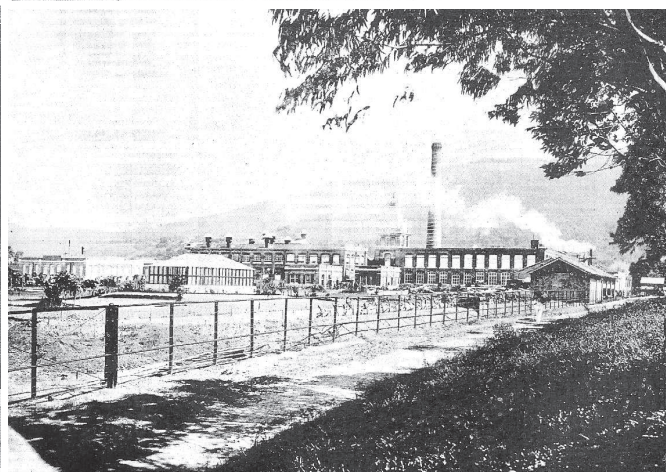
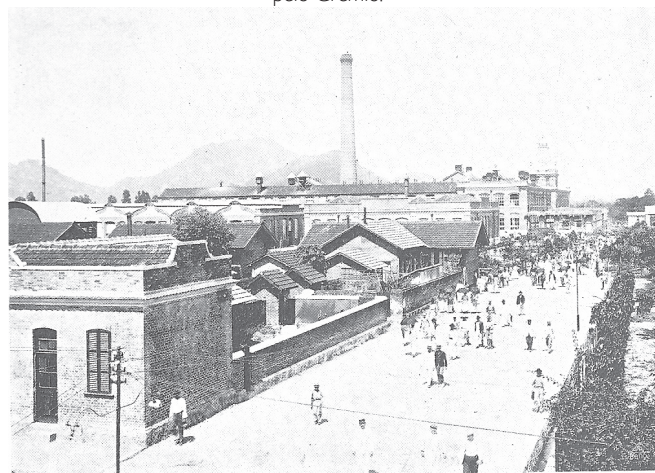
Em 1965, a Companhia inicia o desmantelamento da vila operária, vendendo as primeiras casas, que, até o início da década de 1970, estariam vendidas na sua totalidade. Isso representou a dissolução do núcleo urbano-fabril original, e Bangu deixaria de ser o território da fábrica para se tornar apenas mais um bairro da cidade do Rio de Janeiro.

¹³⁴ O Conjunto Residencial Cardeal Dom Jaime Câmara é o maior conjunto habitacional da América Latina, com 180 blocos e sete mil apartamentos. Construído durante o governo de Carlos Lacerda, o "A. de Bangu", como é conhecido, é considerado um bairro não oficial e, assim como a Vila Kennedy (três glebas com um total de 5054 unidades habitacionais unifamiliares) e a Vila Aliança (2.183 casas), serviu para o assentamento de favelados removidos de 12 favelas, a maioria situada na zona sul da cidade (RIO DE JANEIRO, 1996).

◀ Fig. 225. Em primeiro plano a Rua da Fábrica, que dava acesso ao portão principal da empresa. Saída para o almoço (1907). Fonte: SILVA, G.A.deA., 1989, p.37.

▼ ◀ Fig. 226. Saída para o almoço na década de 1940. Fonte: SILVA, G.A.deA., 1989, p.37.

▼ Fig. 227. Vista da Fábrica no início do século XX. Em primeiro plano à direita, o primeiro conjunto de casas operárias ("casinhas") Fonte: Arquivo da Cia, reproduzido em forma de Postais pelo Grêmio.





▲ Fig. 228. Escola Rodrigues Alves (início do século XX). As aulas eram separadas por gênero. (a) sala das meninas (b) sala dos meninos. Fonte: Arquivo da Cia, reproduzido em Forma de Postais pelo GLJMV.

A terceira particularidade refere-se à ampliação das premissas utilitaristas no programa da fábrica. Verifica-se, no caso da Fábrica Bangu, além da vila operária construída por ela, o incentivo à construção por particulares em seus terrenos, como já foi mencionado.

A Fábrica também se preocupava com a construção de outras edificações necessárias à vida de Bangu, como a escola “[...] para desenvolvimento intelectual e social dos seus operários e respectivas famílias”, que atendia aproximadamente “[...] 500 alunos nos cursos diurnos e noturnos, com corpo docente de 6 professores” (LLOYD, 1913, p. 386).

Além da escola, a Fábrica Bangu construiu uma igreja e a Sociedade Musical Progresso de Bangu, que, em 1907, se tornou o Casino Bangu. As atividades do Casino eram voltadas à arte dramática e à música, esta organizada em uma banda com quarenta músicos, além de manter uma biblioteca. Os esportes tipicamente ingleses, como cricket, lawn tennis, bowls, croquet, além do futebol, também eram incentivados pelo Bangu Athletic Club. A Fábrica ainda oferecia aos operários auxílio médico, farmácia, ambulância e funeral, mediante uma contribuição de 3% dos seus ordenados (LLOYD, 1913, p. 386).

No que se refere à qualificação, a fábrica mantinha uma escola de aprendizagem têxtil, a princípio funcionando nas suas dependências e, em 1945, em prédio próprio, aparelhado para preparar operários e contramestres não só para sua própria absorção, mas também para outras fábricas por meio de uma parceria com o SENAI.

Com relação à saúde, desde o início de suas operações, a Fábrica criou a Caixa Beneficente, que a princípio foi instalada na Fazenda Bangu. Com o crescimento da empresa, foi necessária a sua ampliação para um prédio próprio, onde permaneceu até 1942, quando foi erguido o edifício que abrigaria o ambulatório, o centro cirúrgico, uma enfermaria com 12 leitos, além de uma creche modelo, com seção de puericultura. (SILVA, G. A. de A., 1989, p. 93). Gracilda A. de Azevedo Silva comenta ainda que



A contribuição da Companhia na área de saúde extrapolou o âmbito local, levando-a em 1939 a promover diversas doações a órgãos federais, como a dos terrenos onde estavam construídos os edifícios do Centro de Saúde do Hospital Almeida Magalhães e do Abrigo para Tuberculosos Guilherme da Silveira. A Liga Brasileira contra a Tuberculose deu um terreno em Bangu para a construção de uma casa de repouso e tratamento de moças portadoras da moléstia. Ao Ministério da Justiça cedeu dois terrenos, um destinado à implantação de uma penitenciária agrícola de mulheres e outro para a construção de um sanatório para detentos tuberculosos (p. 192).

▲ Fig. 229. Antigo Campo do Bangu Athletic Club nos jardins da fábrica. Fonte: Arquivo da Cia, reproduzido em forma de postais pelo Grêmio.

O lazer também foi apoiado pela empresa, que incentivou a criação do Bangu Athletic Club em 1904, construiu o campo de futebol ao lado dos jardins da fábrica e inaugurou, em 1947, um estádio, investindo no futebol como “[...] veículo de divulgação de sua marca – a Fábrica e o Clube tendo o mesmo nome – [o que] lançava uma nova modalidade de propaganda, só muito mais tarde adotada por outras empresas” (SILVA, G. A. de A., 1989, p. 107).

A visibilidade da empresa era trabalhada nos eventos esportivos e culturais. Nos anos de 1950, a empresa promovia desfiles de moda de caráter beneficente, organizados pela esposa do diretor presidente da fábrica, Candinha Silveira.

Sobre esses eventos, diz Gracilda Silva (1989, p. 135):

Na verdade o êxito dessa promoção, que seria repetida em São Paulo e Belo Horizonte, levaria Joaquim Guilherme da Silveira a lançar uma nova estratégia de

▼ Fig. 230. Fábrica Bangu na Exposição Nacional de 1908 - Morro da Urca. Seção de Gravura. Fonte: Arquivo do GLJMV.

▼► Fig. 231. Fábrica Bangu casa dos motores (1906). Fonte: Arquivo do GLJMV.

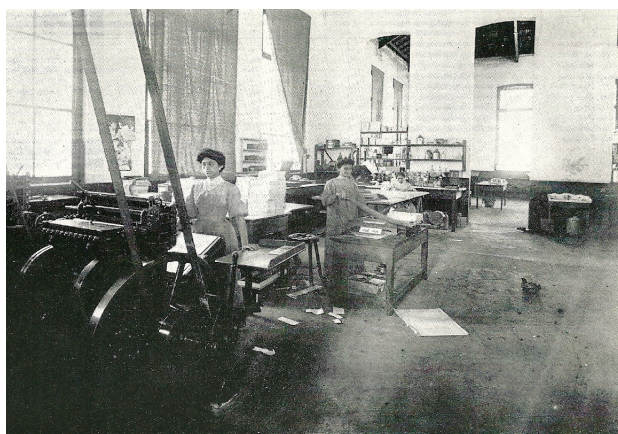
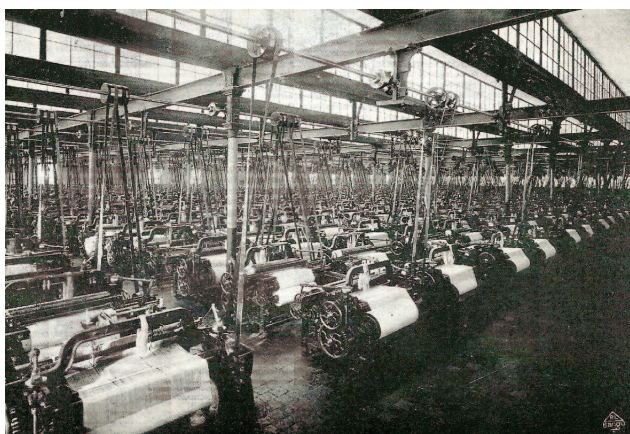
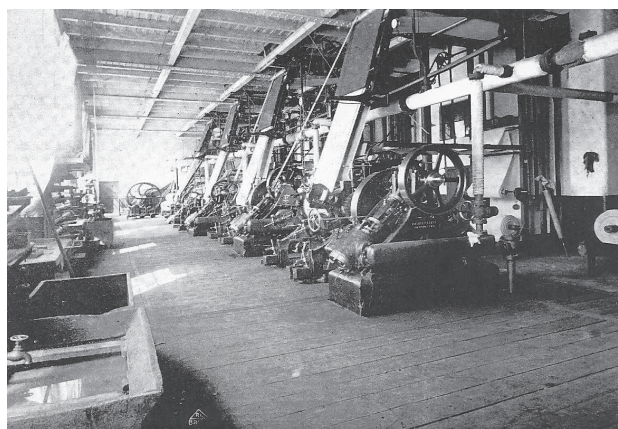
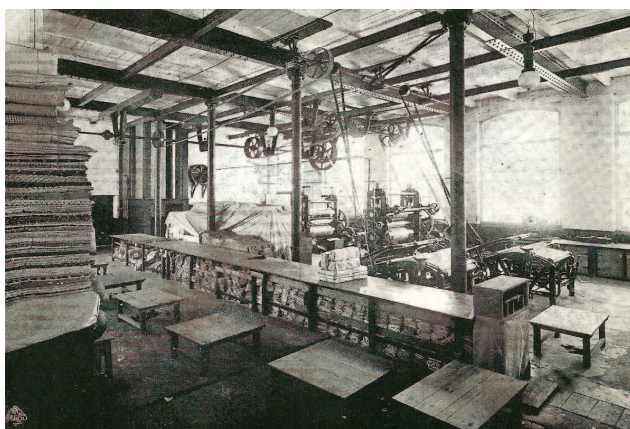
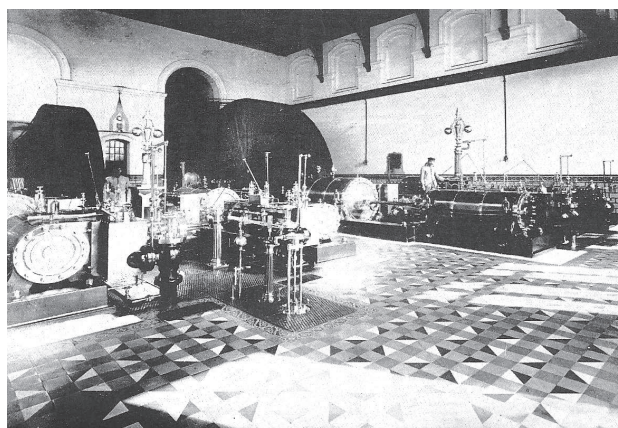
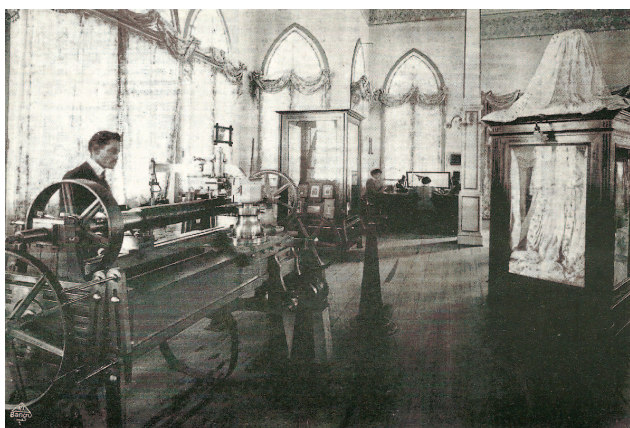
▼▼ Fig. 232. Fábrica Bangu, sala de dobração (1906). Fonte: Arquivo do GLJMV.

▼▼► Fig. 233. Fábrica Bangu, sala de estampa (1906). Fonte: Arquivo do GLJMV.

▼▼▼ Fig. 234. Fábrica Bangu, sala dos teares (1906). Fonte: Arquivo do GLJMV.

▼▼▼► Fig. 235. Fábrica Bangu, oficina de gravura e tipografia (1906). Fonte: Arquivo do GLJMV.

propaganda, baseada na exploração dos desfiles, uma prática até então inusitada em nosso meio. E isso vinha juntar-se a outra inovação, o aproveitamento do esporte como veículo de publicidade, promovida por Guilherme da Silveira Filho, que investia no futebol, dotando Bangu de uma poderosa equipe. A combinação dos dois projetos ensejou uma ampla e positiva difusão da marca Bangu em todo o país, justamente, e não por acaso, num período de expansão da fábrica.



A ARQUITETURA DA FÁBRICA

O edifício da Fábrica foi levantado do lado esquerdo da Estrada de Ferro Central do Brasil, cobrindo uma área construída de 18.649m².

A arquitetura empreendida na Fábrica Bangu remete a uma característica linguagem fabril inglesa, com dois pavimentos, janelas em arco abatido e alvenaria de tijolo aparente.

O edifício principal, um paralelogramo de aproximadamente 210 por 110 metros, foi construído sobre fundação de concreto, da qual se eleva uma base em alvenaria de pedra até os peitoris das janelas, e sobre este embasamento em cantaria foram erguidas as paredes em alvenaria de tijolo aparente que circundam todo o edifício. O prédio principal é completado pela chaminé, de tijolo aparente e forma circular de base octogonal, que se eleva 57 metros acima do nível da sala de cardas. A chaminé se tornou o símbolo da Fábrica na medida em que se ergue altaneira, acima do edifício, podendo ser vista de longe, tão logo se chega à região.

O projeto arquitetônico inglês pode ser identificado não só no uso do material¹³⁵, mas também na tipologia arquitetônica fabril que se firmava no período, apresentando soluções estéticas e volumétricas compatíveis com o seu programa, apesar de estar localizada na zona rural da cidade; no tratamento plástico das suas fachadas, com envasaduras regulares e repetidas; nos frisos e colunas destacadas, os quais comprovam o apuro estético da edificação.

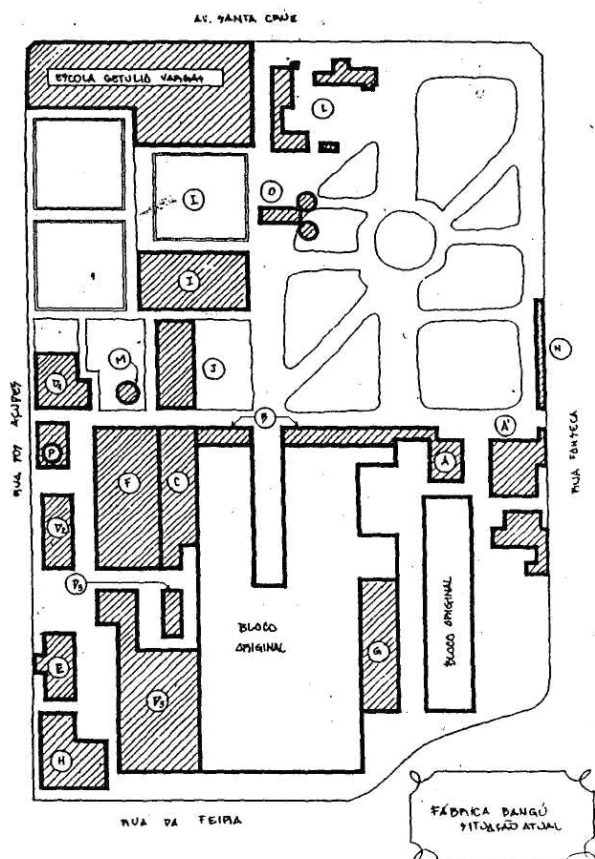
A entrada principal é dominada pela chaminé e pelo volume destacado, onde se encontra o relógio de quatro espelhos, encimado pelo telhado em ardósia.

Em razão de seu potencial informativo, as características do conjunto arquitetônico e suas particularidades afirmam-se por meio da veiculação da imagem da Fábrica como ícone e logomarca da identidade comercial do shopping center, a nova atividade que ocupa o conjunto fabril.

O tombamento municipal pelo decreto nº 13.883, de 10 de maio de 1995, evidencia a preocupação com a manutenção das características arquitetônicas do conjunto, sobretudo seus elementos construtivos em ferro fundido, tijolos e pedras e os elementos decorativos:

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo n.º 12/002507/89,
CONSIDERANDO que a fábrica Bangu constitui um típico exemplar que testemunha a fase de implantação da indústria têxtil na Cidade,
CONSIDERANDO a importância do seu conjunto que retrata a penetração, no Brasil, de elementos construtivos industrializados em ferro fundido,
CONSIDERANDO a homogeneidade estilística do seu conjunto fabril que revela influência inglesa,

¹³⁵ “Na construção do prédio da fábrica, parte considerável do material utilizado foi trazido da Inglaterra: as colunas, vigas e calhas de ferro; os vidros, ladrilhos, tijolos e telhas. Todos os mecanismos para a fabricação de tecidos eram dos fabricantes Platt Brothers; os de alvejamento, tinturaria e estamparia, da Mather Platt; os motores, de Buckley Taylor” (SILVA, G. A. de A., 1989, p. 25).



▲ Fig. 236. Pavilhões tombados. Fonte: Diário Oficial, 11 de maio de 1995

¹³⁶ Sobre a memória dos operários da Fábrica Bangu, ver: FREITAS, A. O.; MOREIRA, V. M. L. A imagem no espelho: memórias de operários. *Agora*, Vitória, n. 1, pp. 1-20, 2005.

¹³⁷ O Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos, também intitulado Centro Cultural da Região de Bangu ou Museu de Bangu, inaugurado em 1994, desempenha um importante papel como guardião da história do bairro e da Fábrica, selecionando e registrando acontecimentos e personagens constitutivos da memória coletiva da região. O Grêmio dispõe de um acervo fotográfico de fatos e pessoas que marcaram a história do bairro, disponibilizado em seu site <<http://www.bangu.org.br>> e divulgado por meio de uma série de postais.

CONSIDERANDO a importância de seu conjunto arquitetônico na caracterização da paisagem do bairro de Bangu,

CONSIDERANDO o pronunciamento favorável do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro,

DECRETA :

Art. 1.º - Fica tombado, nos termos da Lei n.º 166, de 27 de maio de 1980, parte do conjunto fabril da Fábrica Bangu, situado na Rua Fonseca, 240, bairro de Bangu, XVII R.A..

Parágrafo único - Estão incluídos no tombamento citado no caput deste artigo os prédios e os elementos arquitetônicos relacionados a seguir:

I além dos blocos originais erguidos em 1889, os da oficina de gravura (aqui denominado bloco "A");

- ampliação do bloco original (executada em 1910 e aqui denominado bloco "B");

- seção de abridores, depósito de fios e penteadeiras (aqui denominada bloco "C");

- depósito de algodão, sala de teares, seção de abertura de algodão e de fibra sintética, geradores e subestação elétrica (construídos em 1937 aqui denominados bloco "D3");

- seção de cardas e passadores (construída em 1948 e aqui denominada bloco "F");

- seção de inspeção do pano e oficinas para tecelagem (aqui denominadas bloco "G");

II cobertura, em seus revestimentos (telhas) e elementos decorativos originais, tais como relógios, cornijas, arremates em ferro fundido;

III elementos arquitetônicos, tais como vãos, esquadrias, pilastras, óculos, cercaduras em massa;

IV revestimentos originais de fachada, tais como tijolos maciços e aplacagem de pedra de desenho irregular;

V elementos de serralharia, tais como arremates de cumeeira, portões e gradis;

VI chaminé em tijolos maciços;

VII castelo d' água em concreto com o símbolo da Fábrica Bangu.

Art. 2.º - Fica estabelecida como área de proteção do entorno do referido bem a quadra determinada pelas ruas Fonseca, da Feira, dos Açudes e pela Avenida Santa Cruz.

Parágrafo único - Quaisquer obras ou intervenções a serem realizadas na quadra citada no caput deste artigo deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (CMPPC).

Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1995 – 431. O ano da fundação da Cidade

CESAR MAIA (RIO DE JANEIRO, Diário Oficial, 11/05/1995).

A permanência da Fábrica Bangu e sua ação conformadora do território e do bairro perpetuam sua imagem empreendedora e centralizadora para a história e memória dos habitantes de Bangu. O tombamento do conjunto de prédios da fábrica, seu lugar de memória, garante, pelo menos em tese, que a memória dessa imagem – a qual marcou profundamente a vida das pessoas ao seu redor¹³⁶ e que o bairro guarda, arquiva e exhibe¹³⁷ – seja solidificada nas pedras e possa integrar um fundo cultural comum a todos, sendo transmitida de geração

em geração.

O shopping center, instalado em 2007, preserva a memória guardada na pedra; o aspecto exterior das fachadas e do conjunto arquitetônico transmite a imagem fabril, mas configura, contudo, um limite muito tênue para o contingente de consumidores, que, ao adentrarem o espaço da antiga fábrica, perdem o referencial inicial, o qual é substituído rapidamente pela orgia simbólica e colorida dos templos de consumo contemporâneos. A alusão ao ambiente fabril e à rotina dos operários no interior do shopping está reduzida a uma dezena de fotos colocadas no hall dos sanitários e à logomarca do shopping, símbolos que se tornam muito frágeis para a interpretação do passado que se quer salvaguardar.

O amálgama constituído pelo bairro, as pessoas e a fábrica, presente por mais de um século em Bangu, alimenta-se, em parte, do referencial arquitetônico e, em parte, da manutenção e continuidade da história da fábrica por meio do trabalho de reconstrução de seu lugar social, ordenada pelos acontecimentos que balizaram sua existência e conduzida pelos guardiões¹³⁸ da memória da Cia. Progresso Industrial do Brasil. Se até o fechamento da Fábrica Bangu, pessoas e lugar estavam particularmente ligados na construção dessa história, após a implantação do shopping, o espaço arquitetônico continua a narrar a história da fábrica, mas, ao mesmo tempo, dá lugar a uma nova rotina, com novos personagens, na construção de uma nova história, diversa da anterior, mas nem por isso menos importante.

¹³⁸ Essa tarefa é desempenhada pelo Grêmio, mas também pelos relatos dos operários, pelas fotografias de arquivos familiares, individuais e a da própria fábrica, testemunhos legados à posteridade.



▲▲ Fig. 237. Propaganda do Vestibular da UniSuam, que tem Campus dentro do Shopping Bangu. Foto: E.D-K.

▲ Fig. 238. Logomarca do Shopping aludindo ao caráter fabril do local. Fotos: E.D-K.

▼ Fig. 239. Vistas da Fachada, e seus detalhes, da Fábrica Bangu junto à Rua da Feira. Fotos: E.D-K.





▲ Fig. 240 (várias). Espaços internos mantêm o caráter fabril do local. Fotos: E.D-K.



▲ Fig. 241 (várias). Fachada para o antigo jardim interno da fábrica (Av. Santa Cruz). Fotos: E.D-K.



▲ Fig. 242 (várias). Corredor de acesso principal à Fábrica Bangu. Fotos: E.D-K.



▲ Fig. 243 (várias). Detalhes de elementos do corredor de acesso principal à Fábrica Bangu. Fotos: E.D-K.



▲ Fig. 244 (várias). Espaços internos do Shopping, onde observam-se as colunas metálicas, shed e cobertura da Fábrica Bangu. Fotos: E.D-K.



▲ Fig. 245 (várias). Diferentes acessos ao Shopping. (a) antiga Travessa da Fábrica, (b) Rua da Feira e (c) Rua Santa Cruz. Fotos: E.D-K.



▲ Fig. 246 (várias). Cobertura metálica como elemento conector das duas alas da antiga fábrica, acessado pelo corredor onde encontram-se a Chaminé e a torre do relógio. Fotos: E.D-K.



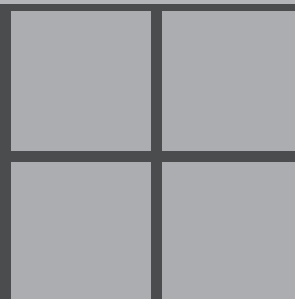
▲ Fig. 247. (a) Logomarca evidencia os elementos tipológicos característicos da Fábrica Bangu (Chaminé, Torre do relógio e ritmo da fenestração). (b) este logo é reproduzido em todo o mobiliário urbano, detalhes, entradas, propaganda do Shopping Fotos: E.D-K.



▲ Fig. 248. Ícones da Fábrica Bangu (a) Torre do relógio e (b) Chaminé. Fotos: E.D-K.



CONSIDERAÇÕES FINAIS



◀ Fig. 249. Fábrica Brasital em Salto, SP. Foto: E. D-K.

Esta tese inicia com uma afirmação sobre a importância da conservação de estruturas industriais e seus territórios como elementos representativos na formação e desenvolvimento das cidades. Isso implica tanto a participação – quantitativa e qualitativa – do patrimônio industrial entre os bens culturais protegidos pelos órgãos de preservação patrimonial, quanto a apreensão de seus valores materiais e imateriais genuínos, por parte da sociedade.

Gostaríamos de finalizar indicando que, no percurso desta tese, o estudo sobre o lugar do patrimônio industrial não revela surpresas, mas intensidades. Intensidades estas percebidas nas inquietações que essa nova categoria patrimonial suscita nas ações públicas de salvaguarda patrimonial, bem como na própria percepção de seu significado e apreensão de seus valores por parte da sociedade.

A pesquisa centrou-se em alguns exemplares de edificações industriais, sua identificação como artefatos patrimoniais, e assim portadores de valores materiais, identificados em suas qualidades compositivas físicas, e de valores imateriais, expressos por meio dos valores histórico, estético, científico e social – tal qual recomendado na Carta de Nizhny Tagil para o Patrimônio Industrial (2004) e na de Burra (1988) –, como também por meio de seu valor de época, teorizado por Alois Reigl, ou até mesmo de seu valor econômico e político.

Com esta pesquisa, foi possível verificar avanços sensíveis na constituição do conjunto de bens culturais representativos da nação, que inclui hoje, mesmo que de forma incipiente, uma multiplicidade de espaços industriais. Além dos engenhos de açúcar tombados em sua grande parte no início das atividades do IPHAN, verificou-se a presença de edificações industriais, como fábricas e remanescentes, e, em maior número, edificações construídas com peças industrializadas, como pontes, estações ferroviárias, mercados, reservatórios, além de vilas operárias e conjuntos urbanos que incluíam indústrias e espaços de moradia operária. Esse conjunto de bens categorizados como patrimônio industrial reflete a maneira como a questão relativa aos valores atribuídos aos bens representativos da nação está em processo de transformação, e valores concernentes ao trabalho, ao conhecimento tecnológico, às práticas sociais e ao papel estruturador urbano da cultura industrial começam a ser colocados como pautas nas justificativas de tombamento.

Na pesquisa sobre reabilitação de antigas áreas industriais, particularmente na Alemanha, com os projetos Saarterrassen e IBA Emscher Park¹³⁹, chegou-se a considerações de que a valorização do patrimônio arquitetônico da industrialização pode desempenhar ainda

¹³⁹ No evento de lançamento do programa IBA Emscher Park, em 16 de dezembro de 1988, o ministro de desenvolvimento urbano de Nord-Rhein-Westfalen, Dr. Christof Zöpel, evidenciou que o principal objetivo do IBA-Emscher Park era “[...] mobilizar as forças endógenas, as forças próprias na região, as forças econômicas e as forças sociais” (BITTNER, J., 2001, p. 3; tradução da autora). Essa mobilização pode ser sentida na reorganização da antiga região industrial, vulgarmente denominada “pott” (pote que cozinha, referência à sua atividade mineradora e siderúrgica), e à mudança do cenário decadente e ambientalmente degradado pela atividade industrial, na qual a própria imagem industrial, antes negativa, transforma-se em um traço identitário significativamente enaltecido na memória cultural presente nos monumentos da arquitetura industrial conservados e adequados a novos usos.

um papel fundamental para a coesão social por meio da preservação dos valores sociais e culturais das comunidades locais. Assim, a manutenção do tecido edificado passa a se realizar em parceria com a manutenção do tecido social, no espírito de respeito e compreensão pelas diferentes culturas.

Sobre o IBA-Emscher Park, Lineu Castello (2003, s. p.) coloca:

Quaisquer que sejam as futuras propostas, um dos melhores resultados trazidos pelo IBA foi o de aguçar a percepção – tanto dos planejadores como dos cidadãos. E isso foi conseguido porque o processo que foi aplicado soube respeitar as subjetividades, soube lançar um olhar novo sobre o patrimônio industrial, percebendo-o como um potencializador da identidade que congrega a população da região. Assim como soube olhar para os **brownfields** industriais e neles perceber traços de sua potencialidade de atuar como lugares de suporte da sustentabilidade regional¹⁴⁰ em termos subjetivos – de serem lugares regionais.

¹⁴⁰ Aqui o autor refere-se ao Wissenschaftspark (parque tecnológico), instalado na antiga usina de mineração Rhein-Elbe, no qual o antigo prédio industrial articula-se a um moderno, e com alto padrão arquitetônico-ecológico, centro de pesquisas de alta tecnologia em energia solar.

O patrimônio industrial, quando se torna alvo de reabilitação, geralmente é percebido em um leque inconstante de prioridades, ações e agentes interventores. Essa variedade de abordagem, como pode ser percebida nos casos estudados nesta tese, está intimamente ligada às suas especificidades de escala, composição física e dinâmica evolutiva do tecido urbano em que está implantado, assim como se liga a fatores de restrições das entidades de salvaguarda patrimonial, de intenções políticas, de processos avaliativos, de pressão imobiliária, e muitas vezes à expectativa da própria comunidade.

Em todos os casos de reabilitação de patrimônio industrial arrolados nesta tese, pudemos perceber intensidades diferenciadas na valorização do ciclo de vida do edifício, concernentes ao respeito e valorização de seu **passado**, por meio de suas pré-existências físicas, assim como enfatizamos a melhoria da envolvente material,

◀ Fig. 250. Mineradora Zollverein.
Fonte: Zollverein Stiftung.

▼ Fig. 251. Mineradora Zollverein.
Fonte: Zollverein Stiftung.



O LUGAR DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL



considerando seu valor cultural **presente**, quando são incorporadas condições de habitabilidade, eficiência e conforto, visando à sua nova existência contemporânea. Alguns consideraram ainda o **futuro** dessas edificações, tanto de um ponto de vista acerca do aspecto físico, relacionado ao planejamento das adições necessárias a sua nova existência e da compatibilidade das características espaciais e materiais entre as subsistências e as adições, e no que diz respeito à possibilidade de reversibilidade das intervenções, quanto de um ponto de vista acerca do imaterial, relacionado ao poder do novo uso, a partir do processo de reabilitação e da perda da função original do edifício, de ainda suscitar lembranças e resgatar as memórias instaladas no espaço edificado.

No Estado de São Paulo, com forte identidade histórica, econômica e cultural associada à atividade industrial, o processo de desocupação industrial foi sucedido por uma nova ocupação de áreas preteritamente industriais que não observou o patrimônio edificado e as comunidades envolvidas, as quais haviam ajudado a criar e sustentar essas indústrias por décadas. Esse processo de substituição acontece em tal velocidade que não permite o inventário preciso dessas pré-existências, para que ao menos o registro histórico seja mantido. Como pudemos verificar na terceira parte desta tese, esforços imensos de acadêmicos, comunidades, organizações não governamentais, entre outros, têm sido feitos para preservar, inventariar e promover a reutilização respeitosa desses monumentos industriais com base em uma abordagem histórico-crítica.

Voltando-nos para as três edificações industriais de São Paulo que foram examinadas no presente trabalho – a Fabrica São Luiz, a Brasital de São Roque e a Brasital de Salto-, podemos verificar uma conduta heterogênea por parte dos proprietários e usuários atuais dos imóveis, tanto do ponto de vista das intervenções físicas para reabilitação do imóvel (valorização de seu presente e futuro), quanto nos aspectos de memórias (valorização de seu passado). Com base no exame a que nos propusemos realizar sobre essas edificações, foi possível verificar as hipóteses estabelecidas no início desta tese.

No caso da Brasital de Salto, sua reabilitação como instituição de Ensino Superior induziu quase a um cataclismo urbano, gerando atratividade para uma área edificada de significativa monta, que se encontrava, desde sua desocupação industrial, fechada e abandonada. A instalação da instituição, que hoje, nove anos após o início de suas atividades em Salto, conta com mais de 5.000 alunos, produziu um progressivo desenvolvimento na cidade, gerando empregos, promovendo o estabelecimento de comércio e de serviços direcionados ao ambiente

universitário, o que conduziu a uma nova interpretação do local e a um relativo distanciamento de seu passado industrial, rememorados dentro da instituição somente por meio dos símbolos edificadas que foram mantidos¹⁴¹. Quando a Brasital de Salto é fechada, os antigos operários se vão em busca de novos postos de trabalho, e ela perde a importância econômica que tinha para a cidade. Os remanescentes edificadas não são suficientes para narrar a sua história. Esse papel memorial é exercido efetivamente na cidade pelo Museu da Cidade de Salto, que mantém a história da fábrica viva por meio de documentários, depoimentos de ex-funcionários e de arquivos iconográficos; e também pelo Centro de Memória Bunge, que, como sucessora da última empresa a ocupar a edificação, conserva documentos empresariais, cartográficos e iconográficos, disponibilizando-os para consulta. O primeiro, por estar na cidade e ter contato direto com ex-funcionários, exerce o papel de guardião da memória da Brasital de uma forma mais efetiva e atuante. Por fim, o processo de patrimonialização da fábrica, com seu tombamento, garante a proteção da edificação e a manutenção de seu caráter e tipologia.

Com relação ao caso da reabilitação da Fábrica São Luiz, em Itu, estamos diante de uma iniciativa bastante particular, pois a fábrica permaneceu como propriedade da família de um de seus fundadores, que zela pelo local como um templo e exerce a função de difusor da história da fábrica ao narrá-la aos visitantes. Seu desmonte não resultou

¹⁴¹ Quando a Instituição de Ensino Superior comprou as instalações da antiga Brasital, o conjunto ainda não estava em processo de tombamento. Portanto manter o aspecto original das edificações foi uma decisão econômica e não política.

▼ Fig. 252. Fábrica Brasital, Salto, SP, vista a partir da margem oposta do Rio Tietê. Foto E.D-K.





▲ Fig. 253. Fábrica São Luiz, Itu, SP. Foto: Paulo Ricardo Miguel.

▼ Fig. 254. Fábrica Brasital, São Roque, SP. Foto: Studio Roque Jr.

em sua desintegração do tecido urbano, nem em abandono, pois, como parte integrante de um conjunto urbano singular, seu valor histórico e cultural foi conservado, mesmo depois de ter perdido a importância econômica. O processo de patrimonialização sugeria a inclusão do maquinário, o que acabou não sendo efetivado. Do maquinário original resta apenas parte da caldeira que produzia o vapor que acionava as máquinas, e as atividades mantidas hoje em seu espaço não fazem mais alusão à sua característica industrial, embora reafirmem, por meio das narrativas históricas e do caráter de seu tipo edificado, seu lugar como patrimônio da industrialização e a sua permanência, tanto em nível espacial-estrutural quanto histórico, social e cultural.

Na Brasital de São Roque, pudemos verificar que a preservação dos edifícios e do sítio industrial reconhece suas especificidades materiais e imateriais, as quais ajudaram a configurar a cidade. A manutenção de seu caráter edificado pela implantação do Núcleo de Atividades Culturais e Educacionais da cidade significou uma estratégia política de interesse cultural para o desenvolvimento urbano. Partiu da cidade a iniciativa de sua preservação, que mantém a história viva e agrega novamente muitos habitantes por meio das atividades desenvolvidas nos antigos galpões da fábrica. A implantação desse equipamento público valorizou a área industrial que estava abandonada e estigmatizada e, conseqüentemente, levou a desdobramentos na melhoria da qualidade de vida da população ao ampliar as opções de atividades culturais e educacionais, e com isso também proporcionou o incremento dos aspectos econômicos, ao gerar empregos e contribuir para a formação profissional da população da cidade. O caráter memorial é mantido pela biblioteca instalada no local, que, assim como o Museu da Cidade de Salto, detém a história da





Fábrika e promove a sua difusão.

O Estado do Rio de Janeiro, como pudemos verificar na primeira parte desta tese, respondia, no início do século, por 37,8% da indústria brasileira, o que lhe conferia a condição de mais importante centro industrial, com a mais diversificada estrutura produtiva. Com o deslocamento industrial para o Estado de São Paulo em 1920, o Rio de Janeiro perde seu lugar como centro industrial do país, o que talvez explique o fato de sua identidade hoje pouco se relacionar com a atividade industrial.

◀ Fig. 255. Fábrika Bangu, Rio de Janeiro. Foto: E.D-K.

As características das intervenções nas edificações fabris estudadas nos casos do Estado do Rio de Janeiro concretizam essa imagem cosmopolita e cultural que está fortemente arraigada em sua imagem urbana.

250

No caso das instalações das Companhias América Fabril e Nova América, estamos diante de unidades que se originaram de fusões de outras fábricas para criar um sistema de produção integrada, em uma trajetória de crescimento vertiginoso que as transformou no mais importante complexo têxtil do país. No desmonte ocorrido na década de 1980, muitas unidades que compunham a Cia. América Fabril foram demolidas. Já o espaço industrial da unidade Nova América resistiu e foi transformado no Shopping Nova América. A característica fabril foi utilizada como um diferencial estratégico do empreendedor na valorização da história e preservação da memória urbana, criando um atrativo a mais para o consumidor que busca a proximidade com a história do lugar, além de manter a representatividade simbólica e a identificação que os moradores do bairro possuíam com a fábrica. A reabilitação da Cia. Nova América reafirma o lugar do patrimônio industrial como catalisador de transformações econômicas, urbano-geográficas e culturais pelas quais as cidades e as sociedades capitalistas vêm passando na produção do espaço urbano contemporâneo.

O quinto e último caso analisado neste trabalho diferencia-se das demais indústrias pelo fato de sua implantação ter se dado em uma área de enorme extensão territorial na zona rural carioca. Em função dessa característica, a Fábrika Bangu tornou-se o elemento indutor do desenvolvimento local pela implantação de infraestrutura urbana, que, aliada à decadência da atividade rural, promoveria um novo vetor de

expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro. A alienação paulatina dos territórios fabris, culminando com seu fechamento na década de 1990, enfraquece a imagem da Fábrica, que a abertura do Shopping Bangu, em 2007, procura resgatar. A reabilitação da fábrica por meio de seu novo uso procura perpetuar a sua imagem empreendedora e centralizadora para a história e memória dos habitantes de Bangu. O tombamento do conjunto de prédios da Fábrica, seu lugar da memória, garante, ao menos em tese, que a memória dessa imagem – a qual marcou profundamente a vida das pessoas ao seu redor, e que o bairro guarda, arquiva e exhibe – seja perpetuada nas pedras e possa integrar um fundo cultural comum a todos, a ser transmitido de geração em geração.

Ao analisar as cinco fábricas nesta tese, não encontrei estruturas fixas e repetitivas – tanto materiais, cristalizadas nas edificações, quanto imateriais, relativas a valores culturais, sociais –, que pudessem indicar uma forma única do lugar do patrimônio industrial na cidade contemporânea. O que encontrei foi a diversidade. Para cada fábrica estudada existiram um tempo e um espaço, nos quais uma nova configuração urbana e social foi estabelecida, de forma heterogênea e com complexidades variadas, apesar de pertencerem a uma mesma categoria industrial – a indústria têxtil – e de estarem localizadas nos setores em que esse tipo de indústria mais se desenvolveu no país – São Paulo e Rio de Janeiro. E mais ainda, observei que cada fábrica encontrou uma forma diferente para não desaparecer frente às mudanças espaço-temporais.

A história dessas indústrias, e de muitas outras, é uma história de recriação no tempo, mais do que a simples preservação de seu lugar dentro da cidade. Apesar de sua função ter sido temporária e de as pessoas envolvidas na manutenção de tal função serem atores de uma cena em movimento, fadada a ceder lugar para outras cenas no tempo e no espaço, a essência de sua estrutura material, particularmente o papel de sua arquitetura como monumento, manifesta uma compreensão social e cultural, tomada como objeto veiculador de memória.

Assim, arquitetura industrial, mediante os aspectos da sua forma, caráter e tipologia, age como uma espécie de “máquina do tempo”



► Fig. 256. Fábrica Nova América, Rio de Janeiro. Foto: E.D-K.

que primeiramente conduz aos seus conteúdos de memória, ou seja, aos conhecimentos e valores do trabalho socialmente acumulados nos registros da vida dos trabalhadores - homens, mulheres e crianças - que ajudaram a construir esses espaços de produção, e que conferiram identidade a bairros e cidades. E em segundo lugar, por meio de sua reabilitação e de um novo uso, cria a possibilidade de todos interagirem com o espaço fabril, apesar de nunca terem mantido com este qualquer tipo de relação de trabalho.

Reabilitar espaços antigamente ocupados pela indústria pode significar o rompimento de um processo de esvaziamento de sentido do patrimônio industrial, bem como pode significar a valorização da memória do trabalho, o que contribui para a formação de uma imagem positiva da atividade industrial, que sustentou uma grande parte da população dos estados estudados. Esse processo requer esforços efetivos dos órgãos de preservação, da sociedade, do Estado e, sobretudo, dos empreendedores imobiliários.

A valorização cultural, tecnológica, histórica e social do patrimônio industrial confere às cidades um novo lugar, importante graças às características intrínsecas de seu tipo, caráter, poder, ordem espacial, aura e pluralidade. A nossa herança industrial poderá, assim, permanecer objetivamente atuante, tornando-se um lugar sustentável, capaz de renovar-se, receber funções variadas, ser frequentado e utilizado com o passar do tempo, além de poder revitalizar áreas desativadas e estagnadas. Manter viva a imagem e a identidade dos lugares industriais reafirma o respeito que a população tem pelo seu espaço de moradia e trabalho, regenerando a autoestima esmaecida com o esvaziamento produtivo, e torna esses espaços um lugar digno de preservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ABREU, P. P. da S. M. de. **Arquitectura: monumento e morada**. Artitextos. Lisboa: CEFA; CIAUD. N. 4, Jun. 2007, p. 11-20.

ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

ANDRADE, A. L. D. de. **Um estado completo que pode jamais ter existido**. Orientador: Carlos A. C. Lemos. 1993. 168 f. Tese (doutorado em arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

ARGAN, G. C.. **Historia da arte como historia da cidade**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 280p.

ASCHER, F.. **Los Nuevos Principios del Urbanismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

ASCHER, F.. **Metapolis : Acerca do futuro da cidade**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1998.

AUGÉ, M.. **Não lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus Editora, 2004.

AURELIANO, L. M.. **No limiar da industrialização Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

AZEVEDO, P. O. de. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 22, 1987, pg. 82-85.

BARBUY, H. **A Exposição Universal de 1889 em Paris: visão e representação na sociedade industrial**. São Paulo: Loyola / História Social USP, 1999

BARROS, J.R.M.de; GRAHAM, D.H. A recuperação econômica e a desconcentração de mercado da indústria têxtil paulista durante a Grande Depressão: 1928-1937. **Cadernos de Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, n. 11(1), p.79-106, 1981.

BENEVOLO, L. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BITTNER, J. **Von der Industriebrache zum Landschaftspark - eine kritische Bilanz der IBA Emscher Park**. München: GRIN Verlag GmbH, 2001.

BLUMENFELD, H. A Metrópole Moderna. In: DAVIS, K. et alli. **Cidades: A Urbanização da Humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.

BOMBANA, J. M. A origem da Brasital S/A e seu desenvolvimento. **O Trabalhador** (jornal), Salto, 6 nov. 1976 - 15 jan. 1977.

BONDUKI, N.G. Origens da Habitação Social no Brasil. **Análise Social**, vol XXIX (127), 1994 (30), 711-732.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto-lei 25/1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Diário Oficial da União, 6.12.1937

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Geral. **Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC**. Niterói: MEC, 1981. 16 f.

BRASITAT: aquisição absurda ou louvável? **Estação de Notícias**, São Roque, p.5, mai. 1987. Editorial.

BROCH, R. **Peter Behrens Wohnungsbaukonzepte 1910-1920 Von der repräsentativen Industriesiedlung zur kostengünstigen Kleinsiedlung**. 2005. Dissertação de Mestrado. Philipps-Universität Marburg (Alemanha).

CALDEIRA, V.; FANUCCI, F.; FERRAZ, M.; SANTOS, C. R. dos. **Francisco Fanucci, Marcelo Ferraz: Brasil Arquitetura Studio**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

CAMPOS, M. H. Farrapos de algodão: observações acerca da economia maranhense na primeira metade do século XX. **Revista de Economia Política e História Econômica**, São Paulo, pp. 05 - 26, 01 jun. 2008.

CANABRAVA, A. P. **O algodão em São Paulo 1861-1875**. São Paulo: T. Queiroz, 1984.

CANCLINI, N.G. **Imaginaris Urbanos**. Buenos Aires: Ed. Universidade de Buenos Aires, 2007.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1998.

CARONE, E. **A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

CARTA de Nizhny Tagil para o Patrimônio Industrial. Nizhny Tagil: TICCIH, 2004.

CARTAS, provisões e alvarás. Lisboa, 5 de janeiro de 1785. Junta da Fazenda da Província de São Paulo. Códice 439

CASCO, A. C. A. J.. **O Arco das Lapas: um estudo de antropologia urbana**. 2007. 343f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pós Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2007.

CASTRO FARIA, L. Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia. In: CHUVA, M. (Org.). **A invenção do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995,

CASTELLARI, L.. **Historia de Salto**. Salto: Grafica Tapera, 1971.

CASTELLO, L.. Da Sustentabilidade da subjetividade: O projeto IBA-Emscher Park. In: **VITRUVIUS. Arquitectos** v. 042, 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em 12/10/2010.

CAVALCANTI, L.. Encontro moderno: volta futura ao passado. In: CHUVA, M. (Org.). **A invenção do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

CHOAY, F.. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.

CHUVA, M. (org.). **A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação**

no Brasil. Rio de Janeiro, IPHAN, 1995.

CÓDIGO BRASILIENSE. Coleção das leis, alvarás, decretos, cartas régias, &c. promulgadas no Brasil desde a feliz chegada do príncipe regente N. S. a estes estados com hum índice chronologico. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, [1811-1822?]. 3 vols. Disponível no site da The John Carter Brown Library: <http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/general.htm>. Acesso em 30 jul. 2009.

COLOMBO, L.. **L'impero del cotone.** Busto Arsizio, Pianezza editore, 1999.

COMITÊ Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial - TICCIH – BRASIL. São Paulo. Carta Manifesto de Fundação do Comitê, 15 mar. 2003. Disponível em: <<http://www.patrimoniointustrial.org.br/modules.php?name=Content>>. Acesso em: 4 set. 2009.

CORREIA, T. de B.. Núcleos Fabris e de Mineração no Brasil: As Experiências Pioneiras (1811-1880). **Revista RISCO**, n. 3(2), 2006, EESC- USP.

CORTI, L.. **Mãe Brasital: um fio de saudade.** Campinas: PUC-Campinas, 2004.

COSSONS, N.. Industrial Archaeology: The Challenge of the Evidence. **The Antiquaries Journal** n.87, p. 1-52, 2007.

COSTA, I.. A **Indústria Têxtil Brasileira e os mercados sul-americanos.** São Paulo: Secção de Obras d'o Estado de São Paulo, 1920.

CUNHA, C. dos R.. Alois Riegl e “O culto moderno dos monumentos”. **Revista CPC**, v. 1, p. 6-16, 2006.

CUNHA VASCO, J. M. da. **A industria do algodão no Brasil: relação das fabricas de fiação e tecelagem de algodão, existentes nos Estados Unidos do Brasil em 31 de julho de 1905. A vida de uma fabrica de fiação e tecelagem de algodão nos ultimos cinco annos, 1900-1904.** Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & Comp., 1905.

CURY, I.. **Cartas patrimoniais.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DAVIS, K. et al. **Cidades: A Urbanização da Humanidade.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.

DEAN, W. **A industrialização da São Paulo (1880-1945).** São Paulo: DIFEL, USP, 1971.

EINAUDI, L.. **Un principe mercante: studio sulla espansione coloniale italiana.** Torino : Fratelli Bocca, 1900.

ENDERS, A.. Les lieux de mémoire dez anos depois. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol.6, n.11, p.128-137, 1993.

FARIA, L. De C. Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia. In: CHUVA, Márcia (org.). **A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro, IPHAN, 1995, p. 27-40.

FERNANDES, A. P. **Cultura material: a Fabrica Santo Aleixo, a importância de uma indústria têxtil como exemplo de trabalho manufatureiro livre em uma sociedade escravista**

1848-1860. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Severino Sombra.

FERNANDES, R.J.G.. **Dinâmicas industriais, inovação e território. Abordagem geográfica a partir do centro litoral de Portugal.** Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

FONSECA, M. C. L. da. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MInC-IPHAN, 1997.

_____. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, n.02, p.111-120, fev.2001.

FORTUNA, C. As cidades e as identidades – narrativas, patrimônios e memórias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.33, ano 12, p. 127-141, fev. 1997.

FOUCAULT, M.; MOTTA, M. B. da (co-aut.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. (Ditos & escritos; v. II).

FREITAS, A. O. de; MOREIRA, V. M. L.. A imagem no espelho: memórias de operários. **Agora**. Vitória, n.1, p. 1-20, 2005.

GANNIS, C.. **Visconde de Mauá; autobiografia.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

GHIRARDO, D. Y.. **Arquitetura contemporânea: uma história concisa.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GOMBRICH, E. H.. **A história da arte.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GONÇALVES, J. R. S.. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, L. L. (org.). **Cidade: história e desafios.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GRÊMIO Literário José Mauro de Vasconcelos. Rio de Janeiro: Museu de Bangu. Acervo fotográfico de fatos e pessoas que marcaram Bangu. Disponível em: <<http://www.bangu.org.br>>. Acesso em 30 nov. 2009.

GRUPO de Estudos de História da Técnica - GETH. São Paulo. Declaração do GEHT em defesa das construções e instalações utilitárias. 29 jan. 1998. Disponível em: <<http://www.oocities.com/lagopaiva/tecnica2.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

GUNN, P.; CORREIA, T. de B. . A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), v. 7 N1, n. 1, pp. 17-53, 2005.

HEYNEMANN, C. B. As engrenagens da História: documentos do Arquivo Nacional para a história da industrialização no Brasil. In: Heilbron, J.; Barbosa, E. C.. (org.). **Sistema Firjan: 180 anos da indústria brasileira: de 1821 ao séc. XXI.** Rio de Janeiro: EMC, 2007, p. 82-102.

HEYNEMANN, C. B.; VALE, R. W. S. do. Nas Máquinas do Tempo: Fábricas e Manufaturas no Brasil Joanino. **Revista acervo - a corte no brasil - 200 anos.** Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=974&sid=106>>. Acesso em 25 dez. 2009.

HUSE, N. (org.). **Denkmalpflege: Deutsche Texte aus Drei Jahrhunderten**. München: C.H. Beck, 1996

IBA - International Bauausstellung Emscher Park GmbH/ Emscher Genossenschaft: Von der Idylle zur Kloake zur Naturnähe – Flußgeschichte ist Zeitgeschichte. In: **Informationen Themenheft** nr. 6. Essen: 1994

IBA - Internationale Bauausstellung Emscher Park (Org.). Katalog der Projekte. Gelsenkirchen. 1999.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo de Tombamento nº I 144-T-85**, Fábrica Santa Amélia, São Luís, Maranhão

JAMESON, F.. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Atica, 1996.

_____. **Modernidade singular: ensaio sobre a ontologia do presente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JAMESON, F; GAZOLLA, A. L. A. (co-aut.). **Espaço e imagem: teorias do pos-moderno e outros ensaios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

JEUDY, H. P.. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

_____. Maquinaria patrimonial. Entrevista à Paola Berenstein Jacques. . **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, UFBA, Bahia, vol. 6, n.1, p. 74-79, 2003. Disponível em: <www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/download/3234/2352>. Acesso em: 5 ago. 2010.

KERN, D. P. M.. **Paisagem moderna: Baudelaire, Ruskin e as Grandes Exposições de 1851 e 1855**. In: 18. Encontro da Associação Nacional dos Pesquisadores em Artes Plásticas, 2009, Salvador. Anais do 18º Encontro Nacional da ANPAP - Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. Salvador : EDUFBA, 2009. p. 1669-1682.

KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C.. **Brazil and the Brazilians, portrayed in historical and descriptive sketches**. Philadelphia: Childs & Peterson, 1857.

KÜHL, B. M.. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

_____. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

_____. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. **Arq. Urb: Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 3, p. 23-30, 1. sem. 2010. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/3arqurb3-beatriz.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2010.

_____. **O legado da expansão ferroviária no interior de São Paulo e questões de preservação**. In: 2º Seminário Internacional de Patrimônio Agroindustrial Lugares de Memória, 2010, São Carlos. Disponível em: <http://www.arquitetura.eesc.usp.br/sspa/arquivos/palestras/Beatriz_M_Kuhl.pdf>. Acesso em 20 fev. 2011.

LANGENBUCH, J. R.. **A Estruturação da Grande São Paulo: Estudo de Geografia urbana**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia,

1971.

LE GOFF, J.. **História e memória**. Campinas/SP, Editora da Unicamp, 1990.

LENCIONI, S.. Mudanças na Metrópole de São Paulo e Transformações Industriais. **Revista do Departamento de Geografia** (USP), São Paulo, v. 12, p. 27-42, 1998.

_____. Regiões Metropolitanas do Brasil. Radiografia da Dinâmica Recente do Emprego Industrial e da Remuneração do Trabalhador.. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO M.; SILVEIRA M. L. (org.). **América Latina; cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, v. 1, p. 107-118.

LEPETIT, B. (autor); SALGUEIRO, H. A. (co-aut.). **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Editora da USP, 2002.

LIBERALESSO, E.. **Salto: História, Vida e Tradição**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

LIMONAD, E.. Estranhos no Paraíso de Barcelona. Impressões de uma geógrafa e arquiteta brasileira residente em Barcelona. Biblio 3W, **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, Vol. X, nº 610, 25 oct. 2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-610.htm>>. Acesso em 02 set. 2010.

LLOYD, R.; FELDWICK, W.; DELANEY, L. T.; EULALIO, J.; WRIGHT, A. **Impressões do Brasil no século vinte: sua história, seu povo, seu comércio, suas indústrias e recursos**. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913.

LYNCH, K. A cidade como meio ambiente. In: In: DAVIS, K. et al. **Cidades: A Urbanização da Humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.

MAGALHÃES, A.. **E Triunfo? a Questão dos Bens Culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

MAYUMI, L. **Taipa, Canela-preta e Concreto - um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo**. Novembro 2005, 329p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MELLO, J. M. C.. **O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira**. 1975. Tese (doutorado em Economia e Planejamento Econômico) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1975.

Memória Urbana: a grande São Paulo até 1940. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, V. 1, 2001.

MENEGUELLO, C.; RUBINO, S. Patrimônio Industrial: perspectivas e abordagens. In: MENEGUELLO, C.; RUBINO, S. (Org.). **Anais do Primeiro Encontro em Patrimônio Industrial**. Campinas: Unicamp: Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial, 2004. 1 Cd-ROM, p. 1-5.

MENEGUELLO, C.. **Darui na ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana**. 2000. 430p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, SP.

MENESES, U.T.B. de Patrimônio Industrial e Política Cultural. In: **Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia**. São Paulo, Eletropaulo,

Departamento de Patrimônio Histórico, 1988, v.2.

MENESES, U.T.B. de. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. **Revista C J Arquitetura**, Rio de Janeiro, n. 19, pp. 45-46, 1978.

MOISÉS, M.. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 1997

MOREIRA, D. C.. **Arquitetura ferroviária e industrial: o caso das cidades de São João del-Rei e Juiz de Fora [1875-1930]**. Abril 2007, 313p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MOTTA, L.. A apropriação do patrimônio urbano: do estético estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, A. A.. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

NARDY FILHO, F.. **A fábrica de tecidos São Luiz de Itu: primeira fábrica de tecidos a vapor fundada em São Paulo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1949.

_____. **A cidade de Ytu: histórico da sua fundação e dos seus principais monumentos**. Ed. Fac-similar: Itu: Ottoni Editora, 2000. 4v.

NEGRI, B.. **Concentração e Desconcentração em São Paulo (1881-1990)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

NOBRE, A. L.; KAMITA, M.; LEONÍDIO, O.; CONDURU, R.. (Org.). **Lucio Costa - um modo de ser moderno**. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 132-145.

NORA, P.. **Lieux de mémoire, I-II-III**. Paris: Gallimard, “Quarto”, 1997.

OLIVEIRA, L. L.. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008

OLIVEIRA, M.P.de. Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (51). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>>. Acesso em 12 jun. 2010.

OLIVEIRA, M. T. R. Indústria Têxtil Mineira do Século XIX. In: SILVA, S. S.; SZMRECSÁNYI, T. (orgs.). **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: EDUSP, 2002.

OLIVEIRA, S.S.; ZENHA, R.M.. **Tombamento do Patrimônio Histórico da Lapa e a ética com o futuro da cidade e de seus moradores**. Mover Lapa - Movimento de Oposição à Verticalização Caótica e pela Preservação do Patrimônio da Lapa e Região (blog), 31 jan. 2010. Disponível em: <http://moverlapa.blogspot.com/2010_01_01_archive.html>. Acesso em 06 set. 2010.

PADUA, R.F.de. **Implicações sócioespaciais da desindustrialização e da reestruturação do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo**. 2007. 159f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2007.

PAULA, R. Z. A. de. **Percalços da industrialização: o caso de Minas Gerais**. 2001. 168f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2001.

PEREIRA, A. F.. A indústria antiga trabalho manufatureiro em uma sociedade escravista. In: **Encontro Regional de História ANPUH**, 12., 2006, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUH, 2006. p. 1-8.

PEREIRA, R. B.. Quatremère de Quincy e a ideia de Tipo. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, v. 13, p. 55-77, 2010.

PEREIRA, R. B.. **Arquitetura, imitação e tipo em Quatremère de Quincy**. 2008. 356 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2008.

PESAVENTO, S. J.. História, memória e centralidade urbana. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, 05 jan. 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index3212.html>>. Consultado em 22 nov. 2009.

PEVSNER, N. **Origens da Arquitetura Moderna e do Design**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

_____. **Academias de arte: passado e presente**. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

PIMENTA, R. M.. Entre os retalhos do trabalho esquecido: narrativa, memória e história de trabalhadores têxteis no Rio de Janeiro. **Revista Cidade Nova**, Secretaria de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo Geral da Cidade, n. 1, 2007, pp. 69-82.

PUGIN, A.W.. **Contrasts or a parallel between the noble edifices of the 14th and 15th centuries, and similar buildings of the present Day**. London: Dolman, 1836.

RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REIS FILHO, N. G.. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006,

RIO DE JANEIRO. **Diário Oficial**, 11 de maio de 1995.

ROCCHI F.. **Chimneys in the Desert Industrialization in Argentina During the Export Boom Years, 1870-1930**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2006.

RODRIGUES, J.. Espaço Nova América: simulacro pós-moderno e mercantilização da educação superior. In: 6º Colóquio Internacional Marx Engels, 2009, Campinas. **6º Colóquio Internacional Marx Engels**. Campinas : Cemarx, 2009. p. 01-09.

RODRIGUES, M.. Patrimônio industrial: entre o fetiche e a memória. **Arq. Urb: Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 3, p. 31-40, 1. sem. 2010. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/4arqurb3-marly.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2010.

ROVERE, R. L. LA ;TIGRE, P.B.; ALEXIM, F. M. B.. Quando o apito, na fábrica de tecidos, deixa de ferir nossos ouvidos: automação, desemprego e qualificação na indústria têxtil brasileira nos anos 90. **Economia** (Campinas), Brasília, v. 7, n. 2, p. 1-20, 2006.

RUBINO, S. B.. **As fachadas da história. As origens, a criação e os**

trabalhos do SPHAN, 1936-1967. 1992. Mestrado em Antropologia Social. IFCH UNICAMP.

_____. O mapa do Brasil passado. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 97-105, 1996.

RUSKIN, J.. **A lâmpada da memória**. Salvador: UFBA, 1996.

_____. **Las siete lámparas de la Arquitectura**. Buenos Aires: Ateneo, 1956.

SAIA, L.. Até os 35 anos, a fase heróica. Revista **CJ. Arquitetura**, n.17. Rio de Janeiro: FC Editora, 1977.

SAIA, H.. **Arquitetura e indústria: fábricas de tecidos de algodão em São Paulo 1869-1930**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), FAU, USP, 1988

SAKATA, M. N.. **Projeto Eixo Tamanduatehy: uma nova forma de intervenção urbana em Santo André**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2006.

SANTOS, A. da C.. **Campinas, das Origens ao Futuro: Compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732 – 1992)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

SANTOS, C.H.G.R. dos. Problema mal posto, problema reposto. In: Nobre, A. L.; Kamita, M.; Leonídio, O.; Conduru, R.. (Org.). **Lucio Costa - um modo de ser moderno**. São Paulo: Cosac Naify, 2004, pp. 132-145.

SANTOS, J. S.. São Roque de Outrora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, volume XXXVII, 1939.

SANTOS, P. S.. História de São Roque [XLII] – A greve na fábrica. **O Democrata**, São Roque, 21 nov. 1953(a), p.5.

SANTOS, P.S.. História de São Roque [XLIII] – Reabertura da fábrica e o grande banquete comemorativo. **O Democrata**, São Roque, 28 nov. 1953(b), p.5.

SÃO ROQUE. **Lei complementar nº 39**, de 8 de novembro de 2006. Institui o plano diretor do município.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SECCHI, B. **Primeira Lição de urbanismo**. São Paulo, Editora Perspectiva, 2006.

SEGAWA, H.. **Prelúdio da metrópole, arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2000.

SCHIAVINATTO, I. L.. Séries fotográficas narram um evento: 1924/São Paulo. **Revista STUDIUM**, n.8, 2002 Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/oito/5.htm>>. Acesso em: 14 nov.2009

SHOPPING Nova América. Rio de Janeiro. Apresenta histórico da Fábrica Nova América e atividades relacionados aos espaços do centro

comercial. Disponível em: <<http://www.novaamerica.com.br>>. Acesso em 25 jul. 2010.

SIEVERTS, T. **Zwischenstadt: zwischen Ort und Welt, Raum und Zeit, Stadt und Land**. Braunschweig; Wiesbaden: Vieweg, 1999.

SILVA, G. A. de A.. **Bangu 100 anos – A fábrica e o bairro**. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989.

SILVA, S.S.. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SILVA, S.S.; SZMRECSÁNYI, T. (org.). **História econômica da primeira república**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SINGER, P. I.. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968

SORKIN, M. Patrimônio arquitetônico e metrópoles em expansão. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, UFBA, Bahia, vol. 6, n.1, p. 14-17, 2003. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/viewArticle/3246>>. Acesso em: 5 ago. 2010.

STEIN, S.J. **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950**. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

SUZIGAN, W.. Industrialização e Política Econômica: uma interpretação em perspectiva histórica. **Conjuntura Econômica** (Rio de Janeiro), v. 5, n. 2, p. 433-474, 1975.

_____. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 8, nº 4, out-dez 1988, pp. 5-16.

_____. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec; Editora da Unicamp, 2000.

TRINDER, B.. From FICCIM to TICCIH 2000: Reflections on 27 years. **TICCIH Bulletin**, October 2000. Disponível em: <<http://www.mnactec.com/TICCIH/imgenes/pdf/Trinder.pdf>>. Acesso em 10 dez.2009.

VAZ, L. F.. **Modernidade e Moradia. Habitação Coletiva no Rio de Janeiro – séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro, 7letras, 2002.

VERSIANI, F. R.. Industrialização e emprego: o problema da reposição de equipamentos. **Pesquisa e Planejamento Econômico** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 3-54, 1972.

_____. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século. **Revista de Economia política**, v.13, n. 4(52), out-dez, 1993.

VIVEIROS, J. de. História do Comércio do Maranhão, 1612-1895. **São Luís, Edição da Associação Comercial do Maranhão**, 2º vol.p.558-559.

WEID, E. v. d.; BASTOS, A. M. R.. **O fio da meada: estratégia da expansão de uma indústria têxtil (1878-1930)**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.

WEID, E. v. d.. O Bonde como Elemento de Expansão Urbana no Rio de Janeiro. **Siglo XIX**, Cidade do México, n. 16, p. 78-103, 1994.

_____. Estratégias empresariais e processo de industrialização. A Companhia América Fabril, 1878-1930. **H-industri@ Revista de historia de la industria argentina y latinoamericana**, Año 3- N. 5, 2009. Disponível em: <http://www.hindustria.com.ar/images/client_gallery/HindustriaNro5VondeWeid.pdf>. Acesso em 27 jun. 2010.

ZEQUINI, A.. **O Quintal da Fábrica: a industrialização pioneira do interior paulista Salto-SP, séculos XIX e XX**. São Paulo: Annablume Editora, FAPESP, 2004.

ZUKIN, S.. **The Cultures of Cities**. Cambridge, MA: Blackwell, 1995.

_____. Paisagens urbanas pós modernas: mapeando cultura e poder. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antônio (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

Processos consultados no IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - RJ

ANS - Arquivo Noronha Santos.

Setor GEDAB / COPEDOC

IPHAN. Processo de Tombamento **N.0031-T-38**. Fábrica de Ferro Patriótica: ruínas. Ouro Preto, MG.

_____. Processo de Tombamento **N.0068-T-38**. São João Del Rei, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico.

_____. Processo de Tombamento **N.0070-T-38**. Ouro Preto, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico.

_____. Processo de Tombamento **N.0506-T-54**. Estrada de Ferro Mauá-Fragoso – Trecho. Magé, RJ.

_____. Processo de Tombamento **N.0812-T-69**. Conjunto arquitetônico e paisagístico "Ver-o-Peso" e áreas adjacentes, Praça Pedro II e Boulevard Castilhos França, inclusive o Mercado de Carne e o Mercado Bolonha de Peixe. Belém, PA.

_____. Processo de Tombamento **N.1017-T-80**. Sítio de Santo Antônio das Alegrias ou do Físico. São Luís, MA.

_____. Processo de Tombamento **N.1054-T-82**. Fábrica de Vinho Tito Silva. João Pessoa, PB.

_____. Processo de Tombamento **N.1119-T-84**. Engenho do Mate, atual Museu do Mate com todo o seu acervo e o terreno. Campo Largo, PR.

_____. Processo de Tombamento **N.1124-T-84**. Casarão do Chá. Mogi das Cruzes, SP

_____. Processo de Tombamento **N.1144-T-85**. Prédio da antiga Fábrica Santa Amélia localizado na Rua Cândido Ribeiro, 250. São Luís, MA.

_____. Processo de Tombamento **N.1185-T-85**. Complexo ferroviário de São João Del Rei, MG.

_____. Processo de Tombamento **N.1252-T-87**. Vila Ferroviária de Paranapiacaba. Santo André, SP.

_____. Processo de Tombamento **N.1342-T-94**. Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico da cidade de Cataguases, MG.

_____. Processo de Tombamento **N.1463-T-00**. Conjunto arquitetônico e paisagístico no bairro da Luz. São Paulo, SP.

_____. Processo de Tombamento **N.1485-T-01**. Conjunto de edificações e bens móveis da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Jundiaí, SP.

Processos consultados no CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo- SP

CONSELHO de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. **Processo nº 09888/1969** – Solicita o tombamento da Fábrica de Tecidos São Luiz.

_____. **Processo nº 22338/82** – Solicita reabertura do processo de tombamento da Fábrica de Tecidos São Luiz.

_____. **Processo nº 57118/08** – Solicita o tombamento do conjunto de prédios da antiga Fábrica de Tecidos da Brasital no município de Salto.



ANEXOS



▲ Fig. 258. Fábrica Santana. Modelo de seqüência do processo produtivo de fiação e tecelagem. (1911) Fonte: Arquivo da Cia América Fabril - AGCRJ.

ANEXO I - Por dentro de uma fábrica de tecidos: do fio ao pano

Compreender o funcionamento de uma fábrica de tecidos revela-se essencial para ter claro de que maneira a concepção da fábrica, como espaço de produção, antecede à solução arquitetônica definidora de uma tipologia específica para o programa que se quer atender.

Poderemos entender essas implicações no decorrer desta parte da tese, ao analisar as seis fábricas de tecidos selecionadas: a São Luiz, a Brasital Salto e a Brasital São Roque, em São Paulo; a Cia. América Fabril, a Nova América e a Bangu, no Rio de Janeiro.

Como exemplo, tomaremos a Fábrica Santana, pertencente ao sistema produtivo da Cia. América Fabril, construída na década de 1950 e considerada uma fábrica moderna, na qual o processo se fazia em sequência contínua, facilitando a ligação entre as seções.

As três grandes etapas do processo produtivo têxtil compreendem: **fiação, tecelagem e beneficiamento diversificado do pano.**

O texto a seguir baseia-se em partes do capítulo VII, “O controle fabril”, do livro *O fio da meada*, de Elisabeth Von der Weid e Ana Marta Rodrigues Bastos (1986, pp. 197-213). Para descrever o processo de produção da empresa, as autoras contaram com a colaboração de antigos empregados da fábrica.

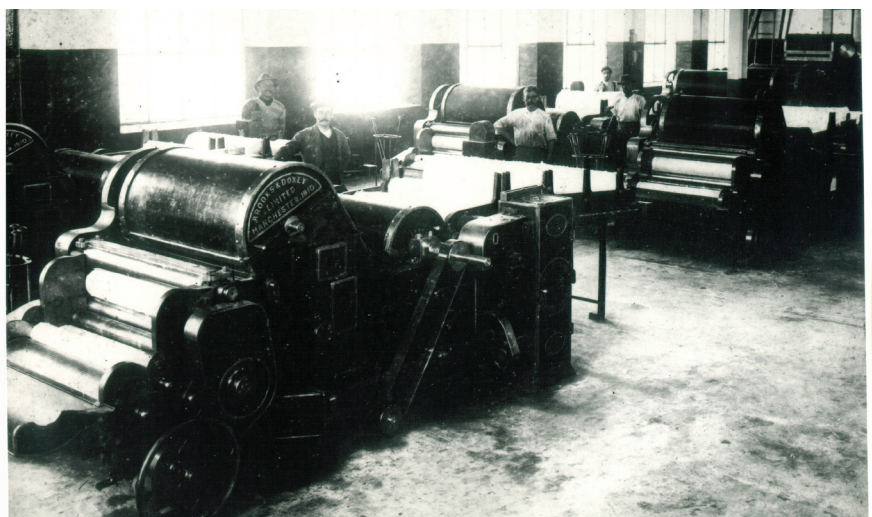
269

I. Fiação

Constitui a primeira etapa de produção e é dividida em uma fase preliminar, denominada preparação, e na fiação propriamente dita.

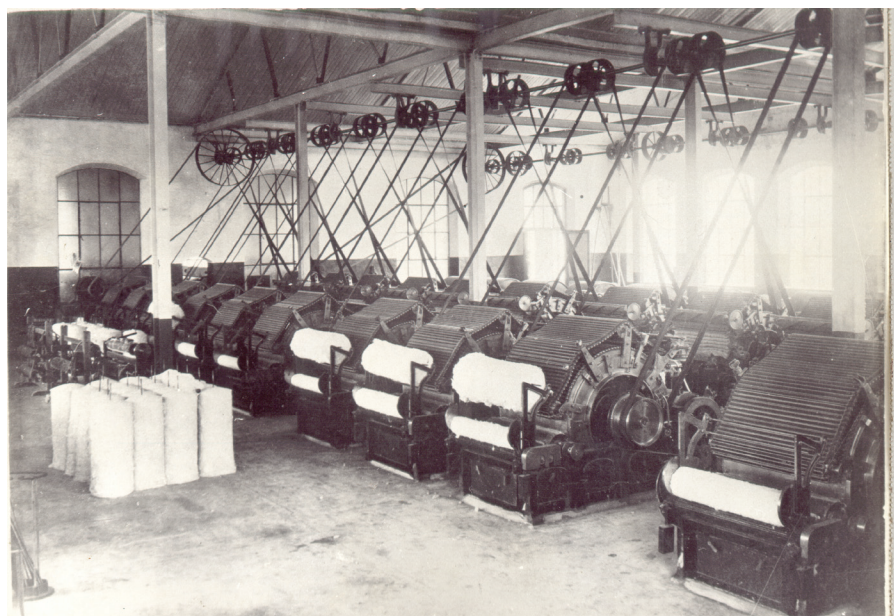
I. A preparação utilizava cinco seções:

a. Sala do algodão: onde a matéria-prima era estocada e os fardos eram abertos. Retirado aos punhados e colocado em um carrinho de mão pelo empilhador, o algodão era transportado em seguida pelo abridor, que o depositava na esteira da máquina abridora para ser batido ou “aberto”, ou seja, para que fosse limpo, retirando as impurezas. Na saída da máquina, havia um tubo de ar comprimido onde o algodão era prensado e conduzido à seção seguinte. O trabalho era executado em pé, exigindo grande esforço físico, fator pelo qual era feito exclusivamente por operários do sexo masculino. Havia ruído constante, e o ar estava permanentemente carregado de partículas da matéria-prima.



b. Seção dos batedores: comportava apenas um cargo, exercido por um homem que operava a máquina batedora, encarregada do aproveitamento da matéria-prima ainda útil nos resíduos por meio de um dispositivo semelhante a um centrifugador. A parte menos densa era recolhida em uma abertura superior da máquina e formava rolos largos de pasta, que iam para a seção seguinte. O operário tinha por função alimentar e controlar a máquina, executando a tarefa em pé e em movimento, em um ambiente sempre impregnado de partículas.

c. Seção das cardas: aqui as máquinas cardadeiras beneficiavam a matéria-prima, limpando-a, amaciando-a e produzindo um pavo grosso e leve de algodão. A função do cardador consistia em emendar os pavios, alimentar a cardadeira e vigiar o seu funcionamento, sendo desempenhada em pé e em movimentação constante, em um ambiente sempre impregnado de partículas. Era um trabalho semiqualeficado e mecanizado, que exigia interferência manual, sendo vedado a menores, pois existia risco de esmagamento das mãos nos cilindros da máquina. Ocupava um espaço físico considerável.



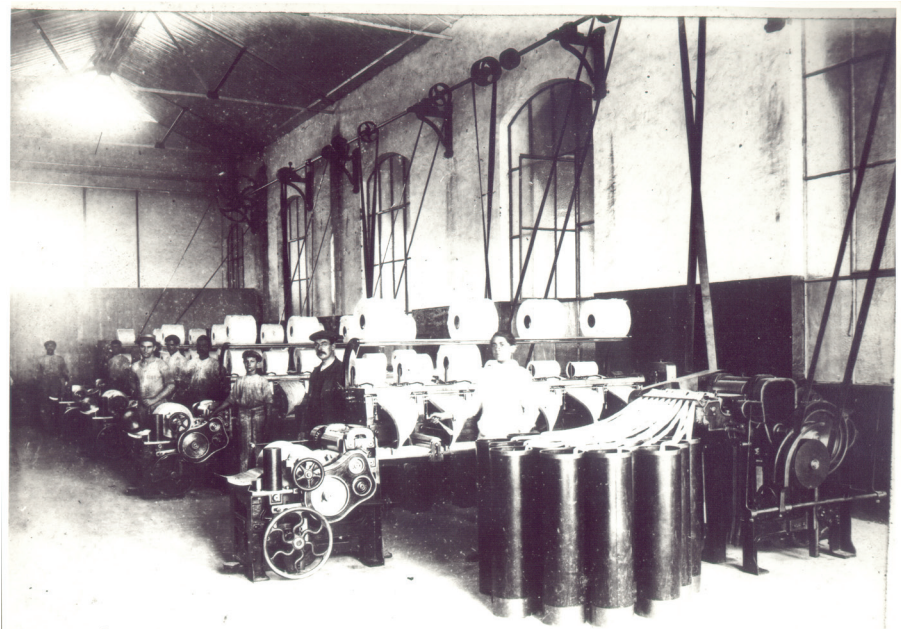
▲ Fig. 259. Fábrica Mavilis. Seção de batedores. (1911). Fonte: Arquivo da Cia América Fabril - AGCRJ.

◀ Fig. 260. Fábrica Mavilis. Máquinas cardadeiras vistas de costas, com o rolo de pasta de algodão. As correias de transmissão ainda eram utilizadas, mesmo com energia elétrica, que movia os eixos transmissores no alto das salas. Fonte: Arquivo da Cia América Fabril - AGCRJ.

d. Seção das penteadeiras: utilizava dois tipos de máquinas - as reunideiras, ou laminadeiras, e as penteadeiras. As primeiras reuniam vários pavios em rolos de pasta que iam para as penteadeiras, onde as fibras de algodão eram penteadas, selecionadas e transformadas em pavios mais finos do que os das cardas. Nas reunideiras, operavam apenas homens, que faziam ainda o transporte dos latões de pavios. As penteadeiras exigiam pouco esforço, podendo ser operadas tanto por homens quanto por mulheres. O trabalho na seção era executado em pé e em movimento, não exigindo qualificação. Cada operário tomava conta de várias máquinas ao mesmo tempo, e sua função consistia em vigiá-las, emendando os pavios e substituindo os latões que vinham de uma seção e iam para outra.

e. Seção das maçaroqueiras: aqui as máquinas reuniam seis pavios para formar um fio grosso e rústico chamado maçaroca. As fibras eram esticadas, agrupadas e enroladas em canelas ou carretéis. Existiam três tipos de maçaroqueiras: as de banco grosso, médio e fino. À medida que as fibras passavam de uma máquina para outra, tornavam-se cada vez mais estiradas, o que afinava a maçaroca. O processo poderia ser interrompido em qualquer uma das três máquinas, de acordo com o tipo de fio que se quisesse obter para a produção de tecidos mais grossos ou mais leves. O trabalho era realizado em pé e exigia um deslocamento constante ao longo da máquina para emendar os fios que arrebetavam. A operária maçarqueira dispunha em geral de um ou mais auxiliares para preparar a máquina e retirar as maçarocas, sendo às vezes necessário subir na máquina para desembaraçar ou emendar fios no seu topo. O ambiente era poluído por excesso de poeira de matéria-prima, havendo ruído intenso e muita umidade causada pela aspersão de água para proteção da fibra.

► Fig. 261. Fábrica Mavilis. Máquina reunideiras. Formam rolos de pasta de algodão com os pavios que vem das cordas (1911) Fonte: Arquivo da Cia América Fabril - AGCRJ.



2. Concluída a fase de preparação, o algodão entrava no processo de FIAÇÃO, que também usava o mesmo numero de seções, constando de: fiação, dobação, retorção, gasadeira e bobinas, essas quatro últimas correspondendo ao beneficiamento do fio, preparando-o para ser usado na tecelagem.

a. Fiação: os rolos de maçaroca eram colocados nas máquinas de fiar, que passavam a encher as canelas – espécies de carretéis compridos que se encaixavam nos fusos – formando espulas¹⁴². Na seção de fiação, havia três funções diferenciadas para operar a mesma máquina, que era o filatório. A fiandeira controlava todo o trabalho relacionado ao fio, trocando os rolos de maçaroca e emendando o fio quando arrebitava. A atividade era executada predominantemente por mulheres, encarregadas cada uma de duas a três máquinas. O arriador de máquina operava a manivela para descer a balança, permitindo a retirada das espulas. Por ser um trabalho pesado, destinava-se exclusivamente aos homens. Porém a maioria dos operários da fiação era formada pelos tiradores de espulas, que as substituíam por canelas. Esse serviço era executado por crianças, o que tornava a seção muito agitada, com meninos e meninas correndo entre os filatórios para fazer as trocas. As tarefas não exigiam qualificação e o esforço físico era pequeno, sendo necessário apenas atenção, rapidez e agilidade. O ambiente era carregado de partículas de matéria-prima e com ruído bastante intenso, além de haver muita umidade para melhorar as condições do fio, impedindo seu ressecamento e rompimento. Era uma seção importante dentro da fábrica, sendo muito populosa.

b. Dobação (binadeira): consistia em juntar dois fios singelos em um, passando-os em uma calha de goma para mantê-los unidos, enrolando-os depois em bobinas. O trabalho era feito em pé e exigia habilidade manual e acuidade visual, pois o fio destinado à urdição não podia apresentar defeitos.

¹⁴² Canelas são os carretéis vazios; quando estão cheios, são chamados de espulas.



◀ Fig. 262. Fábrica Mavilis. Seção das penteadeiras. (1911). Fonte: Arquivo da Cia América Fabril - AGCRJ.

c. Retorção: aqui os fios eram torcidos na retorcedeira e enrolados em carretéis. O trabalho da operária consistia em observar o funcionamento da máquina, substituindo as bobinas que vinham da dobação e os carretéis e fusos nos quais se enrolava o fio torcido, além de emendar aqueles que se partiam. Em geral, desenrolavam-se os fios de dois cones ou bobinas para formar um fuso. Era necessário atenção e habilidade manual, ocupando-se uma mesma operária de várias máquinas e mantendo-se em constante locomoção. O ambiente era trepidante, com ruído intenso, e o ar permanecia saturado de partículas de algodão.

d. Gasadeira: o fio pronto passava por um bico de gás, que queimava todos os “pelinhos” ou impurezas a ele aderentes. Neste ponto o fio já estava pronto para a tecelagem ou para a confecção de fitas e barbantes, produzidos na última seção, onde se encontravam as máquinas de cordas e as bobinas.

II. Tecelagem

A tecelagem também era subdividida em duas fases: preparação e tecelagem.

273

I. A fase de PREPARAÇÃO do fio cru para a trama tinha início na seção das espuladeiras, em que se passava o fio das espulas de fiação, que são grandes, para as espulas usadas no tear, de tamanho inferior. O trabalho exigia grande rapidez de movimentos e coordenação motora, pois implicava uma troca constante de bobinas e emenda de fios. O ruído era constante e intenso, e o ar estava sempre impregnado de partículas de algodão.

Quando o fio da trama devia ser tinto (para o tecido xadrez ou listrado), era enviado do filatório para a seção de meadas, onde a máquina meadeira formava meadas de 120 jardas, juntando fios provenientes de sete espulas. Havia um relógio acoplado que soava uma campainha ao se aproximar da medida estabelecida, o que levava o operário a frear a máquina. As meadas eram pesadas, e o título do fio era calculado. O trabalho podia ser desempenhado por operários de ambos os sexos, exigindo atenção e responsabilidade, além de algum conhecimento de escrita e aritmética. O ambiente era mais calmo e bem iluminado.

As meadas passavam em seguida para a seção de tintura, onde o fio era mergulhado nos tanques de tinta para cozimento. O operário ficava encarregado da avaliação e da distribuição das tintas, e também do controle do banho. Constituíam um trabalho insalubre devido ao grande calor úmido, bem como à toxidez das anilinas e das substâncias

químicas. Exigia esforço físico e grande movimentação, sendo adequado apenas para homens. Depois de tingidas, as meadas eram colocadas numa parábola para secar, e daí passava-se o fio para as espulas do tear. As espulhinhas de fio cru e de tinto eram enviadas a seguir para a seção de engoma e então finalmente para o tear.

¹⁴³ O urdimento vai dar o comprimento do tecido, enquanto a trama lhe dá a largura.

O fio que se destinava ao urdimento¹⁴³ era transferido das espulas da fiação para a seção das urdideiras. A urdideira é uma máquina bastante complexa, possuindo numerosos fusos nos quais são colocadas as bobinas, pentes, ganchos de ferro e dispositivos de louça por onde passam os fios de modo que não embaracem. O trabalho era executado em pé e em contínua movimentação, exigindo acuidade visual, coordenação motora e destreza manual. Era adequado para ambos os sexos, mas as mulheres predominavam. As operárias recebiam um mapa com instruções que estabeleciam a disposição das bobinas nos fusos. Orientavam cada fio segundo o esquema determinado, passando-os pelos pentes e dispositivos. Ligavam então as máquinas e observavam a execução do trabalho, emendando os fios que se partiam.

Os rolos que saíam passavam pela seção de engomagem do fio, que era a mesma para a trama e o urdimento. A máquina engomadeira, de grande porte, continha cilindros por onde corriam os fios, além de uma estufa a vapor. No caso dos fios de urdimento, havia um suporte para receber o rolo do urdume a ser engomado. O operário trabalhava em pé, com grande movimentação e esforço físico, sendo necessário coordenação motora e rapidez. O ambiente se encontrava saturado de partículas de matéria-prima, e a temperatura era elevada, sobretudo próximo à estufa, havendo muita umidade e ruído intenso e constante do escapamento de vapor.

A próxima etapa era a remetação, em que os fios do urdume eram passados através de pentes ou liços, preparando a “remessa” para a tecelagem, seguindo um desenho preestabelecido. Parte do trabalho era feita em movimento, parte sentada, sendo esse último movimento a remetação propriamente dita.

As seções de preparação para a tecelagem eram muito menores, requerendo menos operários do que nas seções de fiação e, sobretudo, do que na da própria tecelagem. A tecelagem constituía o núcleo da produção, reunindo o principal contingente de mão-de-obra empregada na fábrica.

2. Na seção de TECELAGEM encontravam-se os teares, operados por tecelões e aprendizes, sendo os primeiros homens e mulheres, e os segundos, geralmente, menores. Os tecelões eram operários qualificados responsáveis pelo funcionamento dos teares e

interferiam apenas quando ocorria um defeito, rompimento de fios ou nos casos de troca de espulas. As máquinas continham múltiplas peças, e a observação do operário devia ser muito acurada no tocante a detectar o rompimento dos fios do urdimento e parar rapidamente a máquina para emendá-los, uma vez que não havia teares automáticos. Esse trabalho era pago por produção, avaliada em função da metragem e da complexidade do tecido executado. As tarefas eram executadas em pé e com movimentação constante, havendo ruído frequente e intenso e continua trepidação das máquinas.

O tecido pronto era remetido para a sala de inspeção, onde as revistadeiras o limpavam, verificando sua qualidade. O pano cru era então enviado para o beneficiamento.

III. Beneficiamento

É a terceira grande etapa da produção de tecidos e compreendia muitas seções, como: bordados, mercerização, alveijamento, tintura do pano, estamparia, vaporização, flanela, facas, engomagem e acabamento.

O alveijamento consistia em cozer o tecido em diversos tanques, o qual, depois, passava pela máquina de chamuscar que queimava os pelinhos aderentes.

O pano alvejado seguia para a fase de mercerização, que consistia em passá-lo por uma máquina contendo soda cáustica, o que dava brilho ao tecido, o qual depois era lavado para retirar o excesso de substâncias químicas.

Na seção de tintura do pano, as peças de tecidos eram mergulhadas em tanques de tingimento, de forma que a matéria corante passasse a fazer parte integrante da fibra.

O pano a ser impresso ia para a seção de estamparia, cujas máquinas com cilindros removíveis tinham as matrizes de desenhos por entre os quais passava o tecido.

O tecido tinto ou estampado passava pela seção de vaporização, onde se testava a firmeza de suas cores.

O tecido destinado à flanela era confeccionado com uma trama mais grossa e era introduzido em uma máquina de escovas de aço, que levantava lentamente o pelo da trama para produzir a flanela.

Na seção de facas, procedia-se a limpeza do pano, passando-o bem esticado por lâminas para retirar todos os fiapos das emendas dos fios e enviando-o em seguida para ser engomado. O tecido então era

lustrado e colocado em calandras quentes para dar o acabamento.

No caso da Cia. América Fabril, todos os tecidos fabricados em suas unidades eram beneficiados na Fábrica Cruzeiro.

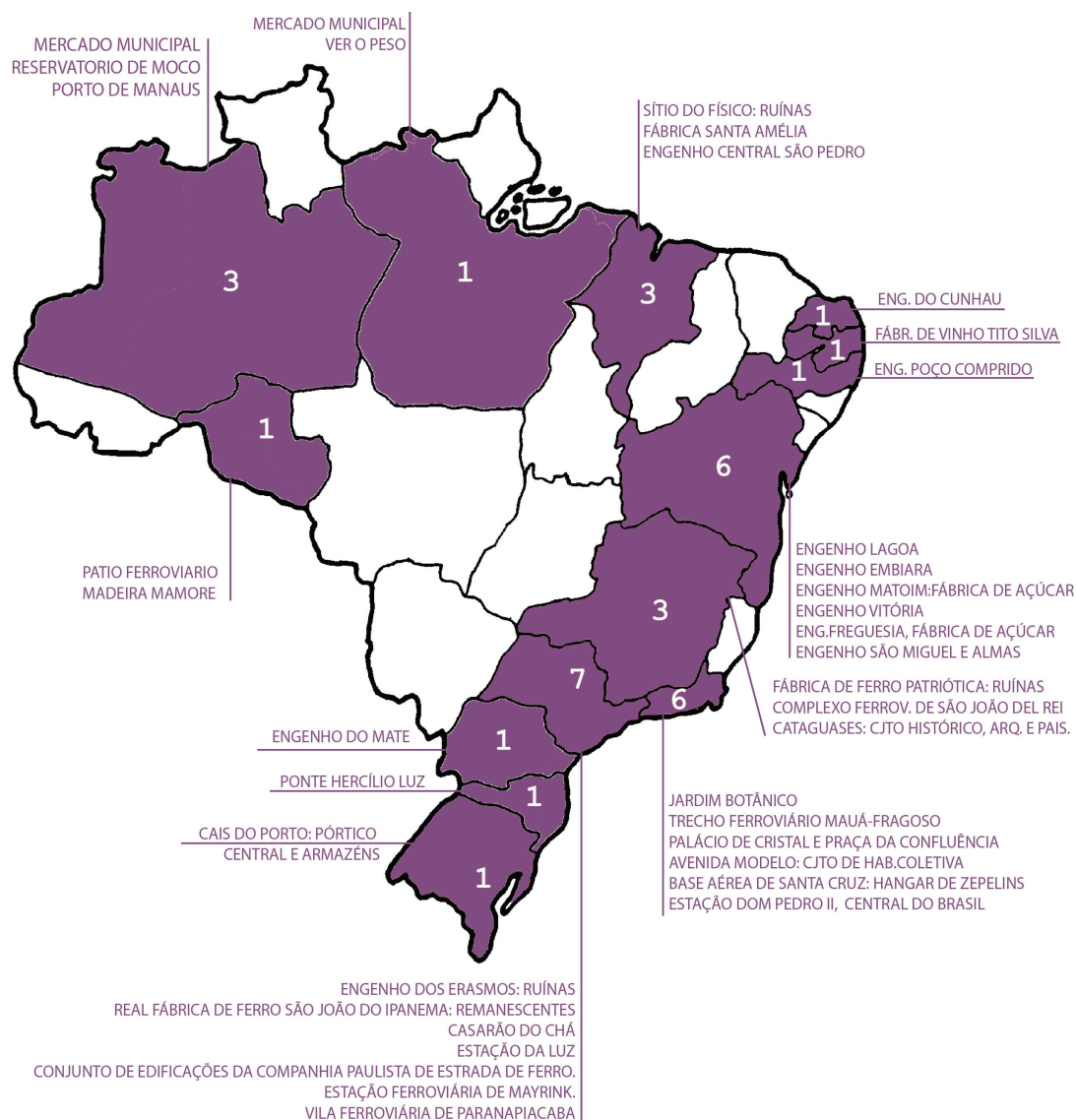
ANEXO II - BENS TOMBADOS PELO IPHAN

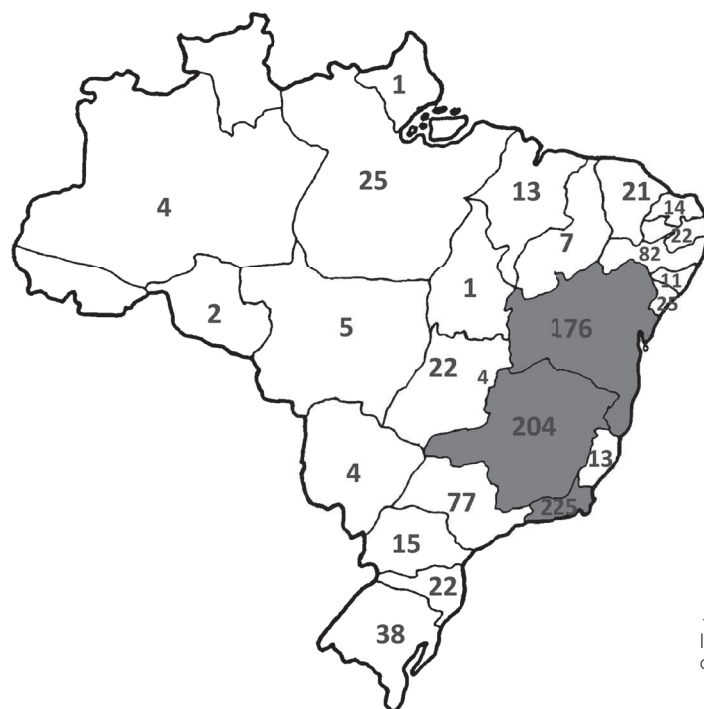
Ao lado de outros tipos arquitetônicos selecionados e inventariados pelo IPHAN para fazer parte do patrimônio histórico e artístico nacional, as edificações industriais começam a despontar somente nas últimas décadas como representantes de um ciclo econômico importante, que colocou alguns estados em posição de liderança econômica em relação ao país, como São Paulo e Rio de Janeiro

Apesar de sua importância como instrumento que imputa valor, as limitações do tombamento - no tocante a proteção do patrimônio - residem no fato de que tal instrumento passa a restringir a conservação a um acervo estritamente necessário.

No estudo dos tombamentos de edificações industriais no acervo do Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro, levantamos a listagem de bens tombados e a partir dos preceitos da carta de Nizhny Tagil listamos os bens que poderiam ser considerados Patrimônio Industrial. Este anexo traz o resultado desta pesquisa junto ao Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro.

▼ Fig. 263. Distribuição, localização e identificação dos bens tombados pelo IPHAN considerados patrimônio industrial no Brasil.





◀ Fig. 264. Distribuição dos bens tombados pelo IPHAN no Brasil, por estados. Em destaque os estados com maior acervo de bens culturais tombados

CLASSIFICAÇÃO	ESTADOS																								TOTAL	
	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RS	SC	SE	SP		TO
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	0	0	0	7	0	1	2	1	11	7	0	0	0	0	1	0	0	9	4	0	1	1	0	9	0	54
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	1	0	0	4	0	0	2	0	0	6	0	16
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	3	0	0	9	4	1	0	6	6	13	1	1	5	1	4	0	1	13	0	0	3	2	2	4	1	80
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	6	4	1	151	13	2	12	15	10	162	2	3	18	19	73	5	12	166	9	2	24	15	23	55	0	802
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infraestrutura	0	0	0	3	1	0	0	0	0	16	0	0	0	0	0	1	0	13	0	0	2	1	0	0	0	37
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	6	0	0	0	1	0	0	0	10
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	1	0	0	5	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	13	0	0	0	0	0	0	0	22
BENS IMÓVEIS - Ruínas	1	0	0	1	0	0	0	0	2	1	0	1	0	1	2	0	0	0	1	0	5	0	0	2	0	17
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	1	0	0	1	1	0	0	0	7
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	6
TOTAL	11	4	1	176	21	4	14	22	30	204	4	5	25	22	82	7	15	225	14	2	38	22	25	77	1	1051



ALAGOAS

II BENS
PATR.INDUSTRIAL: 0

CLASSIFICAÇÃO	QUANT.
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	0
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	3
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	6
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	1
BENS IMÓVEIS - Ruínas	1
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	11

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
1 Conjunto urbano	Penedo	Penedo: conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico		30.10.1996	30.10.1996	
2 Conjunto Urbano	Piranhas	Piranhas: Sítio histórico e Paisagístico		04.07.2006	04.07.2006	
3 Conjunto Urbano ⁽¹⁾	Marechal Deodoro	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Marechal Deodoro				
4 Edificação	Marechal Deodoro	Casa natal do Marechal Deodoro da Fonseca		25.08.1964		
5 Edificação	Marechal Deodoro	Convento e Igreja de São Francisco		04.11.1964		
6 Edificação	Palmeira dos Índios	Casa de Graciliano Ramos		03.06.1965		
7 Edificação	Penedo	Convento e Igreja Santa Maria dos Anjos	29.12.1941	29.12.1941		
8 Edificação	Penedo	Igreja de Nossa Senhora da Corrente		28.07.1964		
9 Edificação	Penedo	Igreja de São Gonçalo Garcia		28.07.1964		
10 Paisagem natural	União dos Palmares	Serra da Barriga		19.02.1986	19.02.1986	
11 Ruína	Porto Calvo	Vila colonial de Porto Calvo, AL: remanescentes		17.01.1955		

⁽¹⁾ processo nº 1397-T-97, processo aguardando inscrição no livro do tombo, já homologado pelo Ministério da Cultura em 29/08/2006, Portaria nº 74 do D. O. U



AMAZONAS

4 BENS
PATR.INDUSTRIAL: 3

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	0
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	0
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	4
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	4

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
1 Edificação	Manaus	Mercado Municipal	01.07.1987	01.07.1987		
2 Edificação	Manaus	Porto de Manaus, AM: conjunto arquitetônico	14.10.1987		14.10.1987	
3 Edificação	Manaus	Reservatório de Mocó	24.04.1985	24.04.1985		
4 Edificação	Manaus	Teatro Amazonas		20.12.1966		

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	DESCRIÇÃO
MERCADO MUNICIPAL	O Mercado Municipal de Manaus teve sua construção iniciada em 1880, pela firma "Bakus & Brisbin", de Belém, com pavilhões construídos em estrutura de ferro, pela firma "Francis Morton Engineers Liverpool". Sua inauguração se deu em 1883. Dessa época é datado o edifício principal. Trata-se de um galpão de aproximadamente 45 metros de comprimento e 42 m de largura, construído em estrutura de ferro. A estrutura é sustentada por 28 colunas, sendo os parapeitos onde estas se apoiam e as duas salas laterais, em alvenaria de pedra e tijolo. Em 1890 foram construídos dois outros pavilhões (galpões) laterais de igual tamanho, também com estrutura de ferro e cobertura de zinco. Os "novos" pavilhões possuem 360 m2 de área útil. Sua estrutura é formada por beirais abertos, encimados por arcos de ferro, os quais são sustentados por colunas, também em ferro. Nas duas fachadas principais, fechando os arcos, há gradis de ferro com ornatos decorados, acompanhados por vidros coloridos. Por volta de 1908, foi construído o pavilhão posterior para a comercialização, na época, de tartarugas, o qual possuía iluminação a querosene. Tal pavilhão teve a estrutura em ferro construída pela companhia "Walter Macfarlane, Glasgow". Seu formato difere dos outros, sendo este totalmente fechado, possuindo cobertura em quatro águas e feita com chapas onduladas.
PORTO DE MANAUS	A forma de pensar a arquitetura do início do século está bem representada no porto. O ferro aparece com soluções formais próprias - armazéns com chapas onduladas de vedação, o "road-way" sobre bóias flutuantes. Porém, quando se trata dos edifícios da Alfândega e da Administração temos a estrutura de ferro escondida sob vedações de alvenaria, com elementos alusivos a estilos passados. Os prédios da Alfândega e da Guardamoria representam uma transição entre o conjunto de armazéns e os edifícios da Manaos Harbour, por utilizarem o sistema de pré-moldagem. Três das edificações tombadas são anteriores aos empreendimentos da Manaos Harbour Ltd.: o antigo edifício do Tesouro Público (inscrições na fachada 1887-1890) de estilo neo-clássico; o trapiche 15 de novembro - o único em chapa prensada de fabricação belga (possivelmente trata-se do mesmo trapiche Princesa Isabel cuja construção foi iniciada em 1888 e rebatizado com o advento da República) e a bomba de incêndio, junto a este trapiche, que já é mencionada nos relatórios das obras públicas datado de 1869 a 1881. Os armazéns foram construídos de 1903 a 1910.
RESERVATÓRIO DE MOCÓ	Com sua obra iniciada em 1893 e concluída em 1897. O prédio, todo em alvenaria de pedra com estrutura de ferro de origem inglesa, feita pela empresa "Dorman & Long", servia para abastecer boa parte da cidade, que contava àquela época, com algo em torno de 100 mil habitantes. Tem capacidade para 5.650m³ e uma área construída de 1.444m², sendo o reservatório construído em estrutura metálica, sustentado por pilares e vigas metálicas que o colocam a 16 metros da superfície. O reservatório encontra-se em pleno funcionamento e é responsável por 60% do abastecimento de água de Manaus.



AMAPÁ

1 BENS
PATR.INDUSTRIAL: 0

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS - E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	0
BENS MÓVEIS - E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	0
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	1
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	1

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLOG.	ART.APLIC.
1 Edificação	Macapá	Fortaleza de São José de Macapá		22.03.1950		



DISTRITO FEDERAL

4 BENS
PATR.INDUSTRIAL: 0

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS - E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	1
BENS MÓVEIS - E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	1
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	2
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	4

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLOG.	ART.APLIC.
1 Objetos e bens integrados	Brasília	Placa comemorativa oferecida a Rui Barbosa / Senado Federal		14.08.1986		
2 Conjunto urbano	Brasília	Brasília, DF: conjunto urbanístico		14.03.1990		
3 Edificação	Brasília	Catedral Metropolitana	01.06.1967			
4 Edificação	Brasília	Catetinho		21.07.1959		



BAHIA

176 BENS

PATR.INDUSTRIAL: 06

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	7
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	9
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	151
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	3
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	5
BENS IMÓVEIS - Ruínas	1
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	176

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUIDO	BEL.ARTES	HISTOR.	ARQUEOL.	ART.APPLIC.
1	Objetos e bens integr.	Cachoeira	Jarras de louça, 02 / Fábrica de Santo Antônio do Porto			09.08.1939
2	Objetos e bens integr.	Cachoeira	Jarras de louça, 03 / Fábrica de Santo Antônio do Porto			09.08.1939
3	Objetos e bens integr.	Cachoeira	Lavabo do Convento de Santo Antônio de Paraguassú	25.04.1974		
4	Objetos e bens integr.	Salvador	Azulejos da Reitoria da Universidade Federal da Bahia	27.08.1958		
5	Objetos e bens integr.	Salvador	Casa à Avenida Sete de Setembro, 59: elementos decorativos	12.08.1949	12.08.1949	
6	Objetos e bens integr.	Salvador	Oratório público da Cruz do Pascoal	17.06.1938		
7	Objetos e bens integr.	Salvador	Portada de Solar		16.10.1941	
8	Conjunto urbano	Andaraí	Igatu: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	20.06.2000	20.06.2000	20.06.2000
9	Conjunto urbano	Cachoeira	Cachoeira, BA: conjunto arquitetônico e paisagístico			21.09.1971
10	Conjunto urbano	Itaparica	Itaparica, BA: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	28.04.1980	28.04.1980	28.04.1980
11	Conjunto urbano	Lençóis	Lençóis, BA: conjunto arquitetônico e paisagístico			17.12.1973
12	Conjunto urbano	Mucugê	Mucugê, BA: conjunto arquitetônico e paisagístico			26.09.1980
13	Conjunto urbano	Porto Seguro	Cidade Alta de Porto Seguro, BA: conjunto arquitetônico e paisagístico		15.07.1968	15.07.1968
14	Conjunto urbano	Rio de Contas	Rio de Contas, BA: conjunto arquitetônico			08.04.1980
15	Conjunto urbano	Salvador	Rua Carneiro de Campos, Sodré e Trav.Aquino Gaspar: conjunto arquitetônico			08.06.1964
16	Conjunto urbano	Salvador	Conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do centro histórico			19.07.1984
17	Edificação	Salvador	Mausoléu da família do Barão de Cajaíba e Imagem da Fé	24.11.1966		
18	Edificação	Salvador	Asilo D. Pedro II: prédio	08.07.1980	08.07.1980	
19	Edificação	Cachoeira	Capela da Ajuda	15.09.1939	15.09.1939	
20	Edificação	Salvador	Capela da Ajuda	17.06.1938		
21	Edificação	Salvador	Capela de Nossa Senhora da Escada		11.04.1962	
22	Edificação	Cachoeira	Capela de Nossa Senhora da Pena e ruínas do sobrado anexo	08.07.1943	08.07.1943	
23	Edificação	Ilhéus	Capela de Nossa Senhora de Santana	20.02.1984	20.02.1984	

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BEL. ARTES	HISTÓR.	ARQUEOL.	ART. APLIC.
24	Edificação	Vera Cruz	Capela de Santo Antônio dos Velasques	30.01.1962		
25	Edificação	Castro Alves	Capela de São José de Jenipapo	31.08.1971		
26	Edificação	Salvador	Capela do Corpo Santo	17.06.1938		
27	Edificação	Salvador	Capela N.S.da Piedade e Recolhimento do Bom Jesus dos Perdões	06.04.1943		
28	Edificação	Salvador	Casa à Avenida Frederico Pontes	14.06.1938	14.06.1938	
29	Edificação	Salvador	Casa à Avenida Joana Angélica, 149	20.04.1938		
30	Edificação	Cachoeira	Casa à Praça Dr. Aristides Milton, 23-A		01.03.1941	
31	Edificação	Cachoeira	Casa à Rua Ana Nery, 4	23.03.1943	23.03.1943	
32	Edificação	Rio de Contas	Casa à Rua Barão de Macaúbas, 11		22.09.1958	
33	Edificação	Cachoeira	Casa à Rua Benjamin Constant, 1	16.08.1943		
34	Edificação	Cachoeira	Casa à Rua Benjamin Constant, 17	16.09.1943		
35	Edificação	Cachoeira	Casa à Rua Benjamin Constant, 2	06.04.1943		
36	Edificação	Salvador	Casa à rua Carlos Gomes, 57	18.07.1938		
37	Edificação	Salvador	Casa à rua Inácio Acioly, 4	02.03.1943		
38	Edificação	Salvador	Casa à rua Vinte e Oito de Setembro, 8	26.01.1962		
39	Edificação	Salvador	Casa das Sete Mortes		23.03.1943	
40	Edificação	Rio de Contas	Casa de Câmara e Cadeia		31.07.1959	
41	Edificação	Salvador	Casa de Castro Alves		12.07.1938	
42	Edificação	Cachoeira	Casa de oração da Ordem Terceira do Carmo	22.08.1938	22.08.1938	
43	Edificação	Salvador	Casa dos Carvalhos	28.04.1980	28.04.1980	
44	Edificação	Jaguaripe	Casa dos Ouvidores		27.07.1962	
45	Edificação	Salvador	Casa dos Sete Candeeiros	14.06.1938		
46	Edificação	Salvador	Casa Marback	18.06.1938		
47	Edificação	Cachoeira	Casa natal de Ana Nery		01.03.1941	
48	Edificação	Salvador	Casa natal de Gregório de Matos	02.04.1938		
49	Edificação	Cachoeira	Casa natal de Teixeira de Freitas		18.03.1941	
50	Edificação	Rio de Contas	Casa natal do Barão de Macaúbas		09.09.1958	
51	Edificação	Salvador	Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim	28.03.1941	28.03.1941	
52	Edificação	Salvador	Catedral Basílica de Salvador	25.05.1938		
53	Edificação	Cachoeira	Convento de Nossa Senhora do Carmo	22.08.1938	22.08.1938	
54	Edificação	Cachoeira	Convento de Santo Antônio de Paraguassú: igreja e ruínas	25.09.1941	25.09.1941	
55	Edificação	Salvador	Convento e Igreja de Nossa Senhora da Lapa	25.03.1938		
56	Edificação	Salvador	Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo	11.05.1938	11.05.1938	
57	Edificação	Salvador	Convento e Igreja de Santa Teresa	17.06.1938		
58	Edificação	Cairu	Convento e Igreja de Santo Antônio	17.10.1941		
59	Edificação	S. Francisco do Conde	Convento e Igreja de Santo Antônio e Capela da Ordem Terceira	17.10.1941		
60	Edificação	Salvador	Convento e Igreja de São Francisco	31.03.1938	31.03.1938	

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BEL. ARTES	HISTÓR.	ARQUEOL.	ART. APLIC.
61	Edificação	Salvador	Convento e Igreja do Desterro	25.03.1938		
62	Edificação	Cachoeira	Engenho Embiara: sobrado	23.03.1943		
63	Edificação	Candeias	Engenho Freguesia: sobrado, fábrica de açúcar e Capela de Nossa Senhora da Piedade	14.09.1944	14.09.1944	
64	Edificação	S. Sebastião do Passé	Engenho Lagoa: sobrado e capela	06.07.1942	06.07.1942	
65	Edificação	Candeias	Engenho Matoim: sobrado e fábrica de açúcar		06.09.1943	
66	Edificação	S. Francisco do Conde	Engenho São Miguel e Almas: casa e capela	28.06.1944	28.06.1944	
67	Edificação	Cachoeira	Engenho Vitória: sobrado, capela, crucifixo, senzala e banheiro	23.03.1943	23.03.1943	
68	Edificação	Maragogipe	Fazenda de São Roque: casa grande e capela	16.02.1943	16.02.1943	
69	Edificação	Cairu	Fonte Grande do Morro de São Paulo	28.08.1943	08.08.1943	
70	Edificação	Salvador	Fortaleza de São Pedro		10.01.1957	
71	Edificação	Salvador	Fortaleza do Barbalho		09.01.1957	
72	Edificação	Salvador	Fortaleza do Monte Serrat		09.01.1957	
73	Edificação	Cairu	Fortaleza do Morro de São Paulo	24.05.1938	24.05.1938	
74	Edificação	Salvador	Forte da Gambôa	24.05.1938	24.05.1938	
75	Edificação	Salvador	Forte de Santa Maria	24.05.1938	24.05.1938	
76	Edificação	Salvador	Forte de Santo Antônio da Barra	24.05.1938	24.05.1938	
77	Edificação	Itaparica	Forte de São Lourenço	24.05.1938	24.05.1938	
78	Edificação	Salvador	Forte de São Marcelo	24.05.1938	24.05.1938	
79	Edificação	Maragogipe	Forte do Paraguassú	24.05.1938	24.05.1938	
80	Edificação	Salvador	Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem: prédio e cruzeiro	25.09.1941	25.09.1941	
81	Edificação	Salvador	Hospício São João de Deus: prédio		16.10.1941	
82	Edificação	Cachoeira	Hospital São João de Deus: capela	16.09.1943		
83	Edificação	Cachoeira	Hospital São João de Deus: jardim			09.07.1940
84	Edificação	Jacobina	Igreja da Missão		19.01.1972	
85	Edificação	Salvador	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	25.05.1938		
86	Edificação	Cachoeira	Igreja da Ordem Terceira do Carmo	22.08.1938	22.08.1938	
87	Edificação	Salvador	Igreja da Palma	17.06.1938		
88	Edificação	Salvador	Igreja da Rua do Passo	17.06.1938		
89	Edificação	Salvador	Igreja de Nossa Senhora da Barroquinha	25.09.1941	25.09.1941	
90	Edificação	Jacobina	Igreja de Nossa Senhora da Conceição		19.01.1972	
91	Edificação	Nazaré	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	26.01.1962		
92	Edificação	Salvador	Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão	08.04.1980	08.04.1980	
93	Edificação	Salvador	Igreja de N.S. da Penha e Palácio de Verão dos Arcebispos	25.09.1941	25.09.1941	
94	Edificação	Salvador	Igreja de Nossa Senhora da Saúde	25.09.1941	25.09.1941	
95	Edificação	Salvador	Igreja de Nossa Senhora das Neves	08.07.1958		
96	Edificação	Nazaré	Igreja de Nossa Senhora de Nazaré de Camamú	26.01.1962		
97	Edificação	Cachoeira	Igreja de Nossa Senhora do Carmo	22.08.1938	22.08.1938	

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BEL. ARTES	HISTÓR.	ARQUEOL.	ART. APLIC.
98	Edificação	Rio de Contas	Igreja de Santana: ruínas		29.08.1958	
99	Edificação	Salvador	Igreja de Santo Antônio da Barra	17.06.1938		
100	Edificação	Salvador	Igreja de Santo Antônio da Mouraria	17.06.1938		
101	Edificação	Itaparica	Igreja de São Lourenço	28.07.1952	28.07.1952	
102	Edificação	Salvador	Igreja de São Miguel	25.05.1938		
103	Edificação	Salvador	Igreja de São Pedro dos Clérigos	25.09.1941	25.09.1941	
104	Edificação	Salvador	Igreja do Pilar	17.06.1938		
105	Edificação	Salvador	Igreja do Rosário dos Pretos	17.06.1938		
106	Edificação	Cachoeira	Igreja do Seminário de Belém	17.06.1938		
107	Edificação	Salvador	Igreja do Senhor do Bonfim	17.06.1938		
108	Edificação	Salvador	Igreja e Casa da Ordem Terceira de São Domingos	20.06.1938		
109	Edificação	Salvador	Igreja e Casa da Ordem Terceira do Carmo	20.06.1938		
110	Edificação	Salvador	Igreja e Hospício da Boa Viagem	17.06.1938		
111	Edificação	Salvador	Igreja e Mosteiro de Monte Serrat	27.06.1938		
112	Edificação	Jaguaripe	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda	25.09.1941	25.09.1941	
113	Edificação	Salvador	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia	17.06.1938		
114	Edificação	Nazaré	Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré	26.01.1962		
115	Edificação	Santo Amaro	Igreja Matriz de Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos	24.06.1942	24.06.1942	
116	Edificação	Cachoeira	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	15.09.1939	15.09.1939	
117	Edificação	Salvador	Igreja Matriz de Santana	25.09.1941	25.09.1941	
118	Edificação	Cachoeira	Igreja Matriz de Santiago	01.08.1960		
119	Edificação	Lauro de Freitas	Igreja Matriz de Santo Amaro	31.01.1944	31.01.1944	
120	Edificação	Maragogipe	Igreja Matriz de São Bartolomeu	21.02.1941	21.02.1941	
121	Edificação	Rio de Contas	Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento		29.08.1958	
122	Edificação	Salvador	Inscrições tumulares da Igreja da Vitória	17.06.1938		
123	Edificação	Santo Amaro	Matriz de Nossa Senhora da Purificação	25.09.1941	25.09.1941	
124	Edificação	Salvador	Mosteiro e Igreja da Graça	27.06.1938		
125	Edificação	Salvador	Mosteiro e Igreja de São Bento	27.06.1938		
126	Edificação	Cachoeira	Paço Municipal		09.08.1939	
127	Edificação	Jaguaripe	Paço Municipal	02.09.1941	02.09.1941	
128	Edificação	Maragogipe	Paço Municipal	26.09.1941	26.09.1941	
129	Edificação	Santo Amaro	Paço Municipal		16.10.1941	
130	Edificação	Salvador	Palácio Arquiepiscopal	17.06.1938		
131	Edificação	Salvador	Palácio da Associação Comercial da Bahia	13.06.1938		
132	Edificação	Salvador	Palácio do Saldanha	27.06.1938		
133	Edificação	Salvador	Prédio à Avenida Sete de Setembro, 401	04.12.1981		
134	Edificação	Salvador	Prédio à Praça Cairú		25.10.1966	

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BEL.ARTES	HISTÓR.	ARQUEOL.	ART.APLIC.
135 Edificação	Salvador	Prédio à Rua J. Castro Rabelo, 5		16.09.1943		
136 Edificação	Santo Amaro	Prédio à Rua da Matriz, 9		16.09.1943		
137 Edificação	Salvador	Prédio à Rua Militão Lisboa, 80		23.03.1943		
138 Edificação	Salvador	Quinta do Tanque	20.08.1949	20.08.1949		
139 Edificação	Salvador	Santa Casa da Misericórdia da Bahia e Igreja	14.06.1938			
140 Edificação	Santo Amaro	Santa Casa de Misericórdia: prédio central		10.08.1962		
141 Edificação	Salvador	Seminário de São Dâmaso	17.06.1938			
142 Edificação	Salvador	Sobrado à Rua Saldanha da Gama, 25	05.08.1941			
143 Edificação	Salvador	Sobrado à Praça Anchieta, 18		22.02.1943		
144 Edificação	Salvador	Sobrado à Praça Anchieta, 20		02.03.1943		
145 Edificação	Cachoeira	Sobrado à Praça da Aclamação, 4		18.03.1941		
146 Edificação	Salvador	Sobrado à Praça Quinze de Novembro, 17		16.09.1943		
147 Edificação	Cachoeira	Sobrado à Rua Ana Nery, 1	27.06.1941			
148 Edificação	Cachoeira	Sobrado à Rua Ana Nery, 2	23.03.1943	23.03.1943		
149 Edificação	Cachoeira	Sobrado à Rua Ana Nery, 25	16.09.1943			
150 Edificação	Salvador	Sobrado à Rua Conselheiro Junqueira, 55	05.08.1941			
151 Edificação	Salvador	Sobrado à Rua Inácio Acioly, 6		23.03.1943		
152 Edificação	Cachoeira	Sobrado à rua Treze de Maio, 13	25.03.1943			
153 Edificação	Nazaré	Sobrado à Travessa da Capela, 2		11.04.1962		
154 Edificação	Salvador	Sobrado azulejado à Praça Cairú		30.07.1969		
155 Edificação	Salvador	Solar Amado Bahia	29.01.1981	29.01.1981		
156 Edificação	Salvador	Solar do Barão do Rio Real	20.04.1938			
157 Edificação	Salvador	Solar do Berquó	11.06.1938			
158 Edificação	Santo Amaro	Solar do Conde de Subaé	30.01.1979	30.01.1979		
159 Edificação	Salvador	Solar do Conde dos Arcos	25.06.1938			
160 Edificação	Salvador	Solar do Gravata	24.05.1974			
161 Edificação	Salvador	Solar do Unhão e Capela Nossa Senhora da Conceição	16.09.1943	16.09.1943		
162 Edificação	Salvador	Solar Ferrão	27.06.1938			
163 Terreiro	Salvador	Terreiro do Axé Opô Afonjá		28.07.2000	28.07.2000	
164 Terreiro	Salvador	Terreiro da Casa Branca		14.08.1986	14.08.1986	
165 Terreiro	Salvador	Terreiro de Candomblé do Bate-Folha		03.02.2005	03.02.2005	
166 Terreiro	Salvador	Terreiro de Candomblé Ilê Iyá Omim Axé Iyamássé, rua Alto dos Gantois nº 23, Federação.			02.02.2005	
167 Terreiro	Salvador	Terreiro do Alaketu, Ilê Maroiá Lájí		30.09.2008	30.09.2008	
168 Equip.urb.e infra-estr.	Cachoeira	Chafariz da Praça Dr. Milton	09.08.1939			
169 Equip.urb.e infra-estr.	Salvador	Parque e Fonte do Queimado		14.02.1997		
170 Equip.urb.e infra-estr.	Salvador	Salvador; BA: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico			14.07.1959	
171 Paisagem natural	Palmeiras	Morro do Pai Inácio: conjunto paisagístico e rio Mucugêzinho			05.05.2000	

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BEL. ARTES	HISTÓR.	ARQUEOL.	ART. APLIC.
172 Paisagem natural	Ituaçu	Gruta de Mangabeira			27.07.1962	
173 Paisagem natural	S. Cruz Cabralia	Conjunto paisagístico			29.01.1981	
174 Paisagem natural	Porto Seguro	Conjunto arquitetônico e paisagístico		01.03.1974	01.03.1974	
175 Paisagem natural	Monte Santo	Serra do Monte Santo: conjunto arquitetônico, urbanístico, natural e paisagístico			21.06.1983	
176 Ruína	Mata de São João	Casa da Torre de Garcia d'Ávila e Capela de N. Senhora da Conceição	30.04.1938			

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	DESCRIÇÃO
ENGENHO EMBIARA: SOBRADO	A casa e a fazenda eram denominadas "Morgado Real do Embiara". A primitiva Capela data de 1637, porém o atual sobrado, construído por Bernardino José Aragão, só foi edificado em 1806.
ENGENHO FREGUESIA: SOBRADO, FÁBRICA DE AÇÚCAR E CAPELA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE	A Sesmaria, onde mais tarde surgiria o Engenho Freguesia, foi doada em 1560 a Sebastião Álvares. Nesta época, o engenho possuía grandes edifícios. Em 1624 foi incendiado pelos holandeses. A feição que a casa possui hoje é resultado das obras que aconteceram em 1760. Em 1900 o engenho deixa de moer e é desapropriado, em 1968, pelo Governo Estadual para a instalação do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, aberto ao público em 1971.
ENGENHO LAGOA: SOBRADO E CAPELA	O conjunto de sobrado e capela implanta-se sobre uma elevação de onde se dominam extensas pastagens, anteriormente ocupadas por canaviais. A capela se situa à esquerda da casa, muito próxima da mesma. A construção deste conjunto, um dos mais requintados do Recôncavo Baiano, deve datar do final do século XVIII, ainda que não se saiba com precisão, o que é indicado pela simetria de sua composição. O sobrado desenvolve-se em dois níveis: o primeiro formado pelo saguão e dependências e o segundo por salões, quartos, cozinhas etc. Devido à topografia, o segundo piso se apóia sobre arcaria, na frente e, no fundo, sobre o terreno. A monumentalidade caracteriza-o volumetricamente
ENGENHO MATOIM: SOBRADO E FÁBRICA DE AÇÚCAR	Em 1584, a propriedade de Jorge Antunes era composta de um engenho, casa-grande e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Foi destruído pelos holandeses e reconstruído pela família Rocha Pita no séc. XVIII. Em 1973, o local foi desapropriado pelo Estado da Bahia e passou a integrar o Centro Industrial de Aratú.
ENGENHO SÃO MIGUEL E ALMAS: CASA E CAPELA	O engenho integrava o morgado instituído por José Pires de Carvalho, tendo suas terras demarcadas pelo Conselho Ultramarino em 1797. Em 1820, documentos registram a propriedade do Engenho de São Miguel com galeria de casa de moradia, fábrica e capela de pedra e cal. A propriedade continua em poder dos descendentes de seus primeiros proprietários. Pouco pode-se identificar no monumento devido ao seu avançado estado de arruinamento. Restam apenas a caixa de muros do sobrado e uma das sineiras da capela.
ENGENHO VITÓRIA: SOBRADO, CAPELA, CRUCIFIXO, SENZALA E BANHEIRO	Em 1812 inicia-se a construção do engenho, pelo Com. Pedro Bandeira, abastado negociante e senhor de engenhos da região e um dos introdutores da navegação a vapor na Bahia. O edifício é um dos mais representativos exemplos da casa rural assobradada. O sobrado é desenvolvido em três níveis, segundo planta em "T", originalmente ligado à fábrica.



CEARÁ

21 BENS

PATR.INDUSTRIAL: 0

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	0
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	4
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	13
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	1
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	1
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	1
BENS IMÓVEIS - Ruínas	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	1
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	21

	CLASSIFICAÇÃO	MUNICIPIO	NOME ATRIBUIDO	BELAS ARTES	HISTORICO	ARQUEOLOG.	ART.APLIC.
1	Conjunto urbano	Aracati	Aracati, CE: conjunto arquitetônico e paisagístico		31.10.2001	31.10.2001	
2	Conjunto urbano	Viçosa	Viçosa, CE: conjunto Histórico e Arquitetônico			04.02.2005	
3	Conjunto urbano	Icó	Icó, CE: conjunto arquitetônico e urbanístico		03.12.1998	03.12.1998	
4	Conjunto urbano	Sobral	Sobral, CE: conjunto arquitetônico e urbanístico		23.06.2000	23.06.2000	
5	Edificação	Viçosa	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, inclusive a pintura do forro.	08.07.2004	08.07.2004		
6	Edificação	Fortaleza	Assembléia Provincial	28.02.1973	28.02.1973		
7	Edificação	Aracati	Casa de Câmara e Cadeia	08.04.1980	08.04.1980		
8	Edificação	Caucaia	Casa de Câmara e Cadeia		30.05.1973		
9	Edificação	Icó	Casa de Câmara e Cadeia		17.11.1975		
10	Edificação	Quixeramobim	Casa de Câmara e Cadeia	09.02.1972			
11	Edificação	Fortaleza	Casa natal de José de Alencar		10.08.1964		
12	Edificação	Fortaleza	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas: prédio	19.05.1983			
13	Edificação	Acarau	Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala	18.04.1980	18.04.1980		
14	Edificação	Aracati	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário		24.01.1957		
15	Edificação	Iguatu	Igreja Matriz de Santana: fachadas	13.03.1974			
16	Edificação	Aquiraz	Mercado de Carne	20.02.1984			
17	Edificação	Fortaleza	Teatro José de Alencar	10.08.1964			
18	Equip.urbe e infra-estrutura	Quixadá	Açude do Cedro	19.07.1984		19.07.1984	
19	Jardins hist. e parques	Fortaleza	Passeio Público			13.04.1965	
20	Paisagem natural	Quixadá	Conjunto Paisagístico dos Serrotes, constituído por formações geomorfológicas em monólito			30.09.2008	
21	Coleções e acervos	Fortaleza	Col. arqueol. do Museu da Escola Normal Justiniano de Serra			27.01.1941	



ESPÍRITO SANTO

14 BENS

PATR.INDUSTRIAL: 0

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	2
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	0
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	12
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	14

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
1	Objetos e bens integrados	Viana	Imagens de Nossa Senhora da Conceição, 02 objetos e alfaías	20.03.1950		
2	Objetos e bens integrados	Vila Velha	Imagem de Nossa Senhora da Penha	20.03.1950		
3	Edificação	Vitória	Casa à rua José Marcelino, 197		05.10.1967	
4	Edificação	Vitória	Casa à Rua José Marcelino, 203-205		13.11.1967	
5	Edificação	Vitória	Casa e Chácara do Barão de Monjardim	25.10.1940		
6	Edificação	Vila Velha	Convento e Igreja de Nossa Senhora da Penha	21.09.1943	21.09.1943	
7	Edificação	Viana	Igreja de Nossa Senhora da Ajuda	20.03.1950		
8	Edificação	Guarapari	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	16.09.1970		
9	Edificação	Vila Velha	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	20.03.1950		
10	Edificação	Vitória	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	24.07.1946		
11	Edificação	Vitória	Igreja de Santa Luzia	01.08.1946		
12	Edificação	Vitória	Igreja de São Gonçalo	06.11.1948	08.11.1948	
13	Edificação	Serra	Igreja dos Reis Magos e residência	21.09.1943	21.09.1943	
14	Edificação	Anchieta	Igreja Nossa Senhora da Assunção e residência	21.09.1943		



GOIÁS

22 BENS

PATR.INDUSTRIAL: 0

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	1
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	6
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	15
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	22

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
1	Objetos e bens integrados	Goiás	Imagem de Nossa Senhora do Rosário	13.04.1950		
2	Conjunto urbano	Goiás	Goiás, GO: conjunto arquitetônico e urbanístico	18.09.1978	18.09.1978	18.09.1978
3	Conjunto urbano	Goiás	Largo do Chafariz: conjunto arquitetônico e urbanístico	03.05.1951		18.09.1978
4	Conjunto urbano	Pilar de Goiás	Pilar de Goiás, GO: conjunto arquitetônico e paisagístico	20.03.1954	20.03.1954	
5	Conjunto urbano	Pirenópolis	Pirenópolis, GO: conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico		10.01.1990	10.01.1990
6	Conjunto urbano	Goiás	Rua da Fundição: conjunto arquitetônico e urbanístico	03.05.1951		18.09.1978
7	Conjunto urbano	Goiânia	Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia,	03.02.2005	03.02.2005	03.02.2005
8	Edificação	Goiás	Capela de São João Batista	05.11.1953		
9	Edificação	Pilar de Goiás	Casa da Princesa	20.03.1954		
10	Edificação	Goiás	Casa de Câmara e Cadeia	03.05.1951		
11	Edificação	Bela Vista de Goiás	Casa do Senador Canedo	23.04.1986	23.04.1986	
12	Edificação	Pirenópolis	Fazenda da Babilônia: casa e dependências	26.04.1965		
13	Edificação	Goiás	Igreja de Nossa Senhora da Abadia	13.04.1950		
14	Edificação	Goiás	Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte	13.04.1950		
15	Edificação	Goiás	Igreja de Nossa Senhora do Carmo	13.04.1950		
16	Edificação	Jaraguá	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	26.01.1960		
17	Edificação	Niquelândia	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e ruínas da Igreja de São José do Tocantins	19.01.1955		
18	Edificação	Goiás	Igreja de Santa Bárbara	13.04.1950		
19	Edificação	Goiás	Igreja de São Francisco de Paula	13.04.1950		
20	Edificação	Pirenópolis	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário		03.07.1941	
21	Edificação	Goiás	Palácio Conde dos Arcos	03.05.1951	03.05.1951	
22	Edificação	Goiás	Quartel do Batalhão de Infantaria, 20		31.07.1950	



MARANHÃO

20 BENS

PATR.INDUSTRIAL: 03

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	1
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	6
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	10
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	2
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	1
TOTAL	20

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
1	Objetos e bens integr.	São Luís	Retábulo da Igreja Nossa Senhora da Vitória	23.08.1954		
2	Conjunto urbano	São Luís	Largo do Desterro: conjunto arquitetônico e urbanístico	23.12.1955		
3	Conjunto urbano	São Luís	Praça Benedito Leite: conjunto arquitetônico e paisagístico	23.12.1955		
4	Conjunto urbano	São Luís	Praça Gonçalves Dias: conjunto arquitetônico e paisagístico	23.12.1955		
5	Conjunto urbano	São Luís	Praça João Francisco Lisboa: conjunto arquitetônico e paisagístico	23.12.1955		
6	Conjunto urbano	São Luís	São Luís, MA: conjunto arquitetônico e paisagístico	13.03.1974		13.03.1974
7	Conjunto urbano	Alcântara	Alcântara, MA: conjunto arquitetônico e urbanístico	10.10.1974	29.12.1948	10.10.1974
8	Edificação	São Luís	Capela de São José da Quinta das Laranjeiras	16.04.1940		
9	Edificação	São Luís	Casa à Rua Colares Moreira, 84		09.11.1962	
10	Edificação	São Luís	Casas à Avenida Pedro II, 199 e 205	17.08.1961		
11	Edificação	Pindaré-Mirim	Engenho Central São Pedro: casa		03.12.1998	
12	Edificação	São Luís	Fábrica Santa Amélia: prédio		01.07.1987	
13	Edificação	São Luís	Fonte das Pedras	12.07.1963		
14	Edificação	São Luís	Fonte do Ribeirão	14.07.1950		
15	Edificação	São Luís	Palacete Gentil Braga	01.11.1978		
16	Edificação	São Luís	Portão da Quinta das Laranjeiras	16.04.1940		
17	Terreiro	São Luís	Terreiro Casa das Minas Jeje, sit. na Rua de São Pantaleão nº 857 e 857A		02.02.2005	02.02.2005
18	Ruína	São Luís	Fortaleza de Santo Antônio: remanescentes		06.08.1975	
19	Ruína	São Luís	Sítio do Físico: ruínas		29.01.1981	29.01.1981
20	Sítio arqueológico	São Luís	Sambaqui do Pindai			19.01.1940

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	DESCRIÇÃO
ENGENHO CENTRAL SÃO PEDRO: CASA	O Engenho Central da Pindaré-Mirim, ou Companhia Progresso Agrícola, foi criado pelo Decreto-Lei nº 7.811, de 31/08/1880. Todo o maquinário e aparelhagem necessários à sua instalação foram importados da Inglaterra e executados pelo técnico Robert Collond, da firma inglesa Fawcett Preston & Cia. Nessa época foram fixados os trilhos da primeira ferrovia do Estado. Em 1888, ainda por iniciativa da mesma empresa, é instalado em Pindaré o sistema de iluminação elétrica, conferindo ao município um pioneirismo no gênero em todo o Brasil (somente em 1892 é que a cidade fluminense de Campos foi dotada de energia elétrica). O Engenho Central possuía 500 carros de boi, 35 carroças, cerca de 50 casas de madeira, três léguas de terra apta à lavoura e 10 km de via férrea. Hoje, este secular monumento, com sua tradicional chaminé, seus paredões em alvenaria, seu teto laminado sobre custosa estrutura de ferro, é um dos últimos representantes do sistema de engenhos centrais instalados no Brasil durante o Império.
FÁBRICA SANTA AMÉLIA: PRÉDIO	O prédio onde funcionou a Fábrica Santa Amélia abrigou, primeiramente, a fábrica da Companhia de Lanifícios Maranhense, instalada em 1892. Com a falência desta, a fábrica e o maquinário foram arrematados em leilão, por Cândido José Ribeiro, em 1902 e, somado à Fábrica São Luís, passou a constituir o "Cotonifício Candido Ribeiro". A fábrica funcionou por 64 anos, sendo fechada em 1966, tendo grande importância no processo de industrialização do Maranhão, iniciado em meados do século XIX, produzindo inclusive para exportação.
SÍTIO DO FÍSICO: RUÍNAS	Sua importância está relacionada ao fato do local ter abrigado a primeira indústria da região, com o beneficiamento do couro, arroz e ainda a fabricação de cera e cal. Além disso, após a morte do físico em 1817, passou a fabricar fogos de artifícios. Faziam parte do conjunto, além da residência do físico, curtume, fornos, conjunto de tanques, poços, armazéns, cais, laboratório, rampas, telheiros e canalizações com caixa de distribuição para os tanques.



MINAS GERAIS

204 BENS

PATR.INDUSTRIAL: 03

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	7
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	3
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	13
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	162
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	16
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	1
BENS IMÓVEIS - Ruínas	1
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	1
TOTAL	204

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
1	Objetos e bens integrados	Abre Campo	Imagem de São Francisco de Paula / Aleijadinho	06.10.1971		
2	Objetos e bens integrados	Belo Horizonte	Lavatório da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem	01.07.1960		
3	Objetos e bens integrados	Belo Horizonte	Presépio de Pipiripau		19.07.1984	
4	Objetos e bens integrados	Conceição do Mato Dentro	Obras de talha do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos	03.10.1962		
5	Objetos e bens integrados	Nova Lima	Obras de talha da Capela da Fazenda da Jaguará: retábulos e púlpitos	19.06.1950	19.06.1950	
6	Objetos e bens integrados	Ouro Preto	Imagem de Santana / Aleijadinho	14.10.1987		
7	Objetos e bens integrados	Ouro Preto	Oratório da Rua Barão de Ouro Branco	08.09.1939		
8	Coleções e acervos	Congonhas	Coleção de ex-votos do Santuário de Bom Jesus de Matozinhos	29.01.1981	29.01.1981	
9	Coleções e acervos	Ibiá	Quilombo Ambrósio: documentação		11.07.2002	
10	Coleções e acervos	Juiz de Fora	Coleções do Museu Mariano Procópio	16.02.1939	16.02.1939	
11	Conjunto urbano	Cataguases	Cataguases: conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico	17.02.2003	17.02.2003	17.02.2003
12	Conjunto urbano	Congonhas	Congonhas: conjunto arquitetônico e urbanístico			17.03.1941
13	Conjunto urbano	Diamantina	Diamantina: conjunto arquitetônico e urbanístico	16.05.1938		
14	Conjunto urbano	Mariana	Mariana: conjunto arquitetônico e urbanístico	14.05.1938		
15	Conjunto urbano	Ouro Preto	Ouro Preto: conjunto arquitetônico e urbanístico	20.04.1938	15.09.1986	15.09.1986
16	Conjunto urbano	Belo Horizonte	Pampulha: conjunto arquitetônico e paisagístico	15.12.1997	15.12.1997	15.12.1997
17	Conjunto urbano	Nova Era	Praça da Matriz: conjunto arquitetônico e Museu Municipal de Arte e História: prédio	17.12.1973		17.12.1973
18	Conjunto urbano	São João del Rei	São João del Rei: conjunto arquitetônico e urbanístico	04.03.1938		
19	Conjunto urbano	Serro	Serro: conjunto arquitetônico e urbanístico	08.04.1938		
20	Conjunto urbano	Itaverava	Sobrado do Padre Taborda e casario	24.03.1993		
21	Conjunto urbano	Tiradentes	Tiradentes: conjunto arquitetônico e urbanístico	20.04.1938		
22	Conjunto urbano	Caeté	Santuário de Nossa Senhora da Piedade: conjunto arquitetônico e paisagístico		26.09.1956	26.09.1956
23	Conjuntos urbanos	Piranga	Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos: conjunto arquitetônico e paisagístico	31.10.1996	31.10.1996	31.10.1996

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
24	Edificação	Juiz de Fora	Marco Comemorativo do Centenário de Juiz de Fora	12.11.2001		
25	Edificação	São João Del Rei e Tiradentes	Complexo ferroviário de São João del Rei	03.08.1989	03.08.1989	
26	Edificação	Tiradentes	Capela da Santíssima Trindade	27.01.1964		
27	Edificação	Barbacena	Capela de Nossa Senhora da Boa Morte	13.06.1988	13.06.1988	
28	Edificação	Ouro Preto	Capela de Nossa Senhora da Piedade	08.09.1939		
29	Edificação	Ouro Preto	Capela de Nossa Senhora das Dores	08.09.1939		
30	Edificação	Tiradentes	Capela de Nossa Senhora das Mercês	27.01.1964		
31	Edificação	Barão de Cocais	Capela de Nossa Senhora do Rosário	08.09.1939		
32	Edificação	Mariana	Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Arquiconfraria de São Francisco	08.09.1939		
33	Edificação	Barão de Cocais	Capela de Santana	08.09.1939		
34	Edificação	Mariana	Capela de Santana	08.09.1939		
35	Edificação	Ouro Preto	Capela de Santana	06.12.1949		
36	Edificação	Sabará	Capela de Santo Antônio	08.09.1958		
37	Edificação	Tiradentes	Capela de São Francisco de Paula	27.01.1964		
38	Edificação	Ouro Preto	Capela de São João	08.09.1939		
39	Edificação	Tiradentes	Capela de São João Evangelista	27.01.1964		
40	Edificação	Ouro Preto	Capela de São José	08.09.1939		
41	Edificação	Ouro Preto	Capela de São Sebastião	08.09.1939		
42	Edificação	Tiradentes	Capela do Bom Jesus	27.01.1964		
43	Edificação	Ouro Preto	Capela do Bom Jesus das Flores	08.09.1939		
44	Edificação	Ouro Preto	Capela do Padre Faria	08.09.1939		
45	Edificação	Ouro Preto	Capela do Senhor do Bonfim	08.09.1939		
46	Edificação	Santa Luzia	Casa à Praça da Matriz		08.05.1950	
47	Edificação	Conceição do Mato Dentro	Casa à Praça Dom Joaquim	19.11.1948		
48	Edificação	Diamantina	Casa à Praça Juscelino Kubitschek	09.01.1950		
49	Edificação	Sete Lagoas	Casa à Praça Santo Antônio, 94		14.08.1968	
50	Edificação	Diamantina	Casa à rua Francisco Sá, 50	28.06.1950		
51	Edificação	Caeté	Casa à Rua Israel Pinheiro, 32	28.06.1950		
52	Edificação	Sabará	Casa Azul		10.03.1965	
53	Edificação	Sabará	Casa Borba Gato	17.06.1938		
54	Edificação	Mariana	Casa Capitular	06.12.1949		
55	Edificação	Diamantina	Casa com forro pintado	02.09.1959		
56	Edificação	Tiradentes	Casa com forro pintado	25.04.1954		
57	Edificação	Mariana	Casa com Rótulas	02.12.1950		
58	Edificação	Diamantina	Casa da Chica da Silva	04.04.1950		
59	Edificação	Belo Horizonte	Casa da Fazenda do Leão		29.03.1951	

	CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
60	Edificação	Sabará	Casa da Intendência	28.06.1950	28.06.1950		
61	Edificação	Mariana	Casa de Câmara e Cadeia	19.12.1949			
62	Edificação	Ouro Preto	Casa de Câmara e Cadeia	29.11.1954	29.11.1954		
63	Edificação	Pitangui	Casa de Câmara e Cadeia	04.08.1959			
64	Edificação	Lassance	Casa de Saúde Carlos Chagas		30.09.1985		
65	Edificação	Mariana	Casa do Barão de Pontal		06.07.1962		
66	Edificação	Tiradentes	Casa do Inconfidente Padre Toledo	04.08.1952	04.08.1952		
67	Edificação	Resende Costa	Casa do Inconfidente Resende Costa		23.05.1950		
68	Edificação	Pitangui	Casa do Padre Belquior		18.04.1980		
69	Edificação	Diamantina	Casa do Padre Rolim		28.06.1950		
70	Edificação	Ouro Preto	Casa dos Contos	09.01.1950	09.01.1950		
71	Edificação	Serro	Casa dos Ottoni		28.04.1950		
72	Edificação	Santa Bárbara	Casa no Largo do Rosário	29.11.1954			
73	Edificação	Ouro Preto	Casa Setecentista		10.07.1963		
74	Edificação	Catas Altas	Colégio do Caraça: conjunto arquitetônico e paisagístico		27.01.1955	27.01.1955	
75	Edificação	Itabira	Ermida de Nossa Senhora do Rosário	23.12.1949			
76	Edificação	Lassance	Estação Ferroviária		30.09.1985		
77	Edificação	Ouro Preto	Fábrica de Ferro Patriótica: ruínas		30.06.1938		
78	Edificação	Belo Vale	Fazenda da Boa Esperança: casa	27.08.1959			
79	Edificação	Antônio Carlos	Fazenda da Borda do Campo: sede, capela e sobradinho	13.06.1988	13.06.1988		
80	Edificação	Matias Barbosa	Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo: capela		20.11.1969		
81	Edificação	Ritópolis	Fazenda do Pombal: remanescentes		21.09.1971		
82	Edificação	Barbacena	Fazenda do Registro Velho: sede		10.07.2002		
83	Edificação	Bom Jesus do Amparo	Fazenda do Rio São João: casa	18.09.1973			
84	Edificação	Mariana	Fonte da Samaritana	19.12.1949			
85	Edificação	Sabará	Hospício da Terra Santa e Capela de Nossa Senhora do Pilar	09.05.1950			
86	Edificação	Mariana	Igreja da Sé	08.09.1939			
87	Edificação	Raposos	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	13.06.1938			
88	Edificação	Mariana	Igreja de Nossa Senhora da Glória	21.05.1954			
89	Edificação	Prados	Igreja de Nossa Senhora da Penha	27.07.1949			
90	Edificação	Diamantina	Igreja de Nossa Senhora das Mercês	06.12.1949			
91	Edificação	Mariana	Igreja de Nossa Senhora das Mercês	05.08.1938			
92	Edificação	Sabará	Igreja de Nossa Senhora das Mercês	13.06.1938			
93	Edificação	Ouro Preto	Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões	08.09.1939			
94	Edificação	Diamantina	Igreja de Nossa Senhora do Amparo	06.12.1949			
95	Edificação	Diamantina	Igreja de Nossa Senhora do Carmo	19.04.1940			
96	Edificação	Mariana	Igreja de Nossa Senhora do Carmo	08.09.1939			

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
97	Edificação	Ouro Preto	Igreja de Nossa Senhora do Carmo	20.04.1938		
98	Edificação	Sabará	Igreja de Nossa Senhora do Carmo	13.06.1938		
99	Edificação	Serro	Igreja de Nossa Senhora do Carmo		24.11.1949	
100	Edificação	Sabará	Igreja de Nossa Senhora do Ó	13.06.1938		
101	Edificação	Berilo	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	13.03.1974		
102	Edificação	Caeté	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	09.05.1950		
103	Edificação	Conceição do Mato Dentro	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	19.11.1948	16.11.1948	
104	Edificação	Diamantina	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	06.12.1949		
105	Edificação	Itabirito	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	11.03.1955		
106	Edificação	Mariana	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	05.11.1945	05.11.1945	
107	Edificação	Ouro Preto	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	08.09.1939		
108	Edificação	Paracatu	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	13.02.1962		
109	Edificação	Sabará	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	13.06.1938		
110	Edificação	Tiradentes	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	06.12.1949		
111	Edificação	Mariana	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	08.09.1939		
112	Edificação	Ouro Preto	Igreja de Santa Efigênia	08.09.1939		
113	Edificação	Uberaba	Igreja de Santa Rita	22.12.1939		
114	Edificação	Diamantina	Igreja de Santana	16.11.1952	16.11.1952	
115	Edificação	Sabará	Igreja de Santana	09.05.1950		
116	Edificação	Santa Bárbara	Igreja de Santo Amaro	30.08.1941		
117	Edificação	Belo Horizonte	Igreja de São Francisco de Assis	01.12.1947		
118	Edificação	Diamantina	Igreja de São Francisco de Assis	06.12.1949		
119	Edificação	Mariana	Igreja de São Francisco de Assis	08.07.1938		
120	Edificação	Ouro Preto	Igreja de São Francisco de Assis	04.06.1938		
121	Edificação	Sabará	Igreja de São Francisco de Assis	13.06.1938		
122	Edificação	São João Del Rei	Igreja de São Francisco de Assis	15.07.1938	15.07.1938	
123	Edificação	Ouro Preto	Igreja de São Francisco de Paula	08.09.1939		
124	Edificação	Minas Novas	Igreja de São José		27.04.1967	
125	Edificação	Alvorada de Minas	Igreja de São José de Itapanhoacanga	28.09.1971		
126	Edificação	Itabirito	Igreja de São Vicente	16.01.1953		
127	Edificação	Serro	Igreja do Bom Jesus de Matozinhos	14.01.1944	14.01.1944	
128	Edificação	Ouro Preto	Igreja do Bom Jesus do Matozinhos	08.09.1939		
129	Edificação	Diamantina	Igreja do Senhor do Bonfim	06.12.1949		
130	Edificação	Mariana	Igreja Matriz de Bom Jesus do Monte	06.12.1949		
131	Edificação	Berilo	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	13.03.1974		
132	Edificação	Catas Altas	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	08.09.1939		
133	Edificação	Conceição do Mato Dentro	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	19.11.1948	16.11.1948	

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
134 Edificação	Congonhas	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	21.07.1950			
135 Edificação	Manga	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição		19.02.1954		
136 Edificação	Mariana	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	06.12.1949			
137 Edificação	Prados	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	06.12.1996	06.12.1996		
138 Edificação	Sabará	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	13.06.1938			
139 Edificação	Serro	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	22.07.1941			
140 Edificação	Ouro Preto	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias	08.09.1939			
141 Edificação	Barbacena	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade	13.06.1988	13.06.1988		
142 Edificação	Caeté	Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré	09.05.1950			
143 Edificação	Mariana	Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré	05.11.1945	05.11.1945		
144 Edificação	Ouro Preto	Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré	29.11.1949			
145 Edificação	Caeté	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bonsucesso	13.06.1938			
146 Edificação	Ouro Preto	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar	08.09.1939			
147 Edificação	São João Del Rei	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar	29.11.1949			
148 Edificação	Lavras	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	02.09.1948			
149 Edificação	Itaverava	Igreja Matriz de Santo Antônio	19.07.1984			
150 Edificação	Ouro Branco	Igreja Matriz de Santo Antônio	03.10.1983			
151 Edificação	Ouro Branco	Igreja Matriz de Santo Antônio	29.11.1949			
152 Edificação	Paracatu	Igreja Matriz de Santo Antônio	13.02.1962			
153 Edificação	Santa Bárbara	Igreja Matriz de Santo Antônio	13.06.1938			
154 Edificação	Tiradentes	Igreja Matriz de Santo Antônio	29.11.1949			
155 Edificação	Ouro Preto	Igreja Matriz de Santo Antônio em Glaura	24.10.1962			
156 Edificação	Ouro Preto	Igreja Matriz de São Bartolomeu	04.03.1960			
157 Edificação	Mariana	Igreja Matriz de São Caetano	25.05.1953			
158 Edificação	Barão de Cocais	Igreja Matriz de São João Batista	08.09.1939			
159 Edificação	Nova Era	Igreja Matriz de São José	17.03.1953			
160 Edificação	Ouro Preto	Igreja Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia	08.09.1939			
161 Edificação	São João del Rei	Igreja Nossa Senhora do Carmo	26.07.1938	26.07.1938		
162 Edificação	Diamantina	Mercado de Diamantina	31.07.1950			
163 Edificação	Sabará	Paço Municipal	07.02.1950			
164 Edificação	Ouro Preto	Palácio dos Governadores		13.03.1950		
165 Edificação	Ouro Preto	Passo à Praça Tiradentes	08.09.1939			
166 Edificação	Mariana	Passo da Ladeira do Rosário	06.12.1949			
167 Edificação	Mariana	Passo da Ponte da Areia	06.12.1949			
168 Edificação	Ouro Preto	Passo da Ponte Seca	08.09.1939			
169 Edificação	Ouro Preto	Passo da Rua do Rosário	08.09.1939			
170 Edificação	Sabará	Passo da Rua Marquês de Sapucaí	09.05.1950			
171 Edificação	Ouro Preto	Passo da Rua São José	08.09.1939			

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
172 Edificação	Ouro Preto	Passo de Antônio Dias	08.09.1939			
173 Edificação	Sabará	Passo do Carmo	09.05.1950			
174 Edificação	São João Del Rei	Passos das Ruas Duque de Caxias e Getúlio Vargas	06.12.1949			
175 Edificação	Santa Luzia	Recolhimento de Macaúbas: prédio	08.02.1963			
176 Edificação	Sabará	Rua Dom Pedro II: conjunto arquitetônico e urbanístico		27.01.1965	27.01.1965	
177 Edificação	Congonhas	Santuário de Bom Jesus de Matozinhos: conjunto arquitetônico, paisagístico e escultórico	08.09.1939			
178 Edificação	Mariana	Seminário Menor e Capela de Nossa Senhora da Boa Morte	06.12.1949			
179 Edificação	Santos Dumont	Sítio Cabangu: casa		02.05.1950		
180 Edificação	Minas Novas	Sobradão			25.09.1959	
181 Edificação	São João Del Rei	Sobrado à Rua Marechal Deodoro, 12	01.08.1946	01.08.1946		
182 Edificação	Barbacena	Sobrado dos Andradas	13.06.1988	13.06.1988		
183 Edificação	Juiz de Fora	Teatro Central		13.06.1994		
184 Edificação	Sabará	Teatro Municipal		02.01.1963		
185 Edificação	Lagoa Santa	Túmulos do Dr. Peter Wilhen Lund, Peter Andreas Brandt, Wilhelm Behrens, Johann Rudolph Müller e cemitério		09.05.1960		
186 Equip.urb.e infra-estrut.	Ouro Preto	Chafariz da Glória	19.06.1950			
187 Equip.urb.e infra-estrut.	Conceição do Mato Dentro	Chafariz da Praça Dom Joaquim	09.03.1960			
188 Equip.urb.e infra-estrut.	Ouro Preto	Chafariz de Manília	19.06.1950			
189 Equip.urb.e infra-estrut.	Tiradentes	Chafariz de São José	03.12.1949			
190 Equip.urb.e infra-estrut.	Ouro Preto	Chafariz do Alto da Cruz	19.06.1950			
191 Equip.urb.e infra-estrut.	Ouro Preto	Chafariz do Alto das Cabeças	19.06.1950			
192 Equip.urb.e infra-estrut.	Sabará	Chafariz do Caquende	07.02.1950			
193 Equip.urb.e infra-estrut.	Ouro Preto	Chafariz do Passo de Antônio Dias	19.06.1950			
194 Equip.urb.e infra-estrut.	Sabará	Chafariz do Rosário	07.02.1950			
195 Equip.urb.e infra-estrut.	Ouro Preto	Chafariz dos Contos	19.06.1950			
196 Equip.urb.e infra-estrut.	Ouro Preto	Ponte da Barra	19.06.1950			
197 Equip.urb.e infra-estrut.	Ouro Preto	Ponte de Antônio Dias	19.06.1950			
198 Equip.urb.e infra-estrut.	Ouro Preto	Ponte do Pilar	19.06.1950			
199 Equip.urb.e infra-estrut.	Ouro Preto	Ponte do Rosário	19.06.1950			
200 Equip.urb.e infra-estrut.	Ouro Preto	Ponte dos Contos	19.06.1950			
201 Equip.urb.e infra-estrut.	Ouro Preto	Ponte Seca	19.06.1950			
202 Paisagem natural	Belo Horizonte	Serra do Curral: conjunto paisagístico			21.09.1960	
203 Ruína	Ibiá	Quilombo do Ambrósio: remanescentes		11.07.2002		
204 Sítios Arqueológicos	Matozinhos	Lapa da Cerca Grande			27.06.1962	

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	DESCRIÇÃO
CATAGUASES: CONJUNTO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	Conjunto histórico que inclui Conjunto de Prédios das Residências Operárias, à Rua Francisca Peixoto, projeto do Arquiteto Francisco Bologna, de Propriedade da Companhia Industrial de Cataguases; Prédio da Fábrica Fiação e Tecelagem Cataguases/M. Ignácio Peixoto & Filhos, à Praça Manoel Ignácio Peixoto s/nº de Propriedade das Indústrias Irmãos Peixoto.
COMPLEXO FERROVIÁRIO DE SÃO JOÃO DEL REI	O complexo ferroviário de São João del Rei fazia parte da antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas, criada através da concessão provincial de 1872, com o nome "Estrada de Ferro d' Oeste". Seu percurso iniciava na cidade de Sítios, atual Antônio Carlos, que estava ligada com a Estrada de Ferro D. Pedro II (depois Central do Brasil), partindo daí para São João del Rei. O complexo ferroviário inclui, além do trecho ferroviário São João del Rei, com uma extensão de 12 Km, em bitola estreita (0,76 mm) e ainda em funcionamento como linha turística, as seguintes edificações: 1- O prédio da Estação de São João Del Rei, apresentando plataforma com cobertura estrutural de ferro. 2- O prédio da Estação de Tiradentes, caracterizado pelas linhas simples, sem muito detalhamento, com cobertura em telha francesa e plataforma arrematada por lambrequins de madeira. 3- O Museu Ferroviário, antigo armazém de carga da ferrovia, anexo à estação de São João Del Rei, inaugurado por ocasião do centenário da Estrada de Ferro Oeste de Minas, em 1981, encontrando-se entre suas relíquias a locomotiva número 1. 4- Rotunda de São João Del Rei, com edifício e telhado em forma diagonal, vãos em arco pleno, paredes em alvenaria de tijolos, cuja recuperação realizada pela Rede Ferroviária, procurou manter os elementos construtivos originais, como o "girador de locomotivas", as linhas e valas de inspeção e alguns pedestais de pedra onde eram apoiadas as colunas de ferro para a sustentação do telhado. Nela acham-se guardados diversas locomotivas e vagões. 5- Oficinas de manutenção, cujo prédio foi inaugurado em 1822. Possui máquinas centenárias de fabricação inglesa, em perfeito estado de conservação, que ainda hoje continuam dando assistência na reparação das locomotivas e vagões. 6- O antigo almoxarifado e antigo armazém.
FÁBRICA DE FERRO PATRIÓTICA: RUÍNAS	A Fábrica de Ferro Patriótica foi fundada pelo Barão de Eschwege, tendo sido construída em terreno de propriedade do Barão de Paraopeba, que mais tarde viria a ser seu sócio. Os trabalhos de construção tiveram início em fins de 1811 e, a 12 de dezembro de 1812, deu-se a primeira corrida de ferro no Brasil, o que confere à Fábrica Patriótica de São Julião um papel fundamental na história da siderurgia no Brasil. O Barão de Eschwege, fundador da fábrica de ferro e um dos pioneiros da indústria em nosso país, era alemão de origem, engenheiro e naturalista, chegou ao Brasil por ocasião da viagem da Família Real, em 1808, sendo aqui nomeado Tenente-Coronel do Real Corpo de Engenheiros de Vila Rica, Intendente das Minas de Ouro e Curador do Real Gabinete de Mineralogia. Conforme o projeto da fábrica, foram instalados quatro fornos, duas forjas de ferro, um malho, bem como um engenho de socar, instalados num único edifício. O malho, com os respectivos cabos, bigornas e aspas, foi importado da Inglaterra pelo governo brasileiro e doado à fábrica, tendo sido o primeiro no Brasil que, movido a força hidráulica começou a forjar o primeiro ferro, produto dos fornos desta primeira fábrica. Alguns anos depois construiu-se, em nível inferior, um telheiro para o malho e as duas forjas. De acordo com o plano primitivo, o malho foi disposto entre as forjas, o que permitiu a instalação, no mesmo prédio, de quatro outros pequenos fornos de fundição, possibilitando o uso alternado dos fornos. A fábrica encerrou suas atividades provavelmente em 1822, após a partida de von Eschwege para a Europa, em razão de divergências entre os principais acionistas da empresa. O plano do barão era de antecipar a fabricação da grande usina do Morro do Pilar, assim como a de Ipanema e de ser, assim, a primeira fábrica de produzir ferro industrialmente no Brasil.



MATO GROSSO DO SUL

4 BENS
PATR.INDUSTRIAL: 00

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	0
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	1
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	2
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	1
BENS IMÓVEIS - Ruínas	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	4

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUIDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLOG.	ART.APLIC.
1 Conjunto urbano	Corumbá	Corumbá, MS: conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico	28.09.1993	28.09.1993	28.09.1993	
2 Edificação	Corumbá	Forte Coimbra: conjunto de edificações		31.10.1974	31.10.1974	
3 Edificação	Corumbá	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha da França e dos Bens Edificados que a envolvem			30.09.2008	
4 Paisagem natural	Bonito	Grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida			01.11.1978	



MATO GROSSO

5 BENS
PATR.INDUSTRIAL: 00

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	0
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	1
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	3
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	1
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	5

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUIDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLOG.	ART.APLIC.
1 Conjunto urbano	Cuiabá	Cuiabá, MT: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	24.03.1993	24.03.1993	24.03.1993	
2 Edificação	Cáceres	Marco do Jaurú	04.10.1978	04.10.1978		
3 Edificação	Chapada dos Guimarães	Igreja da Sé de Santana	18.01.1957			
4 Edificação	Cuiabá	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	04.12.1975	04.12.1975		
5 Ruína	Vila Bela da Santíssima Trindade	Vila Bela: ruínas		13.06.1988		



PARÁ

24 BENS

PATR.INDUSTRIAL: 01

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	0
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	5
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	18
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	1
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	1
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	25

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APPLIC.
1 Conjunto urbano	Belém	Avenida Governador José Malcher e Travessa Rui Barbosa: conjunto arquitetônico	28/03/1985			
2 Conjunto urbano	Belém	Avenida Nazareth: conjunto arquitetônico	28/03/1985			
3 Conjunto urbano	Belém	Praça Frei Caetano Brandão: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico			28/07/1964	
4 Conjunto urbano	Belém	Ver-o-Peso: conjunto arquitetônico e paisagístico	09/11/1977	09/11/1977	09/11/1977	
5 Conjunto urbano	Belém	Cemitério de Nossa Senhora da Soledade: conjunto paisagístico			23/01/1964	
6 Edificação	Belém	Convento e Igreja de Nossa Senhora das Mercês		03/01/1941		
7 Edificação	Belém	Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Capela da Ordem Terceira		03/01/1941		
8 Edificação	Gurupá	Forte de Santo Antônio		05/07/1963		
9 Edificação	Belém	Forte do Castelo		28/08/1962		
10 Edificação	Belém	Hospital Militar: prédio		17/12/1964		
11 Edificação	Vigia	Igreja da Madre de Deus	14/12/1954			
12 Edificação	Belém	Igreja da Sé		03/01/1941		
13 Edificação	Belém	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	23/05/1950	23/05/1950		
14 Edificação	Belém	Igreja de Santana	23/01/1962			
15 Edificação	Belém	Igreja de Santo Alexandre e antigo Colégio dos Jesuítas		03/01/1941		
16 Edificação	Belém	Igreja de São João Batista		03/01/1941		
17 Edificação	Belém	Palacete Azul	07/07/1942	07/07/1942		
18 Edificação	Belém	Palacete Pinho	14/08/1986	14/08/1986		
19 Edificação	Belém	Palácio do Governo	20/08/1974	20/08/1974		
20 Edificação	Belém	Palácio Velho	21/08/1944	21/08/1944		
21 Edificação	Belém	Solar do Barão de Guajará	23/05/1950	23/05/1950		
22 Edificação	Belém	Teatro da Paz		21/06/1963		
23 Edificação	Belém	Engenho do Murucutu: ruínas e Capela de Nossa Senhora da Conceição		08/10/1981		
24 Jardins hist. e parques	Belém	Parque Zoológico do Museu Paraense Emílio Goeldi		03/01/1994	03/01/1994	
25 Coleções e acervos	Belém	Col. arqueol. e etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi			30/05/1940	

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	DESCRIÇÃO
VER-O-PESO: CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	O Mercado do Ver-o-Peso, que ficou conhecido como Mercado de Ferro, começou a ser construído em 1899 segundo proposta dos engenheiros Bento Miranda e Raymundo Vianna. A estrutura, toda de ferro, foi trazida da Europa, a cobertura principal é em telha tipo "Marselha" e as torres art-nouveau possuem cobertura em escamas de zinco, sistema "Vieille-Montagne". O Mercado de Carne, é conhecido também como Mercado Municipal ou Mercado Bolonha. A edificação foi feita pelo engenheiro Francisco Bolonha, externamente é de alvenaria com pátio interno com imponente estrutura metálica. É composto de quatro corpos iguais e autônomos onde se localizam as lojas, separadas por duas vias que se cruzam. Dispõe de um pequeno pavilhão e um mirante circular.



PARAÍBA

22 BENS

PATR.INDUSTRIAL: 01

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS - E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	0
BENS MÓVEIS - E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	1
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	19
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	1
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	1
TOTAL	22

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
1 Conjunto urbano	Areia	Areia: Conjunto histórico, urbanístico e paisagístico		07/01/2008		
2 Edificação	Lucena	Capela de Nossa Senhora da Guia	16/05/1949			
3 Edificação	Santa Rita	Capela de Nossa Senhora das Batalhas	15/07/1938			
4 Edificação	Santa Rita	Capela de Nossa Senhora do Socorro	15/07/1938			
5 Edificação	João Pessoa	Capela do Engenho da Graça	30/04/1938			
6 Edificação	Santa Rita	Capela do Engenho Una	11/02/1955			
7 Edificação	João Pessoa	Casa à Praça do Erário		26/04/1971		
8 Edificação	João Pessoa	Casa da Pólvora: ruínas	24/05/1938	24/05/1938		
9 Edificação	Pilar	Casa de Câmara e Cadeia	31/07/1941	31/07/1941		
10 Edificação	João Pessoa	Convento e Igreja de Santo Antônio e Casa de Oração e claustro da Ordem Terceira de São Francisco	16/10/1952			
11 Edificação	João Pessoa	Fábrica de Vinho Tito Silva		02/08/1984		
12 Edificação	Sousa	Fazenda Acauã: casa, capela e sobrado		27/04/1967		
13 Edificação	João Pessoa	Fonte do Tambiá		26/09/1941		
14 Edificação	Cabedelo	Fortaleza de Santa Catarina	24/05/1938	24/05/1938		
15 Edificação	Cabedelo	Forte Velho: ruínas		09/08/1938		
16 Edificação	João Pessoa	Igreja da Misericórdia	25/04/1938			
17 Edificação	João Pessoa	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	05/05/1938	05/05/1938		
18 Edificação	João Pessoa	Igreja da Ordem Terceira do Carmo	22/07/1938			
19 Edificação	João Pessoa	Igreja de São Bento	10/01/1957			
20 Edificação	João Pessoa	Sobrado à Rua Peregrino de Carvalho, 117		21/06/1938		
21 Ruína	João Pessoa	Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes: ruínas		12/08/1938		
22 Sítio arqueológico tombado	Ingá	Inscrições pré-históricas do Rio Ingá	29/05/1944	29/05/1944		

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	DESCRIÇÃO
FÁBRICA DE VINHO TITO SILVA	A fábrica foi fundada em 1892, por Tito Henrique da Silva. Na década de 30 passou por processo de modernização, funcionando normalmente até o início da década de 80, quando seu patrimônio foi leiloado para pagar dívidas junto ao Governo. Seu tombamento representou uma inovação nessa área, pois não só o monumento, a maquinaria e o equipamento foram preservados, como também a técnica industrial. O prédio se constitui por três blocos independentes, interligados por pátios internos. A empresa possui entre outros objetos raros, 20 tonéis de madeira de lei de 1892, prensas manuais e uma máquina de rotular alemã de 1930



PERNAMBUCO

82 BENS

PATR.INDUSTRIAL: 01

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	1
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	1
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	4
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	73
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	1
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	2
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	82

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
1	Objetos e bens integrados	Recife	Marco divisório da Capitania de Itamaracá	20/04/1938		
2	Coleções e acervos	Recife	Museu do Estado de Pernambuco: acervo	20/04/1938		
3	Conjunto urbano	Igarassu	Igarassu, PE: conjunto arquitetônico e paisagístico		10/10/1972	
4	Conjunto urbano	Olinda	Olinda, PE: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	19/04/1968	19/04/1968	19/04/1968
5	Conjunto urbano	Recife	Igreja de São Pedro dos Clérigos e Pátio de São Pedro: conjunto arquitetônico	20/07/1938		
6	Conjunto urbano	Recife	Recife, PE: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	15/12/1998	15/12/1998	
7	Edificação	Recife	Capela de Nossa Senhora da Conceição	01/07/1987	01/07/1987	
8	Edificação	Recife	Capela de Nossa Senhora da Conceição	07/07/1938		
9	Edificação	Igarassu	Capela de Nossa Senhora do Livramento	25/05/1951	25/05/1951	
10	Edificação	Goiana	Capela de Santo Antônio	25/10/1938		
11	Edificação	Nazaré da Mata	Capela de São Francisco Xavier	17/06/1949		
12	Edificação	Olinda	Capela de São Pedro Advíncula		16/03/1966	
13	Edificação	Igarassu	Capela de São Sebastião	25/05/1951	25/05/1951	
14	Edificação	Recife	Capela Dourada, claustro e Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	14/03/1938		
15	Edificação	Olinda	Casa com muxarabi à Praça João Alfredo, 7	27/04/1939		
16	Edificação	Olinda	Casa com muxarabi à Rua do Amparo, 28	27/04/1939		
17	Edificação	Recife	Casa de Gilberto Freyre		21/11/1988	21/11/1988
18	Edificação	Olinda	Casa do Aljube		16/03/1966	
19	Edificação	Recife	Casa natal de Joaquim Nabuco		23/08/1949	
20	Edificação	Recife	Casa natal de Oliveira Lima		23/01/1968	
21	Edificação	Recife	Casa Paroquial da Igreja de Santo Antônio	28/04/1980	28/04/1980	
22	Edificação	Cabo de S. Agostinho	Convento Carmelita: ruínas e Igreja de Nossa Senhora de Nazaré	06/07/1961		
23	Edificação	Sirinhaém	Convento de Santo Antônio	08/07/1940	08/07/1940	
24	Edificação	Goiana	Convento e Igreja de Nossa Senhora da Soledade	25/10/1938		
25	Edificação	Olinda	Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo	05/10/1938	05/10/1938	

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
26	Edificação	Goiana	Convento e Igreja de Santo Alberto de Sicília e cruzeiro	05/10/1938	05/10/1938	
27	Edificação	Igarassu	Convento e Igreja de Santo Antônio	17/05/1938		
28	Edificação	Ipojuca	Convento e Igreja de Santo Antônio	21/03/1938		
29	Edificação	Recife	Convento e Igreja de Santo Antônio	20/07/1938		
30	Edificação	Olinda	Convento e Igreja de S.Francisco: capela, casa de oração e claustro dos Terceiros Franciscanos	22/07/1938		
31	Edificação	Recife	Convento e Igreja do Carmo do Recife e Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Santa Teresa	05/10/1938	05/10/1938	
32	Edificação	Vicência	Engenho Poço Comprido: casa grande e capela	21/05/1962		
33	Edificação	Surubim	Fazenda Cachoeira do Taepe: casa grande		27/02/1981	
34	Edificação	Recife	Forte das Cinco Pontas	24/05/1938	24/05/1938	
35	Edificação	Fernando de Noronha	Forte de Nossa Senhora dos Remédios		21/08/1961	
36	Edificação	Olinda	Forte de São Francisco		29/05/1984	
37	Edificação	Recife	Forte do Brum	24/05/1938	24/05/1938	
38	Edificação	Paulista	Forte do Pau Amarelo	24/05/1938	24/05/1938	
39	Edificação	Itamaracá	Forte Orange	24/05/1938	24/05/1938	
40	Edificação	Recife	Igreja da Madre de Deus	20/07/1938		
41	Edificação	Olinda	Igreja da Misericórdia	05/08/1938		
42	Edificação	Recife	Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo	30/05/1938		
43	Edificação	Goiana	Igreja da Ordem Terceira do Carmo	25/10/1938		
44	Edificação	Recife	Igreja de Nossa Senhora da Boa Vista	01/08/1938		
45	Edificação	Goiana	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	25/10/1938		
46	Edificação	Recife	Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares	28/03/1938		
47	Edificação	Olinda	Igreja de Nossa Senhora da Graça e Seminário de Olinda	17/05/1938		
48	Edificação	Goiana	Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia	25/10/1938		
49	Edificação	Jaboatão dos Guararapes	Igreja de Nossa Senhora da Piedade	04/08/1952		
50	Edificação	Recife	Igreja de Nossa Senhora das Fronteiras		11/11/1949	
51	Edificação	Goiana	Igreja de Nossa Senhora do Amparo	25/10/1938		
52	Edificação	Olinda	Igreja de Nossa Senhora do Monte	16/07/1938	16/07/1938	
53	Edificação	Recife	Igreja de Nossa Senhora do Pilar	25/08/1965	25/08/1965	
54	Edificação	Goiana	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	25/10/1938		
55	Edificação	Recife	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	08/07/1965		
56	Edificação	Recife	Igreja de Nossa Senhora do Terço	30/12/1975	30/12/1975	
57	Edificação	Jaboatão dos Guararapes	Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres	16/03/1938		
58	Edificação	Fernando de Noronha	Igreja de Nossa Senhora dos Remédios		29/01/1981	
59	Edificação	Olinda	Igreja de Santa Teresa	05/08/1938		
60	Edificação	Recife	Igreja de São Gonçalo	15/07/1938		

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
61	Edificação	Recife	Igreja de São José do Ribamar	08/04/1980	08/04/1980	
62	Edificação	Recife	Igreja do Bom Jesus dos Martírios		31/08/1971	
63	Edificação	Recife	Igreja do Divino Espírito Santo		07/12/1972	
64	Edificação	Igarassu	Igreja do Sagrado Coração de Jesus	25/05/1951	25/05/1951	
65	Edificação	Olinda	Igreja e Mosteiro de São Bento	16/07/1938	16/07/1938	
66	Edificação	Goiana	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	25/10/1938		
67	Edificação	Recife	Igreja Matriz de Santo Antônio	13/08/1938		
68	Edificação	Igarassu	Igreja Matriz de São Cosme e São Damião	25/05/1951	25/05/1951	
69	Edificação	Recife	Mercado de São José	17/12/1973	17/12/1973	
70	Edificação	Paudalho	Mosteirinho de São Francisco	08/09/1966		
71	Edificação	Recife	Palacete da Benfica	01/07/1987		
72	Edificação	Recife	Palácio da Soledade	18/07/1938		
73	Edificação	Olinda	Palácio Episcopal	17/05/1938		
74	Edificação	Recife	Pavilhão Luís Nunes	26/06/1998		
75	Edificação	Recife	Prédio à Avenida Rui Barbosa, 1596		09/05/1968	
76	Edificação	Recife	Prédio à Praça Adolfo Cirne, s/n	06/08/1980	06/08/1980	
77	Edificação	Recife	Prédio à Rua Aurora	19/07/1984		
78	Edificação	Recife	Sobrado grande da Madalena		27/11/1966	
79	Edificação	Recife	Teatro Santa Isabel		31/10/1949	
80	Jardins hist. e parques	Jaboatão dos Guararapes	Parque Histórico Nacional dos Guararapes		30/10/1961	
81	Ruína	Recife	Arraial novo do Bom Jesus		08/04/1980	
82	Ruína	Recife	Sítio da Trindade: conjunto paisagístico		17/06/1974	

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

DESCRIÇÃO

ENGENHO POÇO COMPRIDO: CASA GRANDE E CAPELA

O Engenho Poço Comprido foi construído em meados do século XVIII, destacando-se entre os 71 engenhos existente no Vale do Siriji até o século XIX. O engenho Poço comprido, assim como os outros engenhos do Vale evoluíram, primeiro movidos à tração animal, ou em alguns casos com roda d'água, depois por máquina a vapor; até ficarem de fogo morto, passando apenas a fornecerem de cana para as usinas. As atividades açucareiras do Engenho Poço Comprido foram perdendo força a partir do final do século XIX e início do século XX, encerrando as atividades produtivas por volta da década de 1960, quando foram introduzidas novas tecnologias, utilizando as terras somente para o fornecimento da cana-de-açúcar; para as usinas que encamparam a produção de açúcar e álcool na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Fato peculiar ao Engenho de Poço Comprido, que o distingue de todos os outros ainda existentes, contemporâneos ou não, é o fato da casa grande e da capela formarem um só corpo, interligadas entre si por uma passarela que comunica o pavimento superior da casa com a galeria lateral superior esquerda da capela.



PIAUI

7 BENS

PATR.INDUSTRIAL: 00

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	0
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	0
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	5
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	1
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	1
TOTAL	7

CLASSIFICAÇÃO	MUNICIPIO	NOME ATRIBUIDO	BELAS ARTES	HISTORICO	ARQUEOLOG.	ART.APLIC.
1 Edificação	Campo Maior	Cemitério do Batalhão	30/11/1938	30/11/1938		
2 Edificação	Teresina	Igreja de São Benedito	27/12/1938	27/12/1938		
3 Edificação	Oeiras	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias	15/08/1940	15/08/1940		
4 Edificação	Piracuruca	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo	15/08/1940	15/08/1940		
5 Edificação	Oeiras	Sobrado Nepomuceno	14/01/1939	14/01/1939		
6 Equip.urbe.e infra-estrut.	Oeiras	Ponte Grande	14/01/1939	14/01/1939		
7 Sítio arqueológico tombado	São Raimundo Nonato	Parque Nacional da Serra da Capivara			28/09/1993	



PARANÁ

15 BENS

PATR.INDUSTRIAL: 01

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS - E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	0
BENS MÓVEIS - E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	1
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	12
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	2
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	15

	CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUIDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APPLIC.
1	Conjunto urbano	Lapa	Conjunto arquitetônico e paisagístico	14/08/1998	14/08/1998	14/08/1998	
2	Edificação	Lapa	Casa à Rua Francisco Cunha	20/04/1938			
3	Edificação	Lapa	Casa de Câmara e Cadeia		14/05/1940		
4	Edificação	Lapa	Casa do Coronel Joaquim Lacerda	01/04/1938			
5	Edificação	Paranaguá	Colégio dos Jesuítas	24/05/1938	24/05/1938		
6	Edificação	Campo Largo	Engenho do Mate	24/04/1985	24/04/1985		
7	Edificação	Paranaguá	Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres	24/05/1938	24/05/1938		
8	Edificação	Paranaguá	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas		27/02/1967		
9	Edificação	Paranaguá	Igreja de São Benedito		03/08/1967		
10	Edificação	Lapa	Igreja Matriz da Lapa	01/04/1938			
11	Edificação	Guaratuba	Igreja Matriz de Guaratuba	01/04/1938			
12	Edificação	Curitiba	Paço Municipal	17/10/1984			
13	Edificação	Lapa	Teatro São João	24/04/1985			
14	Coleções e acervos arqueológicos	Curitiba	Museu Coronel David Carneiro: coleção etnográfica, arqueológica, histórica e artística	08/02/1941	08/02/1941	08/02/1941	
15	Coleções e acervos arqueológicos	Curitiba	Museu Paranaense: coleção etnográfica, arqueológica, histórica e artística	15/04/1941	15/04/1941	15/04/1941	

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

DESCRIÇÃO

ENGENHO DO MATE

Exemplar de arquitetura rural construído por volta de 1870, é o último remanescente dos inúmeros engenhos de soque de erva mate movidos a força hidráulica no Paraná. Apresenta planta quadrada e telhado de quatro águas em pavilhão. A técnica construtiva utilizada é a do pau-a-pique sobre embasamento de alvenaria de pedra. Foi restaurado entre 1980/1981. O tombamento abrange o acervo do museu e o seu terreno.



RIO DE JANEIRO

225 BENS

PATR.INDUSTRIAL: 06

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	9
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	4
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	13
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	166
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	13
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	6
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	13
BENS IMÓVEIS - Ruínas	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	1
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	225

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
1	Objetos e bens integrados	Angra dos Reis	Imagem de Nossa Senhora do Rosário	11/12/1969		
2	Objetos e bens integrados	Petrópolis	Retábulo e Imagem de Nossa Senhora do Amor Divino	07/07/1970		
3	Objetos e bens integrados	Rio de Janeiro	Fortaleza de São José: portão e frontispício da Capela de São José		07/11/1952	
4	Objetos e bens integrados	Rio de Janeiro	Imagem de Santana / Aleijadinho	16/12/1969		
5	Objetos e bens integrados	Rio de Janeiro	Lápide tumular de Estácio de Sá		20/09/1951	
6	Objetos e bens integrados	Rio de Janeiro	Marco da Fundação da Cidade do Rio de Janeiro		15/07/1938	
7	Objetos e bens integrados	Rio de Janeiro	Pinturas, 02 / [Leandro Joaquim]	11/02/1972		
8	Objetos e bens integrados	Rio de Janeiro	Sabre de honra do General Osório	05/04/1978	05/04/1978	
9	Objetos e bens integrados	Rio de Janeiro	Torah		04/03/1999	
10	Coleções e acervos	Petrópolis	Coleção de armas Sérgio Ferreira da Cunha	10/06/1954		
11	Coleções e acervos	Rio de Janeiro	Partituras de Heitor Villa-Lobos, depositadas no Museu Villa-Lobos, na R. Sorocaba, 200		07/07/2004	
12	Coleções e acervos	Rio de Janeiro	Acervo do Museu de Imagens do Inconsciente	04/02/2005	02/02/2005	
13	Coleções e acervos	Rio de Janeiro	Museu de Magia Negra: acervo			05/05/1938
14	Conjunto urbano	Petrópolis	Avenida Koeler: conjunto urbano-paisagístico			08/06/1964
15	Conjunto urbano	Cabo Frio	Cabo Frio, RJ: conjunto paisagístico			27/04/1967
16	Conjunto urbano	Rio de Janeiro	Conjunto residencial Parque Guinle	16/04/1986		
17	Conjunto urbano	Rio de Janeiro	Jardim e Morro do Valongo: conjunto arquitetônico e paisagístico	30/06/1938	30/06/1938	
18	Conjunto urbano	Angra dos Reis	Mambucaba: conjunto arquitetônico e paisagístico			11/12/1969
19	Conjunto urbano	Rio de Janeiro	Palácio do Catete, parque e Rua do Catete: conjunto arquitetônico	06/04/1938	06/04/1938	
20	Conjunto urbano	Parati	Parati, RJ: conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade	13/02/1958		13/02/1958
21	Conjunto urbano	Parati	Parati, RJ: conjunto arquitetônico e paisagístico do Município	01/03/1974		01/03/1974
22	Conjunto urbano	Nova Friburgo	Praça Getúlio Vargas: conjunto arquitetônico e paisagístico			04/07/1972
23	Conjunto urbano	Rio de Janeiro	Praça Quinze de Novembro	14/03/1990	14/03/1990	14/03/1990
24	Conjunto urbano	Vassouras	Vassouras, RJ: conjunto paisagístico e urbanístico			26/06/1958
25	Conjunto urbano	Rio de Janeiro	Quinta da Boa Vista	30/06/1938	30/06/1938	
26	Conjunto urbano	Niterói	Ilha da Boa Viagem: conjunto arquitetônico e paisagístico	30/05/1938	02/12/1940	30/05/1938

	CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
27	Edificação	Magé	Trecho ferroviário Mauá-Fragoso		07/05/1954		
28	Edificação	Rio de Janeiro	Marco da Fazenda Real de Santa Cruz	05/04/1938	05/04/1938		
29	Edificação	Rio de Janeiro	Alfândega: prédio	24/05/1938	24/05/1938		
30	Edificação	Rio de Janeiro	Arco do Teles	30/06/1938	30/06/1938		
31	Edificação	Rio de Janeiro	Arco e oratório de Nossa Senhora da Boa Esperança	17/03/1960			
32	Edificação	Rio de Janeiro	Asilo São Cornélio: prédio	15/07/1938			
33	Edificação	Rio de Janeiro	Associação Brasileira de Imprensa: prédio	29/05/1984			
34	Edificação	Rio de Janeiro	Avenida Modelo: conjunto de habitação coletiva	30/09/1985			
35	Edificação	Rio de Janeiro	Base aérea de Santa Cruz: hangar de zepelins		03/12/1998		
36	Edificação	Rio de Janeiro	Biblioteca Nacional: prédio	24/05/1973			
37	Edificação	Rio de Janeiro	Caixa de Amortização: prédio	24/05/1973			
38	Edificação	Rio de Janeiro	Capela de Nossa Senhora da Cabeça		13/08/1965		
39	Edificação	Cabo Frio	Capela de Nossa Senhora da Guia	15/01/1957			
40	Edificação	Campos dos Goytacazes	Capela de Nossa Senhora do Rosário do Engenho	16/04/1942			
41	Edificação	Angra dos Reis	Capela do Senhor do Bonfim	01/12/1954			
42	Edificação	Niterói	Capela e Cemitério de Maruí	23/08/1938	12/01/1948		
43	Edificação	Niterói	Casa à Avenida Quintino Bocaiúva, 145	11/04/1962			
44	Edificação	Rio de Janeiro	Casa à Praça Quinze de Novembro, 32	15/07/1938	15/07/1938		
45	Edificação	Rio de Janeiro	Casa à Praça Quinze de Novembro, 34	10/08/1938	10/08/1938		
46	Edificação	Rio de Janeiro	Casa à Rua da Quitanda, 61		29/06/1972		
47	Edificação	Rio de Janeiro	Casa à Rua das Palmeiras, 35		27/02/1967		
48	Edificação	Rio de Janeiro	Casa à Rua das Palmeiras, 55		27/02/1967		
49	Edificação	Rio de Janeiro	Casa à Rua do Russel, 734	04/06/1970	09/06/1970		
50	Edificação	Rio de Janeiro	Casa à Rua Mayrink Veiga, 9		29/06/1972		
51	Edificação	Rio de Janeiro	Casa à Rua Sorocaba, 200 (Sede do Museu Villa-Lobos)		27/02/1967		
52	Edificação	Vassouras	Casa da Hera e acervo móvel		21/05/1952		
53	Edificação	Rio de Janeiro	Casa da Marquesa dos Santos	30/03/1938			
54	Edificação	Rio de Janeiro	Casa da Moeda: prédio	24/05/1938	24/05/1938		
55	Edificação	Niterói	Casa de Antônio Parreiras		27/04/1967		
56	Edificação	Rio de Janeiro	Casa de Banhos de D. João VI	20/04/1938	20/04/1938		
57	Edificação	Rio de Janeiro	Casa de Benjamin Constant		02/04/1958		
58	Edificação	São João da Barra	Casa de Câmara e Cadeia		27/04/1967		
59	Edificação	Petrópolis	Casa de Carlos Oswald		01/07/1987		
60	Edificação	Rio de Janeiro	Casa de José Bonifácio		13/04/1938		
61	Edificação	Rio de Janeiro	Casa de Rui Barbosa	11/05/1938	11/05/1938		
62	Edificação	Petrópolis	Casa de Santos Dumont		14/07/1952		
63	Edificação	Rio de Janeiro	Casa do Bispo	15/07/1938	15/07/1938		

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
64	Edificação	Rio de Janeiro	Casa do General Osório	14/02/1949		
65	Edificação	Rio de Janeiro	Casa do Marechal Deodoro da Fonseca	04/06/1958		
66	Edificação	Petrópolis	Casa do Padre Correia	30/04/1940		
67	Edificação	Itaboraí	Casa do Visconde de Itaboraí	23/04/1964		
68	Edificação	Nova Friburgo	Casa e Parque da Cidade	28/11/1957		
69	Edificação	Rio de Janeiro	Casa na Ladeira do Morro do Valongo, 21	15/07/1938	15/07/1938	
70	Edificação	Casimiro de Abreu	Casa natal de Casimiro de Abreu	13/03/1963		
71	Edificação	Rio de Janeiro	Casa natal do Barão do Rio Branco	30/06/1938	30/06/1938	
72	Edificação	Rio de Janeiro	Colégio Militar do Rio de Janeiro: pavilhão de comando	29/12/2000		
73	Edificação	Rio de Janeiro	Colégio Pedro II: prédio	19/05/1983	19/05/1983	
74	Edificação	Rio de Janeiro	Companhia Docas de Santos	28/07/1978	28/07/1978	
75	Edificação	Angra dos Reis	Convento de São Bernardino de Sena: ruínas e Capela dos Terceiros	23/07/1947		
76	Edificação	Itaboraí	Convento de São Boaventura: ruínas	28/04/1980	28/04/1980	
77	Edificação	Rio de Janeiro	Convento do Carmo	31/07/1964		
78	Edificação	Angra dos Reis	Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo	28/11/1944		
79	Edificação	Cabo Frio	Conv. e Igreja de N.S.dos Anjos, Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco	17/01/1957		
80	Edificação	Rio de Janeiro	Convento e Igreja de Santa Teresa	18/06/1938	18/06/1938	
81	Edificação	Rio de Janeiro	Convento e Igreja de Santo Antônio	16/05/1938	16/05/1938	
82	Edificação	Rio de Janeiro	Copacabana Palace Hotel: prédio	14/08/1986	14/08/1986	
83	Edificação	Rio de Janeiro	Escola de Enfermagem Ana Neri: pavilhão de aulas	14/08/1986		
84	Edificação	Rio de Janeiro	Escola Nacional de Engenharia: prédio	11/04/1962		
85	Edificação	Rio de Janeiro	Estação de Hidroaviões	29/01/1957		
86	Edificação	Com. Levy Gasparian	Estação Rodoviária de Paraibuna	21/06/1967		
87	Edificação	Rio de Janeiro	Estádio Maracanã		26/12/2000	
88	Edificação	Rio de Janeiro	Fazenda da Taquara: casa e Capela de Nossa Senhora dos Remédios	30/07/1938	30/07/1938	
89	Edificação	Parati	Fazenda de Nossa Senhora da Conceição: casa	20/10/1967		
90	Edificação	Rio de Janeiro	Fazenda do Capão do Bispo: casa	30/08/1947		
91	Edificação	São Gonçalo	Fazenda do Colubandê: casa e Capela de Santana	23/03/1940		
92	Edificação	Rio de Janeiro	Fazenda do Engenho d' Água: casa	30/07/1938	30/07/1938	
93	Edificação	Rio de Janeiro	Fazenda do Viegas: casa	14/06/1938		
94	Edificação	Petrópolis	Fazenda Samambaia: casa	29/03/1951		
95	Edificação	Vassouras	Fazenda Santa Eufrásia: casa, bosque e parque	22/01/1970	23/01/1970	
96	Edificação	Valença	Fazenda Santa Mônica: casa	17/12/1973		
97	Edificação	Petrópolis	Fazenda Santo Antônio: casa	12/04/1951		
98	Edificação	Duque de Caxias	Fazenda São Bento: casa grande e capela	10/07/1957		
99	Edificação	Nova Iguaçu	Fazenda São Bernardino: casa	26/02/1951		

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
100 Edificação	Angra dos Reis	Fazenda, Ilhota Morcego e casa		23/07/1942		
101 Edificação	Rio de Janeiro	Fortaleza da Conceição	24/05/1938	24/05/1938		
102 Edificação	Niterói	Fortaleza de Santa Cruz	04/10/1939	04/10/1939		
103 Edificação	Rio de Janeiro	Fortaleza de São João: portão	24/05/1938	24/05/1938		
104 Edificação	Rio de Janeiro	Fortaleza de São José: portão e frontispício da Capela de São José		10/02/1955		
105 Edificação	Niterói	Forte de Gragoatá	24/05/1938	24/05/1938		
106 Edificação	Cabo Frio	Forte de São Matheus: remanescentes		05/10/1956		
107 Edificação	Parati	Forte Defensor Perpétuo		09/01/1957		
108 Edificação	Rio de Janeiro	Fortim de Caetano Madeira		20/04/1938		
110 Edificação	Rio de Janeiro	Hospital da Santa Casa de Misericórdia: prédio	15/07/1938			
111 Edificação	Rio de Janeiro	Hospital São Francisco de Assis: prédio	23/06/1983	25/06/1983		
112 Edificação	Nova Friburgo	Hotel do Parque São Clemente	30/09/1985			
113 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja da Candelária	14/04/1938	14/04/1938		
114 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja da Lapa do Desterro	17/05/1938	17/05/1938		
115 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja da Mãe dos Homens	15/07/1938	15/07/1938		
116 Edificação	Angra dos Reis	Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo	09/08/1950			
117 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo	20/04/1938	20/04/1938		
118 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja de Nossa Senhora da Ajuda	26/07/1938	26/07/1938		
119 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte	05/05/1938	05/05/1938		
120 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro	04/05/1938	04/05/1938		
121 Edificação	Angra dos Reis	Igreja de Nossa Senhora da Lapa da Boa Morte	01/12/1954			
122 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores	20/04/1938	20/04/1938		
123 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja de Nossa Senhora da Pena	06/08/1938	06/08/1938		
124 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja de Nossa Senhora da Saúde	02/08/1938	02/08/1938		
125 Edificação	Parati	Igreja de Nossa Senhora das Dores		13/02/1962		
126 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso	15/07/1938			
127 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja de Nossa Senhora do Carmo	16/01/1942	16/01/1942		
128 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja de Nossa Senhora do Desterro	21/07/1938	21/07/1938		
129 Edificação	Parati	Igreja de Nossa Senhora do Rosário		13/02/1962		
130 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja de Santa Cruz dos Militares	22/07/1938	22/07/1938		
131 Edificação	Angra dos Reis	Igreja de Santa Luzia	01/12/1954			
132 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja de Santa Luzia	16/07/1938			
133 Edificação	Parati	Igreja de Santa Rita		13/02/1962		
134 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja de Santa Rita	15/07/1938	15/07/1938		
135 Edificação	Rio Bonito	Igreja de Santana do Basílio		18/03/1970		
136 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja de São Francisco da Penitência, Cemitério e Museu de Arte Sacra: acervo	08/07/1938	08/07/1938		
137 Edificação	Rio de Janeiro	Igreja de São Francisco da Prainha	08/07/1938	08/07/1938		

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
138	Edificação	Rio de Janeiro	Igreja de São Francisco de Paula	01/04/1938	01/04/1938	
139	Edificação	Rio de Janeiro	Igreja de São José	15/07/1938	15/07/1938	
140	Edificação	Niterói	Igreja de São Lourenço dos Índios	23/08/1938	12/10/1948	
141	Edificação	S.Pedro da Aldeia	Igreja de São Pedro da Aldeia e casa anexa	12/08/1938	12/08/1938	
142	Edificação	Rio de Janeiro	Igreja do Bom Jesus		03/07/1964	
143	Edificação	Rio de Janeiro	Igreja do Rosário e São Benedito	07/04/1938	07/04/1938	
144	Edificação	Rio de Janeiro	Igreja do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé	22/07/1938	22/07/1938	
145	Edificação	Rio de Janeiro	Igreja Matriz de Guaratiba	12/11/1938	12/11/1938	
146	Edificação	Angra dos Reis	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	01/12/1954		
147	Edificação	Paty do Alferes	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição		17/10/1973	
148	Edificação	Mangaratiba	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia		03/08/1967	
149	Edificação	Carmo	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo	23/01/1964		
150	Edificação	Duque de Caxias	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar	25/05/1938		
151	Edificação	Parati	Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios		13/02/1962	
152	Edificação	Niterói	Igreja Matriz de São Francisco Xavier	20/05/1938		
153	Edificação	Itaboraí	Igreja Matriz de São João Batista		18/03/1970	
154	Edificação	Rio de Janeiro	Monumento a Dom Pedro I	04/03/1999	04/03/1999	
155	Edificação	Rio de Janeiro	Mosteiro e Igreja de São Bento	15/07/1938	15/07/1938	
156	Edificação	Rio de Janeiro	Museu Nacional de Belas Artes: prédio	24/05/1973		
157	Edificação	Rio de Janeiro	Museu Nacional: prédio	11/05/1938	11/05/1938	
158	Edificação	Rio de Janeiro	Paço Imperial		06/04/1938	
159	Edificação	Petrópolis	Palácio da Princesa Isabel	13/09/1939	13/09/1939	
160	Edificação	Rio de Janeiro	Palácio das Laranjeiras	24/05/1983		
161	Edificação	Petrópolis	Palácio de Cristal e Praça da Confluência	21/06/1967		21/06/1967
162	Edificação	Rio de Janeiro	Palácio Episcopal	24/05/1938	24/05/1938	
163	Edificação	Rio de Janeiro	Palácio Guanabara	06/04/1938	06/04/1938	
164	Edificação	Petrópolis	Palácio Imperial de Petrópolis, parque e Quartel dos Semanários	15/06/1938	23/09/1954	
165	Edificação	Rio de Janeiro	Palácio Itamarati	20/07/1938	20/07/1938	
166	Edificação	Rio de Janeiro	Palácio Tiradentes	17/06/1993	10/03/1993	
167	Edificação	Rio de Janeiro	Prédio à Avenida Marechal Floriano, 168, bloco I	13/06/1988	13/06/1988	
168	Edificação	Rio de Janeiro	Prédio à Avenida Pasteur, 250		11/07/1972	
169	Edificação	Rio de Janeiro	Prédio à Rua dos Inválidos, 193-203	20/04/1938	20/04/1938	
170	Edificação	Rio de Janeiro	Prédio do MEC	18/03/1948		
171	Edificação	Niterói	Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes	08/01/1955		
172	Edificação	Rio de Janeiro	Rua Gonçalves Ledo: conjunto urbano			28/04/1980
173	Edificação	Angra dos Reis	Sobrado à Praça General Osório, 19		03/11/1970	
174	Edificação	Angra dos Reis	Sobrado à Praça General Osório, 3 a 13		17/12/1969	

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
175 Edificação	Angra dos Reis	Sobrado à Praça General Osório, 35		17/12/1969		
176 Edificação	Angra dos Reis	Sobrado à Praça General Osório, s/n		17/12/1969		
177 Edificação	Campos dos Goytacazes	Solar da Baronesa de Muriaé	19/07/1974	19/07/1974		
178 Edificação	Campos dos Goytacazes	Solar de Santo Antônio	24/07/1946	24/07/1946		
179 Edificação	Rio de Janeiro	Solar del Rei	05/05/1938			
180 Edificação	Niterói	Solar do Jambeiro	25/04/1974		25/04/1974	
181 Edificação	Campos dos Goytacazes	Solar do Visconde	21/09/1943			
182 Edificação	Rio de Janeiro	Solar do Visconde do Rio Seco	26/06/1998			
183 Edificação	Campos dos Goytacazes	Solar dos Airizes	19/02/1940			
184 Edificação	Campos dos Goytacazes	Solar e Capela do Engenho do Colégio e capela	24/07/1946	24/07/1946		
185 Edificação	Rio de Janeiro	Solar Grandjean de Montigny e jardim	10/08/1938			
186 Edificação	Rio de Janeiro	Teatro Municipal: prédio	24/05/1973			
187 Edificação	Rio de Janeiro	Observatório Nacional: conjunto arquitetônico e paisagístico		14/08/1986	14/08/1986	
188 Edificação (2)	Rio de Janeiro	Museu do Açude; Chácara do Céu e acervos históricos e artísticos	23/09/1974	23/09/1974	23/09/1974	
189 Edificação	Rio de Janeiro	Palácio de Manguinhos	29/01/1981	29/01/1981		
190 Edificação	Rio de Janeiro	Estação Dom Pedro II, também denominada Central do Brasil		07/01/2008	07/01/2008	
191 Edificação	Rio de Janeiro	Antiga Sede do Ministério da Fazenda		07/01/2008	07/01/2008	
192 Equip.urb.e infra-estrut.	Rio de Janeiro	Chafariz da Praça Mahatma Gandhi	21/02/1990			
193 Equip.urb.e infra-estrut.	Rio de Janeiro	Aqueduto da Colônia de Psicopatas	11/05/1938	11/05/1938		
194 Equip.urb.e infra-estrut.	Rio de Janeiro	Arcos da Lapa	05/04/1938	05/04/1938		
195 Equip.urb.e infra-estrut.	Rio de Janeiro	Bebedouro da Estrada Velha da Tijuca	11/05/1938	11/05/1938		
196 Equip.urb.e infra-estrut.	Rio de Janeiro	Bica da Rainha	11/05/1938	11/05/1938		
197 Equip.urb.e infra-estrut.	Rio de Janeiro	Chafariz à Rua do Riachuelo	11/05/1938	11/05/1938		
198 Equip.urb.e infra-estrut.	Rio de Janeiro	Chafariz da Glória	11/05/1938	11/05/1938		
199 Equip.urb.e infra-estrut.	Rio de Janeiro	Chafariz das Saracuras	30/06/1938	30/06/1938		
200 Equip.urb.e infra-estrut.	Rio de Janeiro	Chafariz de Grandjean de Montigny	11/05/1938	11/05/1938		
201 Equip.urb.e infra-estrut.	Rio de Janeiro	Chafariz de Paulo Fernandes	11/05/1938	11/05/1938		
202 Equip.urb.e infra-estrut.	Rio de Janeiro	Chafariz do Lagarto	11/05/1938	11/05/1938		
203 Equip.urb.e infra-estrut.	Rio de Janeiro	Chafariz do Mestre Valentim	11/05/1938	11/05/1938		
204 Equip.urb.e infra-estrut.	Rio de Janeiro	Ponte dos Jesuítas	05/04/1938	05/04/1938		
205 Jardins hist. e parques	Rio de Janeiro	Aterro do Flamengo			28/07/1965	
206 Jardins hist. e parques	Rio de Janeiro	Passeio Público: chafariz dos Jacarés, obeliscos e portão do Mestre Valentim	30/06/1938	30/06/1938		
207 Jardins hist. e parques	Rio de Janeiro	Horto Florestal: conjunto arquitetônico			17/12/1973	
208 Jardins hist. e parques	Rio de Janeiro	Jardim Botânico			30/05/1938	
209 Jardins hist. e parques	Rio de Janeiro	Sítio Roberto Burle Marx e sua coleção museológica e bibliográfica	04/08/2003		04/08/2003	

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
210	Jardins hist. e parques	Rio de Janeiro	Parque Lage: conjunto paisagístico	14/06/1957		
211	Paisagem natural	Rio de Janeiro	Corcovado		08/08/1973	
212	Paisagem natural	Rio de Janeiro	Lagoa Rodrigo de Freitas: conjunto paisagístico		19/06/2000	
213	Paisagem natural	Rio de Janeiro	Morro Cara de Cão		08/08/1973	
214	Paisagem natural	Rio de Janeiro	Morro da Babilônia		08/08/1973	
215	Paisagem natural	Rio de Janeiro	Morro da Urca		08/08/1973	
216	Paisagem natural	Rio de Janeiro	Morro Dois Irmãos		08/08/1973	
217	Paisagem natural	Rio de Janeiro	Morros da Cidade do Rio de Janeiro	30/06/1938	30/06/1938	
218	Paisagem natural	Rio de Janeiro	Pão de Açúcar		08/08/1973	
219	Paisagem natural	Rio de Janeiro	Pedra da Gávea		08/08/1973	
220	Paisagem natural	Rio de Janeiro	Praias de Paqueta	30/06/1938	30/06/1938	
221	Paisagem natural	Guapimirim	Dedo de Deus		06/07/2004	
222	Paisagem natural	Rio de Janeiro	Parque Nacional da Tijuca e floresta		27/04/1967	
223	Paisagem natural	Rio de Janeiro	Estátua do Cristo Redentor; no Morro do Corcovado	30/09/2008		
224	Coleções e acervos arqueológicos	Rio de Janeiro	Col. arqueol. Balbino de Freitas: conchais do litoral sul		14/04/1948	
225	Edificação, Coleção	Rio de Janeiro	Prédios do Museu Histórico Nacional e Coleção que ali abrigam, com exclusão da Coleção Bibliográfica (1)			

(1) O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, e tendo em vista as manifestações do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em sua 28ª reunião, realizada em 19 de abril de 2001, resolve:

PORTARIA Nº 378 de 08/07/2002- Homologar para efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento dos Prédios do Museu Histórico Nacional e Coleção que ali se abrigam, com exclusão da Coleção Bibliográfica, no Rio de Janeiro, RJ, de acordo com o processo nº 1.392-T-97. Publicado no Diário Oficial da União em 10/07/2002, seção 1, p.14.

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	DESCRIÇÃO
TRECHO FERROVIÁRIO MAUÁ-FRAGOSO	O trecho ferroviário foi declarado Monumento Histórico Nacional pelo Decreto nº 35.447-A, de 30 de abril de 1954. Este Decreto foi revogado pelo Decreto nº 67.592, de 17/11/70. Este foi o primeiro trecho ferroviário do país (14 Km).
AVENIDA MODELO: CONJUNTO DE HABITAÇÃO COLETIVA	Conjunto residencial edificado no último quartel do século XIX. Cortiços, estalagens, avenidas e vilas são as denominações dos diversos tipos de habitação popular surgidos para suprir a demanda crescente de moradia para trabalhadores livres na capital do país. A Avenida Modelo segue o padrão de casas térreas em seqüência, estruturadas ao longo de uma servidão, com entrada pelo logradouro público, junto ao sobrado do proprietário.
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ: HANGAR DE ZEPELINS (RIO DE JANEIRO, RJ)	O tombamento inclui as pontes rolantes, os elevadores, as escadas de acesso, o motor, o mecanismo de abertura das portas principal e secundária, e a estação de passageiros anexa.
PALÁCIO DE CRISTAL E PRAÇA DA CONFLUÊNCIA	Em 1884, com o fim de abrigar melhor as exposições hortícolas, foi importado e montado um pavilhão, o Palácio de Cristal. O Palácio de Cristal foi construído nas oficinas de St. Sauver-les-Arras, na França, por encomenda do Conde D'Eu, então Presidente da "Sociedade Agrícola de Petrópolis". Sua finalidade seria a de servir como pavilhão para as exposições de flores e produtos agrícolas que aquela Sociedade já vinha promovendo desde 1875. Em 1879, mais precisamente no dia 2 de fevereiro, sua pedra fundamental foi lançada, cabendo ao Engenheiro Eduardo Bonjean a tarefa de acompanhar a montagem do Palácio de Cristal na Praça Koblenz (ou Praça da Confluência), em Petrópolis. Sua inauguração foi realizada no dia 2 de fevereiro de 1884, com um grandioso baile, que contou, inclusive, com a presença maciça de toda a Corte Imperial brasileira. Em Exemplo típico de arquitetura dita "das grandes exposições", surgidas com a Revolução Industrial, no século passado, o Palácio de Cristal consiste em pré-moldado em estrutura metálica, formando cruz com braços retangulares nas laterais e em hemicírculo na frente e nos fundos com vãos preenchidos por vidros transparentes (originalmente, consistiam em cristais "bisotados" importados da Bélgica).

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	DESCRIÇÃO
ESTAÇÃO DOM PEDRO II, TAMBÉM DENOMINADA CENTRAL DO BRASIL	Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, foi inaugurada em 29 de março de 1858, com trecho inicial de 47,21 km, da Estação da Corte a Queimados, no Rio de Janeiro. Esta ferrovia se constituiu em uma das mais importantes obras da engenharia ferroviária do País, na ultrapassagem dos 412 metros de altura da Serra do Mar; com a realização de colossais cortes, aterros e perfurações de túneis, entre os quais, o Túnel Grande com 2.236 m de extensão, na época, o maior do Brasil, aberto em 1864. A Estrada de Ferro D. Pedro II, através do trabalho dinâmico de seus operários e técnicos, transformou-se, mais tarde (1889) na Estrada de Ferro Central do Brasil, um dos principais eixos de desenvolvimento do país. Na Central do Brasil, foi tombado o edifício que começou a ser construído em 1936 e foi inaugurado em 1943, um exemplo significativo da modernidade técnica do Estado brasileiro da época
JARDIM BOTÂNICO	Com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, uma das providências de Dom João VI, foi a criação de uma Fábrica de Pólvora, tendo em vista que o fornecimento de suprimentos bélicos, para os territórios de ultramar, encontrava-se interrompido pelo cerco napoleônico a Portugal. O decreto de 13 de maio de 1808 criou, então, no Brasil a Real Fábrica de Pólvora, bastante assemelhada a que existia em solo português; as orientações técnicas para sua instalação foram dadas pelo Brigadeiro Carlos Antônio Nacion que foi primeiro diretor. Em curto espaço de tempo a fábrica já era responsável pela produção do explosivo que abastecia o mercado brasileiro. Casa dos Pilões, ficou sendo a denominação, mais simples, para a “Oficina do Moinho dos Pilões”, na realidade, um dos setores da Real Fábrica de Pólvora, e local onde se realizava a compactação da mistura de salitre, enxofre e carvão, em grandes almofarizes de madeira. Em 1826, a Fábrica de Pólvora foi desativada e transferida para a Vila Inhomirim, na Raiz da Serra, e inaugurada em 1831.



RIO GRANDE DO NORTE

14 BENS

PATR.INDUSTRIAL: 01

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	4
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	0
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	9
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	1
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	14

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
1	Objetos e bens integrados	Caicó	Imagens (02 objetos): Santana e Nossa Senhora do Rosário	23/08/1962		
2	Objetos e bens integrados	Canguaretama	Imagens (16 objetos): representando a morte de Nossa Senhora			
3	Objetos e bens integrados	Natal	Imagens (13 objetos): N.Senhora das Candeias (02), Santos Reis Magos (02 conjuntos), Senhor Morto (02), Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora da Conceição (02)	23/08/1962		
4	Objetos e bens integrados	São José de Mipibu	Imagens (8 objetos): N.Sra. das Dores, S.Pedro, Santana Mestre, São Joaquim, N. Sra da Conceição, Jesus ressuscitado, N.Sra do Rosário com menino Jesus, S.Sebastião e lavabo			
5	Edificação	Touros	Marco Quinhentista	23/08/1962		
6	Edificação	Natal	Casa à Rua da Conceição, 601	10/01/1963		
7	Edificação	Acari	Casa de Câmara e Cadeia	16/06/1964		
8	Edificação	Vila Flor	Casa de Câmara e Cadeia: ruínas	16/06/1964		
9	Edificação	Natal	Forte dos Reis Magos	13/05/1949		
10	Edificação	Acari	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	16/06/1964		
11	Edificação	S.Gonçalo do Amarante	Igreja de São Gonçalo	16/06/1964		
12	Edificação	Natal	Palácio do Governo	11/06/1965		
13	Edificação	Arês	Portão do Cemitério de Arês	23/08/1962		
14	Ruína	Canguaretama	Engenho do Cunhaú: ruínas da capela		16/06/1964	

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

DESCRIÇÃO

ENGENHO DO CUNHAÚ: RUÍNAS DA CAPELA

Localizada no Engenho de Cunhaú. Segundo o capitão-mor de Pernambuco, Alexandre de Moura, e o desembargador Manuel Pinto da Rocha, o engenho estava em funcionamento em 1614, bem como cultivadas a maioria das terras ao seu redor. Confiscado e vendido em 1637, Cunhaú passou às mãos do capitão Jorris Gartsman. Em 1645, o conselheiro Jacob Rabbi e a tribo dos Janduís devastaram a região. Em 1835, a posse do local passa a André Cavalcanti de Albuquerque Maranhão Arco-Verde. Da capela do Engenho de Cunhaú, construída com tijolos cozidos, batentes e cornijas de pedra lavada, restaram as paredes laterais, a parede de fundo. As paredes laterais da capela-mor possuem seteiras. Na parede do retábulo resta o nicho em arco.



RONDÔNIA

02 BENS

PATR.INDUSTRIAL: 01

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	0
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	0
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	2
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	2

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APPLIC.
1 Edificação	Costa Marques	Forte Príncipe da Beira		07/08/1950		
2 Edificação	Porto Velho	Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, Bens Móveis e Integrados		07/01/2008	07/01/2008	

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

DESCRIÇÃO

PÁTIO FERROVIÁRIO DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA MAMORÉ, BENS MÓVEIS E INTEGRADOS

A ferrovia Madeira-Mamoré, com 366 km, ligava Porto Velho a Guajará Mirim, em Rondônia, foi inaugurada em 1912, durante o ciclo da borracha, e desativada em 1972. A Ferrovia Madeira-Mamoré é um dos maiores, e também mais desastrosos, projetos já implantados na Amazônia. Durante sua construção, devido a doenças tropicais e falta de cuidados médicos, mais de seis mil operários morreram, o que levou o empreendimento a ficar conhecido como "ferrovia do diabo", espalhando-se a lenda de que, para cada dormente da ferrovia, havia morrido um homem. A construção começou em 1907, em Porto Velho, e terminou em 1912, quando a ferrovia chegou à divisa com a Bolívia, em Guajará-Mirim. A ideia da obra era servir para o escoamento da borracha produzida na região. Como o Rio Madeira tem muitas cachoeiras nesse trecho de Rondônia, a ferrovia levaria a borracha até um ponto em que os barcos pudessem navegar. A conclusão da estrada-de-ferro não coincidiu com o bom preço da borracha. O ano em que a obra terminou foi o último em que o Brasil produziu mais borracha do que o resto do mundo. Já na década de 1930, com a crise econômica mundial, o tráfego na ferrovia foi parcialmente interrompido.

Hardman ao investigar a construção da ferrovia Madeira-Mamoré em plena floresta amazônica profere alguns comentários sobre o que significou o fenômeno ferroviário universal neste tempo:

A indústria das estradas de ferro representou uma empresa de grande porte e sua rápida internalização, durante a segunda metade do século XIX, foi um dos fatores básicos para que se articulasse de modo pleno o mercado mundial. (...) Por toda a parte, de forma simultânea, batalhões ambulantes de operários foram incorporados para criar novas paisagens, para traçar novo mapa-múndi, decisivo à circulação de mercadorias dali em diante. À enorme concentração dessa força de trabalho seguiu-se depois, inelutavelmente, sua dispersão. Grande movimento de terras e de homens: a implantação das vias permanentes das estradas de ferro é um capítulo privilegiado do nascimento e morte de cidade, da dizimação de populações nativas, de processos migratórios e de colonização significativos na Ásia, África, Américas e Oceania. (...) É como se um mesmo enredo se passasse, ao mesmo tempo, em diferentes cenários (HARDMAN, 1988, p. 127-128). HARDMAN, F.F. Trem fantasma: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988,



RIO GRANDE DO SUL

38 BENS

PATR.INDUSTRIAL: 00

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	1
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	2
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	3
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	24
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	2
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	5
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	1
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	38

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
1 Objetos e bens integrados	São Luiz Gonzaga	Imagens Missioneiras (13 objetos)	20/02/1984	20/02/1984		
2 Coleções e acervos	Santa Maria	Museu da União dos Caixeiros Viajantes: acervo	25/03/1938			
3 Coleções e acervos	Tramandaí	Coleção de armas e apetrechos militares do Museu de Armas General Osório	15/06/1942	15/06/1942		
4 Conjunto urbano	Antônio Prado	Antônio Prado, RS: conjunto arquitetônico e urbanístico		10/01/1990	10/01/1990	
5 Conjunto Urbano	General Câmara	Conjunto histórico da Vila de Santo Amaro		03/07/2006		
6 Conjunto urbano	Porto Alegre	Praças da Matriz e da Alfândega: sítio histórico		24/04/2003		
7 Edificação	Porto Alegre	Cais do Porto: pórtico central e armazéns	19/05/1983			
8 Edificação	Pelotas	Caixa d'água	19/07/1984			
9 Edificação	Entre-Ijuís	Casa construída com material missioneiro	20/04/1938			
10 Edificação	Rio Grande	Casa da Alfândega		04/09/1967		
11 Edificação	Antônio Prado	Casa da Neni	30/09/1985			
12 Edificação	Santana do Livramento	Casa de Davi Canabarro		25/05/1953		
13 Edificação	Piratini	Casa de Garibaldi		03/10/1941		
14 Edificação	Porto Alegre	Casa do Visconde de Pelotas		20/08/1963		
15 Edificação	Triunfo	Casa natal de Bento Gonçalves		08/06/1940		
16 Edificação	Novo Hamburgo	Casa Presser	30/09/1985	08/09/1986	08/09/1986	
17 Edificação	Pelotas	Casas à Praça Coronel Pedro Osório, 2, 6 e 8	15/12/1977		15/12/1977	
18 Edificação	Caçapava do Sul	Forte de Caçapava	16/05/1938			
19 Edificação	Viamão	Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Viamão	20/07/1938			
20 Edificação	Porto Alegre	Igreja de Nossa Senhora das Dores	20/07/1938			
21 Edificação	Rio Grande	Igreja Matriz de São Pedro e Capela da Ordem Terceira de São Francisco	17/05/1938			
22 Edificação	Bagé	Igreja Matriz de São Sebastião		17/01/1955		
23 Edificação	Pelotas	Obelisco Republicano		14/12/1955		
24 Edificação	Porto Alegre	Palacete Argentina	14/03/1990			

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APPLIC.
25	Edificação	Piratini	Palácio Farroupilha		05/02/1941	
26	Edificação	Porto Alegre	Prédio à Praça Barão do Rio Branco	29/01/1981	29/01/1981	
27	Edificação	Piratini	Quartel General Farroupilha		05/09/1952	
28	Edificação	São Gabriel	Sobrado à Praça Doutor Fernando Abott		23/09/1974	
29	Edificação	Pelotas	Teatro Sete de Abril	11/07/1972	11/07/1972	
30	Edificação	Porto Alegre	Conjunto arquitetônico do Campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul		19/06/2000	
31	Equip.urb.e infra-estrut.	Rio Pardo	Calçamento de pedra da Rua da Ladeira		16/03/1955	
32	Equip.urb.e infra-estrut.	Ivoti	Ponte do Imperador		13/06/1988	
33	Ruína	Entre-juís	Povo de São João: ruínas e remanescentes do Povoado		22/01/1970	
34	Ruína	São Luiz Gonzaga	Povo de São Lourenço das Missões: ruínas e remanescentes do povoado		18/03/1970	
35	Ruína	S.Miguel das Missões	Povo de São Miguel: remanescentes e ruínas da Igreja de São Miguel	16/05/1938		
36	Ruína	São Nicolau	Povo de São Nicolau: ruínas e remanescentes		22/01/1970	
37	Ruína	Bagé	Forte de Santa Tecla: fundações		26/11/1970	
38	Coleções e acervos arqueológicos	Porto Alegre	Col. arqueol., etnográfica, histórica e artística do Museu Júlio de Castilhos	16/05/1938		

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

DESCRIÇÃO

CAIS DO PORTO: PÓRTICO CENTRAL E ARMAZÊNS

O Pórtico central e os dois armazéns laterais (a sua direita e a sua esquerda) possuem estruturas metálicas, encomendadas à Casa Costa Daydée, de Paris. Sua montagem foi iniciada sob orientação do engenheiro francês, Henri Hauser; e concluída, em 1922, pelo engenheiro brasileiro Trajano Ribeiro. Os panos de vidro da fachada foram executados pela vidraçaria De Lucca, de Porto Alegre. Sua construção insere-se no contexto de introdução e desenvolvimento no Brasil da arquitetura de estruturas metálicas industrializadas, importadas da Europa. Apreciada pelo baixo custo do material e pela facilidade de montagem, essa modalidade de construção foi praticada no Brasil sobretudo entre 1870 e 1920, restando, nos dias de hoje, poucos exemplares.



SANTA CATARINA

22 BENS
PATR.INDUSTRIAL: 01

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	1
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	2
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	15
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	1
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	1
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	1
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	1
TOTAL	22

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ARTAPLIC.
1 Objetos e bens integrados	Florianópolis	Pintura "Vista da Baía Sul" /Victor Meirelles	16/04/1986			
2 Conjunto urbano	Laguna	Laguna, SC: centro histórico		23/12/1985	25/04/1985	
3 Conjunto urbano	S.Francisco do Sul	São Francisco do Sul, SC: centro histórico e paisagístico		16/10/1987	16/10/1987	
4 Edificação	Biguaçu	Vila de São Miguel: conjunto arquitetônico e paisagístico			14/11/1969	
5 Edificação	Joinville	Cemitério Protestante		09/11/1962	09/11/1962	
6 Edificação	Florianópolis	Alfândega	10/03/1975	10/03/1975		
7 Edificação	Laguna	Casa à Praça da Bandeira		05/03/1954		
8 Edificação	Florianópolis	Casa de Vitor Meirelles		30/01/1950		
9 Edificação	Rio dos Cedros	Escola Rural e Casa do Professor	30/09/1985	08/09/1986	08/09/1986	
10 Edificação	Florianópolis	Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba		08/04/1980	08/04/1980	
11 Edificação	Gov.Celso Ramos	Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim	24/05/1938	24/05/1938		
12 Edificação	Florianópolis	Fortaleza de Santana	24/05/1938	24/05/1938		
13 Edificação	Florianópolis	Fortaleza de Santo Antônio	24/05/1938	24/05/1938		
14 Edificação	Florianópolis	Casa Rural na Costeira da Ribeira da Ilha.		14/07/2004		
15 Edificação	Florianópolis	Fortaleza de São José da Ponta Grossa	24/05/1938	24/05/1938		
16 Edificação	Florianópolis	Forte de Santa Bárbara		29/05/1984		
17 Edificação	Joinville	Palácio dos Príncipes de Joinville	04/12/1939	04/12/1939		
18 Edificação	Biguaçu	Sobradão		17/12/1969		
19 Equip.urb.e infra-estrut.	Florianópolis	Ponte Hercílio Luz		05/08/1998		
20 Jardins hist. e parques	Joinville	Parque à Rua Marechal Deodoro, 365			13/04/1965	
21 Col e acervos arqueológicos	Florianópolis	Col. arqueol. João Alfredo Rohr			18/04/1986	
22 Sítio arqueológico tombado	Florianópolis	Ilha do Campeche: sítio arqueológico e paisagístico			31/10/2001	

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

DESCRIÇÃO

PONTE HERCÍLIO LUZ

A Ponte Hercílio Luz é uma das mais importantes pontes pênseis do mundo e a maior do Brasil. O comprimento total é de 821,005 metros, sendo formada pelos viadutos de acesso do Continente, com 222,504 metros, da ilha, com 259,080 metros, e pelo vão central pênsil com extensão de 339,471 metros, composta por 28 vãos no total, 2 torres principais e 12 torres secundárias.A estrutura de aço tem o peso aproximado de cinco mil toneladas, e os alicerces e pilares consumiram aproximadamente 14.250 m³ de concreto. As duas torres medem cerca de 75 metros, a partir do nível do mar, e o vão central tem altura aproximada de 30 metros. A Ponte Hercílio Luz foi construída na década de 1920 - entre novembro de 1922 e maio de 1926 - pelas firmas associadas Byington & Sundstrom. Foi projetada pelo Eng.º David Barnard Steinman, das firmas associadas Robinson & Steinman, U.S.A. Consulting Engineers, tendo sido concluída e inaugurada em 13 de maio de 1926.



SERGIPE

25 BENS

PATR.INDUSTRIAL: 00

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS - E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	0
BENS MÓVEIS - E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	2
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	23
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	25

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
1 Conjunto urbano	Laranjeiras	Laranjeiras, SE: conjunto arquitetônico e paisagístico	18/06/1996	18/06/1996	18/06/1996	
2 Conjunto urbano	São Cristovão	São Cristovão, SE: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico			23/01/1967	
3 Edificação	Estância	Casa à Praça Rio Branco, 35		27/07/1962		
4 Edificação	Itaporanga d'Ajuda	Casa de Tejupeba e Capela do Colégio		21/05/1943		
5 Edificação	São Cristovão	Convento e Igreja de Santa Cruz	29/12/1941	29/12/1941		
6 Edificação	São Cristovão	Convento e Igreja do Carmo	02/04/1943	02/04/1943		
7 Edificação	S.Amaro das Brotas	Engenho Caieira: capela de Nossa Senhora da Conceição	14/01/1944	14/01/1944		
8 Edificação	Laranjeiras	Engenho Jesus, Maria, José: capela	23/03/1943	23/03/1943		
9 Edificação	Riachuelo	Engenho Nossa Senhora da Penha: capela	23/03/1943	23/03/1943		
10 Edificação	São Cristovão	Engenho Poxim: capela de Nossa Senhora da Conceição	21/09/1943	21/09/1943		
11 Edificação	Laranjeiras	Engenho Retiro: casa e Capela de Santo Antônio	14/01/1944	14/01/1944		
12 Edificação	São Cristovão	Igreja da Ordem Terceira do Carmo	14/04/1943	14/04/1943		
13 Edificação	Laranjeiras	Igreja de Comandaroba	23/03/1943	23/03/1943		
14 Edificação	São Cristovão	Igreja de Nossa Senhora do Amparo		09/05/1962		
15 Edificação	São Cristovão	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	20/03/1943	20/03/1943		
16 Edificação	Tomar do Geru	Igreja de Nossa Senhora do Socorro	20/03/1943	20/03/1943		
17 Edificação	São Cristovão	Igreja e Casa da Misericórdia	14/01/1944	14/01/1944		
18 Edificação	São Cristovão	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias	20/03/1943	20/03/1943		
19 Edificação	Divina Pastora	Igreja Matriz de Nossa Senhora Divina Pastora	20/03/1943	20/03/1943		
20 Edificação	N.Sra do Socorro	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	20/03/1943	20/03/1943		
21 Edificação	S.Amaro das Brotas	Igreja Matriz de Santo Amaro	20/03/1943	20/03/1943		
22 Edificação	Laranjeiras	Igreja Matriz do Coração de Jesus	20/03/1943	20/03/1943		
23 Edificação	São Cristovão	Sobrado à Rua Castro Alves, 2	21/09/1943	21/09/1943		
24 Edificação	São Cristovão	Sobrado à Rua das Flores	21/09/1943	21/09/1943		
25 Edificação	São Cristovão	Sobrado com balcão corrido	21/09/1943	21/09/1943		



SÃO PAULO

77 BENS

PATR.INDUSTRIAL: 07

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	9
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	6
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	4
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	55
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	2
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	1
TOTAL	77

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
1 Objetos e bens integrados	Barueri	Imagem de Nossa Senhora da Escada	28/04/1980	28/04/1980		
2 Objetos e bens integrados	Batatais	Pinturas, (14 objetos) Portinari	23/09/1974			
3 Objetos e bens integrados	Itu	Painéis, (8 objetos) Padre Jesuino do Monte Carmelo	17/05/1999	17/05/1999		
4 Objetos e bens integrados	Santos	Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência	05/05/2003			
5 Objetos e bens integrados	São Paulo	Imagem de Nossa Senhora da Purificação / [Frei Agostinho de Jesus]	22/12/1969			
6 Objetos e bens integrados	São Paulo	Imagem de Nossa Senhora das Dores / Aleijadinho	14/11/1969			
7 Objetos e bens integrados	São Paulo	Imagem de Nossa Senhora do Rosário	05/02/2003			
8 Objetos e bens integrados	São Paulo	Imagem de São José / Aleijadinho	14/11/1969			
9 Objetos e bens integrados	São Roque	Sítio Querubim: forro da capela		15/02/1950		
10 Coleções e acervos	São Paulo	Coleção de Arte Sacra da Curia Metropolitana de São Paulo	11/12/1969			
11 Coleções e acervos	São Paulo	Coleção Mário de Andrade do acervo do IEB-USP	26/09/1996	26/09/1996	26/09/1996	
12 Coleções e acervos	São Paulo	Coleções arqueológicas, etnográficas, artísticas e históricas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo	15/04/1938			
13 Coleções e acervos	São Paulo	Museu de Arte Contemporânea: acervo	08/07/1980	08/07/1980		
14 Coleções e acervos	São Paulo	Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand: acervo	04/12/1969			
15 Coleções e acervos	São Paulo	Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, acautelado no Centro Cultural São Paulo		14/02/2008	14/02/2008	
16 Conjunto Urbano	Jundiaí	Conjunto de edificações da Companhia Paulista de Estrada de Ferro.		14/07/2004		
17 Conjunto urbano	São Paulo	Conjunto do Ipiranga: Museu Paulista, Monumento à Independência, Casa do Grito e Parque da Independência	26/06/1998	26/06/1998	26/06/1998	
18 Conjunto urbano	Santo André	Vila Ferroviária de Paranapiacaba		30/09/2008		
19 Conjunto urbano	Carapicuíba	Aldeia de Carapicuíba, SP: conjunto arquitetônico e urbanístico			13/05/2001	
20 Edificação	Mairinque	Estação Ferroviária de Mayrink.	08/07/2004			
21 Edificação	S.José do Rio Pardo	Barraca de Euclides da Cunha		30/08/1939		
22 Edificação	São Paulo	Capela da Venerável Ordem Terceira do Carmo	17/05/1999	17/05/1999		
23 Edificação	Santana de Parnaíba	Capela de Nossa Senhora da Conceição	19/02/1941	19/02/1941		
24 Edificação	Taubaté	Capela de Nossa Senhora do Pilar	26/10/1944	26/10/1944		

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
25 Edificação	Carapicuíba	Capela de São João Batista	25/01/1941	25/01/1941		
26 Edificação	Santana de Parnaíba	Casa à Praça da Matriz, 19 e 25	08/08/1958			
27 Edificação	Santana de Parnaíba	Casa à Praça da Matriz, 9		02/12/1958		
28 Edificação	Itu	Casa à Rua Barão de Itaim		27/04/1967		
29 Edificação	Santos	Casa com frontaria azulejada		03/05/1973		
30 Edificação	São Sebastião	Casa com teto pintado	15/04/1955			
31 Edificação	Atibaia	Casa de Câmara e Cadeia		23/08/1955		
32 Edificação	Santos	Casa de Câmara e Cadeia	12/05/1959			
33 Edificação	Brodowski	Casa de Cândido Portinari	09/12/1968	09/12/1968		
34 Edificação	Taubaté	Casa de Monteiro Lobato		23/07/1962		
35 Edificação	Guaratinguetá	Casa de Rodrigues Alves		02/12/1969		
36 Edificação	São Paulo	Casa de Warchavchik na Rua Bahia	14/08/1986			
37 Edificação	São Paulo	Casa de Warchavchik na Rua Itápolis	14/08/1986			
38 Edificação	Piracicaba	Casa do Presidente Prudente de Moraes		25/04/2003		
39 Edificação	Cotia	Casa do Sítio do Mandú		12/01/1961		
40 Edificação	São Paulo	Casa do Sítio dos Morrinhos		07/02/1948		
41 Edificação	São Paulo	Casa do Sítio Mirim		06/03/1973		
42 Edificação	São Paulo	Casa do Tatuapé	22/10/1951	22/10/1951		
43 Edificação	Santos	Casa do Trem	19/02/1940	19/02/1940		
44 Edificação	São Paulo	Casa modernista de Warchavchik na Rua Santa Cruz	14/10/1986		14/08/1986	
45 Edificação	S.Luís do Paraitinga	Casa natal de Oswaldo Cruz		20/09/1956		
46 Edificação	Moji das Cruzes	Casarão do Chá	30/09/1985	14/08/1986	14/08/1986	
47 Edificação	Moji das Cruzes	Convento e Igreja da Ordem Primeira do Carmo e Igreja da Ordem Terceira do Carmo		04/09/1967		
48 Edificação	Itu	Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo		21/06/1967		
49 Edificação	Itanhaém	Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição	07/03/1941	07/03/1941		
50 Edificação	Santos	Engenho dos Erasmos: ruínas		02/07/1963		
51 Edificação	São Paulo	Estação da Luz	10/10/1996	10/10/1996		
52 Edificação	Paraibuna	Fazenda da Conceição: casa		22/11/1974		
53 Edificação	Ilhabela	Fazenda do Engenho d'Água: casa	22/10/1951	22/10/1951		
54 Edificação	São José do Barreiro	Fazenda do Pau d'Alho: casa		19/02/1968		
55 Edificação	São Carlos	Fazenda do Pinhal	14/10/1987	14/10/1987	14/10/1987	
56 Edificação	Redenção da Serra	Fazenda Ponte Alta: casa		06/02/1976		
57 Edificação	Bananal	Fazenda Resgate: casa		28/05/1969		
58 Edificação	Guarujá	Fortaleza da Barra Grande, Fortim da Praia do Góis e Portão Espanhol		23/04/1964		
59 Edificação	Bertioga	Fortaleza de São Tiago	19/02/1940	19/02/1940		
60 Edificação	Guarujá	Forte de São Felipe		31/03/1965		
61 Edificação	Santos	Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo	24/03/1941	24/03/1941		

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG.	ART.APLIC.
62 Edificação	Guararema	Igreja de Nossa Senhora da Escada e residência	25/01/1941	25/01/1941		
63 Edificação	Embu	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa	21/10/1938	21/10/1938		
64 Edificação	São Paulo	Igreja de São Miguel Paulista	21/10/1938	21/10/1938		
65 Edificação	Itu	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária	26/12/1938	26/12/1938		
66 Edificação	Itanhaém	Igreja Matriz de Santana	07/03/1941	07/03/1941		
67 Edificação	São Paulo	Mosteiro da Luz	16/08/1943	16/08/1943		
68 Edificação	Santos	Mosteiro e Igreja de São Bento	18/03/1948			
69 Edificação	Campinas	Palácio dos Azulejos		20/12/1967		
70 Edificação	São Roque	Sítio de Santo Antônio: casa e capela	22/01/1941			
71 Edificação	Cotia	Sítio do Padre Inácio: casa	08/10/1951	08/10/1951		
72 Edificação	Ubatuba	Sobradão do Porto	03/03/1959			
73 Edificação	Rio Claro	Sobrado do Barão de Dourados		18/12/1963		
74 Edificação	São Paulo	Edifício do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand e do Acervo Móvel constituído pelos Cavaletes de Concreto e Cristal		14/08/2008	14/08/2008	
75 Ruína	Iperó	Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema: remanescentes		24/09/1964		
76 Ruína	São Vicente	Vila Colonial de São Vicente, SP: remanescentes		17/01/1955		
77 Sítio arqueológico tombado	Cananéia	Sambaqui na Barra do Rio Itapitangui			17/06/1955	

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	DESCRIÇÃO
CONJUNTO DE EDIFICAÇÕES DA COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADA DE FERRO	O conjunto, na época da construção, estava entre os maiores e mais bem equipados do país. Distribuíam-se em vários setores, contando com oficinas de reparação de carros e vagões, de pintura de carros e vagões, de carpintaria, mecânica, além de compartimento para máquina fixa, depósito de materiais, depósito para madeira serrada, oficinas de fundição, etc. O conjunto das oficinas ocupa atualmente cerca de 30 mil metros quadrados de área construída em um terreno de 145 mil metros quadrados onde, além de oficinas, casas de força, pátios de manobra, escritórios, existiam também moradias para os trabalhadores. (KÜHL, 2010, 10-11)
VILA FERROVIÁRIA DE PARANAPIACABA	Este complexo foi planejado, empreendido, construído e mantido pela "São Paulo Railway Co. Ltd.", uma "single-enterprise" ferroviária, no período que vai de 1860 até 1946. Neste período, Alto da Serra foi um modelo de vila operária que nasceu e sempre viveu em função de uma única atividade e onde imperou uma relação de paternalismo entre os trabalhadores e a empresa. Historicamente, Alto da Serra é composta pela junção de três partes: a Vila Velha, que é o núcleo original; a Vila Martin Smith, a parte projetada e; a Parte Alta ou a Vila dos Aposentados.
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE MAYRINK.	A estação ferroviária de Mairinque, cumprindo com a função articuladora, apresenta características próprias; em primeiro lugar, por estar localizada em aterro elevado, no qual se configura o conjunto ferroviário como um todo, formado por oficinas, por armazéns e pela própria estação e, em segundo lugar, por estar implantada entre duas linhas férreas – Estradas de Ferro Sorocabana e Ituana –, constituindo, portanto, uma estação-ilha, sendo esta a tipologia explorada pelo arquiteto Victor Dubugras e pouco encontrada na malha ferroviária do Estado de São Paulo
CASARÃO DO CHÁ	Edifício representativo da imigração japonesa no Brasil foi projetado por Kazuo Hanaoka, em 1942, para abrigar uma fábrica de chá. Utilizando elementos construtivos ocidentais - telhas marselha, esquadrias, taipa de mão - e soluções formais inspiradas na arquitetura dos castelos e templos do Japão obtém resultado de grande plasticidade, identificado com a cultura japonesa no Brasil.

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	DESCRIÇÃO
ENGENHO DOS ERASMOS: RUÍNAS	Datando da primeira metade do século XVI, é o único exemplar conhecido da primeira tentativa oficial de exploração açucareira no Brasil. Montado por Martim Afonso de Souza, foi posteriormente vendido a um comerciante flamengo, Erasmo Schetz, de onde advém a denominação que passou a ser chamado. Sofreu obras de consolidação e limpeza em 1965, durante as quais foram desenterradas várias formas de pão-de-açúcar em meio a uma camada de cinzas e entulho que, presume-se, seja resultado de incêndio que nele terá ocorrido em 1603. Espera ainda por obras complementares e estacionamento de sua área envoltória, bem como estrutura de atendimento ao público. O edifício foi doado à Universidade de São Paulo.
ESTAÇÃO DA LUZ	Em 1860, inicia-se a construção da estrada de ferro The São Paulo Railway Company que ligaria a próspera região de produção de café do interior de São Paulo ao principal porto exportador; Santos. Em 1865, inaugura-se a primeira estação em São Paulo, substituída, em 1900, pela Estação da Luz, monumental edifício em ferro e tijolos, projetado na Inglaterra, com área de 7.520 metros quadrados, que se tornou referência obrigatória em todos os guias e relatos de viajantes, reorientando o crescimento da cidade. Ainda hoje funciona como importante entroncamento do sistema metropolitano de transporte.
REAL FÁBRICA DE FERRO SÃO JOÃO DO IPANEMA: REMANESCENTES	Remanescentes de arqueologia industrial do primeiro complexo funcionante para exploração e fabricação do ferro no Brasil. Os esforços para a implantação de uma siderurgia, concentraram-se em Ipanema, a partir de 1818, com a vinda de artesãos e mestres europeus, entre os quais Varnhagem, cujo o filho, importante historiador, ali nasceu. Estas instalações funcionaram até o final do século XIX, produzindo grades, equipamento agrícola e armas brancas



TOCANTINS

01 BEM

PATR.INDUSTRIAL: 00

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Objetos e bens integrados	0
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS - Coleções e acervos de bens móveis	0
BENS IMÓVEIS - Sítios urbanos	1
BENS IMÓVEIS - Edificações (inclusive os Terreiros)	0
BENS IMÓVEIS - Equipamentos urbanos e infra-estrutura	0
BENS IMÓVEIS - Jardins Históricos e Parques	0
BENS IMÓVEIS - Paisagens Naturais	0
BENS IMÓVEIS - Ruínas	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Coleções e acervos arqueológicos	0
BENS ARQUEOLÓGICOS - Sítios Arqueológicos	0
TOTAL	1

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME ATRIBUÍDO	BELAS ARTES	HISTÓRICO	ARQUEOLÓG. ART.APLIC.
1 Conjunto urbano	Natividade	Natividade, TO: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	16/10/1987	16/10/1987	16/10/1987